



*anos*

Sistema CFB / CRB

1965 - 2015

BIBLIOTECÁRIO 50 ANOS  
DE REGULAMENTAÇÃO DA  
PROFISSÃO NO BRASIL

1965-2015

**CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA  
16ª GESTÃO CFB (2013/2015)**

Adelaide Ramos e Côrte - CRB-1/423  
Eliane Lourdes da Silva Moro - CRB-10/881  
Francisca Rosaline Leite Mota - CRB-4/1714  
Helen Beatriz Frota Rozados - CRB-10/668  
Isaura Lima Maciel Soares - CRB-7/1489  
Kátia Lúcia Pacheco – CRB-6/1709  
Lucimar Oliveira Silva – CRB-5/1239  
Maria de Fátima Almeida Braga - CRB-13/014  
Maria Raimunda de Sousa Sampaio - CRB-2/865  
Raimundo Martins de Lima - CRB-11/039  
Regina Céli de Sousa – CRB-8/2385  
Rosana Chaves Abatti - CRB-14/458  
Sandra Maria Dantas Cabral – CRB-3/243  
Williams Jorge Corrêa Pinheiro - CRB-2/802

**Diretoria**

Presidente: Regina Céli de Sousa - CRB-8/2385  
Vice-presidente: Adelaide Ramos e Côrte - CRB-1/423  
1ª secretária: Isaura Lima Maciel Soares - CRB-7/1489  
2ª secretária: Lucimar Oliveira Silva – CRB-5/1239  
Tesoureira: Sandra Maria Dantas Cabral - CRB-3/243

**Funcionários**

Ailton Moreira da Rocha - Auxiliar Administrativo  
Maria da Silva Moreira Alves – Auxiliar de Serviços Gerais  
Neracy Fernandes da Silva - Auxiliar de Serviços Gerais  
Roberto Barros Cardoso - Gerente Executivo  
Tatiana Paula Martins - Auxiliar Administrativo

**Assessores:**

Assessor contábil: Valci Rodrigues Soares  
Assessor jurídico: Leonardo Pimentel Bueno  
Assessores parlamentares: Jenner Jalne de Moraes e Lucas de Sá



*anos*  
Sistema CFB / CRB  
1965 - 2015

# BIBLIOTECÁRIO 50 ANOS DE REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO NO BRASIL 1965-2015

Organizadores  
Adelaide Ramos e Côrte  
Isaura Lima Maciel Soares  
Lucimar Oliveira Silva  
Regina Céli de Sousa  
Sandra Maria Dantas Cabral

Brasília, DF  
2015

Copyright © 2015 – Conselho Federal de Biblioteconomia  
Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, desde  
que citada a fonte.

Disponível também no endereço eletrônico: [www.cfb.org.br](http://www.cfb.org.br)

ISBN: 978-85-62568-05-3

Tiragem: 1000 exemplares

Impresso no Brasil

Capa, ilustrações, revisão, projeto gráfico e editoração: IComunicação  
Arte final, impressão e acabamento: Triunfal Gráfica e Editora - Assis/ SP

Dados Internacionais de catalogação na publicação (CIB)

BIBLIOTECÁRIO: 50 anos de regulamentação da profissão no Brasil - 1965-2015 / Adelaide  
Ramos e Côrte et al. – Brasília: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2015.  
352 p.

ISBN: 978-85-62568-05-3

1. Bibliotecário - profissão. 2. Conselho Federal de Biblioteconomia. 3. Profissão  
regulamentada. 4. Biblioteconomia - profissão. I. Conselho Federal de Biblioteconomia.  
II. Côrte, Adelaide Ramos e (Org.). III. Soares, Isaura Lima Maciel (Org.). IV. Silva, Lucimar  
Oliveira (Org.). V. Cabral, Sandra Maria Dantas (Org.). VI. Sousa, Regina Céli de (Org.).

CDU: 023.4

CDD: 020.23

Distribuição: Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB)  
SRTVN - Ed. Brasília Rádio Center Sala 1079  
CEP: 70719-900 - Brasília - DF  
Fone: (61) 3328-2896 / 3328-2080  
e-mail: [cfb@cfb.org.br](mailto:cfb@cfb.org.br)



A cada bibliotecário brasileiro, razão  
de ser dos Conselhos Federal e  
Regionais de Biblioteconomia,

Ao profissional bibliotecário, pela  
luta incansável por melhores  
serviços à sociedade, proporcionando  
melhoria na qualidade de vida e o  
pleno exercício de cidadania.

# Agradecimentos

Nossos agradecimentos a todos os bibliotecários que, abdicando de momentos de lazer e convivência com familiares, dedicaram parte de suas vidas ao trabalho incansável como conselheiros regionais ou federais, na busca permanente de valorização da profissão.

Ao Centro de Documentação do Ministério do Trabalho e Emprego, pela importante colaboração na recuperação dos documentos oficiais que fazem parte da história do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB).

Aos pioneiros, pela luta, garra, confiança, visão de futuro na certeza de que a sociedade brasileira seria a grande beneficiária do exercício da profissão de Bibliotecário.

Aos parceiros do CFB assessores, consultores, prestadores de serviço que tornaram possível a realização de tantas atividades, e, em especial, aos funcionários do CFB que, com dedicação, compromisso e profissionalismo zelam pela harmonia interna, pelos cumprimentos de prazos de suas atividades e, sobretudo, pela imagem do CFB.

No nome do Deputado Federal Rogê Ferreira, autor do Projeto de Lei nº 4.770-A de 1958, que propõe a regulamentação da profissão de bibliotecário e do Deputado Federal Aurélio Viana, relator do referido Projeto de Lei, homenageamos todos os parlamentares, importantes figuras da República brasileira que, ao longo desses 50 anos, têm depositado confiança no bibliotecário, como agente transformador da sociedade, e nas Bibliotecas, como instrumentos fundamentais para a complementação do processo de ensino-aprendizagem, do desenvolvimento de pesquisas, do processo de gestão pública, elementos esses tão necessários ao desenvolvimento da sociedade brasileira.

Ao professor Sebastião de Souza, pela importante colaboração na elaboração do histórico do CFB, quando das comemorações dos 30 (trinta) anos deste o que facilitou, sobremaneira, a elaboração deste livro comemorativo, 20 (vinte) anos mais tarde.

“Profissões e vocações são como plantas. Vicejam e florescem em nichos ecológicos, naquele conjunto precário de situações que as tornam possíveis e, quem sabe, necessárias. Destruído esse habitat, a vida vai se encolhendo, murchando, fica triste, mirra, entra para o fundo da terra, até sumir.”  
(RUBEM ALVES, 1985)

# Lista de siglas

ABDF	Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal
ABEBD	Associação Brasileira das Escolas de Biblioteconomia e Documentação
ABECIN	Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação
ABGRA	Asociación de Bibliotecarios Graduados de la República Argentina
ABPr	Associação Bibliotecária do Paraná
ACDF	Associação Comercial do Distrito Federal
AG	Assembleia Geral
ALA	American Library Association
ANCIB	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
APB	Associação Paulista de Bibliotecários
ARB	Associação Riograndense de Bibliotecários
ASLIB	Association of Special Librerie and Information Bureaux
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
BA	Bahia
BN	Biblioteca Nacional
CAPES	Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior
CAPES	Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBB	Congresso Brasileiro de Biblioteconomia
CBBD	Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CDS	Centro de Desenvolvimento de Sistemas
CE	Ceará
CEF	Caixa Econômica Federal
CEN	Comissão Permanente de Ensino
CFB	Conselho Federal de Biblioteconomia
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CFE	Conselho Federal de Educação
CIBIM	Comissão Integrada de Entidades de Profissionais Bibliotecários do Mercosul
CLN	Comissão de Legislação e Normas
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNCT	Catálogo Nacional de Cursos Técnicos
CNPL	Confederação Nacional das Profissões Liberais
CONSEA	Conselho de Educação Alimentar
CPA	Comissão Permanente de Avaliação
CRB	Conselho Regional de Biblioteconomia
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DF	Distrito Federal
EAD	Educação a Distância
ENANCIB	Encontro Nacional da Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
ES	Espírito Santo

FABICO	Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação
FATEA	Faculdades Integradas Teresa D'Ávila
FEBAB	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários
FEBAB	Federação Brasileira de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições
FEFIEG	Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara
FEFIERJ	Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro
FESP	Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo
FID	Federação Internacional de Documentação
FID/CLA	Latin American Commission of the International Federation
FUMCOB	Fundo de Apoio aos Conselhos Regionais
FUST	Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações
GEPREM	Grupo Executivo das Profissões Regulamentadas para o MERCOSUL
GETAM	Grupo Especial de Trabalhos para Assuntos do Mercosul
IBBD	Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
IES	Instituição de Ensino Superior
IFLA	Federação Internacional de Associações de Bibliotecários
IFRS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INL	Instituto Nacional do Livro
LAI	Lei de Acesso à Informação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MG	Minas Gerais
MinC	Ministério da Cultura
MP	Ministério do Planejamento
MTPS	Ministério do Trabalho e Previdência Social
OA	Objetos de Aprendizagem
PA	Pará
PCdoB/AM	Partido Comunista do Brasil / Amazonas
PE	Pernambuco
PNLL	Plano Nacional do Livro e da Leitura
PPP	Projeto Político Pedagógico
PR	Paraná
PROEJA	Programa de Educação de Jovens e Adultos
PROTIAB	Programa de Treinamento Intensivo para Auxiliar de Biblioteca
PSDB/MG	Partido da Social Democracia Brasileira / Minas Gerais
PT/RS	Partido dos Trabalhadores/ Rio Grande do Sul
PUCAMP	Pontifícia Universidade Católica de Campinas
RBBB	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação
RJ	Rio de Janeiro
RS	Rio Grande do Sul
SADEC	Serviço de Assistência Didática ao Ensino Comercial

SENABRAILLE	Seminário Nacional de Bibliotecas Braille
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
Sistema CFB/CRB	Sistema Conselho Federal e Conselhos Regionais de Biblioteconomia
SNI	Serviço Nacional de Informação
SOCINFO	Programa Sociedade da Informação
SP	São Paulo
STJ	Supremo Tribunal de Justiça
TCU	Tribunal de Contas da União
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UCS	Universidade de Caxias do Sul
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIRIO	Universidade do Rio de Janeiro
USA	United States of America
USP	Universidade de São Paulo

# Sumário

JUBILEU DE OURO DA PROFISSÃO DE BIBLIOTECÁRIO .....	11
O PAPEL DOS CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL E SUA IMPORTÂNCIA PARA A SOCIEDADE.....	15
A BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL: RAZÃO DE SER DO CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA.....	25
O CFB EM AÇÃO: A CONTRIBUIÇÃO DE CADA GESTÃO .....	31
Primeira gestão (1966/1969) .....	32
Laura Garcia Moreno Russo - O pioneirismo	
Segunda gestão (1969/1972) .....	35
Antonio Agenor Briquet de Lemos – A primeira infância do Conselho Federal de Biblioteconomia	
Terceira e quarta gestões (1972/1978) .....	42
Murilo Bastos da Cunha	
Quinta gestão (1978/1981) .....	45
Nancy Westphalen Correa	
Sexta gestão (1981/1984) .....	47
Maria Lúcia Pacheco de Almeida	
Sétima gestão (1984/1987) .....	49
Edson Miguel de Jesus	
Oitava gestão (1987/1991) .....	51
Mercedes Della Fuente	
Nona gestão (1991/1994) .....	53
Maria Lúcia Pacheco de Almeida/Elaine Marinho Faria	
Décima e décima primeira gestões (1994-2000) .....	57
Zeneide de Souza Pantoja	
Décima segunda gestão (maio de 2000/março 2002).....	61
Fernando Modesto	
Fragmentos da trajetória do CFB durante a 12ª (Maio 2002/abril 2003) e a 13ª (2003/2006) Gestões .....	67
Raimundo Martins de Lima	
Décima quarta gestão (maio 2006/junho 2007) .....	71
Ana Virginia Zimmermann	
Décima quarta (junho 2006/2009) e Décima quinta (2009/2012) gestões.....	71
Nêmore Arlindo Rodrigues	
Décima sexta gestão (2013/2015) .....	76
Regina Céli de Sousa	
A HISTÓRIA DO CFB É A HISTÓRIA DE VIDA DOS PROFISSIONAIS QUE POR AQUI PASSARAM .....	91
Conselho Federal de Biblioteconomia.....	93
Conselhos Regionais.....	97
Funcionários, assessores e prestadores de serviços do CFB .....	165
Resoluções do plenário do CFB para o exercício profissional.....	167
Resoluções do plenário do CFB para o funcionamento do CFB e CRB .....	168
O CFB E O ENSINO DA BIBLIOTECONOMIA .....	171

50 anos de evolução do ensino de Biblioteconomia no Brasil [1965-2015].....	172
Francisco das Chagas de Souza	
A lei 4.084 de junho de 1962, o Sistema CFB/CRB e as Escolas de Biblioteconomia: uma integração histórica e necessária ao longo de 50 anos de regulamentação da profissão no Brasil .....	191
Williams Jorge Corrêa Pinheiro	
Biblioteconomia e Ensino a Distância: a contribuição do CFB em parceria com a UAB .....	202
Helen Beatriz Frota Rozados	
Reflexões sobre o papel do Sistema CFB/CRB na formação profissional .....	208
Kátia Lúcia Pacheco	
Luiz Otavio Maciel da Silva	
<b>O TÉCNICO EM BIBLIOTECONOMIA .....</b>	<b>213</b>
Educação Profissional e Tecnológica em EAD: técnico em Biblioteconomia do IFRS-Câmpus Porto Alegre .....	214
Profª Drª Lizandra Brasil Estabel	
Profª Drª Eliane Lourdes da Silva Moro	
<b>O MOVIMENTO ASSOCIATIVO NESSES 50 ANOS.....</b>	<b>219</b>
O ponto de vista da Febab .....	220
Profª. Dra. Marcia Rosetto	
<b>O FUTURO DA PROFISSÃO .....</b>	<b>233</b>
<b>ANEXOS</b>	
<b>DOCUMENTOS LEGISLATIVOS HISTÓRICOS .....</b>	<b>235</b>
ANEXO A – Portaria de 7 de Outubro de 1958 .....	236
ANEXO B – Projeto nº 4.770-A, de 1958 .....	236
ANEXO C – Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962 .....	255
ANEXO D – Decreto nº 56.725, de 16 de agosto de 1965 .....	262
ANEXO E – Portaria MTPS nº 585 de 10 de novembro de 1965.....	272
ANEXO F – Portaria 761, de 3/12/1965 - (D.O.U. 12.1.66) .....	273
ANEXO G – Portaria MTPS nº 675 de 13 de dezembro de 1965.....	274
ANEXO H – Decretos de 28 de fevereiro de 1966 .....	274
ANEXO I – Resolução nº 6, de 13 de Julho de 1966 .....	275
ANEXO J – Decreto-lei nº 900, de 29 de Setembro de 1969 .....	275
ANEXO K – Decreto-lei nº 968, de 13 de outubro de 1969 .....	276
ANEXO L – Decreto nº 74.000, de 1º de maio de 1974 .....	277
ANEXO M – Decreto de 13 de agosto de 1975 .....	279
ANEXO N – Decreto nº 81.663, de 16 de Maio de 1978 .....	279
ANEXO O – Decreto Nº 79.137, de 18 de Janeiro de 1977 .....	284
ANEXO P – Decreto nº 86.593, de 17 de Novembro de 1981 .....	285
ANEXO Q – Portaria/MT nº 1.394 de 20 de setembro de 1984 .....	286
ANEXO R – Lei nº 7.504, de 2 de Julho de 1986 .....	286
ANEXO S – Decreto-lei nº 2.299, de 21 de Novembro de 1986.....	287
ANEXO T – Decreto nº 93.617, de 21 de novembro de 1986.....	288
ANEXO U – Lei nº 9.674, de 25 de Junho de 1998 .....	288
ANEXO V – Resolução CFB nº 034, De 30 Abril De 2001 .....	305
ANEXO X – Lei nº 12.244, de 24 de Maio de 2010 .....	305
ANEXO Y – Lei nº 12.514, de 28 de Outubro de 2011 .....	306
<b>ÍNDICE.....</b>	<b>309</b>



# JUBILEU DE OURO DA PROFISSÃO DE BIBLIOTECÁRIO

Regina Céli de Sousa  
Presidente do CFB  
16ª Gestão

Em agosto de 2015, comemoramos o jubileu de ouro da regulamentação da profissão de Bibliotecário. Cinquenta anos são transcorridos e, hoje, o Brasil conta com uma profissão estabelecida, organizada, consolidada e importante para a sociedade.

O profissional bibliotecário atua de forma integrada com o desenvolvimento social, econômico e cultural do país. Podemos dizer que a informação é insumo de nossas atividades e a nós compete o exercício da sua gestão, sua organização, do seu armazenamento, e do tratamento da informação nos mais diversos suportes, digital, eletrônico e impresso (analógico). Ademais, o bibliotecário oferece, por meio de seu trabalho, assessoria e consultoria a profissionais e a instituições, nas mais diversas áreas do conhecimento.

Nesses 50 anos, temos um legado histórico de muita luta pela valorização da profissão, como também de avanços e inovações; tudo isso enriquecido pelas tecnologias, pelos processos e padrões de organização da informação; portanto, devemos comemorar a data com a revalidação social do nosso compromisso, reconhecendo e louvando as conquistas, avaliando o que não conseguimos conquistar, de forma a subsidiar o planejamento da comunidade bibliotecária para os próximos 50 anos.

Também é preciso reconhecer o esforço de todos aqueles que, ao longo desses 50 anos, se dedicaram e aos que ainda se dedicam à biblioteconomia, zelando para que a sociedade receba serviços e recursos bibliotecários que contribuam para o pleno exercício da profissão, da cidadania e para a melhoria da qualidade de vida de todo brasileiro.

Coube aos membros da 16ª Gestão do CFB o mérito e a incumbência de promover as comemorações desta data marcante para a comunidade bibliotecária. E nós o fazemos com muito orgulho e dedicação. Para tanto, realizaremos uma Sessão Solene, na Câmara dos Deputados, em Brasília/DF, e um Seminário sobre Políticas Públicas para Bibliotecas, no Senado Federal, e o Seminário proporcionará momentos de reflexão e tomada de decisões iniciando os próximos 50 anos. Finalizaremos com o lançamento de dois livros. O primeiro apresenta o resultado dos Seminários realizados pelo CFB, sobre bibliotecas públicas e escolares e ética profissional, ocorridos em todas as regiões do País, que teve o propósito de contribuir para a construção de reflexão crítica e de alternativas nessas áreas. O segundo livro busca contar a trajetória da profissão em seus 50 anos, sob o ponto de vista das ações dos Conselhos Federal e Regionais de Biblioteconomia.

Nesta última obra, as informações estão organizadas em seis partes. A primeira apresenta as funções e o papel que os conselhos desempenham junto à sociedade. A segunda, de maneira sucinta e abrangente, um histórico sobre a Biblioteconomia no Brasil, ambiente e fim principal da atuação do CFB. A terceira parte assinala algumas das ações desenvolvidas pelas várias gestões que passaram pelo CFB com o objetivo de registrar a história para as gerações futuras, sobre o

trabalho do Conselho. Registrar os profissionais que construíram a história do Sistema CFB/CRB é uma justa homenagem que fazemos a todos eles.

Em continuação, destacamos os trabalhos realizados nesses 50 anos pela área de ensino e pelo movimento associativo que, somados às ações do CFB, completam o quadro situacional da profissão e de seu exercício.

Com o objetivo de enriquecer e dar a conhecer os documentos oficiais que nortearam as ações do CFB, reunimos em ordem cronológica os textos legais, desde o início, e também o relatório do projeto de lei que originou a Lei 4.084/62.

Deixamos registrado o nosso reconhecimento a todos os bibliotecários e aos apoiadores que contribuíram de forma significativa para a chegada do jubileu, e também a todos os conselheiros federais e regionais que dedicaram parte de seu tempo às atividades de valorização e promoção da profissão. Deixamos aqui nossas desculpas por qualquer omissão cometida diante de algum fato ou acontecimento relevante do ponto de vista do leitor.

E, finalmente, conclamamos todos os bibliotecários a continuarem somando esforços para o permanente trabalho de divulgação e valorização da profissão, além de definir os caminhos para os próximos 50 anos, que possibilitem à profissão defender o direito de acesso e uso da informação bibliográfica pela sociedade civil e, principalmente, na defesa de melhores serviços informacionais para esta sociedade.



# O PAPEL DOS CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL E SUA IMPORTÂNCIA PARA A SOCIEDADE

Adelaide Ramos e Côrte  
Bibliotecária – CRB-1/423  
Conselheira Federal - 16ª Gestão

O tema Exercício Profissional, analisado sob a perspectiva de garantias, deveres e da necessidade de fiscalização por parte do Estado brasileiro, é tratado de forma muito clara na Carta Magna de 1988, dando continuidade aos textos constitucionais anteriores.

Já no início, em seu artigo 5º, institui :

*Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...)  
XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;*

O inciso XXIV do artigo 21 estabelece que compete à União organizar, manter e executar a inspeção do trabalho. O texto constitucional prevê, também, no inciso XVI do artigo 22, que a União Federal detém a competência privativa para legislar sobre as condições para o exercício profissional, organizando o sistema nacional de emprego e as condições para o exercício de profissões.

Se, por um lado, compete ao Estado a organização do exercício profissional, por outro lado, as profissões surgem não por força de medidas do Estado, mas por demanda da sociedade, com base em necessidades sociais ocorridas em diversos contextos e momentos históricos. Uma vez existindo, é preciso organizá-las, preservando e zelando pelos interesses coletivos e não individuais ou corporativos.

Dessa forma, se a atividade profissional nasce do desejo de uma sociedade, ela assume um caráter público, tornando-se objeto de fiscalização do Estado. Neste contexto, considera-se a importância da regulamentação profissional tanto para assegurar o exercício profissional de pessoas qualificadas e habilitadas para tal, quanto para assegurar e defender os interesses da comunidade e dos cidadãos, que procuram atendimento especializado.

O Estado, na busca de agilizar suas atribuições, delega aos conselhos profissionais a função pública de fiscalizar, defender e disciplinar o exercício da atividade profissional, bem como o dever de zelar pelo interesse público. Delega, também, a supervisão qualitativa, ética e técnica do exercício das profissões, de acordo com a Lei, com o único objetivo de assegurar qualidade aos serviços prestados à sociedade, de uma perspectiva do profissional para a sociedade e não do profissional para o profissional de forma corporativa. Mesmo assim, é o profissional fiscalizando o profissional.

Diferentemente dos sindicatos, os conselhos não se caracterizam pelo corporativismo. Se um determinado profissional cometer algum erro, no exercício de sua profissão, o seu respectivo conselho abrirá processo ético disciplinar, aplicará a penalidade e, se for o caso, denunciará ao Ministério do Público.

No entender de Costa e Valente (2008), para que uma determinada atividade seja regulamentada, é preciso que exija, de quem a exerce, qualificações técnicas, conhecimentos técnicos e científicos avançados e especializados a fim de minimizar, ou evitar, a possibilidade de seu exercício ocasionar ou provocar sérios danos sociais, com riscos à segurança, à integridade física e à saúde. Regular significa impor limites, restringir o livre exercício da atividade profissional, já valorizada, reconhecida e assegurada constitucionalmente, tendo como objetivo principal a proteção da sociedade e nunca a garantia de direitos individuais.

No entender de Britto, Souza Neto e Sena (2014), o modelo de regulação dos profissionais liberais, no Brasil, segue os preceitos constitucionais e é realizado por autorregulação, indicando autonomia e independência do aparelho estatal.

Para os autores, as entidades de fiscalização, ou seja, os conselhos de fiscalização profissional:

- a) constituem categoria ímpar no elenco das personalidades jurídicas previstas no nosso ordenamento jurídico, não se identificando com as autarquias integrantes da Administração Pública Indireta;
- b) não estão sujeitos à tutela ou supervisão ministerial;
- c) não estão vinculados a qualquer Ministério ou órgão da Administração Pública;
- d) não se inserem na estrutura organizacional do Poder Executivo, estabelecida na legislação vigente;
- e) suas receitas e despesas não estão inseridas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária da União;
- f) não recebem qualquer auxílio ou subvenção da União;
- g) seus orçamentos não estão vinculados ao orçamento da União;
- h) seus dirigentes não recebem remuneração e são eleitos dentre os seus membros e, portanto, sem interferência do Poder Público;
- i) além de fiscalizar e regular o exercício das profissões, representam e defendem os interesses das categorias profissionais que fiscalizam;
- j) seus órgãos jurídicos não são vinculados à Advocacia-Geral da União para representação judicial ou extrajudicial dos seus interesses;
- k) não são beneficiários de isenção de custas na Justiça Federal.

Os conselhos, cumprindo com seu dever, atuam diretamente no controle ético e técnico-profissional, o que lhes confere a dimensão de seu compromisso social com a sociedade, e segurança, confiança e respeito em sua relação com os profissionais no exercício de suas funções.



A atuação eficaz dos conselhos protege a sociedade de maus profissionais, de modo a assegurar à população atendimento responsável e de qualidade, seja em um hospital, em uma biblioteca, em um escritório de contabilidade, na relação com um corretor de imóveis, no campo de pesquisa, ou em um tribunal de júri.

Conforme Lima (2004) e Freitas (2002), a natureza jurídica leva ao entendimento de que a regulamentação profissional é uma questão de cidadania. Primeiro, porque, em essência, as ações desses órgãos visam garantir a prestação de serviços de informação aos cidadãos brasileiros com uma qualidade presumida e, por isso, lutam para que esses serviços sejam prestados por profissionais habilitados, única maneira de assegurar que as funções social e ética das profissões que representam sejam cumpridas de modo eficaz.

O compromisso social dos conselhos é observado, também, em suas ações que fortalecem os mecanismos de controle social e promovem a democratização das políticas públicas.

Os conselhos de fiscalização profissional são criados por lei, com caracterização jurídica de autarquias, dotados de personalidade de direito público, com autonomia administrativa, patrimonial e financeira. Como as demais autarquias, constituem desmembramentos legais da União, possuindo feixe de atribuições próprio da ação estatal (COSTA e VALENTE, 2008).

Os funcionários dos conselhos são contratados por concurso público desde a década de 1990, e hoje se discute a possibilidade de que eles sejam ou não reconhecidos como servidores regidos pelo Regime Jurídico Único, de acordo com a Lei Federal nº 8.112/1990. Até o início de 2015, havia um parecer favorável do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) à efetivação da alteração do regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Contudo, a decisão foi anulada. Atualmente, há um grupo de trabalho, no Conselho Superior do Ministério Público Federal, que está analisando todas as implicações de tal transposição. Ao final, este grupo deverá apresentar ao Procurador-Geral da República parecer que subsidie uma Proposta de Emenda à Constituição, a ser emanada do Poder Executivo, para que seja apreciada no Congresso com a participação dos interessados.

A ausência de um marco legal é apontada como o principal entrave para a alteração. Para José Augusto Viana Neto, Coordenador do Fórum dos Conselhos Federais (BOLETIM CFB, 2015), os conselhos defendem o interesse da sociedade ao reprimir faltas ético-disciplinares. A adoção do Regime Jurídico Único poderia, a seu ver, afetar a autonomia dos profissionais e, principalmente, a autonomia dos tribunais ético-disciplinares dos conselhos que não pode ser ferida, ou sequer sofrer interferência.

Para cumprir sua missão, os conselhos cobram de seus profissionais um tributo, também conhecido por anuidade profissional. Este tributo é estabelecido com base no Art. 149 da Constituição Brasileira, criado com o objetivo de custear as atividades das entidades responsáveis pela fiscalização do exercício profissional. Não se confundem com as contribuições sindicais e possuem natureza tributária.



Portanto, os recursos orçamentários dos conselhos, aqueles oriundos das anuidades (Anexo Y) pagas pelos profissionais, são considerados recursos públicos, de natureza tributária e devem ser empregados em benefício do interesse público, com a finalidade de tornar mais eficiente a defesa da sociedade, empreendida pelos conselhos profissionais. Por isso, os conselhos estão sujeitos ao controle externo exercido pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Devem cumprir a Lei de Acesso à Informação (LAI), elaborar o orçamento anual e trabalhar dentro desse instrumento, prestando contas aos profissionais e à sociedade da forma como são gastos esses recursos.

Os conselhos não possuem autonomia para fixar as anuidades, que são estabelecidas em Lei e reajustadas de acordo com os índices oficiais do Governo. A Lei estabelece, ainda, a obrigatoriedade do repasse da cota-parte dos conselhos regionais para o conselho federal e só ela pode modificar esta situação. Na área da Biblioteconomia, a Lei nº 4084/62 e o Decreto N° 56.725, de 16 de agosto de 1965 que regulamenta a referida Lei, estabelecem, em seus artigos 29 e 30, respectivamente, a configuração das receitas do Conselho Federal, incluindo nelas  $\frac{1}{4}$  (um quarto) da anuidade.

A Sociedade da Informação provocou, também, importantes mudanças na atuação dos conselhos, deixando de lado as ações isoladas e meramente técnicas, impondo responsabilidade ética e política no exercício profissional. Nessa perspectiva, Rezende (2007) contribui com sua teoria de que a ação dos Conselhos Profissionais é redimensionada para além do seu aspecto normativo e fiscalizador, voltando-se para o movimento da sociedade na defesa dos direitos fundamentais do cidadão.

Ainda, segundo Rezende (2007), observa-se que, a partir da década de 1980, os conselhos têm tido presença marcante nas diferentes lutas da sociedade, tornando-se sujeitos ativos na construção coletiva de espaços democráticos de defesa das políticas públicas, contribuindo para a institucionalização de princípios democráticos da Constituição Federal de 1988.

Dessa forma, e para melhor acompanhar o desenvolvimento das profissões em todo o território nacional, várias áreas profissionais, como, por exemplo, a engenharia, a arquitetura, a nutrição, a administração, a contabilidade, a psicologia, a fonoaudiologia, a enfermagem, a biblioteconomia, entre outras, introduziram, como forma de trabalho, a metodologia sistêmica, um sistema integrado pelo Conselho Federal e pelos Regionais de cada profissão, com o objetivo de estabelecer diretrizes e ações conjuntas referentes ao exercício profissional. Nesse sentido, o Conselho Federal assume a função de órgão central do Sistema e os conselhos regionais, órgãos setoriais, atuando de forma integrada em benefício da profissão, de uma perspectiva preventiva e não somente punitiva com relação às questões pertinentes, mantendo a autonomia entre seus entes, de acordo com a Lei.

A função de fiscalização torna-se preventiva quando se constata a participação dos conselhos como parte integrante de conselhos diretivos, conselhos de

políticas, grupos de trabalhos ministeriais, fóruns de entidades da sociedade civil fortalecendo espaços democráticos e os anseios mais gerais da sociedade, o que torna os conselhos sujeitos ativos, indispensáveis no processo da construção de um pacto civilizatório, pautado na ética e nos direitos humanos, pela justiça social e pela democracia.

Nesse sentido, observa-se a atuação crescente do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) que possui assento no Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus, dirigido pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), colaborando com o estabelecimento e o cumprimento das políticas públicas no setor museal. Possui assento, também, juntamente com a Federação Brasileira de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB), no Conselho Diretivo do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL). O CFB integra, ainda, a Comissão Técnica para a Construção do Documento Orientador para subsidiar os avaliadores nos processos de avaliação *in loco* referente à área de Biblioteconomia, cujos membros são nomeados por Portaria do Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Participa das reuniões do Instituto ECOFUTURO e do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas.

Na área de formação do profissional bibliotecário, tem assento no Grupo de Trabalho que trata da implantação do curso de Biblioteconomia na modalidade de Ensino a Distância, coordenado pela Universidade Aberta do Brasil (UAB) da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Como ação concreta de zelar pelos interesses da sociedade brasileira, a promulgação da Lei nº 12.244/2010 traz, em seu bojo, a ação direta do CFB. Esta Lei dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Seminários regionais para acompanhar o andamento da implantação desta Lei promovidos pelo CFB foram realizados durante o exercício de 2014 e 2015.

O Sistema CFB/CRB, refletindo essa postura de ação mais ativa, tem buscado acompanhar o processo legislativo, auxiliando na elaboração das leis em defesa da atividade bibliotecária e dos serviços prestados à sociedade. Ainda na linha do acompanhamento legislativo, uma das maiores preocupações do CFB é estar atento às ações do Ministério da Educação (MEC), com relação ao ensino de Biblioteconomia, no sentido de cooperar com estudos, informações, objetivando que a formação do bibliotecário seja sempre adequada e com qualidade.

Outro aspecto relevante da atuação legislativa é evitar a descaracterização e o esvaziamento das áreas técnicas. No caso da Biblioteconomia, a luta, para que não se alterem o objetivo e os conceitos de cada tipo de biblioteca, tem sido uma constante junto ao Parlamento brasileiro no sentido de contribuir com a análise de projetos de lei que tratem do assunto.

Observa-se que, ainda, infelizmente, o parlamento não possui uma visão clara sobre o papel que os conselhos desempenham e suas contribuições à sociedade. Alguns parlamentares, quando precisam de assessoramento, já recorrem a

essas organizações, mas não é uma prática devidamente consolidada. Ainda, na opinião de Jenner, temos bons exemplos dessa ‘parceria’. Nas discussões que envolveram a regulamentação do nível tecnológico e do conceito de biblioteca pública, o CFB e outros conselhos interessados tiveram participação ativa.

Uma ação concreta de atuação dos conselhos é exemplificada por José Augusto Viana (BOLETIM CFB, 2015): imagine uma criança que passa mal após ter ingerido a merenda escolar. Se a mãe for diretamente à escola reclamar, por maior atenção que a direção da escola dê a essa mãe, nunca será tão efetiva quanto se a mãe fizer a denúncia ao Conselho de Nutricionistas que possui autoridade para entrar na cozinha, fiscalizar o acondicionamento dos alimentos, a indumentária e a qualificação dos empregados, bem como fornecer orientação em relação aos procedimentos corretos.

Inúmeros são os exemplos de denúncias, que chegam aos conselhos regionais de Biblioteconomia, de irregularidades- no exercício profissional que resultam em sucesso, protegendo a sociedade de profissionais não habilitados e valorizando o profissional bibliotecário.

Mas, se os conselhos desempenham papel fundamental para a sociedade, por que é corriqueiro ver um profissional menosprezando a atuação de seu conselho? Uma das causas, certamente, é o desconhecimento da real função dos conselhos que leva o profissional a crer que, se ele paga o tributo, deve ser devidamente retribuído, por meio da defesa de interesses de sua categoria.

Esse profissional não deixa de ter razão, porque o sistema contributivo é, por excelência, retributivo. Porém, as ações oriundas do tributo pago devem ser revertidas para dar proteção à sociedade, em relação aos serviços que lhe são prestados por seus profissionais.

É comum presenciar depoimentos de colegas que se candidataram a conselheiro pela simples curiosidade de saber a verdadeira razão da existência dos conselhos. Infelizmente, o processo de formação profissional raramente contempla disciplinas que conduzam o aluno à reflexão sobre o processo de fiscalização profissional e não encaram essa função como uma função pública, que o próprio Estado delegou aos maiores interessados, ou seja, os próprios profissionais. E, se existe a referida disciplina (ou seu conteúdo), ela é ministrada por professor que nem sempre possui registro profissional. Se o aluno não recebe essa informação em sua formação profissional, ele também não a incorporará no seu exercício profissional. Restam, então, as reclamações, na maioria das vezes, mais calcadas no elevado valor das anuidades (Anexo Y) do que no não cumprimento das verdadeiras funções dos conselhos. Assim, torna-se inócua a reclamação e a participação do profissional nesse processo.

Depoimento interessante é o da Presidente do Conselho Federal de Técnicos de Radiologia, Valdelice Teodoro, ao CFB (BOLETIM CFB, 2015). No caso da entidade que preside, o caminho tem sido a sensibilização e a conscientização. “Nós

temos tentado contato com as instituições de ensino e com as coordenações de educação a fim de orientar acerca da readequação da teoria e da prática ofertada. Infelizmente, não podemos ir além disso”.

Anualmente, são milhares de profissionais, com formação inadequada e capacidade técnica questionável, absorvidos pelo mercado, e que colocam em xeque os serviços prestados à população. Uma das alternativas para tentar contornar esse quadro crítico, na visão de José Augusto Viana, seria a adoção de exames de proficiência em todos os conselhos para os recém-formados. O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por exemplo, já faz uso desse expediente há cinco anos, e tem colhido bons resultados. “Participamos regularmente de reuniões com o Ministério da Educação. Alguns conselhos são consultados para referendar ou não a criação de cursos. Mas a legislação ainda apresenta muitas brechas, o que permite o agravamento da situação”, completa Viana.

O Brasil conta hoje com 507 conselhos (sendo 30 federais), mais de 23 mil funcionários e cerca de 9 milhões de profissionais ativos inscritos. Contudo, para que a sociedade entenda que dispõe dessa ferramenta de cidadania, é necessário que os conselhos dela se aproximem, desenvolvam campanhas de divulgação dos seus trabalhos, aprimorem os canais de comunicação e intensifiquem a relação com as autoridades e a classe política, de modo a ampliar sua participação na proposição e execução de políticas públicas.

É necessário fortalecer o diálogo com a sociedade.

É preciso que os profissionais tomem consciência da importância dos conselhos para a sociedade atual, porque, contando com a participação de todos os seus registrados, o controle desses órgãos será feito de forma ainda mais democrática. Quem sai ganhando é toda a sociedade brasileira não somente os profissionais.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. **BOLETIM CFB** – 2015.

BRASIL. Decreto n. 56.725, de 16 de agosto de 1965. Regulamenta a Lei no. 4084, de 30 de junho de 1962, que dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 ago.1965.

BRASIL. Lei n. 4.084, de 30 de junho de 1962. Dispõe sobre a Profissão de Bibliotecário e regula seu exercício. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 02 de julho de 1962.

BRASIL. Lei n. 9.674, de 25 de junho de 1998. Dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário e determina outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n.120, Seção I, p.1-2, 23 jun. 1998.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações. 2006**. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/>>. Acesso em: 23 maio 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 37. ed. atual. ampl. São Paulo: Saraiva, 2005. (Coleção Saraiva de Legislação).

BRITTO, Juliana; SOUZA NETO, Cláudio Pereira; SENA, Beatriz. **Ação Declaratória de Constitucionalidade com pedido de providência cautelar**: proposta pelo PARTIDO DA REPÚBLICA. Brasília, 2014. 33p.

CHAVES JÚNIOR, Abel. **A importância dos conselhos profissionais para a sociedade atual**. 2010. Disponível em: <http://www.craes.org.br/interna/noticiaCompleta.php?a=230>. Acesso em: 3 de maio de 2015

Costa, Beatriz Rezende Marques; VALENTE, Manoel Adam Lacayo. **Responsabilidade social dos conselhos profissionais**. Brasília: Câmara dos Deputados/Consultoria legislativa, 2008. (ESTUDO NOVEMBRO/2008)

FREITAS, Lúcia Maria de Paula. **Procedimentos fiscalizatórios**. In: FÓRUM DO CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, 1. Fortaleza, 2002. **Anais eletrônicos**. Fortaleza: CFB, 2002. Disponível em: <[http://www.cfb.org.br/html/saladeleitura\\_procedimentos.asp](http://www.cfb.org.br/html/saladeleitura_procedimentos.asp)>. Acesso em: 15 mar. 2006.

JOB, Ivone; OLIVEIRA, Dalgiza Andrade. Marcos históricos e legais do desenvolvimento da profissão de Bibliotecário no Brasil. **Revista ACB**, v. 11, n. 2, 2006. Disponível em: <http://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/449/565>. Acesso em: 21 de maio de 2015.

LIMA, Raimundo. **Conselhos Federal e Regionais de Biblioteconomia**: papéis e responsabilidades. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.cfb.org.br/html/saladeleitura.asp>>. Acesso em: 15 mar. 2005.

O CFB: histórico. Disponível em: [http://www.cfb.org.br/html/historico\\_03.asp](http://www.cfb.org.br/html/historico_03.asp)>. Acesso em: 24 abr. 2015.

REZENDE, Maria Thereza Mendonça C. de. O papel social dos conselhos profissionais na área da saúde. **Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia**. [online]. 2007, vol.12, n.1, p. VIII-X. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsbf/v12n1/002.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2015

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Orientações para os Conselhos de Fiscalização das Atividades Profissionais**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2663839.PDF>. Acesso em: 6 de junho de 2015.





A BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL:  
RAZÃO DE SER DO CONSELHO  
FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA



A Biblioteconomia, como área do conhecimento, passou a existir, no Brasil, a partir de 1911, quando Manuel Cícero Peregrino da Silva, então Diretor da Biblioteca Nacional, conseguiu oficializar a criação do primeiro curso de Biblioteconomia do Brasil, primeiro também da América do Sul e 3º no mundo. Esse curso começou a funcionar somente em 1915, na própria Biblioteca Nacional, nos porões, local onde hoje é o Auditório Machado de Assis.

Até o início da década de 1930, a biblioteconomia viveu sua fase humanista, calcada no modelo da École de Chartre, na França, e na qual os seus profissionais eram ilustres personalidades: escritores, historiadores, literatos, pessoas cultas em geral.

Mesmo sendo o primeiro curso de Biblioteconomia voltado especialmente para os funcionários da Biblioteca Nacional (BN), provocou a criação de outros cursos, o que também permitiu traçar o perfil do bibliotecário que se pretendia ter no Brasil.

Refletindo a experiência do modelo americano, é criado, em 1929, o curso de Biblioteconomia no Instituto Mackenzie, que anos mais tarde é transferido para a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP).

Um fato importante foi a criação, em 1938, da primeira associação profissional, a Associação Paulista de Bibliotecários e sua filiação à Federação Internacional de Documentação (FID) e à *Association of Special Librerie and Information Bureaux* (ASLIB), impulsionando o avanço da formação desse profissional no país.

A partir da década de 1930, graças especialmente aos esforços de Rubens Borba de Moraes, a biblioteconomia começou a progredir em passos mais largos, com a criação da primeira Escola de Biblioteconomia, que funcionou, inicialmente, junto ao Departamento de Cultura da Cidade de São Paulo e depois na Escola de Sociologia e Política da mesma cidade. Essa Escola, dirigida por Rubens Borba de Moraes, tinha uma orientação estritamente americana, e abriu as portas para os alunos recém-saídos do curso secundário. Para essa Escola, Rubens Borba convidou bibliotecários de todo o país, os quais, retornando aos seus Estados, foram, aos poucos, envidando esforços no sentido de criar novos Cursos e Escolas de Biblioteconomia, especialmente nas Universidades Federais.

Assim, em 1942, surgiu a Escola de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), fundada pela Professora Bernadete Sinay Neves, que não era bibliotecária, mas engenheira civil; em 1945, foi criada a Faculdade de Biblioteconomia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCAMP), por um grupo de bibliotecários paulistas; em 1947, surge a Escola de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e, em 1950, surgiu o curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), pelo esforço de alguns bibliotecários do Paraná, e a Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), cuja fundadora foi Etelvina Lima. Em 1965 já existiam no Brasil, 14 Escolas e Cursos de Biblioteconomia.



Mesmo com o momento político brasileiro caracterizado por censura e repressão, gerados pela ditadura, em 1969, é criada a Federação das Escolas Isoladas do Estado da Guanabara (FEFIEG) pelo Decreto-Lei nº 773, de 20 de agosto de 1969 que, em 1975, passou a se chamar Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ). A ideia inicial era que esta Federação se transformasse em universidade, o que de fato aconteceu em 1979, pela Lei nº 6.655, de 5 de junho de 1979. Surge, então, a Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO), hoje Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, mantendo a mesma sigla (UNIRIO), de acordo com a Lei nº 10.750, de 24 de outubro de 2003.

Na FEFIEG foi criada a Escola de Biblioteconomia onde funcionava o curso de Biblioteconomia. Este curso, anos mais tarde, foi transferido para uma casa na Rua Washington Luís, local provisório até sua instalação definitiva no prédio da UNIRIO.

A década de 1960 foi importante para a Biblioteconomia, em se tratando da estruturação e organização da área que culminou com a promulgação da Lei 4.084/1962.

Mas esse trabalho foi lento e exigiu esforços de todos os envolvidos.

Ainda, no final da década de 1950, mais precisamente em 1958, o Ministério do Trabalho e Previdência Social, publica a Portaria nº 162 (Anexo A) incluindo a profissão de bibliotecário no 19º Grupo - Bibliotecários, do plano da Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL). Entendeu o gestor que a profissão possuía cunho liberal. Profissional liberal, de acordo com a CNPL, é o profissional capaz de exercer, com liberdade e autonomia, a sua profissão, para a qual recebeu formação técnica ou superior específica, reconhecida oficialmente. O exercício dessa profissão pode ocorrer com ou sem vínculo empregatício, porém sempre acompanhado por organismos de fiscalização do exercício profissional.

Em 1962 veio a coroação de todos esses esforços, com a promulgação da Lei nº 4.084/62 (Anexo C) que regula, até hoje, o exercício da profissão de bibliotecário no Brasil e estabelece as prerrogativas dos portadores de diploma em Biblioteconomia no país.

Muito se deve à atuação e aos esforços de bibliotecárias como Laura Garcia Moreno Russo, Lydia de Queiróz Sambaqui, dentre outras, que, com persistência e coragem, trabalharam em prol da regulamentação da profissão, por muitos anos. Foi nesta fase, chamada de influência americana, que aconteceu a realização do 1º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBDD) na cidade do Recife, em 1954. Foram criadas inúmeras bibliotecas nos órgãos públicos, especialmente federais, incentivando o aumento de candidatos aos cursos de Biblioteconomia.

A aprovação da Lei precedeu a tramitação do Projeto de Lei nº 4.770-A, de 1958 (Anexo B), que obteve parecer na Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão de Legislação Social. O então Deputado Aurélio Viana, Relator do Projeto,

descreve a importância do trabalho do bibliotecário e das bibliotecas para o desenvolvimento do país e poucas alterações fez ao projeto original.

Ainda, em 1962, outro importante fato aconteceu. Foi publicada, em 16/11/1962, a Resolução nº 3.261, do Conselho Federal de Educação, estabelecendo o currículo mínimo para o ensino da biblioteconomia, fixando a duração do curso em 3 anos e em 12 o número de disciplinas obrigatórias a serem ministradas. Observa-se, nesse currículo, a influência americana, voltada para a formação técnica do bibliotecário. O parecer, em que se baseou a Resolução, foi do Conselheiro Josué Montello.

A regulamentação da Lei nº 4.084/62 veio pelo Decreto nº 56.725, de 1965 (Anexo D) que, entre outras determinações, possibilitou a instalação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia, alguns anos depois, pelas mãos das mesmas bibliotecárias que conseguiram a aprovação da Lei do Bibliotecário.

Assim, em novembro de 1965, a Portaria nº 585 (Anexo E), do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), cria Grupo de Trabalho para coordenar a realização da eleição da primeira Diretoria do CFB.

As instruções para a realização das eleições foram disciplinadas pela Portaria/MTPS nº 761 (Anexo F), e a data para sua realização foi definida pela Portaria/MTPS nº 675 (Anexo G) também de 1965. Os membros eleitos deveriam tomar posse até 15 dias após a homologação do processo eleitoral pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social e constituiriam a 1ª Gestão do CFB.

Conforme estabelecido, a eleição aconteceu no Auditório do MTPS, no Rio de Janeiro, no dia 16 de dezembro de 1965, tendo sido indicada, como 1ª Presidente, por unanimidade, a bibliotecária Laura Garcia Moreno Russo nomeada, por Decreto Federal, em 28 de fevereiro de 1966 (Anexo H).

Na década de 1970, a biblioteconomia tomou novo impulso com a criação de seis Programas de Mestrado, com o surgimento de revistas especializadas e com a expansão de oportunidades de emprego, principalmente junto aos órgãos federais em suas bibliotecas especializadas e universitárias. Os Programas de Doutorado começaram a surgir durante a década de 1980. Atualmente a classe bibliotecária encontra-se já consolidada a nível nacional, em processo de reconhecimento cada vez maior pela sociedade e com os seus órgãos de classe, Conselhos, Associações e Sindicatos, implantados e organizados e com uma participação cada vez maior tendo, inclusive, importante atuação nas ações relacionadas com o MERCOSUL.

Hoje, pouco mais de um século após a criação do primeiro curso de Biblioteconomia, na Biblioteca Nacional, o País conta com 37 (trinta e sete) cursos instalados pelo Brasil. O ensino desde cedo esteve apoiado pela Associação Brasileira das Escolas de Biblioteconomia e Documentação (Abebd), hoje Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (Abecin), que tem por finalidade assegurar


o debate sobre a formação de pessoas comprometidas com a manutenção e a ampliação de um corpo profissional atuante nos campos das práticas da Ciência da Informação.

Como qualquer entidade que congrega instituições e profissionais voltados à formação de recursos humanos em nível universitário, sua missão guarda relação direta com o conjunto de interesses e visões de mundo e com o ideário de permanência desse corpo profissional na sociedade.

A Abecin é, sobretudo, um espaço político no qual a discussão sobre a perspectiva da construção e experimentação de saberes novos é tão importante e significativa quanto a ação de praticar esses saberes conquistados.

É nessa perspectiva de crescimento e desenvolvimento da área da Biblioteconomia, no país, que o Sistema CFB/CRB entra em cena para garantir proteção para a sociedade contra profissionais não qualificados e descomprometidos com a missão da Biblioteca, sem a postura ética necessária e exigida para as funções que desempenham e garantir a oferta de serviços que melhorem a qualidade de vida e contribuam para o pleno exercício da cidadania.





O CFB EM AÇÃO:  
A CONTRIBUIÇÃO DE  
CADA GESTÃO

“O essencial faz a vida valer a pena”  
Mário de Andrade

## Primeira gestão (1966/1969)

Laura Garcia Moreno Russo - O pioneirismo

Promulgada a Lei 4.084/62 (Anexo C), transcorrido todo o processo de eleição, a nomeação do presidente do CFB pelo Presidente da República, toma posse a primeira gestão do CFB tendo como presidente, a bibliotecária Laura Garcia Moreno Russo, que naquela ocasião também ocupava a presidência da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (Febab).

Observa-se nos registros, que as reuniões da primeira diretoria do CFB começavam à tardinha e se estendiam noite adentro. Todos os assuntos eram analisados, a pauta cumprida em sua totalidade, obedecendo a uma dinâmica: abria-se e se separava a correspondência, para exame e resposta; os assuntos administrativos e financeiros eram discutidos, analisados e decididos; as Resoluções eram elaboradas, aguardando-se a Reunião Plenária para que fossem aprovadas; o anteprojeto do Regimento Interno do CFB e o primeiro Código de Ética do Bibliotecário foram elaborados e discutidos, para serem também aprovados na 1ª Reunião Plenária, que aconteceu nos dias 11 a 13 de julho de 1966, na sede do Serviço de Assistência Didática ao Ensino Comercial (SADEC), em São Paulo. Dela participaram os conselheiros eleitos. Importante observar que dos conselheiros eleitos para a primeira gestão duas eram presidentes de associações de classe: Adélia Leite Coelho, presidente da Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal (ABDF) e Lourdes Catharina Gregol, presidente da Associação Riograndense de Bibliotecários (ARB) e ainda, representando, oficialmente a Associação Bibliotecária do Paraná (ABPr), a conselheira Marcelina Dantas.

Instalada a sessão, imagine-se que com toda a pompa e circunstância, acompanhadas de uma grande emoção e reverência, o assunto principal discutido foi a denúncia contra a criação do Curso Médio de Assistente de Biblioteca e Arquivo, realizado em quatro séries anuais, no Distrito Federal, aprovado pelo Conselho de Educação do Distrito Federal. Foi a moção contrária a este curso, a primeira decisão do CFB. Nesta mesma sessão foi aprovado o 1º Regimento Interno do CFB onde constava em suas disposições transitórias, que durante a primeira gestão, a sede do CFB seria em São Paulo. Só a partir da segunda gestão, seria transferida para Brasília, para atender o disposto na Lei 4.084/62 (Anexo C). Nesta reunião foram aprovadas ainda a resolução sobre a anuidade e taxas a serem pagas pelos

bibliotecários, estudo que resultou da análise das mesmas taxas cobradas por outros conselhos de fiscalização profissional; a resolução sobre a sigla, jurisdição e sede dos Conselhos Regionais, a saber: CRB-1 com sede em Brasília, DF, contemplava os estados de Goiás, Mato Grosso, Acre e Território de Rondônia e o Distrito Federal. CRB-2 com sede em Belém (PA), estariam sob sua jurisdição os estados de Pará, Amazonas e os Territórios de Amapá e Roraima. CRB-3, com sede em Fortaleza (CE), atenderia os estados de Ceará, Maranhão e Piauí. CRB-4, com sede em Recife (PE), os estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Território de Fernando de Noronha. CRB-5, com sede em Salvador (BA), teria sob sua jurisdição os estados de Bahia, Sergipe e Alagoas. CRB-6, com sede em Belo Horizonte (MG) teria somente o estado de Minas Gerais. CRB-7, com sede em na cidade do Rio de Janeiro (RJ), cobriria os estados de Espírito Santo, Rio de Janeiro de Guanabara. CRB-8, com sede na cidade de São Paulo (SP), seria composto pelo estado de São Paulo somente. CRB-9, com sede na cidade de Curitiba (PR), teria sob sua jurisdição, os estados do Paraná e Santa Catarina. CRB-10, com sede em Porto Alegre (RS) teria sob sua jurisdição o estado do Rio Grande do Sul.

Os demais Conselhos Regionais foram criados posteriormente. O CRB-11 desmembrou-se do CRB-2, e possui jurisdição nos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima; O CRB-12 separou-se do CRB-7, ficando sua jurisdição no Estado do Espírito Santo. O CRB-13 desmembrou-se do CRB-3 com jurisdição no Estado do Maranhão; o CRB-14, com jurisdição no Estado de Santa Catarina, desmembrou-se do CRB-9. Em 2010 o CRB-12 foi extinto e o CRB-6 assumiu a jurisdição do Estado do Espírito Santo.

Assunto bastante discutido na primeira reunião foi a questão da acumulação de cargo de membro nato com o de membro da Diretoria de um Regional, tendo sido decidido que o conselheiro “finalizaria o seu mandato na Diretoria”, o que nos faz entender que o mandato no Regional findaria no momento da posse no Federal. Resolução aprovada nesta sessão orienta o funcionamento dos Regionais e estabelece a obrigatoriedade de duas Comissões Permanentes: a de Tomada de Contas e a de Ética Profissional. Foi também aprovado o 1º Código de Ética Profissional, cujo texto final foi elaborado com base na análise do código adotado pela Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB). Outra importante resolução foi a aprovação do Juramento do Bibliotecário, Resolução nº 006/CFB de 13 de julho de 1966 (Anexo I), que vigora até os dias atuais, sem modificação. Observa-se no registro das atas das sessões desta primeira reunião plenária, a presença de profissionais que não são conselheiros e vieram para apoiar a primeira Gestão do CFB ou mesmo para apresentar sugestões de ações.

Na última Sessão dessa Reunião Plenária do CFB, no dia 13 de julho de 1966, foi discutido o anteprojeto de criação da Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação (Abebd), oficializada tempos depois.

Durante o V CBBDD, em São Paulo, aconteceu a primeira Assembleia dos Conselhos Federal e Regionais. Nesta reunião foi analisada a proposta do CRB-8 sobre o regimento Interno do CFB aprovado na reunião anterior.



O salário mínimo do bibliotecário, foi discutido tendo sido decidido que a presidente encaminharia ofício e solicitaria audiência no Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), órgão responsável pelo assunto. Não havendo sucesso nas negociações, o CFB baixaria Resolução estabelecendo o salário mínimo regional para o bibliotecário. A presidente levanta a questão que vem tratando junto ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) sobre a necessidade de um departamento naquele Ministério para tratar das bibliotecas públicas, escolares e universitárias. Outro assunto analisado foi a posição contrária do CFB na realização de cursos de capacitação para leigos que trabalham em bibliotecas. Está claro nos registros, o receio de que esses cursos interfiram, negativamente, no mercado de trabalho do bibliotecário. A defensora do referido programa de treinamento, bibliotecária/conselheira Heloisa de Almeida Prado defende que o treinamento seria de quatro meses para os profissionais que já trabalhavam em bibliotecas quando da promulgação da Lei nº 4.084/62, os chamados “provisionados” e não preencheria o espaço dos cursos normais e muito menos retiraria o emprego do bibliotecário formado. Diante dessa argumentação ficou decidido que o curso estaria voltado aos atendentes de bibliotecas. O problema da falta de profissionais bibliotecários nas escolas é grave e o CFB propôs ao MEC a criação de Centros de Processamento Técnico nas Secretarias Estaduais de Educação dos Estados com a finalidade de “encaminhar livros processados a todas as escolas da rede oficial”. Percebe-se o interesse da presidente do CFB em motivar os conselheiros a participarem dos eventos ligados à área, como forma de motivação e divulgação das atividades e importância do CFB. Foram baixadas Resoluções orientando os Regionais sobre o processo de cobrança de taxas para o registro de bibliotecas e Centros de Documentação nos Regionais, sobre como deveriam ser feitos os depósitos da cota-parte pelos Regionais ao CFB e ainda fixando o limite de tempo de licenciamento de conselheiros federais e regionais em cento e oitenta dias prorrogável por igual período.

Ainda na primeira gestão foi instituído o livro de registro de presença às reuniões, pelos conselheiros federais. Esta prática está em vigor até os dias de hoje e certamente é uma comprovação de participação justificando as despesas oriundas da realização das reuniões.

A atenção dada pelo CFB aos Regionais se reflete nas visitas, pela presidente, a cada um orientando-os em como proceder no processo de gestão de suas atividades, chegando ao detalhe de estabelecer itens necessários à elaboração de atas e convocação de reuniões, organização de arquivos, dentre outros assuntos pertinentes. O plenário orienta ainda que os conselheiros federais não devem fazer parte da diretoria de nenhum regional, por incompatibilidade de funções, principalmente em se tratando da função do CFB de fiscalizar as contas dos Regionais, sendo incompatível um conselheiro federal fiscalizar suas próprias contas e que os conselheiros federais “não representam os seus estados e sim, a classe bibliotecária do Brasil”. A Diretoria do CFB reunia-se quinzenalmente. Atenção especial foi dada à reformulação do Regimento do CFB. Fica marcado a cooperação entre a



Febab e o CFB na primeira gestão, e o compromisso destas instituições de lutarem juntas para o crescimento da classe bibliotecária.

Era comum o relato dos conselheiros sobre ações desenvolvidas e das quais participaram, nas universidades, entre as reuniões. Desde a questão sobre cursos de especialização, palestras, seminários realizados pelas escolas de biblioteconomia até a utilização da figura de biblioteca central pelas universidades.

Observa-se a interação positiva dos conselheiros e conseqüentemente da imagem do CFB junto às universidades, ao MEC, ao Instituto Nacional do Livro (INL), Biblioteca Nacional e a outros órgãos da administração pública.

Foi assunto tratado ainda nas primeiras gestões, a integração das áreas de arquivo, bibliotecas e museus, com a permissão do registro desses profissionais no CFB. Percebem-se nos registros que alguns conselheiros eram favoráveis, outros não. Mas de fato, não houve progresso nessa linha de raciocínio, finalizando a questão com a promulgação da Lei do Sistema Nacional de Arquivos e a criação do Conselho Federal de Museologia.

## Segunda gestão (1969/1972)

Antonio Agenor Briquet de Lemos – A primeira infância do Conselho Federal de Biblioteconomia

A assinatura de João Goulart, no autógrafo da lei n. 4 084, de junho de 1962 (Anexo C), é uma das lembranças que os documentos registram de um dos momentos mais dramáticos e tumultuados de nossa vida política. Fazia menos de um ano que, em agosto de 1961, Jânio Quadros renunciara ao cargo de presidente da República. A isso se seguiram movimentos de grupos golpistas, cujo objetivo era impedir a posse de João Goulart. A resistência civil, com intensas manifestações nas ruas, a cisão entre as forças militares e o trabalho aguerrido dos congressistas favoráveis à legalidade democrática levaram o Congresso Nacional à implantação do regime parlamentarista, como solução para o impasse político.

A instabilidade política, que fora mantida sob relativo controle durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), recrudescera diante da possibilidade de um governo que buscava fazer mudanças de fundo por meio das chamadas reformas de base. As sucessivas crises culminaram com o golpe de março de 1964 que implantou a ditadura militar. Começou, então, um longo período de intolerância, perseguições e violações dos direitos humanos.

A primeira medida ditatorial baixada pelos militares foi o ato institucional de 10 de abril de 1964, pelo qual foram cassados os direitos de uma centena de cidadãos. Nessa primeira lista de cassados, palavra até então raramente usada em nossa vida política, mas que logo se tornaria comum, estavam dois dos três congressistas que participaram da aprovação da lei 4 084, de 1962, que regulamentou

a profissão de bibliotecário: os deputados Rogê Ferreira (que exerceu mandatos de 1955 a 1964) e Almino Afonso (1958 a 1964). Aurélio Viana, que apresentou o relatório final (Anexo B) que levou à aprovação do projeto de lei, manteve-se nos cargos de deputado (de 1955 a 1961, e senador de 1963 a 1970).

Rogê Ferreira, em 1964, afastou-se da vida pública, foi exercer a advocacia e fazer oposição ao governo militar na seção paulista da Ordem dos Advogados do Brasil.

Almino Afonso, ex-ministro do Trabalho de João Goulart, logo depois do golpe, partiu para o exílio, só retornando ao Brasil depois de 12 anos, em 1976.

O arremate do golpe viria mais tarde. O atentado mais profundo do regime militar contra a democracia foi assestado em 13 de dezembro de 1968 na forma do Ato Institucional n. 5, o celerado AI-5.

\*\*\*

Dois dias depois de baixado o AI-5, em 15 de dezembro de 1968, ainda atônito com o desenrolar da situação política, e antes de completar um ano do início de minhas atividades de professor na Universidade de Brasília, houve a eleição para escolha da segunda diretoria do Conselho Regional de Biblioteconomia da 1ª região. Quase todos os bibliotecários da cidade se conheciam, pois éramos pouco mais de uma centena; cinco anos mais tarde, em 1973, os dados do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) mostravam um total de 170 bibliotecários registrados no Distrito Federal. Nessa situação, pode-se imaginar qual era a dificuldade para arregimentar candidatos para as diretorias da associação local e do conselho profissional, cujo total corresponderia a cerca de 10% do número de bibliotecários da cidade. Os recém-chegados, embora, de certa forma, todos o fossem, pois a cidade existia há apenas oito anos, eram logo convidados a participar do trabalho associativo. Comigo não foi diferente. No ano seguinte, passei a colaborar com a Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal (ABDF), no cargo de conselheiro suplente, com mandato até 1971, nas diretorias presididas por Pérola Cardoso Raulino (1970/1971) e Murilo Bastos da Cunha (1971/1973).

Em São Paulo, nesse mesmo mês tenebroso de dezembro de 1968, no CFB, chegava ao fim o mandato da primeira diretoria do Conselho Federal de Biblioteconomia, que, com a orientação e o apoio do Ministério do Trabalho e Previdência Social, cumpriu seu mais importante objetivo, que era a instalação do conselho federal e dez conselhos regionais. Ao final do mandato, colocava-se a exigência legal de transferir a sede do CFB para Brasília, conforme o que determina o artigo 10, da lei 4 084, de 1962.

É provável que, quando da instalação do CFB, em dezembro de 1965, as condições para isso em São Paulo fossem mais favoráveis do que as existentes na nova capital, com apenas cinco anos de existência e ameaçada em sua continuidade pela ostensiva antipatia de setores do governo militar.

Prova disso é que a eleição (em dezembro) e a posse (em março) da primeira diretoria ocorreram no Ministério do Trabalho no Rio de Janeiro. Essa eleição foi coordenada por um grupo de trabalho formado pelo Ministério do Trabalho (Anexo E), cerca de dois meses antes, e do qual faziam parte dois bibliotecários do Rio de Janeiro (Francisco Luna Figueiredo de Albuquerque e Antônio Caetano Dias) e duas bibliotecárias paulistas (Maria Alice de Toledo Leite e Laura Garcia Moreno Russo), além de um representante do Ministério do Trabalho e outro do Ministério da Educação, a Sra. Nair Fortes Abu-Mehry, que não era bibliotecária, como se diz alhures, mas especialista em educação, que trabalhava na Diretoria do Ensino Superior do MEC, e cujo Serviço de Documentação era dirigido pelo notável bibliotecário que foi Francisco Luna Figueiredo de Albuquerque.

Em Brasília, a colega Nydia da Silveira Caldas, que era presidente da primeira diretoria do conselho da 1ª região, desde 16 de setembro de 1966, ao se aproximar o final de seu mandato, convenceu-me a me candidatar à presidência do segundo conselho, que tomaria posse em 2 de janeiro de 1969. Não me lembro de que houvesse outro candidato, pois a ata da reunião em que ocorreu a eleição registra simplesmente os votos apurados, a saber, presidente: Antonio Agenor Briquet de Lemos (11 votos); vice-presidente: Elton Volpini (6 votos); primeira secretária: Maria Yvonne de Faria Cunha (4 votos); segunda secretária: Elsy Guimarães Ferreira Pereira (8 votos); tesoureira: Neusa Dias Macedo (7 votos). Éramos todos da mesma instituição: a Universidade de Brasília. O professor Elton Volpini chegara à UnB pouco depois de mim para dirigir a Biblioteca Central.

Mal tomei posse, fui convocado a comparecer, como delegado eleitor do Conselho Regional de Biblioteconomia da 1ª Região, à eleição do segundo Conselho Federal de Biblioteconomia, em 27 de janeiro, em São Paulo. Inscrevera-se pela 1ª região, como candidata, a colega Neusa Dias Macedo, que lecionava na Universidade de Brasília. O meu nome estava na lista tríplice que a Faculdade de Biblioteconomia e Informação Científica da UnB enviou, da mesma forma que as demais escolas de biblioteconomia, para, dentre eles, serem sorteados seis conselheiros efetivos. Minha inclusão nessa lista ocorreu porque quase todos os professores da faculdade não queriam participar ou estavam impedidos, de uma ou outra forma. Não éramos muitos. Não chegávamos a uma dezena: Abner Lellis Corrêa Vicentini, Astério Campos, Cordélia Robalinho de Oliveira Cavalcanti, Edson Nery da Fonseca, Fernanda Leite Ribeiro, Pérola Raulino e Washington de Almeida Moura.

Não discordei da inclusão de meu nome na lista porque, além de minha posição de recém-contratado não me dar muita liberdade de ação, achava praticamente impossível que fosse sorteado, tendo em vista o meu histórico em matéria de jogos e sorteios. Fazendo um retrospecto, imagino que haveria 33 candidatos, com o nome de cada um em 33 cédulas. Seis cédulas seriam sorteadas. Pensando hoje, acho que, matematicamente, a chance de meu nome ser sorteado seria pequena (18%). E a chance de não ser sorteado, alta (82%). Pela primeira vez na vida a estatística me traiu. A cédula com meu nome foi a segunda a ser

retirada da urna. Os demais companheiros sorteados nesse bingo foram: Nancy Westphalen Corrêa (Universidade Federal do Paraná), Maria Nazareth M. de Barros (Universidade Federal do Pará), Maria Letícia de Andrade Lima (Universidade Federal de Pernambuco), Jandira Batista de Assunção (Universidade Federal de Minas Gerais) e Heloísa de Almeida Prado (Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo). A ata da reunião, publicada no Diário Oficial encontra-se em <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2994604/pg-10-secao-2-diario-oficial-da-urniao-dou-de-03-06-1969/pdfView>.

Na mesma ocasião, seria realizada, pelos 12 conselheiros eleitos, a indicação dos nomes para a lista tríplice a ser encaminhada à presidência da República. No entanto, como nem todos os conselheiros estavam presentes, a assembleia determinou que eles enviassem por carta os três nomes de sua preferência. Não me lembro quais os nomes que foram apontados pelos demais conselheiros e tampouco os que compuseram a lista tríplice disso resultante. O único registro que encontrei foi a notícia publicada no *Boletim da Febab*, v. 19, n. 3/4, p. 45-51, mar.-abr. 1969, em que é solicitada a “homologação” do meu nome como presidente do CFB para o triênio 1969/1971. Essa notícia informa que, no dia 31 de março, data prevista na legislação, havia ocorrido a “cerimônia de transmissão do cargo de presidente do CFB”. Na realidade o que ocorreu foi a posse do novo conselho, o qual, do ponto de vista legal, estava acéfalo, pois seu presidente ainda não fora nomeado. E o mandato do conselho anterior havia terminado.

Esses não foram tempos fáceis. O processo de análise da lista tríplice percorria os escaninhos burocráticos, principalmente quando o país era governado por uma “junta militar no exercício da presidência”. Com uma junta militar, respirei aliviado, é que meu nome não será homologado. Afinal, poderia ficar tranquilo uma vez que certamente a presidência do CFB iria para mãos mais competentes e mais afinadas com a corporação. A junta militar, cujos agentes de informação deviam estar há quase seis meses analisando meu passado e minhas tendências políticas e ideológicas, jamais aprovaria o nome de um professor que, só por essa simples condição de professor de uma universidade altamente suspeita, merecia ser desconsiderado. A essa altura saberiam de minha colaboração, antes do golpe de 1964, com publicações e editoras de esquerda. Algo teria sido revelado pelo olhar percuciente dos agentes do Serviço Nacional de Informação (SNI). Daí a demora da “homologação” do meu nome. Agora, mais do que nunca, com o endurecimento do regime, essa homologação jamais sairia. Alegria de pobre, porém, dura pouco. O ato de nomeação acabou sendo assinado em 24 de setembro, isto é, seis meses depois do término do mandato da presidente Laura Garcia Moreno Russo. Minha nomeação foi sancionada pelas três assinaturas dos ministros militares no exercício da presidência da República. Quem diria...

Em 11 de novembro, recebi de Laura Russo o cargo num encontro informal, em Brasília, bem como a documentação pertinente, embalada em três ou quatro caixas de papelão, de tamanho médio. Era o arquivo do CFB. A disponibilidade de dinheiro era modesta. Assinei o recibo pertinente e agradei os votos de sucesso

de Laura Russo, que voltou para São Paulo. Sozinho em Brasília, podia dizer que a diretoria do CFB era eu.

Cessada, com o término do mandato do primeiro conselho, a excepcionalidade que permitiu sua formação e instalação fora da capital federal, tivemos de começar nosso mandato com um sério problema a resolver. Ao contrário do primeiro conselho, em que os fados e as relações pessoais permitiram que estivessem reunidas na diretoria pessoas da mesma cidade – presidente: Laura Garcia Moreno Russo (SP); primeira secretária: Alice Camargo Guarnieri (SP); e tesoureira: Heloisa de Almeida Prado (SP) – seu presidente (eu) morava em Brasília, a primeira secretária (Annaiz Maria Pereira Vial) e a tesoureira (Jandira Batista Assunção), em Belo Horizonte. O único outro membro do conselho que morava em Brasília era a suplente Neusa Dias de Macedo; mas tenho a impressão de que daí a alguns meses ela retornou para São Paulo.

Essa situação colocou sobre os ombros do presidente a responsabilidade exclusiva quanto à gestão da rotina do CFB e, principalmente, de seus magros recursos financeiros. Para isso ele contou com a confiança dos demais conselheiros e o estabelecimento de processos contábeis que permitiram o funcionamento do conselho, sem se afastar do respeito às normas de contabilidade pública e do zelo no cumprimento das decisões tomadas pela diretoria.

O reitor da Universidade de Brasília (UnB), prof. Caio Benjamin Dias, havia autorizado o funcionamento do CFB numa das salas da Faculdade de Biblioteconomia e Informação Científica, que ocupava metade do segundo andar do edifício provisório da Biblioteca Central. Não havia dinheiro para pagar aluguel. O pouco disponível era para pagar o salário de um auxiliar e os honorários de um contador. Instalamos o conselho, abrimos conta bancária, contratamos um ex-funcionário da UnB, que estava desempregado e que me fora recomendado por alguém da Biblioteca Central, onde ele estivera lotado. Chamava-se Washington Silva, tinha experiência em questões administrativas. E também contratamos os serviços eventuais de Kazuo Kawashita, contador, que trabalhava na UnB. O Conselho Regional de Biblioteconomia da 1ª Região, que antes ocupava sala cedida pelo Ministério da Educação, na Esplanada dos Ministérios, compartilhava esse espaço.

Não muito tempo depois da instalação do CFB na Faculdade de Biblioteconomia e Informação Científica, fui convocado para uma entrevista com o vice-reitor da UnB, que era professor de física e capitão de mar e guerra, e que desempenhava o papel de interventor da ditadura na universidade. Ele me disse que soubera que um funcionário que fora demitido da UnB (referia-se a Washington Silva) estava agora, contratado por mim, trabalhando no espaço da universidade, o que era inaceitável, pois ele era um subversivo e, por isso, havia sido demitido, e que eu deveria demiti-lo do CFB. Respondi, de modo a tranquilizá-lo, informando que o local seria desocupado imediatamente, mas que o funcionário não seria demitido. Saí de seu gabinete diretamente para alugar uma sala num edifício comercial na área central de Brasília. No dia seguinte, fizemos a mudança e agradei ao reitor Caio Benjamin Dias pela atenção.

A segunda diretoria do CFB conseguiu fazer as seguintes reuniões: a primeira, no Rio de Janeiro (sala dos cursos da Biblioteca Nacional/FEFIEG), em 22/11/1969, e Rio de Janeiro (IBBD), em 23/11/1969, aproveitando a presença ali de muitos conselheiros, por causa da realização de um evento em nossa área. A segunda, a terceira e a quarta reuniões realizaram-se na sede do CFB, em Brasília, respectivamente em 28/2/1970, 30/1/1971 e 25/3/1972. As reuniões destinavam-se, principalmente, a decidir, em grau de recurso, sobre processos de registro negado por conselhos regionais. Nos primeiros anos dos conselhos regionais, houve uma concentração de pedidos de registro profissional, que incluíam pessoas que tinham direito adquirido, desde que comprovassem que exerceram, antes da vigência da lei 4 084, e estavam exercendo, a função de bibliotecário. Outros problemas diziam respeito a exigências do Ministério do Trabalho em matéria contábil e à administração dos conselhos regionais e do federal.

Na primeira reunião tomou-se a decisão de realizar o cadastramento de todos os bibliotecários registrados nos conselhos regionais, com a finalidade de traçar um perfil, sempre atualizado, da profissão. Na segunda reunião, em fevereiro de 1970, foi comunicado o início de um serviço, em colaboração com a Faculdade de Biblioteconomia e Informação Científica e a Biblioteca Central da Universidade de Brasília, de fornecimento de cópias de artigos de revistas de biblioteconomia. Também se aprovou a obrigatoriedade de registro nos conselhos regionais de todos os “serviços, escritórios ou empresas especializadas na prestação de serviços de biblioteconomia e documentação”.

Algumas decisões ficaram no plano dos sonhos, como, por exemplo, o estudo sobre a possibilidade de uma revista, que seria o órgão oficial do CFB e dos conselhos regionais, ou a “consultoria para colaborar com os bibliotecários, orientando-os na solução de problemas técnicos com que se defrontem em sua atividade profissional”. Até que havia ideias, mas não havia os meios para transformá-las em realidade.

A quantidade de bibliotecários que se registraram nos conselhos regionais em seus primeiros seis anos de existência era tão pequena que não gerava receita suficiente para a manutenção deles e do CFB. Por exemplo, estimamos, no CFB, para 1970, uma receita de NCr\$ 33 400,00. O que conseguimos arrecadar chegou à metade disso: NCr\$ 16 529,68, e a despesa realizada foi de NCr\$ 20 041,95. Para 1971, a estimativa de receita passou para NCr\$ 45 180,00. Como éramos otimistas! E conseguimos arrecadar Cr\$ 30 514,46. Só então conseguimos equilibrar a situação, pois a despesa de Cr\$ 30 257,10 foi inferior à receita em cerca de Cr\$ 250,00!

Isso mostra que, quando da elaboração da lei, não havia massa crítica de bibliotecários que garantisse a sobrevivência dos conselhos e o cumprimento de sua missão de fiscalizar o exercício da profissão. Essa fiscalização, quando existia, resultava de denúncias esporádicas de profissionais que comunicavam atos de desrespeito à lei cometidos por autoridades públicas, principalmente estaduais e municipais.



Foi isso o que o CFB fez naquele triênio. Confirmávamos ou não decisões dos regionais, aprovávamos contas, fazíamos orçamentos inexecutáveis, pois a receita era mínima. Às vezes sonhávamos com o que fazer para resolver o velho problema das bibliotecas, com o que fazer para melhorar a formação profissional. E, de vez em quando, me vinham à lembrança comentários que fiz numa plenária do 5º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, em São Paulo, em janeiro de 1967, quando perguntei a alguém que se rejubilava com a regulamentação da lei profissional se não corríamos o risco de ver esses conselhos transformados em corporações de ofícios, em guildas no estilo medieval, refratárias ao dinamismo das profissões no mundo contemporâneo.

Durante as reuniões do CFB surpreendia-me, ensimesmado, me perguntando em que medida estávamos reproduzindo um modelo cartorial de proteção de cargos e funções. E, contribuindo para evocar o clima de trevas e intolerância que alguns associam ao medievo, recebíamos anualmente da Divisão de Segurança e Informações, seção do Serviço Nacional de Informações (SNI), do Ministério do Trabalho, um formulário a ser preenchido pelo presidente do CFB com informações sobre fatos, indícios, suspeitas ou rumores acerca de atividades subversivas no meio bibliotecário. A delação oficializada. As respostas aos questionários nunca faltaram à verdade: continua tudo tranquilo no mundo bibliotecário...

Como havíamos aprendido com o atraso que aconteceu com a homologação de meu nome, em 1970, decidimos antecipar a eleição, que deveria acontecer em janeiro de 1972, para 3 de outubro de 1971. Estávamos agora diante da eventualidade de que ocorresse uma situação igual ou pior do que a que aconteceu quando da eleição do segundo conselho: a falta de candidatos de Brasília. Este havia sido o mesmo dilema enfrentado por Laura Russo e suas companheiras quando seu mandato chegou ao fim. Corria-se o risco de se inviabilizar o funcionamento do CFB. É claro que não era imprescindível a presença constante de membros da diretoria em Brasília, mas, para isso, seria preciso contar com mais funcionários, remunerados à altura de seu mérito e competência. O CFB, porém, vivia à míngua.

Havia duas opções. A primeira seria acreditar na sorte dos dados e esperar que professores indicados pelo Departamento de Biblioteconomia da UnB fossem agraciados pela mão mágica que retiraria da urna as cédulas com seus nomes. A segunda opção seria convencer o maior número de colegas de Brasília a que se candidatassem ao CFB.

Felizmente, o resultado da eleição foi muito positivo: uma lista tríplice encabeçada pelo jovem e promissor bibliotecário Murilo Bastos da Cunha, que, fazia três anos, em 1968, se formara no curso de Biblioteconomia da Universidade de Brasília. Foram seus companheiros de lista os colegas Abner Vicentini, de Brasília, e Etelvina Lima, de Belo Horizonte. Na composição final do CFB havia uma suplente de Brasília, Vanda Suaiden, que colaborava com Murilo.

Apesar de termos antecipado o processo eleitoral, a posse do novo conselho ainda demorou, só ocorrendo em 26 de março de 1972. Ao término de seu

mandato, Murilo foi reeleito. Sua dedicação e de seus colegas foi fundamental para a consolidação do CFB e dos conselhos regionais nos anos de 1972 a 1978. O CFB finalmente ganhava a ossatura e a musculatura de que precisava para chegar aos dias atuais.

\*\*\*

Tinha prometido à Adelaide, querida colega e amiga, que escreveria um capítulo sobre a história do CFB, contando minha experiência como presidente “contextualizando aquele momento político social, cultural, ideológico, tecnológico, etc. do Brasil, quando da criação do CFB”. Reconheço que não consegui honrar a promessa, mas não foi por falta de interesse. Pelo contrário. O que aconteceu foi que, à medida que expandia o meu olhar para o contexto do passado e tentava compreender as forças, os interesses e os mecanismos políticos que explicassem a regulamentação da profissão de bibliotecário, fui percebendo que a história é maior e mais antiga do que se pensa e se diz. Percebi que há diferentes momentos, cada um a ser visto em seu contexto próprio, que apontam caminhos que poderiam ter sido seguidos, mas não o foram. Que há uma grande questão, que não vi ainda ser formulada, mas que me parece ser merecedora de nossa atenção: a regulamentação da profissão de bibliotecário não deveria ter sido simultânea ou subsequente à formulação e consolidação de uma política nacional de bibliotecas?

## Terceira e quarta gestões (1972/1978)

Murilo Bastos da Cunha

A eleição e escolha dos membros desta Gestão aconteceram no dia 3 de outubro de 1971 e somente foram empossados 5 meses depois, em 26 de março de 1972, em solenidade realizada no Auditório do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Faculdade de Biblioteconomia e Informação Científica da Universidade de Brasília (UnB), em Brasília. O presidente do CFB tomou posse após nomeação, por Decreto do Presidente da República, no dia 11 de julho de 1972.

A partir desta Gestão, a situação do CFB começou a melhorar. O Presidente contava com a colaboração direta de Abner Vicentini (conselheiros efetivo) e de Vanda Suaiden (conselheira suplente), ambos do Distrito Federal (DF). Vanda Suaiden, meses depois, passou a Conselheira efetiva, no lugar de um Conselheiro que solicitou desligamento.

Foi estruturada uma Secretaria para agilizar a parte administrativa e especialmente a parte financeira, para que o CFB pudesse se manter condignamente e continuar sua missão de normatizar e regulamentar o exercício da profissão de bibliotecário no Brasil.

A gestão do Prof. Murilo Bastos da Cunha procurou dar ênfase ao entrosamento entre o CFB e os Conselhos Regionais de Biblioteconomia, visando buscar



soluções para os problemas existentes e uma política mais efetiva do tocante à fiscalização profissional.

Observa-se uma sólida integração do CFB com as Associações de Classe e Escolas de Biblioteconomia.

O Plano de Trabalho para 1973 contemplou os seguintes assuntos: a) reformulação da Lei 4.084/62; b) reformulação e atualização do Código de Ética Profissional; c) reformulação do Regimento do CFB e sua uniformização com os regimentos dos conselhos regionais; d) captação de recursos financeiros para o CRB-5; e) consolidação e publicação das Resoluções do CFB com índice detalhado; f) realização de assembleia com os presidentes dos regionais, associações e escolas de biblioteconomia para definir uma pauta de assuntos de interesse da classe; g) edição de livro contendo a legislação do bibliotecário, para o que foi constituído um Grupo de Trabalho presidido pelo conselheiro Abner Lellis Corrêa Vicentini.

A questão de padrões mínimos para as bibliotecas brasileiras foi assunto de pauta dessa gestão, preocupada com o funcionamento eficaz das bibliotecas.

Nos encontros e reuniões mantidos com os conselhos regionais, foi identificado que o grande entrave na realização das atividades fim de cada regional era o processo de fiscalização do exercício profissional, tendo sido decidido que o CFB envidaria esforços no sentido de propor programas de melhoria e dinamização dessa atividade nas diversas regiões do Brasil.

Juntamente com os conselhos regionais, escolas e associações de bibliotecários (Febab, Abebd), percebeu-se a necessidade de regulamentar e definir as atividades do Auxiliar de Biblioteca e, para tanto, o CFB estudou, elaborou e aprovou o currículo mínimo para o curso de auxiliar de biblioteca em nível de 2º grau. Baixou Resolução sobre as atividades típicas desse profissional e firmou convênio com o Instituto Nacional do Livro (INL) para a realização de cinco (5) cursos de Auxiliar de Bibliotecas, denominado de Programa de Treinamento Intensivo para Auxiliar de Biblioteca (PROTIAB) nas regiões mais carentes do Brasil, como apoio aos poucos bibliotecários existentes.

Percebe-se uma interação do CFB com instituições públicas que definem políticas na área da Biblioteconomia, tais como a Biblioteca Nacional, o Instituto Nacional do Livro (INL), o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), o Congresso Nacional, Ministério da Educação e Cultura, Ministério do Trabalho e Previdência Social, no sentido de contribuir com a definição de políticas na área.

Foi alterado o número de conselheiros federais de 12 para 13, criado o Fundo de Apoio aos Conselhos Regionais – FUMCOB, importante instrumento para a consolidação dos conselhos regionais e o Código de Ética profissional sofreu uma reformulação e atualização com base nos estudos realizados pela conselheira Cecília Andreotti Atienzza.

O registro de bibliotecas, centros de documentação, informação ou informática, junto aos Conselhos Regionais de Biblioteconomia, foi objeto de Resolução do

Plenário do CFB, considerando a importância do controle estatístico do acervo bibliográfico estadual ou regional e a necessidade de se conhecer a real situação das bibliotecas do país.

O CFB iniciou estudos referentes a duas questões ainda hoje pendentes: a questão do registro nos CRB do pós-graduado, aquele profissional que participa de programas de especialização, mestrado ou doutorado em Biblioteconomia, mas que não é graduado nesta área e também os egressos, não bibliotecários, dos cursos de graduação em Ciência da Informação surgidos inicialmente no IBBD. A outra questão diz respeito à formação do Auxiliar de Biblioteca.

O CFB atuou firme junto ao Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), encaminhando sugestões, em forma de Exposição de Motivos, como resultado de estudos elaborados pelos conselheiros, no sentido de obter, no Plano de Classificação de Cargos do Serviço Público Federal, níveis salariais mais compatíveis com a profissão de bibliotecário.

Nessa gestão foi realizado trabalho de consolidação das Resoluções do CFB, com análise crítica de todas elas, trabalho encaminhado aos Regionais com o objetivo de obter sugestões de melhoria. O retorno dos regionais, especialmente dos conselheiros de São Paulo, permitiu reorganizar as Resoluções, cancelando umas e criando outras. A importância desse trabalho se dá pelo fato de serem as Resoluções, instrumentos oficiais de implantação das diretrizes e políticas, emanadas do Plenário do CFB.

Foi disciplinado o registro secundário do bibliotecário, assunto provocado pelo número de solicitação de orientações, por parte dos Regionais, e também pelas denúncias sobre o exercício profissional de bibliotecários em mais de uma cidade.

O CFB recebeu consulta proveniente do Ministro do Trabalho sobre a possibilidade de junção de um único Conselho de Biblioteconomia, Arquivística e Museologia. O Plenário decidiu constituir Comissão para estudar o assunto e o resultado foi desfavorável à proposta.

O Decreto presidencial de nº 74.000 de 1 de maio de 1974 (Anexo L) transfere a supervisão do CFB, exercida pelo Presidente da República, para o Ministro do Trabalho.

Ainda, o Decreto nº 79.137, de 18 de janeiro de 1977, inclui na classificação de órgãos de deliberação coletiva, sob a supervisão do Ministério do Trabalho, os Conselhos Federais e Regionais de Biblioteconomia, dentre outras profissões (Anexo O). Este Decreto foi revogado pelo Decreto de 10 de maio de 1991, conhecido como o Decreto da Desburocratização.

O art. 3º do Decreto 81.663, de 16 de maio de 1978 (Anexo N), também reforça que as entidades incumbidas da fiscalização do exercício de profissões liberais ficam vinculadas ao Ministério do Trabalho.

Ao final da terceira gestão, foram abertas inscrições para as eleições de conselheiros federais para a quarta gestão.

Foram muitos os candidatos que se inscreveram e quase todas as Escolas ou cursos de Biblioteconomia enviaram os nomes de seus representantes. O processo de escolha dos conselheiros federais, feito com a eleição de profissionais e o sorteio de docentes representantes dos cursos de Biblioteconomia, ocorreu no dia 25 de janeiro de 1975, na Sede do CFB, sala 211 do Edifício Márcia, no SCS, em Brasília.

A posse dos membros efetivos aconteceu no dia 21 de julho de 1975, em solenidade realizada durante o 8º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, em um dos Auditórios do Instituto Central de Ciências da Universidade de Brasília.

Murilo Bastos da Cunha, que concorreu à reeleição, foi novamente nomeado como Presidente do CFB, sendo o primeiro a ocupar, por duas vezes consecutivas, a Presidência desse órgão de classe.

Sua nomeação ao cargo de presidente foi assinada pelo Presidente da República e publicada em Decreto de 13 de agosto de 1975 (Anexo M).

Nessa gestão contou com a preciosa colaboração de Osmar Bettiol, Myriam Gusmão, Vera Amália e, posteriormente, de Aníbal Rodrigues Coelho, todos eles do Distrito Federal (DF).

Elaborou o Manual de Serviço orientando os regionais em atividades administrativas e básicas de gestão, realizou o 1º Cadastro Geral dos Bibliotecários Brasileiros, tendo sido contratado o Centro de Desenvolvimento de Sistemas (CDS) para tratamento dos dados do referido cadastro. Esse trabalho resultou em artigo sobre o assunto, de autoria de Murilo Bastos da Cunha, publicado na Revista de Biblioteconomia de Brasília.

O espírito empreendedor e disciplinado de Murilo Bastos da Cunha conseguiu organizar administrativa e financeiramente o CFB; reviu e editou muitas resoluções, reestruturou os diversos serviços e a burocracia do CFB e dos Conselhos Regionais. No final de suas duas gestões, deixou um CFB ágil e bem estruturado, pronto para caminhar com maturidade.

No dia 13 de agosto de 1978 encerrou o mandato da 4ª Gestão, tendo seu presidente permanecido à frente do CFB até o dia 22 de setembro, em razão da demora na nomeação do novo presidente pelo Presidente da República, o que caracterizou que dois presidentes acumularam a função: o presidente que saía, Murilo Bastos da Cunha e a que entrava, recém-eleita, Nancy Westphalen Correa.

## Quinta gestão (1978/1981)

Nancy Westphalen Correa

Para esta gestão, foram muitos também os candidatos que se inscreveram, o que prova o dinamismo da gestão, cujo mandato se encerrava, em divulgar e solicitar a colaboração dos bibliotecários brasileiros para trabalhar em nome da classe.

A eleição aconteceu no dia 29 de março de 1978 e a posse ocorreu somente seis meses depois, aos 22 de setembro daquele mesmo ano, no Auditório do Departamento de Biblioteconomia da Universidade de Brasília.

De 1979 a 1984, a sede do CFB era no endereço - SCLN 712/713, Bloco A, Entrada 31, Sala 2, na Asa Norte, em Brasília, endereço onde funcionou, também, o CRB-1.

Apesar de a presidente do CFB não ser do DF, sua gestão foi muito profícua, pois Nancy Westfalen Correa já havia participado, anteriormente, de duas gestões, sabia como funcionava o CFB, e contou com a ajuda direta de conselheiros que moravam em Brasília, como Aníbal Rodrigues Coelho, Cordélia Robalinho de Oliveira Cavalcanti e Nice Menezes de Figueiredo.

No decorrer da gestão, 6 (seis) conselheiros federais renunciaram ao cargo e, para garantir a governabilidade, a presidente convocou os suplentes.

Uma das maiores preocupações desta gestão foi a necessidade de alteração da Lei nº 4.084/62, considerada já defasada, ocasionando problemas sérios para a fiscalização profissional, sobretudo no que diz respeito à nomeação de não bibliotecários para as funções destes. Com base nos estudos realizados na gestão anterior, foi decidido dar continuidade aos trabalhos neste sentido. As principais sugestões de alteração foram a inclusão do arquivista no CFB cujo nome passaria a ser: Conselho Federal de Biblioteconomia e Arquivologia, a possibilidade de se efetuar o registro profissional nesse Conselho dos mestres e doutores em Ciência da Informação, o conhecido “pós-graduado”, bem como o registro do Técnico de Biblioteca e Técnico de Arquivo.

No início de 1980, o CFB encaminhou expediente ao Ministério do Trabalho, propondo a reformulação da Lei nº 4084/62, que representava já um desejo da classe bibliotecária brasileira. Entretanto, alguns meses depois, em julho de 1981, conforme consta nas Atas da Diretoria do CFB, folhas 25 a 28, um Memorial do CRB-7 foi enviado ao CFB, solicitando a suspensão da tramitação da reformulação da Lei nº 4.084/62, “até que toda a classe se manifeste a respeito da matéria nela contida, caso não se aceite a ponderação no sentido de arquivá-la”.

Esta gestão privilegiou, também, as reuniões com os presidentes dos Regionais, no intuito de integração e fortalecimento do processo de fiscalização profissional, missão precípua do conselho.

Associando-se ao movimento internacional da criança, o CFB lançou campanha do Ano I da Biblioteca Infantil Brasileira.

Fazia parte do planejamento concretizar a compra de nova sede, considerando que a atual já não atendia aos objetivos propostos. Na impossibilidade financeira de se adquirir duas salas, foi adquirida, pelo Sistema Financeiro de Habitação, a sala nº 03 e alugada a sala nº 02 situadas à SCLRN 712/713, bloco “A”, entrada 31, sobreloja, em Brasília, DF.

Por iniciativa da diretoria, em razão dos inúmeros casos de desrespeito à legislação, especialmente no que se refere à nomeação de não bibliotecários para cargos específicos deste profissional, foi promovida em âmbito nacional, com o apoio dos Conselhos Regionais e das associações de classe, uma Campanha de Fiscalização Profissional.

A manutenção e atualização do Cadastro Geral dos Bibliotecários Brasileiros foi objeto de atenção por parte desta gestão.

O CFB entendeu ser importante a figura de um lobista no Congresso Nacional, representando a categoria, e para tanto foram nomeados os bibliotecários Murilo Bastos da Cunha e Antonio Agenor Briquet de Lemos.

Em 1981, 17 de novembro, o Decreto nº 86.593 (Anexo P) delega competência ao Ministro do Trabalho para nomear os presidentes dos Conselhos Federais de Biblioteconomia e de Química. Os demais conselhos de fiscalização profissional já não estavam mais sob a supervisão ministerial. Este decreto foi revogado pelo Decreto de 10 de maio de 1991, o chamado Decreto da Desburocratização.

## Sexta gestão (1981/1984)

Maria Lúcia Pacheco de Almeida

A grande novidade da eleição dos conselheiros federais para a 6ª gestão foi o número de profissionais inscritos: 108 bibliotecários se inscreveram como candidatos, além dos nomes dos professores indicados pelas Escolas e Cursos de Biblioteconomia. Pela 3ª vez consecutiva, as eleições para o CFB foram muito concorridas, isso, certamente, resultado positivo das gestões anteriores e do compromisso com as questões relacionadas à Biblioteconomia, por parte desses bibliotecários.

O início das atividades foi marcado, negativamente, pela demora na nomeação do novo presidente eleito, prática comum em função da burocracia do processo de nomeação, pelo Presidente da República, cujo nome era escolhido por lista tríplice.

A eleição realizou-se no dia 27 de junho de 1981, na Sede do CFB, no SCLN 712/713 Norte, em Brasília, e a posse aconteceu no dia 22 de setembro daquele ano, no Auditório Nobre da Associação Comercial do Distrito Federal (ACDF) em Brasília.

Entretanto, no período de 23 de setembro a 20 de novembro, a responsabilidade administrativa do Conselho ficou a cargo do Conselheiro Aníbal Rodrigues Coelho, único conselheiro residente em Brasília.

Em reunião realizada em Santa Catarina, no dia 22 de outubro de 1983, foi tomada a decisão de se adquirir uma sede própria para o CFB.

Mediante aprovação do Ministério do Trabalho, o CFB solicitou autorização do Ministério do Planejamento (MP) para financiar, com os recursos do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), geridos pela Caixa Econômica Federal (CEF), a nova sede do CFB. Obtida a autorização, foram adquiridas as salas 1079 e 2079, contendo 256,6 metros quadrados do Edifício Brasília Rádio Center, no mês de julho de 1984.

Maria Lúcia Pacheco de Almeida, então Presidente do CFB, penhorou sua casa em Belém do Pará, junto à Caixa Econômica, para poder comprar essa sede do CFB; e, para poder pagar as prestações, alugou a sala 1079, passando o CFB a funcionar na sala 2079.

O CFB mudou-se para esta nova sede, em agosto de 1984, onde se encontra até os dias de hoje, um espaço confortável e no centro da capital do País. Na 8ª Gestão, a última prestação foi paga e, na gestão seguinte, foi dada baixa na hipoteca, ficando o CFB com a posse definitiva da Sede.

Em razão dos custos com a aquisição da sede, o CFB teve problemas em sua manutenção e nas ações que exigiam providências referentes à fiscalização profissional.

Apesar de todas as dificuldades e sérios problemas financeiros por que passou, refletindo na produtividade do Conselho e até na interrupção da realização de reuniões plenárias, importantes decisões foram tomadas, além da visão de vanguarda da direção em adquirir a sede oficial do CFB.

Um fato que ficou marcante foi a realização, no período de 25 a 28 de outubro de 1982, em Brasília, na sede do CFB, do 1º Seminário sobre Fiscalização Profissional.

O CFB, ao propor a realização deste Seminário, criou espaço propício à troca de informações e ao intercâmbio de ideias e experiências entre os conselheiros federais e regionais, na busca de alternativas para a melhoria do desempenho na gestão dos Conselhos Regionais e do Federal. Com isso, ao manifestar interesse em conhecer e discutir a estrutura dos órgãos de fiscalização profissional e suas relações com outros órgãos governamentais, entidades de classe e com o próprio profissional, apresentou resultados positivos de sua atuação principalmente no que se refere à adoção de medidas, visando a eliminação de dificuldades de comunicação entre o CFB e os Regionais, e à melhoria do processo de fiscalização profissional. Gol de placa da diretoria do CFB.

Em 1984, foi realizado o 2º Seminário de Fiscalização Profissional. Como resultado deste Seminário, foi elaborado o Manual de Procedimentos para a Fiscalização Profissional.

O Cadastro Geral de Bibliotecários sofreu um baque porque a empresa que prestava os serviços de manutenção e atualização sofreu intervenção do Governo Federal e deixou de prestar os serviços, não tendo sido realizada nenhuma cópia do cadastro. O CFB deveria iniciar o trabalho da estaca zero.

Outro resultado concreto foi a Reclassificação de Cargos e Salários do Bibliotecário no Serviço Público brasileiro. No Plano de Cargos e Salários anterior, a carreira do bibliotecário que iniciava no nível 1 indo até o nível 21, passou a ter início no nível 5 até o nível 25.

O CFB manifestou-se contrário ao Projeto de Lei nº 5319/81 que trata da reformulação da Lei nº 4.084/62, proposto pelo Deputado Fernando Coelho, encaminhando ao relator solicitação de arquivamento, considerando os estudos em andamento pelo CFB.

Entendeu, ainda, a diretoria nomear a bibliotecária Iza Antunes de Araújo como lobista da categoria, representando o CFB no Congresso Nacional para acompanhar a tramitação de projetos de interesse da classe. Entretanto a bibliotecária declinou do convite razão pela qual o Plenário decidiu convidar a bibliotecária Eleonora Passarinho para a função.

Essa gestão contou com a ajuda de um Assessor Jurídico e um Assessor de Imprensa.

## Sétima gestão (1984/1987)

Edson Miguel de Jesus

A eleição se deu no dia 21 de setembro de 1984, já na atual sede do CFB, no SRTVN, Sala 2079. No mesmo dia, a presidente do CFB (6ª gestão) e o presidente da Comissão Eleitoral, bibliotecário Aníbal Rodrigues Coelho, deram posse aos membros da 7ª gestão recém-eleitos. A nomeação do presidente, Edson Miguel de Jesus, foi publicada em Portaria do Ministro do Trabalho, no dia 20 de setembro de 1984 (Anexo Q), e sua posse ocorreu no dia 9 de outubro de 1984, na presença do representante do Ministro do Trabalho, Sr. José Nazareno Santana, em Brasília.

Foi possível realizar a primeira reunião plenária somente no dia 29 de março de 1985, na sede do CFB, em Brasília.

O presidente eleito e nomeado realizou uma reunião com todos os presidentes dos conselhos regionais nos dias 21, 22 e 23 do mês de abril daquele ano, com o objetivo de possibilitar a estes presidentes ampla e clara discussão sobre os problemas administrativos, financeiros e de fiscalização, visando a elaboração de um plano conjunto de trabalho: CFB/CRB. A proposta comum entre os presentes foi a necessidade da realização de estudos no sentido de melhorar o desempenho operacional e o planejamento das ações, visando a valorização e a dignificação do bibliotecário, sua profissionalização, seu aperfeiçoamento e ampliação das oportunidades no mercado de trabalho.

O plano de trabalho apresentado e analisado contemplou a necessidade do empenho do CFB no sentido de que a Gratificação de Atividades



Técnico-Administrativa dos ocupantes de cargos e empregos de nível superior, nos quadros e tabelas da administração direta e das autarquias federais, concedida pelo Decreto Lei nº 2.200/84, fosse estendida aos bibliotecários.

A presidente da FEBAB encaminhou solicitação ao plenário do CFB para que a Federação fizesse parte como membro nato deste conselho, a exemplo do que ocorre nos conselhos regionais; não tendo sido esta proposta aceita, mesmo considerando que esta situação já acontecera no início das atividades do CFB, mas que deixou de existir ao longo dos anos. A justificativa apresentada era que a Lei 4.084/62 não disciplinava essa situação. Alguns conselheiros entendem que a Lei não disciplina, porém não elimina a possibilidade, uma vez que as associações estaduais encontram-se representadas nos Regionais e existe a Federação que atua em nível nacional, a exemplo do Conselho Federal. De qualquer forma, a solicitação não foi aprovada. Nesta reunião foi constituída Comissão para elaboração de uma proposta para a implantação de um sistema de cadastramento de bibliotecas e bibliotecários brasileiros. Decidiu-se, ainda, que a Comissão de Divulgação deveria preparar uma campanha de divulgação profissional e apresentar na próxima reunião plenária.

Foram objeto de estudo desta gestão as questões relacionadas à regulamentação do estágio curricular e extracurricular, ao mercado de trabalho e à atualização do código de ética profissional. A proposta de registro do pós-graduado foi derrotada pelo Plenário, em razão de ser preciso alterar a Lei nº 4.084/62.

Nesta gestão foi criado o 14º Conselho Regional de Biblioteconomia com jurisdição no Estado de Santa Catarina.

A primeira Reunião de Diretoria da 7ª Gestão realizou-se no Retiro São Francisco, em Salvador, no dia 27 de agosto de 1985. Nessa ocasião, pensou-se em um sistema nacional de cadastramento dos bibliotecários, utilizando-se o computador. Esse trabalho foi entregue à empresa MTPM, de Vitória (ES), que recebeu parte do pagamento e não entregou o serviço por motivo de falência.

Meses depois, ainda em 1985, tendo que assumir a Presidência da Abebd, durante a realização, no Recife, do Seminário sobre o Ensino da Biblioteconomia, Fernanda Ivo Neves solicitou o seu desligamento do CFB.

Sobre essa gestão, não se encontra outro registro, nem de Reuniões da Diretoria ou Reuniões Plenárias.

No dia 27 de maio de 1986, foi realizada uma reunião do CFB com os presidentes dos conselhos regionais, por estes solicitada, ocasião em que foi amplamente discutida a necessidade de transparência das ações do CFB, informando aos Regionais as principais decisões e dando prioridade à solução dos problemas enfrentados nos estados. Houve manifestação da ausência do CFB dos regionais, contrariamente à postura de integração do presidente no início da gestão. Observa-se um importante momento democrático no processo de gestão do CFB.



A Lei nº 7.504, de 2 de julho de 1986 (Anexo R), altera o artigo 3º da Lei 4.084/62, exigindo a obrigatoriedade de apresentação de diploma de Bacharel em Biblioteconomia aos Técnicos de Documentação.

Em 21 de novembro de 1986, o Decreto-Lei nº 2.299 (Anexo S) e o Decreto 93.617 (Anexo T) puseram fim à supervisão também estabelecida pelo Decreto-lei nº 900/1969 (Anexo J) exercida pelo Ministério do Trabalho, junto aos Conselhos de Fiscalização Profissional (Anexo K). A partir dessa data, não mais era preciso esperar a nomeação do Presidente do CFB, pelo Presidente da República ou pelo Ministro do Trabalho. Os próprios Conselheiros, no dia da posse, elegeriam o seu Presidente.

Assim, as profissões liberais conquistaram autonomia e, em especial, a classe de bibliotecários que passa a ter o direito de eleger seu presidente, de forma direta pelo seu colegiado, eleito pelos delegados eleitores indicados pelos conselhos regionais, representantes locais da classe.

## Oitava gestão (1987/1991)

Mercedes Della Fuente

A eleição para a 8ª Gestão aconteceu no dia 20 de agosto de 1987, na sede atual do CFB, Ed. Rádio Center, Sala 2079, em Brasília e a posse se deu no dia 17 de setembro de 1987, no mesmo local.

A presidência coube à bibliotecária Mercedes Della Fuente, escolhida no mesmo dia da posse.

Em seu relatório das atividades desenvolvidas no período de setembro a dezembro de 1987, a presidente registra que:

*[...] a crise gerada pela omissão administrativa, do presidente do CFB, 7ª gestão, deu origem a um movimento junto ao Ministério do Trabalho, chegando à classe, representada pelos presidentes de CRB's e Conselheiros Federais a ser recebida, em audiência pelo Ministro Almir Pazzianoto (20 de agosto de 1986). O Ministro, consciente da desnecessária tutela do MTb, disciplinada nos art. 19 e 26 do Decreto-Lei 200/67, pôs fim à supervisão ministerial, com a edição do Decreto-Lei nº 2.299 e Decreto 93.617 de 21 de novembro de 1986.*

Desta forma, as profissões liberais conquistaram autonomia para eleger seus presidentes.

A atuação da presidente do CFB, que trazia consigo a experiência de ter sido presidente do CRB-8, permitiu sanear as finanças do CFB e deu início à política de restabelecimento da ordem perante os Regionais, com “assistência dinâmica e efetiva a estes, resgatando assim, sua imagem e a autoridade hierárquica perante a classe”.

A segunda ação prioritária da gestão foi a realização de Seminário sobre procedimentos administrativos, contábeis e de fiscalização profissional dos conselhos regionais.

Com a nova política de atendimento aos CRB, prestou assessoria jurídica aos conselhos que não contavam com assistência jurídica.

Coube a esta gestão iniciar a discussão sobre se os docentes de biblioteconomia deveriam ou não pagar anuidade ao CRB. Em 23 de novembro de 1987, uma professora de Biblioteconomia, do Rio de Janeiro, enviou apelo ao CFB para não pagar a anuidade. Seu pedido foi estudado e negado, com base na legislação vigente. Entretanto, anos após, o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino, regulamentou, em seu artigo 69, que o exercício de atividade docente na educação superior não se sujeita à inscrição do professor em órgão de regulamentação profissional. Ou seja, a partir desta data, os docentes de ensino superior estão isentos do registro nos respectivos conselhos de classe.

Esta gestão teve graves problemas junto ao TCU, com relação à prestação de contas da gestão anterior e problemas também com as eleições no CRB-4 e CRB-12. O CRB-12 não teve candidatos e com a intervenção do CFB, apresentaram-se os candidatos e a eleição foi efetivada. No CRB-4, a eleição foi cancelada por vícios no processo eleitoral e sofreu também intervenção do CFB. Novas eleições foram marcadas e realizadas.

Os Conselhos Regionais enfrentaram graves problemas financeiros, agravados com a aplicação do I Plano Econômico do Governo Collor de Melo, o que prejudicou significativamente as atividades de fiscalização profissional e o cumprimento das ações do CFB pelo não envio da cota-parte devida, pelos regionais.

Foram realizadas as eleições nos Regionais para o triênio 1991/1993, tendo o CRB-3 deixado de praticar tal ato, inusitadamente, devido a problemas financeiros e por não ter conseguido formar chapa.

Iniciou-se a reforma da sede, sendo a sala 1079 reintegrada ao CFB; elaborou-se o Manual de Sistemas e Métodos do CFB e publicou-se a legislação do CFB, até a 8ª Gestão.

As eleições para a composição do Conselho Federal, ocorridas em 28 de julho de 1990, foram impugnadas pela infringência do art. 13 da Resolução CFB nº 365/90. Após a manifestação da Comissão Eleitoral, foi indicada uma conselheira para relatar o processo e apresentar parecer na Reunião Plenária do Conselho

Federal que, devido à falta de recursos financeiros não foi realizada e, desta forma, foi prorrogado o mandato da gestão, até a posse dos novos conselheiros eleitos, conforme Resolução CFB nº 370/90.

A história do CFB aponta a prorrogação de mandato de gestão em duas ocasiões. A primeira nesta gestão e, a segunda, na 15ª.

O anteprojeto de reformulação da Lei do bibliotecário foi estruturado e enviado às Associações, ao CRB e aos Cursos de Biblioteconomia para estudos e sugestões. Uma Comissão Especial do CFB, coordenada por Laura Russo, consolidou o resultado da pesquisa e deu entrada ao anteprojeto no Congresso. Uma das questões dessa pesquisa perguntava qual o nome pelo qual o profissional gostaria de ser chamado. Apesar das inúmeras sugestões, o nome que prevaleceu foi mesmo BIBLIOTECÁRIO, referendado pela maioria dos respondentes.

Apesar de todos os esforços da gestão em promover estudos visando a reformulação da Lei 4.084/62, esta aconteceu somente em 1998, com a Lei nº 9.674 que, de fato, não atendeu os objetivos da categoria. O Anexo U apresenta o texto da Lei e a Mensagem de Veto do Presidente da República ao projeto de interesse da classe.

As prioridades foram a assistência e colaboração aos conselhos regionais, os estudos visando à reformulação da Lei nº 4.084/62, a complementação da reforma da sede e a regularização das contas do CFB. A presidente visitou todos os regionais, apesar das dificuldades financeiras, registrando a importância dessa ação para o trabalho e a atuação do CFB.

## Nona gestão (1991/1994)

Maria Lúcia Pacheco de Almeida/Elaine Marinho Faria

A Assembleia geral, para eleger os novos membros da 9ª Gestão, aconteceu no dia 28 de julho de 1990; entretanto, por motivos financeiros, só foi possível dar posse aos eleitos quase um ano depois, no dia 7 de maio de 1991, na sede do CFB.

Duas conselheiras ocuparam a Presidência: a primeira Maria Lúcia Pacheco de Almeida, que renunciou ao cargo em outubro daquele mesmo ano, por motivos de saúde, e que também já havia ocupado a Presidência do CFB durante a 6ª gestão; a segunda foi Elaine Marinho Faria, que permaneceu como Presidente até o final da gestão.

Em 1993, contratou-se uma Assessora Parlamentar, a Sra. Guacyra César de Oliveira para acompanhar os Projetos de Lei no Congresso Nacional, que eram de interesse da classe bibliotecária, especialmente o PL 3493/93 que reformula a Lei nº 4.084/62, conhecida como Lei do bibliotecário e que tramitava na Câmara dos Deputados; atualizou-se o Manual de Sistemas e Métodos do CFB, elaborado pela

8ª Gestão; realizou-se seminário sobre fiscalização para os Conselhos Regionais e outro seminário para os contadores dos CRB; iniciou-se a automação da parte contábil do CFB e fizeram-se os primeiros contatos com as instituições e comissões relacionadas com o Mercosul; participou-se do Movimento pela Ética na Política, por ocasião do “impeachment” ao Presidente Collor de Melo e do Movimento da Cidadania contra a Miséria, a Fome e pela Vida.

Nessa gestão foi feito um levantamento sobre a insalubridade e a profissão de bibliotecário e elaborada uma norma de conforto ambiental para arquivos, bibliotecas e museus, o que não encontrou o devido respaldo junto ao Ministério do Trabalho, porém gerou o PL 3201/93.

Internamente toda a legislação obsoleta do CFB foi revogada e as resoluções atualizadas. Foi realizada uma pesquisa sobre o Ensino da Ética Profissional nas Escolas e Cursos de Biblioteconomia.

Importante destacar a ação política desta gestão.

No entender da presidente Elaine Marinho Faria, falta ao bibliotecário uma postura política mais eficaz frente aos problemas sociais e ao próprio desenvolvimento da profissão. Essa sua fala está refletida e confirmada nas ações empreendidas durante sua gestão, quais sejam:

- a) Integração do CFB nas atividades do Fórum de Conselhos de Fiscalização Profissional, com a participação efetiva nas reuniões que buscam aperfeiçoar e discutir o papel dos conselhos de fiscalização profissional, não somente na perspectiva da fiscalização do exercício profissional, mas também nas demandas sociais sobre cada profissão e o seu reflexo no cenário de estabelecimento de políticas públicas.
- b) Integração do CFB, com a participação nos fóruns, nas reuniões e nas manifestações dirigidas pelo mais importante Movimento pela Ética na Política, que tomou corpo com a luta da sociedade pelo impeachment do ex-presidente Collor de Melo.
- c) O Programa Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, fundado pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, lançado em 1993, a partir da experiência do Movimento pela Ética na Política, teve como objetivo a mobilização de todos os segmentos da sociedade brasileira na busca de soluções para as questões da fome e da miséria. Desde 1993, a Ação da Cidadania trabalha para estimular a participação cidadã na construção e melhoria das políticas públicas sociais. O CFB esteve presente nas principais reuniões, tomando parte das principais decisões, desde o início quando ocorria a discussão sobre a estruturação do Conselho de Educação Alimentar (CONSEA).
- d) Informação Documental na Administração Pública, trabalho iniciado na gestão do Ministro Aluizio Alves, por ocasião da Reforma Administrativa ensejada pelo presidente José Sarney, apresentava propostas de gestão para a área

de arquivos, bibliotecas e museus. O estudo foi conduzido por um grupo de especialistas das áreas de arquivo, bibliotecas e museus, com o apoio institucional da Escola Nacional de Administração Pública que financiou as reuniões e os estudos dos membros do grupo, integrando-o à Subcomissão de Reforma Administrativa. Terminado o governo Sarney, o CFB, continuando a receber denúncias sobre o descaso com as bibliotecas do Poder Executivo, e junto com o CRB-1 retoma, sabiamente os estudos e o trabalho então abandonado, apresentando propostas para a área.

- e) A participação integral do CFB nas ações voltadas ao MERCOSUL e os resultados positivos destas ações, que estão registradas nos arquivos do CFB, foram iniciadas nesta gestão e um dos motivos foi a integração do CFB ao Fórum de Conselhos de Fiscalização Profissional. Em uma das reuniões do Fórum, a presidente do CFB foi eleita como 2ª Secretária do Grupo Executivo das Profissões Regulamentadas para o MERCOSUL (GEPREM). Foi eleita porque estava lá.
- f) Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Nesta área, o CFB também esteve presente tentando, junto ao Fórum Nacional de Educação, apresentar propostas de alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ao mesmo tempo, os estudos realizados pelo CFB foram entregues ao Ministro da Educação à época (Prof. Murilo Hingel), contendo emendas ao Projeto de Lei encaminhado à Câmara dos Deputados. Em virtude da exiguidade de tempo, as propostas não foram aceitas. Mesmo assim o CFB encaminhou os estudos ao relator da matéria Senador Cid Sabóia de Carvalho e ao Senador Marco Maciel, membro da Comissão de Educação no Senado. Mesmo com o insucesso efetivo obtido, certamente nos registros oficiais, na história do parlamento brasileiro, essas propostas e o CFB se fizeram presentes.
- g) Piso salarial do bibliotecário. Muito embora não sendo competência regimental do CFB, a presidente contribuiu com as negociações para indicar o Deputado Augusto Carvalho como relator do PL 4089/93, informando aos sindicatos esse resultado.
- h) Reformulação da Lei nº 4.084/62 – A presidente Elaine Faria relata que, quando a 9ª Gestão assumiu, em 1991, a presidente da 8ª Gestão, Mercedes Della Fuente, informou que a Assessoria Jurídica do Deputado Cunha Bueno, autor do PL 930/91 – Lei do Bibliotecário –, ao emitir parecer ao Projeto, abrisse a profissão para todas as pessoas que trabalham em bibliotecas. A 9ª Gestão, em uma ação totalmente democrática, reuniu todos os Regionais para um debate profundo sobre o PL. Não obteve apoio da referida Assessoria Jurídica. Como resultado dessa ação conjunta com os demais regionais, foi apresentado um novo Projeto de Lei (PLS 10/92), enviado pelo Senador Marco Maciel. Esse projeto fez uma adequação modernizadora do PL 930/91. Em dezembro de 1992, o PLS 10/92 foi aprovado no Plenário do Senado Federal, recebendo o número 3493/93 na Câmara

dos Deputados. Foi encaminhado para as Comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público e Comissão de Constituição, Justiça e Redação, e obtiveram parecer favorável. Em seguida seria encaminhado para sanção da Presidência da República, mas, por força do Regimento da Câmara dos Deputados, foi encaminhado ao Plenário da Câmara, sofrendo alterações apresentadas pelo PT e pelo PPR. Em vista dessas alterações, o PL 3493/93 voltou para as Comissões devidas, ao final foi aprovado, e as alterações mais importantes foram vetadas. O CFB atuou forte e decididamente nesse processo, porém não obteve vitória. Entende, Elaine, que os demais profissionais que trabalham com a informação, como, por exemplo os jornalistas, se sentiram ameaçados e “nós não tivemos força para explicar a diferença entre a divulgação ampla de um fato, um acontecimento, que é a atividade da imprensa, do jornalista, e a geração de uma informação que será processada, utilizada, armazenada e dará suporte à geração a novos conhecimentos”. Faltou à classe, a força política para apresentar essa questão que é totalmente técnica.

As ações voltadas à melhoria do processo de gestão do CFB são demonstradas na realização do Seminário de Fiscalização/Curso de gerenciamento de conselhos, com o objetivo de preparar os novos presidentes para o trabalho a ser desenvolvido em conjunto com os Regionais e o Federal; na elaboração do Manual de Fiscalização, os estudos sobre o ensino da ética nas Escolas de Biblioteconomia. O resultado desses estudos foi entregue ao Presidente da Associação Brasileira de Ensino em Biblioteconomia (Abebd) no XVII CBBD, como forma de contribuição do CFB para a Associação, tendo sido posteriormente deliberado pelo Plenário e a conselheira federal Maria Lúcia Vasconcelos Coelho o transformaria em um artigo e o encaminharia para publicação na revista de Biblioteconomia da UFMG.

Ao final do mandato, e olhando para as atividades e o papel do CFB, Elaine Faria observa que o caráter tecnicista da profissão fala mais alto, ainda hoje, que os benefícios sociais que essa mesma profissão pode trazer para a comunidade. Lembra que, no período em que a profissão foi regulamentada, a parte técnica era importante e necessária, mas com o decorrer do tempo e com o avanço tecnológico, a área humana, político e social da Biblioteconomia deveria ter recebido maior atenção por parte do profissional. Sente falta da representatividade política do Bibliotecário nas câmaras municipais, estaduais, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Não possuímos representação política e só a amizade dos parlamentares para com as bibliotecas, a informação e o bibliotecário não tem sido suficiente para que alcancemos vitórias no estabelecimento de políticas públicas.

Em se tratando de serviços e produtos, estamos muito bem. Mas continuamos trabalhando e nos modernizando da biblioteca para a biblioteca, deixando

de lado a parte política e o grande impacto social da informação. Neste cenário, as escolas, os cursos formadores também estão muito distantes do processo político e social.

## Décima e décima primeira gestões (1994-2000)

Zeneide de Souza Pantoja

### UMA VISÃO VOLTADA PARA NOVOS DESAFIOS

A história do Conselho Federal de Biblioteconomia está diretamente ligada aos professores responsáveis pelas bibliotecas à época. Deveu-se ao empenho valoroso dos professores-bibliotecários, precursores que foram de uma profissão de primordial importância para a sociedade como um todo. O trabalho incansável desses mestres (que não mediram esforços na concretização desse sonho) ressaltava a figura do profissional bibliotecário como suporte na formação educacional, cultural e social do nosso povo. Essa visão futurista resultou na Lei nº 4.084/62 que rege a profissão de Bibliotecário e seus respectivos órgãos fiscalizadores CFB/CRB.

A condição de Presidente do Conselho Regional da 2ª. Região-CRB-2, com jurisdição nos estados do Pará, Amapá e Tocantins fez-me compreender a desmotivação dos profissionais e as dificuldades dos conselheiros regionais ante as suas responsabilidades. A falta de verba e de apoio do CFB justificava o desencanto. Por ocasião das reuniões anuais do CFB/CRB, dava para observar o distanciamento, apesar de toda dedicação da então presidente do CFB.

Com trabalho temporário em Brasília, solicitei o registro secundário no Conselho Regional CRB-1, cuja jurisdição cobria os estados do Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, preferindo, de início, manter minhas ligações com o meu Regional. Na Câmara Legislativa do Distrito Federal e no Ministério da Justiça, onde exerci minhas atividades profissionais, ampliei meus conhecimentos nas áreas política e social. Na época da eleição para o Conselho Federal, a então presidente Elaine Marinho Faria foi a grande incentivadora da minha candidatura para conselheira federal, sendo eleita a única representante do Norte e Nordeste. Revendo minha trajetória, acho que o acaso levou-me ao cargo de Presidente do CFB da 10ª gestão.

Aconteceu o seguinte: os demais conselheiros eleitos facilitaram minha ascensão ao cargo quando decidiram não se candidatar, assoberbados que estavam com seus afazeres profissionais em suas regiões respectivas, somando-se a isso os contratempos que tinham que enfrentar com os frequentes deslocamentos à Capital Federal, ainda não contemplada à época com uma eficiente rede de transporte aéreo como se verifica atualmente. Esses elementos, sem dúvida nenhuma, favoreceram minha candidatura. Residindo em Brasília e com certo embasamento político, ousei encarar mais um desafio - próprio da minha natureza irrequieta



- apresentando a minha proposta de trabalho, que foi aceita pelos conselheiros, transformando-me, assim, em presidente do CFB.

Assumimos o Conselho Federal num momento de grandes e profundas transformações: o mundo vivia a experiência da globalização com reflexos diretos na sociedade brasileira que passou a buscar, naturalmente, diante da nova realidade contemporânea, melhorias substanciais em consonância com o momento em que vivia e com as perspectivas que se desenhavam. A inversão da pirâmide social exigia, por exemplo, reflexões sobre comportamentos e atitudes. Além disso, a qualidade dos serviços cobrada pelos empregadores, a política do então Governo Federal sobre regulamentação das profissões liberais, levou-nos à retomada de posição com o propósito de rever nosso papel como órgão central no cumprimento das leis e normas que regem a profissão do Bibliotecário.

Diante desta situação, ao iniciar a 10ª gestão, colocamos em prática o que consideramos nossos grandes desafios: a política de integração entre o CFB e os CRB; e a aproximação do CFB com os três Poderes da República, em nível municipal, estadual e federal, objetivando o reconhecimento e a importância do profissional bibliotecário através do cumprimento da legislação vigente.

Nas visitas de supervisão aos CRB, que passamos a adotar dentro da nossa estratégia de aproximação, sempre fomos maravilhosamente bem recebidos pelos conselheiros e pelos profissionais bibliotecários de todas as regiões, o que facilitou sobremaneira o nosso trabalho. Os resultados foram surpreendentes. Trilhamos caminhos nunca percorridos e a realidade era inacreditável: o descaso com o acervo documental era impressionante; depósitos de livros malcuidados absurdamente chamados de “bibliotecas”; faculdades que buscavam o credenciamento junto ao Ministério da Educação com acervos alugados para ludibriar a fiscalização, sendo desmontados imediatamente após a autorização legal para o seu funcionamento, além de universidades com acervos precários, pessoal desqualificado profissionalmente em trabalho técnico e de gerenciamento. Sem exagero: uma tragédia!

Não era possível aceitar passivamente tal situação. Fazendo valer a nossa autoridade, solicitávamos audiência com autoridades constituídas para reverter o quadro, sempre acompanhados dos presidentes dos Conselhos Regionais, contando, também, registre-se, com o apoio dos órgãos de imprensa locais. A repercussão em nosso favor era imediata, refletindo-se num maior respeito à profissão, fato que impulsionou ainda mais o nosso trabalho, especialmente porque passamos a contar também com o apoio dos estudantes universitários. Se existiam aspectos negativos, em compensação, encontramos trabalhos maravilhosos com bibliotecários valorizados, bibliotecas bem equipadas, acervos bem cuidados, além de profissionais treinados e atenciosos. Nas reuniões com os conselheiros federais, relatávamos os acontecimentos e sempre obtivemos o apoio para a continuidade do nosso plano de ação.



Em nosso trabalho junto aos Três Poderes, vale destacar o apoio voluntário que passamos a contar do ex-governador de Pernambuco, Marco Maciel que, após assumir o Ministério da Educação, passou a admirar abertamente o trabalho do Bibliotecário, defendendo a nossa profissão enquanto Senador da República e mesmo quando esteve respondendo pelo maior cargo da Nação, ou seja, a Presidência da República, condição em que compareceu a um evento realizado pelo CFB no Hotel Nacional, em Brasília, por ocasião da posse da 11ª. gestão do CFB.

A visão de aproximação com associações de classe e escolas de Biblioteconomia dos países do Mercosul foi outro grande desafio. Por ocasião da reunião anual da Associação de Bibliotecários Graduados da República da Argentina, em Buenos Aires (ABGRA), onde participamos a convite, apresentamos a proposta de integração entre os países membros, o que resultou na criação da Comissão Integrada de Entidades de Profissionais Bibliotecários do Mercosul (CIBIM).

A CIBIM foi criada com o objetivo de promover a mobilização profissional na região do Mercosul, buscando a regulamentação e da atividade e do exercício profissional em Biblioteconomia nos Estados-parte do Tratado de Assunção. Foram definidos os seguintes temas para estudos: política de informação e legislação profissional, terminologia técnica e tradução, formação profissional contemplando o segmento curricular, em sua formação básica e em programas de educação continuada e, por fim, mercado de trabalho e legislação trabalhista.

A Comissão presidida pelo Brasil, através do CFB, era composta por representantes da Argentina, Paraguai e Uruguai. Os grupos de estudos trabalharam incessantemente e produziram documentos contendo propostas consistentes para cada área. Em tempo, para nossa satisfação pessoal, foi possível constatar que, em termos de desenvolvimento da Biblioteconomia, o Brasil estava à frente dos seus coirmãos.

Internamente, O CFB criou o Grupo Especial de Trabalhos para Assuntos do Mercosul (GETAM), composto por representantes dos Conselhos Regionais, pelo Conselho Federal, por associações de classe, além das escolas especializadas, com o propósito de assessorar o plenário do CFB em relação aos assuntos pertinentes ao Mercosul, ou seja: a) promover a análise da situação legal da Biblioteconomia nos países integrantes e dos demais países da América Latina; b) realizar estudos curriculares comparativos entre leis, regulamentos e mercados de trabalho; e c) contribuir com a regulamentação das atividades de Biblioteconomia em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Mercosul.

Podemos concluir, pelos trabalhos realizados no âmbito da CIBIM e do GETAM, que foi dado o pontapé inicial para o processo de integração da profissão de bibliotecário na Região, pontapé dado pelo CFB e impulsionado pela parceria com os conselhos, as associações e as entidades de classe. O papel que desempenhamos demonstrou, afora de qualquer dúvida, uma capacidade institucional do CFB em atuar na área política em defesa dos interesses da classe sem inclinações

partidárias. Registre-se, para a história, que, durante a cerimônia da instalação da CIBIM no Brasil, participaram representantes brasileiros do Ministério da Cultura, embaixadores dos Países-membros, políticos de vários partidos, além do vice-presidente da República, Marco Maciel.

A 11ª Gestão do CFB foi a continuidade dos nossos trabalhos ampliados com planos propostos pelos novos conselheiros federais. Procedemos, então, à mudança do regimento interno, criando a figura do vice-presidente, preenchendo, assim, uma lacuna já consagrada pelos conselhos regionais. Foi uma decisão significativa por facilitar a condução dos trabalhos do CFB.

Uma questão que mereceu de todos nós, CFB e CRB, uma atenção especial foi promover a regularidade dos pagamentos das anuidades dos registrados e o consequente envio da cota-parte, evitando-se, assim, os sérios problemas acarretados pela constante falta de contribuição pecuniária.

A conselheira federal Sandra Maria Dantas Cabral, CRB-3, com jurisdição no Ceará e Piauí, então tesoureira do CFB, apresentou o trabalho que regulamentou o repasse da cota-parte proporcionando tranquilidade ao CFB e aos CRB, posteriormente, aperfeiçoado pelas novas gestões. A atuação da Sandra marcou de forma positiva o controle da cota-parte. Faço questão de registrar.

Pessoalmente, quero enfatizar que em todas as funções que ocupei como profissional-bibliotecário, tanto nos órgãos onde desempenhei minhas atividades profissionais, quanto nos conselhos regional e federal, procurei honrar os cargos que assumi, sempre preocupada em devolver à sociedade tudo o que recebi: o curso de Biblioteconomia, pago com os impostos recolhidos de todos os brasileiros. Por isso, decidi trabalhar no CBR-2 e no CFB com dedicação e responsabilidade, não esquecendo o apoio que obtive dos Conselheiros Regionais e Federais sem os quais não teria conseguido o meu objetivo.

Orgulha-me ser uma Bibliotecária-operária; assim, foi possível conhecer mais de perto a realidade brasileira. Admiro e respeito as outras profissões, mas amo a Biblioteconomia. Fizemos o possível, mas gostaria de ter feito muito mais. Só me resta agradecer a oportunidade e o apoio dos conselheiros do CFB 10ª e 11ª gestões. Aqui, um registro especial: ao final da 10ª gestão fui escolhida paraninfa da turma de bacharéis em Biblioteconomia da Universidade Federal de Brasília, honraria que considero como reconhecimento ao trabalho que todos nós, CFB e CRB, estávamos realizando em prol da nossa profissão.

Hoje, com o avanço das novas tecnologias da informação, cabe-me a certeza da continuidade desta luta por parte dos novos colegas, conselheiros regionais e federais, desejando-lhes sucesso e êxito nos novos empreendimentos, sempre apelando a todos que mantenham uma conduta ilibada em defesa, não apenas da nossa profissão, mas desta nossa Pátria que anda tão carente de nós, profissionais da informação!

## Décima segunda gestão (maio de 2000/março 2002)

Fernando Modesto

### INTRODUÇÃO

O texto apresentado é antes uma consulta pessoal à própria memória de seu autor. Informações até então arquivadas nas profundas conexões de neurônios, sobrepostas por outras camadas diárias de informações acumuladas pelo tempo. Apesar de agora reavivadas, sofrem com a natural distorção das lembranças esbranquiçadas pela distorção do espaço-tempo. Isto tudo para simplesmente dizer das possíveis omissões e falhas nos dados históricos que, no relato, de forma imprevisível podem ocorrer, até mesmo alheia à vontade ou às revisões do mencionado autor.

### SOBRE A 12ª GESTÃO DO CFB

O relato sobre a 12ª Gestão do CFB divide-se em dois momentos. Do período de maio de 2000 até março de 2002 e, posteriormente, até o final do triênio. É necessária a ressalva, pois houve dois presidentes no gerenciamento do órgão. Assim, para a consolidação do relato, os dois momentos da Gestão devem estar contemplados.

Inicialmente, é significativo lembrar a equipe que assumiu a 12ª Gestão. Essa equipe foi composta dos seguintes Conselheiros Federais: Alzinete Maria Rocon Biancardi; Ana Maria Ferracin; Cosme Guimarães da Costa; Enriqueta Graciela Dorfman de Cuartas; Itália Maria Falceta da Silveira; Ivone Job; José Fernando Modesto da Silva; Maria Aparecida Sell Andrade Cardoso; Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque; Maria Lúcia de Moura da Veiga Pessoa; Nelma Camêlo de Araujo; Raimundo Martins de Lima; Regina Keiko Obata Ferreira Amaro; Rosa Maria Ferreira Lima.

Na assessoria do Conselho, contou-se com os seguintes profissionais: a advogada Lúcia Maria de Paula Freitas (Assessora Jurídica); e o contabilista Vilmar Augusto de Medeiros (Assessor Contábil). Em relação à equipe de funcionários do Federal, estavam: Adriane Dias Ferreira; Ailtom Moreira da Rocha; Marco Aurélio Alves de Souza; e Tatiana de Paula Martins.

É sabido que, em qualquer atividade a ser realizada e que visa o trabalho coletivo, não é uma tarefa fácil. Para que a atividade possa ter previsão de algum êxito, as pessoas devem estar envolvidas e comprometidas; muito mais, ainda, quando se trata do fortalecimento de uma área profissional. Portanto, nenhum trabalho no Conselho se torna possível sem a colaboração de uma equipe de pessoas intencionadas em desenvolver algo. Neste aspecto, há uma característica do CFB, e que perpassa por todas as suas gestões. É em relação à composição do grupo de pessoas em cada Gestão. São profissionais oriundos de várias regiões do

país, dotados de culturas, percepções e experiências distintas com relação à compreensão da área de biblioteconomia, que se reúnem em um órgão eminentemente político, no qual se deve formular um pensamento único de ação que abranja e impacte positivamente o exercício da profissão de bibliotecário nacionalmente. E isto tudo norteados por um país regionalmente desigual em termos sociais e econômicos.

É neste cenário que os Conselheiros Federais devem conviver, compartilhar e compatibilizar suas opiniões de forma que evoluam para um consenso e um convívio coletivo produtivo. Quando as gestões conseguem entender e praticar esses aspectos, a convivência se enriquece e o resultado é propositivo, do contrário, o próprio sistema Federal/Regional é afetado negativamente e, por extensão, a área que deve ser regulada. Assim, acredita-se que, no período relatado, a convivência entre todos os agentes protagonistas tenha sido de aprendizado e de superação. Tudo isso resultou em avaliação favorável, passados tantos anos de sua história.

Ao reunir-se em equipe e estabelecer um efetivo processo de “gestão”, é essencial definir um plano de trabalho e a 12ª Gestão estabeleceu coletivamente o seu.

## SOBRE O PLANO DE GESTÃO

O plano proposto ressaltou, em seu preâmbulo, as significativas transformações organizacionais, econômicas e culturais observadas nos setores público e privado. Tais transformações implicavam em reestruturações dos processos e modelos de gestão existentes, e já exauridos e incapazes de responder às necessidades e expectativas da sociedade em geral; e, em especial, da comunidade profissional dos bibliotecários. Entendia-se que uma nova estrutura organizacional e política deveria responder a essas necessidades de maneira flexível, tecnológica, e de baixa burocracia centralizadora. Portanto, a projeção do plano de trabalho da 12ª Gestão, além de resumir os trabalhos, objetivos e anseios de gestões anteriores, procurou iniciar-se com uma nova percepção de organização e de pensamento compatível com a diretriz cultural de sociedade da informação delineada para o Brasil. Como exemplificação, listam-se alguns dos itens almejados pela equipe:

- ♦ Em continuidade ao trabalho das gestões anteriores: discutir propostas de revisão da Lei de Regulamentação Profissional por meio de estudos que estabelecessem um novo projeto de lei.
- ♦ Focar as propostas de ações específicas da 12ª Gestão, baseadas na dinâmica esperada para os Conselhos Federal e Regional, e que dependia da Medida Provisória nº 1.642 (Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências), em seu art. 58 (Os serviços de fiscalização de profissões regulamentadas serão exercidos em caráter privado, por delegação do poder público, mediante autorização legislativa), e

seus parágrafos. Entretanto, as deliberações da 12ª Gestão sempre buscaram contemplar uma postura de mudança e de renovação dentro da estrita legalidade [Este é um aspecto para “ser” Conselheiro Federal. Atuar de forma legalista, pois o órgão só existe e opera por força de uma lei. Compreender a essência desta lei da Regulamentação Profissional é fundamental].

- ◆ Das propostas de trabalho a serem implementadas:
  - 1) promover o estabelecimento de mecanismos facilitadores para criar nova moldura estrutural e atributiva do CFB e CRB [rever regimento e estabelecer uma rede federal/regional];
  - 2) organizar fórum de discussão e de capacitação sobre as questões de gestão e regulação profissional entre CFB/CRB;
  - 3) intensificar as relações com os segmentos congêneres, visando apoiar e/ou implementar programas de valorização profissional em nível local e nacional;
  - 4) realizar estudos e análises da Legislação vigente para atualização e revogação;
  - 5) divulgar as ações e as atividades do CFB/CRB [antecipava a lei de acesso à informação, dar transparência ao órgão];
  - 6) produzir documentos dos resultados das ações, reflexões e estudos do CFB;
  - 7) estimular a produção de documentos dos resultados das ações, reflexões e estudos do CRB [ambos os itens 6 e 7 visavam harmonizar as ações e o discurso na rede Federal/Regional];
  - 8) formar parcerias para realização de estudos e pesquisas da atividade bibliotecária no país [uma profissão que não se conhece de forma sistêmica não tem como tomar decisões sobre o seu destino];
  - 9) otimizar a estrutura operacional e física do CFB [buscar explorar recursos tecnológicos e administrativos que tornassem ágeis a comunicação e as ações do órgão];
  - 10) analisar o papel do CFB na CIBIM/GETAM (Comissão Integrada de Entidades Profissionais de Bibliotecários do Mercosul/Grupo Especial de Trabalho para Assuntos do Mercosul) [constatou-se que a coordenação da CIBIM não estava mais a cargo do CFB, na época. Por outro lado, nota-se que seu estabelecimento foi perda de tempo e de dinheiro, nada resultou de objetivo].
- ◆ Das atividades administrativas internas do CFB:
  - 1) capacitar os recursos humanos do Federal;
  - 2) investir em recursos de infraestrutura para suporte administrativo;

- 3) implementar ações, visitas e reuniões técnicas nos Conselhos Regionais e nas Entidades de Classe;
- 4) criar Comissões Especiais necessárias ao melhor encaminhamento das atividades e ações do Federal;
- 5) manter um programa de reforma das instalações de infraestrutura física da sede do Conselho;
- 6) normatizar procedimentos das áreas administrativas, financeira e fiscalizatória do Conselho.

Certamente, nem todas as propostas foram efetivadas a contento, mas acredita-se ter estimulado a busca por condições favoráveis para o seu alcance. A existência de uma Gestão de Conselho Federal trabalhando de forma meramente burocrática era e é impensável.

Entretanto, talvez a mais delicada das ações, já mencionadas, seja a atualização da Lei de Regulamentação Profissional. Apesar dos esforços, a última atualização nasceu deformada e distante das expectativas de uma profissão que deveria se inserir em uma sociedade de informação cada vez mais fluída tecnológica e digitalmente. Entretanto, até hoje não se procedeu a uma nova revisão, talvez pelo temor que os profissionais tenham de que a profissão possa ser desregulamentada ao transitar como projeto de lei nos labirínticos e ardilosos caminhos do Congresso Nacional. É um risco a ser enfrentado; melhor do que seguir se desmanchando diante dos contextos e das demandas de uma sociedade digital.

## SOBRE AS DIFICULDADES E OS RESULTADOS ALCANÇADOS

Do período, destacam-se as resoluções que estabeleceram uma nova regulamentação para o processo de fiscalização e a revogação das resoluções existentes referentes ao técnico em Biblioteconomia. Solucionou-se, provisoriamente, uma situação irregular, mas que necessita, ainda hoje, ser mais bem definida no âmbito dos Conselhos.

Outra questão foi o Programa “Uma biblioteca em cada município” e as pressões políticas envolvidas que forçavam a participação do CFB por meio da adesão a um convênio de parcerias com o Ministério da Cultura, a Força Sindical e o Ministério do Trabalho. Diante dos acontecimentos, o procedimento adotado foi o de divulgar toda informação disponível sobre o programa e o convênio proposto e, ao mesmo tempo, ouvir conselheiros federais e regionais, assessores e especialistas na temática das bibliotecas públicas. Mesmo com toda a disposição dos conselheiros desta Gestão em divulgar as informações sobre essas ações, muitas críticas foram emanadas dos próprios profissionais, como, por exemplo, críticas relacionadas à postura de autoritarismo e corporativismo dos conselheiros federais.

Porém, a postura adotada mostrou-se correta. A persistente abertura ao diálogo foi eficaz. Após várias reuniões, o próprio Secretário do Livro e da Leitura,

vinculado ao Ministério da Cultura, percebeu que dialogava com uma gestão de Conselho Profissional formada de pessoas conscientes e com clareza de propósito, e que o presidente e a sua equipe de Conselheiros não eram sectários. Ao final de tantas reuniões e discussões, acabou o próprio Secretário entendendo a pertinência da reivindicação do Conselho em incluir, no convênio de adesão ao Programa, firmado entre as prefeituras municipais e o Ministério da Cultura, cláusula estabelecendo a criação do cargo de bibliotecário, na Lei do Município que criava a biblioteca pública.

Infelizmente, como ocorre em toda mudança de governo, o Programa foi descontinuado. A cultura brasileira é de que o partido que assume o poder substitui as políticas públicas do governo anterior. Por outro lado, programas como o mencionado retornam sob nova denominação, novo emblema de governo, porém mantendo os mesmos vícios. E, no caso de programas voltados para as bibliotecas, os vícios são até sistêmicos: a contínua exclusão da figura do bibliotecário, tida sempre como um custo desnecessário. Apesar do dispendioso investimento financeiro em material, equipamento e mobiliário, poucas bibliotecas vingam, sem nossa presença.

Comenta-se, também, o Programa Sociedade da Informação (SOCINFO), desenvolvido no Governo Fernando Henrique, e que incluía projeto “Sociedade da Informação/FUST”, vinculado ao Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações (FUST), que era detentor dos recursos advindos do recolhimento de 1% sobre as contas telefônicas e de serviços de telecomunicações, e para o qual o Ministério da Ciência e Tecnologia, coordenador do Programa, propunha um orçamento, na época, de mais de R\$ 3 bilhões para executar, em três anos, o desenvolvimento do programa da Sociedade do Conhecimento no Brasil.

Entretanto, tornou-se estranho a não participação do CFB nas reuniões iniciais que discutiam, no âmbito do Programa, a questão das bibliotecas, em especial, as públicas e escolares que seriam informatizadas e colocadas na Rede, apoiando o Programa que deveria ter um importante significado para as políticas públicas de inclusão digital. Após indagação direta do coordenador geral do Programa sobre os motivos da não inclusão do Conselho nas discussões, ocorreram encontros com representantes do Programa, aos quais foram apresentadas propostas. O resultado da ação foi a própria manifestação dos representantes do Programa, quanto à contribuição e à participação do CFB. Esta havia sido uma importante política de inclusão digital, com grande recurso financeiro para sua implementação. Entretanto, após a mudança de governo, no Executivo, pouco se falou sobre seus resultados, e um silêncio pesaroso emergiu em relação às bibliotecas. Outro acontecimento meritório de citação, foi o posicionamento do CFB diante do projeto de lei 3549, da deputada Esther Grossi, que dispunha sobre a universalização das bibliotecas escolares (semente da lei de universalização das bibliotecas escolares). Inicialmente, ao se ter acesso ao teor do Projeto e ouvido parecer da Assessoria Jurídica e da Comissão de Legislação e Normas (CLN), solicitou-se audiência com a parlamentar. Do encontro, resultaram mudanças no



projeto prontamente acatadas pela deputada. Cabe ressaltar fato ocorrido, durante Congresso Integrar (realizado na cidade de São Paulo), em uma sessão sobre biblioteca escolar, em que se levantou o nome do Projeto de Lei e a necessidade das instituições da área o apoiarem. De pronto a atuação do CFB foi comunicada. Também, em relação à discussão deste projeto de lei, uma releitura da função do CFB/CRB foi promovida: ser um organismo em defesa da sociedade, ao defender o direito das pessoas de terem acesso a um serviço de biblioteca de qualidade, fornecido por profissional especializado, de forma a possibilitar um desenvolvimento humano igualitário; baseado em uma educação transformadora e cidadã, calcada no direito de acesso à informação.

Na esfera do fortalecimento da infraestrutura dos Conselhos Regionais, houve a proposta e dotação de recursos para aquisição de imóveis com o objetivo de fixar os Conselhos Regionais da 11ª, 13ª e 14ª região, carentes desta infraestrutura, bem como da dotação de recursos aos Regionais para a atualização da infraestrutura tecnológica. O objetivo principal da medida foi o de poder estabelecer um conceito de rede cooperativa entre CFB e os Conselhos Regionais. Neste intuito, também ocorreu a cessão de um sistema computacional para o CRB-11ª região (Amazonas), como um passo inicial de sua reestruturação administrativa. Apesar do apoio em recursos e de capacitação, este foi um Regional com sérios problemas administrativos, financeiros e operacionais, e para o qual, na época, melhor seria ter sido extinto, substituído por uma representação de outro Regional. Mas a logística e característica da região norte impuseram sua continuidade.

No âmbito dos eventos da área, houve maior participação e protagonismo do CFB, no Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBDD), com presença ativa na organização do fórum e do estande, com a exposição das atividades, dos serviços e produtos oferecidos pelo CFB/CRB, com destaque à camiseta do Congresso, na qual a sigla do CFB aparecia impressa, algo até então raro.

No período, aconteceu a ampliação física do CFB, acrescido de mais um imóvel, o que ampliou o seu espaço físico e a atualização dos recursos tecnológicos. Algo bem diferente de quando se assumiu o Federal em maio de 2000, para um período de governança de vários meses, tendo em caixa, recursos financeiros insuficientes, pois se recebeu, como legado de gestão, um orçamento financeiro com 72% dos recursos consumidos, o que obrigou a se adotar austera política de controle nos gastos, o que, aliás, foi uma política implantada por todo o período. Dentre as medidas adotadas, cita-se:

- ♦ o desligamento de uma funcionária administrativa, sendo seus serviços absorvidos sem traumas pelos demais funcionários da Autarquia;
- ♦ a rescisão de contrato da Assessora Parlamentar, sendo os serviços desenvolvidos por Conselheiros Federais, quando de suas presenças em Brasília, durante participação em Plenárias, Assembleias e Reuniões de Diretoria;
- ♦ a expedição de Resolução, extinguindo o pagamento de “jeton” a Conselheiro



Federal por participação em Plenária, a verba de representação a ser paga ao Presidente do CFB, e o pagamento de táxi por deslocamento, exceto quando a serviço da Autarquia;

- ♦ a redução do valor referente à verba de suprimento, antes no valor de R\$ 400,00, para metade;
- ♦ o congelamento do valor das diárias que anteriormente eram corrigidas mensalmente; e
- ♦ demais medidas administrativas de controle rigoroso de despesas gerais.

Destaque-se que, entre as dificuldades colocadas para a 12ª Gestão, houve a ação movida pelo CRB-4ª Região (Pernambuco), contestando o processo eleitoral e alguns dos candidatos eleitos, fato que criava delicada crise institucional. Embora se pudesse discordar do encaminhamento adotado pelo Regional, em nenhum momento foram tomadas quaisquer atitudes ou medidas por parte da 12ª Gestão, no sentido de promover retaliações. Apesar do constrangimento da presidência do CFB em ter oficiais de justiça à porta de casa, atuou-se sempre com moderação e dentro da legalidade devida, e com a postura de tratamento isonômico para com todos os Conselhos Regionais. Como deve sempre ser.

Enfim, o trabalho realizado, no período relatado, fora fruto da colaboração dos Conselheiros Federais que comungaram em um mesmo ideal de ações seguidas pelo Presidente, Diretoria e Comissões, bem como no apoio recebido pela maioria dos Conselhos Regionais. Houve uma sinergia de forças, sem a qual nenhuma Gestão conseguiria realizar o seu trabalho e gerir um órgão como o CFB.

Como citação final deste texto, manifesto a todos os parceiros (funcionários, assessores e conselheiros) envolvidos, no contexto deste relato, meu saudoso agradecimento e o muito obrigado pela oportunidade da experiência compartilhada.

Aos novos gestores do CFB, o incentivo e a certeza de que os desafios e dificuldades à frente do órgão só valem a pena se enfrentados. O êxito nunca será garantido. Porém, o temor das falhas, dos erros e das críticas não podem nos abster de buscar sempre o melhor para a profissão bibliotecária brasileira.

## Fragmentos da trajetória do CFB durante a 12ª (Maio 2002/abril 2003) e a 13ª (2003/2006) Gestões

Raimundo Martins de Lima

Fui conselheiro do CFB e exerci a sua presidência por duas gestões (2000/2003 e 2003/2006, embora no primeiro mandato tenha assumido a presidência só a partir de 2002), mas neste resumo não vou replicar os relatos produzidos ao final de cada exercício ou de gestão. Vou apenas comentar com brevidade, quando

possível, as ações que, considerando os contextos em que foram realizadas, entendido terem sido as mais significativas para a entidade, a área de Biblioteconomia e a sociedade.

Essas ações foram as abaixo elencadas:

- 1) Audiência com a Deputada Esther Grossi (PT/RS), autora do Projeto de Lei 3549/2000, que tratava da universalização das bibliotecas escolares, apresentado à Câmara dos Deputados em 12 de setembro de 2000. Este projeto deu origem a Lei nº 12.244/2010, que hoje dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País.

Essa audiência foi o primeiro passo que a 12ª. Gestão do CFB deu para alteração do texto do projeto de regulamentação das bibliotecas escolares, com vista a adequá-lo aos interesses da Biblioteconomia e da sociedade brasileira. Os outros foram motivados pelo arquivamento do projeto em 31 de janeiro de 2003, uma vez que a Deputada Ester Grossi não se reelegeu para um novo mandato.

O segundo passo foi dado pela 13ª. Gestão do CFB, que solicitou audiência e foi recebida pela Deputada Federal Vanessa Graziottin (PCdoB/AM), em fevereiro de 2004, ocasião em que foi proposta a reapresentação do Projeto de Lei sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino de todo o País. Nessa audiência foi entregue à Deputada uma minuta de um anteprojeto, acompanhado da sua justificativa, elaborados pela Diretoria do CFB, com a colaboração da sua Assessoria Jurídica, Dra. Lúcia Freitas.

O terceiro passo, também dado pela 13ª Gestão do CFB foi a realização da audiência, em maio de 2005, com o Deputado Federal Bonifácio Andrada (PSDB/MG), Relator do projeto que foi reapresentado (PL nº 3231/2002), para defender a retirada de algumas alterações introduzidas no texto do Projeto original, porque eram danosas às bibliotecas escolares. Registre-se que nessa data o Projeto já havia sido aprovado pelas Comissões de Educação, de Redação e de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados e só estava aguardando ser pautado para apreciação do Plenário da Casa.

- 2) Estudo e reforma das instalações da sede do CFB: atividades realizadas pela Comissão de Obras e Reforma de Infraestrutura do CFB, instituída pela Portaria nº 034, de 20 de agosto de 2001, da qual faziam parte as conselheiras federais: Ivone Job, Nelma Camêlo de Araújo, Itália Falceta e Adriane Dias Ferreira; posteriormente, a conselheira Ivone Job foi substituída pela conselheira Ana Maria Ferracin.

Quando a 12ª Gestão do CFB assumiu, os recursos estruturais e infraestruturais da sede da entidade não ofereciam mais as condições de trabalho adequadas ao desempenho das suas atividades, e isso a fez projetar a ampliação do seu espaço. Projeção que só foi efetivada em dezembro de 2001, com

a compra de um imóvel no prédio onde estava instalada a sua sede: a sala 1075, que ficava ao lado das salas 1079 e 2079 pertencentes ao CFB.

Foram as más condições estruturais e funcionais da sede do CFB e a sua nova configuração física que justificaram a reforma (obras de engenharia e projetos arquitetônico, hidráulico e elétrico), bem como o planejamento e a execução do novo sistema de ar condicionado, a mudança de layout e a aquisição de novos mobiliários e equipamentos que deram aos seus empregados e conselheiros melhores condições para a execução das suas atividades. Mas o mobiliário e os equipamentos novos foram comprados pela 13ª Gestão do CFB.

- 3) Aquisição de imóveis para cessão, em regime de comodato, aos Conselhos Regionais de Biblioteconomia (CRB) que não possuíam sede própria, com o fim de oportunizar maiores condições para a realização das suas atividades administrativas e de fiscalização, além de equipamentos de informática.

A 12ª Gestão do CFB adquiriu dois imóveis: um prédio de alvenaria de dois pisos, com área construída de 175,00m<sup>2</sup> e um terreno de 117,12m<sup>2</sup>, localizado no centro de Manaus/AM, para sediar o CRB-11, cuja jurisdição é formada pelos Estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima; e uma casa de alvenaria com uma área de 84,00m<sup>2</sup>, localizada no centro de São Luís/MA, para ser a sede do CRB-13, cuja jurisdição é constituída pelo Estado do Maranhão.

A 13ª Gestão do CFB aprovou a compra de um imóvel para sediar o CRB-3, último regional que ainda funcionava em prédio alugado. Foi reservado um valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) para isto, mas devido à demora em selecionar o imóvel, a compra só foi efetuada na gestão seguinte.

- 4) Publicação do manual *Bibliotecário: legislação e órgãos de classe*, que reuniu a legislação mais relevante e utilizada pelo Sistema CFB/CRB, com o propósito de dar orientação sobre o funcionamento e a organização do CFB e dos CRB a ele subordinados, além de informar sobre as diferenças de responsabilidades e objetivos que existem entre as demais entidades que representam a categoria profissional dos bibliotecários.
- 5) Posição assumida pela 12ª Gestão sobre o *Programa Uma Biblioteca em Cada Município*, da Secretaria de Política Cultural do Ministério da Cultura (MinC). Entendeu-se na época que, apesar de o Programa descumprir a legislação que regulamenta o exercício da profissão de bibliotecário no Brasil, havia mérito nos objetivos e por isso apoiou-se a sua continuidade, entretanto, em condições mais favoráveis ao exercício da profissão de Bibliotecário e ao funcionamento das bibliotecas públicas municipais.

Para sustentar esse apoio, observou-se que, embora a estrutura do Programa tivesse sido aprovada em 1996 e seguisse inalterada, até aquela data não se tinha notícia de qualquer ação efetiva do CFB, ou de qualquer CRB, que a

contestasse no todo ou em parte, com vistas a forçar a alteração dos aspectos considerados danosos ao exercício da profissão, e o Programa já entrava no seu quinto ano de operação.

Este detalhe foi entendido como muito significativo, pois a cumplicidade dessa convivência amistosa entre as estruturas do Programa e o Sistema CFB/CRB, de certo modo, descartava qualquer possibilidade de negociação política para o caso, já que nessa época o MinC não respondia nem mesmo aos pedidos de audiência feitos pelo CFB. Por isso, a solução para esses conflitos deveria ser, doravante, mediada pela lei.

Como conclusão, ficou decidido que o CFB proporia ao MinC os procedimentos seguintes:

- ♦ Adoção de medidas para obrigar as Prefeituras a obedecerem à legislação vigente (Lei nº 4.084/1962, Decreto nº 56.725/1965 e Lei nº 9.674/1998) que dispõe sobre o exercício da profissão de bibliotecário no Brasil. Neste caso, apenas seriam aprovadas a participação e a liberação de recursos para Prefeituras de municípios que comprovassem terem cumprido essa legislação, e os CRB poderiam atestar isso.
  - ♦ Realização de um fórum, promovido pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, do qual participariam todas as entidades da categoria de bibliotecários e mais a Secretaria de Política Cultural do MinC para avaliação dos resultados do Programa e apresentação de propostas de ações que pudessem potencializar a sua continuidade.
  - ♦ Reconsideração, por parte do MinC, da decisão de só recorrer à Universidade de Brasília para ministrar o Curso de Capacitação para Dinamização e uso da Biblioteca Pública em todo território nacional e, após isso, consultar as demais universidades brasileiras, federais e estaduais, que mantenham cursos de Biblioteconomia ou Ciência de Informação para que se manifestem e assumam posição sobre as suas inclusões no Programa, exclusivamente, para ministrar o referido curso em suas regiões ou Estados.
- 6) A 13ª Gestão do CFB abriu canal de interlocução com as demais entidades das áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação, com vistas à realização de ações que levassem à discussão e reflexão das práticas da categoria profissional, sobretudo com a FEBAB, Abecin, ANCIB, IBICT, Biblioteca Nacional e Sindicatos, e com algumas entidades estrangeiras, como a ABGRA e a IFLA.
- 7) Participação dos membros da 13ª Gestão em eventos das áreas de Biblioteconomia e de Ciência da Informação, no Brasil e no exterior, para esclarecer o papel do Sistema CFB/CRB e afirmar a sua imagem como a entidade de maior representatividade dos bibliotecários brasileiros. Destacaram-se o Congresso Internacional da ALA; as Conferências Internacionais da IFLA, realizadas na Argentina e Noruega, e o 3º Seminário Internacional de Associações de

Bibliotecários, promovido pela ABGRA/IFLA e realizado na Argentina. Em termos numéricos, o CFB esteve presente em 75 (setenta e cinco) eventos, sendo 5 (cinco) fora do Brasil.

## Décima quarta gestão (maio 2006/junho 2007)

Ana Virginia Zimmermann

A gestão se inicia com uma manifestação dos Regionais contendo as seguintes propostas: a) representação de todos os regionais para a formação das futuras gestões do CFB; b) criação de uma Comissão Permanente no CFB de discussão com os Regionais; c) aquisição de sede para os Regionais que não possuem, como o Ceará e Pernambuco; d) desenvolvimento de um projeto de divulgação/marketing conjunto entre CFB e Regionais, com abrangência nacional, para dar maior visibilidade à profissão; d) elaboração de um Manual de Rotinas padronizado que sirva de guia a todos os Regionais; e) adoção de um *software* padrão para cadastro e controle das atividades dos Regionais, como cadastro, protocolo e cobrança; f) criação de um banco de dados integrado das decisões dos regionais e CFB; g) regulamentação e fiscalização quanto às profissões de técnico e auxiliar de biblioteconomia; g) verificação da situação atual do banco de dados nacional de bibliotecas e retomar o cadastro nacional de profissionais; h) estudo da possibilidade da elaboração nacional de processos seletivos gerais para todos os regionais; i) esclarecimento do posicionamento do CFB sobre cursos sequenciais em Biblioteconomia; j) contratação de um assessor parlamentar. Observa-se o retorno das discussões voltadas à área do ensino da Biblioteconomia com a participação efetiva dos conselheiros representantes.

A conselheira Ana Virginia solicitou renúncia ao cargo de presidente e conselheira em junho de 2007, tendo sido eleita a conselheira Nêmora Arlindo Rodrigues para concluir a gestão.

## Décima quarta (junho 2006/2009) e Décima quinta (2009/2012) gestões

Nêmora Arlindo Rodrigues

As ações desenvolvidas no decorrer das gestões e suas respectivas composições encontram-se devidamente elencadas nos relatórios anuais correspondentes. A proposta dessa apresentação é destacar as contribuições efetivas prestadas à Biblioteconomia no período, na medida em que representam significativos avanços para a profissão de bibliotecário, para o ensino e para o cumprimento das atividades dos conselhos de fiscalização profissional no Brasil.

Inicialmente, realizaram-se diagnósticos da situação dos conselhos regionais de Biblioteconomia por meio de instrumentos de pesquisa e avaliação, utilizando-se ferramentas tecnológicas avançadas, cujos indicadores obtidos apontaram as deficiências, bem como os pontos fortes existentes.

A partir de tais dados, e contando com a intensa participação de representantes de todos os conselhos regionais de Biblioteconomia em Workshops realizados em várias regiões brasileiras, foram identificadas as áreas de excelência de atuação de cada conselho, bem como os aspectos deficitários. O trabalho de análise e redação de conteúdos resultou na composição do Manual Estruturante, cujos aspectos são destacados a seguir.

Manual Estruturante: conjunto de diretrizes orientadoras das atividades dos conselhos regionais, de acordo com as áreas de atuação, desde os seus recursos, sua forma de funcionamento, operacionalização, metodologia de trabalho, formulários utilizados e todos os subsídios para otimizar as gestões. O objetivo principal do manual é o de propiciar uma fonte de consulta permanente, atualizável, dinâmica e padronizadora para todos os conselhos no desenvolvimento de sua missão.

A partir dessa metodologia de trabalho e das experiências observadas em atividades de integração com os demais conselhos federais de fiscalização profissional, criou-se o Sistema CFB/CRB:

Sistema Conselho Federal e Conselhos Regionais de Biblioteconomia – Sistema CFB/CRB: as atividades sistêmicas, até então desenvolvidas de forma individual por cada regional, passaram a ser executadas de modo integrado. A adoção de *software* e aplicativos padronizados, assim como a criação de um novo *site*, apresentando o sistema e *links* direcionados para todos os CRB, propiciam uma visão abrangente do Conselho Federal e de todos os regionais.

A sinergia estabelecida com os demais conselhos federais, por meio de diversas ações conjuntas, incluindo reuniões ordinárias, audiências com diversas autoridades, deputados e senadores, promoveu a visibilidade do CFB e o colocou em posição de destaque perante os demais conselhos e ordens, assegurando o reconhecimento de sua importância e conquista de posição de destaque no centro das decisões e conseqüente fortalecimento do CBF.

Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas – Conselho: além do acompanhamento e da participação efetiva do CFB nas atividades externas e internas do Conselho, nas quais secretariou as reuniões, a grande conquista obtida pelo Fórum se deu com a aprovação da Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011 (Anexo X). A redação da lei e todo o empenho para que viesse a ser outorgada consistiu na maior conquista obtida ao longo de toda a história dos conselhos, uma vez que pacificou questões extremamente polêmicas reativas às cobranças de anuidades. Assegurou-se, assim, a própria continuidade dos conselhos, uma vez que a legislação regulamentou a arrecadação de recursos para a sua manutenção e sobrevivência.



Cultura: constituiu um importante eixo de atuação das gestões e contou com a representação do CFB, por meio de sua presidente, na Câmara do Livro e da Leitura, a qual posteriormente foi substituída pelo Colegiado Setorial do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, ambas no âmbito do Ministério da Cultura. Destacam-se diversas conquistas na área, inclusive com o incremento à Frente Parlamentar Mista pelo Livro e Leitura, bem como pela criação da Frente Parlamentar Mista pela Biblioteca, essas no Congresso Nacional. Igualmente, o engajamento do CFB, na Conferência Nacional de Cultura, a qual procedeu a importantes alterações e adequações nas diretrizes do Plano Nacional de Cultura e no Plano Nacional do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca.

Fórum das Entidades da Biblioteconomia: o trabalho conjunto com as entidades associativas quer da profissão, quer do ensino de Biblioteconomia no Brasil, determinou uma ampla integração do CFB com entidades como a Federação Brasileira de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB), a Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (Abecin), a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), dentre outras, atingiu um formato de fórum e foi incluído na programação oficial do Encontro Nacional da Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ENANCIB). No âmbito do fórum, realizaram-se debates sobre os rumos da profissão e do ensino no Brasil em conexão com o mercado de trabalho, com as dificuldades enfrentadas, barreiras e avanços. A proposta do Fórum é buscar uma sintonia permanente entre o ensino, a pesquisa e o mercado de trabalho, visando a qualificação e a adequação de todas as instâncias à realidade vigente. Afinal, o movimento associativo se ressentia das oscilações comuns à falta de engajamento às lutas sociais, à falta de participação efetiva de profissionais em suas entidades representativas. Em consequência de fatores como esses, houve três significativas ocorrências relacionadas aos Conselhos Regionais de Biblioteconomia:

Criação do CRB-15 (Paraíba e Rio Grande do Norte): em vista das dificuldades enfrentadas para a realização das atividades básicas afeitas aos conselhos regionais, quais sejam o registro e a fiscalização profissional, houve necessidade do desmembramento da 4ª região que anteriormente abrangia quatro estados, determinando a criação do CRB-15, com sede em João Pessoa, na Paraíba, em atendimento à legislação vigente. Dessa forma, o CRB-4 passou a incluir os estados de Pernambuco e Alagoas. Igualmente, as dificuldades de gestão determinaram o fechamento de outro CRB.

Fechamento do CRB-12 (Espírito Santo): Após inúmeras auditorias e tentativas de readequação do CRB às suas funções e devido às dificuldades de manutenção das atividades em consonância com a legislação atinente à natureza dos conselhos, como autarquias especiais, houve a imperiosa necessidade de encerramento das atividades do CRB-12. As medidas adotadas tiveram o propósito de sanar as consequências de gestões que estiveram aquém dos requisitos necessários. Como forma de fortalecimento das ações do CFB, houve alterações na sua estrutura interna a partir da criação de duas comissões permanentes:



Comissão de Memória: a importância da manutenção dos registros de todas as atividades do Sistema CFB/CRB determinou a elevação da comissão à condição de permanente, visando assegurar a manutenção de um repositório institucional capaz de conter a própria história do Sistema.

Comissão de Ensino: responsável pelo acompanhamento de todas as transformações tecnológicas e seu impacto no ensino da biblioteconomia do país, na análise e avaliação de disciplinas nos cursos de nível técnico e superior de outras áreas, sobretudo de Sistemas de Informação, além de constituir a base para a implantação do curso de Biblioteconomia na modalidade a distância:

Graduação em Biblioteconomia na modalidade a distância: Ante a necessidade de fomentar, junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB), a oferta do curso de bacharelado em Biblioteconomia na modalidade a distância, a Diretoria do CFB manteve vários contatos com as assessorias da UAB. A Diretoria do CFB foi recebida, inclusive, em audiência pelo Secretário Executivo do Ministério da Educação, José Henrique Paim Fernandes, o qual abalizou a criação do curso de bacharelado em Biblioteconomia em EAD, em vista do impasse que surgira pelo fato da UAB ter sido criada para instituir somente cursos de licenciatura. No entanto, ante os argumentos de que a qualidade da educação exige a criação de bibliotecas devidamente instaladas, em funcionamento de acordo com o projeto pedagógico da escola, e coordenadas por pessoal qualificado, assim como a necessidade de obedecer à Lei nº 12.244/10, o secretário determinou que fossem envidados todos os esforços necessários para a implantação do curso. Assim sendo, foi elaborado o edital para seleção da universidade a constituir a plataforma tecnológica do curso, cuja responsabilidade inclui a elaboração do material didático.

A partir das circunstâncias observadas no cenário presente e das possibilidades que essa situação tende a gerar num futuro próximo, o CFB propôs, e foi aceito pelo Sistema e por todas as entidades ligadas ao ensino, pesquisa e de representação profissional, o:

Pacto pela Biblioteconomia Brasileira: os debates giraram em torno de assuntos relevantes constituindo ameaças e oportunidades como seguem:

Ameaças:

- a) Desregulamentação da profissão;
- a) Entrada de profissionais estrangeiros no país;
- a) Invasão de profissionais de outras formações no mercado do bibliotecário como, por exemplo, profissionais oriundos de cursos de Informática e Sistemas de Informação, bem como pessoal de nível médio;
- a) Enfraquecimento das entidades de classe.
- a) Oportunidade: ampliação do número de vagas no mercado em decorrência da Lei nº 12244/10.

Concomitantemente aos diversos aspectos enfocados pelas 14ª e 15ª gestões, sem dúvida, o maior e mais expressivo projeto foi o projeto que buscou reunir todos os esforços visando a conscientização da importância da biblioteca escolar.

## PROJETO MOBILIZADOR EM PROL DA BIBLIOTECA ESCOLAR

Ao apresentar o modelo de biblioteca escolar a ser adotado nas escolas brasileiras para os níveis infantil, fundamental e médio, estabelecendo as suas características e a necessidade de sua adequação aos propósitos de cada fase escolar, pretendeu-se destacar a importância desse equipamento na formação do aluno e na própria construção da cidadania brasileira. Defendeu-se a premissa de que a biblioteca deve estar inserida no projeto pedagógico da escola e oferecer ao aluno acesso à pesquisa com vistas a ampliar os conteúdos curriculares, assim como despertar o estudante para o infinito prazer da leitura. Para além da contribuição à formação do aluno, a biblioteca escolar deve se constituir no espaço público de inserção do ser humano numa sociedade mais justa. A proposta consistiu na ênfase do quanto pode e deve ser aprazível o espaço da biblioteca escolar, enfocando as possibilidades ilimitadas de acesso ao conhecimento que ela pode oferecer, desde que seja adequada ao público a que se destina e, principalmente, conte com pessoal qualificado para a prestação de serviços. Houve um grande esforço conjunto para que o projeto mobilizador superasse as fronteiras dos órgãos públicos ligados ao Ministério da Educação, como a Secretaria de Ensino Básico, além de instâncias municipais, estaduais e federais, considerando a participação de cada esfera de governo no âmbito da educação no Brasil. Essa mobilização gerou uma *expertise*, a qual pode ser perfeitamente inserida como um exemplo positivo de *advocacy*. Esse termo representa a análise do cenário e a possibilidade de sensibilização de autoridades e demais atores com parcelas de responsabilidade e contribuição à solução de problemas e obtenção dos resultados almejados. E, dessa forma, percorrendo o Congresso Nacional, abrangendo a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, sobretudo nas comissões de Educação, Cultura e Desporto das respectivas casas legislativas, por meio da busca de apoio a todas as entidades afins, inclusive com a realização de uma exposição na Câmara dos Deputados de modelo ideal da biblioteca escolar, tornou-se possível a aprovação da Lei n.12.244/10 (Anexo X). A lei prevê a existência de biblioteca escolar adequada ao projeto pedagógico escolar e determina igualmente o respeito à legislação que regulamenta a profissão de bibliotecário.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Durante os dois períodos das gestões enfocadas, o CFB enfrentou grandes desafios e conquistou significativas vitórias. Para isso contou com a colaboração e o comprometimento dos conselheiros que, de forma voluntária, ofereceram sua contribuição, seus talentos, suas habilidades e críticas, ajudando a construir uma instituição que angariou respeito e dignidade perante a sociedade.

Agradecemos a cada pessoa, independentemente de sua atuação profissional, por ter sido um ente que compartilhou uma etapa importante de sua vida com o grupo para que fosse possível olhar com orgulho para trás e afirmar com total tranquilidade: foram duas gestões de enorme sucesso. E essa conscientização dá sentido à luta, confere significado aos embates, aos momentos de desgaste, às viagens pelo país continental e com humildade nos faz reconhecer que fizemos a nossa parte e lançamos sementes da melhor qualidade para o futuro, as quais esperamos ver germinar e prosperar cada vez mais.

## Décima sexta gestão (2013/2015)

Regina Céli de Sousa

### 1 INTRODUÇÃO

A 16ª gestão do CFB, por meio de trabalho integrado e cooperativo, entre os conselheiros federais distribuídos por diretorias e comissões, do suporte de funcionários e assessores, e da disposição cooperativa dos Conselhos Regionais, conseguiu planejar, desenvolver e consolidar várias ações e projetos que valorizam o Sistema CFB/CRB e fazer cumprir sua missão em prol da profissão. Acrescentou-se ao esforço, a contribuição e participação da comunidade dos bibliotecários e a adesão de autoridades das diversas esferas públicas e da sociedade civil.

Com este intento, a 16ª gestão do CFB procurou atuar, com trabalho próximo dos Conselhos Regionais, de maneira a unir esforços que resultassem em maior divulgação da profissão. Para atingir este objetivo, propôs um planejamento estratégico integrado e forneceu orientação para elaboração do plano de metas do Sistema CFB/CRB. Além disso, realizou visitas aos Conselhos Regionais com a finalidade de discutir as orientações e colher informações das realidades pré-existentes. Nessas oportunidades, vários CRB promoveram eventos, nos quais o Conselho Federal pode ministrar palestras sobre suas ações, dirigidas à comunidade bibliotecária local, salientando a importância dos Conselhos e da atividade bibliotecária para a sociedade. Os encontros possibilitaram incentivar a maior participação dos profissionais em suas entidades de classe, e a necessidade de se promover a formação de novas lideranças.

Certamente, o esforço de uma gestão é manter ativo e permanente o trabalho de fortalecer socialmente a profissão, e solidificar a importância social da biblioteconomia entre os próprios profissionais, para que a moral do exercício profissional não esmoreça diante das dificuldades naturais que surgem no campo de trabalho do bibliotecário.

Nesta exposição, apresenta-se um relato das ações realizadas e a finalidade de cada uma delas, no intuito de realçar a complexidade do trabalho desenvolvido pelo Conselho e seus Regionais.

## 2 AÇÕES DA 16ª GESTÃO

Da proposta de trabalho integrado que se buscou imprimir à 16ª gestão, alguns resultados alcançados encontram-se descritos a seguir, entretanto, mister se faz esclarecer que, na era das redes eletrônicas e da cooperação, a forma de gestão do Sistema CFB/CRB pode evoluir para outras iniciativas.

Uma das primeiras ações decorrente da proposta foi a elaboração do “Manifesto Nacional em Defesa das Bibliotecas”, documento discutido e aprovado por todos os Conselhos Regionais de Biblioteconomia, e apoiado por Conselhos de outras profissões, durante evento da Associação dos Conselhos Profissionais – (ASCOP), realizado em outubro de 2013, na cidade de Florianópolis. O manifesto foi encaminhado aos Deputados (federais e estaduais), Senadores, Ministro e Secretários (estaduais e municipais) de educação, Governadores, e à Presidente da República. Em síntese, recomendou-se aos legisladores e gestores públicos que:

- a) é essencial que se estabeleçam políticas públicas de formação do bibliotecário;
- b) é necessário que as Bibliotecas tenham condições de infraestrutura para que o bibliotecário e sua equipe estabeleçam programas de competência em informação para o seu público;
- c) na publicidade das ações de governo, os gestores públicos reconheçam publicamente os valores sociais que a Biblioteca tem para a sociedade civil;
- d) a Sociedade exija serviços de qualidade das Bibliotecas, com pessoal qualificado e habilitado;
- f) o bibliotecário é o profissional na relação de acesso e de utilização entre os recursos informacionais e os usuários das unidades de informação;
- g) a biblioteca trabalhe sistematicamente no estabelecimento de parcerias para a criação e ofertas de produtos e serviços para a sociedade.

Enfim, o documento assevera que, para o desenvolvimento do cidadão, do Município, do Estado e da Nação, as bibliotecas devem existir em plena condição de funcionamento e uso. E, neste sentido, é que se conclamam todas as categorias profissionais para o apoio ao Manifesto Nacional em Defesa das Bibliotecas.

Visando fortalecer os laços de parcerias, destaque especial deve ser dado para a participação do CFB no acompanhamento das ações relacionadas ao Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), por meio de reuniões que ressaltaram a necessidade de maior envolvimento participativo do bibliotecário, tanto na liderança do Programa, em âmbito nacional, quanto na implantação dos programas estaduais e municipais.

Destaca-se também a parceria com o Ministério da Saúde para que bibliotecários possam acessar o Portal Saúde Baseada em Evidências. Um recurso informacional que permite o acesso a publicações científicas atualizadas e,

sistematicamente, revisadas, providas de evidências científicas. Recurso que pode ser aproveitado pela comunidade como subsídio para serviços de alertas.

O CFB participou, ainda, das reuniões do Fórum de Conselhos de Fiscalização Profissional, inclusive com representante atuando na qualidade de secretário do Fórum, e de reuniões agendadas com Ministros e Secretários de Estado. Dentre os assuntos tratados, salienta-se a Lei de Acesso à Informação, a regulamentação da profissão de Tecnólogo, e a fiscalização, pelo TCU, dos Conselhos de cada área profissional.

### 3 AÇÕES DA 16ª GESTÃO POR SEGMENTOS DE BIBLIOTECAS

As ações desenvolvidas pelo Conselho demonstram que ele cumpre papel essencial para a comunidade bibliotecária, e fundamental para a construção de uma sociedade mais justa. Nessa perspectiva, desenvolveu ações de forma segmentada, elencadas a seguir, para contemplar setores importantes da biblioteconomia e que estão na ordem do dia.

#### 3.1 Biblioteca escolar

O Sistema CFB/CRB tem envidado esforços no sentido de contribuir com a Lei 12.244/2010 de universalização das Bibliotecas Escolares desde a construção do texto à sua sanção e, agora, para a sua efetiva aplicação. Para tanto, o CFB tem realizado visitas em órgãos públicos de Brasília, a exemplo da audiência com o Senador Cássio Cunha Lima – PSDB/PB, relator do Projeto de Lei Complementar 028/2012 que “(Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para instituir a obrigatoriedade de criação e manutenção de bibliotecas escolares em todas as instituições públicas de ensino)”.

A visita teve por objetivo solicitar a inclusão das bibliotecas escolares de instituições de ensino privado no projeto. Na oportunidade foi entregue, ao deputado, um documento justificando a importância dessa inclusão no projeto. Durante a reunião, destacou-se que, para formar um cidadão crítico, preparado para a pesquisa e motivado para a leitura, é importante que as escolas tenham bibliotecas devidamente equipadas, com acervo e serviços que complementem o processo ensino-aprendizagem, e contem com o profissional bibliotecário. Outras visitas também foram realizadas com este objetivo, com destaque para as ocorridas com o secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esportes do Senado Federal, Sr. Júlio Ricardo B. Linhares, e com o Senador Paulo Paim (PT/RS).

É importante ressaltar a contribuição do Ministério Público, órgão responsável, perante o Poder Judiciário, pela defesa da ordem jurídica e dos interesses da sociedade, e pela fiel observância das leis, pela instauração de autos administrativos nas instituições de ensino que não estão cumprindo a Lei nº 12.244/2010, em conjunto com a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Essa medida trará

benefícios para a sociedade, visto que os estudantes terão garantido o seu direito de acesso à informação, pesquisa e aprendizagem, bem como a comunidade docente.

Para subsidiar as ações do Sistema CFB/CRB, foram mapeados os cenários da biblioteca escolar brasileira, coletando-se dados indicadores referentes à quantidade de escolas; escolas com bibliotecas; bibliotecas com bibliotecários; e bibliotecas com pessoal não bibliotecário. Os dados foram colhidos com base nas informações recebidas das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. Também foram realizados Seminários Regionais sobre Biblioteca Escolar, nas cinco regiões do país: Norte, Nordeste, Centro-oeste, Sul e Sudeste.

### 3.2 Graduação em Biblioteconomia na modalidade ensino à Distância

A aplicação da Lei nº 12.244/2010 abre grande número de postos de trabalho para os bibliotecários, e a graduação à distância é uma alternativa que permite a formação de maior número de profissionais capazes de contribuir com um serviço de informação qualificado. Para possibilitar tal alternativa, ocorreram reuniões com a Universidade Aberta do Brasil (UAB) para garantir a implantação do curso de graduação a distância em Biblioteconomia. Houve, também, reunião na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) para discutir aspectos legais da produção do material didático e do edital para seleção de conteudistas e leitores, bem como o CFB se fez representar, na mesa de abertura da Oficina de Capacitação de Autores e Leitores do BibEaD/CAPES/UFRJ, e de todo o evento.

### 3.3 Biblioteca pública

A biblioteca pública, assim como a biblioteca escolar, é um segmento de amplo apelo social e, no Brasil, ela carece de políticas públicas de estado que se sobreponham às de governo, evitando, assim, que, a cada mudança de gestor, alterem-se os programas, comprometendo a consolidação dessas instituições de conhecimento público.

No intuito de conscientizar os gestores públicos – prefeitos, governadores, secretários estaduais e municipais de cultura – para a importância da manutenção da biblioteca pública como um espaço do saber, foram realizadas reuniões com a Ministra da Cultura (à época, a Senadora Marta Suplicy), com os secretários de educação de alguns Estados e do Distrito Federal, em parceria com os Conselhos Regionais. Nas reuniões, destacou-se a relevância da Biblioteca Pública para a sociedade, no que se refere às ações de promoção e incentivo à leitura, ao acesso à informação e ao fortalecimento da pesquisa, necessitando, para tanto, de acervos adequados e da existência de bibliotecário no quadro, como importante agente social da informação. Em vista disso, ressaltou-se a importância de inclusão, nos orçamentos municipais e estaduais, de rubrica que garanta o cumprimento das atividades da biblioteca, bem como a criação do cargo de bibliotecário nos Planos de Cargos e Salários do

poder público municipal e estadual com o objetivo de garantir a prestação de serviço de informação de qualidade.

Na audiência com a ministra da Cultura, acompanhado pelo deputado federal José Stédile (PSB/RS), da Frente Parlamentar em Defesa da Biblioteca Pública, e outros acompanhantes, o CFB abordou os desafios, as carências e, também, as sugestões de investimentos necessários para fortalecer as bibliotecas. Entre as propostas apresentadas à Ministra, ressaltam-se a modernização dos espaços, da infraestrutura, da atualização de acervos; além da adoção de um modelo de biblioteca que atenda aos critérios de acessibilidade e sustentabilidade.

Enfim, o CFB manifestou seu interesse em estabelecer parceria com o Ministério da Cultura para o desenvolvimento de ações que reforcem a efetiva atuação das bibliotecas públicas no País, reconhecendo e valorizando o seu papel como instrumento capaz de oferecer ao cidadão acesso à informação e ao conhecimento, e de contribuir para o desenvolvimento hegemônico de uma comunidade heterogênea. Defendeu-se a crença em uma biblioteca pública capaz de desempenhar, e de cumprir, sua função educativa, de lazer, e de cultura. Uma instituição capaz de oferecer ao cidadão um ambiente de aprendizagem que possa transformá-lo em indivíduo crítico e responsável por reconstruir o seu entorno social.

Vinculado a estas ações, o CFB participou das audiências realizadas pela Frente Parlamentar em Defesa da Biblioteca Pública, liderada pelo deputado federal José Stédile, do PSB/RS e promoveram-se seminários com o objetivo de despertar para a questão da biblioteca pública, sobre ela refletir e estimular a mobilização da comunidade profissional.

Apesar do trabalho realizado, sua continuidade é essencial. É uma ação contínua a ser liderada por toda próxima gestão dos Conselhos para não se incorrer nos riscos observados na gestão pública, como mencionado: ao se mudar um ministro, mudam-se as diretrizes do governo, descontinua-se o planejado e os gestores públicos precisam apresentar, novamente, argumentos para que se convença da importância dos programas e projetos iniciados nas gestões anteriores. O trabalho de toda nova gestão do Sistema CFB/CRB é um recomeçar, com avanços mínimos ou duramente conquistados, face às características de descontinuidade das políticas de governo no Brasil, até mesmo dentro do próprio período de mandato do governante em evidência.

### 3.4 Comissão e Assessoria Parlamentar

Considerando a necessidade de acompanhar as proposições e os assuntos de interesse da profissão, dos profissionais e dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia, o CFB criou, inicialmente, uma Comissão Temporária para acompanhar as diversas instâncias do Poder Legislativo.

Diante de inúmeros projetos em tramitação em nossa área, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, contratou-se uma Assessoria Parlamentar para



prospectar as matérias legislativas, bem como acompanhar, analisar, emitir parecer técnico, elaborar minutas de proposições, pareceres, emendas, requerimentos, e assessorar o Conselho em reuniões de Comissões Técnicas, Audiências Públicas e em audiências com parlamentares. A adoção do recurso foi, também, uma forma de profissionalizar o trabalho de representação profissional.

Nesta dinâmica de ação, destaca-se a audiência com os assessores dos Senadores Alfredo Nascimento (PR/AM) e Cristovam Buarque (PDT/DF), com a finalidade de elaborar propostas para o PL 156, em tramitação no Senado Federal, proposto pelo primeiro Senador e relatado pelo segundo. O referido PL altera a Lei nº 10.753, chamada de Lei do Livro. O principal resultado da reunião foi a compreensão, por parte dos assessores, do conceito dos diversos tipos de bibliotecas, e que interfere, diretamente, na nova redação proposta pelo CFB ao PL 156, e na aplicação do Artigo 18, da referida Lei. Deste encontro saiu a sugestão de elaborar uma legislação que reconheça e discipline os conceitos de cada tipo de biblioteca. Relacionado com a questão, o CFB apoiou o PL 4534/2012 que trata da equiparação de livros e aparelhos de leitura digitais ao livro de papel, inclusive, quanto à isenção de impostos e de tarifas alfandegárias, alterando a Lei nº 10.753/2003.

Também, em audiência pública, o Conselho Federal manteve reunião com o diretor da área de Direitos Autorais do MINC, para manifestar apoio ao Projeto de Lei, em tramitação, que trata de direitos autorais e tem efeito sobre a atividade das bibliotecas.

Todas as ações voltadas a uma atuação do CFB na área política culminam com a tramitação do PLS 28/2015, em estudo pela classe, que dispõe sobre Políticas Públicas para Bibliotecas. O objetivo é a promulgação de uma Lei Federal que discipline e oriente o gestor público na compreensão de questões básicas referentes ao funcionamento e à gestão de bibliotecas.

Com a tramitação do Projeto de Lei nº 6038/2013, do Deputado Federal José Stédile, que regulamenta o exercício da atividade profissional de Técnico em Biblioteconomia, o CFB, com todo o apoio do Deputado, apresentou aos Regionais o texto original, solicitando sugestões que foram totalmente aprovadas pela atual relatora do PL, Deputada Érica Kokay (PT/DF).

### 3.5 Bibliotecas universitárias

Outro segmento que mereceu atenção da 16ª Gestão foi o da Biblioteca Universitária com a criação da Comissão de Especialistas em Bibliotecas Universitárias com a finalidade de apoiar o CFB no encaminhamento de sugestões e de ações junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), no que se refere às avaliações das bibliotecas universitárias e dos cursos de Biblioteconomia. No primeiro encontro, o Inep apresentou o novo instrumento de avaliação dos cursos. O CFB, junto com a Comissão de Especialistas, apresentou o funcionamento das bibliotecas universitárias e as seguintes

propostas: a) integrar a participação da biblioteca/bibliotecário nas etapas avaliativas do Inep, desde o início do processo; b) incluir o bibliotecário da IES como membro da Comissão Permanente de Avaliação (CPA); c) incluir, na Avaliação Institucional, a identificação do vínculo institucional do bibliotecário e a exigência de seu registro profissional no Conselho Regional da região, dentre outras sugestões.

Essas propostas contribuíram para a sensibilização do Inep que criou um Grupo de Trabalho com representantes do CFB e Inep para a construção do Documento Orientador para subsidiar os avaliadores nos processos de avaliação *in loco* referente à área de Biblioteconomia. Este trabalho foi cumprido e certamente será útil e aperfeiçoará o processo de avaliação das bibliotecas universitárias.

## 4 OUTRAS AÇÕES DA 16 GESTÃO ESTABELECIDAS POR COMISSÕES TEMPORÁRIAS E REGIMENTAIS

### 4.1 Comissão de Ensino

Outra comissão importante e que mereceu atenção da 16ª Gestão é a Comissão de Ensino, responsável pela análise dos currículos das instituições de ensino superior que não oferecem o Curso de Bacharel em Biblioteconomia, mas bacharelado em biblioteconomia, e que os egressos das instituições querem o registro nos Conselhos Regionais de Biblioteconomia. Estudo da Comissão permite concluir que o único procedimento possível para atender tal demanda é oferecer disciplinas que, depois de cursadas, permitiriam aos egressos obter o diploma de bacharelado em biblioteconomia.

### 4.2 Ética nas profissões

A conduta ética praticada no exercício da atividade bibliotecária deve seguir padrões e valores sociais para o alcance da excelência profissional. O mercado profissional nos exige atualização e aperfeiçoamentos constantes, mas a postura ética adotada no ambiente de trabalho é essencial para ganharmos credibilidade e a confiança social dos liderados, dos pares e colaboradores.

Visando evidenciar e refletir o conceito na área, o Sistema CFB/CRB promoveu, com o apoio da Comissão de Ética, uma série de Seminários sobre a “Ética nas Profissões”, nas cinco Regiões federativas. As palestras realizadas, focadas nas responsabilidades técnicas, políticas e sociais, fundamentadas em informações regionalizadas sobre a pertinência dos princípios filosóficos que hoje orientam e disciplinam a conduta profissional dos bibliotecários brasileiros, convidaram-nos a repensar as práticas nos serviços bibliotecários e dos órgãos representativos da profissão.

Vinculados ao assunto, os seminários permitiram constatar se, nos currículos das faculdades de Biblioteconomia, existe matéria sobre Ética, seja como disciplina efetiva ou conteúdo inserido em alguma outra disciplina. Também foi realizado

um levantamento prévio, em sites das instituições acadêmicas, a partir da relação disponibilizada na página da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (Abecin).

### 4.3 Informação e Acessibilidade

Criou-se a Comissão Temporária de Informação e Acessibilidade com objetivo de realizar estudos que apresentem diretrizes norteadoras para a construção ou adaptação de bibliotecas acessíveis.

### 4.4 Divulgação

O CFB contratou uma agência especializada em mídia radiofônica. A finalidade é desenvolver uma estratégia ágil e eficaz, capaz de levar temas importantes a um grande número de pessoas simultaneamente. A responsabilidade da empresa contratada consistiu em elaborar entrevistas com a diretoria, comissões, bibliotecários, autoridades, além de preparar material informativo da entidade para enviar a aproximadamente quatro mil emissoras no Brasil. Com base nas informações coletadas, foi construído o Plano de Comunicação do Sistema/CFB/CRB, que contempla uma campanha de valorização do bibliotecário em nível nacional.

### 4.5 Tomada de Contas

De ordem interna, a Comissão de Tomada de Conta procedeu à análise dos balancetes mensais, das propostas orçamentárias anuais, das prestações de contas anuais dos CRB e das reformulações orçamentárias, bem como foi mantido contato direto com os Conselhos Regionais e seus assessores contábeis. O objetivo da ação é orientar e agilizar o andamento dos processos.

### 4.6 Legislação

A questão da legislação é a atribuição legal do CFB, como órgão regulatório da profissão, e esta atribuição deve ser exercida com muito critério e embasamento. Foi nessa linha que o CFB emitiu pareceres, pronunciamentos, minutas e resoluções, legislando sobre assuntos de interesse da biblioteconomia e de seus profissionais. Destacam-se, nesse segmento, a Cédula de Identidade Profissional, a questão dos Técnicos em Biblioteconomia, e as alterações no Regimento Interno do Conselho, dentre outras questões.

### 4.7 Informática

A tecnologia é recurso fundamental para a gestão de qualquer organização. Uma estrutura como o Conselho, com a distribuição de seus membros por vários estados brasileiros, e a própria abrangência dos Conselhos Regionais, torna impen-sável desenvolver um modelo de gestão funcional sem dispor de uma base tecnológica. Assim, visando melhorar o fluxo e a gestão da informação no sistema CFB/CRB, o CFB modernizou seu parque tecnológico adquirindo novos equipamentos

(hardware) e atualizando as licenças de uso e ampliando a capacidade da rede de comunicação de dados (internet).

#### 4.8 Licitação

Todos os processos de aquisição de bens e serviços cumprem rigorosamente a legislação e as orientações do TCU de adotar a modalidade do pregão eletrônico como padrão, excetuando as situações permitidas em lei e atentos ao mercado. Desta forma, a 16ª Gestão realizou procedimentos licitatórios para a contratação de empresa especializada em fornecimento de passagens aéreas, em assessoria parlamentar, em serviços técnicos profissionais de contabilidade pública, em serviços de análise, programação, conversão e consultoria dos sistemas de processamento de dados e em assessoria de comunicação social.

Ainda, de acordo com orientação do TCU, nomeou o funcionário Ailton como pregoeiro oficial do CFB. Conselhos não são entidades sem controle interno e externo. Ao contrário, a fiscalização é rigorosa, impondo aos gestores o fiel cumprimento da legislação, uma vez que os recursos que os mantém são considerados recursos públicos.

### 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finaliza-se uma exposição de ações, mas não se conclui o trabalho a ser desenvolvido por qualquer gestão do CFB. É um processo contínuo e permanente, no qual, os bibliotecários são substituídos no cargo de Conselheiros. O objetivo permanente é a valorização da profissão bibliotecária e do desenvolvimento da Biblioteconomia brasileira.. Com este propósito, a 16ª gestão apresenta a sua contribuição para a comunidade bibliotecária brasileira.

A 16ª Gestão tem investido para que o Sistema CFB/CRB avance cada vez mais na incorporação de valores e princípios do Código de Ética do profissional Bibliotecário e da Lei de Regulamentação. Essas diretrizes estão balizadas pelo compromisso de fazer do Sistema CFB/CRB uma esfera pública pautada por alguns princípios fundamentais: transparência, gestão democrática, competência técnica, compromisso político, postura ética, responsabilidade e compromisso social dos bibliotecários do Brasil. Com isso, vem aperfeiçoando seus mecanismos de gestão pública democrática, no sentido da transparência e responsabilidade com a administração dos recursos que são de toda categoria profissional. É a correta e competente condução administrativa e financeira que viabiliza as ações políticas e técnicas do Sistema CFB/CRB, sempre a serviço da materialização do Projeto Ético Político profissional.

Desta forma, ao elaborar e encaminhar, anualmente, o Relatório de Gestão ao TCU, registram-se e documentam-se as atividades realizadas pelo CFB, em atendimento ao disposto no art. 70 da Constituição Federal, na IN TCU nº 63/2010, na DN TCU nº 127/2013, na Portaria TCU nº 175/2013 e nas orientações do órgão de controle interno, de acordo com Resoluções do CFB. A elaboração desse relatório

permite ao CFB prestar contas à sociedade e, em especial, à classe bibliotecária, sobre a aplicação dos recursos que arrecada e administra, dando transparência aos resultados de sua gestão.

A 16ª gestão finaliza seu período de mandato com o empenho de transmitir à futura gestão uma entidade ainda melhor e mais atuante. Afinal, o importante é que o Sistema CFB/CRB prospere para o bem comum da Biblioteconomia brasileira.









4



8



12



16



17



21



22



23

- 1 – 11ª Gestão (Triênio 1997 – 2000)
- 2 – 6ª Gestão (Maria Lúcia Pacheco de Almeida hipoteca sua casa para comprar a sede do CFB)
- 3 – 4ª Gestão (triênio 1972 – 1978)
- 4 – 4ª Gestão (triênio 1972 – 1978)
- 5 – 8ª Gestão (triênio 1987 – 1991)
- 6 – Ex. presidentes no 300 aniversário do CFB em 1997.
- 7 – 3ª Gestão (triênio 1972 – 1974)
- 8 – 11ª Gestão recebendo a visita de bibliotecárias do Exército.
- 9 – Inauguração da Galeria de Presidentes durante as comemorações do 30º Aniversário do CFB.
- 10 – 5º Encontro Nacional dos Conselhos Profissionais em Florianópolis - 2013.
- 11 – 12ª Gestão (triênio 2000 – 2002)
- 12 – Assembleia Geral dos Conselhos Federal e Regionais de Biblioteconomia em 1998
- 13 – Audiência Pública sobre o Conceito de Biblioteca no Senado Federal em 2014
- 14 – Autoridades e Bibliotecários presentes à Audiência Pública, no Senado Federal em 2014.
- 15 – Sistema CFB/CRB reunido em Workshop em Brasília.
- 16 – 14ª Gestão na Câmara dos Deputados
- 17 – 16ª Gestão homenageando a Dep. Alice Portugal na sede do CFB.
- 18 – 14ª Gestão do CFB (maio de 2006 – junho 2007)
- 19 – 16ª Gestão do CFB (triênio 2013 – 2015)
- 20 – 5ª Gestão (triênio 1978 – 1981)
- 21 – Encontro dos Assessores Contábeis do Sistema CFB/CRB em Brasília – maio de 2015
- 22 – 16ª Gestão (triênio 2013 – 2015)
- 23 – 10ª Gestão (triênio 1994 – 1996)










## SESSÃO SOLENE EM COMEMORAÇÃO AOS 50 ANOS DE REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE BIBLIOTECÁRIO

Plenário Ulisses Guimarães – Câmara dos Deputados – Brasília – DF  
17 de agosto de 2015 – 10hs

- 24 – Abertura da Sessão Solene
- 25 – Plenário repleto de participantes
- 26 – Coral do Senado abrilhantando a Sessão Solene
- 27 – Presidentes dos Conselhos Regionais presentes à Sessão Solene
- 28 – Presidentes do CFB: Maria Lúcia Almeida, Zeneide Pantoja, Nêmore Arilndo, Regina Céli (atual presidente), Murilo Bastos Cunha, Elaine Faria e Briquet de Lemos
- 29 – Presidentes dos Conselhos Regionais no Seminário Políticas Públicas para Bibliotecas - Auditório Petrônio Portela - Senado Federal – Brasília, 17 de agosto de 2015 – 14hs
- 30 – Encerrando as festividades de comemoração dos 50 anos de regulamentação da profissão, na Biblioteca do Senado Federal – Conselheiros Federais da 16ª Gestão: Maria de Fátima, Williams, Adelaide, Kátia, Isuara, Regina Céli, Lucimar, Helen, Sandra, Raimundo, Eliane, Rosaline e Raimunda







A HISTÓRIA DO CFB É A  
HISTÓRIA DE VIDA DOS  
PROFISSIONAIS QUE POR  
AQUI PASSARAM

“A vida humana é alguma coisa a mais  
que ciências, artes e profissões”

Mário de Andrade

No momento em que deixamos de lado nossas atividades corriqueiras, para refletir sobre o papel que o Sistema CFB/CRB tem desempenhado ao longo dos 50 anos de regulamentação da profissão de bibliotecário, não podemos deixar de registrar a importância de cada profissional que por aqui passou nesse período.

Apesar de todo desenvolvimento tecnológico que a sociedade vem vivenciando nesses 50 anos, ainda não foi desenvolvido nenhum equipamento ou recurso que substitua o ser humano nas ações de planejamento, avaliação e execução das atividades e dos planos de trabalho para o cumprimento da missão das organizações.

Os computadores, os robôs, são importantes na vida moderna e contribuem, de fato, com o aperfeiçoamento das atividades operacionais. Mas eles não sentem, não choram, não dão risadas, não ficam preocupados e nem pensam. O ser humano, sim. E isso faz toda a diferença nas instituições.

E é por isso que não poderíamos deixar de registrar e homenagear os bibliotecários que, deixando de lado o aconchego do seu lar, a companhia agradável de sua família, os prazerosos e necessários momentos de lazer para se dedicarem, de forma voluntária, aos trabalhos dos conselhos regionais e federal, inúmeras vezes incansáveis, desgastantes, solitários e consumidores de energia.

Bibliotecários que pensam, sentem, choram, dão risadas, refletem, caminham, correm, algumas vezes isoladamente, sozinhos, outras vezes cooperativamente, no grande grupo, nas equipes de trabalho, em busca da valorização do bibliotecário e de melhores serviços prestados à sociedade.

Nossa homenagem é singela, porém perpétua ao escrevermos o nome de cada conselheiro federal e regional neste livro que registra a nossa história.

A composição de cada Gestão está transcrito como encaminhada pelos respectivos conselhos regionais sem distinção entre conselheiro efetivo e suplente.

## Conselho Federal de Biblioteconomia

### CONSELHEIROS FEDERAIS

#### 1ª GESTÃO - 1966 a 1969

##### Conselheiros

Adelia Leite Coelho  
Alice Camargo Guarnieri  
Cordelia Robalinho de Oliveira Cavalcanti  
Etelvina Viana Lima  
Eurydice Pires de Sant'anna  
Heloisa de Almeida Prado  
Ida Brandão de Sá Pessoa  
Ivanilda Fernandes da Costa  
Laura Garcia Moreno Russo  
Lourdes Catharina Gregol  
Lydia de Queiroz Sambaqui  
Marcelina Dantas  
Maria Dorothea Barbosa  
Mercedes de Jesus Thomé Forti  
Ruth Versiani Morena

##### Diretoria

Presidente: Laura Garcia Moreno Russo  
1ª Secretária: Alice Camargo Guarnieri  
2ª Secretária: Maria Dorothea Barbosa  
Tesoureira: Heloisa de Almeida Prado

#### 2ª GESTÃO - 1969 a 1972

##### Conselheiros

Adda Drugg de Freitas  
Annaiz Maria Pereira Vial  
Antonio Agenor Briquet de Lemos  
Clara Maria Galvão  
George Cunha de Almeida  
Heloisa de Almeida Prado  
Ida Brandão de Sá Pessoa  
Jandira Batista de Assunção  
Maria Lectícia de Andrade Lima  
Maria Mader Gonçalves  
Maria Miranda de Carvalho Britto  
Maria de Nazareth M. Barros  
Mercedes de Jesus Thomé Forti  
Nancy Westphalen Correa  
Neusa Dias Macedo

##### Diretoria

Presidente: Antonio Agenor Briquet de Lemos  
1ª Secretária: Annaiz Maria Pereira Vial

2º Secretário: George Cunha de Almeida  
Tesoureira: Jandira Batista de Assunção

#### 3ª GESTÃO - 1972 a 1975

##### Conselheiros

Abner Lellis Correa Vicentini  
Adda Drugg de Freitas  
Cecilia Andreotti Atienza  
Clara Maria Galvão  
Denise Helena Farias de Souza  
Dinorá Luna de Assis Quaresma  
Etelvina Lima  
Francisco Figueiredo Luna de Albuquerque  
Maria das Graças de Lima Melo  
Mário Ferreira de Luz  
Moema Figueiredo Brasileiro  
Murilo Bastos da Cunha  
Nancy Westphalen Correa  
Vanda Suaiden  
Zilda Galhardo de Araujo

##### Diretoria

Presidente: Murilo Bastos da Cunha  
1ª Secretária: Vanda Suaiden  
2ª Secretária: Etelvina Lima  
Tesoureiro: Nancy Westphalen Correa

#### 4ª GESTÃO - 1975 a 1978

##### Conselheiros

Adda Drugg de Freitas  
Anna da Soledade Vieira  
Cecilia Andreotti Atienza  
Francisco Figueiredo Luna de Albuquerque  
Jahyra Correa Santos  
Lindaura Alban Corujeira  
Maria Elizabeth D'Oliveira Lauande  
Maria Isabel Santoro Brunetti  
Maria Laura da Cunha Lion  
Maria Salete de Almeida Geribello  
Margarida Maria de Andrade Matheos de Lima  
Murilo Bastos da Cunha  
Myriam Gusmão de Martins  
Nancy Westphalen Correa  
Osmar Bettiol  
Paulo Py Cordeiro  
Vera Amália Amarante Macedo

##### Diretoria

Presidente: Murilo Bastos da Cunha  
1ª Secretária: Cecilia Andreotti Atienza  
2º Secretário: Paulo Py Cordeiro  
Tesoureiro: Osmar Bettiol



## 5ª GESTÃO - 1978 a 1981

### Conselheiros

Ana Lucia Maia Bonato  
Aníbal Rodrigues Coelho  
Antonio Valentim da Silva  
Cordelia Robalinho de Oliveira Cavalcanti  
Iara Conceição Neves Machado  
Isabel Maria de Castro Ferreira Carvalho  
Ivanilda Fernandes da Costa Rolim  
Kátia Maria de Carvalho Silva  
Margarida Maria de Andrade Matheos de Lima  
Maria Eli Arnoldi  
Maria Ignez Azambuja de Lemos  
Maria Isabel Santoro Brunetti  
Maria Lucia Pacheco de Almeida  
Maria Martha de Carvalho  
Maria Tereza Tavares da Costa Fontoura  
Moema Figueiredo Brasileiro  
Nancy Westphalen Correa  
Nice Menezes de Figueiredo  
Otto Waltz  
Paulo Py Coelho  
Xavier Placer

### Diretoria

Presidente: Nancy Westphalen Correa  
1ª Secretária: Nice Menezes de Figueiredo  
2ª Secretário: Maria Ignez Azambuja de Lemos  
Tesoureiro: Cordelia Robalinho de Oliveira Cavalcanti

## 6ª GESTÃO - 1981 a 1984

### Conselheiros

Algenir Ferraz Suano da Silva  
Anibal Robrigues Coelho  
Iara Conceição Neves Machado  
Ihelma Maria de Souza Almeida  
Ines Rosito Pinto Kruehl  
Laura Garcia Moreno Russo  
Lucília de Godoy Garcia Duarte  
Márcia Pereira Veras  
Margarida Maria de Andrade Matheos de Lima  
Maria das Graças Leite Targino  
Maria Martha de Carvalho  
Maria Lúcia Pacheco de Almeida  
Maria Lúcia Vasconcelos Coelho  
Marise Miglioli Lorusso  
Nídia Maria Lubisco Portella  
Prudência Yolita de Aquino  
Wanda Coelho e Silva

### Diretoria

Presidente: Maria Lúcia Pacheco de Almeida  
1ª Secretária: Maria Lúcia Vasconcelos Coelho  
2ª Secretária: Algenir Ferraz Suano da Silva  
Tesoureiro: Anibal Rodrigues Coelho

## 7ª GESTÃO - 1984 a 1987

### Conselheiros

Edgar Abreu Faria da Silva  
Edson Miguel de Jesus  
Denise Benchimol de Resende  
Fernanda Ivo Neves  
Hilcke Frederica Weis  
Ivone Talamo  
Maria das Neves Niederauer Tavares Cavalcanti  
Maria do Socorro Meira Lima  
Maria José Tereza de Amorim  
Maria Odaisa Espinheiro de Oliveira  
Marisa Marques Zanatta  
Marysia Malheiros Fiuza  
Moema Figueiredo Brasileiro  
Nizette Lázara Cohen  
Norma Soares Barata  
Paulo Olail de Carvalho  
Stela Maris Borges

### Diretoria

Presidente: Edson Miguel de Jesus  
1º Secretário: Paulo Olail de Carvalho  
2ª Secretária: Denise Benchimol de Resende  
Tesoureira: Moema Figueiredo Brasileiro

## 8ª GESTÃO - 1987 a 1991

### Conselheiros

Ana Lúcia de Andrade  
Cláudia Montanino  
Corita Aguiar da Silva  
Dinorá Luna de Assis Quaresma  
Farides Lucas Camilo Suano  
Francisca Dantas Lima  
Gilka Maria Mendonça Brasileiro  
Helena de Miranda Rosa e Souza  
Hilcke Frederica Weis  
Ines Rosito Pinto Kruehl  
José Albuquerque Moreira  
Lídia Maria Batista Brandão  
Maria Christina de Almeida Nogueira  
Maria Tereza Wiltgen Tavares da Costa Fontoura  
Mercedes Della Fuente  
Norma Soares Barata  
Virgínia Astrid de Sá e Santos



### Diretoria

Presidente: Mercedes Della Fuente  
1ª Secretária: Gilka Maria Mendonça Brasileiro  
2ª Secretária: Ines Rosito Pinto Kruehl  
Tesoureira: Lídia Maria Batista Brandão

### 9ª GESTÃO - 1991 a 1994 Conselheiros

Ana Lucia de Andrade  
Claudia Montanino  
Dinorá Luna de Assis Quaresma  
Elaine Marinho Faria  
Eduardo José Wense Dias  
Farides Lucas Camilo Suano  
Fernanda Ivo Neves  
Ida Regina Chitto Stumpf  
Lucia Helena Pimenta Lima  
Maria Lucia Moura da Veiga Pessoa  
Maria Lucia Vasconcelos Coelho  
Maria Lúcia Pacheco de Almeida  
Oswaldo Francisco de Almeida Júnior  
Otto Waltz  
Rosa Inês de Novais Cordeiro  
Rosemeire Marino Mastro  
Tereza Cristina Mota Maia

### Diretoria 1991

Presidente: Maria Lúcia Pacheco de Almeida (1991)  
1ª Secretária: Elaine Marinho Faria  
2ª Secretário: Eduardo José Wense Dias  
Tesoureira: Maria Lucia Moura da Veiga Pessoa

### Diretoria 1992-1994

Presidente: Elaine Marinho Faria  
1ª Secretária: Ida Regina Chitto Stumpf  
2ª Secretário: Eduardo José Wense Dias  
Tesoureira: Maria Lucia Moura da Veiga Pessoa

### 10ª GESTÃO - 1994 a 1997 Conselheiros

Cosme Guimarães da Costa  
Esterá Muskat Menezes  
Ida Regina Chitto Stumpf  
João Bosco Rodrigues de Oliveira  
José Fernando Modesto da Silva  
Lidia Maria Batista Brandão  
Maria Consuelo Pinheiro dos Santos  
Marília Maria Damiani Casta  
Monica Araujo Nardari Borges  
Monica Cardoso Pittella  
Myrthes Maciel Maria Pessanha

Patrícia Zeni Marchiori  
Roseli Bill  
Sebastião de Souza  
Zeneide de Sousa Pantoja

### Diretoria

Presidente: Zeneide de Sousa Pantoja  
1ª Secretária: Ida Regina Chitto Stumpf  
2ª Secretária: Marília Maria Roslindo Damiani Casta  
Tesoureira: Roseli Bill

### 11ª GESTÃO - 1997 a 2000 Conselheiros

Angela Maria Saraiva de Moura  
Célia Wolff  
Clarice Muhlethaler de Souza  
Dayse Enne Botelho  
Edna Maria Sitônio Pimentel  
Esmeralda Maria de Aragão  
Italia Maria Falceta da Silveira  
Ivoneite Rodrigues da Silva  
Josefina Palazzo Ayres  
Ligia Scrivano Paixão  
Márcia de Araujo Ramos  
Marcely Bento Rangel  
Maria Elizabeth Balta Carneiro de Albuquerque  
Maria Isabel de Jesus Sousa  
Sandra Maria Dantas Cabral  
Zeneide de Sousa Pantoja

### Diretoria

Presidente: Zeneide de Sousa Pantoja  
Vice - Presidente: Ligia Scrivano Paixão  
1ª Secretária: Edna Maria Sitônio Pimentel  
2ª Secretária: Esmeralda Maria de Aragão  
Tesoureira: Sandra Maria Dantas Cabral

### 12ª GESTÃO - 2000 a 2003 Conselheiros

Ana Maria Ferracin  
Alzinete Maria Rocon Biancardi  
Cosme Guimarães Costa  
Enriqueta Graciela Dorfman de Cuartas  
Itália Maria Falceta da Silveira  
Ivone Job  
José Fernando Modesto  
Maria Aparecida Sell Andrade Cardoso  
Maria Elizabeth Balta Carneiro Albuquerque  
Maria Consuelo Pinheiro Santos  
Maria Lúcia de Moura da Veiga Pessoa  
Nelma Camêlo de Araujo

Raimundo Martins de Lima  
Regina Keiko Okata Ferreira Amaro  
Rosa Maria Ferreira Lima

### Diretoria – agosto de 2000 a março de 2002

Presidente: José Fernando Modesto da Silva  
Vice-Presidente: Maria Aparecida Sell Andrade Cardoso  
1ª Secretária: IVONE JOB  
2ª Secretária: ROSA MARIA FERREIRA LIMA  
Tesoureira: Alzinete Maria Rocon Biancardi

### Diretoria março de 2002 a maio de 2003

Presidente: Raimundo Martins de Lima  
Vice-Presidente: Ana Maria Ferracin  
1ª Secretária: Rosa Maria Ferreira Lima  
2ª Secretária: Ivone Job  
Tesoureira: Nelma Camêlo de Araujo

### 13ª GESTÃO - 2003 a 2006 Conselheiros

Dalgiza Andrade Oliveira  
Elisa Cristina Delfini Correa  
Glória Isabel Sattamini Ferreira  
Hamilton Vieira de Oliveira  
Henriette Ferreira Gomes  
Ilce Gonçalves Milet Calvacante  
Ivone Job  
Raimundo Martins de Lima  
Rita Gonçalves Marques Portella Ferreira  
Rosa Maria Ferreira Lima  
Sandra Soller Dias da Silva  
Sônia Miranda de Oliveira Souto  
Suely Oliveira Moraes  
Virgínia Ana Zimmermann

### Diretoria

Presidente: Raimundo Martins de Lima  
Vice-Presidente: Ivone Job  
1ª Secretária: Dalgiza Andrade Oliveira  
2ª Secretária: Sandra Soller Dias da Silva  
Tesoureira: Ilce Gonçalves Milet Cavalcante

### 14ª GESTÃO - 2006 a 2009 Conselheiros

Aldinar Martins Bottentuit  
Célia Regina Simonetti Barbalho  
Fernando Braga Ferreira  
Georgete Lopes Freitas  
Hamilton Vieira de Oliveira  
Helen Beatriz Frota Rozados  
Henriette Ferreira Gomes

Ivanise Azevedo Tourinho  
Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque  
Maria Odaísa Espinheiro Oliveira  
Neide Aparecida Gomes  
Nemora Arlindo Rodrigues  
Nysia Oliveira de Sá  
Sandra Soller Dias da Silva  
Virgínia Ana Zimmermann

### Diretoria – maio 2006 a julho de 2007

Presidente: Virgínia Ana Zimmermann  
Vice-Presidente: Neide Aparecida Gomes  
1ª Secretária: Georgete Lopes Freitas  
2ª Secretária: Maria Elizabeth Baltar  
Carneiro de Albuquerque  
Tesoureira: Henriette Ferreira Gomes

### Diretoria julho de 2007 a 2009

Presidente: Nemora Arlindo Rodrigues  
Vice-presidente: Neide Aparecida Gomes  
1ª Secretária: Georgete Lopes Freitas  
2ª Secretária: Célia Regina Simonetti Barbalho  
Tesoureira: Maria Elizabeth Baltar  
Carneiro de Albuquerque

### 15ª GESTÃO - 2009 a 2012 Conselheiros

Ana Maria Ferracin  
Célia Regina Simonetti Barbalho  
Georgete Lopes Freitas  
Glória Isabel Sattamini Ferreira  
Ivanise Azevedo Tourinho  
Maria de Jesus Nascimento  
Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque  
Maria Elisabeth Oliveira da Costa  
Maria Odaísa Espinheiro Oliveira  
Marilene Zicarelli Milarch  
Neide Aparecida Gomes  
Nemora Arlindo Rodrigues  
Regina Céli de Sousa  
Rita Gonçalves Marques Portella Ferreira  
Roberto Mário Vieira da Silva  
Rosane Suely Álvares Lunardelli  
Sandra Maria Dantas Cabral

### Diretoria

Presidente: Nêmora Arlindo Rodrigues  
Vice-Presidente: Regina Céli de Sousa  
1ª Secretária: Georgete Lopes Freitas  
2ª Secretária: Célia Regina Simonetti Barbalho  
Tesoureira: Maria Elisabeth Baltar  
Carneiro de Albuquerque

## 16ª GESTÃO - 2012 a 2015

### Conselheiros

Adelaide Ramos e Côrte  
Eliane Lourdes da Silva Moro  
Francisca Rosaline Leite Mota  
Helen Beatriz Frota Rozados  
Isaura Lima Maciel Soares  
Josefina Palazzo Ayres  
Kátia Lúcia Pacheco  
Lucimar Oliveira Silva  
Maria de Fátima Almeida Braga  
Maria Raimunda de Sousa Sampaio  
Raimundo Martins de Lima  
Regina Céli de Sousa  
Rosana Chaves Abatti  
Sandra Maria Dantas Cabral  
Williams Jorge Corrêa Pinheiro

### Diretoria

Presidente: Regina Céli de Sousa  
Vice-Presidente: Adelaide Ramos e Côrte  
1ª Secretária: Isaura Lima Maciel Soares  
2ª Secretária: Lucimar Oliveira Silva  
Tesoureira: Sandra Maria Dantas Cabral

## Conselhos Regionais

### Conselho Regional de Biblioteconomia - 1ª Região (CRB-1)

#### Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul

### 1ª Gestão CRB-1 - 1966/1969

#### Conselheiros

Adélia Leite Coelho  
Abner Lellis Correa Vicentini  
Antonio Agenor Briquet de Lemos  
Carmelita Correa Heunning  
Clea Cerqueira Cesar Roque da Silva  
Cordélia Robalinho de Oliveira Cavalcanti  
Edith Porto  
Edson Nery da Fonseca  
Elcy Guimarães Ferreira Pereira  
Fernanda Leite Ribeiro  
Jeannette de Albuquerque Silva  
Leda Câmara Laboriou  
Maria Riza Baptista Dutra  
Maria Ivonete de Faria Cunha  
Myriam Gurjão de Mello  
Neusa Dias de Macedo

Nydia da Silveira Caldas  
Washington José de Almeida Moreira  
Zeneida Cavalcanti de Queiroz Ubirajara  
Zilah Ferreira Mottinha

### Diretoria 1966

Presidente: Nydia da Silveira Caldas  
1ª Secretária: Jeannette de Albuquerque  
2ª secretária: Zilah Ferreira Mottinha  
Tesoureira: Zeneida Cavalcanti de Queiroz Ubirajara

### Diretoria 1967-1968

Presidente: Nydia da Silveira Caldas  
Vice-Presidente: Jeannette de Albuquerque  
1ª Secretária: Myriam Gurjão de Mello  
2ª Secretária: Clea Cerqueira Cesar Roque da Silva  
Tesoureira: Edith Porto

### Diretoria 1969

Presidente: Antonio Agenor Briquet de Lemos  
Vice-Presidente: Elton Eugenio Volpini  
1ª Secretária: Maria Ivonete de Faria Cunha  
2ª Secretária: Elcy Guimarães Ferreira Pereira  
Tesoureira: Neusa Dias de Macedo -

### 2ª Gestão CRB-1 - 1970/1972

#### Conselheiros

Branca Tamm Rabelo  
Celmy Pinheiro de Souza  
Clea Cerqueira Cesar Roque da Silva  
Edith Porto  
Edson Nery da Fonseca  
Magda Rouede Bernardes  
Maria da Luz Oliveira de Melo  
Maria de Lourdes Dantas  
Maria Emília Tostes Regis da Silva  
Maria Helena Almeida Pereira  
Maria José da Luz Marques de Oliveira  
Maria Laura da Cunha Lion  
Maria Lúcia Vilar de Lemos  
Maria Riza Baptista Dutra  
Murilo Bastos da Cunha  
Pérola Cardoso Raulino  
Zilah Ferreira Mottinha

### Diretoria 1970

Presidente: Celmy Pinheiro de Souza  
Vice-Presidente: Branca Tamm Rabelo  
1ª Secretária: Zilah Ferreira Mottinha  
2ª Secretária: Magda Rouede Bernardes  
Tesoureiro: Maria Helena Almeida Pereira

### Diretoria 1971

Presidente: Celmy Pinheiro de Souza  
Vice- Presidente: Clea Cerqueira Cesar Roque da Silva  
1ª Secretária: Zilah Ferreira Mottinha  
2ª Secretária: Maria José da Luz Marques de Oliveira  
Tesoureira: Maria Lúcia Vilar de Lemos

### Diretoria 1972

Presidente: Celmy Pinheiro de Souza  
Vice- Presidente: Clea Cerqueira Cesar Roque da Silva  
1ª Secretária: Zilah Ferreira Mottinha  
2ª Secretária: Maria José da Luz Marques de Oliveira  
Tesoureira: Maria Lúcia Vilar de Lemos

### 3ª Gestão CRB-1 - 1973/1975 Conselheiros

Angela Maria Crespo Queiroz Neves  
Antonia Mota de Castro Memória Ribeiro  
Dilke Maria Benedita de Faria Salgado Palhares  
Emir José Suaiden  
Francisco Bahia Margalho  
Geni Casseiro Lourenço  
Inácia Rodrigues dos Santos  
Maria Alice Guimarães Borges  
Maria Aparecida Monteiro de Castro Pinto  
Maria Edite Mendes  
Maria José da Luz Vaz Marques de Oliveira  
Nara Maldonado de Carvalho  
Naurican Ludovico Pinheiro Lacerda  
Normanda dos Santos Miranda  
Orion Gonçalves da Silva  
Rosa Edite Lemos Alves Pedreira  
Suelena Pinto Bandeira  
Vilma Pereira

### Diretoria 1973

Presidente: Emir José Suaiden  
Vice- Presidente: Dilke Maria Benedita de Faria Salgado Palhares  
1ª Secretária: Geni Casseiro Lourenço  
2ª Secretário: Francisco Bahia Margalho  
Tesoureiro: Naurican Ludovico Pinheiro Lacerda

### Diretoria 1974

Presidente: Naurican Ludovico Pinheiro Lacerda  
Vice- Presidente: Maria Alice Guimarães Borges  
1ª Secretária: Geni Casseiro Lourenço  
2ª Secretária: Suelena Pinto Bandeira -  
Tesoureira: Inácia Rodrigues dos Santos  
Delegacia de Goiás - Marieta Telles Machado

### Diretoria 1975

Presidente: Francisco Bahia Margalho  
Vice- Presidente: Inácia Rodrigues dos Santos  
1ª Secretária: Geni Casseiro Lourenço  
2ª Secretária: Rosa Edite Lemos Alves Pedreira  
Tesoureira: Suelena Pinto Bandeira

### 4ª Gestão CRB-1 - 1976/1978 Conselheiros

Alcídia Mendes Teixeira  
Divina Aparecida da Silva  
Iracema Almeida Lima  
Iraci da Silva Rodrigues  
Lucia de Barros Neiva Mesckell  
Luiz Carlos Maroclo  
Maria Auxiliadora Tavares  
Maria Edite Mendes  
Maria Inês Gonçalves de Oliveira Muller  
Marli Elizabeth Ribeiro  
Marli Elizabeth Schreiber  
May Flower Bezerra  
Neide Maria Rossi Ramirez  
Regina Cavalcanti de Albuquerque  
Sônia Cerqueira Dumont  
Terezinha das Graças Alves

### Diretoria 1976

Presidente: Luiz Carlos Maroclo  
Vice- Presidente: Maria Edite Mendes  
1ª Secretária: Maria Auxiliadora Tavares  
2ª Secretária: Divina Aparecida da Silva  
Tesoureira: Marli Elizabeth Schreiber

### Diretoria 1977

Presidente: Maria Edite Mendes  
Vice- Presidente: Maria Inês Gonçalves de Oliveira Muller  
1ª Secretária: Marli Elizabeth Schreiber  
2ª Secretária: Alcídia Mendes Teixeira  
Tesoureira: Maria Auxiliadora Tavares

### Diretoria 1978

Presidente: Maria Inês Gonçalves de Oliveira Muller  
Vice- Presidente: Maria Auxiliadora Tavares  
1ª Secretária: Neide Maria Rossi Ramirez  
2ª Secretária: Terezinha das Graças Alves  
Tesoureiro: Luiz Carlos Maroclo

### 5ª Gestão CRB-1 - 1979/1981 Conselheiros

Ana Eugenia Gallo Cassini  
Ana Marly de Melo Rodrigues

Angela Mara Machay de Assis Pereira  
Célia Apolinário de Alencar  
Davina Mota Teixeira  
Eni Maria de Araujo Serzanink  
Helena Pessoa Cantarino  
Ioaia Pinheiro Uema  
Jane Lucia Palmeira Aguida  
Joana Leonor Hardman Araujo Moreira  
José Carlos Saenger  
Lúcia Lanari Ozolins  
Maria Isabel Diniz de Carvalho  
Miriam Tavares Correa  
Moema Malheiros Ponte  
Regina Elizabeth Ferreira Balduino  
Rita Maria de Aguiar Coelho  
Sandra Maria de Oliveira Araujo

#### Diretoria 1979

Presidente: Célia Apolinário de Alencar  
Vice- Presidente: Davina Mota Teixeira  
1ª Secretária: Ana Eugenia Gallo Cassini  
2ª Secretária: Maria Isabel Diniz de Carvalho  
Tesoureiros: José Carlos Saenger - Regina  
Elizabeth Ferreira Balduino

#### Diretoria 1980

Presidente: Angela Mara Machay de Assis Pereira  
Vice- Presidente: Regina Elizabeth Ferreira Balduino  
1ª Secretária: Jane Lucia Palmeira Aguida  
2ª Secretária: Ana Marly de Melo Rodrigues  
Tesoureira: Joana Leonor Hardman Araujo Moreira

#### Diretoria 1981

Presidente: Joana Leonor Hardman Araujo Moreira  
Vice- Presidente: Rita Maria de Aguiar Coelho  
1ª Secretária: Miriam Tavares Correa  
2ª Secretária: Eni Maria de Araujo Serzanink  
Tesoureira: Helena Pessoa Cantarino

#### 6ª Gestão CRB-1 - 1982/1984 Conselheiros

Angela Barcelos Vale Comin -  
Antonia Régia Mendonça Fernandes  
Berenice Aparecida Ferreira de Sousa  
Clarice Mattos Roll  
Diana Maria Rocha Mattos  
Évilson Gilbens de Siqueira Lobo  
Gleide Catarina de Carvalho Costa  
Hilda Soares Braga  
José D'Albuquerque Moreira  
Lina Akiyo Nemoto Yamaguti  
Luiz Carlos Maroclo

Márcia de Araujo Ramos  
Marilúcia Chamarelli  
Marta Dolabela de Lima  
Nelson Cândido da Silva  
Sílvia do Couto Gontijo  
Vera Regina Azevedo de Freitas  
Vilma Pereira -

#### Diretoria 1982

Presidente: Nelson Cândido da Silva  
Vice- Presidente: Vilma Pereira  
1ª Secretária: Marta Dolabela de Lima  
2ª Secretária: Antonia Régia Mendonça Fernandes  
Tesoureiro: José D'Albuquerque Moreira

#### Diretoria 1983

Presidente: José D'Albuquerque Moreira  
Vice- Presidente: Diana Maria Rocha Mattos  
1ª Secretária: Márcia de Araujo Ramos  
2ª Secretária: Marta Dolabela de Lima  
Tesoureiro: Nelson Cândido da Silva

#### Diretoria 1984

Presidente: Marta Dolabela de Lima  
Vice- Presidente: José D'Albuquerque Moreira  
1ª Secretária: Diana Maria Rocha Mattos  
2ª Secretária: Márcia de Araujo Ramos  
Tesoureira: Marilúcia Chamarelli

#### 7ª Gestão CRB-1 - 1985/1987 Conselheiros

Adélia Lúcia Arruda Santos Gil  
Anisia Baptista Martins Filha  
Anita Magalhães da Silva  
Claudete Marlene Schaff Silva  
Diana Maria Rocha Mattos  
Donatila de Fátima C. Pereira  
Francisca Leal Aires  
José D'Albuquerque Moreira  
Lucia Lanari Ozolins  
Luiz Carlos Maroclo  
Márcia de Araujo Ramos  
Margareth Araujo Lima  
Maria Auxiliadora Tavares  
Maria Consuelene Marques  
Maria das Graças Carvalho Marques  
Maria Elisa Hecht Nunes  
Maria José Guimarães Miranda  
Maria Tereza de Carvalho Araújo  
Marilúcia Chamarelli  
Marta Dolabela de Lima  
Rita Maria de Aguiar Coelho

Rosa Maria de Abreu  
Sheila Maria Andrade Parente  
Tarcísio José França  
Telma Ferreira Freitas Bandeira  
Tereza Cristina Ferreira da Silveira Franco  
Venauria Batista de Oliveira

### Diretoria 1985

Presidente: Luiz Carlos Maroclo  
Vice-Presidente: Diana Maria Rocha Mattos  
1ª Secretária: Adélia Lúcia Arruda Santos Gil  
2ª Secretário: Tarcísio José França  
Tesoureira: Márcia de Araujo Ramos

### Diretoria 1986

Presidente: Diana Maria Rocha Mattos  
Vice-Presidente: José D'Albuquerque Moreira  
1ª Secretário: Tarcísio José França  
2ª Secretária: Márcia de Araujo Ramos  
Tesoureira: Donatila de Fátima C. Pereira

### Diretoria 1987

Presidente: José D'Albuquerque Moreira  
Vice-Presidente: Márcia de Araujo Ramos  
1ª Secretária: Donatila de Fátima C. Pereira  
2ª Secretária: Diana Maria Rocha Mattos  
Tesoureiro: Luiz Carlos Maroclo

### Diretoria 1987 - complementação gestão

Presidente: Tarcísio José França  
Vice-Presidente: Márcia de Araujo Ramos  
1ª Secretária: Donatila de Fátima C. Pereira  
2ª Secretária: Diana Maria Rocha Mattos  
Tesoureira: Marilúcia Chamarelli

### 8ª Gestão CRB-1 - 1988/1990 Conselheiros

Adelaide Soares de Oliveira Veiga  
Aníbal Rodrigues Coelho  
Anísia Baptista Martins Filha  
Anita Magalhães da Silva  
Anna de Souza Ayres Lopes  
Chirlene dos Santos Brandão  
Elizabeth Aparecida Pelicano  
Francisca Leal Aires  
Ilza Peixoto Claudino da Silva (delegada de Goiás)  
Iza Antunes Araújo  
Lúcia Lanari Ozolins  
Margareth Araujo Lima  
Maria Aparecida de Lima  
Maria Auxiliadora Tavares  
Maria Consuelene Marques

Maria das Graças Carvalho Marques  
Maria Izabel Pimentel Araujo  
Maria Nancy da Cruz  
Marta Guimarães Ferreira  
Nelson Cândido da Silva  
Olga Emídio Rosa Rezende  
Rita Maria de Aguiar Coelho  
Rosa Maria de Abreu  
Sheila Maria Andrade Parente  
Sílvia Regina Giordani Pereira

### Diretoria 1988

Presidente: Maria Consuelene Marques  
Vice-Presidente: Rita Maria de Aguiar Coelho  
1ª Secretária: Margareth Araujo Lima  
2ª Secretária: Rosa Maria de Abreu  
Tesoureira: Maria Auxiliadora Tavares

### Diretoria 1989

Presidente: Margareth Araujo Lima  
Vice-Presidente: Rosa Maria de Abreu  
1ª Secretária: Maria das Graças Carvalho Marques  
2ª Secretária: Lúcia Lanari Ozolins  
Tesoureira: Maria Consuelene Marques

### Diretoria 1990

Presidente: Maria Nancy da Cruz  
Vice-Presidente: Elizabeth Aparecida Pelicano  
1ª Secretária: Rosa Maria de Abreu  
2ª Secretária: Anísia Baptista Martins Filha  
Tesoureira: Maria Consuelene Marques

### 9ª Gestão CRB-1 - 1991/1993 Conselheiros

Adelaide Soares de Oliveira Veiga  
Benedita Maria de Souza  
Claudiney Carrijo de Queiroz  
Dione Corrêa da Silva (Delegada de Rondônia)  
Domitila Umbelino do Nascimento (Delegada de Goiás)  
Eunice Maria Sombrio  
Flávia Edith Veiga B. Galetti (Delegada de Mato Grosso)  
Isabela Vollstedt Bastos  
Láise Maria Beserra Jay  
Lourdes Bomtempo Mendonça  
Marco Aurélio Borges de Paola  
Maria Amélia Elizabeth Carneiro Veríssimo  
Maria Aparecida de Lima  
Marilene de Oliveira  
Nelcir Antoniazzi  
Nelson Cândido da Silva  
Neuza Arantes Silva  
Nurimar Alice Gomes Ribeiro



Olga Emídio Rosa Resende  
Rossana D'Carlos A. Theodoro  
Wilma da Silva  
Yvonne Coelho de Souza

#### Diretoria 1991

Presidente: Nelson Cândido da Silva  
Vice-Presidente: Maria Aparecida de Lima  
1ª Secretária: Adelaide Soares de Oliveira Veiga  
2ª Secretária: Olga Emídio Rosa Resende  
Tesoureiro: Nelcir Antoniazzi

#### Diretoria 1992

Presidente: Maria Aparecida de Lima  
Vice-Presidente: Adelaide Soares de Oliveira Veiga  
1ª Secretária: Maria Amélia Elizabeth Carneiro Veríssimo  
2ª Secretária: Olga Emídio Rosa Resende  
Tesoureiro: Nelcir Antoniazzi

#### Diretoria 1993

Presidente: Maria Amélia Elizabeth Carneiro Veríssimo  
Vice-Presidente: Adelaide Soares de Oliveira Veiga  
1ª Secretária: Maria Aparecida de Lima  
2ª Secretária: Lourdes Bomtempo Mendonça  
Tesoureira: Olga Emídio Rosa Resende

### 10ª Gestão CRB-1 - 1994/1996 Conselheiros

Célia Maria de Almeida  
Christiane Coêlho da Silva  
Cláudia Coimbra Diniz Dobbin  
Isabella Nunes de Magalhães Cunha  
Janice de Oliveira e Silva Silveira  
Maria Amélia Elizabeth Carneiro Veríssimo  
Maria Aparecida de Lima  
Maria Cristina Moraes Pereira  
Maria das Graças Carvalho Marques  
Maria Eleonora Freire Motta  
Maria José da Silva Gomes  
Maurinete dos Santos  
Miraildes Regino Santos  
Olga Emídio Rosa de Rezende  
Rosa Pazo Gomes  
Terezinha das Graças Alves  
Wilma da Silva

#### Diretoria 1994

Presidente: Célia Maria de Almeida  
Vice-Presidente: Maria Cristina Moraes Pereira  
1ª Secretária: Rosa Pazo Gomes  
2ª Secretária: Christiane Coêlho da Silva  
Tesoureira: Terezinha das Graças Alves

#### Diretoria 1995

Presidente: Célia Maria de Almeida  
Vice-Presidente: Maria Cristina Moraes Pereira  
1ª Secretária: Terezinha das Graças Alves  
2ª Secretária: Christiane Coêlho da Silva  
Tesoureira: Maurinete dos Santos

#### Diretoria 1996

Presidente: Célia Maria de Almeida  
Vice-Presidente: Christiane Coêlho da Silva  
1ª Secretária: Maria Cristina Moraes Pereira  
2ª Secretária: Isabella Nunes de Magalhães Cunha  
Tesoureira: Maurinete dos Santos

### 11ª Gestão CRB-1 - 1997/1999 Conselheiros

Christiane Coêlho da Silva  
Cleide Cristina Soares  
Isabella Nunes de Magalhães Cunha  
Magda Lúcia Martins de Godói  
Maria Cristina Moraes Pereira  
Maria do Carmo Carvalho Lima  
Maria Eleonora Freire Motta  
Marisa Perrone Campos Rocha  
Maurinete dos Santos  
Miraildes Regino Santos  
Paz Therezinha Ribeiro de Medeiros  
Regina Helena Azevedo de Mello  
Rogério Henrique de Araújo Júnior  
Rosa Pazos Gomes  
Tatiana Eliza Nogueira  
Terezinha das Graças Alves  
Valquíria de Carvalho Guimarães  
Vanessa Christina Alves Fernandes

#### Diretoria 1997

Presidente: Maria Cristina Moraes Pereira  
Vice-Presidente: Christiane Coêlho da Silva  
1ª Secretária: Regina Helena Azevedo de Mello  
2ª Secretária: Paz Therezinha Ribeiro de Medeiros  
Tesoureira: Maurinete dos Santos

#### Comissão interventora/1997

Presidente: Ionice de Paula Ribeiro  
Tesoureira: Olga Emídio Rosa de Rezende  
Adelaide Ramos e Côte  
Adelaide Soares de Oliveira Veiga  
Célia Maria de Almeida  
Lourdes Bomtempo Mendonça  
Stelina Maria Matins Pinha



### Complementação gestão 1997/1999

Adelaide Soares de Oliveira Veiga  
Carla Filomena Santos Lopes  
Cristiane de Almeida Maia  
Elaine Ricevich Bastos de Oliveira  
Fabiola Nazareth Lavinias Pessoa  
Glória Maria de Sá Vasconcelos  
Ionice de Paula Ribeiro  
Luciana Lopes Humig  
Maria Ângela Monteiro Chiappetta  
Nelcir Antoniazzi  
Otávio Alexandre Jeremias de Oliveira  
Ramona Soulimá Vieira Massafra  
Roberto Mário Vieira da Silva  
Rosimere de Carvalho Sousa  
Stelina Maria Matins Pinha

### Diretoria complementação gestão 1997-1999

Presidente: Ionice de Paula Ribeiro  
Vice-Presidente: Roberto Mário Vieira da Silva  
1ª Secretária: Stelina Maria Matins Pinha  
2ª Secretária: Elaine Ricevich Bastos de Oliveira  
Tesoureira: Adelaide Soares de Oliveira Veiga

### 12ª Gestão CRB-1 - 2000/2002 Conselheiros

Almira Pereira de Sousa Almeida  
Ana Maria da Silva  
Andréa Remião de Almeida  
Carla Filomena Santos Lopes  
Fabiana Gomes de Azevedo  
Fabiola Nazareth Lavinias Pessoa  
Gilda Almeida dos Santos  
Glória Maria de Sá Vasconcelos  
Graziela de Oliveira  
Laila de Moura Dantas  
Maria Angélica Lucchese Targuetta  
Leila Aparecida Arantes Silva  
Luciana Lopes Humig  
Maria Angela Monteiro Chiappetta  
Maria da Graça Barcellos Cardoso  
Maria Edna Monteiro  
Maria Paula de Carvalho  
Maria Paula Garcia Campos de Araújo  
Maria Terezinha Rocha Vieira  
Marilene Mendes dos Santos  
Mariza Prado Muller Reche  
Mônica Valéria Nogueira Macedo  
Nize Marinho Ramos  
Otávio Alexandre Jeremias de Oliveira

Raquel da Veiga Araújo de Meneses  
Roberto Mário Vieira da Silva  
Sílvia Regina dos Santos Coelho  
Sonia de Menezes Lyra Nobre Machado

### Diretoria 2000/2002

Presidente: Roberto Mário Vieira da Silva  
Vice-Presidente: Maria Angela Monteiro Chiappetta  
1ª Secretária: Fabiola Nazareth Lavinias Pessoa  
2ª Secretária: Mônica Valéria Nogueira Macedo  
Tesoureira: Carla Filomena Santos Lopes

### 13ª Gestão CRB-1 - 2003/2005 Conselheiros

Aline Monteiro de Almeida  
Almira Pereira de Sousa Almeida  
Bartira Dyacuí de Souza Lima  
Calópe Maria Melo Paz  
Daniela Cussi Sanchez  
Fernanda dos Santos Nahuz  
Laura Raquel Dutra Janino  
Leila Aparecida Arantes Silva  
Leila Barros Cardoso Oliveira  
Maria do Rosário Farias dos Santos  
Maria Eleonora Freire Motta  
Maria Ivana Ferreira  
Maria Paula Garcia Campos de Araújo  
Marilene de Oliveira  
Mariza Prado Muller Reche  
Vanderlúcia Toscano Tubbs

### Diretoria 2003/2005

Presidente: Maria Ivana Ferreira  
Vice-Presidente: Mariza Prado Muller Reche  
1ª Secretária: Daniela Cussi Sanchez  
2ª Secretária: Maria Paula Garcia Campos de Araújo  
Tesoureira: Almira Pereira de Sousa Almeida

### 14ª Gestão CRB-1 - 2006/2008 Conselheiros

Cristine Coutinho Marcial  
Elisângela Dourado Arisawa  
Fabiola Nazareth Lavinias Pessoa  
Jefferson Higino Dantas  
Kelly Cristiane de Freitas Martins  
Leonardo Silva Oliveira  
Luciana Cândida da Silva  
Maria Ângela Monteiro Chiappetta  
Maria Paula de Carvalho  
Maurício Mendes Marques  
Patrícia Arlene Regis Pires

Rita de Cássia Oliveira Campagnac  
Roberto Mário Vieira da Silva  
Sílvia Regina dos Santos Coelho  
Tatiara Paranhos Guimarães

### Diretoria 2006/2008

Presidente: Roberto Mário Vieira da Silva  
Vice-Presidente: Cristine Coutinho Marcial  
1ª Secretária: Fabíola Nazareth Lavinias Pessoa  
2ª Secretária: Maria Paula de Carvalho  
Tesoureira: Sílvia Regina dos Santos Coelho

### 15ª Gestão CRB-1 - 2009/2011 Conselheiros

Amanda de Melo Gomes  
Ana Caroline Gomes de Lima Sgarbosa  
Arlan Moraes de Lima  
Bartira Dyacuí de Souza Lima  
Cintia Mara Machado Ferreira da Costa  
Fabíola Nazareth Lavinias Pessoa  
Janne Cury Nasser  
Kelly Lemos da Silva  
Luciana Cândida da Silva  
Maria Ivana Ferreira  
Maria Teresa Ferlini Machado  
Massayuki Franco Okawachi  
Nailor Marcondes de Souza

### Diretoria 2009/2011

Presidente: Arlan Moraes de Lima  
Vice-Presidente: Cintia Mara Machado Ferreira da Costa  
1ª Secretária: Fernanda Maria Costa Bezerra  
2ª Secretária: Amanda de Melo Gomes  
2ª Secretária: Cristiany Ferreira Borges  
Tesoureiro: Massayuki Franco Okawachi

### 16ª Gestão CRB-1 - 2012/2014 Conselheiros

Anibal Araujo Perea  
Antonio José Oliveira Silva  
Cristiany Ferreira Borges  
Heraldo José Evangelista Botelho  
Israel Rodrigues Prates Junior  
Jonniery dos Santos Moreira  
Marcelo Almeida Gomes de Sousa  
Marília de Araújo Dantas  
Martin David Burneo Cadillo  
Olimpio Antonio Filho  
Osmar Carmo Arouck Ferreira  
Yuri Guimarães Barquete Batista

### Diretoria 2012/2014

Presidente: Antonio José Oliveira Silva  
Vice-Presidente: Heraldo José Evangelista Botelho  
1º Secretário: Jonniery dos Santos Moreira  
2º Secretário: Aníbal Araujo Perea  
Tesoureira: Marília de Araújo Dantas

### 17ª Gestão CRB-1 - 2015/2017 Conselheiros

Ana Marly de Melo Rodrigues  
Antônia Veras de Souza  
Antonio José Oliveira Silva  
Cristian José Oliveira Santos  
Jonniery dos Santos Moreira  
Marcelo Almeida Gomes de Sousa  
Marília de Araújo Dantas  
Martin David Burneo Cadillo  
Morgana Bruno Henrique Guimarães  
Olimpio Antonio Filho  
Rose Cristiane Franco Seco Liston  
Waldinéia Ribeiro de Almeida

### Diretoria 2015/2017

Presidente: Antonio José Oliveira Silva  
Vice-Presidente e 1º Secretário:  
Jonniery dos Santos Moreira  
Tesoureira: Marília de Araújo Dantas  
2ª Secretária: Eunice de Lourdes Franco

### Conselho Regional de Biblioteconomia - 2ª Região (CRB-2)

Pará, Amapá, Tocantins

### 1ª Gestão CRB-2 - 1966/1969 Conselheiros

Alda Maria das Mercês Moreira da Cunha  
Clara Maria Galvão  
Clodoaldo Fernando Ribeiro Beckmann  
Daise Maria de Oliveira Nascimento  
Julieta Maria de Miranda Cunha  
Lea Maria Monteiro Diniz  
Maria Celina de Aquino Maciel  
Maria das Graças Lima de Freitas  
Maria José Ferreira  
Maria Lúcia Pacheco de Almeida  
Maria Tereza Alves da Silva  
Oneide Ventura da Silva  
Regina Ruth Pinto Mota  
Ruth Pinheiro Condurú  
Tereza de Jesus da Costa Lobato

### Diretoria 1966/1969

Presidente: Ruth Pinheiro Condurú  
Vice-Presidente: Clara Maria Galvão  
1ª Secretária: Maria das Graças Lima de Freitas  
2ª Secretária: Daise Maria de Oliveira Nascimento  
Tesoureira: Alda Maria das Mercês Moreira da Cunha

### 2ª Gestão CRB-2 - 1970/1972 Conselheiros

Alda das Mercês M. da Cunha  
Ana Augusta Amorim  
Clara Maria Galvão  
Eunice da Costa Penna  
Iracly Oliveira Ferreira  
Léa Maria Monteiro Diniz  
Lea Monteiro Diniz  
Lena Vania Ribeiro Pinheiro  
Marcionila Martins Coêlho  
Margarida Martins Velloso  
Maria Celina de Aquino Maciel  
Maria Cristina Montenegro Duarte  
Maria de Nazaré Freitas Pereira  
Maria Lucia Pacheco de Almeida  
Maria Lúcia Vasconcelos Coelho  
Regina Ruth Pinto Mota  
Tereza Ione Souza Filho

### Diretoria 1970/1972

Presidente: Marcionila Martins Coêlho (1970)  
Presidente: Eunice da Costa Penna (1971-1972)  
Vice-Presidente: Maria Lucia Pacheco de Almeida  
1ª Secretária: Maria Cristina Montenegro Duarte (1970 até Maio/1972)  
2ª Secretária: Maria Celina de Aquino Maciel (Junho/1972)  
Tesoureira: Ana Augusta Amorim

### 3ª Gestão CRB-2 - 1973/1975 Conselheiros

Ana Eugenia Gallo Cassini  
Ana Maria Pirá Cordeiro  
Diana Maria Paiva de Pontes Vieira  
Elna Fatima Ferreira  
Léa Monteiro Diniz  
Lina Celeste Valente Pinheiro  
Magali Renata van Dijk Vergolino  
Maria Elizabeth D'Oliveira Lauande  
Maria Hilda de Medeiros Godin  
Maria Lucia Pacheco de Almeida  
Nazira Leite Nassar

Regina Ruth Pinto Mota  
Ruth Condurú Chalala

### Diretoria 1973

Presidente: Elna Fátima Ferreira  
Vice - Presidente: Maria Hilda de Medeiros Godin  
1ª Secretária: Diana Maria Paiva de Pontes Vieira  
2ª Secretária: Ana Eugenia Gallo Cassini  
Tesoureira: Maria Hilda de Medeiros Godin

### Diretoria 1974

Presidente: Maria Elizabeth D'Oliveira Lauande  
Vice - Presidente: Maria Hilda de Medeiros Godin  
1ª Secretária: Nazira Leite Nassar  
2ª Secretária: Elna Fátima Ferreira  
Tesoureira: Maria Hilda de Medeiros Godin

### Diretoria 1975

Presidente: Maria Elizabeth D'Oliveira Lauande  
Vice -Presidente: Ana Maria Pirá Cordeiro  
1ª Secretária: Regina Ruth Pinto Mota  
2ª Secretária: Magali Renata van Dijk Vergolino  
Tesoureira: Maria Hilda de Medeiros Godin

### 4ª Gestão CRB-2 - 1976/1978 Conselheiros

Ana Rosa dos Santos Rodrigues  
Carmen Sílvia Amazonas Pedroso  
Célia Maria da Silva Galeão da Silva  
Denise Helena Farias de Sousa  
Elizabeth Ione Ramos Jorge  
Lêna Vânia Ribeiro Pinheiro  
Maria Auda Maués de Vilhena  
Maria das Graças Campos Sampaio  
Maria das Graças Freitas Navegantes  
Maria das Graças Freitas Souza Filho  
Maria Dolores de Almeida Figueira  
Maria Ibiapina Cavaleiro de Macedo Mattos  
Maria Odaisa Espinheiro de Oliveira  
Maria Ruth Martins Leão  
Rosa Maria de Paiva Melo

### Diretoria 1976

Presidente: Lêna Vânia Ribeiro Pinheiro  
Vice-Presidente: Maria Ruth Martins Leão  
1ª Secretária: Maria Ibiapina Cavaleiro de Macedo Mattos  
2ª Secretária: Maria das Graças Freitas Souza Filho  
Tesoureira: Maria Dolores de Almeida Figueira

### Diretoria 1977

Presidente: Maria das Graças Freitas Souza Filho  
Vice-Presidente: Maria Ruth Martins Leão  
1ª Secretária: Maria Ibiapina  
Cavaleiro de Macedo Mattos  
2ª Secretária: Maria das Graças Freitas Souza Filho  
Tesoureira: Maria Dolores de Almeida Figueira

### Diretoria 1978

Presidente: Ana Rosa dos Santos Rodrigues  
Vice-Presidente: Maria Ruth Martins Leão -  
1ª Secretária: Elizabeth Ione Ramos Jorge  
2ª Secretária: Maria das Graças Freitas Souza Filho  
Tesoureira: Maria Dolores de Almeida Figueira

### 5ª Gestão CRB-2 - 1979/1981 Conselheiros

Ana Maria Pereira Gomes da Cruz  
Carmem Sílvia Amazonas Pedroso  
Kilvia Nazaré Martins Pacheco  
Lia Marques Belessi  
Lia Selma Pontes Dias  
Maria da Graça Amorim Carvalho  
Maria das Graças Campos Sampaio  
Maria Lilian Moreira Mesquita  
Maria Odaisa Espinheiro de Oliveira  
Maurila Bentes de Mello e Silva  
Nazária Higashi  
Samira Maria Rossy Prince  
Valmira Rodrigues Lima de Araújo  
Vera Lúcia da Cunha Ramos

### Diretoria 1979

Presidente: Maria das Graças Campos Sampaio  
Vice - Presidente: Carmem Sílvia Amazonas  
1ª Secretária: Kilvia Nazaré Martins Pacheco  
2ª Secretária: Samira Maria Rossy Prince  
Tesoureira: Maria Lilian Moreira Mesquita

### Diretoria 1980/1981

Presidente: Maria Odaisa Espinheiro de Oliveira  
Vice - Presidente: Carmem Sílvia Amazonas  
1ª Secretária: Samira Maria Rossy Prince  
2ª Secretária: Samira Maria Rossy Prince  
Tesoureira: Maria Lilian Moreira Mesquita

### 6ª Gestão CRB-2 - 1982/1984 Conselheiros

Alice Paiva Maneschky  
Ângela Maria Martins Pacheco  
Clara Akiko Naruse  
Iracema Rodrigues Dias  
Maria Lilian Moreira Mesquita

Marina das Graças Matos Farias  
Mísia de Nazaré Fonseca Guimarães  
Nacime Sassim Daha's  
Natalina Melo Lima  
Selma de Jesus Pinon Pereira  
Sônia Maria Ramos Azevedo  
Valdenira Maria de Jesus Moreira  
Vera Lúcia dos Santos Carvalho

### Diretoria 1982/1984

Presidente: Ângela Maria Martins Pacheco (1982)  
Presidente: Alice Paiva Maneschky (1983)  
Presidente: Valdenira Maria de Jesus Moreira (1984)  
1ª Secretária: Iracema Rodrigues Dias (1982-1983)  
1ª Secretária Natalina Melo Lima (1984)

### 7ª Gestão CRB-2 - 1985/1987 Conselheiros

Ângela Marina Esteves Dias  
Edila Risuenho de Mesquita  
Iracema Rodrigues Dias  
Irene da Costa Miranda  
Maria da Luz Lopes Lima  
Maria das Graças Barbosa Gama  
Maria das Graças da Costa Siqueira  
Maria de Nazaré dos Santos Correa  
Maria do Rosário de Fátima Holanda Grelo  
Maria Lucia dos Santos Batista  
Marina Castilhos da Costa  
Nádia Maria Cals de Albuquerque  
Regina Alves Rodrigues  
Odicéia Wanghon Maia  
Vitória Auxiliadora Gantuss

### Diretoria 1985

Presidente: Nádia Maria Cals de Albuquerque  
Vice-presidente: Odicéia Wanghon Maia  
1ª Secretária: Maria de Nazaré dos Santos Correa  
2ª Secretária: Maria da Luz Lopes Lima  
Tesoureira: Maria Lucia dos Santos Batista

### Diretoria 1986

Presidente: Odicéia Wanghon Maia  
Vice-presidente: Nádia Maria Cals de Albuquerque  
1ª Secretária: Maria da Luz Lopes Lima  
2ª Secretária Maria de Nazaré dos Santos Correa  
Tesoureira: Maria Lucia dos Santos Batista

### Diretoria 1987

Presidente: Maria de Nazaré dos Santos Correa  
Vice-presidente: Iracema Rodrigues Dias  
1ª Secretária: Maria das Graças da Costa Siqueira  
Tesoureira: Edila Risuenho de Mesquita

## 8ª Gestão CRB-2 - 1988/1990 Conselheiros

Ângela Marina Esteves Dias  
Ediza Maria dos Santos Moraes  
Elza Maria da Costa Lobo  
Heloisa Helena Santos da Cruz  
Iracema Rodrigues Dias  
Irene da Costa Miranda  
Lúcia Batista  
Lúcia de Fátima Imbiriba Cavalcante  
Lucidea Trindade Campos  
Maria Cecília Souza Costa  
Maria Lílian Mesquita Pamplona  
Sandra Maria da Silva  
Silvina Maria Martins Lima  
Sônia Maria Pires Chaves  
Tereza Cristina Cardoso Ferreira  
Valmira Rodrigues Lima Araújo

### Diretoria 1988

Presidente: Irene da Costa Miranda  
Vice-Presidente: Iracema Rodrigues Dias  
1ª Secretária: Ângela Marina Esteves Dias  
2ª Secretária: Lúcia de Fátima Imbiriba Cavalcante  
Tesoureira: Elza Maria da Costa Lobo

### Diretoria 1989

Presidente: Iracema Rodrigues Dias  
Vice-Presidente: Elza Maria da Costa Lobo  
1ª Secretária: Ângela Marina Esteves Dias  
2ª Secretária: Lúcia de Fátima Imbiriba Cavalcante  
Tesoureira: Maria Lucia dos Santos Batista

### Diretoria 1990

Presidente: Iracema Rodrigues Dias  
Vice-Presidente: Ângela Marina Esteves Dias  
1ª Secretária: Lúcia de Fátima Imbiriba Cavalcante  
2ª Secretária: Elza Maria da Costa Lobo  
Tesoureira: Maria Lucia dos Santos Batista

## 9ª Gestão CRB-2 - 1991/1993 Conselheiros

Aliria Maia Brasil  
Alzira Rosa Farias de Almeida  
Ana Maria Valente Sanches  
Aurora Rubenita Moura Lima  
Celina Maria do Carmo Almeida  
Ediza Maria dos Santos Moraes  
Isanira Coutinho Vaz Pereira  
Joana Lucila Maia  
Maria Aparecida Cardoso  
Raimunda Ivete Moraes Reis

Selma de Jesus Pinon Pereira  
Sílvia Mota Sales  
Sônia Margareth Santiago  
Walquiria Araújo de Albuquerque  
Zeneide de Souza Pantoja

### Diretoria 1991

Presidente: Zeneide de Souza Pantoja  
Vice-Presidente: Selma de Jesus Pinon Pereira (até 07/1991)  
1ª Secretária: Alzira Rosa Farias de Almeida (até 07/1991)  
2ª Secretária: Ana Maria Valente Sanches (até 08/1991)  
Tesoureira: Walquiria Araújo de Albuquerque

### Diretoria 1992

Presidente: Zeneide de Souza Pantoja  
Vice-Presidente: Alzira Rosa Farias de Almeida (de 08/1991 até 1992)  
1ª Secretária: Ana Maria Valente Sanches (de 08/1991 até 1993)  
2ª Secretária: Aurora Rubenita Moura Lima (de 08/1991 até 1993)  
Tesoureira: Walquiria Araújo de Albuquerque

### Diretoria 1993

Presidente: Zeneide de Souza Pantoja  
Vice-Presidente: Isanira Coutinho Vaz Pereira  
1ª Secretária: Ana Maria Valente Sanches (de 08/1991 até 1993)  
1ª Secretária: Aurora Rubenita Moura Lima (de 08/1991 até 1993)  
Tesoureira: Walquiria Araújo de Albuquerque -

## 10ª Gestão CRB-2 - 1994/1996 Conselheiros

Ana Maria Valente Sanches  
Aurora Rubenita Moura Lima  
Élson Tembra Aleixo  
Isanira Coutinho Vaz Pereira  
Joana Lucila Obando Maia  
Maria Célia Santana da Silva  
Maria Celina Maciel Neves  
Maria Miranda Costa Lisboa  
Normélia de Fátima Araújo de Lima  
Regina Coeli Araújo Ribeiro  
Selma de Jesus Pinon Pereira  
Sílvia Mota Sales  
Sônia Margareth Santiago  
Suely Nazaré Furtado França  
Walquiria Araújo de Albuquerque  
Zeneide de Souza Pantoja

### Diretoria 1994/1996

Presidente: Zeneide de Souza Pantoja (até 04/1994)

Presidente: Maria Celina Maciel

Neves (de 05/1994 até 1996)

Vice-presidente: Maria Celina

Maciel Neves (até 04/1994)

Vice-Presidente: Aurora Rubenita

Loura Lima (05/1994 até 1996)

1ª Secretária: Maria Célia Santana da Silva

2ª Secretária: Sílvia Mota Sales

Tesoureira: Walquiria Araújo de Albuquerque

Maria Lílian Mesquita Pamplona

Maria Stella de Carvalho Meguins

Nelma Maria Motta de Azevedo

Roseana Fonseca dos Santos

Sílvia Helena Vale de Lima

Solange Maria Coutinho Aguiar

Sônia Maria Bahia Amaro

Telma Karla Gonçalves Carvalho

Tiana Yury Faria Sasaki

Walteiza Chaves Costa

### 11ª Gestão CRB-2 - 1997/1999 Conselheiros

Adélia de Moraes Pinto

Ana Maria Valente Sanches

Edileuza Maria da Silva

Ivete Castro Botelho

Lia Marques Bellesi

Lucivaldo Vasconcelos Barros

Luiz Otávio Maciel da Silva

Maria Auxiliadora Freitas da Costa Rosa

Maria Célia Santana da Silva

Maria das Graças Lima e Lima

Maria Raimunda Souza Sampaio

Orlando Pereira Machado Filho

Telma Karla Gonçalves Carvalho

Telma Socorro Silva Sobrinho

### Diretoria 2000/2002

Presidente: Ivete Castro Botelho

Vice-Presidente: Isanira Coutinho Vaz Pereira

1ª Secretária: Maria Lílian Mesquita Pamplona

2ª Secretária: Maria de Fátima Santos do Nascimento

Tesoureira: Sílvia Helena Vale de Lima

### 13ª Gestão CRB-2 - 2003/2005 Conselheiros

Ana Lúcia de Souza Alves

Claudia Cilene Rocha dos Santos

Darcy Barroso da Costa

Deusa Maria de Sousa

Elisabete Rodrigues Gonçalves

Elza Maria da Costa Lobo

Filomena Eliza Buenãno Jesus de Castro

Isanira Coutinho Vaz Pereira

Maria de Nazaré Ferreira Soeiro

Marluce Martins da Silva

Marly Jorge Brito

Raquel Cristina Campos dos Santos

Rosinete Pires Monteiro

Sílvia Helena Vale de Lima

### Diretoria 1997/1998

Presidente: Lia Marques Bellesi

Vice-Presidente: Lucivaldo Vasconcelos Barros

1ª Secretária: Maria Célia Santana da Silva

2ª Secretária: Ivete Castro Botelho

Tesoureiro: Luiz Otávio Maciel da Silva

### Diretoria 2003/2005

Presidente: Sílvia Helena Vale de Lima

Vice-Presidente: Marly Jorge Brito

1ª Secretária: Marluce Martins da Silva

2ª Secretária: Maria de Nazaré Ferreira Soeiro

Tesoureira: Elisabete Rodrigues Gonçalves

### Diretoria 1999

Presidente: Maria Célia Santana da Silva

Vice-Presidente: Luiz Otávio Maciel da Silva

1ª Secretária: Ivete Castro Botelho

2ª Secretário: Orlando Pereira Machado Filho

Tesoureira: Adélia de Moraes Pinto

### 12ª Gestão CRB-2 - 2000/2002 Conselheiros

Filomena Eliza Buenãno Jesus de Castro

Isanira Coutinho Vaz Pereira

Ivete Castro Botelho

Luiz Otávio Maciel da Silva

Maria de Fátima Santos do Nascimento

Maria de Nazaré Ferreira Soeiro

### 14ª Gestão CRB-2 - 2006/2008 Conselheiros

Ana Lúcia de Souza Alves

Darcy Barroso da Costa

Deusa Maria de Sousa Ribeiro

Edêmia da Silva Teixeira

Elisabete Rodrigues Gonçalves

Elza Maria da Costa Lobo

Leiliane Sodré Rabelo



Maria das Graças da Silva Penna  
Mariana Claudía Teixeira Araújo)  
Marluce Martins da Silva  
Marly Jorge Brito  
Raimunda Assunção Silva Barros  
Raquel Cristina Campos da Silva  
Simeí Nascimento da Silva

#### Diretoria 2006/2007

Presidente: Marly Jorge Brito  
Vice-Presidente: Maria das Graças da Silva Penna  
1ª Secretária: Marluce Martins da Silva  
2ª Secretária: Raimunda Assunção Silva Barros  
Tesoureira: Elisabete Rodrigues Gonçalves

#### Diretoria 2008

Presidente: Marly Jorge Brito  
Vice-Presidente: Maria das Graças da Silva Penna  
1ª Secretária: Raimunda Assunção Silva Barros  
2ª Secretária: Mariana Claudía Teixeira Araújo  
Tesoureira: Raquel Cristina Campos da Silva

#### 15ª Gestão CRB-2 - 2009/2011 Conselheiros

Dulcilene Pereira Vieira  
Elson Andrey Souza dos Anjos  
Izanira Coutinho Vaz Pereira  
João Coimbra Neto  
Manoel Nazareno Negrão Farias  
Maria de Nazaré Ferreira Soeiro  
Maria José Souza dos Santos  
Mariana Claudía Teixeira Araújo  
Marineide Sousa Vasconcellos  
Nalzeli Alves Pereira  
Patrícia Cristina Rodrigues Corrêa  
Rosinete Pires Monteiro  
Sílvia Helena Vale de Lima  
Telma Karla Gonçalves Carvalho

#### Diretoria 2009/2010

Presidente: Sílvia Helena Vale de Lima  
Vice-Presidente: Izanira Coutinho Vaz Pereira  
1ª Secretário: João Coimbra Neto  
2ª Secretária: Rosinete Pires Monteiro  
Tesoureira: Maria José Souza dos Santos

#### Diretoria 2011

Presidente: Sílvia Helena Vale de Lima  
Vice-Presidente: Maria de Nazaré Ferreira Soeiro  
1ª Secretária: Telma Karla Gonçalves Carvalho  
2ª Secretária: Rosinete Pires Monteiro  
Tesoureira: Maria José Souza dos Santos

#### 16ª Gestão CRB-2 - 2012/2014 Conselheiros

Anderson Alberto Saldanha Tavares  
Andréa de Fátima Rodrigues Fernandes dos Santos  
Carmelinda do Socorro Barbosa da Cruz  
Dulcileni Pereira Vieira  
Hamilton Vieira de Oliveira  
Kátia Luciane Macedo Martins  
Leiliane Sodré Rabelo  
Liliane Menezes Rabelo  
Maria de Fátima Costa da Silva  
Maria de Jesus Reis Corrêa  
Marly Jorge Brito  
Nilzete Ferreira Gomes  
Raimunda Sueli Almeida Sales  
Raquel Cristina Campos dos Santos  
Rosemary Ferreira de Andrade Sousa  
Ruth Selma Vasconcellos dos Santos  
Telma Karla Gonçalves Carvalho

#### Diretoria 2012

Presidente: Marly Jorge Brito  
Vice-Presidente: Kátia Luciane Macedo Martins  
1ª Secretária: Maria de Jesus Reis Corrêa  
2ª Secretária: Maria de Fátima Costa da Silva  
Tesoureira: Ruth Selma Vasconcellos dos Santos

#### Diretoria 2013

Presidente: Marly Jorge Brito  
Vice-Presidente: Raquel Cristina Campos dos Santos  
1ª Secretária: Maria de Fátima Costa da Silva  
2ª Secretária: Nilzete Ferreira Gomes  
Tesoureira: Ruth Selma Vasconcellos dos Santos -

#### Diretoria 2014

Presidente: Marly Jorge Brito  
Vice-Presidente: Raquel Cristina Campos dos Santos  
1ª Secretária: Nilzete Ferreira Gomes  
Tesoureira: Ruth Selma Vasconcellos dos Santos

#### 17ª Gestão CRB-2 - 2015/2017 Conselheiros

Aline da Conceição Pinheiro Pereira  
Anderson Alberto Saldanha Tavares  
Christiane Alves Costa Maciel  
Edilene Socorro Bonifácio Amorim  
Edvaldo Wellington da Cunha Monteiro  
Eline Flaura Alves Coelho  
Erik André de Nazaré Pires  
Izabel Cristina de Carvalho Mendes  
Marcos Antônio da Silva Paixão  
Mary Caroline Santos Ribeiro



Miriam Alves de Oliveira  
Nathalia Lima da Costa  
Rosiany Amaral da Silva  
Samantha Andrade de Araújo  
Sheyla Gabriela Alves Ribeiro

### Diretoria 2015/2017

Presidente: Anderson Alberto Saldanha Tavares  
Vice- Presidente: Mary Caroline Santos Ribeiro  
1º Secretário: Erik André de Nazaré Pires  
2ª Secretária: Sheyla Gabriela Alves Ribeiro  
Tesoureira: Aline da Conceição Pinheiro Pereira

### Conselho Regional de Biblioteconomia 3ª Região (CRB-3)

Ceará, Piauí

### 1ª Gestão CRB-3 - 1966/1968 Conselheiros

Almery Cordeiro Lima  
Aracy Fiuza Costa  
Cleide Ancilon de Alencar Pereira  
Élida Fagundes Schirmer  
Fernandina Fernandes Lino  
Maria Hilzanir Cals de Abreu  
Jeanne Braga de Alencar Pinto  
Luiza Maria Alcântara e Saraiva Leão  
Maria Antonieta Figueiredo Bezerra  
Maria Herbene Barbosa Lima Maia  
Maria Zélia Sousa Oliveira  
Marlene Menezes de Albuquerque  
Vânia de Holanda Farias

### Diretoria - 1966/1968

Presidente: Cleide Ancilon de Alencar Pereira  
1ª Secretária: Vânia de Holanda Farias  
2ª Secretária: Jeanne Braga de Alencar Pinto  
Tesoureira: Maria Antonieta Figueiredo Bezerra

### Diretoria 1969

Presidente: Fernandina Fernandes Lino  
Vice-Presidente: Maria Hilzanir Cals de Abreu  
1ª Secretária: Maria da Conceição Souza  
2ª Secretária: Almery Cordeiro de Lima  
Tesoureira: Luiza Maria de Alcântara e Saraiva Leão

### 2ª Gestão CRB-3 - 1970/1972 Conselheiros

Almery Cordeiro Lima  
Cleide Ancilon de Alencar Pereira  
Élida Fagundes Schirmer

Fernanda Nery Coelho  
Fernandina Fernandes Lino  
Francisca Liêda e Silva  
Lilian Pimentel Gomes  
Maria Antonieta Figueiredo Bezerra  
Maria da Conceição Souza  
Maria do Socorro Castro Melo  
Maria Irene Peixoto Bezerra  
Maria Nancy Cruz  
Maria Tereza Câmara  
Vânia de Holanda Farias  
Verbena Eulálio

### Diretoria 1970/1971

Presidente: Élida Fagundes Schirmer  
Vice-Presidente: Fernandina Fernandes Lino  
1ª Secretária: Francisca Liêda e Silva  
2ª Secretária: Maria Irene Peixoto Bezerra  
Tesoureira: Fernanda Nery Coelho

### Diretoria 1972

Presidente: Maria Irene Peixoto Bezerra  
Vice-Presidente: Francisca Liêda e Silva  
1ª Secretária: Maria Tereza Bezerra de Menezes  
2ª Secretária: Terezinha Rocha Crisostomo  
Tesoureira: Fernanda Nery Coelho

### 3ª Gestão CRB-3 - 1973/1975 Conselheiros

Ana Maria Sá de Carvalho  
Élida Fagundes Schirmer  
Fernandina Fernandes Lino  
Francisca Áurea de Araújo  
Francisca Liêda e Silva  
Francisca Soares da Silva  
Maria Antonieta Figueiredo Bezerra  
Maria Celeste Mesquita  
Maria do Socorro Castro Melo  
Maria Elzanira Barros Fonteles  
Maria Irene Peixoto Bezerra  
Maria Ismênia Bezerra Cardoso  
Maria Tereza Bezerra de Menezes Fontenele  
Mirian Elizabeth Albuquerque de Holanda  
Vânia de Holanda Farias

### Diretoria 1973

Presidente: Maria Irene Peixoto Bezerra  
Vice-Presidente: Élida Fagundes Schirmer  
1ª Secretária: Maria Elzanira Barros Fonteles  
2ª Secretária: Francisca Áurea de Araújo  
Tesoureira: Ana Maria Sá de Carvalho

### Diretoria 1974

Presidente: Maria Ismênia Bezerra Cardoso  
Vice- Presidente: Maria Irene Peixoto Bezerra  
1ª Secretária: Maria Elzanira Barros Fonteles  
2ª Secretária: Mirian Elizabeth Albuquerque de Holanda  
Tesoureira: Francisca Soares da Silva

### Diretoria 1975

Presidente: Maria Antonieta Figueiredo Bezerra  
Vice- Presidente: Maria Irene Peixoto Bezerra  
1ª Secretária: Vânia de Holanda Farias  
2ª Secretária: Francisca Liêda e Silva  
Tesoureira: Francisca Soares da Silva

## 4ª Gestão CRB-3 - 1976/1978

### Conselheiros

Cleide Ancilon de Alencar Pereira  
Diana Maria Bessa Prata  
Élida Fagundes Schirmer  
Fátima Maria Alencar Araripe Bezerra  
Francisca Liêda e Silva  
Francisca Soares da Silva  
Gabrielita Albuquerque Carrah  
Maria Antonieta Figueiredo Bezerra  
Maria Darcília Monteiro Lemos  
Maria das Graças Leite Targino  
Maria do Socorro Castro Melo  
Maria do Socorro Lima Sugette  
Maria Elzanira Barros Fonteles  
Maria Ismênia Bezerra Cardoso  
Maria Lígia Vidal Fontenelle  
Mirian Elizabeth Albuquerque de Holanda  
Rita Gonçalves Portela Ferreira  
Vânia de Holanda Farias

### Diretoria 1976

Presidente: Maria Antonieta Figueiredo Bezerra  
Vice-Presidente: Diana Maria Bessa Prata  
1ª Secretária: Gabrielita Albuquerque Carrah  
2ª Secretária: Maria do Socorro Castro Melo  
Tesoureira: Maria Darcília Monteiro Lemos

### Diretoria 1977 - 1978

Presidente: Maria Lígia Vidal Fontenelle  
Vice-Presidente: Maria do Socorro Castro Melo  
1ª Secretária: Maria Elzanira Barros Fonteles  
2ª Secretária: Maria do Socorro Lima Sugette  
Tesoureira: Maria Antonieta Figueiredo Bezerra

## 5ª Gestão CRB-3 - 1979/1981

### Conselheiros

Ana Maria Castro Silva  
Célia Maria Braid Ribeiro Simões

Élida Fagundes Schirmer  
Geraldo Batista de Moura Filho  
Germana Tabosa Braga Pontes  
Heloísa Maria Furtado  
Iraceli Rodrigues Machado  
Magnólia Souza Bandeira de Melo  
Maria Amélia Almeida da Silva  
Maria Claudia Albuquerque Campos  
Maria de Fátima da Silva Oliveira  
Maria das Graças Leite Targino  
Maria do Socorro Lima Sugette  
Maria Hilzanir Cals de Abreu  
Maria Ivonilde da Silva  
Mirian Elizabeth Albuquerque de Holanda  
Norma Lúcia Moura  
Rita Marques Gonçalves Portela Ferreira  
Sílvia Helena Montenegro Fernandes

### Diretoria 1979

Presidente: Maria de Fátima da Silva Oliveira  
Vice-Presidente: Magnólia Souza Bandeira de Melo  
1ª Secretária: Maria Amélia Almeida da Silva  
2ª Secretária: Maria Claudia Albuquerque Campos  
Tesoureira: Heloísa Maria Furtado

### Diretoria 1980-1981

Presidente: Maria Ivonilde da Silva  
Vice-Presidente: Magnólia Souza Bandeira de Melo  
1ª Secretária: Maria Amélia Almeida da Silva  
2ª Secretária: Maria Claudia Albuquerque Campos  
Tesoureira: Heloísa Maria Furtado

## 6ª Gestão CRB-3 - 1982/1984

### Conselheiros

Arlette Meireles Sorensen  
Edgard Abreu Farias da Silva  
Élida Fagundes Schirmer  
Eveline de Almeida Braga  
Helena Fátima Mota Dias  
Heloísa Maria Furtado  
Lélia Edwirges Gomes Santos  
Magnólia Souza Bandeira de Melo  
Maria Augusta Bastos de Sampaio  
Maria Áurea Barroso  
Maria Cândida Aragão Coelho  
Maria Claudia Albuquerque Campos  
Maria das Graças Fonteles Mattos  
Maria das Graças Leite Targino  
Maria Ednazilda Menezes de Moura  
Maria Ivonilde da Silva  
Maria Rita Mendes de Sousa

Paula Ângela Maria Nery Arruda  
Vera Maria Gomes de Almeida

### Diretoria 1982

Presidente: Paula Ângela Maria Nery Arruda  
Vice-Presidente: Maria Áurea Barroso  
1ª Secretária: Maria das Graças Fonteles Mattos  
2ª Secretária: Maria Ivonilde da Silva  
Tessoureira: Helena Fátima Mota Dias

### Diretoria 1983 - janeiro a maio

Presidente: Maria Áurea Barroso  
Vice-Presidente: Paula Ângela Maria Nery Arruda  
1ª Secretária: Vera Maria Gomes de Almeida  
2ª Secretária: Maria Ivonilde da Silva  
Tessoureira: Helena Fátima Mota Dias

### Diretoria 1983 - junho a dezembro

Presidente: Maria Augusta Bastos de Sampaio  
Vice-Presidente: Paula Ângela Maria Nery Arruda  
1ª Secretária: Maria Cândida Aragão Coelho  
2ª Secretária: Maria Ivonilde da Silva  
Tessoureira: Helena Fátima Mota Dias

### Diretoria 1984 - janeiro a setembro

Presidente: Maria Cândida Aragão Coelho  
Vice-Presidente: Paula Ângela Maria Nery Arruda  
1ª Secretária: Maria das Graças Fonteles Mattos  
2ª Secretária: Maria Ivonilde da Silva  
Tessoureira: Helena Fátima Mota Dias

### Diretoria 1984 - complementação mandato

Presidente: Maria das Graças Fonteles Mattos  
1ª Secretária: Maria Ivonilde da Silva  
Tessoureira: Helena Fátima Mota Dias

### 7ª Gestão CRB-3 - 1985/1987 Conselheiros

Ana Lúcia Martins Barbosa Costa  
Edna Gomes Pinheiro  
Evelyn de Almeida Braga  
Heloísa Maria Furtado  
Lourdes Mary França Dantas  
Luiza Maria Timbó Magalhães Bizarria  
Maria Aurene Nogueira Diniz  
Maria Brígida Salgado de Souza Martins  
Maria Cândida Aragão Coelho  
Maria de Fátima Falcão Leal  
Maria das Graças Leite Targino Moreira Guedes  
Maria do Carmo Andrade  
Maria Herbene Barbosa Lima Maia  
Maria Solange Oliveira Bentes

Maria Zilmar de Oliveira  
Mary França Dantas  
Raquel Matos Brito Castelo Branco  
Ruth Helena Linhares Leite  
Vera Maria Gomes de Almeida  
Verônica Maria Sobral da Silva

### Diretoria 1985/1986

Presidente: Maria Brígida Salgado de Souza  
Vice-Presidente: Maria de Fátima Falcão Leal  
1ª Secretária: Maria do Carmo Andrade  
2ª Secretária: Maria Cândida Aragão Coelho  
Tessoureira: Maria Aurene Nogueira Diniz

### Diretoria 1986/1987

Presidente: Heloísa Maria Furtado  
Vice-Presidente: Maria de Fátima Falcão Leal  
1ª Secretária: Maria Solange Oliveira Bentes  
Tessoureira: Maria Aurene Nogueira Diniz

### 8ª Gestão CRB-3 - 1988/1990 Conselheiros

Ana Cristina Azevedo Ursulino  
Ana Nazinha Barbosa Araújo  
Ângela Maria Monteiro Cezar  
Eliane de Arruda Barreira  
Enide Maria Chaves Vidal  
Fátima Maria Alencar Araripe Bezerra  
Ida Maria Freire de Norões  
Iolanda de Sousa Lustosa  
Ismênia Maria Pinto Villar de Queiroz  
José Lincoln Araújo Rocha  
Liana Lima Nogueira Monteiro  
Maria das Graças Leite Targino Moreira Guedes  
Mônica Leite Barbosa Pamplona  
Ofélia Maria Landim Barroso  
Olga Maria Ribeiro Guedes  
Selma Maria Pinheiro de Oliveira Souza  
Sílvia Amélia Crisóstomo  
Telma Regina Abreu Vieira  
Terezinha de Oliveira Maciel  
Verônica Lima Batista

### Diretoria 1988/1990

Presidente: Fátima Maria Alencar Araripe Bezerra  
Vice-Presidente: Telma Regina Abreu Vieira  
1ª Secretária: Eliane de Arruda Barreira  
2ª Secretária: José Lincoln Araújo Rocha  
Tessoureira: Iolanda de Sousa Lustosa



## 9ª Gestão CRB-3 - 1991/1993 Conselheiros

Ana Cristina Azevedo Ursulino  
Dionísia Claudete Bonfim Lopes Batista  
Eliane de Arruda Barreira  
Enide Maria Chaves Vidal  
Fátima Maria Alencar Araripe Bezerra  
Francisca Malviniêr Macedo  
Maria Augusta Bastos de Sampaio  
Maria Aurinete Fontenele  
Maria das Graças Targino Moreira Guedes  
Maria Helena Souza Leão Macieira  
Maria Josineide Silva Góis  
Maria Tereza Bezerra de Menezes Fontenele  
Maria Tereza Lima Ayres  
Maria Zuleide Lopes Leandro  
Margaret de Lucena Martins Lima  
Rejane Maria Gomes Maciel  
Salette Sampaio Teófilo  
Sandra Maria Dantas Cabral  
Tereza Norma Barros dos Santos  
Verônica Lima Batista

### Diretoria 1991/1993

Presidente: Sandra Maria Dantas Cabral  
Vice-Presidente: Dionísia Claudete Bonfim Lopes Batista  
1ª Secretária: Maria Teresa Bezerra de Menezes Fontenele  
2ª Secretária: Maria Augusta Bastos de Sampaio  
Tesoureira: Enide Maria Chaves Vidal

## 10ª Gestão CRB-3 - 1994/1996 Conselheiros

Ana Maria Morais da Cruz  
Ana Suely Pinho Lopes  
Deusimar Frutuoso de Almeida  
Dionísia Claudete Bonfim Lopes Batista  
Fernando Braga Ferreira  
Francisca Malvinier Macedo  
Guaracy Araújo Santiago Martins  
Maria Augusta Bastos de Sampaio  
Maria Edinazilda Menezes de Moura  
Maria Helena Souza Leão Macieira  
Maria Rita Mendes de Sousa  
Maria Teresa Lima Ayres  
Maria Tereza Pinheiro da Frota  
Maria Zuleide Lopes Leandro  
Norma Helena Pinheiro de Almeida  
Rita Maria de Alencar  
Sandra Maria Dantas Cabral

Selma Maria Maia  
Tereza Kátia Acioli Canamary

### Diretoria 1994/1996

Presidente :Sandra Maria Dantas Cabral  
Vice-Presidente :Norma Helena Pinheiro de Almeida  
1ª Secretária: Deusimar Frutuoso de Almeida  
2ª Secretária: Maria Augusta Bastos de Sampaio  
Tesoureira: Maria Helena Souza Leão Macieira

## 11ª Gestão CRB-3 - 1997/1999 Conselheiros

Aurora Maria Santos Buna  
Carmem Cortez Costa  
Deusimar Frutuoso de Almeida  
Fernando Braga Ferreira  
Guaracy Araújo Santiago Martins  
Madalena Maria Monteiro Figueiredo  
Maria Creuza de Sales Magalhães  
Maria de Lourdes Lima  
Maria do Socorro Campos Reinaldo  
Maria Gorete de Sousa  
Maria Herbênia Gurgel Costa  
Maria Linéia de Oliveira Muniz Diógenes  
Maria Rita Mendes de Sousa  
Marta Regina Sales Barbosa  
Nadsa Maria Cid Gurgel  
Norma Helena Pinheiro de Almeida  
Raimunda Alves Davi  
Rita de Cássia Alencar  
Selma Maria Maia

### Diretoria 1997/1999

Presidente: Fernando Braga Ferreira  
Vice-Presidente : Norma Helena Pinheiro de Almeida  
1ª Secretária: Maria Herbênia Gurgel Costa  
2ª Secretária: Raimunda Alves Davi  
Tesoureira: Deusimar Frutuoso de Almeida

## 12ª Gestão CRB-3- 2000/2002 Conselheiros

Ana Maria Sá de Carvalho  
Eliana Candeira Valois  
Elaine Cristina Lavor Silva  
Francisca Helena Teixeira Valentim  
Francisca Malvinier Macêdo  
Geni França de Castro Sousa  
Gláucia Rejane Crisóstomo Pontes  
Hermano José Pinho  
Josenita Farias de Araújo Paz  
Lygia Conceição Leitão Teixeira

Maria Creuza de Sales  
Maria de Fátima Macêdo  
Maria de Lourdes Lima  
Maria Herbênia Gurgel Costa  
Maria Linéia de Oliveira Muniz Diógenes  
Maria Lúcia Chagas Bezerra  
Maria Zuleide Lopes Leandro  
Nadja Maria de Moraes Soares  
Salette Sampaio Teófilo  
Sandra Maria Muniz Ramos  
Sílvia Helena Montenegro Fernandes Araújo  
Vagna Alves Teixeira

#### Diretoria 2000-2002

Presidente: Maria de Lourdes Lima  
Vice-Presidente: Maria Herbênia Gurgel Costa  
1º Secretário: Hermano José Pinho  
2ª Secretária: Vagna Alves Teixeira  
Tesoureira: Gláucia Rejane Crisóstomo Pontes

#### 13ª Gestão CRB-3 - 2003/2005 Conselheiros

Aurora Maria Santos Buna  
Deusimar Frutuoso de Almeida  
Dionísia Claudete Bonfim Lopes  
Efigênia Maria Fontenele  
Enide Maria Chaves Vidal  
Fernando Antônio Ferreira de Souza  
Gláucia Rejane Vieira Crisóstomo  
Lúcia Maria Alves Gurgel  
Maria Creuza de Sales Magalhães  
Maria do Carmo Aquino Costa  
Maria Luzinete Fontenele Moraes  
Maria Tereza Lima Ayres  
Maria Zuleide Lopes Leandro  
Paula Pinheiro da Nóbrega  
Sandra Maria Dantas Cabral  
Selma Maria Maia

#### Diretoria 2003/2005

Presidente: Sandra Maria Dantas Cabral  
Vice-Presidente: Efigênia Maria Fontenele  
1ª Secretária: Gláucia Rejane Vieira Crisóstomo  
2ª Secretária: Dionísia Claudete Bonfim Lopes  
Tesoureira: Deusimar Frutuoso de Almeida

#### 14ª Gestão CRB-3 - 2006/2008 Conselheiros

Aurora Maria Santos Buna  
Deusimar Frutuoso de Almeida  
Dionísia Claudete Bonfim Lopes  
Doris Day Eliano França

Eliana Candeira Valois  
Fabiana Abreu Melo  
Geni França de Castro Sousa  
Ismênia Maria Pinto Villar de Queiroz  
Lygia Conceição Leitão Teixeira  
Maria Creuza de Sales  
Mônica Cordulina da Silva  
Norma de Carvalho Linhares  
Regina Lúcia Freitas Holanda  
Sandra Maria Dantas Cabral  
Selma Maria Maia  
Thelma Marylanda Silva Melo  
Vagna Alves Teixeira

#### Diretoria 2006/2008

Presidente: Sandra Maria Dantas Cabral  
Vice-Presidente: Dionísia Claudete  
Bonfim Lopes Batista  
1ª Secretária: Ismênia Maria Pinto Villar de Queiroz  
2ª Secretária: Norma de Carvalho Linhares  
Tesoureira: Deusimar Frutuoso de Almeida

#### 15ª Gestão CRB-3 - 2009/2011 Conselheiros

Audrey Caroline Marcelo do Vale  
Doris Day Eliano França  
Eliana Candeira Valois  
Fabiana Abreu Melo  
Geni França de Castro Sousa  
Lygia Conceição Leitão Teixeira  
Maria Herbenia Gurgel Costa  
Maria Lineia de Oliveira Muniz Diogenes  
Mônica Cordulina da Silva  
Regina Lucia Freitas Holanda  
Renata Maria Silva de Arruda  
Rita de Cassia Alencar  
Sonia de Fatima Nogueira  
Thelma Marylanda Silva de Melo  
Vagna Alves Teixeira

#### Diretoria 2009/2011

Presidente: Regina Lucia Freitas Holanda  
Vice-Presidente: Vagna Alves Teixeira  
1ª Secretária: Audrey Caroline Marcelo do Vale  
2ª Secretária: Maria Herbenia Gurgel Costa  
Tesoureira: Maria Lineia de Oliveira Muniz Diogenes

#### 16ª Gestão CRB-3 - 2012/2014 Conselheiros

Deusimar Frutuoso de Almeida  
Eliana Candeira Valois  
Érica Filomena Araújo Barros

Ismênia Maria Pinto Villar de Queiroz  
Jorgivania Lopes Brito  
Luciana Silva de Arruda  
Lygia Conceição Leitão Teixeira  
Marcio Nunes Silva  
Maria Creuza de Sales  
Maria de Fátima Silva Fontenele  
Maria Herbênia Gurgel Costa  
Maria Linéia de Oliveira Muniz Diógenes  
Maria Luzinete Fontenele  
Maria Suely Lima de Queiroz  
Michelle Ferreira Costa  
Mônica Cordulina da Silva  
Renata Maria Silva de Arruda  
Rodrigo Leite Rebouças  
Solange Hiller Herthz Santos  
Sônia de Fátima Nogueira

#### Diretoria 2012/2014

Presidente :Maria Herbênia Gurgel Costa  
Vice-Presidente: Maria Linéia de  
Oliveira Muniz Diógenes  
1º Secretária: Rodrigo Leite Rebouças  
2º Secretária: Renata Maria Silva de Arruda  
Tesoureira: Deusimar Frutuoso de Almeida

#### 17ª Gestão CRB-3 - 2015/2017 Conselheiros

Adelly Mendonça Maciel  
Deusimar Frutuoso de Almeida  
Dorotéia Andrade Silva  
Fernando Braga Ferreira  
Francisco Welton da Silva Rios  
Iolanda de Sousa Lustosa  
Ismênia Maria Pinto Villar de Queiroz  
Laura Amélia Lopes Goyanna  
Lucélia Mara de Souza Serra  
Maralyza Pinheiro Martins  
Maria Aparecida de Lavor  
Maria Creuza de Sales  
Maria Eliane Silva Moreira  
Rita de Cassia Alencar  
Ruth Helena Linhares Leite  
Sílvia Amélia Crisóstomo  
Solange Hiller Herthz Santos  
Vasco Robson Soares Correia  
Zenídia de Paula Moreira Nobre

#### Diretoria 2015/2017

Presidente: Fernando Braga Ferreira  
Vice-Presidente: Maria Aparecida de Lavor  
1º Secretária: Rita de Cassia Alencar

2ª Secretária: Iolanda de Sousa Lustosa  
Tesoureira: Deusimar Frutuoso de Almeida

#### Conselho Regional de Biblioteconomia 4ª Região (CRB-4)

Pernambuco

#### 1ª Gestão CRB-4 - 1966/1969 Conselheiros

Ainda Nery de Aquino  
Antonio Nunes da Silva  
Carmem Trajano  
Cremildo Lêda Ferrucci  
Denaura Barbosa Moreno  
Gilda Verri  
Margarida Almeida  
Maria Aparecida Caldas  
Maria de Lourdes Ribeiro  
Maria do Carmo Vieira  
Maria Letícia de Andrade Lima  
Maria Teresa Pacônio  
Martha Lôbo Cabral de Vasconcelos  
Milton Melo  
Sílvia Augusta Marques

#### Diretoria 1966/1969

Presidente: Ainda Nery de Aquino  
Vice-Presidente: Sílvia Augusta Marques e Milton Melo  
1ª Secretária: Maria de Lourdes Ribeiro  
2ª Secretária: Martha Lôbo Cabral de Vasconcelos  
Margarida Almeida

#### 6ª Gestão CRB-4 - 1982/1984

Enviamos a composição a partir da 6ª Gestão aos dias atuais, pois, são estes os registros acessíveis localizados nos arquivos do CRB-4.

#### Conselheiros

Antônia de Freitas Neta  
Edilce de Santana Pessoa  
Isabel Gallindo Martins  
Isavalda Maria Ferreira Lima  
José Patrício Bezerra  
Josemir Barbosa de Oliveira  
Lindinalva Souza do Nascimento  
Luba do Socorro Diniz Albuquerque  
Maria das Graças Domingues de Castro  
Maria do Carmo César de Menezes Lima  
Maria Fausta Moraes da Silva  
Susana Schmidt



### Diretoria 1982/1984

Presidente: Susana Schmidt  
Vice-Presidente: Luba do Socorro Diniz Albuquerque  
1ª Secretária: Lindinalva Souza do Nascimento  
2ª Secretária: Isavalda Maria Ferreira Lima  
Tesoureira: Maria Fausta Morais da Silva

### 7ª Gestão CRB-4 - 1985/1987 Conselheiros

Gilka Maria Mendonça brasileiro de Oliveira  
Jaise da Costa Leão  
Julita Valentim de Souza  
Lenice Moura Araújo de Paula  
Lindinalva Souza do Nascimento  
Maria da Conceição Luna Rodrigues  
Maria das Graças Domingos de Castro  
Maria Eunice Alves de Miranda  
Maria José de Melo Agra  
Maria Valdete Bezerra de Carvalho  
Marilda Rodrigues de Macedo  
Uiara de Oliveira Silva

### Diretoria 1985/1987

Presidente: Gilka Maria Mendonça brasileiro de Oliveira  
Vice-Presidente: Marilda Rodrigues de Macedo  
1ª Secretária: Maria Eunice Alves de Miranda  
2ª Secretária: Maria da Conceição Luna Rodrigues  
Tesoureira: Maria Valdete Bezerra de Carvalho

### 8ª Gestão CRB-4- 1988/1990 Conselheiros

Lígia de Araújo Alves  
Margarida Maria Fernandes de Almeida  
Maria da Conceição Melo Novaes  
Maria das Graças Coelho Vasconcelos  
Maria das Graças de Lima Melo  
Maria do Rosário Mota Cavalcanti  
Maria do Socorro Meira Lima dos Santos  
Maria Lúcia Cavalcante de Moura da Veiga Pessoa  
Maria Lúcia Mendonça Melo  
Nanci de de Oliveira Toledo  
Pithagoras Ferreira dos Santos  
Susana Schimidt

### Diretoria 1988/1990

Presidente: Maria Lúcia Cavalcante de Moura da Veiga Pessoa  
Vice-Presidente: Maria das Graças de Lima Melo  
1ª Secretária: Maria da Conceição Melo Novaes  
2ª Secretária: Margarida Maria Fernandes de Almeida  
Tesoureira: Maria do Rosário Mota Cavalcanti

### 9ª Gestão CRB-4 - 1991/1993 Conselheiros

Angela Maria Saraiva de Moura  
Berta Margaret Góis Sitônio  
Edna Maria Sitônio Pimentel  
Edna Maria Torreão Brito  
Eva Sylvania S. Pires  
Florisvalda R. dos Santos  
Jane Souto Maior  
Joana D'arc Leão Salvador  
Josefa Pereira Barbosa  
Laís Galvão Cavalcanti Laureane  
Maria da Conceição Morais  
Maria do Carmo Magnato  
Marlene Barbosa da Silva  
Neide Maria Melo de Oliveira  
Rosilda Miranda da Silva

### Diretoria 1991/1993

Presidente: Edna Maria Sitônio Pimentel  
Vice-Presidente: Neide Maria Melo de Oliveira  
1ª Secretária: Marlene Barbosa da Silva  
2ª Secretária: Berta Margaret Góis Sitônio  
Tesoureira: Rosilda Miranda da Silva

### 10ª Gestão CRB-4 - 1994/1996 Conselheiros

Berta Margaret Sitônio Souto  
Edna Maria Sitônio Pimentel  
Etiene Silva de Souza Lima  
Florisvalda Rodrigues dos Santos  
Maria Cristina Guimarães de Oliveira  
Maria de Lourdes C. B. de Oliveira  
Maria Letícia da Cunha Bandeira  
Maria Vilma Ferreira Bastos  
Marlene Barbosa da Silva  
Roseane Almeida da Silva  
Rosilda Miranda da Silva  
Sílvia Barbosa de Melo  
Suely Maria Silva Manzi

### Diretoria 1994/1996

Presidente: Edna Maria Sitônio Pimentel  
Vice-Presidente: Rosilda Miranda da Silva  
1ª Secretária: Berta Margaret Góis Sitônio  
2ª Secretária: Etiene Silva de Souza Lima  
Tesoureira: Sílvia Barbosa de Melo

### 11ª Gestão CRB-4 - 1997/1999 Conselheiros

Ana Maria Santos e Silva  
Cristiane Maria Silva

Fernanda Ivo Neves  
Giane da Paz Ferreira Silva  
Janildo Lopes da Silva  
Maria das Graças da Fonseca  
Maria de Jesus de S. Leão Albuquerque  
Maria Lúcia Moura  
Maristela Guerra  
Neide Maria Melo de Oliveira  
Sílvia Barbosa de Mello

#### Diretoria 1997/1999

Presidente: Maria Lúcia Moura  
Vice-Presidente: Fernanda Ivo Neves  
1ª Secretária: Maria de Jesus de S. Leão Albuquerque  
2ª Secretária: Ana Maria Santos e Silva  
Tesoureira: Sílvia Barbosa de Mello

#### 12ª Gestão do CRB-4 - 2000/2002 Conselheiros

Ana Sofia de Melo Cassendé  
Angela Maria da Silva  
Antônia Angêla da Silva  
Edileuza Soares Diniz  
Erotíde Bandeira de Almeida  
Isavalda Maria Ferreira Lima  
Marcílio Alves de Freitas  
Maria Cíntia Gomes dos Santos  
Maria de Lourdes C. B. de Oliveira  
Maria José Rodrigues Silva  
Raimunda Nonato de Lima  
Sandre de Souza Ferreira  
Sônia Nalva de Paula  
Suzana Vitória de Castro

#### Diretoria 2000/2002

Presidente: Marcílio Alves de Freitas  
Vice-Presidente: Ana Sofia de Melo Cassendé  
1ª Secretária: Isavalda Maria Ferreira Lima  
2ª Secretária: Maria José Rodrigues Silva  
Tesoureira: Maria Cíntia Gomes dos Santos

#### 13ª Gestão CRB-4 - 2003/2005 Conselheiros

Ana Lúcia Maria  
Angêla Silva  
Carla de Santana Pontes  
Cinário Carvalho da Silva  
Edilene Carneiro de Albuquerque  
Ellys Regina Gallindo Lima de Barros  
Lenice Correia de Araújo

Maria Cecília Vitor  
Maristela de Fátima Cabral Guerra  
Simone Rosa de Oliveira

#### Diretoria 2003/2005

Presidente: Lenice Correia de Araújo  
Vice-Presidente: Cinário Carvalho da Silva  
1ª Secretária: Carla de Santana Pontes  
2ª Secretária: Maria Cecília Vitor  
Tesoureira: Maristela de Fátima Cabral Guerra

#### 14ª Gestão CRB-4 - 2006/2008 Conselheiros

Amy Silva de Almeida  
Ana Lúcia Maria e Silva  
Ana Paula Ourem Costa Leite Dias  
Ana Virgínia de Queiroz Melo  
Andréa Batista de Souza  
Andréia Alcântara dos Santos  
Edma Maria L. Meireles Paixão  
Ellys Regina G. de Barros  
Gerlane da Silva Santos  
Jaíse da Costa Leão  
Jemima Rodrigues Januário França  
Lino Madureira Ferreira  
Lúcia Helena C. Franco  
Peter Promester  
Rivane Carneiro Tavares

#### Diretoria 2006/2008

Presidente: Andréa Batista de Souza  
Vice-Presidente: Lino Madureira Ferreira  
1ª Secretária: Rivane Carneiro Tavares  
2ª Secretária: Ana Paula Ourem Costa Leite Dias  
Tesoureira: Ellys Regina G. de Barros

#### 15ª Gestão CRB-4 - 2009/2011 Conselheiros

Aderilson de Oliveira e Santos  
Alcione Maria do Nascimento  
Amir Melo Mendes  
Amy Silva de Almeida  
Ana Cristina Vieira  
Ana Paula Ourem Costa Leite Dias  
Andréia Alcântara dos Santos  
Andrelle Cristina da Paz Almeida  
Elaine Cristina Barroso  
Girleine da Silva Santos  
Libânia Maria Ferreira dos Santos  
Maria das Graças Vidal de Negreiros Oliveira  
Miriam Vidal de Lima Uchoa

Rivane Carneiro Tavares  
Silvana Carla Alves Siqueira  
Valdir Batista Pinto  
Valquiria Nunes de Lima  
Williana Carla da Silva

#### Diretoria 2009/2011

Presidente: Ana Paula Ourem Costa Leite Diaz  
Vice-Presidente: Libânia Maria Ferreira dos Santos  
1ª Secretária: Valquiria Nunes de Lima  
2ª Secretária: Rivane Carneiro Tavares  
Tesoureira: Silvana Carla Alves Siqueira

#### 16ª Gestão CRB-4 - 2012/2014 Conselheiros

Aderilson de Oliveira e Santos  
Alessandra Jacome de Santana  
Almir de Melo Mendes  
Ana Maria Santos e Silva  
Cristian do Nascimento Botelho  
Cristiane Menezes da Silva  
Emilia Santana de Lima  
Graziella da Silva Moura  
Kleiton Luiz Predo da Silva  
Leonardo Cavalcanti de Oliveira  
Libânia Maria Ferreira dos Santos  
Maria das Graças Vidal de Negreiros Oliveira  
Natianne Polinelli Gomes Montalvão  
Patrícia Vieira do Bonfim  
Rosa Cristina da Conceição  
Silvana Carla Alves Siqueira  
Valquiria Nunes de Lima  
Viviane Ellen da Silva

#### Diretoria 2012/2014

Presidente: Aderilson de Oliveira e Santos  
Vice-Presidente: Maria das Graças  
Vidal de Negreiros Oliveira  
1ª Secretária: Patrícia Vieira do Bonfim  
2ª Secretária: Silvana Carla Alves Siqueira  
Tesoureira: Ana Maria Santos e Silva

#### 17ª Gestão CRB-4 - 2015/2017 Conselheiros

Amy Silva de Almeida  
Ana Maria Santos e Silva  
Cristian do Nascimento Botelho  
Cristiane Menezes da Silva  
Edvânia Cosmo da Silva  
Fernando Antônio de Oliveira  
Jacileide Maria de Oliveira Silva

José Manoel de Santana  
Kassandra Kallyna Nunes de Souza  
Kleiton Luiz Predo da Silva  
Liliane Rodrigues de Assis  
Maria das Graças Fonseca  
Marília Áurea Cruz de Santana  
Natianne Polinelli Gomes Montalvão  
Rosa Cristina da Conceição  
Vanessa da Silva Cavalcante  
Vera Cabral Cavalcanti

#### Diretoria 2015/2017

Presidente: Cristiane Menezes da Silva  
Vice-Presidente: Rosa Cristina da Conceição  
1ª Secretária: Kleiton Luiz Predo da Silva  
2ª Secretária: Natianne Polinelli Gomes Montalvão  
Tesoureira: Ana Maria Santos e Silva

#### Conselho Regional de Biblioteconomia 5ª Região (CRB-5)

##### Bahia, Sergipe

#### 1ª Gestão CRB-5 - 1967/1969 Conselheiros

Adalgisa Moniz de Aragão  
Alzira Conceicao Passos de Oliveira  
Ana Maria Caldas Simas  
Antonio Vieira da Silva  
Dinora Mendonça Lima  
Esmeralda Maria Aragão  
Felisbela Liberato de Matos Carvalho  
Francisco Jose Liberato  
Lindaura Alban Corujeira  
Margarida Pinto Oliveira  
Maria de Lourdes Conceição  
Maria Luiza da Silva Brasileiro  
Maria Miranda Carvalho Britto  
Maria Stela Santos Pita Leite  
Marinha de Andrade

#### Diretoria 1966-1967

Presidente: Francisco Jose Liberato  
Vice-Presidente: Esmeralda Maria Aragão  
1ª Secretária: Margarida Pinto Oliveira  
2ª Secretária: Maria Stela Santos Pita Leite  
Tesoureira: Marinha de Andrade

#### Diretoria 1967-1968

Presidente: Maria Stela Santos Pita Leite  
Vice-Presidente: Margarida Pinto Oliveira  
1ª Secretária: Maria Luiza da Silva Brasileiro

2ª Secretária: Maria Miranda Carvalho Britto  
Tesoureira: Marinha de Andrade

### Diretoria 1969

Presidente: Maria Miranda Carvalho Britto  
Vice-Presidente: Maria de Lourdes Conceição  
1ª Secretária: Marinha de Andrade  
2ª Secretária: Dinora Mendonça Lima  
Tesoureira: Esmeralda Maria Aragão

### 2ª Gestão CRB-5 - 1970/1972 Conselheiros

Adalgisa Moniz de Aragão  
Cleonice Diva Guimaraes  
Daria Mattos do Rio  
Denise Fernandes Tavares  
Gilda Pires Ferreira  
Gildete Tiburcio Filho  
Isabel Marques Chagas de Araujo  
Lindaure Alban Corujeira  
Maria Bernadete da Cunha Amaral  
Maria Edith Dias Tavares  
Maria Lucas Mattos  
Maria Miranda Carvalho de Britto  
Maria Nelcy de Mendonça Leal  
Maria Stela Santos Pita Leite  
Milta de Azevedo Santos

### Diretoria 1970

Presidente: Adalgisa Moniz de Aragão  
Vice-Presidente: Denise Fernandes Tavares  
1ª Secretária: Lindaure Alban Corujeira  
2ª Secretária: Maria Lucas Mattos  
Tesoureira: Milta de Azevedo Santos

### Diretoria 1971

Presidente: Denise Fernandes Tavares  
Vice-Presidente: Maria Miranda de Carvalho  
1ª Secretária: Lindaure Alban Corujeira  
2ª Secretária: Maria Bernadete da Cunha Amaral  
Tesoureira: Milta de Azevedo Santos

### Diretoria 1972

Presidente: Lindaure Alban Corujeira  
Vice-Presidente: Maria Nelcy de Mendonça Leal  
1ª Secretária: Milta de Azevedo Santos  
2ª Secretária: Maria Lucas Mattos  
Tesoureira: Daria Mattos do Rio

### 3ª Gestão CRB-5 - 1973/1975 Conselheiros

Denise Fernandes Tavares  
Dilza da Silva Rivera

Isnaia Santana Dias  
Lindaure Alban Corujeira  
Maria Angela Ferreira Guedes  
Maria Consuelo Pinheiro Santos  
Maria Miranda Carvalho Britto  
Maria Nelcy de Mendonça Leal  
Moema Figueiredo Brasileiro  
Odete Conceição Oliveira  
Regina Santos Silva  
Solange Maria Bittencourt Chastinet Guimarães  
Sonia Gláucia de Freitas Fernandes  
Vanda Angélica da Cunha  
Zilda da Silva Bastos

### Diretoria 1973

Presidente: Denise Fernandes Tavares  
Vice-Presidente: Lindaure Alban Corujeira  
1ª Secretária: Vanda Angélica da Cunha  
2ª Secretária: Dilza da Silva Rivera  
Tesoureira: Regina Santos Silva

### Diretoria 1974

Presidente: Maria Nelcy de Mendonça Leal  
Vice-Presidente: Vanda Angélica da Cunha  
1ª Secretária: Lindaure Alban Corujeira  
2ª Secretária: Isnaia Santana Dias  
Tesoureira: Odete Conceição Oliveira

### Diretoria 1975

Presidente: Vanda Angélica da Cunha  
Vice-Presidente: Isnaia Santana Dias  
1ª Secretária: Solange Maria Bittencourt Chastinet Guimarães  
2ª Secretária: Lindaure Alban Corujeira  
Tesoureira: Odete Conceição Oliveira

### 4ª Gestão CRB-5 - 1976/1978 Conselheiros

Alcina Maria Geiger de Pinho  
Eliete da Luz Alves  
Hortencia Vieira Rocha  
Isnaia Santana Dias  
Julieta Carteador Monteiro Lopes  
Katia Maria de Carvalho Silva  
Licia Maria Freire Branco  
Magnólia Maria da Mota Cedraz  
Maria Miranda Carvalho Britto  
Marilene Lobo Abreu Barbosa  
Marluce Moraes Britto  
Milta de Azevedo Santos  
Odete Conceição Oliveira  
Solange Maria Bittencourt Chastinet Guimarães  
Vanda Angelica da Cunha

### Diretoria 1976

Presidente: Vanda Angelica da Cunha  
Vice-Presidente: Maria Miranda Carvalho Britto  
1ª Secretária: Solange Maria Bittencourt  
Chastinet Guimarães  
2ª Secretária: Magnólia Maria da Mota Cedraz  
Tesoureira: Milta de Azevedo Santos

#### Diretoria 1977

Presidente: Milta de Azevedo Santos  
Vice-Presidente: Maria Miranda Carvalho Britto  
1ª Secretária: Marluce Maria Moraes Britto  
2ª Secretária: Alcina Maria Geiger de Pinho  
Tesoureira: Odete Conceição Oliveira

#### Diretoria 1978

Presidente: Milta de Azevedo Santos  
Vice-Presidente: Maria Miranda Carvalho Britto  
1ª Secretária: Magnólia Maria da Mota Cedraz  
2ª Secretária: Hortência Vieira Rocha  
Tesoureira: Eliete da Luz Alves

#### 5ª Gestão CRB-5 - 1979/1981 Conselheiros

Ana Christina Caldeira Campos  
Anita da Conceição Costa  
Aurea Gomes Liberato de Mattos  
Edna Maria Cardoso Fonseca  
Esteares Rosa da Silva  
Eugenia Rodrigues Lima Tanajura  
Ivanise Azevedo Tourinho  
Julieta Carteador Monteiro Lopes  
Kátia Maria de Carvalho Silva  
Magda Maria Guimaraes de Andrade  
Maria Solange Alves de Souza Paula  
Marialice Lima Barreto  
Solange Oliveira Albuquerque  
Sonia Chagas Vieira  
Tereza Falcao Piedade

#### Diretoria 1979

Presidente: Ivanise Azevedo Tourinho  
Vice-Presidente: Julieta Carteador Monteiro Lopes  
1ª Secretária: Solange Oliveira Albuquerque  
2ª Secretária: Ana Christina Caldeira Campos  
Tesoureira: Tereza Falcão Piedade

#### Diretoria 1980

Presidente: Ivanise Azevedo Tourinho  
Vice-Presidente: Magda Maria Guimaraes de Andrade  
1ª Secretária: Solange Oliveira Albuquerque  
2ª Secretária: Marialice Lima Barreto  
Tesoureira: Tereza Falcão Piedade

#### Diretoria 1981

Presidente: Magda Maria Guimaraes de Andrade  
Vice-Presidente: Solange Oliveira Albuquerque  
1ª Secretária: Maria Solange Alves de Souza Paula  
2ª Secretária: Marialice Lima Barreto  
Tesoureira: Ivanise Azevedo Tourinho

#### 6ª Gestão CRB-5 - 1982/1984 Conselheiros

Adalice Menezes de Almeida  
Alba Lileana R. da Silva Paim  
Alderic Sampaio Ferrari  
Anita da Conceição Costa  
Celeste Pereira Costa  
Elza Celeste Figueiredo Sampaio  
Irailda Brito Pereira  
Julieta Carteador Monteiro Lopes  
Magda Maria Guimaraes de Andrade  
Maria Carmen Teixeira Ferreira  
Maria do Carmo Cordeiro Ferreira  
Maria Solange Alves de Souza Paula  
Marialice Lima Barreto  
Renato Caetano de Souza  
Sizaltina dos Santos Coelho

#### Diretoria 1982

Presidente: Celeste Pereira Costa  
Vice-Presidente: Maria Carmen Teixeira Ferreira  
1ª Secretária: Maria do Carmo Cordeiro Ferreira  
2ª Secretária: Isailda Brito Pereira  
Tesoureira: Renato Caetano de Souza

#### Diretoria 1983

Presidente: Maria Carmen Teixeira Ferreira  
Vice-Presidente: Sizaltina dos Santos Coelho  
1ª Secretária: Isailda Brito Pereira  
2ª Secretária: Alderic Sampaio Ferrari  
Tesoureira: Adalice Menezes de Almeida

#### Diretoria 1984

Presidente: Maria Carmen Teixeira Ferreira  
Vice-Presidente: Elza Celeste Figueiredo Sampaio  
1ª Secretária: Isailda Brito Pereira  
2ª Secretária: Alderic Sampaio Ferrari  
Tesoureira: Adalice Menezes de Almeida

#### 7ª Gestão CRB-5 - 1985/1987 Conselheiros

Alda Angelica Ribeiro dos Reis  
Ceres Maria Soares Pimentel  
Gilka Luiza Bandeira Espinheira  
Ismenia Pinheiro Santana  
Jose Aurelino Modesto

Josenice Moraes Coelho Teixeira  
Lidia Maria Batista Brandão  
Lindaura Albran Corujeira  
Maria Carmen Teixeira Ferreira  
Maria do Carmo Cordeiro Ferreira  
Maria das Graças Rocha Nunes  
Maria Nelcy de Mendonça Leal  
Marluce Maria Moraes de Brito  
Raimunda Maria Barbosa Borges  
Raquel Del Carmen Hermida Hermida  
Roseni Ferreira Brito  
Sandra Azevedo Fraga  
Zilma Antonia Lapa Montenegro

### Diretoria 1985

Presidente: Maria Carmen Teixeira Ferreira  
Vice-Presidente: Lidia Maria Batista Brandão  
1ª Secretária: Raimunda Maria Barbosa Borges  
2ª Secretária: Ismênia Pinheiro Santana  
Tesoureira: Zilma Antonia Lapa Montenegro

### Diretoria 1986

Presidente: Lidia Maria Batista Brandão  
Vice-Presidente: Maria Carmen Teixeira Ferreira  
1ª Secretária: Roseni Ferreira Barreto  
2ª Secretária: Marluce Maria Moraes de Brito  
Tesoureira: Zilma Antonia Lapa Montenegro

### Diretoria 1987

Presidente: Lidia Maria Batista Brandão  
Vice-Presidente: Maria Carmen Teixeira Ferreira  
1ª Secretária: Roseni Ferreira Barreto  
2ª Secretária: Josenice Moraes Coelho Teixeira  
Tesoureira: Zilma Antonia Lapa Montenegro

## 8ª Gestão CRB-5 - 1988/1990 Conselheiros

Alda Angelica Ribeiro dos Reis  
Ceres Maria Soares Pimentel  
Diva Seixas de Lucena  
Henriette Ferreira Gomes  
Jacy dos Santos Silva  
Josenice Moraes Coelho Teixeira  
Leonor Moraes Mendes da Paixão  
Lindaura Alban Corujeira  
Maria das Graças Rocha Nunes  
Maria Nelcy de Mendonça Leal  
Marinha de Andrade  
Raquel Del Carmen Hermida Hermida  
Roseni Ferreira Barreto  
Sandra Azevedo Fraga  
Terezinha Costa Machado

Therezinha Correia de Melo Luna  
Vera Lucia Costa Lins  
Vera Violeta Calazans Rodrigues

### Diretoria 1988/1990

Presidente: Raquel Del Carmen Hermida Hermida  
Vice-Presidente: Marinha de Andrade  
1ª Secretária: Vera Lucia Costa Lins  
2ª Secretária: Sandra Azevedo Fraga  
Tesoureira: Therezinha Correia de Melo Luna

## 9ª Gestão CRB-5 - 1991/1993 Conselheiros

Célia Maria de Almeida Mattos  
Dinah Viana Reis  
Edna Maria Brayner Cerqueira  
Gilda Pires Ferreira  
Henriette Ferreira Gomes  
Licia Maria Vita do Eirado  
Lindaura Carvalho Santana  
Maria de Fatima Teles da Mata  
Maria do Carmo Estrela Moscovits  
Maria Solange Alves de Souza Paula  
Marinha de Andrade  
Moema Figueiredo Brasileiro  
Nisete Maricato  
Regina Célia Santos Zobiak  
Rosa Maria de Oliveira Freire de Lima  
Rosina Bahia Alice Carvalho dos Santos  
Terezinha Costa Machado  
Vera Lelia Abramo Pereira

### Diretoria 1991-1993

Presidente: Marinha de Andrade  
Vice-Presidente: Rosina Bahia Alice Carvalho dos Santos  
1ª Secretária: Maria Solange Alves de Souza Paula  
2ª Secretária: Célia Maria de Almeida Mattos  
Tesoureira: Licia Maria Vita do Eirado

## 10ª Gestão CRB-5 - 1994/1996 Conselheiros

Ana Cristina Caldeira de Campos  
Ana Rosa Montenegro Marques  
Anagelica Lacerda Leite  
Celia Maria dos Santos  
Esmeralda Cristina da Silveira Guedes  
Esmeralda Maria de Aragão  
Hilda Maria de Melo Ferreira  
Jacira Almeida Mendes  
Jane Maria Fonseca Costa  
Lindaura Carvalho Santana



Maria Augusta Fadigas de Souza  
Maria do Socorro Oliveira Campos  
Maria Muniz Santos  
Maria Nelcy de Mendonça Leal  
Neuza Tinoco Melo  
Nilmary Passos Pessoa  
Raimundo Pereira Santos  
Roseni Ferreira Barreto

#### Diretoria

Presidente: Esmeralda Maria de Aragão  
Vice-Presidente: Maria Muniz Santos  
1ª Secretária: Ana Cristina Caldeira de Campos  
2ª Secretária: Roseni Ferreira Barreto  
Tesoureiro: Raimundo Pereira Santos

### 11ª Gestão CRB-5 - 1997/1999 Conselheiros

Agnubia Pereira de Oliveira  
Amandina Angélica Ribeiro de Santana  
Ana Lucia Reis Fonseca  
Antonia Maria Carvalho de Queiroz  
Celia Maria da Costa  
Cidalva Peixoto Lima  
Dinah Viana Reis  
Helena Andrade Pitangueiras  
Jacira Almeida Mendes  
Jane Maria Fonseca Costa  
Jose Cupertino de Souza Ferreira  
Lucilia Maria Lima Vieira  
Luiza Vieira Soares  
Maria Aparecida Barros Pinheiro  
Maria das Graças Monteiro  
Maura Iclea Cardoso de Castro  
Neuza Tinoco Melo  
Raimundo Pereira Santos

#### Diretoria 1997/1999

Presidente: Neuza Tinoco Melo  
Vice-Presidente: Antonia Maria Carvalho de Queiroz  
1ª Secretário: Jose Cupertino de Souza Ferreira  
2ª Secretária: Ana Lucia Reis Fonseca  
Tesoureiro: Raimundo Pereira Santos

### 12ª Gestão CRB-5 - 2000/2002 Conselheiros

Adalice Menezes de Almeida  
Ana Lucia Reis Fonseca  
Antonia Maria Carvalho de Queiroz  
Arlete Sodre Nunes  
Celia Maria de Almeida Matos

Cidalva Peixoto Lima da Costa  
Edna Maria Brayner Cerqueira  
Helena Andrade Pitangueiras  
Hildenise Ferreira Novo  
Ivanise Azevedo Tourinho  
Jornildes Castro Pereira Nunes  
Licia Maria Vita do Eirado  
Luiza Vieira Soares  
Maria Aline Paixao Neves Pinheiro  
Maria Aparecida Conceição F. Franca  
Maria Solange Alves de Souza Paula  
Maura Iclea Cardoso de Castro  
Virginia Barbara de Aguiar Alves

#### Diretoria 2000

Presidente: Ivanise Azevedo Tourinho  
Vice-Presidente: Maria Solange Alves de Souza Paula  
1ª Secretária: Hildenise Ferreira Novo  
2ª Secretária: Helena Andrade Pitangueiras  
Tesoureira: Licia Maria Vita do Eirado

#### Diretoria 2001

Presidente: Ivanise Azevedo Tourinho  
Vice-Presidente: Maria Solange Alves de Souza Paula  
1ª Secretária: Helena Andrade Pitangueiras  
2ª Secretária: Virginia Barbara de Aguiar Alves  
Tesoureira: Licia Maria Vita do Eirado

#### Diretoria 2002

Presidente: Ivanise Azevedo Tourinho  
Vice-Presidente: Antonia Maria Carvalho de Queiroz  
1ª Secretária: Helena Andrade Pitangueiras  
2ª Secretária: Virginia Barbara de Aguiar Alves  
Tesoureira: Licia Maria Vita do Eirado

### 13ª Gestão CRB-5 - 2003/2005 Conselheiros

Alda Lima da Silva  
Antonieta Santos de Viveiros  
Antonio Edilberto Costa Santiago  
Arlete Sodre Nunes  
Arthur Manoel Santana de Barros  
Celia Maria de Almeida Mattos  
Edna Brayner Cerqueira  
Evandro Ramos dos Santos  
Gabriela de Souza da Silva  
Helena Maia Souza dos Santos  
Ivanise Azevedo Tourinho  
Licia Maria Vita do Eirado  
Maria Aline Paixão Neves Pinheiro  
Maria Solange Alves de Souza Paula  
Virginia Barbara de Aguiar Alves

### Diretoria 2003

Presidente: Ivanise Azevedo Tourinho  
Vice-Presidente: Arthur Manoel Santana de Barros  
1ª Secretária: Maria Solange Alves de Souza Paula  
2ª Secretária: Gabriela de Souza da Silva  
Tesoureira: Licia Maria Vita do Eirado

### Diretoria 2004

Presidente: Ivanise Azevedo Tourinho  
Vice-Presidente: Arthur Manoel Santana de Barros  
1ª Secretária: Maria Solange Alves de Souza Paula  
2ª Secretária: Alda Lima da Silva  
Tesoureira: Licia Maria Vita do Eirado

### Diretoria 2005

Presidente: Ivanise Azevedo Tourinho  
Vice-Presidente: Antonio Edilberto Costa Santiago  
1ª Secretária: Alda Lima da Silva  
2ª Secretária: Maria Solange Alves de Souza Paula  
Tesoureira: Licia Maria Vita do Eirado

## 14ª Gestão CRB-5 - 2006/2008 Conselheiros

Alda Lima da Silva  
Antonio Edilberto Costa Santiago  
Arthur Manoel Santana de Barros  
Eliene Pereira Costa  
Evandro Ramos dos Santos  
Fabiola Barbosa da Silva Souza  
Lindaura Carvalho Santana  
Luciana Dorea Martinez Carneiro  
Lucilia Maria Lima Vieira  
Lucimar Silva Cunha Mendonça  
Maria Consuelo Pinheiro Santos  
Maria Rosane Canelas Rubim  
Maristela Rangel de Freitas  
Raymundo das Neves Machado  
Zuleide Paiva da Silva

### Diretoria 2006

Presidente: Antonio Edilberto Costa Santiago  
Vice-Presidente: Maria Consuelo Pinheiro Santos  
1ª Secretária: Alda Lima da Silva  
2ª Secretária: Fabiola Barbosa da Silva Souza/  
Luciana Dorea Martinez Carneiro  
Tesoureira: Raymundo das Neves Machado/  
Fabiola Barbosa da Silva Souza

### Diretoria 2007

Presidente: Antonio Edilberto Costa Santiago  
Vice-Presidente: Maria Consuelo Pinheiro Santos  
1ª Secretária: Alda Lima da Silva

2ª Secretário: Raymundo das Neves Machado  
Tesoureira: Fabiola Barbosa da Silva Souza

### Diretoria 2008

Presidente: Antonio Edilberto Costa Santiago  
Vice-Presidente: Maria Rosane Canelas Rubim  
1ª Secretária: Alda Lima da Silva  
2ª Secretária: Lucimar Silva Cunha Mendonça  
Tesoureira: Fabiola Barbosa da Silva Souza

## 15ª Gestão CRB-5 - 2009/2011 Conselheiros

Aidil Silva Conceicao  
Augusta de Cassia Silva Santos Guimarães  
Catiane Santos de Almeida Bitencourt  
(eleição complementar)  
Cristiana Lima Correia  
Fabio Andrade Gomes  
Fabiola Barbosa da Silva Souza  
Hozana Maria Oliveira Campos de Azevedo  
Iole Costa Terso (eleição complementar)  
Lidia Santos Costa  
Livia Santos de Freitas  
Luciana Dorea Martinez Carreiro  
Lucilia Maria Lima Vieira  
Lucimar Oliveira Silva  
Lucyana da Silva Nascimento  
Marcos Paulo Viana (eleição complementar)  
Marcos Vinicius Borba Gonçalves  
(eleição complementar)  
Maria Aline Paixão Neves Pinheiro  
Maria Rosane Canelas Rubim  
Maristela Rangel de Freitas  
Patrícia Barroso Nascimento (eleição complementar)  
Patricia Verônica Nascimento Dias Fernandes  
Regina Santos Silva Tonini (eleição complementar)

### Diretoria 2009

Presidente: Lucimar Oliveira Silva  
Vice-Presidente: Maria Rosane Canelas  
Rubim/ Fabiola Barbosa da Silva Souza  
1ª Secretária: Lucyana da Silva Nascimento/  
Hozana Maria Oliveira Campos de Azevedo  
2ª Secretária: Hozana Maria Oliveira Campos  
de Azevedo/ Lucyana da Silva Nascimento  
Tesoureira: Fabiola Barbosa da Silva  
Souza/ Livia Santos de Freitas

### Diretoria 2010

Presidente: Lucimar Oliveira Silva  
Vice-Presidente: Fabiola Barbosa da Silva  
Souza/ Regina Santos Silva Tonini

1ª Secretária: Hozana Maria Oliveira Campos de Azevedo/ Patrícia Barroso Nascimento  
2ª Secretária: Iole Costa Terso/  
Lucyana da Silva Nascimento  
Tessoureira: Livia Santos de Freitas

### Diretoria 2011

Presidente: Lucimar Oliveira Silva  
Vice-Presidente: Regina Santos Silva Tonini  
1ª Secretária: Patrícia Barroso Nascimento  
2ª Secretária: Iole Costa Terso  
Tessoureira: Livia Santos de Freitas

### 16ª Gestão CRB-5 - 2012/2014 Conselheiros

Aidil Silva Conceicao  
Antonio Edilberto Costa Santiago  
Catiane Santos de Almeida Bitencourt  
Cristiana Lima Correia  
Deivisson Lopes Pimentel  
Emmanoella Patrocinio Ferreira  
Fabio Andrade Gomes  
Fabio Oliveira Lima  
Flavia Catarino Ferreira  
Jose Antonio Santana do Nascimento  
Levi Ala Neves dos Santos  
Lidia Santos Costa  
Livia Santos de Freitas  
Lucia Vera da Silva  
Marcos Paulo Viana  
Maria Aline Paixão Neves Pinheiro  
Patricia Verônica Nascimento Dias Fernandes  
Valeria Parecida Bari

### Diretoria 2012

Presidente: Antonio Edilberto Costa Santiago  
Vice-Presidente: Marcos Paulo Viana  
1ª Secretária: Catiane Santos de Almeida Bitencourt  
2ª Secretária: Emmanoella Patrocinio Ferreira  
Tessoureira: Livia Santos de Freitas

### Diretoria 2013

Presidente: Antonio Edilberto Costa Santiago/ Marcos Paulo Viana  
Vice-Presidente: Antonio Edilberto Costa Santiago / Marcos Paulo Viana  
1ª Secretária: Catiane Santos de Almeida Bitencourt  
2ª Secretária: Emmanoella Patrocinio Ferreira  
Tessoureira: Livia Santos de Freitas

### Diretoria 2014

Presidente: Marcos Paulo Viana  
Vice-Presidente: Antonio Edilberto Costa Santiago

1ª Secretária: Catiane Santos de Almeida Bitencourt  
2ª Secretária: Emmanoella Patrocinio Ferreira  
Tessoureira: Livia Santos de Freitas

### 17ª Gestão CRB-5 - 2015/2017 Conselheiros

Antonio Edilberto Costa Santiago  
Barbara Coelho Neves  
Bruna Bomfim Lessa dos Santos  
Débora Sampaio Leitão  
Denilze Alencar Sacramento  
Emmanoella Patrocinio Ferreira  
Fabiola Barbosa da Silva Souza  
Flavia Catarino Conceição Ferreira  
Jesuita Ferreira Souza  
João Coimbra Neto  
Jose Antonio Santana do Nascimento  
Leylady de Matos Bemvenuto  
Lucia Vera da Silva  
Luzineide Araujo de Oliveira  
Rejane Maria Rosa Ribeiro  
Simone Reis Santana de Sales  
Tatiana Sousa Nascimento  
Valeria Aparecida Bari

### Diretoria 2015/2017

Presidente: Fabiola Barbosa da Silva Souza  
Vice-Presidente: Antonio Edilberto Costa Santiago  
1ª Secretária: Emmanoella Patrocinio Ferreira  
2ª Secretária: Luzineide Araujo de Oliveira  
Tessoureira: Jose Antonio Santana do Nascimento

### Conselho Regional de Biblioteconomia 6ª Região (CRB-6)

#### Minas Gerais, Espírito Santo

**Observação:** A 12ª Região (Espírito Santo) foi incorporada à 6ª Região, em 2009

### 1ª Gestão CRB-6 - 1967/1969 Conselheiros

Ana Maria Athayde de Polke  
Ana Maria Buccini  
Andrea Gonzalez  
Annaiz Maria Pereira Vial  
Décio Pereira de Vasconcelos  
Elton Eugênio Volpini  
Luzia Penido de Rezende  
Maria de Lourdes Tito de Oliveira  
Maria de Nazareth Souto Maior Fillizola  
Maria Martha de Carvalho

Marília Guimarães Lima Freitas  
Martha Mouro Ferraz  
Ruth Versiani Tavares  
Stella Maris Borges

#### Diretoria

Presidente: Annaiz Maria Pereira Vial  
Vice-Presidente: Ruth Versiani Tavares  
1º Secretário: Décio Pereira de Vasconcelos  
2ª Secretária: Andrea Gonzalez - (1967/69)  
2ª Secretária: Ana Maria Buccini Ribeiro - (1968)  
Tesoureira: Martha Mouro Ferraz

### 2ª Gestão CRB-6 - 1970/1972 Conselheiros

Ana Guimaraes  
Ana Maria Buccini Ribeiro  
Annaiz Maria Pereira Vial  
Bertha Kendler  
Décio Pereira de Vasconcelos  
Etelvina Lima  
Jacy Pietra Vasconcelos Moreira  
Jandira Batista de Assunção  
Maria de Lourdes Borges de Carvalho  
Maria de Lourdes Cortes Romanelli  
Maria Luiza Alphonsus de G Ferreira  
Maria Martha de Carvalho  
Nara Maldonado de Carvalho

#### Diretoria 1970

Presidente: Nara Maldonado de Carvalho  
Vice-Presidente: Etelvina Lima  
1ª Secretária: Maria Martha de Carvalho  
2ª Secretária: Bertha Kendler  
Tesoureira: Jacy Pietra Vasconcelos Moreira

#### Diretoria 1971

Presidente: Nara Maldonado de Carvalho  
Vice-Presidente: Ana Guimarães  
1ª Secretária: Maria Luiza A. de G Ferreira  
2ª Secretária: Luiza Ramos V. de Freitas  
Tesoureira: Maria de Lourdes B. de Carvalho

#### Diretoria 1972

Presidente: Ana Guimarães  
Vice-Presidente: Jacy Pietra V. Moreira  
1ª Secretária: Maria Luiza A. de G Ferreira  
2ª Secretária: Andrea Gonzalez  
Tesoureira: Bertha Kendler

### 3ª Gestão CRB-6 - 1973/1975 Conselheiros

Ana Guimaraes  
Ana Maria Cardoso de Andrade  
Annaiz Maria Pereira Vial  
Bertha Kendler  
Décio Pereira de Vasconcelos  
Eunice Mendes Campos Magnani  
Ione Moura Bonfim  
Jacy Pietra V. Moreira  
Jandira Batista de Assunção  
Maria de Lourdes Tito de Oliveira  
Maria Luiza Alphonsus de G. Ferreira  
Maria Vera de Oliveira Rocha e Barcelos  
Marina Camargos Tymburiba  
Paulo da Terra Caldeira  
Teresinha de Lourdes Pôrto

#### Diretoria 1973

Presidente: Jacy Pietra V. Moreira  
Vice-Presidente: Annaiz Maria Pereira Vial  
1ª Secretária: Marina Camargos Tymburiba  
2ª Secretária: Maria de L. T. de Oliveira  
Tesoureira: Paulo da Terra Caldeira - (1973) -

#### Diretoria 1974

Presidente: Jacy Pietra V. Moreira  
Vice-Presidente: Annaiz Maria Pereira Vial  
1ª Secretária: Marina Camargos Tymburiba  
2ª Secretária: Maria de L. T. de Oliveira  
Tesoureira: Teresinha de L. Porto

#### Diretoria 1975

Presidente: Marina Camargos Tymburiba  
Vice-Presidente: Jacy Pietra V. Moreira  
1ª Secretária: Ione Moura Bonfim  
2ª Secretária: Ana Guimarães  
Tesoureira: Teresinha de L. Porto

### 4ª Gestão CRB-6 - 1976/1978 Conselheiros

Alvarina Maria de Jesus  
Ana Guimaraes  
Decio P. de Vasconcelos  
Jacy Pietra V. Moreira  
Jeannette Marguerite Kremer  
Lucy Goncalves Fontes  
Lucy Goncalves Fontes  
Maria Auxiliadora Carneiro de Moura  
Maria Jose Gazolla de Almeida  
Maria Jose Gazolla Ferreira

Maria Lucia Amorim Borges  
Marina Camargos Tymburiba  
Paulo da Terra Caldeira  
Rosa Maria de Sousa Lanna  
Teresinha Maria de Sousa  
Thereza Maria Sotto Maior Esteves

#### Diretoria 1976

Presidente: Paulo da Terra Caldeira  
Vice-Presidente: Decio P. de Vasconcellos  
1ª Secretária: Jacy Pierea V. Moreira  
2ª Secretária: Ana Guimarães  
Tesoureira: Alvarina Maria de Jesus

#### Diretoria 1977

Presidente: Paulo da Terra Caldeira  
Vice-Presidente: Maria Jose G. de Almeida  
1ª Secretária: Thereza Maria S. M. Esteves  
2ª Secretária: Luzia Maria Borges  
Tesoureira: Alvarina Maria de Jesus

#### Diretoria 1978

Presidente: Maria José Gazzola de Almeida  
Vice-Presidente: Teresinha M. S. Caldeira  
1ª Secretária: Thereza Maria S. M. Esteves  
2ª Secretária: Jacy Pietra V. Moreira  
Tesoureira: Maria Lucia Amorim Borges

#### 5ª Gestão CRB-6 - 1979/1981 Conselheiros

Eduardo Jose Wense Dias  
Eliane Marinalva de Souza  
Helena Cury  
Ione Moura Bonfim  
Jacy Pietra Vasconcelos Moreira  
Jourglade de Brito Benvindo Sousa  
Lucia de Moura Reis  
Marcia Milton Vianna  
Maria Carmen de Paula Germano  
Maria de Lourdes Rodarte  
Maria do Carmo Mendes  
Maria Eugenia Albino Andrade  
Maria Jose Gazzola de Almeida  
Maria Lucia Amorim Borges  
Vania Maria Correa

#### Diretoria 1979

Presidente: Eduardo José Wense Dias  
Vice-Presidente: Maria C. P. Germano  
1ª Secretária: Maria de Lourdes Rodarte  
2ª Secretária: Vania Maria Correa de Campos  
Tesoureira: Maria Lucia Amorim Borges -

#### Diretoria 1980

Presidente: Eduardo José Wense Dias  
Vice-Presidente: Maria C. P. Germano  
1ª Secretária: Maria de Lourdes Rodarte  
2ª Secretária: Ione Moura Bonfim  
Tesoureira: Maria Lucia Amorim Borges -

#### Diretoria 1981

Presidente: Maria C. P. Germano  
Vice-Presidente: Marcia M. Vianna  
1ª Secretária: Maria de Lourdes Rodarte  
2ª Secretária: Ione Moura Bonfim  
Tesoureira: Maria Lucia Amorim Borges -

#### 6ª Gestão CRB-6 - 1982/1984 Conselheiros

Angela Lage Ribeiro  
Eunice Nogueira Andrade  
Jourglade de Brito Benvindo Sousa  
Julia Maria Villela  
Lucia Helena Pimenta Lima  
Magda de Oliveira Guimaraes  
Maria Amelia Santos de Faria  
Maria da Conceicao Franco  
Maria das Dores Rodrigues Pires  
Maria Ines Goncalves  
Maria Piedade Fernandes Ribeiro Leite  
Patricia Maria Pires Pena  
Rosalia Paraiso Matta de Paula  
Vania Pinheiro Xavier  
Zelia Tavares Lessa

#### Diretoria 1982

Presidente: Lucia Helena Pimenta Lima  
Vice-Presidente: Ângela Lage Ribeiro  
1ª Secretária: Rosália P. Matta De Paula  
2ª Secretária: Magda O. Guimaraes  
Tesoureira: Maria Piedade Fernandes Ribeiro Leite -

#### Diretoria 1983/1984

Presidente: Lucia Helena Pimenta Lima  
Vice-Presidente: Rosália Paraiso Matta de Paula  
1ª Secretária: Maria Inês Goncalves  
2ª Secretária: Julia Maria Villela  
Tesoureira: Maria Piedade Fernandes Ribeiro Leite -

#### 7ª Gestão CRB-6 - 1985/1987 Conselheiros

Eunice Nogueira Andrade  
Lucia Helena Pimenta Lima  
Maria das Dores Rodrigues Pires  
Maria do Carmo Costa e Silva

Maria Lucia Chagas R. de Vasconcelos  
Maria Piedade Fernandes Ribeiro Leite  
Marli da Silva Teixeira  
Marta Maria Duboc de Araújo  
Neusa Maria Gomes  
Rosália Paraiso Matta de Paula  
Rosângela Maria Costa Bernardino  
Zelia Tavares Lessa

### Diretoria 1985

Presidente: Lucia Helena Pimenta Lima  
Vice-Presidente: Rosália Paraiso Matta de Paula  
1ª Secretária: Maria do Carmo Costa d Silva  
2ª Secretária: Marta Maria Duboc de Araújo  
Tesoureira: Maria Piedade F. Ribeiro Leite -

### Diretoria 1986/1987

Presidente: Lucia Helena Pimenta Lima  
Vice-Presidente: Rosália Paraiso Matta de Paula  
1ª Secretária: Maria das D. Rodrigues Pires  
2ª Secretária: Maria do C. Costa e Silva  
Tesoureira: Zélia Tavares Lessa

## 8ª Gestão CRB-6 - 1988/1990 Conselheiros

Andrea Santos Xavier  
Claudia Medeiros  
Delma Maria dos Reis Resende  
Fátima do Brasil Santos Assunção  
Leila Resende Yankous  
Maria Cecilia Filogônio de Oliveira  
Maria Elisa Americano do Sul Barcelos  
Maria Helena Marinho Eterovik  
Maria Luiza Veloso Dias  
Marilene Vasconcelos de Melo  
Marina Terezinha Lara Ximenes  
Mary Andrade Silva  
Railda Maria Gomes de Castro  
Regina Coeli Saar  
Rosaly Isabel Senra Barbosa  
Rosilene Quirino Conrado  
Vera Fulgêncio Murta

### Diretoria 1988/1990

Presidente: Maria Elisa A. do Sul Barcelos  
Vice-Presidente: Fatima do Brasil Santos Assunção  
1ª Secretária: Vera Fulgêncio Murta  
2ª Secretária: Claudia Medeiros  
Tesoureira: Marina Terezinha Lara Ximenes

## 9ª Gestão CRB-6 - 1991/1993 Conselheiros

Andrea Santos Xavier  
Claudia Grossi de Faria  
Eni Rios de Macedo  
Fátima do Brasil Santos Assunção  
Ivonete Rodrigues da Silva  
Leila Resende Yankous  
Márcia Muniz Proença Sampaio  
Maria de Fátima Braga Ribeiro Zazá  
Maria Elisa Americano do Sul Barcelos  
Maria Luiza de Marilac Duarte Costa  
Marilene Vasconcelos de Melo  
Monica Erichsen Nassif Borges  
Myria Mácia de Figueiredo Lima  
Regina Simão Paulino Oyesayna  
Rosana Matias de Souza  
Teresa Carvalho Silva  
Vera Fulgêncio Murta  
Vera Lucia da Silva Penido

### Diretoria 1991/1993

Presidente: Ivonete Rodrigues da Silva  
Vice-Presidente: Vera Lucia da Silva Penido  
1ª Secretária: Regina Simão Paulino  
2ª Secretária: Claudia Grossi de Faria  
Tesoureira: Vera Fulgêncio Murta

## 10ª Gestão CRB-6 - 1994/1996 Conselheiros

Ana Maria Miranda Oliveira  
Ângela Maria Garcia Carneiro da Cunha  
Denise Aparecida Teixeira Ramos  
Emilce Maria Diniz  
Geni Maria Pereira Campos Calazans  
Hermelinda Ricoy Fentanes Pinheiro  
Ivonete Rodrigues da Silva  
Jandaia Iracema Mendes Marinho  
Luciene Miranda  
Maria Auxiliadora de Castilho Oliveira  
Maria Goulart Santos  
Maria Madalena Costa Ferreira  
Nelma Camelo de Araújo  
Rita Moreira dos Santos Miranda  
Rosana Martins da Silva  
Solange Maria Cardoso  
Vantuil Corrêa de Oliveira  
Waldemar de Souza Maia Junior



### Diretoria 1994/1996

Presidente: Ivonete Rodrigues da Silva  
Vice-Presidente: Jandaia Iracema Mendes Marinho  
1ª Secretária: Nelma Camelo de Araújo  
2ª Secretária: Ângela Maria Garcia Carneiro da Cunha  
Tesoureiro: Vantuil Correa de Oliveira

### 11ª Gestão CRB-6 - 1997/1999

#### Conselheiros

Ana Maria Miranda Oliveira  
Ângela Maria Garcia Carneiro da Cunha  
Consuelo Lara  
Dalgiza Andrade de Oliveira  
Denise Aparecida Teixeira Ramos  
Emilce Maria Diniz  
Julio Cesar Oliveira Andrade  
Maria Auxiliadora Carneiro de Moura  
Maria Auxiliadora de Castilho Oliveira  
Maria Auxiliadora de Lima Terra  
Maria Clotilde Henrique Coelho  
Maria de Fátima Ramos Leão  
Maria do Socorro de Oliveira Brito  
Nelma Camelo de Araújo  
Teresa Carvalho Silva  
Vantuil Correa de Oliveira

### Diretoria 1997

Presidente: Dalgiza Andrade Oliveira  
Vice-Presidente: Nelma Camelo de Araújo  
1ª Secretária: Ângela Maria Garcia Carneiro da Cunha -  
2ª Secretária: Denise Aparecida Teixeira Ramos -  
Tesoureira: Ana Maria Miranda Oliveira/  
Júlio Cezar de Oliveira Andrade

### Diretoria 1998/1999

Presidente: Dalgiza Andrade Oliveira  
Vice-Presidente: Júlio Cezar de Oliveira Andrade  
1ª Secretária: Ângela Maria Garcia Carneiro da Cunha -  
2ª Secretária: Denise Aparecida Teixeira Ramos -  
Tesoureira: Nelma Camelo de Araújo

### 12ª Gestão CRB-6 - 2000/2002

#### Conselheiros

Albert Avelar Pagliari  
Aparecida de Fátima Castro Campos  
Carmen Lúcia Cabizuca  
Consuelo Lara  
Dalgiza Andrade Oliveira  
Denise Geralda Perdigão de Castro  
Dora Aparecida da Silva  
Julio César de Oliveira Andrade

Kátia Lúcia Pacheco  
Kenia Mendes Silva  
Laudelina Maria Gasparini Barbosa Heller  
Maria Auxiliadora de Lima Terra  
Maria de Fátima Ramos Leão  
Maria do Socorro de Oliveira Brito  
Maria Elizabeth de Oliveira Costa  
Simone Aparecida dos Santos  
Teresa Carvalho Silva  
Waldete Brant Moreira

### Diretoria

Presidente: Dalgiza Andrade Oliveira  
Vice-Presidente: Simone Aparecida Santos  
1ª Secretária: Albert Avelar Pagliari  
2ª Secretária: Consuelo Lara  
Tesoureira: Denise Geralda Perdigão de Castro

### 13ª Gestão CRB-6 - 2003/2005

#### Conselheiros

Anália das Graças Gandini Pontelo  
Ângela Maria Garcia Carneiro da Cunha  
Arabela Maria Lyrio Viana  
Cássia Queiroz Pinto  
Demerval Lobão Veras  
Denise Aparecida Teixeira Ramos  
Denise Geralda Perdigão de Castro  
Guido José Novaes  
Humberto Lara  
Katia Lucia Pacheco  
Laudelina Maria Gasparini Barbosa Heller  
Luciana Batista Neves  
Maria Elizabeth de Oliveira Costa  
Maria Lucia Coimbra Scalabrini  
Maria Luiza Amaral Rossi  
Mauricio Antônio Vieira  
Simone Aparecida dos Santos  
Vantuil Corrêa de Oliveira.

### Diretoria 2003

Presidente: Maria Elizabeth de Oliveira Costa  
Vice-Presidente: Denise G. Perdigão de Castro  
1ª Secretária: Mauricio A. Vieira  
2ª Secretária: Guido José Novaes  
Tesoureira: Katia Lucia Pacheco

### Diretoria 2004/2005

Presidente: Maria Elizabeth de Oliveira Costa  
Vice-Presidente: Mauricio A. Vieira  
1º Secretário: Guido José Novaes  
2ª Secretária: Denise Aparecida T. Ramos  
Tesoureira: Katia Lucia Pacheco

## 14ª Gestão CRB-6 - 2006/2008

### Conselheiros

Anália das Graças Gandini Pontelo  
André de Souza Pena  
Consuelo Lara  
Denise Aparecida Teixeira Ramos  
Francisca Rosaline Leite Mota  
Joefisson Saldanha dos Santos  
Luciana Batista Neves  
Margarita Torres Fonseca  
Maria Ângela Dias dos Santos  
Rosimeire de Freitas  
Sheila Margareth Teixeira Adão  
Sonia Miranda de Oliveira  
Tânia Cristina de Oliveira  
Valter Antônio de Araújo  
Vantuil Correa de Oliveira

### Diretoria

Presidente: Sônia Miranda de Oliveira  
Vice-Presidente: Denise Aparecida Teixeira Ramos  
1ª Secretária: Joefisson Saldanha dos Santos  
2ª Secretária: Rosemeire de Freitas  
Tesoqueira: Consuelo Lara

## 15ª Gestão CRB-6 - 2009/2011

### Conselheiros

André de Souza Pena  
Antônio Afonso Pereira Junior  
Antônio Maximo de Carvalho  
Cássio Jose de Paula  
Elma Aparecida de Oliveira  
Emilce Maria Diniz  
Haieska Haum  
Ivo Funghi Baia  
Jocely Moreira Agenor  
Juliana Alves Moreira  
Kátia Lucia Pacheco  
Lúcia De Fátima Vieira da Silva  
Maria Eunice Coelho Guimarães  
Maurício Amormino Junior  
Meissane Andresa da Costa Leão  
Paula Carolina de Freitas Palmeira  
Rosemeire de Freitas  
Sabrina Rodrigues Sanches Brasil  
Selma Soares Silva  
Sheila Margareth Teixeira Adão  
Valter Antonio de Araújo  
Viviane Pereira dos Santos  
Wesley Rodrigo Fernandes

## Diretoria 2009/2010

Presidente: Kátia Lúcia Pacheco  
Vice-Presidente: Lúcia de Fátima Vieira da Silva  
1ª Secretária: Juliana Alves Moreira  
2ª Secretária: Meissane Andresa da Costa Leão  
2º Secretário: Antônio Afonso Pereira Junior  
Tesoureiro: Cássio José de Paula-

## Diretoria 2010/2011

Presidente: Kátia Lúcia Pacheco  
Vice-Presidente: Haieska Haum  
1ª Secretária: Juliana Alves Moreira  
2ª Secretária: Meissane Andresa da Costa Leão  
Tesoureiro: Cássio José de Paula-

## Diretoria 2011

Presidente: Kátia Lúcia Pacheco  
Vice-Presidente: Haieska Haum  
1ª Secretária: Viviane Pereira dos Santos  
2º Secretário: Antônio Afonso Pereira Junior  
Tesoureiro: Cássio José de Paula-

## 16ª Gestão CRB-6 - 2012/2014

### Conselheiros

Álamo Chaves de Oliveira Pinheiro  
Aline Alves de Almeida  
Anália das Graças Gandini Pontelo  
Antônio Afonso Pereira Junior  
Cledivânia Janaína de Paula  
Elma Aparecida de Oliveira  
Emilce Maria Diniz  
Fernanda Gomes Almeida  
Hugo Oliveira Pinto e Silva  
Janete Cristina Lucas  
Júlio Vitor Rodrigues Castro  
Mariza Martins Coelho  
Michelle Karina Assunção Costa  
Rogério da Silva Marques  
Sílvia Penna Chaves Lobato  
Sindier Antônia Alves  
Viviane Pereira dos Santos

### Diretoria

Presidente: Antônio Afonso Pereira Junior  
Vice-Presidente: Emilce Maria Diniz  
1ª Secretárias: Viviane Pereira dos Santos/ Álamo Chaves de Oliveira Pinheiro/ Hugo Oliveira Pinto e Silva  
2ª Secretárias: Cledivânia Janaína de Paula/ Álamo Chaves de Oliveira Pinheiro  
Tesoqueiras: Anália das Graças Gandini Pontelo/Viviane Pereira dos Santos

## 17ª Gestão CRB-6 - 2015/2017

### Conselheiros

Álamo Chaves de Oliveira Pinheiro  
Carina Rejane Martins  
Denise Aparecida Teixeira Ramos  
Edson Félix de Souza Junior  
Edvânia Aparecida de Souza Guedes  
Fabiola Gomes Terenzi Gonçalves  
Felipe Lopes Alves  
Flavia de Melo Lacerda  
Heros Leite Chaves  
Igor Rezende Quintal  
Jéssica Mara Pongelupe Assis  
Mariza Martins Coelho  
Mirian da Conceição Rezende e Scalabrini  
Mônica Machado Messeder  
Pablo Diego Silva de Souza Jorge  
Vânia Natal de Oliveira  
Wander Lúcio Silveira Garcia

### Diretoria

Presidente: Mariza Martins Coelho  
Vice-Presidente: Denise Aparecida Teixeira Ramos  
1ª Secretária: Jéssica Mara Pongelupe Assis  
2ª Secretária: Carina Rejane Martins  
Tesoureiro: Álamo Chaves De Oliveira Pinheiro

## Conselho Regional de Biblioteconomia 7ª Região ( CRB-7)

### Rio de Janeiro

### 1ª Gestão CRB-7 - 1966/1969

#### Conselheiros

Alice Príncipe Barbosa  
Antonio Caetano Dias  
Dea Botelho Fernandes  
Dea S. de A. Coutinho Amadeo  
Edgard Lauria  
George Cunha de Almeida  
Maria Antonieta Requião Piedade  
Maria das Neves Neiderauer T. Cavalcanti  
Ozélia Botelho Fernandes  
Rosy Bleggi Peixoto  
Vilma Andrade de Lemos Cordeiro  
Xavier Placer  
Zilda Galhardo Araujo

#### Diretoria 1966

Presidente: Antonio Caetano Dias  
Vice-Presidente: Zilda Galhardo Araujo  
1º Secretário: Edgard Lauria

2º Secretário: George Cunha de Almeida  
Tesoureira: Maria Antonieta Requião Piedade

#### Diretoria 1967

Presidente: Zilda Galhardo Araujo  
Vice-Presidente: Antonio Caetano Dias  
1ª Secretária: Vilma Andrade de Lemos Cordeiro  
2ª Secretária: Dea Botelho Fernandes  
Tesoureira: Maria Antonieta Requião Piedade

#### Diretoria 1968/1969

Presidente: Maria das Neves Neiderauer T. Cavalcanti  
Vice-Presidente: Zilda Galhardo Araujo  
1ª Secretária: Vilma Andrade de Lemos Cordeiro  
2ª Secretária: Dea Botelho Fernandes  
Tesoureiro: Antonio Caetano Dias

## 2ª Gestão CRB-7 - 1970/1972

### Conselheiros

Alice Príncipe Barbosa  
Antonio Caetano Dias  
Dea S. de A. Coutinho Amadeo  
Elsy Guimarães F. Pereira  
Francisca Barros Penna  
Maria das Neves Neiderauer T. Cavalcanti  
Maria José dos Santos Freitas  
Mario Ferreira da Luz  
Nilce da Almeida  
Nolka Nascimento de Freitas  
Reinaldo Correa Bispo  
Rosy Bleggi Peixoto  
Sylvina da Cunha Gonçalves  
Vilma Andrade de Lemos Cordeiro

#### Diretoria- 1970

Presidente: Mario Ferreira da Luz  
Vice-Presidente: Nolka Nascimento de Freitas  
1ª Secretária: Vilma Andrade de Lemos Cordeiro  
2ª Secretária: Dea S. de A. Coutinho Amadeo  
Tesoureira: Maria das Neves Neiderauer T. Cavalcanti

#### Diretoria- 1971/1972

Presidente: Nolka Nascimento de Freitas  
Vice-Presidente: Antonio Caetano Dias  
1ª Secretária: Francisca Barros Penna  
2ª Secretária: Maria das Neves Neiderauer T. Cavalcanti  
Tesoureira: Rosy Bleggi Peixoto

## 3ª Gestão CRB-7 - 1973/1975

### Conselheiros

Alayde Julia Bernardo  
Alice Barros Maia

Anna Maria de Andrade Rodrigues Nogueira  
Antonio Caetano Dias  
Arnaldo Paiva de Pino  
Claury Costa Horylka  
Cremilde Affonso Araujo  
Elmano Paiva dos Santos  
Francisca Barros Penna Firme Blanes  
Graciema Fibger Lopes  
Havilah Cunha Pinto Ferreira  
Helenyr Coutinho  
Ida Maria Cardoso Lima  
Jose Carlos Abreu Teixeira  
Maria Elisa Pimenta Baptista  
Nylma Thereza de Salles Velloso Amarante  
Paulo Py Cordeiro  
Rosy Bleggi Peixoto  
Sylvia Cavalcanti Pereira Nunes  
Tania Mara Guedes Botelho  
Ulrike Gertrud Gefa Wehmeier  
Wanda Coelho e Silva

#### Diretoria 1973/1974

Presidente: Paulo Py Cordeiro  
Vice-Presidente: Ida Maria Cardoso Lima  
1ª Secretária: Maria Elisa Pimenta Baptista  
2ª Secretária: Claury Costa Horylka  
Tesoureira: Graciema Fibger Lopes

#### Diretoria 1975

Presidente: Jose Carlos Abreu Teixeira  
Vice-Presidente: Ulrike Gertrud Gefa Wehmeier  
1ª Secretária: Nylma Thereza de Salles Velloso Amarante  
2ª Secretária: Alice Barros Maia  
Tesoureiro: Cremilde Affonso Araujo

#### 4ª Gestão CRB-7 - 1976/1978 Conselheiros

Adolpho Roberto Brum  
Aldeziere de Oliveira Cerqueira  
Angela Maria Vergueiro Borralho  
Antonio Caetano Dias  
Bella Kozminsky  
Bergo de Lacerda  
Clarice Negreiros de Vasconcelos Pessoa  
Dalva Estela Moreira Pereira  
Delce Silva  
Elizabeth Villaça Wanderley  
Helena de Miranda Rosa e Souza  
Maria Alzemia de Araujo Cunha  
Neomisia Maria de Macedo Rego

Nereida Salazar  
Nizeth Lazara Cohen  
Otto Waltz  
Prudencia Yolita de Aquino  
Vanda Costa Spinelli  
Yeda Gappo Vianna de Brito

#### Diretoria 1976

Presidente: Helena de Miranda Rosa e Souza  
Vice-Presidente: Delce Silva  
1ª Secretária: Nizeth Lazara Cohen  
2ª Secretária: Dalva Estela Moreira Pereira  
Tesoureiro: Otto Waltz

#### Diretoria 1977/1978

Presidente: Dalva Estela Moreira Pereira  
Vice-Presidente: Prudência Yolita de Aquino  
1ª Secretária: Angela Maria Vergueiro Borralho  
2ª Secretária: Vanda Costa Spinelli  
Tesoureira: Maria Alzemia de Araújo Cunha

#### 5ª Gestão CRB-7 - 1979/1981 Conselheiros

Ana Eulalia G. Henriques  
Anna Maria de A. Rodrigues Nogueira  
Carlinda Caldas P. Moreira  
Diana Curty Vinha  
Fernanda Machado Pinto  
Gladys O. Alves de Souza  
Helena de Miranda Rosa e Souza  
Ida Maria Guilhon Henriques  
João Carlos G. Ribeiro  
Jose Tavares da S. Filho  
Lair Rabello de Almeida Souza  
Lecy Maria Caldas Torres  
Maria Cecilia Malta Valle  
Maria de Lourdes V. da Silva  
Maria de Nazaré F. Pingarilho  
Maria Virginia Ruas Santos  
Marly Jobim Gomes  
Myriam Martins Cataldo  
Nereida Salazar Bergo de Lacerda  
Nylma Thereza de Salles Velloso Amarante  
Orlando de Almeida  
Otto Waltz  
Romulo Baptista Morato  
Sergio da Costa Velho  
Wanda Coelho e Silva  
Yeda Gappo V. de Britto  
Zilda Cruz Leal Martins

### Diretoria 1979

Presidente: Sergio da Costa Velho  
Vice-Presidente: Jose Tavares da S. Filho  
1ª Secretária: Zilda Cruz Leal Martins  
2ª Secretária: Nereida Salazar B. de Lacerda  
Tesoureiro: Otto Waltz

### Diretoria 1980/1981

Presidente: Nereida Salazar Bergo de Lacerda  
Vice-Presidente: Romulo Baptista Morato  
1º Secretário: Sergio da Costa Velho  
2ª Secretária: Zilda Cruz Leal Martins  
Tesoureiro: Jose Tavares da S. Filho

### 6ª Gestão CRB-7 - 1982/1984 Conselheiros

Ana Maria de Andrade Rodrigues Nogueira  
Diana Curty Vinhas  
Helena de Miranda Rosa e Souza  
João Carlos Gomes Ribeiro  
Jose Tavares da S. Filho  
Lair Rebello de Almeida Souza  
Maria Cecilia Malta Vale  
Maria Nazare Pingarillho  
Maria Virginia Ruas Santos  
Marly Jobim Gomes  
Myriam Martins Cataldo  
Nereida Salazar Bergo de Lacerda  
Orlando de Almeida  
Romulo Baptista Morato  
Sergio da Costa Velho  
Zilda Cruz Leal Martins

### Diretoria 1982

Presidente: Nereida Salazar Bergo de Lacerda  
Vice-Presidente: Helena de Miranda Rosa e Souza  
1º Secretário: Sergio da Costa Velho  
2º Secretário: Orlando de Almeida  
Tesoureiro: Jose Tavares da S. Filho

### Diretoria 1983/1984

Presidente: Nereida Salazar Bergo de Lacerda -  
Vice-Presidente: Romulo Baptista Morato -  
1º Secretário: Sergio da Costa Velho -  
2ª Secretária: Zilda Cruz Leal Martins -  
Tesoureiro: Jose Tavares da S. Filho -

### 7ª Gestão CRB-7 - 1985/1987 Conselheiros

Alice Barros Maia  
Ana Maria Costa Deslandes  
Ana Maria de Andrade Rodrigues Nogueira

Clarice Muhlethaler de Souza  
Diana Curty Vinha  
Esther de Araujo  
Gereuza Maria de Souza Vieira  
Harilah Cunha Pinto Ferreira  
Helena de Miranda Rosa e Souza  
Heloisa Constant Lohmann  
Ione Souza  
João Carlos Gomes Ribeiro  
Jose Tavares da S. Filho  
Lair Rebello de Almeida Souza  
Lizeth Lazara Cohen  
Ludmila Popow Mayrink da Costa  
Maria Cecilia Malta Vale  
Maria de Lourdes Vasques da Silva  
Maria Fatima P. Raposo  
Maria Lourdes Vasques da Silva  
Maria Nazaré Pingarillho  
Maria Virginia Ruas Santos  
Marly Jobim Gomes  
Myriam Martins Cataldo  
Nereida Salazar Bergo de Lacerda  
Orlando de Almeida  
Otto Waltz  
Romulo Baptista Morato  
Sara P. Frajdenberg  
Sergio da Costa Velho  
Uyara A. S. Junqueira  
Zelia Bastos Guimarães Carneiro de Miranda

### Diretoria 1985

Presidente: Otto Waltz  
Vice-Presidente: Helena de Miranda Rosa e Souza  
1ª Secretária: Harilah Cunha Pinto Ferreira  
2ª Secretária: Alice Barros Maia  
Tesoureiro: Jose Tavares da S. Filho

### Diretoria 1986

Presidente: Otto Waltz  
Vice-Presidente: Helena de Miranda Rosa e Souza  
1ª Secretária: Harilah Cunha Pinto Ferreira  
2ª Secretária: Alice Barros Maia  
Tesoureiro: Jose Tavares da S. Filho

### Diretoria 1987

Presidente: Alice Barros Maia  
Vice-Presidente: Helena de M. Rosa e Souza  
1ª Secretária: Ana Maria Costa Deslandes  
2ª Secretária: Heloisa Constant Lohmann  
Tesoureiro: Otto Waltz -

## 8ª Gestão CRB-7 - 1988/1990 Conselheiros

Ana da Glória Pires  
Ana Maria Costa Deslandes  
Clarice Muhlethaler de Souza  
Ilce Gonçalves Millet Cavalcanti  
Jane Cordeiro de Almeida  
Julia Eliana Taborda de Figueiredo  
Lair Rebello de Almeida  
Linda Toop  
Ludmila Popow Mayrink da Costa  
Maria Ignez Maranhão  
Maria Ignez Maranhão Gomes Ferreira  
Marly Jobim Gomes  
Myrthes Maciel Maria Pessanha  
Otto Waltz  
Paula Maria A. Cotta de Mello  
Romulo Baptista Morato  
Rutonio Jorge F. de Santanna  
Sonia Maria B. Ítala

### Diretoria 1988/1990

Presidente: Marly Jobim Gomes  
Vice-Presidente: Maria Ignez Maranhão Gomes Ferreira  
1ª Secretária: Ilce Gonçalves Millet Cavalcanti  
2ª Secretária: Ana Glória Pires  
Tesoureiro: Otto Waltz

## 9ª Gestão CRB-7 - 1991/1993 Conselheiros

Ana Glória Pires  
Ana Ligia Silva de Medeiros  
Ana Maria Siano da Cunha  
Catia de Lara Donato Bisaggio  
Dely Bezerra de Miranda Puerari  
Ilce Gonçalves Millet Cavalcanti  
Julia Eliana Taborda de Figueiredo  
Lair Rebello de A. Souza  
Lea Maria Barbosa Damiano  
Ligia Scrivano Paixão  
Lucia Marina Boiteux de F. Rodrigues  
Maria Ignez Maranhão Gomes Ferreira  
Myrthes Maciel Maria Pessanha  
Paula Maria Abrantes Cotta de Mello  
Romulo Baptista Morato  
Rutonio Jorge F. de Santanna  
Sylvia Gonçalves Estrela  
Vera Maria da Costa Califfa

### Diretoria 1991/1993

Presidente: Maria Ignez Maranhão Gomes Ferreira  
Vice-Presidente: Romulo Baptista Morato

1ª Secretária: Ligia Scrivano Paixão  
2ª Secretária: Lucia Mariana Boiteux de F. Rodrigues  
Tesoureira: Ilce Gonçalves Millet Cavalcanti

## 10ª Gestão CRB-7 - 1994/1996 Conselheiros

Amanda L. Ares  
Ana Ligia Silva de Medeiros  
Ana Maria Siano  
Ilza Carreiro do Valle  
Ligia Scrivano Paixão  
Luiz Alberto Rezende da Silva  
Maria de Fatima Raposo Pereira  
Maria Isabel Cabral da Franca  
Maria Luiza Lima Gama  
Paulo Camacho  
Sylvia G. Estrela  
Tereza Cristina de S. Câmara  
Vera Maria da C. Califa  
Virgilio Lourencetti Jr.

### Diretoria 1994/1996

Presidente: Ligia Scrivano Paixão  
Vice-Presidente: Virgilio Lourencetti Jr.  
1ª Secretário: Luiz Alberto Rezende da Silva  
2ª Secretária: Ilza Carreiro do Valle  
Tesoureira: Tereza Cristina de Souza Câmara

## 11ª Gestão CRB-7 - 1997/1999 Conselheiros

Amanda Medeiros Lopez Ares  
Elizabeth Olcese de Souza  
Ilza Carreiro do Valle  
Luiz Alberto R. Silva  
Marcia das Neves Mello  
Maria de Fatima Pereira Raposo  
Maria Isabel Cabral da Franca  
Maria Jose Gomes Monteiro Vianna  
Maria Luiza Lima Gama  
Namir de Cristo Góes  
Norma Peclat da S. Martins  
Paulo Roberto Camacho  
Sylvania de S. Ferreira  
Valeria Mello Rocha  
Vania Maria Bittencourt Parreiras  
Virgilio Lourencetti Jr.  
Yolanda Ferreira Jinkings

### Diretoria 1997/1999

Presidente: Maria de Fatima Pereira Raposo  
Vice-Presidente: Virgilio Lourencetti Jr.  
1ª Secretária: Ilza Carreiro do Valle



2ª Secretária: Maria Isabel Cabral da Franca  
Tesorero: Luiz Alberto Resende Silva

### 12ª Gestão CRB-7 - 2000/2002 Conselheiros

Adriana Ravizzini C. de As  
Ana Claudia Meirelles Tomaz  
Denise C. Cordeiro Lopes  
Elda Aparecida S. Mulholland  
Elizabeth Olcese de Souza  
Janny Linhares Fortes  
Lucia Beatriz Paranhos de Oliveira  
Luciana Demetrio Manta  
Marcia das Neves Mello  
Marcia Rodrigues Loureiro  
Maria da Conceição P. Quintanilha  
Maria do Perpetuo Socorro G. de Almeida  
Maria José Gomes Monteiro Vianna  
Mariza Russo  
Maura Esandola T. Quinhões  
Regina Maria C. de Campos  
Silvania de Souza Ferreira  
Vanía Maria B. Parreiras  
Wardie Touma  
Yolanda Ferreira Jinkings

#### Diretoria 2000/2002

Presidente: Maria José Gomes Monteiro Vianna  
Vice-Presidente: Mariza Russo  
1ª Secretária: Elda Aparecida S. Mulholland  
2ª Secretária: Denise C. Cordeiro Lopes  
Tesorero: Yolanda Ferreira Jinkings

### 13ª Gestão CRB-7 - 2003/2005 Conselheiros

Ana Claudia M. Tomaz de Aquino  
Angela A. de Isfran  
Claudia Costa Aragon  
Dolores Rodriguez Perez  
Eloisa Helena Pinto de Almeida  
Erotildes de Lima Mattos  
Iris Maria Carvalho B. Santos  
Maria Cristina A. de Almeida  
Maria do Perpetuo Socorro de Almeida  
Mariza Russo  
Maura Esandola T. Quinhões  
Nysia Oliveira de Sá  
Regina Ribas C. Sardenberg  
Rejane Ramos Machado  
Roberto Jose G. Unger  
Selma Crespo Alves

Sonia Lopes Gribel dos Santos  
Thais Castro C. de Alvarenga

#### Diretoria 2003/2005

Presidente: Mariza Russo  
Vice-Presidente: Nysia Oliveira de Sá  
1ª Secretária: Dolores Rodriguez Perez  
2ª Secretária: Maura Esandola Tavares Quinhões  
Tesorero: Selma Crespo Alves

### 14ª Gestão CRB-7 - 2006/2008 Conselheiros

Almerinda Cavalcante Stenzel  
Clarice Muhlethaler de Souza  
Fatima Marinho de Oliveira  
Ilza Carreiro do Valle  
Isaura Lima Maciel Soares  
Ligia Scrivano Paixão  
Lucia Maria da Cruz Fidalgo  
Marco Tulio Azevedo Zuric  
Margareth Lopes de Moraes  
Mirna Ferreira de Oliveira Borba  
Rosangela Aguiar Salles Flavita Rabelo Cotrim  
Sandra Maria de Mendonça Domingues

#### Diretoria

Presidente: Ligia Scrivano Paixão  
Vice-Presidente: Clarice Muhlethaler de Souza  
1ª Secretária: Isaura Lima Maciel Soares  
2ª Secretária: Lúcia Maria da Cruz Fidalgo  
Tesorero: Ilza Carreiro do Vale

### 15ª Gestão CRB-7 - 2009/2011 Conselheiros

Dirce Silva Brizida  
Elizete de Melo  
Fatima Marinho de Oliveira  
Flavita Rabello Cotrim  
Ilza Carreiro do Valle  
Isaura Lima Maciel Soares  
Katia Aparecida Teixeira de Oliveira  
Leda Cristina Souza da Silveira  
Lúcia Maria da Cruz Fidalgo  
Maria do Perpetuo Socorro Gomes de Almeida  
Marilia Amaral Mendes Alves  
Marilucia Ribeiro Pinheiro  
Maura Esandola Tavares de Quinhões  
Rosangela Aguiar Salles  
Vera Lucia de Carvalho Guilhon

### Diretoria 2009/2015

Presidente: Isaura Lima Maciel Soares  
Vice-Presidente: Vera Lucia de Carvalho Guilhon  
1ª Secretária: Rosangela Aguiar Salles  
2ª Secretária: Lúcia Maria da Cruz Fidalgo  
Tesoureira: Ilza Carreiro do Vale

### 16ª Gestão CRB-7 - 2012/2014 Conselheiros

Ana Angélica Alves do Carmo Rodrigues de Almeida  
Anderson Moraes Chalaça  
Edson Sousa da Silva  
Elisete de Sousa Melo  
Eloísa Helena Pinto de Almeida  
Katia Aparecida Teixeira de Oliveira  
Lidiane dos Santos Carvalho  
Lucia Alves da Silva Lino  
Luiz Antônio de Souza  
Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda  
Maria Simone de Oliveira Rosa  
Marilda Martins Coelho  
Marilúcia Pinheiro Ribeiro  
Miguel Romeu Amorim Neto  
Roberta Pereira da Silva  
Robson Dias Martins  
Tatiana Neves Cosmo  
Vera Lucia de Carvalho Guilhon

### Diretoria

Presidente: Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda  
Vice Presidente: Vera Lucia de Carvalho Guilhon  
1ª Secretária: Roberta Pereira da Silva  
2ª Secretário: Robson Dias Martins  
Tesoureiro: Anderson Moraes Chalaça

### 17ª Gestão CRB-7 - 2015/2017 Conselheiros

Alex Martins Branco  
Almerita Rodrigues de Sousa  
Ana Angelica Alves do Carmo Rodrigues de Almeida  
Ana Ligia Silva Medeiros  
Anderson Moraes Chalaça  
Celso Lima Latini  
Claudia Costa Aragon  
Eloisa Helena Pinto de Almeida  
Lucia Alves da Silva Lino  
Marcia Valeria da Silva de Brito Costa  
Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda  
Maria Cristina de Paiva Ribeiro  
Maria da Conceicao Calmom Arruda

Maria Margarethe Vieira Pacheco Rodrigues  
Marianna Zattar Barra Ribeiro  
Nanci Simao da Rocha  
Ricardo Arcanjo de Lima  
Sandra Rocha Suzano Benigno

### Diretoria

Presidente: Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda  
Vice Presidente: Alex Martins Branco  
1ª Secretária: Maria Margarethe  
Vieira Pacheco Rodrigues  
2ª Secretária: Sandra Rocha Suzano Benigno  
Tesoureira: Marcia Valeria da Silva de Brito Costa

### Conselho Regional de Biblioteconomia 8ª Região (CFB-8)

#### São Paulo

### 1ª Gestão CRB-8 - 1967/1969 Conselheiros

Alfredo Americo Hamar  
Cacilda Basilio de Sousa Reis  
Edmea Gorga de Moraes  
Laila Haddad  
Magali França Villaça  
Maria Antonia Ribas Pinke Belfort Mattos  
Maria Antonieta Ferraz  
Maria Helena Freire Aratangy  
Marlene Gaia Bohn  
Mercedes de Jesus Thome Forti  
Sonia Custódio Corrêa  
Sydow Lopes  
Therezinha Maria Chaves de Carvalho Polimeno  
Zilda Machado Taveira

### Diretoria 1966/1967

Presidente: Maria Antonia Ribas Pinke Belfort Mattos  
1ª Secretária: Maria Helena Freire Aratangy  
2ª Secretária: Edmea Gorga de Moraes  
Tesoureira: Therezinha Maria Chaves  
de Carvalho Polimeno

### Diretoria (de setembro de 1967 a dezembro de 1968)

Presidente: Zilda Machado Taveira  
Vice- Presidente: Alfredo Americo Hamar  
1ª Secretária: Maria Helena Freire Aratangy  
2ª Secretária: Laila Haddad  
Tesoureira: Marlene Gaia Bohn

### Diretoria 1969

Presidente: Cacilda Basilio de Sousa Reis  
Vice-Presidente: Magaly França Villaça  
1º Secretário: Sydow Lopes  
2ª Secretária: Laila Haddad  
1ª Tesoureira: Marlene Gaia Bohn  
2ª Tesoureira: Mercedes de Jesus Thome Forti

### 2ª Gestão CRB-8 - 1970/1972 Conselheiros

Alfredo Americo Hamar  
Cacilda Basilio de Sousa Reis  
Carmen de Arruda Botelho Lorena  
Carminda Nogueira de Castro Ferreira  
Cecilia Ernestina D'Otaviano Armentano  
Laila Haddad  
Lais Fernandes de Carvalho  
Maria Alves de Paula Ravaschio  
Maria Antonia Ribas Pinke Belfort Mattos  
Maria Lucia Correa de Paula  
Maria Luisa Monteiro da Cunha  
Maria Luiza Almeida de Souza Queiroz  
Marieta Pestana Novack  
Marisa Signorelli Teixeira Pinto  
Mercedes de Jesus Thome Forti  
Philomena Bocatelli  
Zilda Machado Taveira

### Diretoria 1970

Presidente: Carmen de Arruda Botelho Lorena  
Vice-Presidente: Zilda Machado Taveira  
1ª Secretária: Maria Luiza Almeida de Souza Queiroz  
2ª Secretária: Maria Alves de Paula Ravaschio  
1ª Tesoureira: Philomena Bocatelli  
2ª Tesoureira: Mercedes de Jesus Thome Forti

### Diretoria 1971

Presidente: Maria Luiza Almeida de Souza Queiroz  
Vice-Presidente: Mercedes de Jesus Thome Forti  
1ª Secretária: Marisa Signorelli Teixeira Pinto  
2ª Secretária: Carminda Nogueira de Castro Ferreira  
1ª Tesoureira: Philomena Bocatelli  
2ª Tesoureira: Carmen de Arruda Botelho Lorena

### Diretoria 1972

Presidente: Maria Luiza Almeida de Souza Queiroz  
Vice-Presidente: Maria Antonia Ribas Pinke Belfort Mattos  
1ª Secretária: Marisa Signorelli Teixeira Pinto  
2ª Secretária: Mercedes de Jesus Thome Forti  
1ª Tesoureira: Carmen de Arruda Botelho Lorena  
2ª Tesoureira: Philomena Bocatelli

### 3ª Gestão CRB-8 - 1973/1975 Conselheiros

Alfredo Americo Hamar  
Alzira Eeko Furuya de Carvalho  
Carminda Nogueira de Castro Ferreira  
Cecilia Ernestina D'Otaviano Armentano  
Eufelia Camargo Pupo de Paula  
Gabriella Monteiro de Carvalho  
Josephina Tuma  
Laila Haddad  
Lais Fernandes de Carvalho  
Marcos Antonio  
Maria Antonia Ribas Pinke Belfort Mattos  
Maria Isabel Gomide Ribeiro Ibrahim  
Marieta Pestana Novack  
Mercedes de Jesus Thome Forti  
Neusa Dias de Macedo  
Neyde Pedroso Povoá  
Orlando Francisco Bellagamba Orland  
Paulo Olail de Carvalho  
Philomena Bocatelli  
Raquel Maria de Almeida Prado Foot Guimarães

### Diretoria 1973

Presidente: Cecilia Ernestina D'Otaviano Armentano  
Vice-Presidente: Orlando Francisco Bellagamba Orland  
1ª Secretária: Lais Fernandes de Carvalho  
2ª Secretária: Mercedes de Jesus Thome Forti  
1ª Tesoureira: Eufelia Camargo Pupo de Paula  
2ª Tesoureira: Laila Haddad

### Diretoria 1974

Presidente: Cecilia Ernestina D'Otaviano Armentano  
Vice-Presidente: Orlando Francisco Bellagamba Orland  
1ª Secretária: Alzira Eeko Furuya de Carvalho  
2ª Secretária: Laila Haddad  
1ª Tesoureira: Eufelia Camargo Pupo de Paula  
2ª Tesoureira: Mercedes de Jesus Thome Forti

### Diretoria 1975

Presidente: Cecilia Ernestina D'Otaviano Armentano  
Vice-Presidente: Gabriella Monteiro de Carvalho  
1ª Secretária: Alzira Eeko Furuya de Carvalho  
2ª Secretária: Orlando Francisco Bellagamba Orland  
1ª Tesoureira: Josephina Tuma  
2ª Tesoureira: Laila Haddad

### 4ª Gestão CRB-8 - 1976/1978 Conselheiros

Alzira Eeko Furuya de Carvalho  
Carminda Nogueira de Castro Ferreira  
Cecilia Ernestina D'Otaviano Armentano

Eneida Cardoso Sampaio  
Gabriella Monteiro de Carvalho  
Gerson Edson Toledo Piza  
Josephina Tuma  
Laila Haddad  
Marieta Pestana Novack  
Orlando Francisco Bellagamba Orland  
Paulo Olail de Carvalho  
Philomena Boccatelli  
Rosaly Favero Krzyzanowski

#### Diretoria 1976

Presidente: Cecília Ernestina D’Otaviano Armentano  
Vice-Presidente: Carminda Nogueira de Castro Ferreira  
1ª Secretária: Alzira Eeko Furuya de Carvalho  
2ª Secretária: Laila Haddad  
1ª Tesoureira: Josephina Tuma  
2ª Tesoureiro: Paulo Olail de Carvalho

#### Diretoria 1977/1978

Presidente: Cecília Ernestina D’Otaviano Armentano  
Vice-Presidente: Carminda Nogueira de Castro Ferreira  
1ª Secretária: Rosaly Favero Krzyzanowski  
2ª Secretária: Alzira Eeko Furuya de Carvalho  
1ª Tesoureira: Eneida Cardoso Sampaio  
2ª Tesoureira: Josephina Tuma

#### 5ª Gestão CRB-8 - 1979/1981 Conselheiros

Alfredo Americo Hamar  
Carminda Nogueira de Castro Ferreira  
Cecilia Andreotti Atienza  
Cecilia Ernestina D’otaviano Armentano  
Celia Wolff  
Eneida Cardoso Sampaio  
Evanda Aparecida Verri Paulino  
Josephina Tuma  
Laila Gebara Spinelli  
Laila Haddad  
Maria de Lourdes Sampaio Cintra de Camargo  
Maria Isabel Gomide Ribeiro Ibrahim  
Marieta Pestana Novack  
Orlando Francisco Bellagamba Orland  
Paulo Olail de Carvalho

#### Diretoria 1979/1980

Presidente: Cecília Ernestina D’otaviano Armentano  
Vice-Presidente: Carminda Nogueira de Castro Ferreira  
1ª Secretária: Evanda Aparecida Verri Paulino

#### Diretoria 1981

Presidente: Cecília Ernestina D’otaviano Armentano  
Vice-Presidente: Carminda Nogueira de Castro Ferreira

1ª Secretária: Laila Haddad  
2ª Secretária: Laila Gebara Spinelli

#### 6ª Gestão CRB-8 - 1982/1984 Conselheiros

Benir Uehara  
Célia do Carmo Dias  
Eliana Ferreira Damico  
Lourdes Mesquita Siqueira  
Maria Augusta da Fonseca  
Maria de Lourdes Leite  
Maria Esther Ramos  
Mariza da Silva Santos  
Marly Borini  
Mercedes Della Fuente  
Neusa Dias de Macedo  
Neusa Ferraz Cid  
Nisa Sucena Fontes Arantes de Almeida  
Rosana Tarauhn  
Sara Correia  
Sonia Correa da Rocha  
Sonia Theresinha Gonçalves Dias da Silva  
Vania Lando de Carvalho  
Vera Alice Ferreira de Moraes

#### Diretoria 1982/1984

Presidente: Mercedes Della Fuente  
Vice-Presidente: Lourdes Mesquita Siqueira  
1ª Secretária: Neusa Ferraz Cid  
2ª Secretária: Sonia Correa da Rocha  
Tesoureira: Benir Uehara

#### 7ª Gestão CRB-8 - 1985/1987 Conselheiros

Ana Maria de Oliveira Telles Nunes  
Ariadne Grion Maleronka  
Benir Uehara  
Glória Maria Martins da Silva  
Jasmira de Oliveira Mansi  
Maria Augusta da Fonseca  
Maria Cecília Pimenta Pinheiro  
Maria de Lourdes Leite  
Maricy Fávoro Braga  
Mariza da Silva Santos  
Marly Borini  
Mercedes Della Fuente  
Miriam Mari Zambel  
Mirian Salvadore Nascimento  
Neusa Ferraz Cid  
Nisa Sucena Fontes Arantes de Almeida

Rosana Tarauhn  
Sonia Correa da Rocha  
Sonia Theresinha Gonçalves Dias da Silva  
Vera Alice Ferreira de Moraes

### Diretoria 1985/1987

Presidente: Mercedes Della Fuente  
Vice-Presidente: Nisa Sucena  
Fontes Arantes de Almeida  
1ª Secretária: Vera Alice Ferreira de Moraes  
2ª Secretária: Maricy Fâvero Braga  
Tesoureira: Marly Borini

### 8ª Gestão CRB-8 - 1988/1990 Conselheiros

Amélia Maria Moreira  
Angela Oreco  
Claudia Negrão Balby  
Elaine Melim Bento  
Eliana Maria Marques  
Elisabete M. Martucci  
Heraldo Vasconcelos  
Irati Antonio  
Maria Aparecida Silva  
Maria Helena S. C. Fernandes Gallo  
Maria Luiza de Souza e Lima  
Marilucia Bernardi Bertassi  
Marisi M. Lorusso  
Nelita Manoelina Alves Pinto  
Regina Castello Branco  
Regina Helena Santos  
Sandra F. de Montagnoli  
Sonia Theresinha Gonçalves Dias da Silva  
Tania Maria Sanvezzo  
Terezinha Ongaro Monteiro de Barros  
Waldomiro de Castro F. Vergueiro  
Zenaide Gonçalves Duvra Hashimoto

### Diretoria 1988/1990

Presidente: Amélia Maria Moreira  
Vice-Presidente: Zenaide Gonçalves Duvra Hashimoto  
1ª Secretária: Claudia Negrão Balby  
2ª Secretária: Maria Luiza de Souza e Lima  
Tesoureira: Maria Helena S. C. Fernandes Gallo

### 9ª Gestão CRB-8 - 1991/1993 Conselheiros

Cláudia Lúcia Dardes  
Cristina V. Ribeiro  
Eduardo Farsetti  
Heraldo Vasconcelos

Jamile S. R. Faria  
José Fernando Modesto da Silva  
Lília P. Abbruzzini  
Maria A. D. Galhardi  
Maria Luiza de Souza e Lima  
Maria Tereza M. da Costa  
Marilene José de Freitas  
Marlene M. Cosmo  
Mary de S. Almeida  
Regina Castelo Branco  
Sonia Regina Ceu Bertonazzi

### Diretoria 1991/1993

Presidente: José Fernando Modesto da Silva  
Vice-Presidente: Regina Castelo Branco  
1ª Secretária: Maria Tereza M. da Costa  
2ª Secretária: Maria Luiza de Souza e Lima  
Tesoureira: Marilene José de Freitas

### 10ª Gestão CRB-8 - 1994/1996 Conselheiros

Cleide Roseli Fantinato -  
Elisa Campos M. Rodrigues Pires  
Eva Tereza de Figueiredo  
Flávia da Silveira Lobo  
João Bosco Rodrigues de Oliveira  
Maria Cândida de Assis Figueiredo  
Maria Cecília Rizzi Lima  
Maria de Fátima Leite  
Maria do Carmo Colli Baldini  
Maria Júlia Felchar Madureira  
Maria Stela Marques Tedesco  
Marisa Gaino Amereno  
Marise Miglioli Lorusso  
Marta Alves de Souza  
Marta Nosé Ferreira  
Mery Piedade Zamudio Igami  
Nerio Sacchi Júnior  
Sônia Maria Domingues  
Sonia Regina Ceu Bertonazzi  
Vânia Martins Bueno de Oliveira

### Diretoria 1994/1996

Presidente: Maria Cecília Rizzi Lima  
Vice-Presidente: Sonia Regina Ceu Bertonazzi  
1ª Secretária: Maria Stela Marques Tedesco  
2ª Secretária: Cleide Roseli Fantinato  
Tesoureira: Eva Tereza de Figueiredo

## 11ª Gestão CRB-8 - 1997/1999 Conselheiros

Aparecida Zanelato  
Berenice Neubhauher  
Elza I. Kawara  
Emília da Conceição Camargo  
Guaraciaba Aparecida Domingues  
Leila Rabello de Oliveira  
Lúcia dos Anjos S. N. de Almeida  
Maria Antonia Gaviolli Mendes Botelho  
Maria da Conceição Gomes Bernardo  
Maria Lúcia de Borba Rolim  
Maria Luiza de Souza e Lima  
Marlene Aparecida Oliveira  
Marly Cálice Santos  
Regina Céli de Sousa  
Sandra Regina Groque  
Sandra Soller Dias da Silva  
Sonia A. dos Santos  
Waida Maria Penteado Coimbra

### Diretoria 1997/1999

Presidente: Regina Céli de Sousa  
Vice-Presidente: Maria Antonia  
Gaviolli Mendes Botelho  
1ª Secretária: Maria Luiza de Souza e Lima  
2ª Secretária: Guaraciaba Aparecida Domingues  
Tesoureira: Leila Rabello de Oliveira

## 12ª Gestão CRB-8 - 2000/2002 Conselheiros

Ana Valquíria Niaradi  
Anna Vera de Andrade  
Iara de Lima  
Leila Rabello de Oliveira  
Maria Antonia Gaviolli Mendes Botelho  
Maria da Conceição Gomes Bernardo  
Maria das Mercês Pereira Apóstolo  
Maria Lúcia de Borba Rolim  
Maria Luiza de Souza e Lima  
Marilucia Bernardi  
Marlene Aparecida de Castro Oliveira  
Mirdes Marcilli Petroni  
Neide Huldinea França  
Regina Céli de Sousa  
Sandra Soller Dias da Silva  
Sigrid Barbosa de Lima

### Diretoria 2000/2002

Presidente: Regina Céli de Sousa  
Vice-Presidente: Leila Rabello de Oliveira  
1ª Secretária: Maria Luiza de Souza e Lima

2ª Secretária: Neide Huldinea França  
Tesoureira: Anna Vera de Andrade

## 13ª Gestão CRB-8 - 2003/2005 Conselheiros

Alaíde Ferreira Santos  
Anna Vera de Andrade  
Antonia Terezinha Marcantonio  
Cristiane Camizão Rokicki  
Elizabeth Adriana Dudziak  
Enisete da Silva Malaquias  
Jeane dos Reis Passos  
Lourdes de Souza Moraes  
Luiz Atílio Vicentini  
Marciana Leite Ribeiro  
Marcus Vinícius Rios de Macedo  
Maria do Carmo Cardoso Kerznowsky  
Marinete Costa da Silva  
Mauro Cabrelon  
Regina dos Anjos Fazioli  
Rogério Xavier Neves  
Rosa Maria Andrade Grillo Beretta  
Ubirajara Dias de Melo

### Diretoria 2003

Presidente: Jeane dos Reis Passos  
Vice-Presidente: Rosa Maria Andrade Grillo Beretta  
1ª Secretária: Enisete da Silva Malaquias  
2º Secretário: Ubirajara Dias de Melo  
Tesoureira: Anna Vera de Andrade

### Diretoria 2004

Presidente: Jeane dos Reis Passos  
Vice-Presidente: Ubirajara Dias de Melo  
1ª Secretária: Enisete da Silva Malaquias  
2ª Secretária: Alaíde Ferreira Santos  
Tesoureira: Anna Vera de Andrade

### Diretoria 2005

Presidente: Jeane dos Reis Passos  
Vice-Presidente: Ubirajara Dias de Melo  
1ª Secretária: Rosa Maria Andrade Grillo Beretta  
2ª Secretária: Alaíde Ferreira Santos  
Tesoureira: Anna Vera de Andrade

## 14ª Gestão CRB-8 - 2006/2008 Conselheiros

Denise Mancera Salgado  
Flávia da Silveira Lobo  
Guaraciaba Aparecida de Almeida Domingues  
Lúcia Neíza Pereira da Silva  
Luciana Maria Napoleone



Maria Antonia Gaviolli Mendes Botelho  
Maria Cândida de Assis Figueiredo  
Maria Cristina de Aquino Villas Boas  
Maria da Conceição Gomes Bernardo  
Maria Luiza Pereira de Souza Lima  
Marilúcia Bernardi  
Marlene Aparecida de Castro Oliveira  
Regina Celi de Sousa

#### Diretoria 2006

Presidente: Maria Cândida de Assis Figueiredo  
Vice Presidente: Regina Celi de Sousa  
1ª Secretária: Maria Luiza Pereira de Souza Lima  
2ª Secretária: Guaraciaba Aparecida de Almeida Domingues  
Tesoureira: Maria Cristina de Aquino Villas Boas

#### Diretoria 2007/2008

Presidente: Regina Celi de Sousa  
Vice-Presidente: Maria Antonia Gaviolli Mendes Botelho  
1ª Secretária: Guaraciaba Aparecida de Almeida Domingues  
2ª Secretária: Maria Luiza Pereira de Souza Lima  
Tesoureira: Maria Cristina de Aquino Villas Boas

#### 15ª Gestão CRB-8 - 2009/2011 Conselheiros

Concília Teodósio  
Evanda Aparecida Verri Paulino  
Flávia da Silveira Lobo  
Gabriel dos Santos Alcaide  
Guaraciaba Aparecida de Almeida Domingues  
Ivone Cavalcante Maciel  
João Garcia Neto  
Luciana Maria Napoleone  
Maria das Mercês Pereira Apóstolo  
Maria Edite de Souza Bispo  
Marilucia Bernardi  
Mônica Cyrillo Blum  
Roberto Júlio Gava  
Sandra Alves Martins da Rosa  
Tereza Cristina Barros  
Vânia Martins Bueno de Oliveira Funaro

#### Diretoria 2009

Presidente: Evanda Aparecida Verri Paulino  
Vice - Presidente: Maria das Mercês Pereira Apóstolo  
1ª Secretária: Guaraciaba Aparecida de Almeida Domingues  
2ª Secretário: Roberto Júlio Gava  
Tesoureira: Concília Teodósio

#### Diretoria 2010/2011

Presidente: Evanda Aparecida Verri Paulino  
Vice - Presidente Maria das Mercês Pereira Apóstolo  
1ª Secretária Guaraciaba Aparecida de Almeida Domingues  
2ª Secretária Vânia Martins Bueno de Oliveira Funaro  
Tesoureiro Roberto Júlio Gava

#### 16ª Gestão CRB-8 - 2012/2014 Conselheiros

Adriana Rafael Pinto  
Ana Teresa Vianna de Figueiredo Sannazzaro  
Anderson Matias Marques  
Anna Vera de Andrade  
Camila Rodrigues Garcia  
Carli Cilene Rodrigues Cordeiro  
Corina Gomes Camizão  
Cristiane Camizão Rokicki  
Daniela Pereira de Sousa  
Djair Rodrigues de Souza  
Dolores Augusta Biruel  
Elza Itsuko Kawara Velasque  
Francisco Lopes de Aguiar  
José Francisco Nunes Guerreiro  
Luciana da Silva Meira  
Luciana Marques da Silva  
Marcos Rogério Gonçalves  
Maria Edite de Souza Bispo  
Maria Lucia de Borba Rolim  
Maria Ludmilla Oviedo Licas  
Roberto Júlio Gava  
Rosana Aparecida Ribeiro Camillo  
Wanderson Scapechi

#### Diretoria 2012

Presidente: Cristiane Camizão Rokicki  
Vice - Presidente: Daniela Pereira de Sousa  
1ª Secretária: Maria Lucia de Borba Rolim  
2ª Secretária: Rosana Aparecida Ribeiro Camillo  
Tesoureiro: Roberto Júlio Gava

#### Diretoria 2013

Presidente: Cristiane Camizão Rokicki  
Vice - Presidente: Daniela Pereira de Sousa  
1ª Secretária: Maria Lucia de Borba Rolim  
2ª Secretária: Rosana Aparecida Ribeiro Camillo  
Tesoureiro: Djair Rodrigues de Souza

#### Diretoria 2014

Presidente: Cristiane Camizão Rokicki  
Vice Presidente: Daniela Pereira de Sousa  
1ª Secretária: Luciana Marques da Silva

2ª Secretária: Rosana Aparecida Ribeiro Camillo  
Tesoureira: Anna Vera de Andrade

### 17ª Gestão CRB-8 - 2015/2017 Conselheiros

Adriana Rafael Pinto  
Alessandra Atti  
Ana Cláudia Martins  
Ana Paula de Moura Souza Pavan  
Anderson Matias Marques  
Andréia Lúcia de Sá  
Angela Maria Soares de Lima  
Carli Cilene Rodrigues Cordeiro  
Cristiane Camizão Rokicki  
Felipe Pereira Alexandrino dos Santos  
Francisco Lopes de Aguiar  
João de Pontes Júnior  
José Francisco Nunes Guerreiro  
Leda Amélia Bicalho  
Márcia Regina da Silva  
Rosana Aparecida Ribeiro Camillo  
Ruth Araújo de Baptista  
Vera Leny Silva Pastore

#### Diretoria 2015

Presidente: Carli Cilene Rodrigues Cordeiro  
Vice-Presidente: Francisco Lopes de Aguiar  
1ª Secretária: Ana Cláudia Martins  
2ª Secretária: Ruth Araújo de Baptista  
Tessoureira: Rosana Aparecida Ribeiro Camillo

### Conselho Regional de Biblioteconomia 9ª Região (CRB-9)

#### Paraná

### 1ª Gestão CRB-9 - 1966/1969 Conselheiros

Eneida Melo  
Germana Moreira  
Maria de Lourdes Tavares  
Maria Dorothea Barbosa  
Maria Ephigênia Ramos May  
Maria José Teresa Amorim  
Maria Maeder Gonçalves  
Nancy Westphalem Correa  
Regina Buffara Zaidan  
Relinda Kohler  
Suzana Guimarães Castilho

### Diretoria 1966/1969

Presidente: Maria Maeder Gonçalves  
Vice-Presidente: Maria José Teresa Amorim  
1ª Secretária: Relinda Kohler  
2ª Secretária: Maria Ephigênia Ramos May  
Tessoureira: Eneida Melo

### 2ª Gestão CRB-9 - 1970/1972 Conselheiros

Eneida Melo  
Germana Moreira  
Ione Sanswais  
Maria de Lourdes Tavares  
Maria Dorothea Barbosa  
Maria José Theresa Amorim  
Maria Maeder Gonçalves  
Marilene Zicarelli Milarch  
Nancy Westphalem Correa  
Regina Alice Albina Prueter Pazin  
Rosemarie Margit Reinhardt

#### Diretoria 1970/1972

Presidente: Maria Maeder Gonçalves  
Vice-Presidente: Rosemarie Margit Reinhardt  
1ª Secretária: Regina Alice Albina Prueter Pazin  
2ª Secretária: Marilene Zicarelli Milarch  
Tessoureira: Eneida Melo

### 3ª Gestão CRB-9 - 1973/1975 Conselheiros

Cândida Otilia de Lucca  
Esphie Rosy Riscala  
Ligia Brambilla de Bona Carvalho  
Maria da Luz Falce Schult  
Maria Ephigênia Ramos May  
Marilene Zicarelli Milarch  
Marina Zeni Guedes  
Regina Maria Lamas Pegoraro  
Regina Rosa Mehl  
Relinga Khler  
Terezinha Neves Freitas

#### Diretoria 1973/1975

Presidente: Ligia Brambilla de Bona Carvalho  
Vice-Presidente: Maria Ephigênia Ramos May  
1ª Secretária: Marina Zeni Guedes  
2ª Secretária: Maria da Luz Falce Schult  
Tessoureira: Terezinha Neves Freitas

#### 4ª Gestão CRB-9 - 1976/1978 Conselheiros

Aymara Feuerschuetze Ribas  
Déa Catharina Reichmann  
Diva Malucelli de Oliveira  
Dulcinéia Gomes Delatre  
Eneida Mello  
Ester Giglio  
Maeve Liz Marques  
Marcelina Dantas  
Maria Teresinha Neves Freitas  
Regina Maria Lamas Pegoraro  
Regina Rosa Mehl  
Rosi Slaviero Porath  
Sonia Breda  
Sonia de Souza Brustolim Moraes

#### Diretoria 1976/1977

Presidente: Regina Rosa Mehl  
Vice-Presidente: Déa Catharina Reichmann  
1ª Secretária: Regina Maria Lamas Pegoraro  
2ª Secretária: Dulcinéia Gomes Delatre  
Tesoureira: Maria Teresinha Neves Freitas

#### Diretoria 1978

Presidente: Déa Catharina Reichmann  
Vice-Presidente: Regina Maria Lamas Pegoraro  
1ª Secretária: Aymara Feuerschuetze Ribas  
2ª Secretária: Dulcinéia Gomes Delatre  
Tesoureira: Sonia de Souza Brustolim Moraes

#### 5ª Gestão CRB-9 - 1979/1981 Conselheiros

Déa Catharina Reichmann  
Dulcinéia Gomes Delatre  
Eneida Mello  
Isabel Petrycarbente  
Marcelina Dantas  
Maria Dacechem  
Maria Célia Biscaia Bacelar  
Maria Dacechem  
Neyze Maria De Andrade Campos Hosken  
Nylzamira Cunha Bejes  
Regina Maria Lamas Pegoraro  
Sonia de Souza Brustolim Moraes  
Sonia Souza Brustolin  
Tania Maria Walger Collaço  
Terezinha de Jesus Miranda  
Virginia de Castro Rodrigues  
Ziná Paulina Bittencourt de Souza

#### Diretoria 1979/1981

Presidente: Sonia de Souza Brustolim Moraes  
Vice-Presidente: Marcelina Dantas  
1ª Secretária: Virginia de Castro Rodrigues  
2ª Secretária: Eneida Mello  
Tesoureira: Tania Maria Walger Collaço

#### 6ª Gestão CRB-9 - 1982/1984 Conselheiros

Aurea Maria Costin  
Beatriz Trevisan de Moura  
Célia Maria Peres Lacerda  
Denise Hausen Valério  
Dulce Maria Bastos Metchko  
Helena Maria de Oliveira Vita  
Leila Maria Bueno Magalhães  
Maria Ephigênia Ramos May  
Maria Madalena Hirata Fabri  
Marilene Zaruch  
Marly Schaffer Dias  
Nancy Westphalen Correa  
Roseli Gemael de Oliveira Lima  
Sara Burstein  
Yara Soeli Bassani Veiga  
Wanda Maria Maia Rocha Paranhos

#### Diretoria 1982/1984

Presidente: Célia Maria Peres Lacerda  
Vice-Presidente: Wanda Maria Maia Rocha Paranhos  
1ª Secretária: Maria Ephigênia Ramos May  
2ª Secretária: Marly Schaffer Dias  
Tesoureira: Yara Soeli Bassani Veiga

#### 7ª Gestão CRB-9 - 1985/1987 Conselheiros

Beatriz Trevisan de Moura  
Bernadeth Trzeciak  
Celia Maria Peres Lacerda  
Clarice Hain Taborda  
Cláudia Montanino  
Eva da Rosa Benites  
Helena de Felippo Soares  
Iracema Stancati Rodrigues  
Leilah Santiago Bufrem  
Márcia Lopes Siqueira  
Maria Ephigênia Ramos May  
Maria Isabel Schiavon  
Maria Madalena Hirata Fabri  
Marilene Zaruch  
Marilene Zicarelli Milarch  
Mariza Kampfert

Marly Schaffer Dias  
Neuza Francisco  
Paulo Henrique Röder  
Sara Burstein  
Sonia Maria Breda  
Tania Maria Brito Saldanha  
Vera Lúcia Belo Chagas  
Wanda Maria Maia Rocha Paranhos  
Yara Soeli Bassani Veiga  
Zilmara Quirino do Prado

### Diretoria 1985/1987

Presidente: Sonia Maria Breda  
Vice-Presidente: Marilene Zicarelli Milarch  
1ª Secretária: Cláudia Montanino  
2ª Secretária: Iracema Stancati Rodrigues  
Tesoureira: Helena de Felippo Soares

### 8ª Gestão CRB-9 - 1988/1990 Conselheiros

Alice Ywatsugu  
Ana Estela Codato e Silva  
Bernadete Trzeciak  
Clarice Hain Taborda  
Cláudia Montanino  
Edith Dias  
Emília Ushikubo  
Eva da Rosa Benites  
Gisele Voss  
Helena de Felippo Soares  
Iracema Stancati Rodrigues  
Joyce Maria L. Sydney  
Ligia Eliana Setenareski  
Ligia Lindorf Bartz Kraemer  
Lucila Teresinha Savio  
Lucinéia da Silva  
Márcia Lopes Siqueira  
Maria Isabel Schiavon  
Maria Salete Perido de Bem  
Marilene Zicarelli Milach  
Mariza Kampfert  
Marlene Mengarda  
Nancy Bragato Futagami  
Neuza Francisco  
Paulo Henrique Röder  
Rita de Cássia Alves de Souza  
Rosane Maria Filisola Werneck  
Roseli Bill  
Ruth Palmquist  
Samira Elias Simões  
Sara Burstein

Sonia Maria Breda  
Vera Lúcia Belo Chagas  
Zilmara Quirino do Prado

### Diretoria 1988/1990

Presidente: Ligia Eliana Setenareski  
Vice-Presidente: Alice Ywatsugu  
1ª Secretária: Samira Elias Simões  
2ª Secretária: Cláudia Montanino  
Tesoureira: Rosane Maria Filisola Werneck

### 9ª Gestão CRB-9 - 1991/1993 Conselheiros

Alice Ywatsugu  
Denise Gomara Cavalin  
Edith Dias  
Elayne Margareth Schlögel  
Isa Ribeiro de Souza Lima  
Liane dos Anjos Abrahão  
Lucinéia da Silva  
Maria Salete Perito de Bem  
Moema da Silva Michaelis  
Neide Camargo Mutti  
Nina Lacera Gusmão  
Rita de Cássia Alves de Souza  
Rosane Maria F. Werneck  
Roseli Bill  
Ruth Palmquist  
Samira Elias Simões  
Sonia Regina Locatelli Lissa  
Walquiria Braun Martins

### Diretoria 1991/1993

Presidente: Roseli Bill  
Vice-Presidente: Samira Elias Simões  
1ª Secretária: Edith Dias  
2ª Secretária: Denise Gomara Cavalin  
Tesoureira: Rosane Maria F. Werneck

### 10ª Gestão CRB-9 - 1994/1996 Conselheiros

Ana Maria Marquesini Alvarenga  
Carmen Salete das Graças Pegoraro  
Clarice Hain Taborda  
Cláudia Montanino  
Elayne Margareth Schlögel  
Elmir Machado de Oliveira  
Ester Aires do Nascimento  
Eutália Cristina Nascimento Moreto  
Inês Gemelli  
Liane dos Anjos Abrahão

Maria Alice Vaccari Sans  
Neide Maria Jardimete Zaninelli  
Neyze Maria de Andrade Campos  
Nina Lacerda Gusmão  
Regina Barauna Duarte Medeiros  
Rosalina Bittencourt  
Thelma Terezinha Stresses Assis  
Walquiria Braun Martins

### Diretoria 1994/1996

Presidente: Rosalina Bittencourt  
Vice-Presidente: Clarice Hain Taborda  
1ª Secretária: Cláudia Montanino  
2ª Secretária: Eutália Cristina Nascimento Moreto  
Tesoureira: Regina Barauna Duarte Medeiros

### 11ª Gestão CRB-9 - 1997/1999 Conselheiros

Alice Ywatsugu  
Ana Zeschotko  
Célia Regina Z. Gléria  
Elenir Angela Correa  
Eliete Luana Saviski  
Izabel Cristina de Souza  
Maria Regina Bueno de Oliveira Gatti  
Maria Regina Sbalquero Honório  
Maria Salete Perito de Bem  
Neide Camargo Mutti  
Raquel Pinto Correia  
Rosalina Bittencourt  
Roseli Bill  
Rosilei Vilas Boas Duarte  
Tania Maria Walger Colaço

### Diretoria 1997/1999

Presidente: Rosalina Bittencourt  
Vice-Presidente: Tania Maria Walger Colaço  
1ª Secretária: Maria Regina Bueno e Oliveira Gatti  
2ª Secretária: Elenir Angela Correa  
Tesoureira: Alice Ywatsugu

### 12ª Gestão CRB-9 - 2000/2002 Conselheiros

Aulicéia do Carmo Ricken  
Eliete Luana Saviski  
Mariza Akemi Kikuti Umezaki  
Neide Camargo Mutti  
Raquel Pinto Correia  
Roseli Bill  
Sonia Regina Locatelli  
Tania Maria Walger Colaço  
Zenilda Chiniski Stocker

### Diretoria 2000/2002

Presidente: Neide Camargo Mutti  
Vice-Presidente: Sonia Regina Locatelli  
1ª Secretária: Eliete Luana Saviski  
2ª Secretária: Aulicéia do Carmo Ricken  
Tesoureira: Roseli Bill

### 13ª Gestão CRB-9 - 2003/2005 Conselheiros

Alice Soria Garcia  
Alice Ywatsugu  
Ana Maria Marquesine Alvarenga  
Aulicéia do Carmo Goes Ricken  
Canísio Miguel Morch  
Luciana Cardoso Cunha  
Lucila G. Duarte  
Maria Salete Perito de Bem  
Marilene Zicarelli Milarch  
Mauri Antonio Sequinel  
Rose Mari Matte  
Sizuko Takemyia  
Zenilda Chiniski Stocker

### Diretoria 2003

Presidente: Marilene Zicarelli Milarch  
Vice-Presidente: Mauri Antonio Sequinel  
1ª Secretária: Alice Ywatsugu  
2ª Secretária: Aulicéia do Carmo Goes Ricken  
Tesoureira: Maria Salete Perito de Bem

### Diretoria 2004/2005

Presidente: Marilene Zicarelli Milarch  
Vice-Presidente: Alice Soria Garcia  
1ª Secretária: Alice Ywatsugu  
2ª Secretária: Aulicéia do Carmo Goes Ricken  
Tesoureira: Maria Salete Perito de Bem

### 14ª Gestão CRB-9 - 2006/2008 Conselheiros

Ana Paula Blaskovski  
Angela Pereira Rodrigues  
Cristian Mara Santiago  
Elmir Machado de Oliveira  
Heloiisa Helena Anzolin  
Keteli Wizenffat  
Leila da Cruz Torres  
Lucia Littiere  
Maria Solange Pereira Rodrigues  
Rosemary Brambilla Milleo  
Sonia Regina Locatelli  
Tania Lucy Tavares dos Reis  
Tania Mara Dias

### Diretoria 2006

Presidente: Tania Mara Dias  
Vice-Presidente: Elmir Machado de Oliveira  
1ª Secretária: Maria Solange Pereira Rodrigues  
2ª Secretária: Tania Lucy Tavares dos Reis  
Tesoureira: Sonia Regina Locatelli

### Diretoria 2007/2008

Presidente: Tania Lucy Tavares dos Reis  
Vice-Presidente: Elmir Machado de Oliveira  
1ª Secretária: Maria Solange Pereira Rodrigues  
2ª Secretária: Angela Pereira Rodrigues  
Tesoureira: Sonia Regina Locatelli

### 15ª Gestão CRB-9 - 2009/2011 Conselheiros

Bernadete Trzeciak de Oliveira  
Célia Regina Pinheiro Vasques  
Cristiane Piasecki Pires da Silva  
Fernando Almeida Csiszer  
Isabel Maria Teixeira  
Josefina Palazzo Ayres  
Livia Maria Nogas  
Lizete Alves de Melo  
Margarida Cavassin  
Maria Marta Sienna  
Neide Camargo Mutti  
Vitor Magliocco

### Diretoria 2009

Presidente: Neide Camargo Mutti  
Vice-Presidente: Josefina Palazzo Ayres  
1ª Secretária: Maria Marta Sienna  
2ª Secretária: Livia Maria Nogas  
Tesoureiro: Fernando de Almeida Csiszer

### Diretoria 2010/2011

Presidente: Maria Marta Sienna  
Vice-Presidente: Josefina Palazzo Ayres  
1ª Secretária: Lizete Alves de Melo  
2ª Secretária: Livia Maria Nogas  
Tesoureiro: Fernando de Almeida Csiszer

### 16ª Gestão CRB-9 - 2012/2014 Conselheiros

Aguinaldo Marcelino  
Bruno José Leonardi  
Juliana Riter  
Lidiamara Alves da Rosa Gross  
Marcia Regina Bueno de Oliveira Gatti  
Maria Marta Sienna  
Michelle Trindade  
Monique da Costa Martins

Neiva Minozzo  
Raquel Pinto Correia  
Sonia Regina Locatelli  
Vanda Fatori Dias  
Vilma Aparecida Gural do Nascimento

### Diretoria 2012/2014

Presidente: Maria Marta Sienna  
Vice-Presidente: Lidiamara Alves da Rosa Gross  
1ª Secretária: Marcia Regina Bueno de Oliveira Gatti  
2ª Secretária: Juliana Ritter  
2º Secretário a partir de junho/13: Aguinaldo Marcelino  
Tesoureira: Sonia Regina Locatelli

### 17ª Gestão CRB-9 - 2015/2017 Conselheiros

Adriano Lopes Assunção  
Ana Lúcia Dal Pozzo Mendes  
Bruno José Leonardi  
Cibele Butenas Martines Correia  
Lidiamara Alves da Rosa Gross  
Lizete Alves de Melo  
Luzia Glinski Kintopp  
Michelle Trindade  
Monique da Costa Martins  
Raquel Pinto Correia  
Sandra de Fátima Santos  
Tania Lucy Tavares dos Reis

### Diretoria 2015/2017

Presidente: Ana Lúcia Dal Pozzo Mendes  
Vice-Presidente: Adriano Lopes Assunção  
1ª Secretária: Lizete Alves de Melo  
2ª Secretária: Monique da Costa Martins  
Tesoureiro: Bruno José Leonardi

### Conselho Regional de Biblioteconomia 10ª Região (CRB-10)

#### Rio Grande do Sul

### 1ª Gestão CRB-10 - 1966/1967 Conselheiros

Adda Drugg de Freitas  
Gladis Wiebbelling do Amaral  
Juliana Vianna Rosa  
Jussara Pansardi da Cunha  
Laura Correa Oliveira  
Lourdes Catharina Josephina Gregol Fagundes da Silva  
Lucília Minssen  
Minda Groisman  
Selma Kern



Yacy Damiani Pinto  
Zahyra de Albuquerque Petry  
Zenaira Garcia Márquez

#### Diretoria 1966

Presidente: Adda Drugg de Freitas  
1ª Vice-Presidente: Lucília Minssen  
1ª Vice-Presidente: Gladis Wiebbelling do Amaral  
1ª Secretária: Juliana Vianna Rosa  
2ª Secretária: Selma Kern  
Tesoureira: Minda Groisman

#### Diretoria 1967 - Outubro

Presidente: Laura Corrêa Oliveira  
Vice-Presidente: Adda Drugg de Freitas  
Vice-Presidente: Lucília Minssen  
1ª Secretária: Jussara Pansardi da Cunha  
2ª Secretária: Juliana Vianna Rosa  
Tesoureira: Minda Groisman

#### Diretoria 1969 - Janeiro

Presidente: Zahyra de Albuquerque Petry  
Vice-Presidente: Lourdes Catharina  
Josephina Gregol Fagundes da Silva  
Vice-Presidente: Laura Corrêa Oliveira  
1ª Secretária: Juliana Vianna Rosa  
2ª Secretária: Jussara Pansardi da Cunha  
Tesoureira: Gladis Wiebbelling do Amaral

### 2ª Gestão CRB-10 - 1970/1972

#### Conselheiros

Berenice Apes Endler  
Celia Ignez Piccoli  
Evangalina de Azevedo Veiga  
Frida Enk Kaufman  
Ivete Zietlow Duro  
Jorge Thofehrn Neto  
Leda Wiebbelling Loureiro  
Lourdes Catharina Josephina Gregol Fagundes da Silva  
Maria Alice Wallau  
Marion Iserhard  
Sara Rotiman Jakobson  
Tania Zimmermann Ribas  
Zenaira Garcia Márquez  
Zuleika Berto

#### Diretora 1970

Presidente: Jorge Thofehrn Neto  
Vice-Presidente: Ivete Zietlow Duro  
Vice-Presidente: Sara Roitman Jakobson  
1ª Secretária: Zuleika Berto  
2ª Secretária: Celia Ignez Piccoli  
Tesoureira: Marion Iserhard

#### Diretoria 1971

Presidente: Tânia Zimmermann Ribas  
Vice-Presidente: Zuleika Berto  
Vice-Presidente: Ivete Zietlow Duro  
1ª Secretária: Jorge Thofehrn Neto  
2ª Secretária: Sara Roitman Jakobson  
Tesoureira: Celia Ignez Piccoli

#### Diretoria 1972

Presidente: Tania Zimmermann Ribas  
Vice-Presidente: Zuleika Berto  
Vice-Presidente: Frida Enk Kaufman  
1ª Secretária: Ivete Zietlow Duro  
2ª Secretário: Jorge Thofehrn Neto  
Tesoureira: Marion Iserhard

### 3ª Gestão CRB-10 - 1973/1975

#### Conselheiros

Ana Catarina Barschak  
Ana Maria Siqueira Karan  
Anedora Lina Mog da Silva  
Gladis Wiebbelling do Amaral  
Hedi Schutz  
Helena Osorio Lehnen  
Liane Maria Wolf  
Maria Olivia Bandeira Martha  
Maria Hedy Lubisco Pandolfi  
Maria Rita Webster de Bitencourt  
Miriam Mara Dantur De La Rocha Biasotti  
Regis Maria Domingues  
Sara Rotiman Jakobson  
Vanderlan Simor  
Vera Regina Cândido Willig  
Zaida Maria Moraes Preussler  
Zenaira Garcia Márquez

#### Diretoria 1973

Presidente: Maria Olivia Bandeira Martha  
1ª Vice-Presidente: Liane Maria Wolf  
2ª Vice-Presidente: Gladis Wiebbelling do Amaral  
1ª Secretário: Vanderlan Simor  
2ª Secretária: Maria Hedy Lubisco Pandolfi  
Tesoureira: Helena Osorio Lehnen

### Diretoria 1974

Presidente: Liane Maria Wolfc  
1ª Vice-Presidente: Maria Hedy Lubisco Pandolfi  
2ª Vice-Presidente: Zaida Maria Moraes Preussler  
1ª Secretária: Anedora Lina Mog  
2ª Secretária: Maria Rita Webster de Bitencourt  
Tesooureira: Ana Catarina Barschack

### Diretoria 1975

Presidente: Liane Maria Wolf  
1ª Vice-Presidente: Maria Hedy Lubisco Pandolfi  
2ª Vice-Presidente: Zaida Maria Moraes Preussler  
1ª Secretário: Vanderlan Simor  
2ª Secretária: Helena Osório Lehnen  
Tesooureira: Ana Catarina Barschack

### 4ª Gestão CRB-10 - 1976/1978 Conselheiros

Agnes Maria Albert Schmitt  
Alice Elma Tanscheit  
Hilcke Frederica Weis  
Iara Conceição Bitencourt Neves  
Ida Maria Green Caiado de Castro  
Lilia Maria Vargas  
Maria da Graça Lubisco Leães  
Maria Olinda Cozza Magrisso  
Maria Rita Webster Bittencourt  
Maria Tereza Tavares  
Marilea Pinheiro Fabião  
Membros natos:  
Rosemary Rheinheimer  
Suzana Beatriz Stolaruck  
Suzana Binato de Moraes  
Tania Maria Silva Keller  
Ursula Nicklas  
Zenaira Garcia Márquez

### Diretoria 1976

Presidente: Hilcke Frederica Weis  
1ª Vice-Presidente: Alice Elma Tanscheit  
2ª Vice-Presidente: Maria da Graça Lubisco  
1ª Secretária: Suzana Binato de Moraes  
2ª Secretária: Tania Maria Keller  
Tesooureira: Maria Olinda Magrisso

### Diretoria 1977

Presidente: Hilcke Frederica Weis  
1ª Vice-Presidente: Alice Elma Tanscheit  
2ª Vice-Presidente: Marilea Pinheiro Fabião  
1ª Secretária: Ursula Nicklas  
2ª Secretária: Suzana Binato de Moraes - até 23.06.77  
2ª Secretária: Tania Maria Silva

Keller- a partir de 23.06.77  
Tesooureira: Maria Olinda Cozza Magrisso

### Diretoria 1978

Presidente: Hilcke Frederica Weis  
Vice-Presidente: Alice Elma Tanscheit  
1ª Secretária: Iara Conceição Bitencourt Neves  
2ª Secretária: Tania Maria Silva Keller  
Tesooureira: Maria Olinda Cozza Magrisso

### 5ª Gestão CRB-10 - 1979/1981 Conselheiros

Alice Elma Tanscheit  
Aracy Maria Borges Bitencourt  
Ariete Pinto dos Santos  
Carlos Luiz da Silva  
Eliane Miguel Keidann  
Hilcke Frederica Weiss  
Itália Maria Falcetta da Silveira  
Jacira Gil Bernardes  
Ligia Beatriz Meurer  
Maria de Lourdes Azevedo Mendonca  
Maria Eduarda Velho  
Maria Margarida do Canto

### Diretoria 1979

Presidente: Hilcke Frederica Weiss  
Vice-Presidente: Yeda Virginia Castro  
1ª. Secretária: Ligia Beatriz Meurer  
2ª. Secretária: Alice Elma Tanscheit  
Tesooureira: Rosa Maria Teresinha Zerbinatti

### Diretoria 1980

Presidente: Hilcke Frederica Weiss  
Vice-Presidente: Yeda Virginia Castro  
1ª. Secretária: Lígia Beatriz Meurer  
2ª. Secretária: Alice Elma Tanscheit  
Tesooureira: Jacira Gil Bernardes

### Diretoria 1981

Presidente: Hilcke Frederica Weiss  
Vice-Presidente: Lígia Beatriz Meurer  
1ª. Secretária: Aracy Maria Borges Bitencourt  
2ª Secretária: Alice Elma Tanscheit  
Tesooureira: Jacira Gil Bernardes

### 6ª Gestão CRB-10 - 1982/1984 Conselheiros

Carlos Luiz da Silva  
Helen Beatriz Frota Rozados  
Heloiisa do Valle Tschiedel  
Lenara Saraiva da Rocha

Leonora Bernd Geiss  
Leyla Maria Gama Jaeger  
Lígia Beatriz Meurer  
Lília Maria Vargas  
Lyrss de Braga Schönell  
Maria do Rocio Fontoura Teixeira  
Maria Eduarda Velho  
Maria Emília Casarin  
Maria Glaci Maia Gabellini  
Marisa Victória Chittó  
Nariman Marisa Nemmen  
Nilse Terezinha Pires de Oliveira  
Regina Otília Figueira Maciel de Marco Ferreira  
Rejane Raffo Klaes  
Vera Regina Lionello Danos  
Verônica Maria Santos da Rosa

#### Diretoria 1982

Presidente: Maria do Rocio Fontoura Teixeira  
Vice-Presidente: Heloisa Valle Tschiedel  
1ª Secretária: Maria Emília Casarin  
2ª Secretária: Maria Glaci Maia Gabellini  
Tesoureira: Nariman Marisa Nemmen

#### Diretoria 1983

Presidente: Maria do Rocio F. Teixeira  
Vice-Presidente: Heloisa do Valle Tschiedel  
1ª Secretária: Maria Glaci Maia Gabellini  
2ª Secretária: Marisa Victória Chittó  
Tesoureira: Nariman Marisa Nemmen

#### Diretoria 1984

Presidente: Maria do Rocio F. Teixeira  
Vice-Presidente: Maria Glaci Maia Gabellini  
1ª Secretária: Marisa Victória Chittó  
2ª Secretária: Lyrss de Braga Schönell  
Tesoureira: Nariman Marisa Nemmen

### 7ª Gestão CRB-10 - 1985/1987 Conselheiros

Alaide Caletti Ruppenthal  
Ana Marise Rocha Monero  
Atenáa Felistoffa  
Carlos Luiz da Silva - Presidente da ARB  
Carmem Maria Lapolli Von Hoonholtz  
Elaine Olinda Liechti  
Iara Ferreira de Macedo  
leda Weismann  
Inês Maria de Gasperin  
Ionice Prado de Oliveira  
Liana Franzen  
Lourdes Catharina Josephina Gregol Fagundes da Silva

Lúcia Pêgas de Lima  
Mary Luiza Zunino Ruiz  
Marilda da Cruz Diederichs  
Regina Helena Van Der Laan  
Rejane Aguiar Barlem  
Rildenor Barbosa Câmara  
Vera Isabel Caberlon - FURG  
Vera Regina Coutinho

#### Diretoria 1985/1986

Presidente: Ana Marise R. Monero  
Vice-Presidente: Iara Ferreira de Macedo  
1ª Secretária: Elaine Olinda Liechti  
2ª Secretária: Ieda Weissman  
Tesoureira: Vera Regina Coutinho

#### Diretoria 1987

Presidente: Ieda Weismann  
Vice-Presidente: Iara Ferreira de Macedo  
1ª Secretária: Elaine Olinda Liechti  
2ª Secretária: Ana Marise Rocha Monero  
Tesoureira: Vera Regina Coutinho

### 8ª Gestão CRB-10 - 1988/1990 Conselheiros

Carlos Luiz da Silva  
Gilca Rosane Hohne Engel  
Inês Peterle  
Irene Guimarães  
Jorge Humberto Souza Pires  
Jussara Pellin Mielniczuk  
Leonel Oscar Lamb  
Lourdes Catharina Josephina Gregol Fagundes da Silva  
Luciana Franke Nebel  
Maria Noelci Teixeira Homero  
Marilda da Cruz Diederichs  
Regina de Marco Ferreira  
Regina Iankilevich Yurgel  
Rita Conceição Dias  
Serafina de Araújo Abreu  
Tânia Leopoldina Angst  
Vera Isabel Caberlon - FURG  
Vivian Schuch Ambros

#### Diretoria 1988

Presidente: Regina de Marco Ferreira  
Vice-Presidente: Irene Guimarães  
1ª Secretária: Rita Conceição Dias  
2ª Secretária: Tânia Leopoldina Angst  
Tesoureira: Luciana Franke Nebel

### Diretoria 1989

Presidente: Regina de Marco Ferreira  
Vice-Presidente: Jorge Humberto Souza Pires  
1ª Secretária: Rita Conceição Dias  
2ª Secretária: Tânia Leopoldina Angst  
Tesoureiro: Leonel Oscar Lamb

### Diretoria 1990

Presidente: Regina de Marco Ferreira  
Vice-Presidente: Jorge Humberto Souza Pires  
1ª Secretária: Rita Conceição Dias  
2ª Secretária: Vivian Schuch Ambros  
Tesoureiro: Leonel Oscar LambT

## 9ª Gestão CRB-10 - 1991/1993 Conselheiros

Claudia Koch Young  
Leonel Oscar Lamb  
Maria Helena Davi Candela  
Maria Noelci Teixeira Homero  
Nêmore Arlindo Rodrigues  
Regis Maria Domingues  
Rita Conceição Dias  
Tania Maria Ninov  
Vivian Schuch Ambros  
Regis Maria Domingues  
Nêmore Arlindo Rodrigues

### Diretoria 1991

Presidente: Rita Conceição Dias  
Vice-Presidente: Leonel Oscar Lamb  
1ª Secretária: Tania Maria Ninov  
2ª Secretária: Maria Helena Davi Candela  
Tesoureira: Maria Noelci T. Homero

### Diretoria 1992

Presidente: Rita Conceição Dias  
Vice-Presidente: Tania Maria Ninov  
1ª Secretária: Regis Maria Domingues  
2ª Secretária: Vivian Schuch Ambros  
Tesoureira: Maria Noelci T.Homero

### Diretoria 1993

Presidente: Regis Maria Domingues  
Vice-Presidente: Maria Noelci Teixeira Homero  
1ª Secretária: Nêmore Arlindo Rodrigues  
2ª Secretária: Vivian Schuch Ambros  
Tesoureira: Claudia Koch Young

## 10ª Gestão CRB-10 - 1994/1996 Conselheiros

Claudia Koch Young  
Cleonice Sperling Lubisco

Denise Mari de Andrade Souza  
Enriqueta Graciela Dorfman de Cuartas  
Ionice Prado de Oliveira  
Jussara Pereira Santos  
Ligia Silva Beheregaray  
Luciana Franke Nebel  
Maria da Graça Artioli  
Maria da Graça Silva  
Regis Maria Domingues  
Maria Helena Almeida Darol  
Maria Nair Sodré M.Cruz  
Naila Touguinha Lomando  
Nêmore Arlindo Rodrigues  
Regina Otilia M.M.Ferreira  
Regis Maria Domingues  
Rosinei Elizabeti Miozzo Klein  
Vera Regina Valente de Almeida

### Diretoria 1994

Presidente: Nêmore Arlindo Rodrigues  
Vice-Presidente: Ligia Silva Beheregaray  
1ª Secretária: Naila Touguinha Lomando  
2ª Secretária: Regis Maria Domingues  
Tesoureira: Denise Mari de Andrade Souza

### Diretoria 1995/1996

Presidente: Nêmore Arlindo Rodrigues  
Vice-Presidente: Lígia Silva Behergaray  
1ª Secretária: Naila Touguinha Lomando  
2ª Secretária: Regis Maria Domingues  
Tesoureira: Ionice Prado de Oliveira

## 11ª Gestão CRB-10 - 1997/1999 Conselheiros

Ana Maria Fernandes Celestino  
Cleonice Sperling Lubisco  
Delmar Soares Veiga  
Denise Frank Paulsen  
Eduardo Martins Arraché  
Elieser Elias dos Santos Marques  
Ivone Job  
Jaqueline Buttelli  
Joidi Anselmo de Anselmo  
Luiza Celeste Michieli  
Maria do Carmo Ferreira Mizzetti  
Maria Nair Sodré Monteiro da Cruz  
Marta Roberti  
Morgana Marcom  
Naila Touguinha Lomando  
Ricardo Maus Affonso  
Vera Regina Valente de Almeida

### Diretoria 1997

Presidente: Ivone Job  
Vice-Presidente: Naila Touguinha Lomando  
1ª Secretária: Vera Regina Valente de Almeida  
2ª Secretária: Morgana Marcom  
Tesoureira: Cleonice Sperling Lubisco

### Diretoria 1998

Presidente: Ivone Job  
Vice-Presidente: Naila Touguinha Lomando  
1ª Secretária: Ana Maria Fernandes Celestino  
2ª Secretária: Delmar Soares Veiga  
Tesoureira: Cleonice Sperling Lubisco

### Diretoria 1999

Presidente: Ivone Job  
Vice-Presidente: Naila Touguinha Lomando  
1ª Secretária: Jaqueline Buttelli  
2ª Secretária: Morgana Marcon  
Tesoureira: Cleonice Sperling Lubisco

### 12ª Gestão CRB-10 - 2000/2002 Conselheiros

Beatriz Bastos Haro  
Eliete Mari Doncato Brasil  
Eliezer Elias dos Santos Marques - Suplente  
Joidi Anselmo de Anselmo  
Lílian Rose Cunha Motta  
Lourdes Maria Agnes  
Lucilena Velleda Meirelles  
Luiza Celeste Michelin - Suplente  
Luz Magali de Andrade Godoy - Suplente  
Marcelo Ferreti Aita  
Marcos Leandro Freitas Hubner  
Maria da Graça Lima Correa  
Maria do Carmo Mizzeti  
Marta Roberto  
Morgana Marcon  
Nelson Oliveira da Silva  
Patrícia Leal Cechinatto  
Regis Maria Domingues  
Rita Conceição Dias  
Romilda Aparecida Teofano  
Sílvia Maria Junglubb – Suplente  
Sonia Marli Barbosa de Freitas  
Vera Lúcia Pressotto - Suplente  
Virginia da Silva Christ

### Diretoria 2000

Presidente: Morgana Marcon  
Vice-Presidente: Marta Roberto  
1ª Secretária: Beatriz Haro

2ª Secretária: Patrícia Leal Cechinatto  
Tesoureiro: Marcelo Ferreti Aita

### Diretoria 2001/2002

Presidente: Morgana Marcon  
Vice-Presidente: Marta Roberto  
1ª Secretária: Beatriz Haro  
2ª Secretária: Eliete Doncato Brasil  
Tesoureiro: Marcelo Ferreti Aita

### 13ª Gestão CRB-10 - 2003/2005 Conselheiros

Angélica Conceição Dias Miranda  
Ceci Marlene Machado Grandi  
Cristina Volz Pereira  
Fabiana Dupont  
Flavia Helena da Silva Monte  
Gilca Maria de Oliveira Santos  
Isabel Merlo Crespo  
Joceli Muller  
Joyce Favila – Vice-Presidente  
Ligia Silva Beheregaray  
Maria Catarina da Maia da Silva  
Mariléa Pinheiro Fabião  
Nêmore Arlindo Rodrigues  
Regis Maria Domingues  
Rosane Koschewitz  
Ruth Sant'helena da Silva  
Solange Padilha Ortiz  
Tânia Leopoldina Angst  
Vera Lúcia Pressotto

### Diretoria 2003

Presidente: Nêmore Arlindo Rodrigues  
Vice-Presidente: Joyce Favila  
Vice-Presidente: Rosane Koschewitz  
(a partir de 17/06/2003)  
1ª Secretária: Mariléa Pinheiro Fabião  
2ª Secretária: Ceci Marlene Machado Grandi  
Tesoureira: Vera Lúcia Pressotto

### Diretoria 2004

Presidente: Nêmore Arlindo Rodrigues  
Vice-Presidente: Mariléa Pinheiro Fabião  
1ª Secretária: Rosane Koschewitz  
2ª Secretária: Isabel Merlo Crespo  
Tesoureiro: Régis Maria Domingues

### Diretoria 2005

Presidente: Nêmore Arlindo Rodrigues  
Vice-Presidente: Mariléa Pinheiro Fabião  
1ª Secretária: Rosane Koschewitz

2ª Secretária: Isabel Merlo Crespo  
Tesoureira: Tânia Leopoldina Angst

### 14ª Gestão CRB-10 - 2006/2008 Conselheiros

Cleonice Sperling Lubisco  
Cristina Volz Pereira  
Débora Dornsbach Soares  
Enriqueta Graciela Dorffmann de Cuartas  
Flavia Helena da Silva Monte  
Iara Breda de Azeredo  
Isabel Merlo Crespo  
João Antonio Friedrich  
Josiane Fonseca da Cunha  
Magda de Conto  
Magda de Oliveira Guimarães  
Marcelo Ferretti Aita  
Maria Cristina Cassol da Cunha  
Sabrina Rosa Vicari  
Simone Sessegolo Petrolli

#### Diretoria 2006

Presidente: Flavia Helena da Silva Monte  
Vice-Presidente: João Antonio Friedrich  
1ª Secretária: Isabel Merlo Crespo  
2ª Secretária: Maria Cristina Cassol da Cunha  
Tesoureiro: Marcelo Ferretti Aita

#### Diretoria 2007/2008

Presidente: João Antonio Friedrich  
Vice-Presidente: Cristina Volz Pereira  
1ª Secretária: Isabel Merlo Crespo  
2ª Secretária: Débora Dornsbach Soares  
Tesoureiro: Marcelo Ferretti Aita

### 15ª Gestão CRB-10 - 2009/2011 Conselheiros

Ana Cristina de Freitas Griebler  
Andréa Campello Beneduzi  
Anelise Tolotti Dias Nardino –  
Suplente/ Renúncia abril/2009  
Angélica Conceição Dias Miranda  
Bárbara Ieger Vianna  
Cleriston Ribeiro Ramos / Renúncia maio/2009  
Débora Dornsbach Soares  
Eliane Maria Severo Gonçalves -  
Renúncia outubro/2010  
Eugênio Carlos Gallicchio Hansen  
Fabiano Couto Correa da Silva  
Janise Silva Borges da Costa - Suplente/  
Renúncia junho/2009  
Loiva Teresinha Serafini

Maria Cecília Fontes da Silveira  
Nariman Marisa Nemmen  
Nelson Oliveira da Silva  
Paulo Cesar Cattelan – Suplente/ Renúncia junho/2009  
Régis Maria Domingues – Renúncia abril/2009  
Simone Costa da Silva  
Sonia Regina Zanotto -  
Tânia Maria Dias Nahra - Renúncia setembro/2009

#### Eleição Suplementar 2009

Alexandre Chow - Renúncia dezembro/2009  
Ana Cristina Prates da Silva  
Débora Jardim Jardim  
Marilis Martins Aguiar  
Flávia da Cruz Brandão - Renúncia abril/2011  
Vera Regina Lionello Danos  
Maria da Graça Artioli

#### Diretoria 2009

Presidente: Débora Dornsbach Soares  
Vice-Presidente: Loiva Teresinha Serafini  
1ª Secretária: Nariman Marisa Nemmen  
2ª Secretária: Sonia Regina Zanotto  
Tesoureiro: Régis Maria Domingues

#### Diretoria 2010

Presidente: Loiva Teresinha Serafini  
Vice-Presidente: Nariman Marisa Nemmen  
1ª Secretária: Nelson Oliveira da Silva  
2ª Secretária: Tânia Maria Dias Nahra  
Tesoureiro: Eugenio Carlos Gallicchio Hansen

#### Diretoria 2011

Presidente: Nelson Oliveira da Silva  
Vice-Presidente: Angélica Conceição Dias Miranda  
1ª Secretária: Ana Cristina de Freitas Griebler  
2ª Secretária: Marilis Martins de Aguiar  
Tesoureira: Andréa Campello Beneduzi

### 16ª Gestão CRB-10 - 2012/2014 Conselheiros

Alexsander Borges Ribeiro  
Ana Cristina Prates Silva - Renúncia fevereiro/2012  
Angélica Conceição Dias Miranda  
Clarisse Olga Arend - Renúncia abril/2012  
Daniel de Souza Cunha  
Débora Jardim Jardim  
Eleonora Liberato Petzhold - Renúncia abril/2012  
Eugênio Carlos Gallicchio Hansen  
– Renúncia março/2012  
Flávia Menezes de Carvalho  
Jeane de Lucia Barros da Silva  
Karen Ribeiro de Freitas Irizaga



Marilis Martins de Aguiar  
Michele Irigaray Moises Pedreira  
- Renúncia março/2012  
Nelson Oliveira da Silva - Renúncia março/2012  
Raquel Cristiane da Silva Guimarães  
- Renúncia abril/2012  
Sibila Francine Tengaten Binotto - Renúncia abril/2014  
Silvana dos Santos Sant'Anna- Renúncia abril/2012

### **Eleição Suplementar 2012**

Ana Cristina de Freitas Griebler  
Ana Paula Araujo Cabral da Silva  
Andréa Campello Beneduzi - Renúncia dezembro/2013  
Maria Salete Ribeiro  
Simone Semensatto  
Tatiana Dihl Perin

### **Diretoria 2012**

Presidente: Angélica Conceição Dias Miranda  
Vice-Presidente: Débora Jardim Jardim  
1ª Secretária: Alexsander Borges Ribeiro  
2ª Secretária: Raquel Cristiane da Silva Guimarães  
Tesoureira: Silvana dos Santos Sant'Anna

### **Diretoria 2013**

Presidente: Angélica Conceição Dias Miranda  
Vice-Presidente: Alexsander Borges Ribeiro  
1ª Secretária: Eleonora Liberato Petzhold  
2ª Secretária: Ana Paula Araujo Cabral da Silva  
Tesoureira: Simone Semensatto

### **Diretoria 2014**

Presidente: Angélica Conceição Dias Miranda  
Vice-Presidente: Alexsander Borges Ribeiro  
1ª Secretária: Ana Paula Araujo Cabral da Silva  
Tesoureira: Simone Semensatto

### **17ª Gestão CRB-10 - 2015/2017 Conselheiros**

Alexsander Borges Ribeiro  
Carlos Eduardo Silveira de Moura  
Daniel de Souza Cunha  
Elisangela da Silva Rodrigues  
Fabiana Dupont  
Flávia Menezes de Carvalho  
Karen Ribeiro de Freitas  
Lidiane Marques Gomes  
Lucas Martins Kern  
Luciana Kramer Pereira Müller  
Luciane Alves Santini  
Marcelo de Souza Silva  
Marcelo Votto Teixeira  
Maria Salete Ribeiro

Rosane Machado de Azevedo  
Simone Semensatto  
Tatiana Dihl Perin

### **Diretoria 2015**

Presidente: Alexsander Borges Ribeiro  
Vice-Presidente: Simone Semensatto  
1ª Secretária: Maria Salete Ribeiro  
2ª Secretária: Marcelo Votto Teixeira  
Tesoureira: Luciana Kramer Pereira Müller

### **Conselho Regional de Biblioteconomia 11ª Região (CRB-11)**

**Amazonas, Acre, Roraima, Rondonia**

### **1ª Gestão CRB-11 - 1983/1984 Conselheiros**

Algenir Ferraz Suano da Silva  
Anarcila Maria Cavalcante Guimarães  
Elizabeth Heitor Pinto  
Francisca Dantas Lima  
Hilda Gomes Cerquinho  
Ivonete Liberato da Silva  
Maria Arlete de Jesus Harrokian  
Maria Carmolinda Marques da Silveira Mourão  
Maria Clara da Gama Bentes  
Marly Barros Costa  
Orange Ribeiro Cinque  
Paulo Olail de Carvalho  
Raimundo Martins de Lima  
Zuleick dos Santos Oliveira

### **Diretoria**

Presidente: Lenize de Oliveira Ribeiro e Reboças  
Vice - presidente: Ivonete Liberato da Silva  
Secretária: Maria Clara da Gama Bentes  
Tesoureira: Marly Barros Costa -

### **2ª Gestão CRB-11 - 1985/1987 Conselheiros**

Ana Luiza Belem Rebello  
Claudete Azize Soares  
Francisca Inês da Rocha Barros  
Francisca Dantas Lima  
Hilda Gomes Cerquinho  
Luzia Labanca Neves de Araújo  
Lucila Claudia Brandão Gonçalves  
Maria Carmolinda Mourão  
Maria da Conceição Andrade Simões  
Maria de Lourdes D'ávila de Andrade  
Miriam Moreira Puga Barbosa

Orange Ribeiro Cinque  
Rita de Cássia Seabra da Silva  
Sílvia de Oliveira Reis  
Vera Maria de Aguiar Carvalho  
Wilma Remédios Greijal Silva

#### Diretoria

Presidente: Raimundo Martins de Lima  
Vice-Presidente: Francisca Dantas Lima  
Secretário: Orange Ribeiro Cinque  
Tesoureira: Hilda Gomes Cerquinho

### 3ª Gestão do CRB-11- 1988/1990 Conselheiros

Alcinéa Fernandes Nogueira  
Clarlete de Souza Maciel  
Ellen Conceição de Moraes Derzi  
Elizabeth Heitor Pinto  
Francisco Ferreira Ladislau  
Iridéa Simonette de Melo  
Ignês Elias  
Kátya Araújo Russo  
Maria das Graças Fernandes Brasil Corrêa  
Maria das Graças Souza Yamada  
Maria de Fátima Dias dos Santos  
Maria Gedalva da Silva Colares  
Marlene Fontenelle Oliveira  
Marlene Pereira da Silva  
Shirley Maria Perdiz Querroz da Costa  
Sol Abtibol Machado  
Tereza Cristina Mota Maia

#### Diretoria

Presidente: Cosme Guimarães da Costa  
Vice – Presidente: Iridéa Simonette de Melo  
Secretária: Tereza Cristina Mota Maia  
Tessoureira: Ellen Conceição de Moraes Derzi

### 4ª Gestão do CRB-11 - 1991/1993 Conselheiros

Ana Luiza Belem Rebelo  
Edda Drummond de Freitas  
Ely Basto de Lima  
Gláucia Regina G. Pinheiro  
Ione Sena Alfaia  
Ivana de Jesus Pinheiro  
Joseliza Lazara Freitas Rezende do Vale  
Marcelo Ramos Botero  
Maria Gilda Spener  
Maria Lenir Oran Fonseca Feitosa  
Roberto da Costa Bianco  
Sílvia Pinheiro Rodrigues

Silva de Oliveira Reis  
Sonia Iracy Lima  
Vera Maria Chaves  
Waldete Moura de Oliveira Cabral  
Yeda Video de Souza

#### Diretoria

Presidente: Edna Tereza Freire Paula  
Vice - Presidente: Waldete Moura de Oliveira Cabral  
Secretária: Maria Gilda Spener  
Tessoureira: Marcelo Ramos Botero

### 5ª Gestão CRB-11 - 1994/1996 Conselheiros

Ana Cristina Bandeira Corrêa  
Alcimar Matta da Silva  
Eurijader de Oliveira Veras  
Flaviano Lima de Quieroz  
Maria do Perpétuo Socorro Lima Verde Coelho  
Maria da Conceição Andrade Simões  
Maria Iolanda Rocha Albertino  
Maria Siméia Alê Girão  
Maria Idalina Araújo da Costa  
Maria de Fátima Prado do Nascimento  
Marlene de Oliveira Queiroz  
Olga Maria Serrão  
Raimunda Eneida Oliveira Barroso  
Roberto da Costa Bianco  
Rosana Silva Câmara  
Rozineide de Lima Amorim  
Sonia Raimunda de Freitas Gaspar

#### Diretoria

Presidente : Marcelo Ramos Botero  
Vice – Presidente: Maria do Perpétuo  
Socorro Lima Verde Coelho  
Secretária: Rozineide de Lima Amorim  
Tessoureira: Roberto da Costa Bianco

### 6ª Gestão CRB-11 - 1997/2000 Conselheiros

Ana Maria Lopes da Costa  
Aurineide Alves Braga  
Elba Carvalho de Araújo Mendonça  
Flaviano Lima de Queiroz  
Jean Carvalho Barbosa  
José Garrido Neto  
Lucila Claudia Brandão Gonçalves  
Marcelino Geraldo Menezes Monteiro  
Maria de Fátima Prado do Nascimento  
Maria Iolanda Rocha Albertino  
Maria Conceição Andrade Simões

Maria do Perpétuo Socorro Verde Coelho  
Maria de Nazaré Moraes Pinheiro  
Marilena Franco Gonçalves  
Oswalney Ramos Pimentel  
Pacífica Gonçalves da Costa  
Raimunda Eneida Oliveira Barroso  
Sonia Raimunda de Freitas Gaspar  
Vânia Lúcia Hounsell de Barros

#### Diretoria

Presidente: Saul Rodrigues de Melo Filho  
Vice - Presidente: Oswalney Ramos Pimentel  
Secretário : José Garrido Neto  
Tesoureiro: Flaviano Lima de Queiroz

### 7º Gestão CRB-11 - 2001/2002 Conselheiros

Ana Cristina Bandeira Correa  
Darcia Francisca da Costa Marinho  
Elba Carvalho de Araújo Mendonça  
Flaviano Lima de Queiroz  
Jean Carvalho Barbosa  
Maria de Fátima Prado do Nascimento  
Maria Antonia Nascimento de Souza  
Maria Iolanda Rocha Albertino  
Marcelino Geraldo Menezes Monteiro  
Oswalney Ramos Pimentel  
Raimunda Eneida Oliveira Barroso  
Saul Rodrigues de Melo Filho  
Suely Moraes Barros  
Ycaro Verçosa dos Santos

#### Diretoria

Presidente – José Garrido Neto  
Vice - Presidente: Ycaro Verçosa dos Santos  
Secretário: Flaviano Lima de Queiroz  
Tesoureira: Raimunda Eneida Oliveira Barroso

### 8ª Gestão CRB-11 - 2003/2005 Conselheiros

Bernardo F. dos Santos  
Clara Balbina Costa Carvalho  
Claudete Augusto Dias Barbosa  
Guilhermina de Melo Terra  
Katia Cristina R. Silva  
Katia de Araujo Lira  
Leina Francisca de M. Medeiros  
Lucivania de Arruda Vieira  
Maria das Graças Leite  
Maria de Fatima Gomes da Silva  
Maria Juvita Rangel Aoyagi  
Maria Madalena Teixeira Araujo

Oneide Barbosa de Andrade  
Rosineide Lima de Amorim  
Sonia Raimunda de Freitas Gaspar  
Sueli Oliveira Moraes  
Vânia Lúcia Hounsell de Barros  
Wanderleia Silva Aguiar  
Ycaro Verçosa dos Santos

#### Diretoria

Presidente: Célia Regina Simonetti Barbalho  
Vice - Presidente: Ycaro Verçosa dos Santos  
Tesoureira: Oneide Barbosa de Andrade

### 14ª Gestão CRB-11 – 2006/2008 Conselheiros

Ana Claudia da Silva Moura  
Celia Alexandre Lira  
Erika Miranda Maciel  
Erilene Pedrosa Bezerra  
Guilhermina de Melo Terra  
lara Lane Araújo da Silva  
Janio Celio Matos D'ávila  
Jucimar Jesus de Almeida  
Leila dos Santos de Jesus  
Leina Francisca de Moraes Medeiros  
Luzia Siqueira dos Santos  
Maria do Perpétuo Socorro Lima Verde Coelho  
Maria Madalena Teixeira de Araújo  
Odimar José Ferreira Parto  
Raquel Alexandre Lira

#### Diretoria

Presidente: Wilson Amorim Monteiro Junior  
Vice- Presidente: Raquel Alexandre Lira  
Tesoureira : Maria do Perpétuo  
Socorro Lima Verde Coelho

### 15ª Gestão CRB-11 – 2008/2011 Conselheiros

Ana Claudia da Silva Moura  
lara Lane Araújo da Silva  
Jucimar Jesus de Almeida  
Janio Celio Matos D'ávila  
Luzia Siqueira dos Santos  
Leila dos Santos de Jesus  
Leina Francisca de Moraes Medeiros  
Maria Madalena Teixeira de Araújo  
Maria do Perpétuo Socorro Lima  
Verde Coelho – Tesoureira  
Odimar José Ferreira Parto  
Wilson Amorim Monteiro Junior – Vice Presidente

### Diretoria

Presidente - Raquel Alexandre Lira

### Interventação 2011

Presidente - Celia Regina Simonetti Barbalho

Interventora: Suely Oliveira Moraes

Interventora: Tatiana Brandão Fernandes

### 16ª Gestão CRB-11 – 2012/2014 Conselheiros

Agnes Freitas dos Santos França

Amanda de Queiroz Bessa

Amanda Susane Gomes Mota

Angela Emi Yanai

Antonia Lucila Almeida Barbosa

Daniele Martins de Oliveira Pereira

Elizete da Silva Dias

Eneida Lúcia Batista da Silva

Jean Charles Racena dos Santos Martins

Jorge Hayder Araújo de Souza

Marcia Cibelle Pontes Batista

Marilane Pacheco Rebello Freitas

Phamela Lima Torres

Raquel dos Santos Maciel

Sáshala Maciel da Silva Lima

Thiago Giordano de Souza Siqueira

### Diretoria

Presidente: Thaís Lima Trindade

Vice- Presidente: Elizete da Silva Dias

Secretária: Sáshala Maciel da Silva Lima

Tesoureira: Antonia Lucila Almeida Barbosa

### 17ª Gestão CRB-11 - 2015/2017 Conselheiros

Andressa Cardoso Correa

Angela Emi Yanai

Antonia Lucila Almeida Barbosa

Elizete da Silva Dias

Eneida Lucia Batista da Silva

Esteban Carlos Arenillas

Leonardo Gomes Remigio

Lisane Marcela Teixeira Laborda Mendes

Mirlene Alencar Bezerra

Nairon Carvalho do Nascimento

Raquel dos Santos Maciel

Regilene Alves de Souza

Rita Cintia Pinto Vieira

Sáshala Maciel da Silva Lima

Thais Lima Trindade

### Diretoria

Presidente – Jorge Hayder Araujo de Souza

Vice - Presidente: Eneida Lucia Batista da Silva

Secretária: Lisane Marcela Teixeira Laborda Mendes

Tesoureira: Thais Lima Trindade

### Conselho Regional de Biblioteconomia 12ª Região (CRB-12)

#### Espírito Santo

**Observação:** Funcionou como 12ª Região de 1984 até 2009, quando foi incorporada à 6ª Região

### 1ª Gestão CRB-12 - 1984/1985 Conselheiros

Aneti Maria de Barros

Aucécia Arrivabeni

Clecy Saiter Araújo Oliveira

Gilcea Freire do Amaral

Heloisa Helena Cruz e Souza

Ida Maria Soares Braga

Ivete Lúcia Orlandi

Lizette Pinheiro de Oliveira

Maria Cecilia Lindemberg Coelho Soares

Maria do Carmo Silva Schwab

Maria Joana de Souza

Maria Olivia Maia

Marlene Silva Rodrigues

Renilda Costa Pinudo

#### Diretoria 1984/1985

Presidente: Aneti Maria de Barros

Vice-Presidente: Marlene Silva Rodrigues

1º Secretário: Maria Joana de Souza

2º Secretária: Clecy Saiter Araújo Oliveira

Tesoureira: Maria Olivia Maia

### 2ª Gestão CRB-12 - 1985/1987 Conselheiros

Aneti Maria de Barros

Barbara Izabel Marques Valle

Clecy Saiter Araújo Oliveira

Gláucia Virginia Boltecha da Silva

Maria da Conceição Carvalho

Maria Ferreira Guimarães

Maria Olivia Maia

Marlene de Crignis Brasil

Rosangela Rangel Santana

Ruth Netto Teixeira

Ilza Ferro

### Diretoria 1985/1987

Presidente: Aneti Maria de Barros  
Vice-Presidente: Rosangela Rangel Santana  
1ª Secretária: Clecy Saiter Araújo Oliveira  
2ª Secretária: Suely Trevas Azevedo Fiorim  
Tesoureira: Maria Olívia Maia  
Tesoureira: Suely Trevas Azevedo Fiorim

### 3ª Gestão CRB-12 - 1988/1990 Conselheiros

Albertina Rosa Carmo Nascimento  
Andrea Alves dos Santos Oliveira  
Angela Borges Daher  
Clecy Saiter Araújo Oliveira  
Cleir Maria Lopes  
Etelvina Nunes Arcello  
Eunice Gomes Ferreira  
Ida Maria Soares Braga  
Isabel Cristina Louzada Carvalho  
Ivete Lúcia Orlandi  
Lourdes Badke Ferreira  
Lucia Helena Miranda Correia  
Luiza Lamas Simões  
Maria Arminda Rodrigues Fiuza  
Maria Cecília Lindemberg Coelho Soares  
Maria Luiza Loures Rocha Perota  
Raimunda Augusta de Queiroz  
Rita de Cassia Rebelo dos Santos

### Diretoria 1988/1990

Presidente: Lourdes Badke Ferreira  
Vice-Presidente: Andrea Alves Dos Santos Oliveira  
1ª Secretária: Cleir Maria Lopes  
2ª Secretária: Isabel Cristina Louzada Carvalho  
Tesoureira: Maria Luiza Loures Rocha Perota

### 4ª Gestão CRB-12 - 1991/1993 Conselheiros

Andrea Alves dos Santos Oliveira  
Antônio César Araújo Feitosa  
Aurea Eliete Gabriel  
Claudia Oliveira Barros Feitosa  
Cleir Maria Lopes  
Eliana Pereira Rodrigues  
Fatima Campana Tedesco  
Gelsa Santana Penha Domingos  
Ida Maria Soares Braga  
Isabel Cristina Louzada Carvalho  
Janete Carvalho de Azevedo  
Karla Andrea Musiero Layber  
Lizette Pinheiro de Oliveira

Lourdes Badke Ferreira  
Lucia Helena Maroto Ferreira  
Maria das Graças de Oliveira  
Maria Luiza Loures Rocha Perota  
Maria Nazaret Loos Espindula  
Raimunda Augusta de Queiroz  
Rodenir do Carmo Zucattelli

### Diretoria 1991/1993

Presidente: Antônio César Araújo Feitosa  
Vice-Presidente: Lourdes Badke Ferreira  
1ª Secretária: Fatima Campana Tedesco  
2ª Secretária: Cleir Maria Lopes  
Tesoureira: Janete Carvalho de Azevedo

### 5ª Gestão CRB-12 - 1994/1996 Conselheiros

Albertina Rosa Carmo Nascimento  
Amélia Maria Jorge Gonçalves  
Antônio Carlos de Almeida  
Antônio César Araújo Feitosa  
Claudia Oliveira Barros Feitosa  
Cleusa Zanetti Monjardim  
Creseunir Miranda Marinho  
Cybelle Maria Moreira Pinheiro  
Dulcinea Sarmento Rosemberg  
Elizete Terezinha Caser Rocha  
Fatima Campana Tedesco  
Francisca Lucia Manhães Rodrigues  
Gracilêa Moreto Patrocínio Nascimento  
Ligia Maria Oliveira Mello  
Lizette Pinheiro de Oliveira  
Lucia Helena Maroto Ferreira  
Maria Alva Amorim Fiedler  
Maria Joana de Souza  
Maria Lindinalva Barcelos Miranda

### Diretoria 1994/1996

Presidente: Antônio César Araújo Feitosa  
Vice-Presidente: Albertina Rosa Carmo Nascimento  
1ª Secretária: Claudia Oliveira Barros Feitosa  
2ª Secretária: Maria Alva Amorim Fiedler  
Tesoureira: Lizette Pinheiro de Oliveira

### 6ª Gestão CRB-12 - 1997/1999 Conselheiros

Cybele Maria Moreira  
Dulcinea Sarmento Rosemberg  
Elizete Terezinha Caser Rocha  
Francisca Lucia Manhães Rodrigues  
Isabel Cristina Louzada Carvalho  
Léa Marcia Chagas Bráz

Lourdes Badke Ferreira  
Lucileide Andrade de Lima  
Maria Alva Amorim Fiedler  
Maria Belarmino Gusmão  
Maria Joana de Souza  
Maria José Pereira da Silva  
Maria Lindinalva Barcelos Miranda  
Maridalva Del Fiume Moschen  
Marlene de Crignis Brasil  
Nadia Alcuri Campos  
Roberta Ribeiro Newman Westmor-Nuffield  
Valeria Lisboa da Silveira

#### Diretoria 1997/1999

Presidente: Maria Joana de Souza  
Vice-Presidente: Lourdes Badke Ferreira  
1ª Secretária: Elizete Terezinha Caser Rocha  
2ª Secretária: Lucileide Andrade de Lima  
Tesoureira: Maria José Pereira da Silva

#### 7ª Gestão CRB-12 - 2000/2002 Conselheiros

Arlete Franco  
Deusdedet Alle Son  
Edlene Simões  
Euler Sinoir de Oliveira  
Graciléa Moreto Patrocínio Nascimento  
Joana D'Arc Masioli  
Léa Marcia Chagas Bráz  
Lourdes Badke Ferreira  
Lucelena Barcellos Sarmento  
Lucileide Andrade de Lima  
Marcelo Nair dos Santos  
Maria Auxiliadora Saldanha Lacerda  
Maria José Pereira da Silva  
Maria Madalena Batista Queiroz  
Maridalva Del Fiume Moschen  
Marli Rodrigues Coppo  
Maurina Basílio de Souza Martins  
Rosana Nascimento Costa  
Rosany Lobo Tarilonte  
Sonia Maria de Oliveira Bragança  
Sônia Regina Costa

#### Diretoria 2000/2002

Presidente: Lucileide Andrade de Lima  
Vice-Presidente: Joana D'arc Masioli  
1ª Secretária: Sonia Maria de Oliveira Bragança  
2ª Secretária: Rosany Lobo Tarilonte  
Tesoureira: Maridalva Del Fiume Moschen

#### 8ª Gestão CRB-12 - 2003/2005 Conselheiros

Anacoeli Cacciari  
Andreza Aparecida Borges Antunes  
Carlos Augusto Dias  
Edlene Simões  
Eliezer Chagas  
Fábio Lima Barbosa  
Genilda Maria Quirino  
Heliomar Cavati Sobrinho  
Leticia Pedroni de Oliveira  
Liliane Carneiro Maia  
Maria Marlene de Oliveira  
Marise Terra Lachini  
Maurina do Carmo dos Santos  
Meri Nádía Marques Gerlin  
Pedro Roberto Pedrosa  
Rogéria Gomes Belchior  
Rossania Maria Pereira Prates

#### Diretoria 2003/2005

Presidente: Eliezer Chagas  
Vice-Presidente: Edlene Simões  
1ª Secretária: Meri Nádía Marques Gerlin  
2ª Secretária: Liliane Carneiro Maia  
Tesoureiro: Fábio Lima Barbosa

#### 9ª Gestão CRB-12 - 2006/2008 Conselheiros

Adma Meschiatti Vasconcellos  
Aline Kuplich  
Ana Maria Ramos Pacheco  
Celina Busato Soprani  
Eugênia Magna Broseguini  
Francisca Helena Correa Letier  
Giovanna Marcia Valfre Pereira  
Gleice Pereira  
Leticia Pedroni de Oliveira  
Marcela Lopes Mendonça Coelho de Amorim  
Neida Maria Araujo de Castro Costa  
Perla Rodrigues Lobo  
Ubiracy Lyrio Silva Cota  
Victor Barroso Oliveira

#### Diretoria 2006/2008

Presidente: Eugênia Magna Broseguini  
Vice-Presidente: Giovanna Marcia Valfre Pereira  
1ª Secretária: Ubiracy Lyrio Silva Cota  
2ª Secretária: Marcela Lopes  
Mendonça Coelho de Amorim  
Tesoureiro: Victor Barroso Oliveira



## 10ª Gestão CRB-12 - 2009

### Conselheiros

Arlaine da Silva Gave  
Carla Erler Mattos Batista  
Domingos Sávio Cogo  
Eliana Terra Barbosa  
Fernanda Samora Dias Borges  
Glauca Calmon de Aguiar  
Hermelinda Peixoto Pereira Martins  
Joanicy Leandra Pereira  
Katia Monteiro  
Kelly Rita de Azevedo  
Lindalva Maria Cardoso Conceição  
Marcelle da Silva Coelho Queiroz  
Maria José Valentim Nunes  
Nilceia Giestas Dias  
Regina Batista Paixão  
Rosany Azeredo  
Sílvia Rodrigues de Andrade

### Diretoria

Presidente: Sílvia Rodrigues de Andrade  
Vice-Presidente: Katia Monteiro  
1ª Secretária: Marcelle da Silva Coelho Queiroz  
2ª Secretária: Hermelinda Peixoto Pereira Martins  
Tesoureira: Regina Batista Paixão

## Conselho Regional de Biblioteconomia 13ª Região ( CRB-13)

### Maranhão

## 1ª Gestão CRB-13 - 1983/1984 Conselheiros

Adozinha Ewerton Oliveira  
Anaísa Caminha Gaspar  
Aurora da Graça Almeida  
Cecília dos Santos Nahuz  
Celeste Amancia Aranha e Silva  
Célia Maria Braid Simões  
Iade Maria de Jesus Muniz  
Marcia Teresa da Rocha Pimenta  
Maria Aparecida França Cruz  
Maria da Graça de Faria Moura  
Maria de Jesus Martins Braga  
Maria dos Remédios Marques da Cunha  
Maria Eugênia Salles Branco de Almeida  
Rosália Maria Aguiar Gaspar  
Sonia Acosta Martins

### Diretoria 1983

1ª Presidente: Darcy de Jesus Moraes Silva

## Diretoria 1984

Presidente: Maria Eugênia Salles Branco de Almeida  
Vice-Presidente: Maria de Jesus Martins Braga  
1ª Secretária: Marcia Teresa da Rocha Pimenta  
2ª Secretária: Sonia Acosta Martins  
Tesoureira: Maria dos Remédios Marques da Cunha

## 2ª Gestão CRB-13 - 1985/1987 Conselheiros

Adir Alves de Carvalho  
Cecilde Miranda Teixeira dos Santos  
Glacy Pereira Martins de Oliveira  
Júlia Maria Sodré Campos  
Lélia Edwíges Gomes dos Santos  
Maria Cristina Urbano de Araujo  
Martildes Gregória Castro Magalhães  
Nair Ramos Dias  
Raimunda Lucy Thomé  
Rita Marques Portella Ferreira  
Rosângela Galvão Meireles  
Roseana do Carmo Silva Pereira  
Terezinha de Jesus Amaral da Silva

### Diretoria 1985/1987

Presidente: Rita Marques Portella Ferreira  
Vice-Presidente: Adir Alves de Carvalho  
1ª Secretária: Terezinha de Jesus Amaral da Silva  
2ª Secretária: Raimunda Lucy Thomé  
Tesoureira: Lélia Edwíges Gomes dos Santos

## 3ª Gestão CRB-13 - 1988/1990 Conselheiros

Adir Alves de Carvalho  
Cecilde Miranda Teixeira dos Santos  
Cecília dos Santos Nahuz  
Eliomar de Jesus Franco Reis  
Elza Maria Santos Martins  
Georgina Martins Moreira Lima  
Inete dos Santos Assunção  
Júlia Maria Sodré Campos  
Maria do Socorro Sousa Dias  
Maria dos Remédios Ribeiro dos Santos  
Maria Isabel Smith Fonseca  
Mercedes Araújo de Azevedo  
Porfíria Melo Gomes Lobão  
Rosemary Ramos Santos  
Sílvia Teresa Santiago de Figueiredo  
Simone Lucília Andrade Macieira  
Terezinha de Jesus Amaral da Silva  
Violeta de Jesus Pinheiro de Azevedo

### Diretoria 1988/ 1990

Presidente: Adir Alves de Carvalho  
Vice-Presidente: Cecilde Miranda Teixeira dos Santos  
1ª Secretária: Georgina Martins Moreira Lima  
2ª Secretária: Violeta de Jesus Pinheiro de Azevedo  
Tessoureira: Elza Maria Santos Martins

### 4ª Gestão CRB-13 - 1991/1993 Conselheiros

Cecília Maria Braide Ribeiros Simões  
Conceição de Maria Silva Rios  
Darcy de Jesus Moraes Silva  
Eliana Oliveira Santos  
Elza Maria Santos Martins  
Fernanda Cristina Ribeiro Borgneth  
Glacy Rabêlo Coêlho  
Graça Regina Fernandes Tavares  
Ilnete dos Santos Assunção  
Magnólia Everton Costa  
Maria do Rosário de Fátima Matos Barbosa  
Maria do Socorro Souza Dias  
Maria José Calado Pereira  
Maria Mary Ferreira  
Moisés da Costa Silva  
Porfíria Melo Gomes Lobão  
Roseana do Carmo Silva Ferreira

### Diretoria 1991/1993

Presidente: Maria Mary Ferreira  
Vice-Presidente: Darcy de Jesus Moraes Silva  
1ª Secretária: Glacy Rabêlo Coêlho  
2ª Secretária: Conceição de Maria Silva Rios  
Tessoureira: Elza Maria Santos Martins

### 5ª Gestão CRB-13 - 1994/1996 Conselheiros

Benedita de Loyola Vale Mendes  
Cláudia Maria Pinho de Abreu Pecegueiro  
Elcinete de Jesus Coutinho  
Eliana Oliveira Santos  
Eline Rosa Baldez  
Fernanda Cristina Ribeiro Borgneth  
Lúcia de Fátima Moreira Serra e Silva  
Magnólia Ewerton Costa  
Maria da Glória Serra Pinto de Alencar  
Maria de Fátima Ribeiro Santos  
Maria Isabel Smith Fonseca  
Maria Raimunda Santos  
Marilúcia Basileu Bandeira  
Moisés da Costa Silva  
Simone Lucília Andrade Macieira

Suely Maria Pastor Almeida Martins  
Violeta de Jesus Pinheiro de Azevedo

### Diretoria 1994

Presidente: Simone Lucília Andrade Macieira  
Vice-Presidente: Cláudia Maria Pinho de Abreu Pecegueiro  
1ª Secretária: Lúcia de Fátima Moreira Serra e Silva  
2ª Secretária: Eliana Oliveira Santos  
Tessoureira: Eline Rosa Baldez

### Diretoria 1995/1996

Presidente: Cláudia Maria Pinho de Abreu Pecegueiro  
Vice-Presidente: Moisés da Costa Silva  
1ª Secretária: Magnólia Ewerton Costa  
2ª Secretária: Eliana Oliveira Santos  
Tessoureira: Benedita de Loyola Vale Mendes

### 6ª Gestão CRB-13 - 1997/1999 Conselheiros

Aline Carvalho do Nascimento  
Eliane Maria Sousa Teixeira  
Eulina Silva de Sousa  
Ilka Ocirema Fernandes Azevedo  
Joseane Maria de Souza  
Kélia Rachel Alves da Silva  
Maria de Fátima Oliveira Costa Pinheiro  
Maria de Jesus Câmara França  
Maria Nascimento Fonseca de Sousa  
Maria Raimunda Vieira dos Santos  
Marilúcia Basileu Bandeira  
Porfíria Melo Gomes Lobão  
Raimunda de Jesus Araújo Ribeiro  
Raimunda Nonata Araújo Teixeira  
Raimunda Nonata Nogueira  
Rosa Maria Ferreira Lima  
Susane Maria Pinto Viégas

### Diretoria 1997/1999

Presidente: Rosa Maria Ferreira Lima  
Vice-Presidente: Aline Carvalho do Nascimento  
1ª Secretária: Raimunda Nonata Araújo Teixeira  
2ª Secretária: Kélia Rachel Alves da Silva  
1ª Tessoureira: Porfíria Melo Gomes Lobão  
2ª Tessoureira: Joseane Maria de Souza

### 7ª Gestão CRB-13 - 2000/2002 Conselheiros

Ana Maria de Moura Serra Pires  
Berenice Gomes da Silva  
Cássia Cordeiro Furtado  
Claudia Féres Leite

Dione Sousa Rio Branco  
Elidinalva Silva de Sousa  
Elza Maria Santos Martins  
Eulina Silva de Sousa  
Gezane Leitão Frazão  
Marcio Henrique de Jesus Almeida  
Maria Aldenir dos Santos Nunes  
Maria Aparecida França Cruz  
Maria de Jesus Câmara França  
Maria do Rosário de Fátima Matos Barbosa  
Maria José Pinheiro e Silva  
Moisés da Costa Silva  
Porfíria Melo Gomes Lobão  
Raimunda Nonata Nogueira

#### Diretoria 2000/2002

Presidente: Moisés da Costa Silva  
Vice-Presidente: Berenice Gomes da Silva  
1ª Secretária: Claudia Féres Leite  
2ª Secretária: Marcio Henrique de Jesus Almeida  
Tesoureira: Porfíria Melo Gomes Lobão

#### 8ª Gestão CRB-13 - 2003/2005 Conselheiros

Ana Maria de Moura Serra Pires  
Conceição de Maria Silva Rios  
Dione Sousa Rio Branco  
Elza Maria dos Santos Martins  
Gilvan Oliveira Barros Júnior  
Kássia Fontenele Barros Amorim  
Magnólia Ewerton Costa  
Marcio Henrique de Jesus Almeida  
Maria Aldenir dos Santos Nunes  
Maria Aparecida França Cruz  
Maria do Rosário Guimarães Almeida  
Maria Francisca Lima da Silva  
Maria José Araújo Cardoso  
Maria José Pinheiro e Silva  
Moisés da Costa Silva  
Osenira Silva Gonçalves  
Raimunda de Jesus Araújo Ribeiro  
Silvelene da Silva Evangelista

#### Diretoria 2003/2005

Presidente: Moisés da Costa Silva  
Vice-Presidente: Maria do Rosário Guimarães Almeida  
1ª Secretária: Ana Maria de Moura Serra Pires  
2ª Secretária: Marcio Henrique de Jesus Almeida  
Tesoureira: Dione Sousa Rio Branco

#### 9ª Gestão CRB-13 - 2006/2008 Conselheiros

Aline Carvalho do Nascimento  
Cenidalva Miranda de Sousa Teixeira  
Eudes Garcêz de Sousa Silva  
Ivanilde de Jesus Cordeiro  
Joseane Maria de Sousa  
Ledany Marinho Veloso  
Magnólia de Sousa Bandeira de Melo  
Maria da Conceição Pereira de Sousa  
Maria de Fátima Almeida Braga  
Maria de Fátima Matos Barbosa  
Maria do Rosário Guimarães Almeida  
Maria Rosivalda da Silva Pereira  
Raimunda de Jesus Araujo Ribeiro  
Regina Célia Veiga  
Vanessa Alexandra Sousa Gomes

#### Diretoria 2006/2008

Presidente: Maria do Rosário Guimarães Almeida  
Vice-Presidente: Aline Carvalho do Nascimento  
1ª Secretária: Maria Rosivalda da Silva Pereira  
2ª Secretária: Joseane Maria de Sousa  
Tesoureira: Maria da Conceição Pereira de Sousa

#### 10ª Gestão CRB-13 - 2009/2011 Conselheiros

Ana Maria de Moura Serra Pires  
João Maia Barreto  
Karen Letícia Trindade Bertoldo  
Luhilda Ribeiro Silveira  
Maika Rodrigues Amorim  
Marcelo Diniz  
Maria Aldenir dos Santos Nunes  
Maria de Fátima Pereira Lima  
Maria Mary Ferreira  
Moisés da Costa Silva  
Porfíria Melo Gomes Lobão  
Silvana Maria de Jesus Vetter  
Tatiana Cotrim Serra Freire

#### Diretoria 2009/2011

Presidente: Maria Mary Ferreira  
Vice-Presidente: Moisés da Costa Silva  
1ª Secretária: Silvelene da Silva Evangelista  
2ª Secretária: Maika Rodrigues Amorim  
Tesoureiro: João Maia Barreto

#### 11ª Gestão CRB-13 - 2012/2014 Conselheiros

Adriana Ferreira Kós  
Carlos Magno Belo Pereira

Cláudia Maria Pinho de Abreu Pecegueiro  
Dirlene Santos Barros  
Edilene Ribeiro Campos  
Gilvane Carvalho Ferreira  
Joseana Costa Lemos  
Karen Letícia Trindade Bertoldo  
Luciane de Jesus Silva e Silva  
Marcelo Wernek de Sousa Saraiva  
Michele Silva Pinto  
Raimunda Nonata Nogueira  
Rutinéia Amaral Monteiro  
Silvana Maria de Jesus Vetter  
Silvelene da Silva Evangelista  
Tatiana Cotrim Serra Freire  
Wilbert Santos Rayol

#### Diretoria 2012/2014

Presidente: Silvelene da Silva Evangelista  
Vice-Presidente: Carlos Magno Belo Pereira  
1ª Secretária: Gilvane Carvalho Ferreira  
2ª Secretária: Karen Letícia Trindade Bertoldo  
Tesoureiro: Moisés da Costa Silva

#### 12ª Gestão CRB-13 - 2015/2017 Conselheiros

Adna Soares Lobato  
Adriana Ferreira Kós  
Aldinar Martins Bottentuit  
Ana Lourdes dos Anjos Costa  
Carlos Magno Belo Pereira  
Claudence Monteiro Goulart  
Gilberto de Sousa Mendonça Júnior  
Janaína Moraes Costa  
Katiane de Abreu Souza  
Larissa Verônica Moreira  
Leoneide Maria Brito Martins  
Luzane das Graças Leite Frazão  
Marcio Henrique de Jesus Almeida  
Silvana Cristina Gusmão Moraes  
Silvânia Garcêz Vieira  
Thais dos Santos Rodrigues  
Vanessa Alexandra Sousa Gomes

#### Diretoria 2015/2017

Presidente: Leoneide Maria Brito Martins  
Vice-Presidente: Carlos Magno Belo Pereira  
1ª Secretário: Marcio Henrique de Jesus Almeida  
2ª Secretária: Luzane das Graças Leite Frazão  
Tesoureira: Silvana Cristina Gusmão Moraes

#### Conselho Regional de Biblioteconomia 14ª Região (CRB-14) Santa Catarina

#### 1ª Gestão CRB-14 - 1985/1987

Amélia Zílio  
Ana Lucia de Andrade  
Irene Borgert Coelho  
Ivonir Terezinha Henrique  
Layse Gomes Bento  
Liene Campos  
Marcia Pereira Veras  
Maria Helena Kruger  
Maria Inês Schambeck  
Maria Margarete Sell da Mata  
Marília Maria Roslindo Damiani Costa  
Mauro Tessari  
Miguel Augusto Forbeck Faraco  
Narcisa de Fátima Amboni  
Sílvia Regina Cardeal

#### Diretoria 1985

Presidente: Marília Maria Roslindo Damiani Costa  
Vice-Presidente: Miguel Augusto Forbeck Faraco  
1ª Secretária: Sílvia Regina Cardeal  
2ª Secretária: Liene Campos  
Tesoureira: Ana Lucia de Andrade

#### Diretoria 1986

Presidente: Ana Lucia de Andrade  
Vice-Presidente: Mauro Tessari  
1ª Secretária: Maria Margarete Sell da Mata  
2ª Secretária: Liene Campos  
Tesoureiro: Miguel Augusto Forbeck Faraco

#### Diretoria 1987

Presidente: Miguel Augusto Forbeck Faraco  
Vice-Presidente: Mauro Tessari  
1ª Secretária: Amélia Zílio  
2ª Secretária: Maria Inês Schambeck  
Tesoureira: Márcia Pereira Veras

#### 2ª Gestão CRB-14 - 1988/1990

Amélia Silveira  
Ana Maria Juliano Cella  
Ceci Marchesan  
Isaura Bet  
Ivonir Terezinha Henrique  
Marcia Pereira Veras  
Maria da Graça Graciosa Bär  
Maria Inês de Amorim

Marina Schutel  
Miriam Schlickmann  
Neide Terezinha Aguiar  
Ory Terezinha Lisboa Muller  
Renata Coutinho Prado  
Rosalvio José Sartortt  
Soraya Arruda Waltrick  
Sueni Juraci de Mello dos Santos  
Vera Lúcia Veiga de Souza  
Volneti Pedrinha Andriolli

### Diretoria 1988/1990

Presidente: Ana Maria Juliano Cella  
Vice-Presidente: Rosalvio José Sartortt  
1ª Secretária: Soraya Arruda Waltrick  
2ª Secretária: Neide Terezinha Aguiar  
Tessoureira: Cleci Marchesan

### 3ª Gestão CRB-14 - 1991/1993

Célia Regina Moraes de Souza  
Eliana Maria Bahia  
Elizabeth Helena Braga Moreira  
Eni Besen  
Izar Maria de Freitas Gonçalves  
Luzia Guesser  
Magda Nereide Copetti  
Mari Stela Homem  
Maria Aparecida Alexandre  
Maria de Lourdes Fortes Scirea  
Maria Helena Lorenzon  
Maria Lourdes Blatt Ohira  
Miriam Schlickmann  
Mirian Margô Kessin  
Nilto Rogério Kammers  
Regina Scharf  
Rosângela de Oliveira do Valle Pereira  
Sergio Luiz Siebert

### Diretoria 1991/1993

Presidente: Nilto Rogério Kammers  
Vice-Presidente: Eni Besen  
1ª Secretária: Regina Scharf  
2ª Secretária: Maria Helena Lorenzon  
Tessoureira: Rosângela de Oliveira do Valle Pereira

### 4ª Gestão CRB-14 - 1994/1996

Amélia Silveira  
Amélia Zílio  
Angélica Gorges do Amaral  
Cleci Marchesan  
Daurecy Camilo  
Edina Nami Regis

Heloisa Maria de Oliveira  
Isabela Salum Fett  
Ivonir Terezinha Henrique  
Maria Aparecida Sell  
Maria Genoveva Lemos  
Maria Ghisoni Del Rio  
Maria Helena Kruger  
Maria Inês Eyng  
Maria Zulmira Porto Quites  
Marina Schutel  
Mirian Betti de Oliveira Kinchescki  
Zuleide Figueiredo Patrício

### Diretoria 1994

Presidente: Amélia Silveira  
Vice-Presidente: Maria Aparecida Sell  
1ª Secretária: Mirian Betti de Oliveira  
Kinchescki/Amélia Zílio  
2ª Secretária: Maria Genoveva Lemos  
Tessoureira: Maria Inês Eyng

### Diretoria 1995

Presidente: Amélia Silveira  
Vice-Presidente: Maria Aparecida Sell  
1ª Secretária: Amélia Zílio/Angélica Gorges do Amaral  
2ª Secretária: Maria Genoveva Lemos  
Tessoureiro: Daurecy Camilo

### Diretoria 1996

Presidente: Maria Aparecida Sell  
Vice-Presidente: Cleci Marchesan  
1ª Secretária: Angélica Gorges do Amaral  
2ª Secretária: Maria Genoveva Lemos  
Tessoureiro: Daurecy Camilo

### 5ª Gestão CRB-14 - 1997/1999

Angélica Gorges do Amaral  
Araci Isaltina de Andrade  
Daurecy Camilo  
Dirce Terezinha Nunes  
Heloisa Maria de Oliveira  
Heloisa Nascimento  
Ieda Maria Souza de Oliveira  
Isabela Salum Fett  
Leny Helena Brunel Rodrigues  
Márcia Regina Domingues  
Maria Aparecida Sell  
Maria Genoveva Lemos  
Maria Lourdes Blatt Ohira

Noêmia Schoffen Prado  
Rosângela Westrupp  
Rosemeri Espindola Isidoro  
Salette Cecília de Souza  
Virginia Ana Zimmermann

#### Diretoria 1997

Presidente: Maria Aparecida Sell  
Vice-Presidente: Heloisa Maria de Oliveira  
1ª Secretária: Rosemeri Espindola Isidoro  
2ª Secretária: Angélica Gorges do Amaral  
Tessoureira: Araci Isaltina de Andrade

#### Diretoria 1998-1999

Presidente: Maria Aparecida Sell  
Vice-Presidente: Maria Lourdes Blatt Ohira  
1ª Secretária: Salette Cecília de Souza  
2ª Secretária: Angélica Gorges do Amaral  
Tessoureira: Araci Isaltina de Andrade

#### 6ª Gestão CRB-14 - 2000/2002

Ana Claudia Philippi  
Ana Maria Fernandes  
Aristeu Antunes de Oliveira  
Cristiane Regina Andretti  
Evanilde Maria Moser  
Grazielle de Oliveira  
Ivania Aparecida Morche Jesus  
Maria Lourdes Blatt Ohira  
Marisa Gadotti Rodrigues  
Marouva Fallgatter Faqueti  
Renata Weingartner Rosa  
Rosane Figueiredo Estevão  
Salette Cecília de Souza  
Soraya Arruda Waltrick  
Talita de Almeida Telemberg Soares  
Virginia Ana Zimmermann

#### Diretoria 2000

Presidente: Virginia Ana Zimmermann  
Vice-Presidente: Rosane Figueiredo Estevão/  
Talita de Almeida Telemberg Soares  
1ª Secretária: Salette Cecília de Souza  
2ª Secretária: Talita de Almeida Telemberg Soares  
Tessoureira: Maria Lourdes Blatt Ohira/  
Talita de Almeida Telemberg Soares

#### Diretoria 2001

Presidente: Virginia Ana Zimmermann  
Vice-Presidente: Maria Lourdes Blatt Ohira/  
Talita de Almeida Telemberg Soares

1ª Secretária: Salette Cecília de Souza  
2ª Secretária: Marisa Gadotti Rodrigues  
Tessoureiros: Talita de Almeida Telemberg Soares/Aristeu Antunes de Oliveira

#### Diretoria 2002

Presidente: Virginia Ana Zimmermann  
Vice-Presidente: Talita de Almeida Telemberg Soares  
1ª Secretária: Salette Cecília de Souza  
2ª Secretária: Marisa Gadotti Rodrigues  
Tessoureiro: Aristeu Antunes de Oliveira

#### 7ª Gestão CRB-14 - 2003/2005

Amércia Izabel Buzzi  
Carmen Enilda de Souza Barneche  
Daurecy Camilo  
Edina Mari Cavichioli  
Elenice Regina Gorges  
Gilberto Martins Galvão  
Josete de Almeida Burg Cordeiro  
Leonor Salles Quaresma  
Luciano Soares Duarte  
Márcia Regina Coelho  
Márcia Teresinha de Borja Ramalho  
Maria de Fátima Morelli Misturini  
Mônica Machado Messeder  
Rosalba Elisabeth de Paula  
Rosalvio José Sartortt  
Rosana Rita Mattos  
Roseli Olga da Silva Marian  
Stela Marisa Coelho Thives dos Santos

#### Diretoria 2003

Presidente: Rosalba Elisabeth de Paula  
Vice-Presidente: Márcia Teresinha de Borja Ramalho/Márcia Regina Coelho  
1ª Secretária: Roseli Olga da Silva Marian  
2ª Secretária: Carmen Enilda Souza Barneche/  
Maria de Fátima Morelli Misturini  
Tessoureiro: Daurecy Camilo

#### Diretoria 2004

Presidente: Márcia Regina Coelho  
Vice-Presidente: Daurecy Camilo  
1ª Secretária: Mônica Machado Messeder  
2ª Secretária: Rosana Rita Mattos  
Tessoureira: Leonor Salles Quaresma

#### Diretoria 2005

Presidente: Leonor Salles Quaresma  
Vice-Presidente: Márcia Regina Coelho



1ª Secretária: Mônica Machado Messeder

2ª Secretária: Rosana Rita Mattos

Tesoureiro: Daurecy Camilo

## 8ª Gestão CRB-14 - 2006/2008

Almerinda Guedes de Castro

Ana Lúcia Zaia Costa

Daurecy Camilo

Deisi Martignago

Eliana Paula Turmina

Eloísa Alves Scheidt

Gyance Carpes

Josete de Almeida Burg

Kelly Cristhiany Vieira

Leonor Salles Quaresma

Mônica Machado Messeder

Raquel Matys Cardenuto

Rosana Chaves Abatti

Rosaura Schmitz Schweitzer

Talita de Almeida Telemberg Soares

### Diretoria 2006/2007

Presidente: Talita de Almeida Telemberg Soares

Vice-Presidente: Ana Lúcia Zaia Costa

1ª Secretária: Eloísa Alves Scheidt

2ª Secretária: Raquel Matys Cardenuto

Tesoureira: Rosana Chaves Abatti

### Diretoria 2007/2008

Presidente: Ana Lúcia Zaia Costa

Vice-Presidente: Talita de Almeida Telemberg Soares

1ª Secretária: Eloísa Alves Scheidt

2ª Secretária: Raquel Matys Cardenuto

Tesoureira: Rosana Chaves Abatti

## 9ª Gestão CRB-14 - 2009/2011

Ana Lúcia Zaia Costa

Angélica Gorges

Carina Marcolla Vasques

Caroline da Rosa Ferreira

Débora Maria Russiano Pereira

Deisi Martignago

Elenice Regina Gorges

Élia Mara Magalhães Brites

Eliane Espíndola Vieira

Eloísa Alves Scheidt

Gizelle Freitas

Luiz Carlos Peres

Manoelle Cristine Dalri Milano

Maria Guilhermina da Cunha Salasário

Marli Machado

Michele Beck Schröer

Rachel Viana de Souza Balthazar

Raquel Matys Cardenuto

Rosana Chaves Abatti

Úrsula Blattmann

Viviane Mehlan

### Diretoria 2009/2010

Presidente: Ana Lúcia Zaia Costa

Vice-Presidente: Carina Marcolla Vasques

1ª Secretária: Débora Maria Russiano Pereira

2ª Secretária: Luiz Carlos Peres

Tesoureira: Rosana Chaves Abatti

### Diretoria 2010/2011

Presidente: Ana Lúcia Zaia Costa

Vice-Presidente: Luiz Carlos Peres

1ª Secretária: Maria Guilhermina da Cunha Salasário

2ª Secretária: Michele Beck Schröer

Tesoureira: Rosana Chaves Abatti

## 10ª Gestão CRB-14 - 2012/2014

Angela Schmidt Hoinascki

Augiza Karla Boso

Caroline da Rosa Ferreira Becker

Daurecy Camilo

Elenice Regina Gorges

Eliane Espíndola Vieira

Gyance Carpes

Hivelyse Rodrigues

Ilma Flôres

Juliano Ricardo Zimmermann

Luiz Carlos Peres

Marcelo Ladislau da Silva

Marli Machado

Michele Beck Schröer

Mônica Machado Messeder

Paula Sanhudo da Silva

Verônica dos Santos Ferreira

### Diretoria 2012

Presidente: Eliane Espíndola Vieira

Vice-Presidente: Marli Machado

1ª Secretária: Augiza Karla Boso

2ª Secretária: Gyance Carpes

Tesoureiro: Daurecy Camilo

### Diretoria 2013/2014

Presidente: Gyance Carpes

Vice-Presidente: Marli Machado

1ª Secretária: Augiza Karla Boso

2ª Secretária: Verônica dos Santos Ferreira

Tesoureiros: Daurecy Camilo/Michele Beck Schröer

### 11ª Gestão CRB-14 - 2015/2017

Ana Lúcia Zaia Costa  
Caroline Santos de Cisne  
Cristiane Salvan Machado  
Daurecy Camilo  
Eliane Espíndola Vieira  
Esni Soares da Silva  
Gyance Carpes  
Josete de Almeida Burg  
Juliano Ricardo Zimmermann  
Kátia Simone Góes Rabelo  
Leandro Pinheiro  
Maísa de Amorim Bleyer  
Marclio Bagatin Silva  
Maria José Maurício  
Maria Lourdes Blatt Ohira  
Rachel Viana de Souza Balthazar  
Verônica dos Santos Ferreira

#### Diretoria 2015/2017

Presidente: Juliano Ricardo Zimmermann  
Vice-Presidente: Maria Lourdes Blatt Ohira  
1ª Secretária: Caroline Santos de Cisne  
2ª Secretária: Josete de Almeida Burg  
Tesoureiro: Daurecy Camilo

### Conselho Regional de Biblioteconomia 15ª Região (CRB-15)

#### Paraíba, Rio Grande do Norte

### 1ª Gestão CRB-15 - 2009/2011

Alzira Karla Araújo da Silva  
Ediane Toscano Galdino de Carvalho  
Elaine Cristina de Brito Moreira  
Ilza da Silva Fragoso  
João Bosco de Medeiros  
Luzia Bernardo da Silva  
Marilene Alves Motta  
Rita da Silva Leite  
Severina Sueli da Silva Oliveira

#### Diretoria

Presidente: Severina Sueli da Silva Oliveira  
Vice-Presidente: Ediane Toscano Galdino de Carvalho  
1ª Secretária: Alzira Karla Araújo da Silva  
2ª Secretária: Ilza da Silva Fragoso  
Tesoureira: Rita da Silva Leite

### 2ª Gestão CRB-15 - 2012/2014

Adriana Rangel Pereira  
Alba Lúcia de A. Silva

Elaine Cristina de Brito Moreira  
Ilza da Silva Fragoso  
João Bosco de Medeiros  
Luzia Bernardo da Silva  
Marilene Alves Motta  
Rita da Silva Leite  
Severina Sueli da Silva Oliveira

#### Diretoria 2012/2014

Presidente: Severina Sueli da Silva Oliveira  
Vice-Presidente: João Bosco de Medeiros  
1ª Secretária: Adriana Rangel Pereira  
2ª Secretária: Ilza da Silva Fragoso  
Tesoureira: Rita da Silva Leite

### 3ª Gestão CRB-15 - 2015/2017

Adriana Rangel Pereira  
Ana Claudia Medeiro  
Cybelle Macedo Nunes  
Esdras Renan Farias Dantas  
Eveline Filgueiras Gonçalves  
Fernando Augusto Alves Vieira  
Jacqueline de Castro Rimá  
Jovirene Joaquim Pereira  
Juliana da Silva Paiva  
Kleber Trajano de Sousa  
Leonardo de Oliveira Cavalcante  
Liliane Braga Rolin H de Sousa  
Maria Antônia de Sousa  
Sebastião Lopes Galvão Neto  
Tatiana de Fatima Cavalcante Silva  
Vanessa Christiane Alves de Souza Borba

#### Diretoria 2015/2017

Presidente: Leonardo de Oliveira Cavalcante  
Vice-Presidente: Adriana Rangel Pereira  
1ª Secretária: Tatiana de Fatima Cavalcante Silva  
2ª Secretária: Ana Claudia Medeiros  
Tesoureira: Cybelle Macedo Nunes

## Funcionários, assessores e prestadores de serviços do CFB

Os registros constantes no CFB informam sobre a forma diferente como foi o contrato do seu primeiro funcionário, o Sr. Washington Soares da Silva que aqui permaneceu por 10 anos, no período de 01/10/1969 a 15/09/1979.

A partir de então, vários profissionais foram contratados e contribuíram, em muito, com as atividades do CFB e a eles nossos agradecimentos:

Ademar Ornelas Durões  
Adriane Dias Ferreira  
Adriane Maria da Silva Meira  
Carlos Antonio Caldeiras Nunes  
Carlos Antonio dos Santos  
Claudia Moreira das Dores  
Clidenôr Rodrigues de Araújo  
Emerson Teixeira Santos  
Flávia Meneleu Brandão Gracindo  
Guilherme de Seabra Coelho  
Guilherme de Seabra Coelho  
Hélia Carolina Nadler de Freitas Braga  
Hélio Letti Vieira  
Hélio Letti Vieira  
Hernandes Ribeiro de Souza  
Hugo Ferreira de Moura  
Janaina Julinda da Silva  
Jaqueline Pereira Rocha  
Joaquim Fonseca dos Santos  
José Roberto Venâncio  
Marco Antônio Alves Cardoso  
Marco Aurélio Alves de Souza  
Marta Meneleu Brandão Gracindo  
Marta Ferreira Silva  
Micaelle Alves Carneiro  
Michel de Lima Karim  
Paolo Ricardo Dias Fernandes  
Paulo Celestino de Carvalho Mota  
Paulo Jorge Ferreira da Silva  
Raimundo Omar Coelho

Ricardo da Costa e Siva Camilo Alves  
Rosemar Bonifácio Costa  
Sandra Diniz de Oliveira  
Vera Heloysa da Silva Otero Seabra  
Vera Heloysa Seabra Lotti Vieira  
Washington Soares da Silva

### NOSSOS ESPECIAIS AGRADECIMENTOS AOS ATUAIS FUNCIONÁRIOS

Ailton Moreira da Rocha - Auxiliar Administrativo  
Maria da Silva Moreira Alves – Auxiliar de Serviços Gerais  
Roberto Barros Cardoso - Gerente Executivo  
Tatiana Paula Martins - Auxiliar Administrativo

Além desses funcionários, o CFB contou ainda com assessorias e prestadores de serviço que contribuíram com sua experiência e profissionalismo, mantendo o padrão de qualidade das atividades do CFB.

A todos a nossa gratidão e reconhecimento, representados pelos prestadores de serviços e assessores da 16ª Gestão:

- a) Dr. Rodrigo Oliveira Magalhães (assessor jurídico 2013-até novembro de 2014)
- b) Dr. Leonardo Pimentel Bueno (Assessor jurídico – a partir de dezembro de 2014)
- c) CTA Contabilidade e Auditoria LTDA, na pessoa do contador Valci Rodrigues Soares
- d) Parlamento Consultoria e Assessoria na pessoa de seu presidente Jenner Jalner de Moraes
- e) Spideware Consultoria e Informática (SPW) na pessoa de seu presidente, Paulo Roberto Camargo Aranha
- f) Metrópole Comércio, Serviços e Soluções Empresarias, na pessoa de sua presidente Fábria Marques Praga
- g) VS Serviços de Informática EIRELI, na pessoa de seu diretor Sérgio Roberto Silva Monturil
- h) Comunicação na pessoa de sua diretora Comercial, Carolina Bazzi Morales
- i) Santa Edwiges Turismo, na pessoa de seu diretor Gabriel Severo Pereira Gomes
- j) Potencial Serviços Especializados Ltda, na pessoa do Sr. Erik Janson Vieira Monteiro Marinho
- k) Planinvesti Administração e Serviços Ltda, na pessoa do Sr. Paulo Rubens Reginato Lofreto

- l) Click Net Brasil Informática e Telecomunicações Ltda, na pessoa do Sr. Lincoln Morais de Mesquita
- m) Planet Gráfica Comércio e Impressão de papel, na pessoa do Sr. Daniel Franceschi Silva
- n) Expectativa Gráfica Editora Ltda – EPP, na pessoa do Sr. Alexandre Domingues Soares

## Resoluções do plenário do CFB para o exercício profissional

Toda profissão se estabelece e se firma em uma sociedade também pelos seus símbolos e o que eles significam. Nesse sentido, ressalta-se a Resolução nº 006 de 13 de julho de 1966 que dispõe sobre juramento do bibliotecário (Anexo I) e que prevalece até os dias de hoje.

O juramento é um momento emocionante e muito importante, em que o formando declara perante todos os presentes seu propósito de “preservar o cunho liberal e humanista da profissão de bibliotecário, fundamentado na liberdade de investigação científica e na dignidade da pessoa humana”.

Já a Resolução de n. 034, de 30 de abril de 2001 (Anexo V), publicada anos mais tarde, e apoiada em decisão anterior da Febab, o que demonstra o respeito do CFB para com a coirmã Febab, estabelece os símbolos da Biblioteconomia, também em vigor até os dias atuais. Esta Resolução estabelece as características do anel (pedra ametista violeta) e o significado do símbolo (lâmpada de Aladim), representando a vigília perene, a atividade intelectual e, o livro aberto, a informação, matéria prima de trabalho do bibliotecário.

O anel de formatura indica um rito de passagem, ou seja, a conclusão de uma parte fundamental na vida e na formação de uma pessoa. Tem-se que esse símbolo, com essa finalidade, foi criado por um grupo de alunos de uma academia tradicional dos Estados Unidos, por volta de 1835, que desejaram demonstrar que haviam concluído uma etapa em suas vidas e que também poderiam identificar de qual turma faziam parte, numa manifestação de amizade construída durante todo o tempo em que juntos procuravam vencer esta etapa em suas vidas.

Além dessas duas Resoluções, os assuntos que foram objeto de resoluções por parte do CFB, voltadas para o exercício profissional são os que se seguem:

- 1) atividades do técnico em biblioteconomia;
- 2) carteira de registro profissional;
- 3) cédula de identidade do bibliotecário fiscal;
- 4) código de ética profissional;
- 5) contribuição sindical;
- 6) ensino de ética bibliotecária;
- 7) juramento profissional;

- 8) membro nato;
- 9) normas de conduta do bibliotecário quando em atividade de supervisão de estágio de alunos de Biblioteconomia;
- 10) normas para apuração das faltas e aplicação das sanções do Código de Ética Profissional;
- 11) parâmetros para biblioteca escolar;
- 12) participação no MERCOSUL;
- 13) portal corporativo;
- 14) registro de bibliotecas e centros de documentação, informação ou informática;
- 15) registro de profissionais cujo diploma fora expedido por escola situada fora dos limites de sua jurisdição;
- 16) registro de provisionados;
- 17) registro provisório de profissional formado por estabelecimento de ensino ainda não reconhecido;
- 18) registro provisório, definitivo e transferência de profissionais;
- 19) semana do Bibliotecário Brasileiro;
- 20) símbolos da biblioteconomia;
- 21) sistema de gestão contábil;
- 22) tarefas típicas do Auxiliar de Biblioteca;
- 23) validade de cursos de biblioteconomia ministrados em nível médio.

## Resoluções do plenário do CFB para o funcionamento do CFB e CRB

Assuntos que foram objeto de resoluções por parte do CFB voltadas para o funcionamento do CFB e dos Regionais:

- 1) abertura de crédito especial e suplementar;
- 2) anotações em carteira profissional sobre o mandato de conselheiros federais e regionais;
- 3) auxílio financeiro aos regionais;
- 4) baixa, suspensão, cancelamento e reintegração de registro de profissionais ou de bibliotecas, centros de documentação, informação e informática;
- 5) cadastro geral de bibliotecários;
- 6) carteira de identidade profissional;
- 7) cobrança de anuidades, taxas, multas e emolumentos;
- 8) comissão de sindicância e de inquérito;
- 9) concessão de diárias, jetons, ajuda de custo, verbas de representação e gratificações;
- 10) contratação de serviços profissionais;
- 11) criação e extinção de delegacias, representações e seções;



- 12) criação, extinção, transferência de jurisdição de estados e fusão de conselhos regionais;
- 13) elaboração de atos que instrumentam o exercício das atribuições legais e regimentais do CFB;
- 14) encaminhamento de prestação de contas;
- 15) exercício acumulativo ou concomitante do mandato de membro do CFB e CRB;
- 16) fiscalização profissional;
- 17) fixação de quorum mínimo para deliberação;
- 18) fundo de Manutenção dos CRB;
- 19) intervenção nos regionais;
- 20) licenciamento de conselheiros regionais e federais;
- 21) movimentação bancária;
- 22) número de conselheiros efetivos e suplentes;
- 23) orçamento e reformulação orçamentária do federal e dos regionais;
- 24) posse de Diretoria;
- 25) processamento e julgamento de penalidades;
- 26) processo eleitoral nos Regionais e no CFB;
- 27) prorrogação de mandatos de conselheiros regionais;
- 28) realização de auditoria;
- 29) regimento interno do CFB e dos Regionais;
- 30) registro de empresas e instituições que prestam, executam ou exercem serviços ou atividades de Biblioteconomia;
- 31) registro de profissional estrangeiro;
- 32) registro e numeração de processos nos regionais;
- 33) registro secundário de profissionais;
- 34) representação por procuração de membros do Conselho;
- 35) sanções aos Regionais pelo não cumprimento de resoluções e normas baixadas pelo CFB;
- 36) sistema de cobrança e regularização de débitos, procedimentos contábeis;
- 37) tramitação de processos de infrações, prazos e interposições de recursos.





# O CFB E O ENSINO DA BIBLIOTECONOMIA

## 50 anos de evolução do ensino de Biblioteconomia no Brasil [1965-2015]

Francisco das Chagas de Souza

Universidade Federal de Santa Catarina

Uma dúvida inicial, da qual partiremos, é o que considerar como evolução do ensino de Biblioteconomia no Brasil. Acreditamos que não seria suficiente tratá-la como o mero desenrolar desse fenômeno no tempo histórico.

Partimos, assim, pela ideia de que é satisfatório buscar uma definição filosófica do termo evolução para construir este artigo, porque isso traduziria melhor o propósito global deste livro. Nesse sentido, adotamos o seguinte significado: evolução “é a transformação de um conjunto de elementos homogêneos em um agregado de elementos mais diferenciados”, conforme o dicionário Aurélio.

Esse conjunto de elementos homogêneos, isto é, cujas partes estariam estreitamente ligadas, será aqui compreendido como a reunião dinâmica de quaisquer pessoas, produção editorial, educação e leitores que requeiram organização de acervos, acesso a conteúdos, e profissionais que dariam convergência ativa a todos esses elementos distintos em uma universalidade biblioteconômica.

Para efeito de orientação desta reflexão, partiremos então da dimensão mais ampla desta temática que é a profissão com seus profissionais e sua intervenção sobre a realidade, de modo a fomentar uma progressiva diferenciação nos meios ou processos de formação, utilizando para isso seus fóruns de discussão e de tomada de decisões. Daremos destaque, no desenrolar deste artigo, a deliberações que foram produzidas pelo fórum biblioteconômico: “Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação” (CBBDD), iniciado em 1954 como “Congresso Brasileiro de Biblioteconomia” e à Associação Brasileira das Escolas de Biblioteconomia e Documentação (Abebd), criada no ano de 1967.

Ainda hoje, o CBBDD continua a ser o principal fórum de discussão das questões profissionais dos bibliotecários no país. A Abebd foi substituída, a partir do ano 2000, pela Associação Brasileira de Ensino em Ciência da Informação (Abecin). Neste texto, nos concentraremos mais nas ações e nos registros produzidos pelas duas instâncias predominantes no cenário nacional até à primeira modificação do currículo mínimo de Biblioteconomia, isto é, até o início dos anos 1980 e, por dedução, relacionando tais momentos com o que hoje dispomos no Brasil.

A profissão de bibliotecário neste país tem várias dimensões. Uma delas diz respeito ao fato de que o seu reconhecimento pelo Estado, obtido com a sanção da Lei Federal nº 4.084, de 30/06/62, ocorreu num período político carregado de algumas circunstâncias que se percebe manifestarem-se hoje com alguma semelhança: existência de um Estado quase democrático de direito; visível exagero no uso do instituto da liberdade de expressão; notório abuso dos membros dos poderes legislativos quanto à postura devida de respeito à cidadania; pressões

econômicas externas; instabilidade social motivada por questões diversas como segurança pública; ameaças à institucionalidade, dentre outras.

Comparados a alguns aspectos, evidentes pelo transcurso de cinquenta anos de acelerado desenvolvimento da ciência mundial e da transferência de novos conhecimentos para a geração de bens e serviços, verifica-se, nos dias de hoje, uma distância incomensurável dos recursos operacionais disponibilizados para os segmentos de comunicação, com o surgimento de muitas novas mídias. Muitas delas geram impactos sobre a educação ofertada em todos os níveis. Muitos desses recursos têm também efeito sobre o desenvolvimento dos diferentes níveis de educação.

Porém, retomando ao início dos anos 1960, sabe-se quanto à Lei 4.084/62 que seu texto não foi imediatamente regulamentado. Houve protelação e até resistência de vários setores governamentais à época para que isso fosse feito; correndo o tempo de quase três anos para que houvesse condições, uma vez o texto regulamentado, de sua aplicabilidade. Essa circunstância fez com que a profissão fosse reconhecida oficialmente no país num período de vigência de um Estado quase democrático de direito, mas esse reconhecimento passou a ter efeito pela sanção do Decreto regulamentador da lei, o Decreto Nº 56.725, de 16/08/65, já num Estado ditatorial, de exceção ao jogo democrático e, também, de progressivo silenciamento das oposições políticas, fossem essas articuladas sob a forma de partidos, sindicatos e associações profissionais ou sob outras formas de organização da sociedade.

Para atender à formação universitária dos profissionais bibliotecários, visando responder ao quadro legal dado pela nova lei, foi aprovado em 1962 o primeiro currículo mínimo oficial, com a exigência de três anos de duração de estudos de bacharelado. Isso produziu uma situação que ainda não foi devidamente examinada em pesquisas biblioteconômicas. É que a circunstância de se viver em um país politicamente livre, supostamente, determina uma orientação político-filosófica para um dado currículo. Essa orientação, dadas as circunstâncias que se apresentam, tende a ser incompatível com a vida que se leva em um país em que a sociedade está submetida à ameaça aos direitos individuais de seus membros, vindo esses a sofrer potencial perseguição quanto aos seus pensamentos e modos de ação.

Por ocasião da regulamentação da Lei nº 4.084/62, em agosto de 1965, os bacharelados da primeira turma de Biblioteconomia ainda estavam em formação nesta data. Isso os colocava na condição de sair diplomados na universidade para atender à outra realidade política e social sob outro parâmetro de valoração da realidade. Esses egressos seriam submetidos à ordem de um Estado que impunha à nação um regime político “fechado”, avesso àquele existente no momento em que se deu o ingresso do alunado no respectivo curso.

Inevitável é pensar que, nesse momento, já havia no Brasil algumas centenas de bibliotecários egressos de Instituições de Ensino Superior (IES) de Biblioteconomia, num contexto em que predominavam cursos em que a totalidade ou quase

totalidade dos professores era constituída por profissionais que, além da atividade técnica e de gestão, ministravam disciplinas de conteúdo aplicado em regime laboral de colaboração, submetidos a contratos de tempo parcial. Pouquíssimos eram os docentes que se dedicavam ao ensino em regime de carga horária completa ou integral e, por isso, a prática de um ensino, como “segunda tarefa”, acentuava a característica de um magistério contratado para a ministração de conteúdo técnico nos cursos de formação de bibliotecários nas IES que os ofertavam.

O currículo mínimo oficializado em 1962 pelo, então, Ministério da Educação e Cultura (MEC), pouco acrescentou em conteúdos dirigidos a uma formação humanística, ou científica e filosófica. Esse perfil curricular uma vez implantado, com poucas modificações, continuou pelas décadas seguintes, em que pese as alterações curriculares promovidas durante a vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1961, ou já sob a nova orientação dada pela LDB (Lei nº 9394) de 1996. Estudos e reflexões que têm sido por nós elaborados, e também por César Castro e vários outros autores, têm mostrado de quais títulos ou denominações eram as disciplinas, as quais apontaram sempre um direcionamento mais aos fazeres biblioteconômicos que à compreensão de contexto.

Esse virtual distanciamento da adoção de um projeto pedagógico orientado por uma clara filosofia de transformação da realidade, pressuposta pelo quadro político existente, quando da oficialização do primeiro currículo mínimo, em 1962, torna possível perceber uma que o Golpe Civil-Militar, lançado sobre o Brasil em 1964, e os governos dele decorrentes, em seus longos vinte anos de domínio, pouco afetaram a linha formativa do bibliotecário no país. De forma tácita, foi assumida, pela docência de, um projeto pedagógico, cuja orientação político-filosófica subordinava-se ao princípio da obediência silenciosa ao que cada governo ou governante de plantão e parlamento biônico determinavam.

Aqueles profissionais – que também atuavam como docentes – foram responsáveis por essa construção e, a partir desse princípio de subordinação, exerceram um papel de protagonismo no ambiente de discussão mais importante, pelo alcance temático e pelos objetivos políticos profissionais, o CBBB, ainda, serviram-se desse espaço de difusão de ideias profissionais e operacionais do desenvolvimento da prática biblioteconômica. Aí modelaram o padrão de educação social e politicamente conservadora ainda hoje predominante na formação de bacharéis em Biblioteconomia no Brasil. A razão dessa postura pode estar agarrada à ideia difundida no país, nos anos 1940-1950, de que o bibliotecário era o “Servo dos servos da cultura”, uma categoria subalterna à razão técnica, associada ao princípio da modernização do Estado e da economia brasileira a partir do primeiro governo de Getúlio Vargas. Por essa postura, a determinação e construção de um quadro teórico e de síntese filosófica da ação do bibliotecário não seriam de sua própria alçada. O seu lugar e a sua ação social estavam a depender da compreensão política e social de quem precisava da documentação organizada. Esses eram os “servos da cultura”, tomando-se então cultura pelo conceito de toda a ação social em todas as suas frentes: política, econômica e científica.



Isso fica evidenciado já desde o primeiro Congresso Brasileiro de Biblioteconomia (CBB), realizado em 1954, em que a preocupação predominante nas discussões estava relacionada a um lugar social e político já tido como determinado e a exigir a qualificação de quadros para atendê-lo. Mais que buscar a compreensão do seu lugar social e arguir as condições de sua participação numa dada ordem, o bibliotecário participante do I Congresso pedia as condições para a sua reprodução como mão de obra: [Recomendação aos Magníficos Reitores: “Que seja feito o pedido de criação de Escolas de Biblioteconomia junto às Universidades Brasileiras”]. Ainda nesse I Congresso, bem como no II, outras recomendações relacionadas ao ensino de Biblioteconomia e demais questões relativas à formação de bibliotecários foram aprovadas. Diziam respeito aos nomes de disciplinas, à duração de currículo, à localização do curso na estrutura universitária, dentre outros fatores. Mas foi a partir do ano de 1963, no IV CBB, realizado no ano seguinte à sanção da lei 4.084/62 e ao início da vigência do currículo mínimo nacional de bacharelado em Biblioteconomia, que se tornou mais evidente o discurso em prol da melhoria do ensino de Biblioteconomia. Aí, de forma ainda não completamente explicitada, foi presumida a criação de uma Associação que se dedicasse à representação dos interesses das chamadas Escolas de Biblioteconomia e de seus docentes.

As recomendações produzidas nesse IV CBB relativas ao ensino de Biblioteconomia, dentre outras, são dirigidas aos magníficos reitores no sentido de: “que sejam criados, em todas as Universidades Brasileiras, cursos ou escolas de Biblioteconomia” e ao Ministro da Educação para: “que seja nomeada uma comissão composta de diretores e professores de Escolas de Biblioteconomia, para uma revisão no currículo mínimo (recomendando o ensino de Arquivologia)”. Isso sugere que, naquele momento, uma vez sancionada a lei que reconheceu a profissão de bibliotecário e determinou o currículo mínimo nacional para sua formação, passou a existir a pré-condição para que se começasse a pensar que as questões da educação bibliotecária iriam se constituindo como temática específica e, de certa forma, exigindo estruturas descoladas e ações distintas das que o CBB deveria pensar em relação ao cotidiano da prática bibliotecária.

É no V CBB, contudo, realizado no ano de 1965, em que mais se evidencia, no discurso bibliotecário, a dimensão da formação profissional. Aliás, deve ser ressaltado que esse foi o primeiro tema da programação e, a partir dele, seus organizadores previram tratar os tópicos: 1 – currículo mínimo; 2 – graduação, pós-graduação e doutoramento; 3 – cursos de atualização; 4 – cursos intensivos; e 5 – formação de professores. Foram, então, apresentadas sete comunicações que, no final, serviram de fundamento para as dez recomendações seguintes:

*Às Universidades, para enfatizar a importância da formação profissional do bibliotecário na conjuntura cultural brasileira, solicitando maiores recursos que permitam maior número de graduação nas Escolas de Biblioteconomia e Documentação.*

*Ao Ministério da Educação, para sugerir a criação de novas Escolas de Biblioteconomia e Documentação como unidades universitárias dos Estados ainda não atingidos pela formação profissional.*

*Às direções das Escolas de Biblioteconomia e Documentação existentes, no sentido de que aumentem recursos para a concessão de bolsas de estudos.*

*À CAPES (Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (sic)), sugerindo programas de assistência de recursos para as Escolas de Biblioteconomia e Documentação que estejam em condições de implantar cursos de pós-graduação, aperfeiçoamento e extensão, de acordo com o parecer Newton Sucupira, do Conselho Federal de Educação.*

*Ao Ministério da Educação e Cultura, no sentido de promover a incorporação das Escolas de Biblioteconomia e Documentação nas Universidades, de acordo com o Estatuto do Magistério.*

*Às direções das Escolas de Biblioteconomia e Documentação e ao Instituto Nacional do Livro, sugestão para a implantação de convênios que permitam estágios remunerados de estudantes de biblioteconomia e documentação nas Bibliotecas Oficiais.*

*Dirigir ao Ministério da Educação e Cultura mensagem lembrando a necessidade da criação de Comissão de Biblioteconomia e Documentação na Diretoria do Ensino Superior.*

*Dirigir à Universidade de São Paulo um protesto pela separação do ensino da Biblioteconomia e Documentação na Estruturação da Escola de Comunicações Culturais, em desobediência à Lei 4.084, decreto 56.725 e Parecer nº 326 do Conselho Federal de Educação.*

*Recomendar às Escolas de Biblioteconomia e Documentação o intercâmbio de professores e estudantes, através de viagens de estudos.*

*Recomendar às Escolas de Biblioteconomia e Documentação uniformizar nomenclatura das disciplinas e seriação curricular.*

Além dessas recomendações derivadas do primeiro tema do evento, há ainda algumas outras aleatoriamente produzidas a partir dos demais temas da programação.

Importa destacar que, sucedendo a este V CBBBD, desenrolado em São Paulo, foi realizado no mesmo ano, no Rio de Janeiro, em 15/12/1965, o I Simpósio sobre o Ensino de Biblioteconomia no Brasil. Na oportunidade, constituiu-se uma Comissão provisória eleita com o propósito de elaborar o anteprojeto de criação de uma Associação de Escolas de Biblioteconomia, visando submeter à discussão futura. Esta Comissão foi composta por Maria Martha de Carvalho (Presidente) e Alfredo Américo Hamar e Abner Lellis Vicentini, como membros. Este anteprojeto, na condição de texto preliminar do Estatuto, foi discutido em três reuniões, registradas

como as três primeiras Assembleias Gerais da entidade. A primeira foi realizada em 09/01/1967 à noite, no Colégio Rio Branco, localizado em São Paulo, com início às 20h30min. Sua instalação foi presidida pela bibliotecária Laura Garcia Moreno Russo que era então Presidente da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB), do CFB e do V CBBB e nela atuou como Secretária a bibliotecária Maria Antonieta Ribas Pinke Belfort de Matos. Estiveram presentes 27 professores de Biblioteconomia brasileiros e o prof. William V. Jackson, da University of Pittsburg, USA. Ao se atingir o artigo 4º., letra “a”, foi suspensa a análise para ter prosseguimento em outro momento.

A segunda Assembleia Geral (AG) da Abebd foi realizada no dia seguinte ao da primeira, isto é, em 10/01/1967, no mesmo local, tendo início às 20h. Sua instalação foi presidida pelo bibliotecário Alfredo Américo Hamar, que fora o Coordenador Geral do V CBBB e nela atuou como Secretária a bibliotecária Maria Antonieta Ribas Pinke Belfort de Matos. Estiveram presentes 40 professores de Biblioteconomia brasileiros e o prof. William V. Jackson, da University of Pittsburg, USA. O objetivo foi dar prosseguimento à reunião dos professores e diretores das Escolas de Biblioteconomia do Brasil para a fundação da Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e aprovação de seu Estatuto. Então, deu-se continuidade à discussão do texto de anteprojeto de Estatuto e a análise prosseguiu a partir do artigo 4, letra “a”. Ao ser concluído seu exame, que recebeu emendas orais e por escrito, foi constituída uma Comissão de redação para a elaboração de versão final a ser apresentada em Plenária que se reuniria em 13/01/1967. Esta Comissão foi composta por: Francisca Liberato de Carvalho, Roberto Martins e Maria Antonieta Ribas Pinke Belfort de Matos.

Conforme fora programado, a terceira Assembleia Geral da Abebd foi realizada no dia 13/01/1967, no mesmo local das reuniões anteriores, à noite, sem o registro da hora de início. Sua instalação foi presidida pela bibliotecária Maria Antonieta Ribas Pinke Belfort de Matos e nela atuou como Secretário o bibliotecário Roberto Martins. Estiveram presentes 27 professores de Biblioteconomia brasileiros e o prof. William V. Jackson, da University of Pittsburg, USA. O objetivo foi o de apreciar o projeto de Estatuto da Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia. No decorrer dessa apreciação, foram realizadas ações pertinentes e tomadas as seguintes decisões: 1 – Aprovação das atas das duas Assembleias anteriores; 2 - Leitura do projeto de Estatuto seguida da aprovação do mesmo; e 3 - Eleição, por aclamação, da única chapa que se apresentou para dirigir a Abebd, composta por: Maria Martha de Carvalho (MG) – Presidente; Zenaira Garcia Marques (RS) – Vice-presidente; Ana Maria Polke (MG) – Primeiro-secretário; Jahyra Correa Santos (RS) – Segundo-secretário; Elton Eugênio Volpini (MG) – Primeiro-tesoureiro; e Minda Groismann (RS) – Segundo-tesoureiro.

Esse evento – criação da Abebd – tem dois aspectos que, no escopo deste artigo, merecem um esforço de melhor compreensão: 1 – Praticamente coincide a intensificação do esforço pela criação da Associação com a regulamentação da Lei 4.084/62; e 2 – A presença do Professor norte-americano William V. Jackson nas

três Assembleias realizadas para a criação da entidade. No primeiro aspecto, havia um currículo mínimo nacional em processo de implantação, mas que, por várias razões, não satisfazia a todos os interessados. Havia também as ações a implementar que o decreto 56.725/65 tornava possíveis em torno da implantação efetiva do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia e, em suas diretorias, a presença de representação das Escolas estava legalmente prevista. Assim, fica evidente a existência da necessidade de responder apropriadamente a um forte componente organizativo e normativo. Organizativo quanto à consolidação das condições inerentes à implantação de um currículo em seu teor e nas práticas pedagógicas decorrentes; quanto às questões estruturais e meios materiais de ensino e formação docente; quanto à profissionalização docente e aquisição das competências e dos recursos para a pesquisa e desenvolvimento de atividades de extensão, etc. O ensino supõe a construção de um discurso organizado e focado em questões que são distintas daquelas realizadas no ambiente de trabalho-destino final dos bacharéis em biblioteconomia. São exigidas competências para o exercício de outras práticas e domínio de outros meios e recursos de trabalho. Há outro público a ser atendido e surgem outras demandas. Essas demandas dificilmente são conciliáveis com a atuação que esses primeiros docentes de um curso oficial exerciam em bibliotecas, centros de documentação ou ambientes assemelhados, cumulativamente ao ensino e, eventualmente, à pesquisa. Quanto ao aspecto normativo, havia uma lei profissional a ser aplicada e que deveria ser também atendida pela Escola. Embora a Escola, como unidade operacional, não dependesse da constituição de uma entidade associativa para indicar seus representantes na composição dos grupos gestores do Conselho, essa atividade afetaria a escola como projeto nacional de educação profissional. A relação da Escola de Biblioteconomia com o Conselho implicaria também uma organização das unidades operacionais, isto é, cada estabelecimento de ensino bibliotecário, com a totalidade desses estabelecimentos no plano nacional, para dentre outras coisas garantir-se, ao longo do tempo, uma representação que não permanecesse sempre nas mãos das mesmas IES ou das IES de uma dada região.

Em relação ao segundo aspecto, isto é, à presença do Professor norte-americano William V. Jackson nas três Assembleias realizadas, para a criação da Abebd, não constam em documentos da Associação a que tivemos acesso, memória que justificasse essa presença, dados sobre ônus financeiro e patrocínio de sua participação, registro de suas eventuais manifestações, tipo de colaboração na construção do texto estatutário, etc. Evidentemente, não é descartável a existência dessa documentação tanto no acervo da Abebd, sob a responsabilidade de sua sucessora Abecin, quanto em outras fontes. Entretanto, é necessário se levar em conta que, no ano de 1967, a ditadura militar implantada no Brasil estava, cada dia mais, fomentando o processo de modernização conservadora do país, com a assistência de várias organizações privadas e programas estatais dos Estados Unidos da América. Deles participavam docentes e pesquisadores de várias áreas do conhecimento, com a missão de aconselhar as organizações brasileiras sobre melhores

práticas políticas para aquele momento. Ao se olhar detidamente para o texto do primeiro Estatuto da Abebd, datado de 14/01/1967, algo chama a atenção na redação da letra “g” do artigo dois [que trata de suas finalidades]. É a explicitação da condição de entidade politicamente “neutra” [g. defender os interesses das instituições que a integram sem envolver-se em problemas de ordem política, religiosa ou racial]. Sabe-se que esse tipo de manifestação era uma clara declaração de afastamento de um grupo profissional ou entidade das demandas apresentadas por movimentos sociais ou ainda a admissão de não fazer contestação a desmandos ou violências praticadas pelo regime implantado. Questionar sobre como se chegou a esta redação ou porque a ela se chegou são questões que fazem sentido, especialmente pelo fato de que no I Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, realizado em 1954, portanto, em momento político que antecede à derrubada do presidente filoamericano de Cuba, Fulgêncio Batista, por Fidel Castro, em 1959, os bibliotecários brasileiros ao tratarem o tema Ensino de Biblioteconomia no Brasil, recomendaram no final do evento que: “se aconselhe o apoio à Asociación Latinoamericana de Escuelas y Profesores de Bibliotecología, com sede em Havana.” A explicitação nesses termos da letra “g”, do artigo 2, do primeiro estatuto da Abebd demarca mais uma vez a influência dos Estados Unidos no pensamento e na orientação à ação conservadora do bibliotecário brasileiro.

Após a realização do V CBBBD e após a criação da Abebd, o regime político brasileiro foi se endurecendo ainda mais nas ações de intimidação e repressão, que culminaram com o chamado Ato Institucional número 5, AI5, de 1968. A partir desse momento, as prisões políticas e o cerceamento das liberdades individuais tornaram-se cada vez mais intensos. Talvez, por isso, tenha se dado um intervalo de seis anos para a realização do CBBBD seguinte, isto é, no ano de 1971. O temário do VI CBBBD contou com seis tópicos, sendo o primeiro: “Atividades profissionais”, dividido em dois subtemas: “Formação profissional” e “Movimento Associativo e normas para reuniões”. Das sete comunicações apresentadas no primeiro tópico, predominaram as que tratavam do movimento associativo. Faz sentido que assim seja, na medida em que já fora criada a Abebd, que idealmente discutiria com mais propriedade as questões da formação profissional. Das recomendações aprovadas no final desse VI CBBBD, doze foram dirigidas a esta Associação, enfocando vários aspectos que os bibliotecários desejavam ver atendidos:

*[recomendação 19.] Que as recomendações do Congresso, referentes ao Ensino e à formação de profissional, sejam dirigidas à Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e não ao Conselho Federal de Educação e ao Ministro da Educação;*

*[recomendação 20.] Que as Escolas de Biblioteconomia solicitem às Universidades a realização de Cursos de Formação de Professores de Biblioteconomia;*

*[recomendação 21.] Que, após a realização de Cursos de Formação de Professores, as Escolas de Biblioteconomia deem preferência à contratação de professores por ela habilitados;*

*[recomendação 22.] Que, além do Curso para Professores de Biblioteconomia, as Escolas estudem também as possibilidades de realização de outros cursos de especialização de bibliotecários e documentalistas;*

*[recomendação 23.] Que se inclua no currículo mínimo de Biblioteconomia, no ciclo básico, a disciplina Estatística;*

*[recomendação 24.] Que seja enviada moção ao Conselho Federal de Educação sobre a inclusão, no currículo das escolas secundárias, da disciplina Orientação Bibliográfica;*

*[recomendação 25.] Que seja excluída dos futuros congressos brasileiros de Biblioteconomia e Documentação a discussão de assuntos referentes ao ensino e à formação profissional, os quais deverão ser examinados pela Abebd em suas reuniões e encontros, e posteriormente relatados aos plenários dos congressos profissionais;*

*[recomendação 26.] Que a Abebd, juntamente com as Escolas de Biblioteconomia, promova encontros de Estudantes de Biblioteconomia, para discussão de teses e trabalhos de interesse do grupo;*

*[recomendação 27.] Que se recomende à Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação a realização do I Congresso Brasileiro de Estudantes de Biblioteconomia em São Carlos, em 1972;*

*[recomendação 28.] Que os trabalhos de autoria de estudantes de Biblioteconomia sejam apresentados e discutidos em reuniões da classe estudantil e não em congressos regulares de Biblioteconomia e Documentação;*

*[recomendação 29.] Que a Abebd estude novo currículo mínimo, para submeter ao Conselho Federal de Educação, incluindo no ciclo básico, entre outras, as disciplinas Metodologia do Trabalho Intelectual, Linguística, Fundamentos de Matemática, Estatística e Introdução aos Computadores;*

*[recomendação 30.] Que a mesma Abebd estabeleça um programa-base de “Automação de Serviços de Biblioteca e Tratamento de Informações” determinando nível e objetivos desejáveis, a ser cumprido nas Escolas de Biblioteconomia do País.*

Em 1973 foi realizado o VII CBBBD, cujo temário não insere “formação” como tópico a ser tratado. Igualmente, nas 66 recomendações finais não houve referência à Abebd. Isto estaria parcialmente de acordo com a recomendação 25 do VI CBBBD. Entretanto, quatro recomendações deste VII CBBBD, abaixo listadas, que, pela recomendação 19 do VI CBBBD, deveriam ser dirigidas à Abebd, foram destinadas ao Conselho Federal de Educação, assinalando uma contradição inexplicável da organização do VII CBBBD.

*[recomendação 14.] Que se estude um novo currículo mínimo para cursos de graduação em biblioteconomia, mais condizente com o desenvolvimento*



*científico e tecnológico que o país atravessa;*

*[recomendação 15.] Que seja incluída como disciplina obrigatória, nos currículos do 1º. e 2º grau e do ensino superior, a disciplina “Pesquisa Bibliográfica” a ser ministrada por bibliotecário;*

*[recomendação 16.] Que se estude a possibilidade de se aumentar a duração dos cursos de Biblioteconomia para 8 semestres ou equivalentes em horas-aula;*

*[recomendação 18.] Que constitua um grupo de especialistas, representantes das Escolas e Cursos de Biblioteconomia do País, para assessoramento à Comissão presidida pela Prof. Ester de Figueiredo Ferraz, encarregada de estudar o novo currículo mínimo de biblioteconomia.*

O VIII CBBB, realizado em 1975, pautando-se pela ideia de renovação exigida pelo desenvolvimento do país, na continuidade de argumentação já exposta no VII CBBB e em desacordo com a anterior recomendação 25 do VI CBBB, traz, dentre as suas recomendações, manifestação pela qual os presentes advogam a reformulação do ensino de Biblioteconomia, dirigindo-se ao Departamento de Assuntos Universitários do MEC:

*[recomendação 5.] “A fim de se efetivar a mudança de atitudes e o desenvolvimento que se almeja, faz-se inadiável a reformulação do ensino de Biblioteconomia, de modo que se assegure a formação de bibliotecários com aptidões técnicas e base cultural adequadas não só ao planejamento bibliotecário, mas também à prestação de serviços eficazes. A imediata criação, no Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação e Cultura, de uma comissão de especialistas em ensino de Biblioteconomia poderia realizar trabalho idêntico ao já executado para Medicina e Engenharia, proporcionando um diagnóstico completo de formação do bibliotecário e elaboração de currículos às diferentes regiões. Impõe-se, também, a implantação urgente de cursos de pós-graduação, visando à formação de recursos humanos de alto nível, em base interdisciplinar”.*

Em 1977 foi realizado o IX CBBB. Nele, mais uma vez em desacordo com a anterior recomendação 25 do VI CBBB, dentre os tópicos que constituíram painéis de discussão, foi organizado o Painel “Educação para Biblioteconomia”, no qual foram apresentadas oito comunicações. Do total das recomendações, três são relativas ao tema ensino ou formação de bibliotecários e duas delas são dirigidas à Abebd [ -- que a Abebd realize, em curto prazo, um estudo para a reformulação do currículo mínimo do curso de biblioteconomia; -- que seja introduzida a disciplina “métodos quantitativos aplicados à Biblioteconomia” e que, a exemplo da Faculdade de

Biblioteconomia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, sejam criados cursos de licenciatura em biblioteconomia] e uma ao Departamento de Assuntos Universitários do MEC [ - que seja instituída comissão ligada à Associação Brasileira das Escolas de Biblioteconomia e Documentação (Abebd), para avaliar o ensino de Biblioteconomia].

Resumindo, até este momento do texto, foi apontado o seguinte: a - já havia quinze anos de implantação e execução de um ensino de Biblioteconomia pautado por um currículo mínimo oficial; b - já se contavam doze anos de regulamentação da Lei 4.084/62; c - estava-se a dez anos de criação da Abebd; d - o currículo em execução fora estabelecido em momento anterior à existência e fora, portanto, de interferência da Abebd; e - havia ambiguidade nas recomendações do CBBB em atribuir valor institucional à Abebd para tratar das questões da formação de bibliotecários ou reportar-se diretamente ao MEC. Essa ambiguidade na postura dos participantes do CBBB, que também parece um exercício de interferência sobre a entidade ou de desinformação quanto à potencialidade de sua ação, termina soando, nesses primeiros dez anos de sua existência, como sugestão de que a Abebd atue como interlocutora da categoria bibliotecária junto ao MEC na construção ou definição de uma proposta de Projeto Pedagógico para a formação de bibliotecários. Por não se ver claramente que haja entre os participantes do CBBB alguma unanimidade na aceitação da Abebd, em relação ao cumprimento de papéis que ora lhe são atribuídos e ora dela são retirados, a própria Abebd não se conduz de forma consistente.

De todo modo, já no início dos anos 1970, e depois de mais de sete anos de solicitação dos bibliotecários de mudança de currículo mínimo, a Abebd se envolve em ações dirigidas ao alcance desse objetivo, em movimento que correu em paralelo com as recomendações que foram sendo produzidas no CBBB, como se pode ver a seguir, a partir dos registros encontrados no livro de atas da Abebd, utilizado tanto para relatar as Assembleias Gerais quanto para as reuniões do Conselho Diretor. É de se destacar, no primeiro livro de atas da Associação, o registro das nove primeiras reuniões sob a categoria “Assembleia Geral [AG]” e as próximas dezessete sob a categoria “Reunião do Conselho Diretor”.

Os registros do andamento dos esforços empreendidos mostram que a questão “currículo mínimo” passou a fazer parte da pauta da Abebd em 1971, começando na 5ª AG, realizada em 08/07/1971. Dentre outros assuntos, ficou aprovada reunião para 06/09/1971, em Niterói, visando a discussão do Currículo Mínimo de Biblioteconomia. Na 6ª AG, realizada em 06/09/1971, em Niterói, com 15 professores presentes, foi apreciado um projeto de resolução a ser encaminhado ao Conselho Federal de Educação [CFE], visando fixar os mínimos de conteúdo e duração a serem observados na organização do curso de Biblioteconomia. Ao final da apreciação, decidiu-se que o Presidente da Abebd encaminharia o projeto de Resolução ao CFE, através do Chefe do Departamento de Biblioteconomia da UNB e cópias do mesmo às Escolas, aos Cursos e Departamentos para se empenharem junto aos membros do CFE. Na 8ª AG, realizada em 21/07/1975, em Brasília, com

representação de oito escolas, tratou-se do estudo do Currículo Mínimo de Biblioteconomia e possível reformulação. Ao final, como não houve quorum previsto em Estatuto da Abebd para decisão final sobre a discussão realizada, aprovou-se sugerir à nova Diretoria que fossem desenvolvidos estudos de reformulação do Currículo Mínimo através de Grupos de Trabalho em nível estadual, regional e nacional. A 9ª AG foi realizada em 25/07/1975, em Brasília. Nela, os presentes ouviram uma palestra da Profa. Celia Zaher e elegeram a diretoria para o período 1975-1977. A Profa. Célia Zaher, então vinculada à UNESCO, referiu-se ao encaminhamento de entendimento com a Presidente da Abebd para a promoção de uma reunião patrocinada por aquele órgão, para tratar de projeto das Nações Unidas sobre a realização de um Curso de Pós-Graduação para professores de Biblioteconomia e Documentação da América Latina e estudos de currículos e programas visando a harmonização de terminologia e conteúdos programáticos, a serem realizados pelos Diretores de Escolas de Biblioteconomia em reuniões em âmbito nacional e regional. Informou que o projeto seria preparado e distribuído às Escolas pela Secretária da UNESCO para estudo e discussão. Sobre o currículo mínimo dos Cursos de Biblioteconomia, ela se manifestou pela inclusão, apenas, de matérias básicas a fim de que pudesse o estudante receber conhecimentos de outras áreas e obter uma formação mais horizontal e não profissional estanque.

Em 11/04/1976, em Campinas, foi realizada reunião do Conselho Diretor contando com representantes de 12 cursos. Nela, o tema foi “currículo mínimo”. Durante a reunião foi pedido que cada representante emitisse a opinião de sua congregação a respeito do assunto, como preliminar à discussão mais ampla. Manifestaram-se: Pernambuco, com sugestões de mudanças nas disciplinas; Paraíba, para afirmar que sua congregação não teve tempo para discutir o tema; Bahia, propondo o acréscimo de carga horária e de várias disciplinas; FEFIERJ [atual UNIRIO], pela manutenção do que existia; Minas Gerais propondo à Abebd que fosse feito um estudo bem documentado antes de enviar ao CFE projeto de novo currículo; Rio Grande do Sul, sem sugestão de mudança, mas de aprimoramento do que fosse necessário; São Carlos, pela conservação do currículo mínimo vigente, uniformização da nomenclatura das disciplinas, elevação da duração do curso para 4 anos ou a criação de Cursos de especialização e sugestão de que em cada escola houvesse um representante da Abebd; FESP-SP, sugerindo a não mudança de currículo; Mococa-SP, sugerindo a não mudança; Curitiba, pela eliminação de matérias culturais do currículo, dando-se ênfase ao estudo do usuário; Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), pela substituição de uma disciplina. Após essa rodada de manifestações, a Presidente afirmou que o currículo do Brasil, em comparação com os dos demais países da América Latina, é bom, não lhe parecendo necessária sua alteração ou reformulação, mas somente de unidades do programa de ensino. Seguiu-se um longo debate e, ao final, foi decidido pela constituição de uma Comissão composta pelas escolas de Pernambuco, Minas Gerais e Paraná para, até 02/08/1976, apresentar um estudo sobre a reformulação do Currículo Mínimo. Esse estudo seria distribuído entre as escolas até 12/09/1976 e as

mesmas deveriam apresentar emendas e sugestões até 30/11/1976. O documento final deveria estar concluído até 30 de janeiro de 1977.

Em reunião do Conselho Diretor, realizada no Rio de Janeiro, em 14/09/1976, com a participação de representantes de 17 cursos, discutiu-se o Estudo sobre o currículo mínimo elaborado em Comissão pelas escolas de Pernambuco, Minas Gerais e Paraná. Após as manifestações dos presentes, foi pedido que levassem às suas escolas este documento, sobre o qual, até 30/11/1976, deveriam apresentar emendas e sugestões.

Em Reunião do Conselho Diretor, realizada em Porto Alegre em 06/07/1977, com a participação de representantes de 23 cursos, foi apreciado o currículo mínimo e, ao final, foi designada uma comissão composta pelas escolas do Paraná, Bahia e Brasília para apresentarem um novo estudo sobre o currículo mínimo.

Em reunião do Conselho Diretor, realizada em Curitiba em 21/07/1979, com a participação de representantes de 14 cursos, foi feita a apresentação do relatório da Comissão de estudos do currículo mínimo. A coordenadora da Comissão de Estudos do Currículo mínimo, Profa. Relinda Koller, apresentou o relatório sobre estudos do currículo mínimo, e ficou decidido que este deveria ser datilografado e posteriormente distribuído para todas as escolas de Biblioteconomia. Houve debate do conteúdo do relatório e a presidente da Abebd propôs que a comissão de estudos de currículo mínimo desse continuidade aos trabalhos iniciados e que fosse constituída depois uma comissão permanente de currículo mínimo de biblioteconomia, colaborando com as escolas no desdobramento das matérias e treinamento dos profissionais. A partir dessas propostas, foi aprovada a recomendação de que a Comissão de estudo do currículo mínimo fosse mantida com os representantes das escolas que já a compunham, passando a colaborar, também na mesma, representantes das escolas da UFMG, UFSC e um representante em nome das nove escolas do Estado de São Paulo, eleito em reunião que seria marcada naquele Estado.

Em Reunião do Conselho Diretor, realizada em João Pessoa, em 17/01/1982, com a participação de representantes de 13 dos 29 cursos existentes no país, foi feita uma explanação e prestados esclarecimentos sobre o andamento do processo de reformulação curricular em tramitação no Conselho Federal de Educação.

Em 28/11/1982, aconteceu em Olinda reunião extraordinária do Conselho Diretor da Abebd, com a participação de representantes de 13 dos 29 cursos existentes. Dentre os vários assuntos abordados, a Presidente falou sobre o novo currículo mínimo para o Curso de Biblioteconomia, aprovado pelo CFE, em setembro daquele mesmo ano, tendo sido o mesmo homologado no dia 30/09/1982 e publicado no D.O.U. no dia 08/11/1982. A presidente lamentou as alterações feitas pelo CFE no anteprojeto apresentado. Nessa reunião também foi discutido documento preparado pela Abebd, após estudos das conclusões finais dos Seminários de Otimização do Ensino de Biblioteconomia realizados por várias escolas, incluindo aspectos didáticos e pedagógicos para a implantação do novo currículo e que

foram enviados até 11/11/1982, para a Associação, pelos cursos das Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Universidade Estadual de Londrina (UEL), UFPR, Faculdades Integradas Teresa D'Ávila (FATEA)-Lorena, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e Universidade de São Paulo (USP).

Os relatos, cujos fragmentos estão acima destacados, mostram a fragilidade da Abebd no cumprimento de seus papéis. Por mais de dez anos, ela esteve envolvida, ora mais ora menos, com a discussão de reformulação do currículo mínimo, mas, visivelmente, não tinha a condição plena de autoridade institucional. Essa fragilidade tem uma causa básica, que também se extrai dos registros encontrados nas atas de suas Assembleias Gerais (AGs) e reuniões do Conselho Diretor: a baixa participação das escolas e dos docentes de Biblioteconomia como associados e sua inexpressiva participação nas suas Assembleias e reuniões deliberativas, tal qual acontece hoje com a Abecin, entidade que a sucedeu.

A baixa participação começou a se manifestar cedo e, já na ata da 4ª AG, de 09/07/1969, é feito o registro de justificativa do atraso da eleição que estava ocorrendo nesta data, embora devesse ter ocorrido em janeiro de 1969 e que, mesmo havendo sido convocada para aquele momento, não completou o quorum necessário. Seguiu-se a isso um período de silêncio quanto a este aspecto, indo até à reunião do Conselho Diretor realizada em 10/04/1976. Nessa reunião, a presidente afirma que há falta de interesse das escolas em participar e colaborar com a Associação, havendo, dentre os presentes, quem afirmasse que isso estava ligado ao fato de que a Abebd não apresenta um efetivo trabalho em benefício das escolas, caindo em descrédito. A presidente afirmou que a Abebd não conhecia a situação real das escolas de Biblioteconomia do Brasil, e propôs que a Abebd, com auxílio das escolas, poderia publicar um Diretório ou Guia de Biblioteconomia do Brasil. No dia seguinte, em nova reunião, a representação da Escola de São Carlos sugeriu que a Associação deveria averiguar junto às escolas se deveria continuar a existir ou se extinguir. Na reunião do Conselho Diretor, de 15/07/1978, a presidente perguntou aos presentes se as escolas que nunca pagaram a anuidade, caso de Brasília, Espírito Santo, Maranhão, Porto Alegre, Catanduva e Marília, poderiam ser consideradas membros. Sugeriu-se que a Abebd fizesse uma consulta sobre o interesse dessas escolas. Na reunião do Conselho Diretor de 24/07/1979, foi apresentada a sugestão de que a Abebd efetuasse uma campanha de sócios individuais para possibilitar que todos os professores se filiassem à entidade.

Esses registros que mostram uma baixa adesão dos docentes à entidade que os representaria, individualmente, como profissionais da educação bibliotecária, e, no nível institucional, às suas Escolas, continuavam a refletir um suposto quadro nacional de fechamento político, de um lado, e, de outro, a introjeção da postura de “obediência silenciosa”, que também determinava estatutariamente as ações da ABEBD.

Mas, em meio a isso, há alguns registros que apontam para a apresentação de proposições ou planejamento de ações relevantes. Se vistos isoladamente, fazem crer que algumas diretorias tiveram maior disposição e contaram com maior apoio à construção de estratégias de avanço, que tinham como referência superar as limitações de atuação dos Cursos e docentes de Biblioteconomia no Brasil. Isso reflete um movimento de avanços e recuos, sendo mais extensos os momentos de letargia. A esse respeito, pode-se destacar que, na ata da 5ª AG, de 08/07/1971, consta que, no período administrativo de 1969-1971, ocorreram dois encontros de professores: um sobre Organização, na cidade de Campinas, SP e outro sobre Catalogação em São Paulo, SP; em que se fez a edição do primeiro fascículo da Revista Abebd. Na reunião do Conselho Diretor de 21/07/1979, foi aprovada a constituição de comissões permanentes, congregando-se as escolas, conforme as regiões, procurando-se manter um equilíbrio no número de escolas participantes. Ficou estabelecida a constituição das Comissões permanentes e câmaras de pós-graduação e pesquisa e graduação e extensão devendo para isso ser reestruturado o estatuto da Abebd. Na reunião do Conselho Diretor, de 28/11/1982, já contando a ABEBD com 15 anos de criação, foi registrada, pela primeira vez em ata de reunião do Conselho Diretor, a ocorrência de um diagnóstico para dar base a um Plano de Trabalho da Diretoria da Associação. Dizia respeito ao biênio 1982-1983. Segundo esse documento, foram detectados como problemas: deficiências no planejamento do ensino e sua conseqüente má qualidade e insuficiente contribuição desse ensino para o desenvolvimento social. A partir disso, foram estabelecidas prioridades para atuação da Abebd: atualização dos professores; ênfase na graduação em 1982; ênfase na pós-graduação em 1983. Para isso foram estabelecidas cinco metas: 1 – Aperfeiçoamento do corpo docente das Escolas de Biblioteconomia; 2 – Criação ou melhoria dos Centros de Recursos Didáticos e Materiais Instrucionais; 3 – Planejamento curricular; 4 – Relação professor/aluno; 5 – Reorganização administrativa da Abebd. Essas metas seriam alcançadas através da implementação de dois programas: a) Planejamento e Administração do Ensino da Biblioteconomia e b) Melhoria da Qualidade do Ensino. Ao Programa Planejamento e Administração do Ensino da Biblioteconomia, estavam vinculados três Projetos: 1 – Dinamização do ensino de Biblioteconomia; 2 – Incentivo a pesquisadores e docentes; 3 – III Encontro Nacional de dirigentes do Ensino de Biblioteconomia. Ao Programa Melhoria da Qualidade do Ensino de Biblioteconomia, estavam vinculados doze Projetos: 1 – Seminário de otimização do ensino de biblioteconomia; 2 – Seminários para atualização e reciclagem de docentes; 3 – Intercâmbio de docentes no país e no exterior; 4 – Pós-graduação tutorial a distância; 5 – Atualização das coleções das revistas brasileiras de biblioteconomia; 6 – Catálogo da produção científica dos professores dos cursos de biblioteconomia; 7 – Biblioteca-laboratório ou biblioteca-escola; 8 – Aquisição de leitores de microfichas; 9 – Produção de materiais instrucionais; 10 – Encontro de professores e especialistas em disciplinas; 11 – Apoio técnico ao ensino de biblioteconomia; 12 – Caracterização do nível de aquisição de leitura dos alunos do curso de Biblioteconomia.



Nesse momento já havíamos adentrado a década de 1980 e fora implantado, mesmo sem o agrado de todos os interessados, o segundo currículo mínimo oficial que, de fato, foi o primeiro elaborado com alguma participação de uma Associação de Escolas de Biblioteconomia. Havia também, já em funcionamento no país, quatro Cursos de Mestrado específicos em Biblioteconomia: na PUCCAMP, UnB, UFMG e UFPB, carreando uma permuta de influências entre graduação e pós-graduação *stricto sensu*. Esse momento dá à Diretoria da Abebd elementos para uma perspectiva mais profissional e de aplicação de planejamento estratégico e operacional à entidade. Com isso previa a reestruturação da mesma a fim de alcançar maior abrangência com a instalação de Comissões permanentes e câmaras de pós-graduação e pesquisa e graduação e extensão, refletindo o interesse em alcançar um novo patamar. Tudo isso deveria acontecer com a implementação de dois Programas de ação desenhados para o biênio 1982-1983. Eles foram o ponto de partida essencial para dar à Abebd o caráter de uma entidade mais fortalecida, sobretudo no restante do final da década de 1980 e na década de 1990. Embora tenham havido altos e baixos, e um momento de baixa foi a divisão política que resultou na criação, em 1989, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciência da Informação e Biblioteconomia [ANCIB], a Abebd exerceu de forma dinâmica, na maior parte dessas duas décadas, o seu papel.

Uma amostra da proficiência da Abebd nesse momento pode ser dada a partir do elenco de textos produzidos na Coleção Documentos Abebd, dos quais, ainda hoje, vários constituem material relevante para a leitura de quem estuda a Biblioteconomia no Brasil. Alguns resultaram de estudos produzidos por docentes brasileiros, outros derivam dos grupos de trabalhos da Associação ou são, ainda, relatórios de atividades e eventos, conforme se vê na lista a seguir.

Pesquisas em Biblioteconomia e Ciência da Informação. Recife, 1987. 21p. Documentos ABEBD A

Ensino de Graduação em Biblioteconomia no Estado de São Paulo (1989-1991): perfis: docentes, discentes e egressos. Grupo de Estudos Curriculares de Biblioteconomia do Estado de São Paulo. São Paulo, 1992. 73p. Documentos ABEBD B

Indexação de Artigos de Jornais na Área Econômica: a questão da metáfora. PIERINI, A. J.; GUIMARÃES, J. A. C.; NARDI, M. I. A. Porto Alegre, 1997. 16p. Documentos ABEBD 1

Estudo de Necessidades de Informação: dos paradigmas tradicionais à abordagem sense-making. FERREIRA, S. M. S. P. Porto Alegre, 1997. 29p. Documentos ABEBD 2

A Abordagem Sense-Making para Estudo de Usuário. MARTUCCI, E. M. Porto Alegre, 1997. 6p. Documentos ABEBD 3

A ABEBD e o Ensino de Biblioteconomia do Mercosul: relatório de atividades da gestão 1995-1997. SANTOS, J. P. Porto Alegre, 1997. Documentos ABEBD 4

Administração de Sistemas de Informação: bibliografia comentada. OHIRA, M. L. B. Porto Alegre, 1997. 24p. Documentos ABEBD 6

Pesquisa em Biblioteconomia e Ciência da Informação. NEVES, I. C. B. Porto Alegre, 1997. Documentos ABEBD 7

Periódicos Científicos. STUMPF, I. R. C. 13p. Porto Alegre, 1998. 17p. Documentos ABEBD 8

Para Além das Bibliotecas: o bibliotecário como information broker. MARCHIORI, P. Z. Porto Alegre, 1998. 12p. Documentos ABEBD 9

Conservação dos Suportes Informacionais: do papel ao meio magnético. SANTOS, M. de O. Porto Alegre, 1998. 14p. Documentos ABEBD 10

Avaliação Institucional nos Cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação: panorama nacional. ABEBD. Porto Alegre, 1998. 76p. Documentos ABEBD 12

Moderno Profissional da Informação: o perfil almejado pelos cursos de Biblioteconomia brasileiros. ABEBD. Porto Alegre, 1998. 108p. Documentos ABEBD 13

Reflexões sobre Currículo e Legislação na Área da Biblioteconomia. SANTOS, J. P. Porto Alegre, 1998. 17p. Documentos ABEBD 14

Análise da Produção dos Registros do Conhecimento nos Cursos de Biblioteconomia Brasileiros. PEREIRA, E. C. Porto Alegre, 1998. 41p. Documentos ABEBD 16

Termos Chave do Projeto Político Pedagógico. AQUINO, M. de A.; ALBUQUERQUE, M. E. B. C. de, (Org.) João Pessoa, 2000. 24p. Documentos ABEBD 17

As implicações do cumprimento da Resolução n. 455/98 do Conselho Federal de Biblioteconomia à Luz da Legislação Federal sobre Educação Profissional. NEVES, I. C. B.; SANTOS, J. P. Porto Alegre, 1999. 20p. Documentos ABEBD 18

Relatório ABEBD: gestões 1991/1993 e 1993/1995. GUIMARÃES, J. A. C. Marília, 1995. 21p. Documentos ABEBD C

Decisões Oficiais do Conselho do Mercosul. Porto Alegre: ABEBD, 1997. Documentos ABEBD 5

A ABEBD e o Ensino de Biblioteconomia do Mercosul: relatório de atividades da gestão 1997-1998. SANTOS, J. P. Porto Alegre, 1998. Documentos ABEBD 11

Relatório de Atividades do I Encontro de Docentes dos Cursos de Biblioteconomia Região Norte. III Encontro de Docentes dos Cursos de Biblioteconomia da Região Nordeste. I Encontro de Docentes dos Cursos de Biblioteconomia das Regiões Norte e Nordeste: relatório de atividades. ABEBD. São Luís,

1999. 14p. Documentos ABEBD 19

Relatório Final do V Seminário Nacional de Avaliação Curricular (V SNAC).  
Porto Alegre, 2000. 3p. Documentos ABEBD 20

Além de tudo o que a Abebd pôde realizar, e além do que o CBBB proporcionou ao longo dos últimos 50 anos, no sentido de contribuir com a orientação dos rumos da formação de bibliotecários, podemos destacar outras iniciativas que reforçam o sentido de evolução como “a transformação de um conjunto de elementos homogêneos em um agregado de elementos mais diferenciados”. A implantação dos Cursos de Mestrado em Biblioteconomia, no final da década de 1970, a criação de periódicos científicos e profissionais, a atividade editorial na área da Biblioteconomia que, mesmo ainda diminuta, constitui um patrimônio dos profissionais bibliotecários atuantes no Brasil, são alguns dos elementos diferenciados. A criação da ANCIB, que abre espaço significativo para a comunicação e discussão de resultados de pesquisas nas temáticas próprias da Biblioteconomia, também faz parte desse agregado de elementos mais diferenciados. Embora muitas dessas novidades, quando surgiram, e ainda hoje, não signifiquem uma mudança intrínseca no ensino da Biblioteconomia, por sua epistemologia particular, não teriam ocorrido sem a presença pioneira da educação em Biblioteconomia no Brasil.

De certa forma, havia um contexto histórico, cultural e filosófico e uma ciência e tecnologia que deram ao mundo, primeiro, um conhecimento bibliotecônômico que, formando um conjunto, mudou o mundo e gerou elementos mais diferenciados a conduzir em outras direções, que exigiram da biblioteconomia a cedência de espaços a outras dimensões da organização e difusão do conhecimento. A consciência disso exige da ciência da Biblioteconomia e dos bibliotecários a capacidade de interpretar as mudanças para com elas melhor conviver. Nesse sentido, a Abebd precisou entender a origem da ANCIB, precisou rever-se e tornar-se Abecin e precisa admitir que já não é mais a mesma Abecin, concebida no ano 2000, pois a Arquivologia que estava no seu horizonte de ação está tomando voo próprio e criando suas próprias estratégias de existência e evolução no ambiente institucional brasileiro.

Assim, para concluir, podemos afirmar que a evolução do ensino de Biblioteconomia no Brasil nesses 50 anos [1965-2015] não representa nem mais e nem menos do que aquilo que sociedade brasileira pode construir. E supomos que, para a Abecin, de certa forma, reproduzir o que ocorreu com a Abebd não constitua senão o modo como é possível operar nesse ambiente nacional, isto é, vivendo altos e baixos políticos e contando ora com pouca adesão de cursos de Biblioteconomia e docentes em seus quadros e ora com o inverso disso.

## REFERÊNCIAS

CASTRO, César Augusto. **História da biblioteconomia brasileira**. Brasília: The-saurus, 2000.

FERREIRA, Carminda N. de Castro. **1954-1979: jubileu dos Congressos de Biblioteconomia e Documentação – temários, autores, trabalhos apresentados, recomendações**. Curitiba: [s.n.], 1979. Paginação irregular.

FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. 713 p.

GABEIRA, Fernando. **O que é isso companheiro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 211 p.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (org.) **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. 267 p.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. 2. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Ed. UNESP, 2010. 324 p.

SOUZA, Francisco das C. **A criação da ABEBD: expectativas e caminhos adotados**. Em: [http://eprints.rclis.org/8802/1/25\\_04.pdf](http://eprints.rclis.org/8802/1/25_04.pdf)

SOUZA, Francisco das C. **O ensino de biblioteconomia no contexto brasileiro: século XX**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2009. 189 p

SOUZA, Francisco das C. **Modernização e biblioteconomia nova no Brasil**. Florianópolis: UFSC-CED-Núcleo de Publicações, 2003. 222 p.

SOUZA, Francisco das C. **O sistema profissional bibliotecário brasileiro: sua capacidade de responder às mudanças do ambiente político e econômico no início do século XXI: uma abordagem sob a perspectiva da ação comunicativa**. *Encontros Bibli: rev. de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 11-25, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2000v5n10p11>

SOUZA, Francisco das C. **Valor e sentido do código de ética do CFB (Conselho Federal de Biblioteconomia) [CE-CFB] para o bibliotecário brasileiro atuante em biblioteca universitária**. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/18817/>

## A lei 4.084 de junho de 1962, o Sistema CFB/CRB e as Escolas de Biblioteconomia: uma integração histórica e necessária ao longo de 50 anos de regulamentação da profissão no Brasil

Williams Jorge Corrêa Pinheiro

Professor da Universidade Federal do Pará  
Conselheiro Federal da 16ª Gestão

Os conselhos de fiscalização de atividades profissionais têm suas ações voltadas à proteção da coletividade, ao mesmo tempo em que atuam contra leigos inabilitados, assim como contra profissionais que não cumprem os princípios éticos de cada profissão. Acrescenta-se a isso o fato dos conselhos de profissionais defenderem os interesses de toda uma categoria, zelando pela qualidade dos serviços prestados à sociedade, isso devido à nobre missão que tem esses conselhos em defender os interesses da sociedade, pois, para isso foram criados, tornando-se órgãos públicos descentralizados, mas possuindo personalidade jurídica de direito público.

Portanto, os conselhos de profissões regulamentadas são criados por meio de leis federais e, na maioria das vezes, regulamentadas por decretos presidenciais. É importante observar que as leis, com esse fim, surgem para que sejam definidas normas sobre a autonomia administrativa e financeira desses conselhos, além de cuidarem do zelo e do cumprimento dos princípios éticos, assim como da disciplina das atividades profissionais perante a sociedade.

A chegada do Jubileu de Ouro da regulamentação da profissão de bibliotecário no Brasil deve ser considerada como um grande marco para sociedade brasileira, tanto do ponto de vista da importância social que as bibliotecas possuem, como da necessidade das mesmas terem a sua frente um profissional qualificado para comandar suas ações administrativas e operacionais. Entendemos que a Lei 4.084/62 é o grande marco dos avanços conquistados pela categoria de bibliotecários em todo país.

Dessa forma, entendemos que três pontos devem merecer destaques no percurso dessa trajetória de 50 Anos de existência da profissão de bibliotecário: o primeiro diz respeito aos aspectos legais, baseados em legislações específicas, como, por exemplo, a Lei 4.084 de junho de 1962, regulamentada pelo Decreto Nº 56.725 de agosto de 1965 e a Lei 9.674 de junho de 1998, que trouxe complementações à Lei 4.084. Em segundo lugar, destaca-se o caráter legal da atuação do Sistema CFB/CRB, que tem a missão de controlar e orientar o exercício da profissão, com base na Lei 4.084. Finalmente, destaca-se a atuação das Escolas de Biblioteconomia, que têm a nobre missão de formar profissionais para o mercado.

Nota-se que a confirmação da função do exercício da profissão de bibliotecário passa a ter valor legal e amplitude de campo de atuação a partir do momento

em que o Decreto Nº 56.725 toma caráter de oficialidade, ao mesmo tempo em que passa a dar poder constituído aos órgãos controladores e fiscalizadores da profissão, e, assim, permite ao Sistema CFB/CRB começar a planejar a criação de uma infraestrutura nacional de fiscalização e controle no campo da biblioteconomia brasileira, o que de fato vem se consolidando ao longo desses anos, apesar de algumas dificuldades em regiões onde o CRB possui pequena infraestrutura para cumprir sua missão.

Vejamos o que diz o Decreto de Nº 56.725 em seu Capítulo II - Da Atividade Profissional, Art. 5º.

*A profissão de Bibliotecário, observadas as condições previstas neste Regulamento, se exerce na órbita pública e na órbita privada por meio de estudos, pesquisas, análises, relatórios, pareceres, sinopses, resumos, bibliografias sobre assuntos compreendidos no seu campo profissional, inclusive por meio de planejamento, implantação, orientação, supervisão, direção, execução ou assistência nos trabalhos relativos às atividades biblioteconômicas, bibliográficas e documentológicas, em empreendimentos públicos, privados ou mistos, ou por outros meios que objetivarem, tecnicamente, o desenvolvimento das bibliotecas e centros de documentação.*

Portanto, há de se concordar que a Lei nº 4.084/62 trouxe, para o campo da Biblioteconomia no Brasil, não apenas a regulamentação da profissão de bibliotecário, mas, a possibilidade de permitir que instituições do país, tanto de natureza pública ou privada, pudessem começar a pensar a instalação de bibliotecas como forma de poder dar às suas demandas acesso ao conhecimento registrado. Diante desse cenário, em meados do século XX, surge outra grande necessidade: a expansão das escolas de Biblioteconomia no Brasil, uma vez que surge também a necessidade da formação superior em Biblioteconomia.

É importante lembrar que a conquista pela regulamentação da Lei nº 4.084/62 não surgiu por um acaso, pois, já por volta da década de 50, um grupo de bibliotecários, liderados por Laura Garcia Moreno Russo, bibliotecária de São Paulo, já começava a defender a ideia de ter a profissão oficialmente reconhecida pelos poderes públicos e, conseqüentemente, pela sociedade brasileira. Laura Russo entrou para história da Biblioteconomia no Brasil pelos inúmeros trabalhos em que esteve à frente. No entanto, podemos destacar que, entre outros feitos, suas principais marcas históricas foram, sem dúvida, ter sido a primeira presidente da Federação Brasileira de Associação de Bibliotecários (Febab), que tem como missão defender e incentivar o desenvolvimento da profissão - de 1961 a 1974 -, e a primeira presidente do CFB que tem por finalidade orientar, supervisionar e disciplinar o exercício da profissão de bibliotecário em todo território nacional, período de 1966 a 1968. Se bem observarmos, foram dois grandes legados que marcaram a



importância exemplar da trajetória de Laura Russo em busca do sucesso, da consolidação e do respeito pelo exercício da profissão de bibliotecário no Brasil.

Importante registrar que, no ano de 1958, por meio de Portaria Nº 162 do MTPS - Ministério do Trabalho e Previdência Social, houve o reconhecimento da profissão de bibliotecário no Serviço Público Federal, sendo incluída no 19º Grupo das profissões liberais. Mas é por volta do ano de 1962 que acontece a maior vitória de todos os esforços empreendidos, com a aprovação da lei já acima mencionada, regulamentando em caráter oficial o exercício da profissão de bibliotecário no Brasil e estabelecendo as prerrogativas dos portadores de diploma de Bacharel em Biblioteconomia.

Segundo CHAVES JUNIOR (2015), “as profissões surgem com base em necessidades sociais ocorridas em diversos contextos e momentos históricos. Uma vez existindo é preciso organizá-las, preservando e zelando pelos interesses coletivos e não individuais e nunca corporativos”.

Portanto, cabe aos conselhos profissionais a função pública de fiscalizar o exercício das profissões regulamentadas por leis. A Lei nº 4.084/62 permitiu a instalação oficial do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia, pois, diante dos avanços e das conquistas já evidenciadas, surge com essa lei a oportunidade do Sistema CFB/CRB cumprir seu real papel de disciplinar a atividade do profissional bibliotecário, buscando acompanhar a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Nesse cenário, começa-se a dar início à instalação das primeiras unidades do Sistema CFB/CRB. Em 22 de outubro de 1965, o MTPS baixa Portaria de nº 585, instituindo um Grupo de Trabalho para colocar em prática o processo de realização de eleição para composição histórica da primeira Diretoria do CFB, triênio 1966-1969.

Vale destacar que, por meio de Portaria de Nº 675 de 1965, do MTPS, ficou determinado que a Sede Provisória do CFB ficaria instalada na Cidade de São Paulo. As primeiras reuniões da Diretoria do CFB aconteceram na Biblioteca Municipal de São Paulo e a primeira Reunião Plenária do CFB aconteceu em São Paulo, no Auditório do SADEC, de 11 a 13 de julho de 1966.

Nas primeiras reuniões, assuntos de grande importância entraram em discussão como forma de permitir ao CFB começar a produzir sua massa documental e, assim, criar sua identidade administrativa e operacional. Dessa forma, começam surgir as primeiras resoluções, com destaque para o projeto do Regimento Interno do CFB e o primeiro Código de Ética do profissional bibliotecário. Aqui fica evidente o grande desafio da primeira gestão do CFB em começar a dar os primeiros passos para a produção de documentos oficiais que serviriam de base para o que se tem hoje de mais atual no Sistema CFB/CRB, sobre aspectos ligados à missão do sistema.

Vejamos o que diz COSTA e VALENTE (2008) “regulamentar significa impor limites, restringir o livre exercício de uma atividade profissional, já valorizada,

reconhecida e assegurada constitucionalmente”. Daí, em nosso entendimento, reside a grande importância que teve a primeira gestão do CFB, em começar a construir uma massa documental focada nos conceitos acima citados. Além disso, há o desafio de tudo estar fundamentado na experiência, na ética, na visão complexa do exercício da profissão de bibliotecário, no conhecimento de uma biblioteca com estrutura adequada e, acima de tudo, de um conhecimento amplo das necessidades de demandas sociais pelo acesso à informação e ao conhecimento. Abaixo, listaremos alguns exemplos de importância histórica:

Resolução n. 1 de 1966, que dispõe sobre a posse da 1ª Gestão do CFB, para o triênio 1966 - 1969;

Resolução n. 2 de 1966, que contém o primeiro Regimento Interno do CFB;

Resolução de n. 3 de 1966, que dispõe sobre as taxas e anuidades a serem cobradas pelos Conselhos Regionais;

Resolução de n. 4 de 1966, que criou os dez primeiros Conselhos Regionais;

Resolução de n. 5 de 1966, que criou o primeiro Código de Ética do Profissional Bibliotecário;

Resolução n. 6 de 1966, que definiu o texto do juramento do Profissional Bibliotecário que, até hoje, não sofreu nenhuma mudança.

*A Lei nº 4.084 de junho de 1962 determina em seus artigos 8 e 9 o seguinte:*

*DOS CONSELHOS DE BIBLIOTECONOMIA*

*Art. 8º A fiscalização do exercício da Profissão do Bibliotecário será exercida pelo Conselho Federal de Biblioteconomia e pelos Conselhos Regionais de Biblioteconomia, criados por esta Lei.*

*Art. 9º O Conselho Federal de Biblioteconomia e os Conselhos Regionais de Biblioteconomia são dotados de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e patrimonial.*

Nota-se que a atuação do CFB só será eficaz se o foco estiver centrado para proteção da sociedade, pois se essa estiver sendo bem protegida das ações do bibliotecário, significará que estará cumprindo sua missão sobre o controle ético, técnico e profissional junto à sociedade.

Com base no que determina a Lei nº 4.084/62, coube à primeira gestão do CFB dar início à criação dos Conselhos Regionais em alguns estados da federação. Era o início de um trabalho que visava mostrar que a Biblioteconomia começava a ganhar representatividade jurídica em todas as regiões do país, e dessa forma foram criados vários Conselhos Regionais.

Hoje, no Brasil, já existe a presença do Sistema CFB/CRB em todos os estados da federação, ora por meio da presença de conselho regional ora por meio de delegacias. No entanto, a extensa dimensão territorial do país e a divisão geográfica são dois grandes desafios que o Sistema CFB/CRB tem enfrentado para exercer seu papel com melhor eficiência.

Apesar de já termos avançado bastante com a criação de 14 conselhos regionais, as dificuldades de fiscalização e controle do exercício da profissão esbarram ainda em grande parte nas dificuldades de uma constituição sólida de estrutura organizacional adequada, principalmente em regiões com extensas áreas territoriais e com número insuficiente do órgão fiscalizador. Abaixo apresentamos um quadro e mapa que descrevem essa realidade. Outro ponto que temos avançado, mas muito lentamente, é no uso mais intenso das tecnologias da informação e da comunicação, condição essencialmente necessária para os dias de hoje.

O Sistema CFB/CRB está atento a essas necessidades e sabe que, com muito esforço e cooperação mútua entre os atores do sistema, avançaremos para melhorar a comunicação e a troca de informações, tornando-nos verdadeiros provedores de informação para nossa demanda de profissionais bibliotecários.

A nova ordem mundial aponta para a necessidade urgente de ações eficazes para o bom compartilhamento da informação de forma integrada. Segundo TOMAEL (2012) “três elementos são essenciais para o compartilhamento da informação: a confiança, motivação e experiências mútuas”.

Nossa experiência em trocar informações com atores que possuem projetos e ações similares às do Sistema CFB/CRB é condição essencial para que possamos acelerar e aprimorar nossos processos organizacionais. Portanto, não temos nenhuma dúvida de que a Lei nº 4.084/62, a estruturação do sistema CFB/CRB, as criações das Escolas de Biblioteconomia, FEBAB, Abecin, Sindicatos, entre outros, têm a comemorar os 50 anos de regulamentação da profissão de bibliotecário, pois todos têm suas parcelas de contribuição ao longo desses anos.

Abaixo apresentaremos um quadro atual das representações do Sistema CFB/CRB em todo o país.

UNIDADE	COBERTURA	ENDEREÇO ELETRÔNICO
CFB	NACIONAL	<a href="http://www.cfb.org.br">www.cfb.org.br</a>
CRB-1	DF(sede), GO, MT, MS	<a href="http://www.crb1.org.br">www.crb1.org.br</a>
CRB-2	PA(sede), AP, TO	<a href="http://www.crb2.org.br">www.crb2.org.br</a>
CRB-3	CE(sede), PI	<a href="http://www.crb3.org.br">www.crb3.org.br</a>
CRB-4	PE(sede), AL	<a href="http://www.crb4.org.br">www.crb4.org.br</a>
CRB-5	BA(sede), SE	<a href="http://www.crb5.org.br">www.crb5.org.br</a>
CRB-6	MGA(sede), ES	<a href="http://www.crb6.org.br">www.crb6.org.br</a>
CRB-7	RJ(sede)	<a href="http://www.crb7.org.br">www.crb7.org.br</a>
CRB-8	SP(sede)	<a href="http://www.crb8.org.br">www.crb8.org.br</a>

UNIDADE	COBERTURA	ENDEREÇO ELETRÔNICO
CRB-9	PR(sede)	<a href="http://www.crb9.org.br">www.crb9.org.br</a>
CRB-10	RS(sede)	<a href="http://www.crb10.org.br">www.crb10.org.br</a>
CRB-11	AM(sede), AC, RO, RR	<a href="http://www.crb11.org.br">www.crb11.org.br</a>
CRB-13	MA(sede)	<a href="http://www.crb13.org.br">www.crb13.org.br</a>
CRB-14	SC(sede)	<a href="http://www.crb14.org.br">www.crb14.org.br</a>
CRB-15	PB(sede), RN	<a href="http://www.crb15.org.br">www.crb15.org.br</a>

## REPRESENTAÇÃO GEOGRÁFICA DOS CONSELHOS REGIONAIS POR REGIÃO



REGIÃO NORTE		
EXTENSÃO TERRITORIAL	Nº DE CRB	Nº DE DELEGACIAS
3.853.676.948 Km²	2	5
REGIÃO NORDESTE		
EXTENSÃO TERRITORIAL	Nº DE CRB	Nº DE DELEGACIAS
1.554.291.607 Km²	5	4
REGIÃO CENTRO OESTE		
EXTENSÃO TERRITORIAL	Nº DE CRB	Nº DE DELEGACIAS
1.606.403.506 Km²	1	3
REGIÃO SUDESTE		
EXTENSÃO TERRITORIAL	Nº DE CRB	Nº DE DELEGACIAS
924.620.678 Km²	3	1
REGIÃO SUL		
EXTENSÃO TERRITORIAL	Nº DE CRB	Nº DE DELEGACIAS
576.774.31 Km²	3	0

FONTE: Autor

Como podemos observar, as regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste ainda apresentam dificuldades estruturais para fazer cumprir com mais êxito o exercício da fiscalização e do controle sobre a profissão de bibliotecário. A região Norte é composta por 7 estados, tem apenas 2 conselhos instalados, representando uma deficiência de mais 5 conselhos. A região Nordeste, composta por 9 estados, possui 5 conselhos instalados e, também, há uma deficiência de mais 4 conselhos. A região Centro Oeste, composta pelo Distrito Federal e mais 3 estados, só conta com 1 conselho, com uma deficiência de mais 3. Já as regiões Sul e Sudeste estão muito bem representadas, pois cada estado possui o conselho instalado, com exceção do estado do Espírito Santo, sob a jurisdição de Minas Gerais.

## O PAPEL DAS ESCOLAS DE BIBLIOTECONOMIA

Diante dos avanços conquistados por meio da regulamentação da lei, em 1965, e da ampliação da estrutura de jurisdição do Sistema CFB/CRB, o país também necessitava avançar na ampliação de cursos de Bacharelado em Biblioteconomia, pois dessa forma o mercado iria se consolidando em termos de profissionais que seriam colocados no mercado.

Entendemos que, após 50 anos de regulamentação da Lei nº 4.084/62, nenhuma conquista seria possível, não fossem às participações e os avanços organizacionais do Sistema CFB/CRB e das Escolas de Biblioteconomia.

É sabido que no Brasil a formação superior em Biblioteconomia teve seu início no século XX; a partir de então, começa a ser entendida como área do conhecimento. Podemos considerar, como marco inicial da formação superior, o ano de 1911 quando Manuel Cícero Peregrino da Silva, na época Diretor da Biblioteca Nacional, conseguiu oficializar a criação do primeiro Curso de Biblioteconomia do Brasil, embora tenha vindo a funcionar só em 1915, tornando-se também o primeiro curso da América do Sul e 3º no mundo. O curso funcionava na Biblioteca Nacional e permaneceu por lá por mais alguns anos, transferindo-se depois para as dependências da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Por ser considerada uma das mais antigas disciplinas voltada para desenvolver estudos sobre o acesso à informação, é importante observar que a Biblioteconomia está intimamente ligada ao surgimento das bibliotecas. No entanto, não entraremos nos detalhes dessa discussão, por não ser esse nosso principal foco e, aprofundar sobre a história do surgimento da formação superior da Biblioteconomia no Brasil, não é nosso objetivo maior. Buscaremos deixar registrado um resumo histórico do surgimento dos cursos, como forma de evidenciar suas importâncias para a consolidação da profissão em nosso país.

Com base nisso, podemos ensaiar uma breve analogia entre a Lei nº 4.084/62, o Sistema CFB/CRB e suas relações com as escolas de Biblioteconomia.

Entende-se que a essência da Lei nº 4.084/62 é pautada em diversas disposições sobre a profissão de bibliotecário, buscando regular seu exercício. Portanto, ao mesmo tempo em que dispõe sobre as regras para o exercício da profissão, já vai definindo papéis para instituições que teriam forte relação com o exercício da profissão, ou seja, as funções do Sistema CFB/CRB, assim como as funções que teriam as escolas de Biblioteconomia, que também já começavam a se espalhar pelo país.

Vejamos o que diz a lei:

### *Do Exercício da Profissão do Bibliotecário e das suas Atribuições*

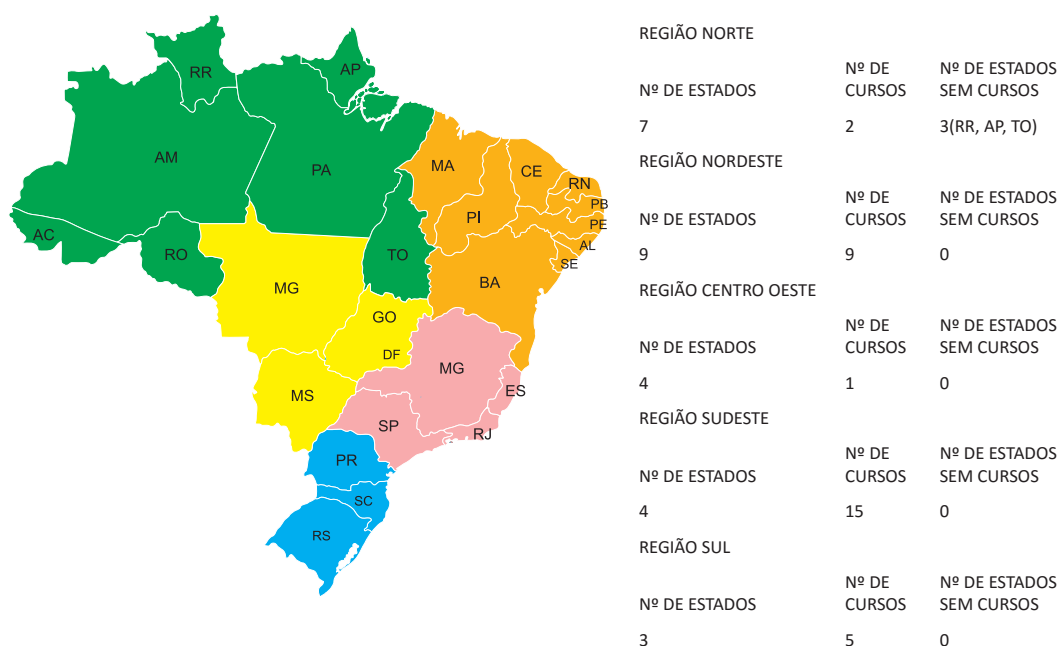
*Art. 1º - A designação profissional de Bibliotecário, a que se refere o quadro das profissões liberais, grupo 19, anexo ao Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), é privativa dos Bacharéis em Biblioteconomia, de conformidade com as leis em vigor.*

*Art. 2º - O exercício da profissão de Bibliotecário, em qualquer de seus ramos, só será permitido: a) aos Bacharéis em Biblioteconomia, portadores de diplomas expedidos por Escolas de Biblioteconomia de nível superior, oficiais, equiparadas, ou oficialmente reconhecidas; b) aos Bibliotecários portadores de diplomas de instituições estrangeiras que apresentem os seus diplomas revalidados no Brasil, de acordo com a legislação vigente.*

É importante destacar que, apesar da Biblioteconomia ter sido elevada a categoria de profissão de nível superior, a partir de 1962, os primeiros projetos de criação de cursos superiores de Biblioteconomia no Brasil já vinham sendo discutidos, pois, em meados da década de 30, já havia um movimento liderado por Rubens Borba de Moraes, que já dava os primeiros passos para começar a progredir a ideia de criação da primeira Escola de Biblioteconomia, que veio a funcionar inicialmente junto ao Departamento de Cultura da Cidade de São Paulo e depois na Escola de Sociologia e Política da mesma cidade.

Nota-se que já havia uma visão empreendedora em busca do desenvolvimento da formação superior em Biblioteconomia no país, mas que só poderia ser concretizada de forma oficial se estivesse em acordo com o que determina o artigo segundo da Lei 4.084/62, conforme citado anteriormente. Dessa forma foram sendo criados os cursos de Biblioteconomia, como apresentaremos a seguir.

## REPRESENTAÇÃO GEOGRÁFICA DE CURSOS DE BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL



FONTES: Autor



Com um total de 37 cursos já instalados em nosso país, observa-se que a região norte ainda apresenta situação de três estados com a ausência do curso superior de Biblioteconomia. Somando a população desses três estados, chega-se a um total de 2.744.728 habitantes, o que, em nosso entender, já justificaria a necessidade de medirmos esforços para a instalação de cursos de Biblioteconomia nesses estados. Diante desse quadro, nós nos questionamos: como cumprir a Lei nº 12.244 de 2010, conhecida como lei da universalização das bibliotecas? Entendemos que esse fato agrava outros fatores desfavoráveis ao exercício da profissão.

Chama-nos atenção o fato da não existência de escolas de Biblioteconomia em alguns estados da federação. Tal fato provavelmente agrava ainda mais a deficiência da formação superior de profissionais qualificados para assumirem a gestão de bibliotecas localizadas nesses estados, além das dificuldades para consolidação da instalação de uma jurisdição, em nível de conselho, para a eficácia na fiscalização do exercício da profissão de bibliotecário, ou seja, a ausência da formação superior em alguns estados provoca uma série de obstáculos para o pleno exercício da profissão. Nesse sentido, nota-se a necessidade de uma forte sinergia entre as ações do Sistema CFB/CRB com as Escolas de Biblioteconomia, para que haja uma maior união de forças em benefício da categoria de bibliotecários no país.

Portanto, trazemos para reflexão o papel que têm as escolas de Biblioteconomia, no tocante à formação do profissional bibliotecário, com ênfase em temas ligados ao exercício da profissão como um todo, tanto do ponto de vista ético-profissional como do ponto de vista de uma maior integração desse profissional com os órgãos de classe.

Entendemos ser necessário que, no decorrer da formação do profissional bibliotecário, os aspectos ligados pela importância das entidades de classe, sejam trabalhados com os alunos, futuros profissionais, com destaque para o Sistema CFB/CRB. Basta observar que, a cada gestão do Sistema CFB/CRB, existe a necessidade regimental da presença de professores e bibliotecários, para composição dos membros que irão desenvolver as ações de cada gestão. No CFB existem sete conselheiros representantes das escolas de Biblioteconomia, modelo esse que deve ser estendido para cada CRB. Dessa forma estaria se cumprindo a Lei de nº 4.084/62 que disciplina sobre o membro nato nos Conselhos Regionais, com o objetivo claro de acompanhar a atuação do profissional formado pelos cursos de Biblioteconomia que ela mesma forma, em atenção às demandas do mercado de trabalho.

Considerando os últimos dez anos, já se observa certo avanço nos currículos dos Cursos de Biblioteconomia do Brasil, que buscam adequações relevantes para uma formação focada nos novos tempos. Temos que dar mais destaque para os desafios que a profissão enfrenta na era de uma formação profissional voltada para contemplar eixos fundamentais, como organização da informação e do conhecimento, participação político-social das bibliotecas e bibliotecários, compartilhamento da informação, gestão da informação e do conhecimento, entre outros.

Não podemos negar que os conselhos tentam, na medida de suas condições estruturais, cumprir com maior êxito seus papéis fiscalizadores do exercício da profissão que, por muitas vezes, passa também, pela boa formação ético-profissional repassada nas escolas de Biblioteconomia.

Diante do exposto acima, nota-se que, ao longo desses 50 anos de regulamentação da profissão de bibliotecário, o maior legado para a classe de bibliotecários de todo o país foi a regulamentação da Lei nº 4.084/62 por meio do Decreto nº 56.725 de agosto de 1965, que possibilitou, de forma oficial, a expansão da atuação do Sistema CFB/CRB, impulsionando também, de forma indireta, a necessidade da instalação de cursos de Biblioteconomia em todo o país. Entendemos que esse é um grande marco histórico relacionado com a história da Biblioteconomia no Brasil; claro que do ponto de vista da formação superior e do exercício da profissão por bibliotecários. No entanto, não podemos deixar de destacar a participação pioneira dos bibliotecários que estiveram à frente dessas lutas, antes e depois da regulamentação da profissão.

É claro que, apesar dos muitos desafios que se tem para enfrentar, há o que comemorarmos, pois personalidades históricas do início de todas essas lutas foram marcantes, com destaque para todos aqueles que dedicaram seus trabalhos à frente das gestões do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais, todos com trajetórias positivas em busca do fortalecimento do Sistema CFB/CRB.

Também merecem destaque os pioneiros da luta pela criação das escolas de Biblioteconomia no Brasil, assim como pelas criações das associações de bibliotecários, sindicato, entre outros que merecem o agradecimento de toda classe de bibliotecários do Brasil, pois a missão de fazer com que a classe de bibliotecários cresça e se fortaleça política e socialmente só será possível se houver um esforço conjunto de todos os atores engajados na luta pelo respeito à profissão.

Para concluir, entendemos que o Sistema CFB/CRB e as escolas de Biblioteconomia devem definir novas estratégias de aproximação com os profissionais que atuam no campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, da administração pública, assim como das demais entidades da classe de bibliotecários, buscando alcançar uma maior sinergia para obtenção de melhores resultados de fortalecimento social e político da profissão.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 4.084 de junho de 1962. Dispõe sobre a profissão do Bibliotecário e regula seu exercício. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L4084.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4084.htm)

CHAVES JÚNIOR, Abel. **A importância dos conselhos profissionais para a sociedade atual**. 2010. Disponível em: <http://www.craes.org.br/interna/noticiaCompleta.php?a=230>. Acesso em: 3 de maio de 2015

CARVALHO, Lejeune Mato Grosso Xavier de ; AZEVEDO, Carlos Alberto Schmitt de. **Breve história da profissões liberais no Brasil**. Disponível em: [http://www.fenaci.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=79&Itemid=70](http://www.fenaci.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=79&Itemid=70). Acesso em: 18 jun. 2015

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. **Histórico**. Brasília-DF, 2015. Disponível em: [www.cfb.org.br](http://www.cfb.org.br).

COSTA, Beatriz Rezende M., VALENTE, Manoel Adam Lacayo. **Responsabilidade social dos conselhos profissionais**. Brasília: Câmara dos Deputados/Consultoria legislativa, 2008.

BRASIL. Decreto n. 56.725 de agosto de 1965. Regulamenta a Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962, que dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-56725-16-agosto-1965-397075-norma-pe.html>. Acesso em: 18 jun. 2015

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Senso 2014**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: 18 jun. 2015

SANTOS, Ana Paula L. dos, RODRIGUES, Mara Eliane F. Biblioteconomia: gênese, história e fundamentos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v.9, n.2, p.116-131, jul./dez. 2013.

TOMAEL, Maria Inês. **Compartilhamento da informação**. Londrina: EDUEL, 2012.

## Biblioteconomia e Ensino a Distância: a contribuição do CFB em parceria com a UAB

Helen Beatriz Frota Rozados

### 1 INTRODUÇÃO

A criação do curso de Biblioteconomia no Brasil aconteceu em 1911, através do Decreto nº 8.835, no âmbito da Biblioteca Nacional (BN). No entanto, seu efetivo funcionamento ocorreu apenas a partir de 1915. O curso, na ocasião de sua criação, visava atender a exigências institucionais e suas aulas eram ministradas pelos diretores de cada uma das seções da BN (em número de quatro). O candidato referido ao curso de Biblioteconomia deveria ter conhecimento amplo, humanístico, sobre o campo das Artes, Humanidades, Línguas e Ciências, seguindo os moldes franceses da École Nationale des Chartes (CASTRO, 2000).

Em 1931, através do decreto nº 20.673, de 17 de novembro, o curso passa a ter a duração de 2 anos (anteriormente não chegava a um), mas com poucas alterações na formação profissional. Em 1944, o Decreto nº 6.440, de 27 de abril, promove uma nova reforma, definindo quatro finalidades para os cursos e deixa perceber a incorporação do modelo norte-americano em seu ensino. Estas finalidades são: formar pessoal habilitado a organizar e dirigir bibliotecas ou a executar serviços técnicos de bibliotecas; b) promover o aperfeiçoamento ou a especialização de bibliotecários, de bibliotecários auxiliares e outros servidores, em exercício nas bibliotecas oficiais ou particulares; c) promover a unidade de orientação das técnicas fundamentais dos serviços de bibliotecas, favorecendo a homogeneidade básica desses serviços; d) difundir conhecimentos dos progressos realizados, no país e no estrangeiro, no campo da Biblioteconomia.

O Decreto nº 550, de 1º de fevereiro de 1962, leva nova reforma aos cursos da Biblioteca Nacional, estabelecendo uma duração de três anos e incluindo outras disciplinas. As alterações propostas não trouxeram maiores modificações, uma vez que já se havia consolidado a influência paulista, baseada no modelo norte-americano, em detrimento do modelo carioca, de influência francesa.

Em 1959, o Conselho Federal de Educação (CFE) instaura o currículo mínimo de Biblioteconomia, com o apoio da Federação Brasileira de Associação de Bibliotecários (FEBAB). Este currículo mínimo passa a ser frequentemente discutido no âmbito das escolas de Biblioteconomia e entidades relacionadas entre as décadas de 1960 e 1970 (SOUZA, 1990). O aparecimento dos cursos de pós-graduação, na área das Ciências da Informação, intensificando a visão da área como uma ciência, levou ao aparecimento de propostas curriculares elaboradas por diversos professores, que resultaram, em 1982, na aprovação de um novo currículo multidisciplinar, publicado pelo Conselho Federal de Educação, na Resolução nº 08/82 que “Fixa os mínimos de conteúdo e duração do curso de Biblioteconomia”. Esta é implantada efetivamente em 1984, alterando a duração do curso para quatro anos (OLIVEIRA et al., 2009).

No final da década de 1990, novas discussões levaram à formulação de novos conteúdos curriculares, sendo aprovadas, em 2001, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) que não mais definiam conteúdos mínimos, mas, sim, diretrizes para os cursos de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia, determinando, além de conteúdos, competências e habilidades a serem adquiridas pelos graduandos e com vistas à formação de ‘profissionais da informação’. O ensino da Biblioteconomia, até o final do século XX, caracterizou-se por ser presencial, como acontecia nas demais áreas do conhecimento. Nesse século XXI, os cursos de Biblioteconomia passam a incorporar uma nova modalidade de ensino – a modalidade a distância -, seja como auxiliar no ensino presencial, seja através de disciplinas a distância, incorporadas ao ensino presencial e, mais recentemente, com a proposta de cursos de graduação totalmente na modalidade a distância, seguindo uma tendência mundial que está afetando grande parte das áreas do conhecimento.

O ensino na modalidade a distância, denominado por alguns como Educação a Distância (EAD), mas também grafado como Ensino a Distância, consolida-se e se potencializa no século XXI, tendo por base o desenvolvimento marcante das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Peña Borrero (1983, p.9) assim a define: “A educação a distância é uma metodologia de ensino que se caracteriza pela interposição de formas mediadoras entre docentes e estudantes, para transcender às limitações de tempo e de espaço próprios do ensino direto ou presencial e abrir, assim, o âmbito de influência da educação.” Seus referenciais estão fundamentados nos quatro pilares da Educação do Século XXI, divulgados pela UNESCO: *aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser*.

Nesse viés, a EAD deve ser visualizada como forma de inserção social, de propagação do conhecimento individual e coletivo, podendo, como tal, auxiliar na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Isto leva a universidade a vislumbrar “[...] a possibilidade de formar cidadãos conscientes de seu papel sócio político, ainda que vivam em regiões onde a oportunidade de ensino de qualidade seja remota ou que a vida contemporânea reduza a disponibilidade para investir no seu crescimento intelectual e profissional.” (BARBALHO et al., documento eletrônico não paginado).

## 2 O CFB E O CURSO DE BIBLIOTECONOMIA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

A constatação de que se mostrava necessária a formação de um contingente maior de bibliotecários no País, tendo em vista a implementação de diversos projetos nacionais que envolvem a contratação deste tipo de profissional como, entre outros, a aprovação da Lei Federal 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino brasileiras, motivou o CFB a constituir uma parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB) no sentido de ofertar o curso de bacharelado em Biblioteconomia na modalidade a distância.

O CFB, como os demais conselhos profissionais constituídos, através de seu Sistema CFB/CRB, tem a responsabilidade de regulamentar e fiscalizar a atuação profissional nos campos abrangidos pela Biblioteconomia. Também como os demais conselhos profissionais, a formação profissional é uma de suas preocupações, sendo assim, o CFB mantém, entre suas comissões permanentes, a de Ensino (CEN), composta por conselheiros docentes, e que se volta a assuntos pertinentes ao processo de formação acadêmica do bibliotecário e à legalidade de criação e implantação de novos cursos. Esta Comissão, juntamente com a Diretoria da 14ª Gestão do referido Conselho, iniciou diálogo junto a Capes, ainda no decorrer da tramitação do Projeto de Lei que daria origem à Lei 12.244, no sentido de ampliar a formação de profissionais bibliotecários, utilizando-se da modalidade de ensino a distância conduzida pela UAB, sem abrir mão da qualidade desejada.

Universidade Aberta do Brasil foi criada em 2005, sendo um sistema integrado por universidades públicas que oferecem cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação a distância.

A parceria do CFB com a Capes foi oficialmente instituída em 23 de dezembro de 2009, quando da publicação, no Diário Oficial da União, Seção 3, do extrato do referido Acordo de Cooperação Técnica, tendo como objeto estabelecer as bases para cooperação entre as partes signatárias, com vistas ao planejamento e à implantação do curso de bacharelado em Biblioteconomia, a ser ofertado nos polos de apoio presencial do Sistema UAB. O foco desta parceria foi ampliar as oportunidades para a atuação do bibliotecário, através da graduação a distância, procedimento este que permite a formação de um número maior de profissionais qualificados para o serviço de informação. Por outro lado, o CFB entendeu oportuno conduzir, na qualidade de organismo fiscalizador, um processo de negociação visando à formação de bibliotecários que assegurem a qualidade almejada pelas instituições da área e, sobretudo, pelo mercado.

O Acordo foi resultado de discussão conjunta que se iniciou em outubro de 2008, dentro do entendimento de que a educação a distância é uma realidade mundial. Na área de Biblioteconomia, essa modalidade já é adotada em diversos países da Ásia e Europa, além dos Estados Unidos, Canadá, México, Argentina, Venezuela, Costa Rica e Cuba. Somando-se a isto, o sistema de ensino brasileiro facultava a qualquer instituição a oferta de ensino de graduação nesta modalidade.

Quando da oficialização da parceria, ficou definida uma equipe que trabalharia no delineamento do curso. Este grupo de trabalho foi composto por bibliotecários, professores doutores, com produção relevante em cada um dos eixos identificados e com ação em diferentes regiões do País, para atuar junto à UAB. Suas atividades tiveram início antes da assinatura do Acordo, em junho de 2009.

O Grupo trabalhou em consonância com as diretrizes curriculares estabelecidas pela Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (Abecin), por meio de documentos construídos pelas escolas de Biblioteconomia do País,



dentro da observância das Diretrizes Curriculares elaboradas para os Cursos de Graduação em Biblioteconomia, estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC). Nesta linha foram assumidos como eixos temáticos os seis estabelecidos pelos documentos que a norteiam, a saber: 1. Fundamentos Teóricos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação; 2. Organização e Representação da Informação; 3. Recursos e Serviços de Informação; 4. Gestão da Informação; 5. Tecnologias de Informação e Comunicação; 6. Políticas e Gestão de Unidades, Sistemas e Serviços de Informação.

No convênio estão previstas as responsabilidades do CFB no sentido de planejar e produzir os cursos, enquanto cabe à Capes viabilizar encontros, reuniões e oficinas para elaboração do projeto pedagógico e da produção dos conteúdos do curso. O CFB e a Capes/UAB elaboraram um plano de avaliação e acompanhamento das atividades. O Acordo permitiu a designação de uma comissão de gestão formada por profissionais ligados a ambas as instituições, com a finalidade de acompanhar todos os processos, desde a proposição do Projeto Político Pedagógico (PPP) do Curso até sua total implementação.

Os anos de 2010 e 2011 foram anos eleitorais que culminaram na troca de cargos tanto na Capes quanto na UAB, o que levou a uma estagnação no processo, só retomado em 2012, com o lançamento do primeiro Edital pela UAB (Edital nº 012/2012). Seu resultado foi divulgado em 6 de junho de 2012, quando ficou escolhida a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) para o desenvolvimento de material didático e de apoio ao curso de bacharelado em Biblioteconomia. O projeto, assumido pela Fundação Universitária José Bonifácio, por meio do curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (CBG) e do Núcleo de Educação a Distância da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NEAD/UFRJ), passou a denominar-se BibEad.

A referida Fundação lançou, no início de 2014, Edital de Seleção de Autores e Leitores especializados, para elaboração e análise crítica, respectivamente, de materiais didáticos do Curso. Entre os requisitos necessários aos candidatos, era preciso ter formação comprovada na área da disciplina que optou e experiência mínima de um ano em docência ou em pesquisa na área ou na referida disciplina, comprovada por declaração da agência de fomento ou do programa de pós-graduação recomendado pela Capes. Três comissões oficialmente constituídas ficam responsáveis pela seleção dos candidatos: Comissão Técnica de Biblioteconomia de Acompanhamento e Avaliação, instituída pela CAPES; Comissão de Avaliação da Produção de Material Didático para o curso de Biblioteconomia em EaD; Comissão de Gerenciamento de Produção de Material Didático do curso de Biblioteconomia em EaD, estas instituídas pela UFRJ.

A partir de edital específico, foram selecionados designers instrucionais, designers gráficos e revisores que serão os responsáveis pela confecção do material didático, ou seja, a formatação do conteúdo na forma impressa e digital. Na sequência, será lançado edital de convocação para as instituições de ensino superior (vinculadas

aos âmbitos estaduais, federais e municipais), que já ofereçam o curso de Biblioteconomia na modalidade presencial e que, caso tenham interesse em ofertar o curso conduzido pela UAB, na modalidade a distância, possam se candidatar.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A oferta de ensino superior na modalidade a distância é uma realidade no Brasil e no mundo e está em crescimento. Levantamento feito recentemente mostra que há interesse na criação de curso de graduação em Biblioteconomia, neste tipo de modalidade. A Universidade de Caxias do Sul (UCS) já tem um em andamento e a Unochapecó e a Universo EAD estão com cursos autorizados e grade curricular divulgada.

Entende-se que o diferencial do Curso, criado por meio do Acordo CFB/Capes-UAB, é o extremo cuidado que está sendo tomado com o desenvolvimento e a consolidação de cada etapa, iniciando pela definição do Projeto Político Pedagógico (PPP) e se estendendo na seleção das instituições que implementarão a proposta e ministrarão o curso, bem como nos treinamentos que estão ocorrendo. Inclui-se aqui a preocupação com a seleção e a busca do comprometimento dos profissionais que estão ou irão trabalhar no desenvolvimento e na formatação dos conteúdos. Importante citar, também, as reuniões sistemáticas de acompanhamento, controle e avaliação, realizadas pela Comissão Técnica de Biblioteconomia de Acompanhamento e Avaliação, que comprova a preocupação em vigiar para que a implementação do Projeto ocorra dentro da filosofia de excelência e qualidade desejadas pelos acordantes.

Com ações como esta, ao comemorar os 50 anos de regulamentação da profissão, o CFB demonstra seu desejo e empenho em proporcionar sempre novos estímulos e novas possibilidades na formação do bibliotecário, com vistas a cobrir as demandas do mercado de trabalho e oferecer um profissional cada vez mais bem preparado e comprometido com o desenvolvimento da sociedade brasileira.

### REFERÊNCIAS

BARBALHO, Célia R. S.; ROZADOS, Helen B. F.; GOMES, Henriette F.; GUIMARÃES, José A.; ALVARENGA, Lidia; VALENTIM, Marta L. P.; LUNARDELLI, Rosane S. A.; COSTA, Sely M. S. **Graduação em Biblioteconomia na Modalidade a Distância**; projeto pedagógico. Brasília: CFB, 2010. Disponível em: <<http://www.cfb.org.br/EAD.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

CASTRO, César. **História da Biblioteconomia Brasileira**. Brasília: Thesaurus, 2000.

ENSINO a distância: assinado acordo de cooperação técnica entre UAB e CFB. **Boletim eletrônico do Sistema CFB/CRB**, Brasília, DF, Ano 2, Especial. Disponível em: <[http://repositorio.cfb.org.br/bitstream/123456789/287/1/BoletimEspecial09\\_23-nov-2009.pdf](http://repositorio.cfb.org.br/bitstream/123456789/287/1/BoletimEspecial09_23-nov-2009.pdf)>. Acesso em: 25 mar.2015.

OLIVEIRA, Marlene; CARVALHO, Gabrielle Francinne; SOUZA, Gustavo Tanus. Trajetória Histórica do Ensino da Biblioteconomia no Brasil. **Informação & Sociedade; estudos**, João Pessoa, v.19, n.3, p. 13-24, set./dez. 2009.

PEÑA BORRERO, Luis Bernardo. **Planeación de programas de universidad abierta y a distancia**: factores críticos para la toma de decisiones. Bogotá: Ministerio de Educación, 1983.

SOUZA, Francisco das Chagas de. **O ensino da Biblioteconomia no contexto brasileiro**. Florianópolis: UFSC, 1990.

## Reflexões sobre o papel do Sistema CFB/CRB na formação profissional

Kátia Lúcia Pacheco

Bibliotecária da UFMG e Conselheira da  
16ª Gestão do CFB (katiap@ufmg.br)

Luiz Otavio Maciel da Silva

Professor/Bibliotecário da UFPA (loms@ufpa.br)

### INTRODUÇÃO

Este texto tem por objetivo apresentar reflexões sobre a interface entre as funções das entidades formadoras e fiscalizadoras da profissão de Bibliotecário, baseadas nas experiências profissionais e classistas de seus autores. A imbricação é defendida, neste texto, como essencial para assegurar tanto uma formação adequada quanto o desenvolvimento da profissão. As diferenças de atuação que separa o campo da formação, associado às instituições de ensino da biblioteconomia e o âmbito da fiscalização e orientação, funções primordiais dos Conselhos de Biblioteconomia, possuem prerrogativas semelhantes e vislumbram a integração entre conhecimento, pesquisa e aplicação, para que se possa desenvolver a Biblioteconomia em todas as esferas. À luz de uma perspectiva dialética, o que se percebe é um ato contínuo entre a formação e o exercício profissional. A formação e o exercício profissional podem ser considerados campos de interface, visto que a formação adentra no campo do exercício profissional, como, por exemplo, no caso da supervisão de estágio, disciplina obrigatória, presente nos currículos dos cursos de Biblioteconomia.

### FORMAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO

De acordo com Rozados (2007) a Biblioteconomia, no Brasil, passou a existir como área do conhecimento a partir de 1911, quando Manuel Cícero Peregrino da Silva, Diretor da Biblioteca Nacional, oficializou a criação do primeiro Curso de Biblioteconomia. Desde então, proliferaram-se Cursos de Biblioteconomia por todo o Brasil, hoje com um total de 35 cursos presenciais em funcionamento e 2 (Caxias do Sul - RS e Belo Horizonte - MG) a distância. No decorrer dos anos, os cursos sofreram reformas curriculares tanto para atender as mudanças relacionadas à política educacional do país, quanto pela necessidade de revisão da estrutura curricular ante a defasagem do processo histórico de implantação do curso.

Buscando os marcos regulatórios vigentes dos cursos de Biblioteconomia, a organização curricular tomou como base a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 - Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Resolução CNE/CES nº 19, de 13 de março de 2002.

A Resolução da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação “estabelece as diretrizes curriculares para os cursos de Biblioteconomia” no Brasil.

A criação dessas diretrizes para a formulação dos projetos pedagógicos deve seguir a orientação dos Pareceres CNE/CES 492 e 1.393/2001 e conter os seguintes itens:

- a) perfil dos formandos;
- b) competências e habilidades (gerais e específicas);
- c) conteúdos curriculares;
- d) estágios e atividades complementares;
- e) estrutura do Curso; e
- f) avaliação profissional.

Os eixos temáticos foram consolidados em discussões promovidas pela Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (Abecin), que congrega as escolas de Biblioteconomia no Brasil e os oriundos da tradição da Biblioteconomia no Brasil. Nesse sentido, a estrutura curricular agrega e contempla os seguintes eixos temáticos: 1) Fundamentos teóricos da Biblioteconomia; 2) Organização da Informação; 3) Recursos e Serviços de Informação e 4) Gestão de Unidades e Serviços de Informação; 5) Cultura e Formação Geral. As habilidades e competências do aluno de Biblioteconomia, a partir de então, recebem uma ação direta conforme determinada na LDB.

De acordo com Funaro e Valls (2013), a formação do bibliotecário na graduação é edificada a partir da oferta de diversas disciplinas planejadas de acordo com as Diretrizes Nacionais Curriculares definidas pelo Ministério da Educação (MEC) somadas à política institucional de cada instituição formadora e à adição de outras disciplinas de interesse pedagógico e profissional, muitas vezes ligadas ao mercado de trabalho do futuro bibliotecário. Os cursos oferecem disciplinas introdutórias de cunho humanista e cultural, disciplinas básicas relacionadas com o “fazer do bibliotecário” e disciplinas voltadas para a tecnologia de informação e comunicação.

Uma das críticas feitas à formação do profissional de Biblioteconomia reside no fato de se privilegiar uma formação tecnicista. Castro e Ribeiro (2004) consideram a formação do bibliotecário dissociada da realidade e mais preocupada com as técnicas do que com os aspectos sociais do exercício do trabalho na área.

Milanesi (1983), há 32 anos, considerava não haver diferenças significativas com relação à adequação dos currículos à realidade daquela época, das preocupações com o perfil profissional e a colocação dos bibliotecários relacionados ao mercado. A questão da formação do bibliotecário, sempre provocou diversos questionamentos, culminando em trabalhos, discussões e pesquisas que envolvem principalmente: a reforma curricular, visando a adaptação do currículo mínimo aos progressos da ciência e ao diapasão das necessidades sociais; a dicotomia existente entre a formação teórica e técnica; a formação de generalistas ou especialistas; estágios obrigatórios, dentre outros. O que parece não ter mudado,

ainda, nos dias atuais, é a baixa visibilidade dos bibliotecários pela sociedade, pois o tema ainda permeia os textos que tratam desse assunto.

Numa rápida reflexão, podemos dizer que os parâmetros definidores de uma profissão são flexíveis e passíveis da ação da transformação pelos anos e pelo desenvolvimento das ideias. Assim, tantos os cursos formadores como a atuação profissional devem acompanhar o fluxo do desenvolvimento do pensamento e, principalmente, o crescimento da inserção social e profissional do Bibliotecário.

### ATUAÇÃO DO SISTEMA CFB/CRB NA FORMAÇÃO

Profissões surgem como resposta às necessidades sociais históricas, em determinados contextos que justificam sua existência. Os Conselhos defendem e disciplinam o exercício profissional, visando assegurar a qualidade dos serviços prestados à sociedade, pois a organização das profissões é uma exigência do processo societário, preservando, desta maneira, os interesses da sociedade em geral. No regime democrático, os Conselhos Profissionais contribuem para o fortalecimento dos mecanismos de controle social e para a democratização das políticas públicas, vinculando o projeto ético-político profissional a um projeto social mais amplo.

Os Conselhos Federal e Regionais de Biblioteconomia constituem-se na máxima representação dos profissionais da área. pela Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962 que dispõe sobre a profissão de Bibliotecário e regula seu exercício. De acordo com o Decreto 56.725, de 16 de agosto de 1965, que regulamenta a Lei nº 4.084/62, o CFB tem por finalidade orientar, supervisionar e disciplinar o exercício da profissão de Bibliotecário, em todo o território nacional. Nos atos normativos, se estabelece claramente a necessidade da presença do profissional liberal e do docente no Plenário, órgão de decisão superior da entidade.

É salutar que o Sistema Conselho Federal e Conselhos Regionais de Biblioteconomia (Sistema CFB/CRB) e as instituições formadoras estabeleçam critérios conjuntos de ações valorizando a Biblioteconomia enquanto ciência, técnica e profissão, promovendo a integração dialética entre docentes, estudantes e profissionais, em prol de seu desenvolvimento, reconhecimento e valorização pela sociedade.

Nesta perspectiva, os Conselhos devem exercer ações dinâmicas redimensionadas para além do seu aspecto normativo e fiscalizador, por serem instâncias privilegiadas que congregam a dimensão macro da classe profissional. Uma aproximação do Sistema CFB/CRB junto às instituições formadoras, com o intuito de estabelecer parcerias em termos de orientações acerca do mercado de trabalho, da inserção social do bibliotecário, da elaboração de planos e metas de desenvolvimento de recursos para a colocação do profissional junto à comunidade e, principalmente, suscitar um trabalho de esclarecimento à população em geral e ao público profissional sobre o real papel do bibliotecário parecem ser de fundamental importância.



Para que o bibliotecário assuma seu papel como agente de transformação da realidade, em uma sociedade complexa, é necessário que as instituições formadoras estejam engajadas com um compromisso ético, sendo a ética um pressuposto científico-filosófico. O Sistema CFB/CRB, enquanto autarquia responsável pelo zelo da ética da profissão, deve, também, promover debates, discussões e o desenvolvimento de uma consciência ética da profissão, cumprindo em parte sua função social.

Portanto, uma integração entre os dois sistemas (Formação e Fiscalização profissionais, que já está presente na composição) resultaria em uma melhoria considerável na prestação dos serviços à comunidade, à medida que o binômio mercado/escola seria intensificado e discutido levando-se em conta as duas visões: a formadora e a do mercado, uma vez que tal situação já é contemplada na composição dos Conselhos Regionais e Federal, faltando apenas um aprofundamento desses laços.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A união e a troca de informação entre o mercado (Sistema CFB/CRB) e a formação profissional (Instituições formadoras) podem e devem ser de interatividade contínua, buscando sempre um trabalho conjunto e progressivo para o desenvolvimento da profissão.

Nessa perspectiva, a atuação do Sistema CFB/CRB na formação do profissional, que deve se pautar num compromisso que envolva um posicionamento ético e político, é o de acompanhar a abertura de novos cursos de Biblioteconomia (presencial ou à distância), com o objetivo principal de garantir que os marcos regulatórios da profissão sejam atendidos na sua íntegra, gerando, dessa forma, cursos que desenvolvam habilidades e competências dos egressos em Instituições de Ensino Superior.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007.**
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 1363, de 12 de dezembro de 2001.**
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Parecer nº 492, de 03 de abril de 2001.**
- BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96.** Brasília : 1996.
- CASTRO, César Augusto; RIBEIRO, Maria Solange Pereira. As contradições da sociedade da informação e a formação do bibliotecário. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 1, n. 2, p. 41-52, jan./jun. 2004.

FUNARO, Vânia Martins Bueno de Oliveira Funaro; VALLS, Valéria Martin. Formação do Bibliotecário e o usuário da informação: abordagem curricular nos cursos de Biblioteconomia e C.I do estado de São Paulo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25.,2013, Florianópolis, SC. **Anais...** Florianópolis: FEBAB, 2013.

MILANESI, Luís. Forma/formação/fôrma do bibliotecário. **Palavra Chave**, São Paulo, n. 3, p. 3-10, 1983. Disponível em: <https://morenovsky.wordpress.com/2013/10/26/forma-formacao-forma-bibliotecario-luis-milanesi/> Acesso em: fev. de 2015.

ROZADOS, Helen Beatriz Frota. O Bibliotecário brasileiro e a formação continuada: a ação do Conselho Federal de Biblioteconomia. In: **CONGRESO IBEROAMERICANO DE BIBLIOTECOLOGÍA**, 2., Buenos Aires, abr., 2007. Disponível em: <[http://www.cfb.org.br/html/sala\\_leitura/arquivos/Congresso\\_Bibliotecologia.pdf](http://www.cfb.org.br/html/sala_leitura/arquivos/Congresso_Bibliotecologia.pdf)>. Acesso em: fev. 2015.



# O TÉCNICO EM BIBLIOTECONOMIA

A 16ª Gestão retomou os estudos voltados à regulamentação do Técnico em Biblioteconomia e acompanhou de perto as ações em curso no País nessa área. O trabalho a seguir registra, para a história, uma experiência de sucesso na formação desse profissional, experiência acompanhada pelo CFB.

## Educação Profissional e Tecnológica em EAD: técnico em Biblioteconomia do IFRS-Câmpus Porto Alegre

Profª Drª Lizandra Brasil Estabel

Coordenadora do Curso Técnico em Biblioteconomia

Instituto Federal do Rio Grande do Sul-Câmpus Porto Alegre (IFRS)

Profª Drª Eliane Lourdes da Silva Moro

Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS (FABICO/UFRGS)

O Curso Técnico em Biblioteconomia, na modalidade presencial, teve início em 2004, ainda na Escola Técnica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), viabilizado a partir da parceria de docentes do curso de Biblioteconomia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO) da UFRGS com a Escola Técnica, apoiados pela Direção e comunidade educativa. Este curso foi criado para atender a necessidade de formação profissional, de nível pós-médio (técnico), capacitado e habilitado para atuar como assistente junto aos bibliotecários (Bacharéis em Biblioteconomia), em bibliotecas públicas, escolares, universitárias, especializadas, centros de pesquisa e documentação, empresas, sindicatos, associações, Organizações Não Governamentais (ONGs), escritórios de profissionais liberais, entre outros.

No ano 2009, o Câmpus Porto Alegre do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) nasce da desvinculação da Escola Técnica da UFRGS, a partir da publicação da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que cria 38 Institutos Federais no país, cuja finalidade principal é estimular o Ensino Profissional e Tecnológico, a partir da formação de técnicos e tecnólogos alinhados com as demandas do mundo do trabalho e o desenvolvimento local. O IFRS-Câmpus Porto Alegre oferece 17 Cursos Técnicos na modalidade presencial, sendo um Curso de Ensino Médio integrado à formação profissional em Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), cinco Cursos Superiores, três Cursos Técnicos na

modalidade EAD mediado por computador, um Curso de Pós-Graduação lato sensu e o Mestrado Profissional em Informática na Educação, totalizando até o momento 4327 alunos matriculados.

Dentre a oferta dos Cursos pelo IFRS-Campus Porto Alegre, destaca-se o Curso Técnico em Biblioteconomia, na modalidade presencial, cujo currículo está organizado em três semestres. A carga horária total é de 1152 horas, acrescidas de 160 horas de estágio, totalizando 1312 horas. Do elenco de disciplinas que constam na matriz curricular do curso, pode-se destacar: Introdução à Biblioteconomia; Preservação e Conservação de Acervos Bibliográficos I e II; Literatura Aplicada à Biblioteconomia I e II; Introdução à Gestão de Bibliotecas; Introdução à organização e ao Tratamento da Informação; Introdução à Construção de Páginas Web; Introdução à Metodologia da Pesquisa e Orientação ao Acesso e Uso da Informação; Introdução às Técnicas de Atendimento ao Público; Contação de Histórias; Psicologia Educacional, Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), entre outras. Ao final do curso, os alunos realizam Estágio Curricular Obrigatório, com a carga horária de 160h, para aplicação prática dos conteúdos estudados. Além do estágio obrigatório, os alunos desenvolvem atividades práticas através de estágio não obrigatório junto às bibliotecas.

Ao completar 10 anos de formação de Técnico em Biblioteconomia na Rede Federal e no Estado do Rio Grande do Sul, surge o desafio da oferta do Curso Técnico em Biblioteconomia na modalidade EAD, mediado por computador. Este curso caracteriza-se por ser um curso técnico subsequente destinado a alunos egressos do Ensino Médio ou equivalente. A primeira oferta do curso em EAD contempla alunos com dificuldade e até impossibilidade de frequentar o curso presencial, residentes em dez municípios gaúchos, que possuem Polo do Programa E-Tec Brasil: Canoas, Cachoeira do Sul, São Francisco de Paula, São Lourenço do Sul, Santana do Livramento, Picada Café, Santo Antonio da Patrulha, Eldorado do Sul, Erechim e Novo Hamburgo, com a capacidade de 30 alunos por Polo, perfazendo um total de 300 alunos. O currículo está organizado em três semestres, com carga horária total de 840 horas. Reveste-se de significativa importância o oferecimento do curso e a formação do Técnico em Biblioteconomia residente no interior do Estado. A carência da oferta de cursos e, principalmente a necessidade de formação desse profissional atuar nos diversos tipos de bibliotecas, com qualidade e competência, possibilita que as bibliotecas ofereçam um serviço de qualidade, promovam a inclusão social e o atendimento à Lei Federal nº 12244/2010 sobre a universalização das bibliotecas escolares, espaços em que o Técnico em Biblioteconomia pode atuar sob a supervisão do bibliotecário.

O advento das Tecnologias de Informação e de Comunicação (TICs) e a possibilidade de utilização destas ferramentas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) possibilitou a oferta do curso para atender ao público interessado que reside em regiões geograficamente distantes de Porto Alegre.

Dentre os objetivos do curso destaca-se, como objetivo geral, formar pessoas aptas a exercer a profissão de Técnico em Biblioteconomia com competência, responsabilidade e ética, conscientes de seu compromisso social, cultural, educacional e profissional. São objetivos específicos do curso: formar profissionais capazes de articular, mobilizar e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pelo seu campo de trabalho; formar profissionais capazes de atuar nos mais diferentes e complexos campos de trabalho que envolvam conhecimentos das atividades vinculadas ao Técnico em Biblioteconomia; propiciar condições para formar profissionais éticos, que consigam atuar sob diferentes condições de trabalho, tomar decisões de forma responsável para solucionar problemas e enfrentar situações imprevistas e que possam trabalhar em grupo de forma respeitosa e solidária.

A equipe do curso é formada pelo Coordenador, professores pesquisadores-conteudistas, professores pesquisadores, tutores presenciais (que atuam nos polos) e tutores em EAD. Os professores pesquisadores-conteudistas produzem materiais e objetos de aprendizagem (OA) em diferentes mídias impressa, eletrônica e digital, totalmente integradas aos conteúdos do curso e ao AVA MOODLE. É de grande importância, para a formação desse profissional, que a equipe de professores tenha formação em Biblioteconomia e outras áreas afins dos conteúdos curriculares previstos no curso. Assim, foram estruturadas três equipes com cinco professores em cada uma delas que contemplam as três áreas de Biblioteconomia, Língua Portuguesa, Literatura e Leitura e Multidisciplinar. A equipe docente compõe-se de sete professores com formação em Biblioteconomia, seis em Letras, um em História e um em Ciências Contábeis. Desses, seis professores têm titulação em Doutorado, três em Mestrado e seis com Especialização. A Equipe de tutores em EAD é composta por oito bibliotecários e dois técnicos em Biblioteconomia (um tutor é técnico e bibliotecário) e dos tutores presenciais, dois são bibliotecários, dois técnicos em Biblioteconomia e sete são professores. Destaca-se que é a primeira vez que um edital público da E-Tec Brasil seleciona bibliotecários e técnicos em Biblioteconomia para o exercício da docência e de tutoria.

A formação do técnico em Biblioteconomia, segundo o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) do Ministério da Educação (MEC), faz parte do Eixo Tecnológico: apoio educacional. Para contemplar os temas indicados no Catálogo e outros que contribuem para a formação, com qualidade e competência profissional, foram criadas as seguintes disciplinas, distribuídas em três semestres, conforme o quadro a seguir:



## QUADRO 1: MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO EAD

SEMESTRE	DISCIPLINAS
1º semestre	Introdução à Biblioteconomia, Língua Portuguesa, Literatura Aplicada à Biblioteconomia, Introdução às TICs e Introdução à Gestão de Bibliotecas.
2º semestre	Introdução à Organização e ao Tratamento da Informação, Redação Técnica, Preservação e Conservação de Acervos Bibliográficos, Comunicação Intra e Interpessoal e Introdução à Metodologia da Pesquisa e Acesso e Uso da Informação.
3º semestre	Mediadores de Leitura em Bibliotecas, Serviço de Referência e Informação em Biblioteca, Sistema de Automação de Bibliotecas, Psicologia Educacional e Acessibilidade em Bibliotecas.

Fonte: ESTABEL, 2013

Ao término do Curso, destacam-se algumas competências do técnico em Biblioteconomia: executar procedimentos de auxílio à organização, tratamento, disseminação, preservação, conservação e recuperação das unidades de acervo; executar procedimentos relacionados com a alimentação de sistemas informatizados de recuperação de informações; realizar suas atividades, buscando a qualidade do desenvolvimento de recursos e serviços; preparar e/ou assessorar o planejamento e a execução de reuniões e/ou eventos; realizar atividades de incentivo à leitura e formação de leitores; promover a acessibilidade e a inclusão social e digital de Pessoas com Deficiência.

É de grande importância registrar que, ao longo destes 10 anos de existência do Curso Técnico em Biblioteconomia, além da preocupação pela qualidade na formação desse profissional, a coordenação do Curso e o IFRS-Câmpus POA tem realizado uma grande mediação com os órgãos de classe, o governo federal e as instituições públicas e privadas em relação à absorção deste profissional no mundo do trabalho.

Em relação à trajetória da regulamentação profissional, a coordenação tem envidado esforços buscando apoio junto ao CFB. Em julho de 2010, ocorreu uma reunião plenária do CFB, no IFRS-Campus POA, e, na pauta, constava a discussão sobre a regulamentação da profissão de Técnico em Biblioteconomia. A partir desta reunião, iniciaram-se as tratativas para a criação de Lei Federal que regulamenta a Profissão de Técnico em Biblioteconomia. A 16ª gestão do CFB tem acompanhado, por meio de assessoria parlamentar, a tramitação do Projeto de Lei Nº 6038, de 2013, junto à Câmara dos Deputados, bem como a mediação com os parlamentares José Stédile (autor da Lei) e Erika Kokay (relatora) para a aprovação da Lei.

Ao finalizar, deve-se destacar a importância do trabalho de articulação política e de mediação com a sociedade, com significativa importância dos serviços prestados em uma biblioteca, que conta com bibliotecários e técnicos em Biblioteconomia atuando conjuntamente.





O MOVIMENTO ASSOCIATIVO  
NESSES 50 ANOS

## O ponto de vista da Febab

Prof<sup>ca</sup>. Dra. Marcia Rosetto<sup>1</sup>

### 1 INTRODUÇÃO

A história da humanidade está atrelada ao comentário intelectual que o homem faz sobre o seu mundo por meio de registros que demarcam a sua existência e seus pensamentos. Esses registros se transformaram num produto consciente com a sua origem documentada através da Arte, Poesia, Religião, Filosofia, Ciência e Tecnologia entre tantos outros campos, ou divisões, ou faculdades da Academia (ZIMAN, 1979). Com a impressão tipográfica estabelecida no século XV, esses registros, elaborados em variados tipos de documentos,<sup>2</sup> contribuíram de forma significativa para que se estabelecessem como veículos de comunicação excepcional. Essas características se tornaram mais marcantes a partir do século XIX e XX, quando as transformações sociais, advindas da revolução industrial, aumentassem de forma significativa a informação registrada exigindo soluções para a sua organização e formas de acesso (FROSSARD, 2000).

Segundo Borges (2011, p. 11), “Dos diversos instrumentos do homem, o mais assombroso, sem dúvida, é o livro”. Assim Borges oferece um indicativo quanto à importância desse objeto e do seu caráter social e as situações concretas de uso e abordagens que vão orientar o acesso e o uso por públicos determinados. Sua história está intrinsecamente relacionada com a evolução do universo das bibliotecas, alinhada ao registro do conhecimento e à memória intelectual da civilização, assim como da função do profissional bibliotecário que está entrelaçada com as necessidades das pessoas quanto ao acesso e uso da informação. Em relato sobre a concepção das bibliotecas desde a antiguidade, Battles (2003) destaca também questões relativas à educação do profissional que atua nesse ambiente, quando referencia a criação de uma escola para bibliotecários em 1889, por Melvil Dewey, e a elaboração, pela *American Library Association* (ALA), de padrões para a profissão quanto a aspectos internos (referentes à educação no atendimento, à ética e às rotinas de trabalho), como aspectos externos (quanto ao papel do bibliotecário na sociedade).<sup>3</sup>

Embora com várias experiências controversas, esses parâmetros perduraram e trouxeram um conjunto de processos que foram sendo desenvolvidos e ampliados, e na atualidade são padrões estabelecidos pela ALA para os Estados Unidos da América - *Standards for Accreditation of Master's Programs in Library and Information Studies*. Na Europa, Fonseca (1979) identifica publicações europeias que tinham por objetivo orientar a organização de bibliotecas como o “Manuel du librairie et de l'amateur de livres”, “Cours élémentaire de bibliographie: la science

---

1 Doutora em História da Ciência (PUC/SP), Mestre em Ciências da Comunicação (ECA/USP), Bacharel em Biblioteconomia e Documentação (ECA/USP). Presidente da FEBAB nos períodos de 2002 a 2005, 2005 a 2008.

2 O conceito de documento é muito amplo, pois pode abranger manuscritos e publicações impressas, objetos como amostras minerais, obras de arte ou peças museológicas. Eles podem ser divididos em três categorias: documentos primários, com novas informações ou novas interpretações de ideias e/ou fatos acontecidos; documentos secundários que contêm informações sobre documentos primários e são arranjados segundo um plano definido; documentos terciários que têm como função principal ajudar o leitor na pesquisa em fontes primárias e secundárias (CUNHA; CAVALCANTI, 2008).

3 A American Library Association (ALA) foi criada em 1876; em seu Website, há um histórico incluindo informações sobre a educação do profissional bibliotecário. Disponível em: <http://www.ala.org/aboutala/education> Acesso em: 20/06/2015

du bibliothécaire”, e a organização do “ Catalogue of Scientific Papers” da Royal Society de Londres.

Enquanto as bibliotecas já alcançassem períodos de esplendor, quando o Brasil foi descoberto pelos portugueses no século XVI, vão existir no país apenas coleções de documentos nas residências particulares e colégios monásticos, e os primeiros bibliotecários seriam os religiosos responsáveis por sua organização e guarda (FONSECA, 1979). Com a instalação da Biblioteca Nacional em 1810, outras começaram a ser formalmente criadas como a Biblioteca Pública da Bahia em 1811, Biblioteca Pública do Rio de Janeiro em 1814, e a Biblioteca Pública na cidade de São Paulo, em 1825, incorporada à Faculdade de Direito quando instituída em 1827, e que teve um valor significativo naquele momento do Brasil (DEACECTO, 2011).

Na esfera do ensino, em 1915, a Biblioteca Nacional (BN), sem nenhum planejamento curricular, começa um processo de treinamento e repasse de experiências na área da biblioteconomia com um quadro de professores enquanto encarregados das seções que compunham a BN (CASTRO, 2002). Segundo Souza (2009), é no período dos anos 1930 que se inicia um processo de estruturação de um estado moderno brasileiro e que se verifica um conjunto de esforços voltados para uma prática e uma educação biblioteconômica direcionada a um profissional que atendesse distintas demandas da biblioteca nacional e públicas. A partir desse período, há também o início de uma reconfiguração de mercado de trabalho com possibilidades profissionais melhor definidas em relação ao universo da comunicação e informação.

Seguindo essas tendências, há uma reformulação no curso promovido pela BN e a criação do curso de Biblioteconomia em São Paulo. Primeiramente, no Instituto Mackenzie (1929-1935), posteriormente na Divisão de Bibliotecas do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo (1936-1938), e depois na Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1940) com uma visão de ensino/aprendizagem para a organização técnica de biblioteca e com uma concentração em disciplinas como catalogação, classificação, bibliografia, referência, organização e administração de bibliotecas (CASTRO, 2002). É também nesse período que são instaladas associações de bibliotecários, sendo a primeira a Associação Paulista de Bibliotecários (APB) em 1938, fundada por Rubens Borba de Moraes e, conforme Aragão (1977), é com os primeiros diplomados paulistas que são desenvolvidas ações para a abertura do mercado de trabalho e expansão dos esforços para uma conscientização da união da classe e reconhecimento público nacional, sendo seguido posteriormente por outros estados com a instalação de cursos na área.

Nos anos 1950, há um movimento para a organização de centros de documentação e informação na América Latina, e no Brasil é criado, em 1954, o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), com o propósito de ser um órgão de produção e organização de informações bibliográficas e se constituir como um elemento de força para os bibliotecários. Conforme Odone (2006), o contato com instituições internacionais, como a Federação Internacional de Documentação (FID) e a Federação Internacional de Associações de Bibliotecas

(IFLA), proporcionava, naquele momento, o acesso a um cenário já em vias de se globalizar enriquecendo o domínio intelectual até ali representado. Uma das primeiras iniciativas do IBBB foi promover a realização de cursos de “documentação científica” para diferentes regiões do país com o propósito de criar serviços de “informação científica” que se baseavam em técnicas de documentação mais especializadas. De acordo com Vicentini (1969), durante a *26th General Conference of FID*, realizada no Rio de Janeiro de 22 a 31 de julho de 1960, é instalada a *Latin American Commission of the International Federation* (FID/CLA) que vai propiciar condições para o IBBB ter assento como membro nacional na Comissão, com o propósito de cooperar com outros países da região, desenvolver serviços de documentação e informação cooperativos, incentivar a instalação de catálogos coletivos e centros nacionais de bibliografia. Essas iniciativas vão propiciar uma visibilidade internacional e expandir os serviços bibliotecários no Brasil e na região latino-americana.

É também em 1954 que se realiza o 1º. Congresso Brasileiro de Biblioteconomia (CBBB), na Universidade de Pernambuco em Recife (PE), com vários temas; entre eles a formação do profissional e o ensino, a necessidade de cursos de pós-graduação, e a ampliação de associações e legislação bibliotecária. Com a realização do 2º. Congresso em 1959, na Universidade Federal da Bahia, Salvador (BA), é criada a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB) em 26 de julho, tendo à frente os bibliotecários Laura Garcia Moreno Russo e Rodolfo Rocha Junior, atendendo dessa forma a demanda expressada nos anos anteriores pelos profissionais da área. Tinha por objetivo congregar os profissionais e defender a classe nos “terrenos técnico, cultural, social e econômico; contribuir para a solução dos problemas atinentes à classe, quer regionais ou nacionais, prestar toda assistência possível às Associações filiadas, servir como centro de documentação e informação das atividades bibliotecônicas do País, contribuindo, dessa maneira, para o aprimoramento cultural e técnico da classe e desenvolvimento das bibliotecas brasileiras” (ARAGÃO, 1977, p.34-40).

Após árduo trabalho e dedicação dos profissionais, em 30 de junho de 1962, foi promulgada a Lei nº 4.084/62, sendo regulamentada pelo Decreto 56.725 em 16 de agosto de 1965. Os Conselhos Federal e Regional foram implantados em 1966, sob a coordenação da FEBAB através da Portaria nº 615 do Ministério do Trabalho e Previdência Social (ARAGÃO, 1977, p.34-40). Nos Boletins Informativos da FEBAB, publicados no período de 1960 a 1972, há o relato e a divulgação das ações empreendidas pela Federação e pelos membros associados sobre o movimento associativo para a regulamentação da profissão, e a padronização de um currículo mínimo, entre outros temas relevantes, como resultado de trabalhos e reuniões periódicas que eram realizadas, como, por exemplo, na Figura 1.





FIGURA 1 - REUNIÃO DA FEBAB EM MAIO DE 1962<sup>4</sup>

Fonte: Boletim da FEBAB (1962)

## 2 FEBAB - AÇÕES REALIZADAS NA ESFERA DA BIBLIOTECONOMIA BRASILEIRA

Com a instalação da FEBAB e a organização de uma primeira Secretaria Geral, durante a realização do 2º CBBBD em 1959, composta por Laura Russo, Maria Alice de Toledo Leite e Maria Helena Brandão, foi estruturada a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB). Conforme Laura Russo, em depoimento registrado na Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação (RBBBD), 1984, naquele ano de 1959 já existiam oito (8) Cursos de Biblioteconomia formalizados no país<sup>5</sup>, e seis (6) Associações de Classe instaladas<sup>6</sup>, e um cenário propício para organizar uma entidade que congregasse os bibliotecários de todo o país. Representando a Associação Paulista de Bibliotecários na 24ª. Sessão Anual da Federação Internacional de Associações de Bibliotecários (IFLA), realizada em outubro de 1957 (Madrid, Espanha), foi possível conhecer a sua estrutura e atividades desenvolvidas servindo de modelo para apresentar a proposta de criação da FEBAB

4 Reuniões da FEBAB, de 28 a 30 de maio de 1962, realizadas no Centro Técnico da Aeronáutica (São José dos Campos, SP), com a participação dos membros da FEBAB: Laura Garcia Moreno Russo, presidente (centro da fotografia); Fernanda Leite Ribeiro, vice-presidente; Philomena Bocattelli, 1ª. secretaria. Delegados: Zenóbia Pereira da Silva (APB); Lydia Sambaquy (ABB); Belita L. de Matos Carvalho (A.Ba.B); Elton Volpini (ABMG); Philomena Bocattelli (ABMSP); Maria Dorothea Barbosa (ABP); Ivahilda Costa Gazziero (APa.B). (Boletim da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, 1962).

5 Cursos existentes com data de instituição: Biblioteca Nacional (1915), Fundação Escola Paulista de Sociologia e Política (1940), Universidade Federal da Bahia (1942), Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1945), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1947), Universidade Federal de Minas Gerais (1950), Universidade Federal de Pernambuco (1950), Universidade Federal do Paraná (1952) (RUSSO, 1984).

6 Associações de classe instaladas: Associação Paulista de Bibliotecários (1938), Associação Pernambucana de Bibliotecários (1948), Associação Brasileira de Bibliotecários no Rio de Janeiro (1949), Associação Riograndense de Bibliotecários (1952), Associação Paranaense de Bibliotecários (1952). (RUSSO, 1984).

durante a Sessão Plenária do 2º. CBBB em 1959. Esse foi um marco decisivo para instalar um organismo de âmbito nacional, que coordenasse as reivindicações da Classe e as apresentasse às autoridades de maneira uníssona (RUSSO, 1984). Com sede, inicialmente, na Rua Santo Antônio, 733 apto 91, em São Paulo (SP), foram implementadas inúmeras atividades para consolidar tanto a entidade como a sua representatividade na esfera nacional e internacional. Registros dessas ações estão nos boletins, jornais, nas revistas e nos anais de eventos promovidos pela Federação e pelos membros associados.

Em janeiro de 1961, durante a realização do 3º. CBBB, Curitiba (PR), foi eleita e empossada a primeira Diretoria que trabalhou com muito empenho até a promulgação da Lei nº 4.084 em 1962, fato realizado com o importante apoio dos Deputado Almino Alfonso e Dr. Rogê Ferreira para que os dois projetos, que tramitavam na Câmara Federal, fossem finalizados: 1- Regulamentação Profissional; 2- Aprovação do Currículo Mínimo em nível universitário e, posteriormente, o registro de todos os diplomas já expedidos pelos cursos de biblioteconomia (RUSSO, 1984). A instalação da FEBAB foi um elemento decisivo para que essas ações significativas chegassem aos objetivos almejados. Todos os dados sobre esses projetos que transitavam na Câmara Federal, desde 12 de dezembro de 1958, encontram-se registrados no Boletim da FEBAB, publicado no período de janeiro de 1960 a dezembro de 1972, constituído de 26 volumes com 78 fascículos, sendo que, em seu primeiro volume, (n.5/6, 1960) consta o texto do projeto nº 4.770/59, e, em 1962, transformado em Lei nº 4.084/62. Nesse número consta também o primeiro estatuto da FEBAB, aprovado pelos Presidentes das Associações-membro durante o 3º. CBBB, Curitiba (PR). Em 1966, Laura Russo, Presidente da FEBAB, assumia a Presidência do CFB, e a FEBAB era declarada de Utilidade Pública pelo Decreto nº 50.503/66 (JORNAL DA FEBAB, 1989).

Em fevereiro de 1967, é inaugurada a sede própria da Federação, instalada na Rua Avanhandava nº. 40 conj. 108/110, em São Paulo (SP), adquirida com recursos doados,<sup>7</sup> e posteriormente ampliada na gestão de 1978 a 1983, tendo à frente o bibliotecário Antônio Gabriel. Nos anos 1970, inúmeras ações vão ampliar a participação dos bibliotecários através das Comissões Brasileiras de Documentação Especializadas, reunindo profissionais dos Grupos de Trabalho das Associações. Em 1973 é lançada a Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação (RBBB), substituindo o Boletim da FEBAB, que, posteriormente, em 1978, vai ser reformulada, sob a gestão da Profa. Dra. Neusa Dias de Macedo, com um programa editorial que atendesse a demanda por um veículo alinhado com a informação especializada e diversificada naquele momento cultural, econômico e social que se iniciava no país. Em 1981 é elaborado o Índice Geral da RBBB, incluindo as publicações editadas anteriormente pela Federação. A RBBB passa novamente por uma nova reformatação em 2005, transformando-se numa revista digital em sintonia com as tendências do Século XXI.

---

<sup>7</sup> A doação foi realizada por José Estefno, Breno de Toledo Leite, Ary Braga Pinheiro, e bibliotecárias Maria Alice Toledo Leite e Laura Garcia Moreno Russo (JORNAL DA FEBAB, 1989).

Assim, ficam consolidados os principais veículos de comunicação, CBBB<sup>8</sup> e RBBD<sup>9</sup> que propiciaram, ao longo de sua trajetória, as condições para registrar os feitos e as conquistas do movimento associativo e dos trabalhos desenvolvidos pelos profissionais, assim como de atividades realizadas relativas à estruturação e organização da classe bibliotecária brasileira. No Jornal da FEBAB (1989), publicado durante as comemorações dos 30 anos de sua instalação, há um sumário com as principais realizações elaboradas pelas Diretorias (Figura 2). Além dos eventos e das publicações fixas, outras iniciativas desenvolvidas constam a seguir:

- ◆ 1º. Congresso Latino-Americano de Biblioteconomia e Documentação (1980).
- ◆ Congresso Brasileiro de Publicações (iniciado em 1982).
- ◆ Seminário Brasileiro de Reprografia (iniciado em 1982).
- ◆ Publicação do volume 1 do Código de Catalogação Anglo-Americano (1983).
- ◆ Comemoração do Jubileu de Prata com a edição de folheto especial lançado durante a VIII Bienal Internacional do Livro (1984).
- ◆ Publicação do volume 2 do Código de Catalogação Anglo-Americano, do Catálogo SIMBI – Serviços de Informação de Materiais para Bibliotecas e do “PGI – Referral Centers” para o português com o título Serviços de Informações – Centros Referenciais (1984-1986).

A partir de 1985, foram intensificadas atividades com o foco na ampliação do relacionamento da FEBAB com as associações-membro e instituições nacionais e internacionais, e o cadastramento da Federação como entidade de natureza cultural para obtenção dos benefícios da legislação brasileira para esse fim. Destaca-se também a participação em eventos internacionais como: Seminário Latino Americano de Associações de Bibliotecários (1987, Venezuela); Congresso Internacional de Informação Científica e Técnica – INFO/88 (1988, Cuba); Encontro Internacional de Bibliotecários de Língua Portuguesa (1990 Lisboa, Portugal; 1994 Niterói, Brasil; 1998 Aveiro, Portugal; 2002 São Paulo, Brasil). Desde 1987, ampliou-se também a participação em Conferências Gerais da IFLA para divulgar as ações da FEBAB e os trabalhos realizados pela classe no país. Esse intercâmbio com a IFLA vai refletir na instalação, na sede da Federação, do Escritório Regional da IFLA para a América Latina e Caribe que funcionou até o final dos anos 1990, sendo transferido posteriormente para o Rio de Janeiro.

8 Em 1977 é realizada uma bibliografia com os trabalhos publicados nos CBBB até 1973 (CORUJEIRA, 1977).

9 No Anexo 1 está a relação dos CBBBDs realizados. O acesso à RBBD digital e anais dos últimos CBBBDs está disponível em: [www.febab.org.br](http://www.febab.org.br)

FIGURA 2 - JORNAL DA FEBAB SOBRE OS 30 ANOS EM AGOSTO DE 1989<sup>10</sup>



# JORNAL DA FEBAB

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS

EDIÇÃO ESPECIAL – SÃO PAULO, AGOSTO DE 1989 FILIADA À IFLA



Os Presidentes Antônio Gabriel, Esmeralda Aragão, Laura Russo, Elizabet Carvalho, May Brooking Negrão e abaixo a atual Presidente Selma Chi Barreiro.

## TRINTA ANOS DE EXISTÊNCIA

Capacitação do bibliotecário, defesa da classe e da Instituição Bibliotecária, sempre foram as metas perseguidas pelos Presidentes da FEBAB e suas diretorias.

No decorrer desses 30 anos, marcos importantes foram conquistados e, nada mais justo e próprio, que rendermos nossas homenagens com esta retrospectiva histórica.

Parabéns a todos!

gestão 1987 – 1989

### 1959 - o Início da Estruturação e da Organização da Classe

A Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários – FEBAB, foi criada durante o II Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação – CBBB, realizado em Salvador, no dia 26 de julho de 1959, quando, em sessão plenária, foi aprovada, por unanimidade, a tese apresentada pelos bibliotecários, Laura Garcia Moreno Russo e Rodolpho Rocha Junior, com a finalidade de criar um organismo que congregasse os bibliotecários brasileiros, através de suas Associações de classe.

A FEBAB teve fases distintas de desenvolvimento, cada uma delas marcada sensivelmente pela linha de ação de seu Presidente.

Durante o II Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação foi constituída por Laura Russo, Maria Alice de Toledo Leite e Maria Helena Brandão, uma Secretaria Geral em São Paulo. Essa Secretaria Geral se incumbiu de estruturar a FEBAB e de acompanhar o projeto de Lei n. 4.770/58 que transitava na Câmara Federal, no Rio de Janeiro, desde 12.12.1958. Tratou de conseguir condições para que o MEC se dispusesse a nomear bibliotecários e professores, para estudarem um Currículo Mínimo para as dez Escolas então existentes. Pela Portaria n. 162, de 7.10.1959, o Ministério do Trabalho criou o 19º Grupo de Profissionais Liberais, compreendido no plano da Confederação Nacional das Profissões Liberais – CNPL – o Bibliotecário. Isso foi o primeiro passo para o regulamento do profissional, cujos patronos foram os Deputados Federais, por São Paulo, Rogê Ferreira e Almino Afonso.

Em 15.1.1960 foi lançado O FEBAB, boletim informativo que circulou até dezembro de 1972. Essa publicação é constituída de 26 volumes, com 78 fascículos. Em seu primeiro volume é encontrado o texto do projeto n. 4.770/58 (v. 1, 5/6, 60) que em 1962 foi transformado na Lei n. 4.084/62. Nesse mesmo número consta o texto do projeto de Estatuto da FEBAB, levado para consideração dos Presidentes das Associações, durante o III CBBB, em Curitiba. O FEBAB, boletim informativo é o mais completo histórico das lutas empreendidas pela Classe, indispensável a quem desejar saber com exatidão como a FEBAB com suas filiações contribuíram para o desenvolvimento da biblioteconomia em nosso País e por que não dizer, para o progresso e concretização da Classe.

#### A primeira Diretoria e suas grandes conquistas 1961/1962

No dia 16.1.1961, durante o III CBBB, tomou posse a primeira Diretoria da FEBAB, assim constituída:

Presidente – Laura Russo  
Vice-Presidente – Fernanda Leite Ribeiro  
Secretária Geral – Maria Helena Brandão  
Primeira Secretária – Phlomena Soccolati  
Segunda Secretária – Odete S. de Oliveira Penna  
Primeira Tesoureira – Maria Alice de Toledo Leite  
Segunda Tesoureira – Heloisa Medeiros  
Bibliotecária – Casilda B. de Souza Reis

Nessa gestão, os objetivos da FEBAB foram os que estipulavam seus Estatutos, de maneira muito simples, mas muito rígida:

- a) congregar as Associações de Bibliotecários do País com o objetivo de defender a classe, nos terrenos técnicos, cultural, social e econômico;
- b) contribuir para a solução dos problemas atinentes à Classe, quer regional, quer nacionais;
- c) prestar toda a assistência possível às Associações filiadas;
- d) servir como centro de documentação e informação das atividades bibliotecárias do País, contribuindo, dessa maneira, para o aprimoramento cultural e técnico da classe e desenvolvimento das bibliotecas brasileiras.

Nesse período foi conseguida a Promulgação da Lei n. 4.084/62, o Currículo Mínimo, em Nível Universitário, reestruturação das carreiras de Bibliotecários, nos âmbitos federal, estadual, municipal e das Universidades.

Fonte: Jornal da FEBAB (1989)

Nos anos 2000, três pilares - Sociedade, Membros e Profissão – vão se tornar elementos norteadores para o desenvolvimento das atividades associativas e profissionais, pautados em critérios estratégicos para os desafios decorrentes de um novo cenário social, estabelecendo, assim, um sistema para a identificação de necessidades de educação continuada, em termos globais, e consubstanciado em modernas práticas de gestão de pessoas e de competências, ainda, e promover a educação continuada de profissionais alinhados nessas práticas. Fazendo parte das comissões do Ministério do Trabalho e Emprego, foi possível contribuir com a atualização e ampliação do escopo da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), para os Profissionais da Informação (Bibliotecário/Documentalista/Analista de Informações) e cuja última edição está disponível pela rede Internet.<sup>11</sup>

<sup>10</sup> Na fotografia estão os Presidentes, da esquerda para a direita: Antônio Gabriel, Esmeralda Aragão, Laura Garcia Moreno Russo, Elizabet Maria Ramos de Carvalho, May Brooking Negrão, Selma Chi Barreiro (no destaque).

Classificação Brasileira de Ocupações. Disponível em: <http://www.mteco.gov.br/cbsite/pages/home.jsf>



Além disso, a participação em reuniões promovidas por várias esferas federais do país, incluindo os Ministérios da Educação e Cultura e em Conferências Gerais da IFLA, e a promoção de reuniões e eventos pautados em programas e manifestos propostos pela UNESCO/IFLA para a promoção do livro, da leitura, da biblioteca e da competência em informação (CoInFo) vão se tornar elementos estratégicos para os planos de ação das bibliotecas brasileiras (ROSETTO, 2006). A renovação no formato de realização do CBBB (Figura 3), tradicional evento da classe bibliotecária brasileira (relação dos eventos no Anexo 1), e outras ações organizadas e alinhadas às novas necessidades de gestão da informação em ambiência de acesso aberto em redes eletrônicas, proporcionaram as condições para realizar diferenciados eventos, propiciando espaços para a análise dessas práticas. A seguir um sumário desses eventos:

- ◆ INTEGRAR - Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus (1ª edição em Março de 2002 e 2ª. edição em Junho de 2006, São Paulo – SP)
- ◆ Workshop Conceitos e Construções de Bibliotecas, com apoio do Goethe/SP (Setembro de 2003, São Paulo – SP).
- ◆ 1º. Seminário sobre Competência em Informação (Information Literacy) - Biental Internacional do Livro (Agosto de 2004, São Paulo - SP).
- ◆ SENABRAILLE - Seminário Nacional de Bibliotecas Braille (A partir da 4ª. Edição, realizado em 2005, o Seminário foi integrado à FEBAB).
- ◆ 2o. Encontro Nacional de Administração de Entidades de Classe da Área da Informação (Julho de 2005, Curitiba – PR).
- ◆ Workshop Competência em Informação (Julho de 2005, Curitiba – PR).
- ◆ Workshop: Uma Biblioteca para desfrutar: os desafios arquitetônicos das novas bibliotecas públicas, com apoio do Goethe/SP (Julho de 2005, Curitiba – PR).
- ◆ Seminário Sul-Americano dos Manifestos e Diretrizes IFLA/UNESCO para Bibliotecas Públicas e Escolares (Julho de 2005, Curitiba - PR).
- ◆ 3º Encontro Nacional de Administração de Entidades de Classe da Área da Informação (Outubro de 2006, Salvador – BA)
- ◆ 12º. Simpósio sobre Biblioteca e Desenvolvimento Cultural (Agosto de 2008, São Paulo – SP).
- ◆ Workshop Web 2.0: Interagindo com seus Usuários no Mundo Digital (Agosto de 2008, São Paulo – SP).
- ◆ Colóquio Internacional Bibliotecas Digitais - Novos modelos técnicos, econômico e jurídicos
- ◆ Brasil – França – Alemanha, com o apoio da FEBAB (Maio de 2008, São Paulo – SP).
- ◆ IV Congresso Latino-Americano de Biblioteconomia e Documentação (Março de 2008, São Paulo – SP).

- ◆ III Encontro Internacional sobre Acesso à Informação e Promoção de Serviços Bibliotecários em Comunidades Indígenas da América Latina – IFLA/FEBAB (Março de 2008, São Paulo – SP).
- ◆ Workshop Manifesto Internet IFLA/FEBAB (Março de 2008, São Paulo – SP).
- ◆ I Seminário Competência em Informação: Cenários e Tendências (Julho de 2011, Maceió - AL).
- ◆ II Seminário Competência em Informação: Cenários e Tendências (Julho de 2013, Florianópolis - SC).
- ◆ IFLA-LAC 40 Anos - Seminário “Tradição, Cooperação e Inovação: novas fronteiras do acesso” ( Março de 2014, São Paulo – SP).

Comemorando em 2009 o seu Jubileu de Ouro, com inúmeros marcos relevantes de conquistas durante a sua trajetória (Figura 4) e reunindo, durante a realização do 23º. CBBB, Presidentes de várias gestões (Figura 5), a FEBAB tornou-se, junto com o CFB, em um órgão de excelência no exercício de uma representatividade legítima dos bibliotecários brasileiros junto à sociedade civil e política do país. Com os trabalhos realizados, as participações nas principais ações em defesa da promoção do direito à educação, à cultura e o acesso à informação de forma aberta e livre pelos cidadãos do país, tem-se a certeza que a FEBAB vem cumprindo o seu papel de forma clara e transparente como pensado pelos bibliotecários pioneiros no início do século XX.

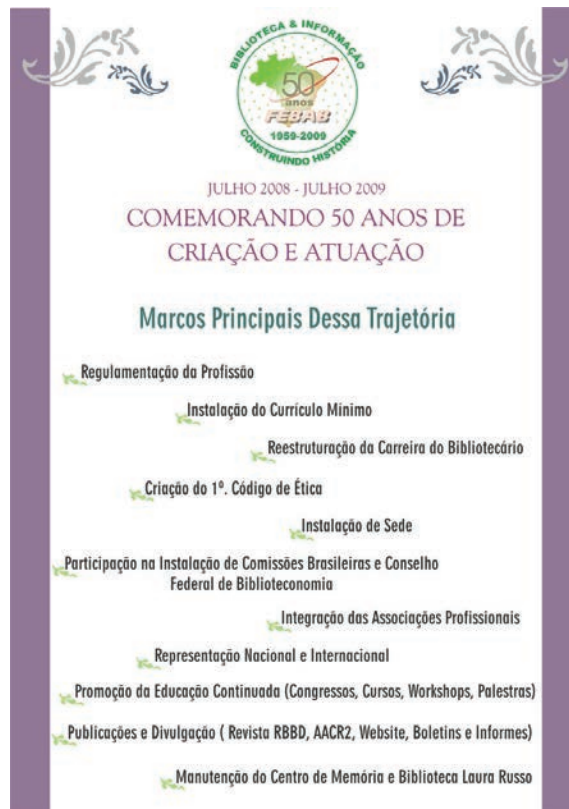
**FIGURA 3 - CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO – CBBB (21ª. EDIÇÃO EM 2005)**



Fonte: Acervo pessoal da autora.



FIGURA 4 - FOLHETO COMEMORATIVO DOS 50 ANOS DA FEBAB EM 2009



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 5 - Comemoração dos 50 anos da FEBAB em julho de 2009<sup>12</sup>



Fonte: Acervo pessoal da autora.

12 Durante o 23º CBBD foi celebrado os 50 anos da FEBAB com a presença de Ex-Presidentes da FEBAB e Presidente do CFB. Da direita para a esquerda: Mirian Salvatore Nascimento (Presidente FEBAB 1990-1992), Carminda Nogueira de Castro Ferreira (Vice Presidente FEBAB 2002-2005, 2005-2008), Marcia Rosetto (Presidente FEBAB 2002-2005, 2005-2008), João Carlos Gomes Ribeiro (Presidente FEBAB 1993-1995), Elizabet Maria Ramos de Carvalho (Presidente FEBAB 1987-1989), Eunice Loudes Franco (Presidente APB/MS), Nêmore Arlindo Rodrigues (Presidente CFB), Sigrid Karin Weiss Dutra (Presidente FEBAB 2008-2011, 2011-2014).

## REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, E. M. A FEBAB e movimento associativo brasileiro. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 10, n. 1/3, p.34-40, jul./set., 1977.
- BATTLES, M. **A conturbada história das bibliotecas**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2003.
- BOLETIM da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, v.6, n.1/2, p.3, jul/ago. 1962.
- BORGES, J.L. **Borges, oral & sete noites**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- CASTRO, C. A. Histórico e evolução curricular na área de biblioteconomia no Brasil. In: VALENTIM, M. L.(org.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002. p.25-48.
- CORUJEIRA, L.A. Congressos brasileiros de biblioteconomia e documentação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 5, n. 1, p.317- 365, jan./jun., 1977.
- CUNHA, M. M. B. da; CAVALCANTI, C. R.de O. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.
- DEACECTO, M. M. **O império dos livros: instituições e práticas de leitura na São Paulo oitocentista**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.
- FONSECA, E. N. **A biblioteconomia brasileira no contexto mundial**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: INL, 1979.
- FROSSARD, V. Tipos e bits: a trajetória do livro. In: **O sonho de Otlet: aventura em tecnologia da informação e comunicação**. Rio de Janeiro, IBICT/DEP/DDI, 2000, p. 47-52.
- JORNAL DA FEBAB. Edição Especial,1989. 5p.
- ODONE, N. O IBBD e a informação científica: uma perspectiva histórica para a ciência da informação no Brasil. **Ciência da Informação**, v. 35, n. 1, p. 45-56, jan./abr. 2006.
- ROSETTO, M. Access to books, libraries and information literacy: adoption of IFLA/UNESCO manifestos and guidelines by public and school libraries in Brazil.In: SEIDLIN, S.; JENSEN, T.S. **Libraries and the fight against HIV/AIDS, poverty, and corruption**. Copenhagen: IFLA/FAIFE OFFICE (IFLA/FAIFE theme report, Word report series, v.VI:125-134).
- RUSSO, L.G.M. Entrevista. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v.17, n.1/2, p.93-97, jan./jul.1984.
- SOUZA, F. das C. de. **O ensino da biblioteconomia no contexto brasileiro: século XX**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009.
- VICENTINI, A. L. C. The organization of national documentation and information services in latin américa, with special reference to Brazil. **Library Trends**, jan. p245-257,1969.
- ZIMAN, J. **Conhecimento público**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDIUSP, 1979, p. 17-18.

## Anexo 1

O Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBB) é promovido desde 1954, sendo uma marca registrada da FEBAB. Considerado o mais importante evento desse segmento no país, nesses mais de 50 anos de trajetória tornou-se um espaço privilegiado para a apresentação de experiências, práticas e difusão da produção técnico-científica relativa a bibliotecas, unidades de informação, ensino e pesquisa. A seguir encontra-se a relação dos eventos realizados até o presente ano.

EVENTO	ANO	LOCAL	TEMAS ABORDADOS
1º. CBBB	1954	Recife – PE	Situação atual do leitor brasileiro e Ensino Profissional. Processos Técnicos. Bibliotecas Públicas e Bibliotecas Infantis e de Escolas Primárias. Bibliotecas Especializadas. Bibliografias, Associações Bibliotecárias e Legislação profissional.
2º. CBBB	1959	Salvador – BA	Relações entre Editores. Livreiros e Bibliotecários. Edifícios de Bibliotecas. Cooperação entre Bibliotecários e Arquitetos.
3º. CBBB	1961	Curitiba – PR	Processos Técnicos. Ensino de Biblioteconomia e Documentação. Profissão de Bibliotecário-Documentalista. Bibliografia e Documentação. Bibliotecas Especializadas. Relações Públicas e Intercâmbio. Tipos de Bibliotecas. Movimento Associativo de Classe.
4º. CBBB	1963	Fortaleza – CE	A Educação através da Biblioteca.
5º. CBBB	1967	São Paulo – SP	A Biblioteca como Fator de Progresso.
6º. CBBB	1971	Belo Horizonte – MG	Atividades Profissionais. Planejamento e Instalação.
7º. CBBB	1973	Belém – PA	Sistema Nacional de Informações Científicas e Tecnológicas.
8º. CBBB	1975	Brasília – DF	Responsabilidade Social das Bibliotecas no plano setorial da educação.
9. CBBB	1977	Porto Alegre – RS	Integração do Sistema de Informação no Desenvolvimento Nacional. Educação Bibliotecária. Movimento Associativo.
10º. CBBB	1979	Curitiba – PR	Biblioteconomia Brasileira: avaliação crítica e perspectivas.
11º. CBBB	1982	João Pessoa – PB	Biblioteca e Educação Permanente.
12º. CBBB	1983	Camboriú – SC.	Informação e Desenvolvimento Nacional. Cultura, Comunicação, Ciência e Tecnologia. O Homem, o Desenvolvimento.

EVENTO	ANO	LOCAL	TEMAS ABORDADOS
13º. CBBB	1985	Vitória – ES	Informação no séc. XXI: lacunas presentes e perspectivas. Informação em uma Sociedade Democrática. Influência da problemática econômica no hábito de leitura do indivíduo. A Questão Profissional: a Biblioteconomia e a interface com outras Profissões.
14º. CBBB	1987	Recife – PE	Biblioteca e Democratização da Informação.
15º. CBBB	1989	Rio de Janeiro – RJ	Gerenciamento da Informação.
16º. CBBB	1991	Salvador – BA.	Biblioteca e Desenvolvimento Econômico e Social.
17 CBBB	1994	Belo Horizonte – MG	Transferência de Informações no Limiar do Ano 2000 (BIBLOS 2000).
18º. CBBB	1997	São Luís – MA	Os Cenários da Biblioteconomia em Face da Globalização da Informação.
19º. CBBB	2000	Porto Alegre – RS	Informação para a Cidadania e o Profissional da Informação do Novo Milênio.
20º. CBBB	2002	Fortaleza – CE	Dimensão Humana, Política e Econômica da Informação.
21º. CBBB	2005	Curitiba – PR	Livro, Leitura e Bibliotecas: exercício da cidadania.
22º. CBBB	2007	Brasília - DF	Igualdade e Diversidade no Acesso à Informação: da Biblioteca Tradicional à Biblioteca Digital.
23º. CBBB	2009	Bonito - MS	Redes de Conhecimento, Acesso à Informação e Gestão Sustentável.
24º. CBBB	2011	Maceió - AL	Sistemas de Informação, Multiculturalidade e Inclusão Social.
25º. CBBB	2013	Florianópolis – SC	Bibliotecas, Informação, Usuários: Abordagens de transformação para a Biblioteconomia e Ciência da Informação.
26º. CBBB	2015	São Paulo - SP	Biblioteconomia, Ciência e Profissão.





O FUTURO DA PROFISSÃO

## Vão-se sonhos nas asas da descrença Voltam sonhos nas asas da Esperança (Augusto dos Anjos)

E o que podemos planejar para o futuro? Qual a nossa esperança?

A visão da 16ª Gestão é de plena confiança no futuro, na certeza de que o bibliotecário entenderá os diversos processos de mudança que a sociedade vive hoje, e viverá no futuro.

Confiamos na capacidade de adaptação do bibliotecário, não pelo simples fato de acreditar, ou pela apatia no processo de adaptação ao novo, ao moderno, mas principalmente pela sua formação de um profissional que detém metodologias, procedimentos, técnicas de tratar a informação de uma maneira muito especial e totalmente voltada às necessidades dos seus clientes, dos seus usuários e da sociedade.

Confiamos na capacidade do bibliotecário de focar seu exercício profissional, dando ênfase na utilidade social das bibliotecas, seja em serviços presenciais, reais ou virtuais.

Confiamos na capacidade educacional do bibliotecário de atuar junto com as escolas no combate ao analfabetismo real, funcional ou virtual.

Confiamos na capacidade pessoal deste profissional ao contribuir com o pleno exercício da cidadania, com o desenvolvimento das pessoas, com a modernização das organizações, disponibilizando informações úteis à compreensão dos fatos, ao processo de geração, produção, acumulação e mediação de conhecimentos, à solução de problemas pessoais e institucionais, ao lazer e entretenimento.

Confiamos na capacidade do bibliotecário de adaptar-se com o uso das novas tecnologias, e de interagir com as mais diversas e dinâmicas formas de gestão, planejamento e avaliação de resultados.

Confiamos na capacidade do bibliotecário de atuar como mediador da informação, promovendo o acesso cada vez mais rápido e eficiente à informação.

Confiamos na capacidade do bibliotecário de zelar pelos destinos de sua profissão, pela percepção de novos espaços de trabalho quer seja no mundo real ou virtual.

Confiamos na capacidade do bibliotecário de não destruir seu habitat, jamais.

Com esta confiança e compromisso pessoal e profissional, sigamos rumo aos próximos 50 anos!





ANEXOS  
DOCUMENTOS LEGISLATIVOS  
HISTÓRICOS

## ANEXO A

Ministério do Trabalho, Indústria e  
Comércio Gabinete do Ministro

Portaria de 7 de Outubro de 1958

*O Ministro de Estado dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio, usando das atribuições que lhe confere o art. 570 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943, e, tendo em vista a proposta da Comissão do Enquadramento Sindical, resolve:*

Nº 162 - Criar, no quadro de atividades e profissões a que se refere o art. 577 da citada Consolidação, no 19º Grupo - Bibliotecários, compreendido no plano da Confederação Nacional das Profissões Liberais.

FERNANDO NÓBREGA

Publicada no D.O.U de 11 de outubro de 1958 - Seção I página 22086

## ANEXO B

Projeto nº 4.770-A, de 1958

*Dispõe sobre a profissão de Bibliotecário e regula seu exercício, tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, com emendas; da Comissão de Legislação Social, com emendas e adoção da emenda nº 2, da Comissão de Constituição e Justiça; e, da Comissão de Educação e Cultura, favorável às emendas da Comissão de Legislação Social e contrário às da Comissão de Constituição e Justiça.*

Projeto nº 4.770-A, de 1958, a que se referem os pareceres

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A designação profissional de Bibliotecário, a que se refere o quadro das profissões liberais, grupo 19, anexo ao Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do trabalho) é privativa dos bacharéis em Ciências Biblioteconômicas, diplomados no Brasil, de conformidade com as leis em vigor.

Art. 2º O exercício da profissão de Bibliotecário, em qualquer de seus ramos, só será permitido:

- a) aos Bacharéis em Ciências biblioteconômicas portadores de diplomas expedidos pro Escolas de Biblioteconomia de nível superior, oficiais, equiparadas, ou oficialmente reconhecidas;
- b) aos Bibliotecários portadores de diplomas de instituições estrangeiras que apresentem os seus diplomas revalidados no Brasil, de acôrdo com a legislação vigente.



Parágrafo único. Não será permitido o exercício da profissão aos diplomados por escolas ou cursos cujos correspondência, cursos intensivos, cursos de férias etc.

Art. 3º Para o provimento e exercício de cargos técnicos de Bibliotecários e documentalistas, na administração pública autárquica, paraestatal, nas empresas sob intervenção governamental ou nas concessionárias de serviço público, é obrigatória a apresentação do diploma de bacharel em Ciências Biblioteconômicas, respeitados os direitos dos atuais ocupantes efetivos.

Parágrafo único. A apresentação de tais documentos não dispensa a prestação do respectivo concurso, quando este fôr exigido para o provimento dos mencionados cargos.

Art. 4.º Os profissionais de que trata o art. 2º, letras a e b desta lei, só poderão exercer a profissão após haverem registrado seus títulos ou diplomas na Diretoria de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 5º O certificado de registro ou a apresentação do título registrado será exigido pelas autoridades federais, estaduais ou municipais para assinatura de contratos, termos de posse, inscrição em concursos, pagamentos de licenças ou imposto para exercício da profissão e desempenho de quaisquer funções a esta inerentes.

Art. 6º São atribuições dos Bacharéis em Ciências Biblioteconômicas, a organização, direção e execução dos serviços técnicos de repartições públicas federais, estaduais, municipais e autárquicas e empresas particulares concernentes às matérias e atividades seguintes:

- a) o ensino de Biblioteconomia;
- b) a fiscalização de estabelecimentos de ensino de Biblioteconomia reconhecidos, equiparados ou em via de equiparação.
- c) administração e direção de bibliotecas;
- d) a organização e direção dos serviços de documentação.

Art. 7º Os Bacharéis em Ciências Biblioteconômicas terão preferência, quanto à parte relacionada à sua especialidade nos serviços concernentes a:

- a) demonstrações práticas e teóricas da técnica biblioteconômica em estabelecimentos federais, estaduais, ou municipais;
- b) padronização dos serviços técnicos de biblioteconomia;
- c) inspeção, sob o ponto de vista de incentivar e orientar os trabalhos de recenseamento, estatística e cadastro das bibliotecas;
- d) publicidade sobre material bibliográfico e atividades da biblioteca;
- e) planejamento de difusão cultural, na parte que se refere a serviços de bibliotecas;
- f) organização de congresso, seminários, concursos e exposições nacionais ou estrangeiras, relativas à Biblioteconomia e Documentação ou representação oficial em tais certames.

Art. 8º É assegurado o exercício da profissão do Bibliotecário àqueles que preencham as exigências da presente regulamentação.

## DOS CONSELHOS DE BIBLIOTECONOMIA

Art. 9º A fiscalização do exercício da Profissão do Bibliotecário será exercida pelo Conselho Federal de Biblioteconomia e pelos Conselhos regionais de Biblioteconomia, criados por esta lei.

Art. 10 O Conselho Federal de Biblioteconomia e os Conselhos Regionais de Biblioteconomia são dotados de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e patrimonial.

Art.11. A sede do Conselho Federal de Biblioteconomia será no Distrito Federal.

Art.12. O Conselho Federal de Biblioteconomia será constituído de brasileiros natos ou naturalizados, registrados de acôrdo com o art.... desta Lei e obedecerá à seguinte composição:

- a) um Presidente, nomeado pelo Presidente da República e escolhido dentre os nomes constantes da lista tríplex organizada pelos membros do Conselho;
- b) seis (6) conselheiros federais efetivos e três (3) suplentes, escolhidos em assembléia constituída por delegados-eleitores de cada Conselho Regional de Biblioteconomia.
- c) seis (6) conselheiros federais efetivos, representantes da Congregação das Escolas de Biblioteconomia do Distrito Federal e de todo o Brasil, cujos nomes serão encaminhados pelas Escolas em listas tríplexes, ao Conselho de Biblioteconomia.

Parágrafo único. O número de conselheiros federais poderá ser ampliado de mais de três, mediante resolução do Conselho Federal de Biblioteconomia, conforme necessidades futuras.

Art. 13. Dentre os seis conselheiros federais efetivos de que trata a letra b do art. 12 da presente Lei, quatro devem satisfazer as exigências das letras a e b e dois poderão ser escolhidos entre os que se enquadram no art. 4º desta mesma Lei.

Parágrafo único. Na escolha dos dois (2) conselheiros federais efetivos de que trata o art. 12 da presente Lei, haverá preferência para os titulares que exerçam cargos de chefia ou direção.

Art. 14. Os 3 suplentes indicados na letra b do art. 12, só poderão ser escolhidos entre os que se enquadram nas letras a e b do art. 1º da presente Lei.

Art. 15. O mandato de Presidente e dos Conselheiros federais efetivos e dos suplentes será honorífico e terá a duração de 3 (três) anos.

Art. 16. São atribuições do Conselho Federal de Biblioteconomia:

- a) organizar o seu Regimento Interno;
- b) aprovar os regimentos internos organizados pelos Conselhos Regionais, modificando o que se tornar necessário, com a finalidade de manter a unidade de ação;
- c) tomar conhecimento de quaisquer dúvidas suscitadas pelos Conselhos Regionais de Biblioteconomia;

- a) julgar, em última instância os recursos das deliberações dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia;
- b) publicar o relatório anual dos seus trabalhos e, periodicamente, a relação de todos os profissionais registrados;
- c) expedir as resoluções que se tornem necessárias para a fiel interpretação e execução da presente Lei;
- d) propôr ao Governo Federal as modificações que se tornarem convenientes para melhorar a regulamentação do exercício da profissão de Bibliotecário;
- e) deliberar sobre questões oriundas do exercício de atividades afins à especialidade do bibliotecário;
- f) convocar e realizar, periodicamente, congressos de conselheiros federais para estudar, debater e orientar assuntos referentes à profissão.

Parágrafo único. As questões referentes às atividades afins com as de outras profissões serão resolvidas através de entendimentos com as entidades reguladoras dessas profissões.

Art. 17. O Conselho Federal de Biblioteconomia só deliberará com a presença mínima de metade mais um de seus membros.

Parágrafo único. As resoluções a que se refere à alínea f do art. 16, só serão válidas quando aprovadas pela maioria dos membros do Conselho Federal de Biblioteconomia.

Art. 18. Ao Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia compete, até julgamento da direção do Conselho, a suspensão de decisão que o mesmo tome e lhe pareça inconveniente.

Parágrafo único. O ato de suspensão vigorará até o novo julgamento e, caso para o qual o presidente convocará segunda reunião no prazo de 30 (trinta dias) contados do seu ato. Se no segundo julgamento o Conselho mantiver por dois terços de seus membros a decisão suspensa, esta entrará em vigor imediatamente.

Art. 19. O Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia é o responsável administrativo pelo Conselho Federal de Biblioteconomia inclusive pela prestação de contas, perante o órgão competente.

Art. 20. O Conselho Federal de Biblioteconomia fixará a composição dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia, procurando organizá-los à sua semelhança; promoverá a instalação de tantos órgãos quantos forem julgados necessários, fixando as suas sedes e zonas de jurisdição.

Art. 21. As atribuições dos Conselhos Regionais de Biblioteconomias são as seguintes:

- a) registrar os profissionais de acordo com a presente Lei e expedir carteira profissional;
- b) examinar reclamações e representações escritas acerca dos serviços de registro e das infrações desta Lei e decidir, com recurso, para o Conselho Federal de Biblioteconomia;



- c) fiscalizar o exercício da profissão, impedindo e punindo as infrações à Lei, bem como enviando às autoridades competentes, relatórios documentados sobre fatos que apurarem e cuja solução não seja de sua alçada;
- d) publicar relatórios anuais dos seus trabalhos, e periodicamente, relação dos profissionais registrados;
- e) organizar o regimento interno, submetendo-o à aprovação do Conselho Federal de Biblioteconomia;
- f) apresentar sugestões ao Conselho Federal de Biblioteconomia;
- g) admitir a colaboração das Associações de Bibliotecários, nos casos das matérias das letras anteriores;
- h) eleger um delegado-eleitor para a Assembléia, referida na letra b do art. 12.

Art. 22. A escolha dos conselheiros regionais efetuar-se-á em assembléias realizadas nos Conselhos Regionais, separadamente, por delegados eleitos pelas Associações de Bibliotecários, devidamente registrados no Conselho Regional respectivo.

Parágrafo único. Os diretores de Escolas de Biblioteconomia e os Presidentes das Associações de Bibliotecários são membros natos dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia.

Art. 23. Todas as atribuições referentes ao registro, à fiscalização e à imposição de penalidades, quanto ao exercício da profissão de Bibliotecários, passam a ser da competência dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia.

Art. 24. Os Conselhos Regionais de Biblioteconomia poderão, por procuradores seus, promover perante o Juiz da Fazenda Pública e mediante o processo de executivo fiscal, a cobrança das penalidades ou anuidades previstas para a execução da presente Lei.

Art. 25. A responsabilidade administrativa de cada Conselho Regional, cabe ao respectivo presidente, inclusive a prestação de contas perante o órgão federal competente.

Art. 26. O Conselho federal ou regional que, durante um ano faltar, sem licença prévia dos respectivos Conselhos, a seis (6) sessões consecutivas ou não, embora com justificação, perderá, automaticamente, o mandato que passará a ser exercido, em caráter efetivo, pelo respectivo suplente.

## AS ANUIDADES E TAXAS

Art. 27. O Bacharel em Ciências Biblioteconômicas para o exercício de sua profissão é obrigado ao registro no Conselho Regional de Biblioteconomia a cuja jurisdição estiver sujeito, ficando obrigado ao pagamento de uma anuidade ao respectivo Conselho Regional de Biblioteconomia até o dia 31 de março de cada ano, acrescida de 20% (vinte por cento) de mora, quando for dêste prazo.

Art. 28. Os Conselhos Regionais de Biblioteconomia cobrarão taxas pela expedição ou substituição de profissional e pela certidão referente à anotação de função técnica.

Art. 29. O Poder Executivo proverá em decreto, a fixação das anuidades e taxas a que se referem os artigos 30 a 31, e sua alteração só poderá ter lugar com intervalos não inferiores a três anos, mediante proposta do Conselho Federal de Biblioteconomia.

Art. 30.1/4 da anuidade de renovação carteira profissional;

- a) 1/4 da anuidade de revogação do registro;
- b) 1/4 das multas aplicadas de acordo com a presente Lei;
- c) doações;
- d) subvenções dos governos;
- e) 1/4 da renda de certidões.

Art. 31. A renda de cada Conselho Regional de Biblioteconomia será constituída do seguinte:

- a) 3/4 da renda proveniente da expedição de carteiras profissionais;
- b) 3/4 da anuidade de renovação de registro;
- c) 3/4 das multas aplicadas de acordo com a presente lei;
- d) doações;
- e) subvenções dos governos;
- f) 3/4 da renda das certidões.

## DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 32. Os presidentes dos Conselhos Federal e Regionais de Biblioteconomia prestarão anualmente suas contas perante o Tribunal de Contas da União.

§ 1º A prestação de contas do presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia será feita diretamente ao referido Tribunal, após aprovação do Conselho.

§ 2º A prestação de contas dos presidentes dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia, será feita ao referido Tribunal por intermédio do Conselho Federal de Biblioteconomia.

§ 3º Cabe aos presidentes de cada Conselho a responsabilidade pela prestação de contas.

Art. 33. Os casos omissos verificados nesta lei serão resolvidos pelo Conselho Federal de Biblioteconomia.

## DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 34. A assembléia que se realizar para a escolha dos seis (6) primeiros conselheiros efetivos e dos três (3) primeiros conselheiros suplentes do Conselho Federal de Biblioteconomia, previsto na conformidade da letra b do art. 13

desta Lei, será presidida pelo consultor técnico do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e se constituirá dos delegados-eleitores, dos representantes das Associações de classe, das Escolas de Biblioteconomia, eleitos em assembleias das respectivas instituições por voto secreto e segundo as formalidades estabelecidas para a escolha de suas Diretorias ou órgãos dirigentes.

§ 1º Cada Associação de Bibliotecários indicará um único delegado eleitor que deverá ser, obrigatoriamente, sócio efetivo e no pleno gozo de seus direitos sociais, e profissional de biblioteconomia possuidor de diploma de bibliotecário.

§ 2º Cada Escola ou curso de Biblioteconomia se fará representar por um único delegado-eleitor, professor em exercício, eleito pela respectiva congregação.

§ 3º Só poderá ser eleito na assembleia a que se refere este artigo, para exercer o mandato de conselheiro federal de biblioteconomia o profissional que preencha as condições estabelecidas no art. 13 da presente Lei.

§ 4º As Associações de Bibliotecários, para obterem seus direitos de representação na assembleia a que se refere este artigo, deverão proceder dentro do prazo de noventa (90) dias, a partir da data desta Lei, ao seu registro prévio perante o consultor técnico do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, mediante a apresentação de seus estatutos e mais documentos julgados necessários.

§ 5º Os seis conselheiros referidos na letra c) do art. 13 da presente lei serão credenciados pelas respectivas Escolas, junto ao consultor técnico do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 35. O Conselho Federal de Biblioteconomia procederá na sua primeira sessão ao sorteio dos conselheiros federais de que trata a letra c do art. 13 desta Lei e que deverão exercer o mandato por três (3) anos.

Art. 36. Em assembleia dos conselheiros federais efetivos eleitos na forma do art. 13, presidida pelo Consultor Técnico do Ministério do Trabalho e Previdência Social, serão votados os triplices a que se refere à letra a do art. 13, da presente Lei para escolha do primeiro presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia.

Art. 37. Durante o período da organização do Conselho Federal de Biblioteconomia, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio designará um local para sua sede, e, à requisição do presidente deste Conselho fornecerá o material e pessoal necessários ao serviço.

Art. 38. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de dezembro de 1958. - Rogê Ferreira

### Justificação

O autor do presente projeto foi procurado, mais de uma vez, por bibliotecários e por membros da Associação Paulista de Bibliotecários no sentido de que fôsse o portador das suas reivindicações perante o Congresso Nacional.

Desejavam: 1º) o enquadramento da profissão de bibliotecário no quadro das profissões liberais; 2º) a regulamentação da profissão e exercício de bibliotecários.

A primeira foi resolvida satisfatoriamente, nos termos mesmo do seguinte telegrama in verbis:

*“Deputado Rogê Ferreira - Comunico ilustre parlamentar caso bibliotecários São Paulo resolvi favoravelmente na Comissão Enquadramento Sindical pt Saudações Alberto Lobato vg Diretor Divisão fde Organização Sindical”*

A segunda pretensão é objeto da presente proposição, constituindo trabalho de equipe e com a colaboração direta dos mais entendidos na matéria.

Há longos anos, ensina-se, no Brasil, biblioteconomia. Num rápido esboço histórico, podemos ressaltar o seguinte:

- a) A primeira Escola de Biblioteconomia criada no Brasil foi a Escola da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro instalada em 1915, funcionou até 1922, quando foi abolida. Em 11 de novembro de 1930 foi restabelecida tendo sido reorganizado seu curso pelo Decreto-Lei nº 6.440, de 27 de abril de 1944, pelo qual passou a ter designação geral de Cursos da Biblioteca Nacional, compreendendo: a) Curso Fundamental de Biblioteconomia; b) Curso Superior em Biblioteconomia; c) Cursos Avulsos.
- b) primeira Escola de Biblioteconomia de São Paulo, instalada pela Prefeitura do Município, começou a funcionar no dia 17 de agosto de 1936, em cumprimento ao disposto no artigo 195 letra e, do Ato nº 1.146, de 4 de julho de 1936 por força do qual competia ao Chefe da Divisão de Bibliotecas “organizar anualmente um curso de biblioteconomia” que deveria funcionar com elementos da própria Divisão.
- c) Outras Escolas surgiram dentre as quais enumeram-se as seguintes em São Paulo:
  - ◆ Escola de Biblioteconomia anexa à Escola de Sociologia e Política de São Paulo, instalada em 1940, e reconhecida pelo art. 33 do Decreto nº 17.104, de 12 de março de 1947, passou a servir de padrão para o reconhecimento das demais existentes pelo mesmo dispositivo legal.
  - ◆ Escola de Biblioteconomia de Campinas, mantida pela Sociedade Campineira de Educação e Instrução reconhecida pelo Decreto nº 23.449 - B de 1º de julho de 1954.
  - ◆ Curso de Biblioteconomia mantido pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, reconhecido pela Lei nº 2.317, de 30 de novembro de 1954.
  - ◆ Curso de Biblioteconomia anexo à Faculdade de Filosofia “Sedes Sapientise”, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, reconhecido pelo Decreto nº 23.443-B, de 1º de julho de 1954.
  - ◆ Pela Lei nº 2.817, de 30 de novembro de 1954 são igualmente reconhecidos os diplomas expedidos pelos extintos Cursos de Biblioteconomia mantidos pela Divisão de Bibliotecas do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo pelo Instituto de Educação “Caetano de Campos”, e pelo Colégio Nossa Senhora de Sion.

- a) Escola de Biblioteconomia anexa À Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais.
- b) Escola de Biblioteconomia anexa à Universidade da Bahia.
- c) Escola de Biblioteconomia anexa à Universidade de Recife.
- d) Escola de Biblioteconomia anexa à Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Rio Grande do Sul.

As Escolas de São Paulo já diplomaram cêrca de 830 alunos.

Frise-se que as nomeações públicas em Bibliotecas Federais, Estaduais ou Municipais, só se fazem com a apresentação do diploma de Bibliotecário e, em algumas bibliotecas, já existe Concurso de Ingresso para Bibliotecário.

O Bibliotecário, na vida moderna, desempenha nos dias atuais uma missão social e cultural muito importante como: Orientador dos leitores através dos livros pedidos e sugeridos seja do ponto de vista cultural, científico e moral, bastante lembrar às Bibliotecas Infantis, Universitárias, Proletárias, Públicas, Especializadas ou não; Colaborador direto de professôres e estudiosos através da indicação bibliográfica; Auxiliar classificado na Administração Pública e privada pela organização de arquivo, documentos, mapas, fichas, etc., segundo os vários setores das mesmas.

Nestas condições, espera o autor que a proposição merecerá o apoio do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em 4 de dezembro de 1958. - Rogê Ferreira

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER DO RELATOR

### Relatório

O presente projeto de lei define e caracteriza a profissão de bibliotecário, restringindo o seu exercício aos bacharéis em Ciências Biblioteconômicas, portadores de diplomas expedidos por Escola de Biblioteconomia de nível superior oficiais, equiparadas e reconhecidas, e aos bibliotecários diplomados no estrangeiro que apresentem seus diplomas revalidados no Brasil.

Proíbe o exercício da profissão aos diplomados por escolas ou curso por correspondência, curso intensivos, cursos de férias, etc.

Obriga a apresentação do diploma, nos têrmos acima, para o provimento ou exercício de cargos técnicos de bibliotecários e documentalistas na administração pública, autárquica, paraestatal, nas empresas sob intervenção governamental ou concessionárias de serviço público, acrescentando que ficam respeitados os direitos dos atuais ocupantes efetivos. Provê ao concurso, nos casos indicados, registro dos diplomas, etc. Define as atribuições desses profissionais, cria os Conselhos de Biblioteconomia, indicando a maneira de serem providos e estabelecendo o caráter honorífico e gratuito de suas funções. Fixa as taxas que êsses Conselhos podem cobrar e a obrigatoriedade de prestação de contas ao Tribunal de Contas da União.

## Parecer

A primeira pergunta que nos acode ao espírito é se pode uma lei ordinária regulamentar determinada profissão, sem que isto importe em ofensa ao art. 141 parágrafo 14, sobre a liberdade de profissão.

Não temos motivos para modificar o que já sustentamos em parecer anterior, aprovado por esta Comissão.

Apurada a legitimidade da iniciativa, que realmente não infringe o disposto no art. 67, parágrafo 2º da Constituição Federal, resta investigar se a regulamentação pretendida se ajusta a outros dispositivos da Lei Magna.

A Constituição de 1891, se não perfilhou os exageros da doutrina positivista em matéria de liberdade de profissão, tanto que em seu texto exigiu prova da capacidade que a lei instituísse para o exercício dos cargos públicos (art.73), legislou de maneira ampla a matéria, dizendo simplesmente que era “garantido o livre exercício de qualquer profissão moral, intelectual e industrial” (art. 72, parágrafo 24)

Refletia o individualismo liberal imperante na época.

Em 1934, na Constituição brasileira de 16 de julho, elaborada em outro clima e ao influxo de outras idéias, dizia-se:

*“É livre o exercício de qualquer profissão, observadas as condições de capacidade técnica e outras que a lei estabelecer ditadas pelo interesse público” (art. 113, nº 13).*

A Carta de 1937 assegurou aos brasileiros e estrangeiros residentes no País - “a liberdade de escolha da profissão ou gênero de trabalho, indústria ou comércio, observadas as condições de capacidade e as restrições impostas pelo bem público, nos termos da lei” (art. 122 nº 8).

A Constituição vigente, no art. 141, parágrafo 14, estatui:

*“É livre o exercício de qualquer profissão, observadas as condições de capacidade que a lei estabelecer”.*

Comentando o artigo escreveu Pontes de Miranda ser necessário que as exigências para o exercício da profissão não estabeleçam inacessibilidade por diferença de nascimento, raça, sexo, classe social, riqueza, crença religiosa, idéias políticas e discriminações outras, ofensiva dos princípios básicos da constituição.

*“Tal como as outras liberdades, a de profissões sofre as restrições impostas pelo interesse público, ou exige a prova prévia da idoneidade e capacidade daqueles que a exerça. O Estado usa, assim, de um verdadeiro poder de polícia, que se poderia enquadrar dentro de um título geral de Polícia das Profissões” Temístocles Cavalcanti. “A Constituição Federal Comentada” vol. III, pág. 132.*

Aliás, mesmo no regime da Constituição de 1891, a interpretação dada ao seu art. 72, parágrafo 24, pela jurisprudência e pela doutrina foi sempre no sentido de que a legislação ordinária poderia estabelecer condições para a atividade profissional.

E várias leis regularam profissões na vigência do Estatuto Político de 91.



Para não falar das profissões liberais, cujo exercício no próprio texto constitucional estava submetido à restrição expressa, os leiloeiros e os corretores de navios, de mercadorias e de Bolsa tiveram suas atividades profissionais reguladas por sucessivos decretos e leis.

Em resumo: pode uma lei ordinária regulamentar determinada profissão, sem que isto importe em ofensa às disposições constitucionais.

Sob esse aspecto, em geral, nada a arguir contra a proposição.

Deixamos os pormenores da regulamentação proposta ao exame da Comissão de Legislação Social.

Acontece, porém, que o projeto, em seu art. 3º, prevê a existência do diploma nos órgãos estatais, autárquicos e paraestatais, in verbis: - “respeitados os direitos dos atuais ocupantes efetivos”.

Parece-nos inadmissível que se restrinja a ressalva apenas aos efetivos. Neste sentido, apresentamos, de logo emenda ao projeto.

Por outro lado, embora a justificção já indique grande número de Faculdades e Escolas de Biblioteconomia e malgrado nós mesmos saibamos que outras muitas existem no País, cremos que ainda não existe um número bastante dêse diplomado, de forma que estabeleçamos em lei que, desde agora, aquela obrigatoriedade de diploma para o exercício das funções.

Pelo que propomos emenda que dispensa a exigência por um prazo razoável.

Feitas essas ressalvas e com protesto de emendas no plenário, opinamos favoravelmente à tramitação do projeto.

Sala Afrânio de Melo Franco, em 6 de abril de 1960. Raimundo Brito - Relator

## EMENDA

I

Ao art. 3º:

Suprima-se a palavra final “efetivos”

II

Ao art. 3º:

Acrescente-se, após a expressão “é obrigatória”.

O seguinte:

“a partir de 3 (três) anos da data da presente lei”

O mais como está.

Sala Afrânio de Melo Franco, em 6 de abril de 1960. Raimundo Brito - Relator

## PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça, em reunião extraordinária de sua Turma A, realizada em 7-11-60, opinou, unanimemente, pela constitucionalidade e

juridicidade, com duas emendas do projeto nº 4.770-58, nos termos do parecer do relator. Estiveram presentes os Srs. Deputados Arruda Câmara - Presidente, Raimundo Brito - Relator, Djalma Marinho, Barbosa Lima, Moacir Azevedo, Almino Afonso e Joaquim Durval.

## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL PARECER DO RELATOR

### Relatório

O nobre Deputado Roger Ferreira apresentou projeto dispondo sobre a profissão de Bibliotecário e regulamentando-se o exercício.

Na douda Comissão de Constituição e Justiça o nobre Deputado Raimundo Brito opinou favoravelmente ao projeto, apresentando-lhe duas emendas: a primeira, sugerindo a palavra efetivo, no art. 3º, com o que se deverão respeitar os direitos dos atuais ocupantes, efetivos: (como diz in fine o art. 3º) ou não; a segunda, dando o prazo de três anos para a obrigatoriedade de apresentação do diploma de bacharel em biblioteconomia para o provimento dos cargos (no mesmo art. 3º).

II - É de salientar-se a importância do exercício da profissão de bibliotecário, que não se limita a simples guarda de livros, mas, reconhece a bibliografia geral e especializada do público a que serve, seleciona-a, orienta leituras, empenha-se em buscas e pesquisas, divulga-as, além de dominar os conhecimentos da sua matéria.

Por isso mesmo, avisadamente, o DASP sustenta que não se pode conceber o exercício da função de bibliotecário sem preparação prévia, em escola especializada (Exposição de motivos nº 1.123, de 3-7-1947). E a portaria nº 390, do mesmo DASP, em 25-9-1953, tornou obrigatória a apresentação de diploma de graduação para efeito de inscrição em concurso público para a carreira de bibliotecário.

III - Daí o interesse do Projeto do nobre Deputado Rogê Ferreira que atende às conveniências gerias e da classe, e merece nossa aprovação. Apenas, nos parecem convenientes duas ponderações simples:

*a primeira, com relação à denominação, que melhor se adotara, nos termos do uso, bacharéis em biblioteconomia (antes que bacharéis em ciências biblioteconômicas) que se deve alterar no Projeto (arts. 1, 2, 3, 6, etc.); a segunda, relativamente ao registro dos diplomas, que deve ser na Diretoria de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura e não Diretoria Geral.*

IV- Por outro lado, são de acolher-se as ponderações do nobre Deputado Raimundo Brito, no que se refere à segunda emenda proposta à Comissão de Constituição e Justiça. No que diz respeito à primeira parece-nos mais conveniente manter o texto do Projeto, mais restrito e mais lógico, abrangendo apenas os efetivos.

## Parecer

Acolhemos, pois, apenas a emenda nº 2 da Comissão de Justiça. E apresentamos as duas acima, objetivando alterar, em dois pontos, a nomenclatura do Projeto.

É o que nos parece.

Sala das Sessões da Comissão, em 25 de janeiro de 1961. - Oscar Corrêa, Relator.

## Emenda nº

Onde se lê: “bacharéis em ciências biblioteconômicas”

Leia-se: “bacharéis em biblioteconomia”.

## Emenda nº 2

Onde se lê: “Art. 4º - Diretoria Geral, do Ministério da Educação e Cultura”

Leia-se: “... Diretoria de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura”

Sala das Sessões da Comissão, 25 de janeiro de 1961. - Oscar Corrêa, Relator.

## PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Legislação Social em reunião de 25 de janeiro de 1961, aprovou, por unanimidade, o Projeto nº 4.770-58, com duas emendas e adoção da emenda nº 2 da Comissão de Constituição e Justiça, nos termos do parecer do Relator Deputado Oscar Corrêa. Estiveram presentes os nobres Deputados: Aarão Steinbruck, Lustosa Sobrinho, Bagueira Leal, Antonio Baby, Adylio Viana, Domingos Velasco, Floriceno Paixão, Oscar Corrêa, Waldir Simões, Lycio Hauer e Waldir Pires.

Sala das Sessões da Comissão, 25 de janeiro de 1961. - Oscar Corrêa, Relator.

## PARECER DO RELATOR

### Relatório

O projeto em causa, de autoria do ex-Deputado Federal Sr. Rogê Ferreira, da bancada socialista, define a profissão de Bibliotecário e regula seu exercício.

Refere-se ao Projeto ao quadro das profissões liberais, de que trata o Decreto-Lei nº 5.452, para tornar privativa, dos bacharéis em Ciências Biblioteconômicas, diplomados no Brasil, a designação de Bibliotecário.

Pelo “Guia de Escuelas y Cursos de Bibliotecologia en America Latina”, verifica-se que em 1958 havia funcionando na América Central e do Sul, 125 cursos de biblioteconomia, sendo 80 temporais, com uma inscrição de 1.616 alunos e 175 professores.

O maior número de inscrições era do Brasil, com 485 alunos seguindo-se-lhe a Venezuela, com 562 e a Argentina com 343.

Quanto ao total de cursos ministrados, também o nosso País vinha à frente, com 24. Logo depois a Argentina, com 19 e a Colômbia com 16.

As nossas Escolas funcionavam em Belo Horizonte, Campinas, Curitiba, Manaus, Natal, Pôrto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

Êsses cursos, que tinham a duração de 1 ano, foram depois aumentados para dois e, desde o ano passado, para quatro anos, tudo por iniciativa dos próprios bibliotecários, que assim demonstram o seu propósito de aperfeiçoar a formação profissional e elevar o nível da classe. Estamos informados de que o Govêrno enviará brevemente ao Congresso um projeto de lei dispondendo sobre o ensino da arquivonomia, da biblioteconomia e da documentação. Tal projeto foi preparado por uma comissão de bibliotecários nomeados pelo Ministro da Educação e Cultura (cf. Portarias de 15 de janeiro de 1959 e de 29 de julho de 1960), sob a presidência do Dr. Jurandir Lodi, diretor do Ensino Superior. O Projeto nº 4.770-58, de autoria do nobre Deputado Rogê Ferreira, dispõe sôbre a profissão de Bibliotecário e regula seu exercício. Impõe-se a sua aprovação por vários motivos: 1º) o grau de maturidade atingido pela biblioteconomia no Brasil; 2º) a importância desta atividade para: a) o aperfeiçoamento cultural das massas populares; b) a educação de adultos; c) o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica; 3º) a necessidade de defender esta atividade contra nomeações de leigos incompetentes. O Govêrno atual, por exemplo, já substituiu dois bibliotecários competentes que dirigiam divisões técnicas na Biblioteca Nacional por afilhados políticos. É preciso acabar com estas nomeações de pessoas sem conhecimentos técnicos para cargos eminentemente técnicos, como são os diretores de Divisão da Biblioteca Nacional. O próprio Diretor Geral daquela Casa devia ser um técnico, pois os escritores que por lá passaram, pouco ou nada fizeram, eis que as duas grandes reformas introduzidas na Biblioteca Nacional foram realizadas pelos seus dois únicos diretores técnicos: Manuel Cícero Peregrino da Silva e Rubens Borba de Moraes. Este é, aliás, o exemplo que nos vem dos Estados Unidos: a Biblioteca do Congresso que é a Biblioteca Nacional daquele País e uma das maiores do mundo, depois de dirigida por escritores e poetas, está hoje sob a direção de um bibliotecário profissional, o Sr. Quincy Mumfced.

As Bibliotecas, bem como os Museus, conservam e guardam o patrimônio artístico e cultural da humanidade. É o tesouro que os homens não querem perder, porque precioso e insubstituível.

Tivemos o privilégio de visitar alguns museus na Europa Ocidental e Oriental. Vimos multidões que respeitosa e penosamente penetravam nos templos do passado, com aquela veneração do crente perante o sublime mistério da eternidade.

As bibliotecas chamam o indivíduo à meditação. O silêncio é o seu primeiro mandamento. Quer nas bibliotecas nacionais, nas universitárias, nas academias, nas de museus, nas de música, em qualquer delas, o homem é atraído à pesquisa e nelas desaparece a discriminação racial, os graus sociais são alienados, como que todos são nivelados pela cultura, pelo saber, pelo conhecimento e pela pesquisa.

Há muitos que comparam o bibliotecário ao médico. Aquele trabalha espírito para os embates da vida na sociedade e para a imortalidade. Êste prepara o



corpo para servir de abrigo a alma criadora. O médico desenvolve uma missão social, assim como o bibliotecário.

Por isso mesmo, não há bibliotecas sem bibliotecários, capazes e selecionados.

Elas que são, não há negar, “depósitos de civilização, e nenhuma nação pode deixar de proteger e fomentar esses depósitos...” necessitam de titulares selecionados, como dizia Domingo Buonore: “Las grandes Bibliotecas necesitan, pués, al par que una direccion ilustrada y sensible a los problema de la cultura, peritos en las disciplinas del libro y estudiosos auténticos en las distintas especialidades del saber, que asegurem y complementen la labor directiva”.

Fala-nos o autor argentino, e com grande entusiasmo, das Nações que investem somas fabulosas na construção de formosos edifícios à suas bibliotecas e recorda o da Biblioteca Municipal de São Paulo, “uno de los mas perfetos edificios del mundo en su genere”

Em tôda a parte, em todos os lugares, nas mais afastadas regiões só há desenvolvimento quando existe cultura e não existe cultura sem bibliotecas e museus. No mais tudo é panacéia. Li que os chineses sentem um respeito absoluto, quase religioso, pelo papel escrito e impresso e nunca o usam para envolver, pois para eles a impressão e a escrita são de origem divina. Esse sentimento é inerente à condição do verdadeiro bibliófilo que ama o livro e sua exterioridade material como expressão de beleza artística o seu conteúdo como depositário de idéias e pensamentos.

Em países ainda em fase de desenvolvimento, como o Brasil, não se percebe muito bem a importância da biblioteca e, conseqüentemente, do bibliotecário. A maior parte dos homens públicos brasileiros não têm sensibilidade para êste problema, porque se formou numa época em que as bibliotecas públicas, eram organizações estáticas, fechadas, quase misteriosas.

Havia a tradição da biblioteca particular, cada um colecionando em sua casa os livros de que necessitava para estudo ou recreação. Para tal situação, muito contribuía o individualismo ou privatismo da nossa formação social. Os norte-americanos, ao contrário, muito cedo transformaram as bibliotecas em organismos vivos, atuantes, dinamicamente interessados na vida cultural de cada comunidade.

Por influência da biblioteconomia norte-americana, influência exercida através da formação profissional de bibliotecários brasileiros nos Estados Unidos - as bibliotecas vêm passando por uma radical transformação. Desapareceu a separação entre salas de leitura e depósitos de livros eis que agora livre acesso tanto aos catálogos como às estantes: nestas, os livros a ser ordenados por assuntos e não empiricamente por tamanho ou ordem de entrada na coleção. Gravuras antigas mostram bibliotecas européias com livros acorrentados às mesas de leitura; hoje são raras as bibliotecas que se recusam a emprestar livros e até já se estabeleceu um prazo de duração após o qual os livros muito usados devem ser substituídos por exemplares novos não havendo maior título de glória para uma obra do que o de acabar-se pelo uso.

Em tudo isto se sente uma nova mentalidade; responsável por esta renovação é o bibliotecário moderno, que adotou uma divisa bastante significativa: “serus servorum scientia”, isto é, “servo dos servos da ciência”, servo - isto é: permanentemente a serviço - dos que estudam. Os leitores não são mais recebidos como

perturbadores de uma paz burocrática, porque os bibliotecários modernos, recusam-se a ser burocráticos: eles exigem que sua função seja encarada no mesmo plano da dos educadores e dos assistentes sociais.

E não deixam de ter razão. Já em 1935 o grande pensador espanhol, Ortega y Gasset, alarmado com a “abundância torrencial” da produção de livros - que criou para todos nós um problema de solução difícil qual seja o da dificuldade que temos de ler ou pelo menos conhecer o que se publica no mundo no campo da nossa especialização ou do nosso interesse - já em 1935 Ortega y Gasset reclamava para o bibliotecário esta função importantíssima: a de ser “um filtro do que se interpõe a torrente de livros e o homem”. (Ortega y Gasset, “Mision del bibliotecario” in: El Libro de las Misiones, 5ª ed. Buenos Aires, Espasa-Calpe, Argentina, 1950, pag. 43). O autor de *Rebellion de las Massas* via a produção de livros como uma selva selvagem na qual o leitor desarmado dificilmente pode penetrar e encarava o bibliotecário como um guia: o que seleciona, classifica, cataloga, resume a produção bibliográfica, facilitando a tarefa do estudioso e do pesquisador.

Para a realização de uma tão nobre quanto difícil missão, o bibliotecário precisa de formação cultural e profissional muito sólida. O homem simplesmente erudito não satisfaz. É preciso que sobre uma sólida cultura geral receba o bibliotecário, os conhecimentos técnicos de organização e administração de bibliotecas - devendo orientar o arquiteto no planejamento dos edifícios e os decoradores na confecção do mobiliário, devendo lidar, ainda, com problemas de orçamento, pessoal e material - de classificação e catalogação de livros de técnica de produção e comércio de livros, de conservação, reprodução, e difusão de documentos - microfilme, fotocópia, microficha, mimeógrafo, multilith, e tantos outros processos modernos, de obras de referência ou consulta, tais como as enciclopédias, os dicionários, os repertórios biográficos, bibliográficos, cronológicos, geográficos, etc.

Vê-se logo que a formação profissional do bibliotecário só pode ser feita em escolas especializadas. As escolas de biblioteconomia dos Estados Unidos estão todas integradas nas famosas universidades daquele País. Algumas escolas chegam a conferir o grau de doutor aos que defendem tese sobre quaisquer um dos setores em que se divide a biblioteconomia. O número dessas teses já é hoje considerável, sendo também avultado o número dos tratados e manuais de biblioteconomia e o de revistas especializadas. Há hoje um número considerável de organizações nacionais e internacionais dedicadas ao aperfeiçoamento dos bibliotecários. Há a Federação Internacional das Associações de Bibliotecários, com sede em Genebra; há a Federação Internacional de Documentação, com sede em Haia; há a Associação Internacional de Bibliotecários, com sede em Versalhes; há a Associação Internacional de Bibliotecas Musicais, com sede em Amsterdam; há a Associação Internacional de Bibliotecas das Universidades Politécnicas, com sede em Hanover, Alemanha. A UNESCO e a Organização dos Estados Americanos têm dedicado uma atenção especial a este setor, a primeira através de sua Divisão de Bibliotecas e a segunda por intermédio da Biblioteca Comemorativa de Colombo, em Washington. Nos Estados Unidos existem a American Library Association, a Special Libraries and International Bureau. Na França a Union Française des Organismes de Documentation e a Association des Bibliothécaires Français. E citamos apenas alguns países. Cada uma das organizações internacionais e nacionais supra citadas possui





suas publicações avulsas e periódicas, o que dá uma idéia da extensão e da complexidade da literatura biblioteconômica. Visitando a biblioteca do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, no Rio de Janeiro, podemos ter uma visão dessa literatura, pois a referida biblioteca tem cerca de 20.000 volumes, sendo especializada em bibliografia, biblioteconomia e documentação.

Mas, voltemos ao princípio. Assim como não há corpo sem alma, não há biblioteca sem bibliotecário. Seria uma árvore sem seiva. Ou um animal dos polos em plena hibernação.

Lídia de Queiroz Sambaqui, diretora do Boletim Informativo do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação escreveu que “a profissão de Bibliotecário, embora ainda não plenamente valorizada entre nós, oferece oportunidades magníficas de trabalho. O seu campo de ação é amplo e variado. Tão amplo e variado como a cultura humana.”

“Antigamente, o verdadeiro Bibliotecário era sempre um erudito, pessoa de conhecimentos enciclopédicos. Isso, quando um só indivíduo podia dominar os conhecimentos humanos. Hoje, o conhecimento está tão diferenciado, tão ampliado em todos os ângulos, que a erudição do Bibliotecário vem cedendo lugar à tal especialização. Pouco a pouco vem surgindo o Bibliotecário para as bibliotecas médicas, versado em literatura médica, e nos recursos para a pesquisa bibliográfica em medicina: o Bibliotecário que se dedica às Ciências Naturais e que aprende a conhecer tôdas as exigências próprias das bibliotecas de museus de História Natural, bem como as características da pesquisa bibliográfica nesse setor do conhecimento; o Bibliotecário que prefere estudar tudo sobre artes Plásticas a fim de ser capaz de identificar todos os processos de gravuras e de classificar as obras de arte pelas diferentes escolas, etc.; o Bibliotecário que se dedica exclusivamente à Música e que sabe determinar a origem das mais singelas melodias; o Bibliotecário que prefere penetrar no tempo e no espaço para servir aos conhecimentos atuais e futuros; outros há que se deixam seduzir pela Ciência ou pela Tecnologia e estão desenvolvendo sistemas perfeitos de informações sôbre os conhecimentos recém-adquiridos nos laboratórios de pesquisas dos centros de investigação científica e tecnológica das universidades e da empresas industriais”

Outros ainda, escolhem a biblioteca pública que, como sabemos, é a biblioteca da cidade, a universidade do povo em geral. Outros preferem as bibliotecas das escolas primárias, secundárias ou universitárias.

“Assim têm os bibliotecários possibilidade de optar, dentro de sua carreira, pelas mais variadas atividades que estão condicionadas às mais variadas tendências e à mais diferenciada formação cultural.”

Diz-nos ainda Lydia de Queiroz Sambaqui que os nossos bibliotecários são verdadeiros pioneiros, pois não têm a tradição dos que se formaram em instituições européias ou norte-americanas.

Termina a exímia Diretora do IBED com êsse hino de fé ao bibliotecário.

“Haja bibliotecários. Bibliotecários devidamente treinados e permanentemente esclarecidos, pois que a necessidade dos seus serviços é imensa. São necessários bibliotecários que sirvam como mestres à infância e à juventude. Que sejam

capazes de orientar a leitura de tôdas as classes, desde o operário, o lavrador, ao técnico, ao especialista. Que tenham amor à educação e façam da divulgação cultural o motivo de suas vidas. Que sirvam à Ciência e à Tecnologia com dedicação, entusiasmo e eficiência.”

O trecho que transcrevi, do artigo de Lydia Sambaqui é sugestivo e traça-nos o perfil psicológico e cultural do bibliotecário. E mostra-nos da necessidade dêle e dos cuidados que com êle deve o Estado Moderno ter.

Foi por isto e em vista disto que o ex-deputado Rogê Ferreira apresentou a proposição nº 4.770. O Projeto é um imperativo da hora que vive a Nação brasileira, que não pode parar, que não deve estagnar, que não parará e nem estagnará. E volverá sempre, em que pese a opinião das aves de mau agouro - cassandras de todos os tempos de todas as eras, de todas as idades.

Já Anísio Teixeira, o mestre por muitos propositadamente incompreendido, numa douda entrevista ao Correio da Manhã, dizia que os museus e bibliotecas são as instituições básicas da educação. E que antecedem à escola. E que esta só pode realmente educar se tiver a nação, um sistema de bibliotecas e museus. E o mestre sugere aos Pôderes Públicos, auxílio às instituições básicas - bibliotecas e museus - que irão servir em cada Estado servindo como focos permanentes para a vitalidade e a riqueza das próprias escolas.

O Projeto 4.770 passou pelo crivo das Comissões de Constituição e Justiça e Legislação Social. Foi apreciado pelo ilustre parlamentar Raimundo Brito, escritor e brilhante advogado. Achou inadmissível a ressalva do autor do Projeto quando prevê a “exigência do diploma dos órgãos estatais respeitados os direitos dos atuais ocupantes efetivos.”

Parecer ao relator: inadmissível que se restrinja a ressalva apenas aos efetivos. E, assim, apresentou uma emenda determinando a supressão da palavra efetivos.

Também mereceu reparos o artigo terceiro que a seu ver - e para tanto apresentou emenda - deveria ser acrescido do seguinte, depois da palavra obrigatório: a partir de 3 (três)anos da data da presente lei.

Já o Deputado Oscar Correia, relator do Projeto na Comissão de Legislação Social, é de opinião que se mantenha a palavra efetivos por ser mais conveniente rejeitando-se a primeira emenda da Comissão de Constituição e Justiça e aceite-se a segunda emenda apresentando, por sua vez, duas substitutivas. A primeira, quanto à denominação bacharéis em ciências biblioteconômicas, que deve ser substituída pela: bacharéis em biblioteconomia; e a segunda, que trata do setor para o registro de diplomas que deve ser **MINISTÈRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA**.

Somos pela rejeição da segunda emenda da Comissão de Constituição e Justiça e pelas apresentadas na Comissão de Legislação Social através do relator, Deputado Oscar Correia.

No mais, o Projeto está bem justificado e convenientemente elaborado. Vem preencher uma verdadeira lacuna. Os bibliotecários terão a justiça que merecem. O seu curso será valorizado pelo reconhecimento legal da sua utilidade. O maior lucro porém será do país.

Ele atende, ainda, às recomendações da UNESCO e da OEA, como se pode ver em dois trabalhos recentes. O primeiro do Sr. Victor Penna, sub-diretor do Centro Regional da UNESCO no Hemisfério Ocidental. La Bibliotecologia Latino-americana (Tucuman, Universidad Nacional, 1960) diz a pág. XXX “Dada la conveniencia de proporcionar base jurídica a la acción bibliotecária, de acuerdo con los principios que respondan a las necesidades actuales y a las proyecciones futuras seria deseable que cada país latinoamericano dispusiese de una adecuada legislación al respecto” O segundo, da Sra. Marietta Daniels, vice-diretora da Biblioteca Comemorativa de Colombo. Estudios y conocimientos en acción (Washington. Union Panamericana, 1958), que diz á pág 27: “La legislación bibliotecária debe basarse en el proposito bien definido de facilitar el desarrollo de los servicios bibliotecarios en todos los niveles y en todas las clases de lectores y en asegurar la provision de un buen servicio dirigido e satisfacer las necesidades del país”

Concluimos desejando com Lydia Sambaquy que os nossos bibliotecários tenham cada vez mais amor à educação e façam da divulgação cultural o motivo de suas vidas. Que sirvam à Ciência e à Tecnologia com dedicação, entusiasmo e eficiência.

## PARECER

O nosso parecer é pela aprovação do Projeto com as emendas da Comissão de Legislação Social e, contrário, portanto, às da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em abril de 1961 - Aurélio Vianna, Relator.

## PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Educação e Cultura, em sua 2ª reunião ordinária realizada em 26 de abril de 1961, presentes os senhores Derville Allegretti, Yukishigue Tamura, Tristão da Cunha, Aurélio Vianna, Lauro Cruz Henrique de la Roque, Raymundo Chaves, Celso Brandt, Aderbal Jurema, Paulo Freire, Lenoir Vargas e Amilcar Pereira, resolveu, por unanimidade opinar pela aprovação do Projeto número 4.770-58, de acôrdo com o parecer do Relator, Senhor Aurélio Vianna que se pronunciou favorável às emendas da Comissão de Legislação Social e contrário às da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala da Comissão, em 26 de abril de 1961. Derville Allegretti, no exercício da presidência - Aurélio Vianna, Relator.

“Transcrito do Diário do Congresso Nacional, Seção I, sexta-feira, 19 de maio de 1961, páginas 3303 a 3307, em 7 de julho de 2015, para o Livro comemorativo dos 50 anos do CFB”

## ANEXO C

Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962.

(Vide Decreto nº 56.725, de 1965)

Vide Lei nº 9.674, de 1998

Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

## O CONGRESSO NACIONAL DECRETA: DO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE BIBLIOTECÁRIO E DAS SUAS ATRIBUIÇÕES

Art. 1º A designação profissional de Bibliotecário, a que se refere o quadro das profissões liberais, grupo 19, anexo ao Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), é privativa dos bacharéis em Biblioteconomia, de conformidade com as leis em vigor.

Art. 2º O exercício da profissão de Bibliotecário, em qualquer de seus ramos, só será permitido:

- a) aos Bacharéis em Biblioteconomia, portadores de diplomas expedidos por Escolas de Biblioteconomia de nível superior, oficiais, equiparadas, ou oficialmente reconhecidas;
- b) aos Bibliotecários portadores de diplomas de instituições estrangeiras que apresentem os seus diplomas revalidados no Brasil, de acordo com a legislação vigente.

Parágrafo único. Não será permitido o exercício da profissão aos diplomados por escolas ou cursos cujos estudos hajam sido feitos através de correspondência, cursos intensivos, cursos de férias etc.

Art. 3º. Para o provimento e o exercício de cargos técnicos de Bibliotecários, Documentalistas e Técnicos de Documentação, na administração pública federal, estadual ou municipal, autárquica, paraestatal, nas empresas de economia mista ou nas concessionárias de serviços públicos, é obrigatória a apresentação de diploma de Bacharel em Biblioteconomia, respeitados os direitos dos atuais ocupantes. (Redação dada pela Lei nº 7.504, de 1986)

Art. 4º Os profissionais de que trata o art. 2º, letras a e b desta lei, só poderão exercer a profissão após haverem registrado seus títulos ou diplomas na Diretoria de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 5º O certificado de registro ou a apresentação do título registrado, será exigido pelas autoridades federais, estaduais ou municipais para assinatura de contratos, termos de posse, inscrição em concursos, pagamentos de licenças ou impostos para exercício da profissão e desempenho de quaisquer funções a esta inerentes.

Art. 6º São atribuições dos Bacharéis em Biblioteconomia, a organização, direção e execução dos serviços técnicos de repartições públicas federais, estaduais, municipais e autárquicas e empresas particulares concernentes às matérias e atividades seguintes:

- a) o ensino de Biblioteconomia;
- b) a fiscalização de estabelecimentos de ensino de Biblioteconomia reconhecidos, equiparados ou em via de equiparação.
- c) administração e direção de bibliotecas;



- d) a organização e direção dos serviços de documentação.
- e) a execução dos serviços de classificação e catalogação de manuscritos e de livros raros e preciosos, de mapotecas, de publicações oficiais e seriadas, de bibliografia e referência.

Art. 7º Os Bacharéis em Biblioteconomia terão preferência, quanto à parte relacionada à sua especialidade nos serviços concernentes a:

- a) demonstrações práticas e teóricas da técnica biblioteconômica em estabelecimentos federais, estaduais, ou municipais;
- b) padronização dos serviços técnicos de biblioteconomia;
- c) inspeção, sob o ponto de vista de incentivar e orientar os trabalhos de recenseamento, estatística e cadastro das bibliotecas;
- d) publicidade sobre material bibliográfico e atividades da biblioteca;
- e) planejamento de difusão cultural, na parte que se refere a serviços de bibliotecas;
- f) organização de congresso, seminários, concursos e exposições nacionais ou estrangeiras, relativas a Biblioteconomia e Documentação ou representação oficial em tais certames.

## DOS CONSELHOS DE BIBLIOTECONOMIA

Art. 8º A fiscalização do exercício da Profissão do Bibliotecário será exercida pelo Conselho Federal de Biblioteconomia e pelos Conselhos regionais de Biblioteconomia, criados por esta lei.

Art. 9º O Conselho Federal de Biblioteconomia e os Conselhos Regionais de Biblioteconomia são dotados de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e patrimonial.

Art. 10. A sede do Conselho Federal de Biblioteconomia será no Distrito Federal.

Art. 11. O Conselho Federal de Biblioteconomia será constituído de brasileiros natos ou naturalizados e obedecerá à seguinte composição:

- a) um Presidente, nomeado pelo Presidente da República e escolhido dentre os nomes constantes da lista tríplice organizada pelos membros do Conselho; (Vide Decreto nº 86.593, de 1981)
- b) seis (6) conselheiros federais efetivos e três (3) suplentes, escolhidos em assembléia constituída por delegados-eleitores de cada Conselho Regional de Biblioteconomia.
- c) seis (6) conselheiros federais efetivos, representantes da Congregação das Escolas de Biblioteconomia do Distrito Federal e de todo o Brasil, cujos nomes, serão encaminhados pelas Escolas em listas tríplices, ao Conselho de Biblioteconomia.

Parágrafo único. O número de conselheiros federais poderá ser ampliado de mais de três, mediante resolução do Conselho Federal de Biblioteconomia, conforme necessidades futuras.

Art. 12. Dentre os seis conselheiros federais efetivos de que trata a letra b do art. 11 da presente Lei, quatro devem satisfazer as exigências das letras a e b e dois poderão ser escolhidos entre os que se enquadram no art. 4º desta mesma Lei.

Parágrafo único. Na escolha dos dois (2) conselheiros federais efetivos de que trata o art. 11 da presente Lei, haverá preferência para os titulares que exerçam cargos de chefia ou direção.

Art. 13. Os 3 suplentes indicados na letra b do art. 11, só poderão ser escolhidos entre os que se enquadram nas letras a e b do art. 1º da presente Lei.

Art. 14. O mandato do Presidente, dos Conselheiros federais efetivos e dos suplentes terá a duração de 3 (três) anos.

Art. 15. São atribuições do Conselho Federal de Biblioteconomia:

- a) organizar o seu Regimento Interno;
- b) aprovar os regimentos internos organizados pelos Conselhos Regionais, modificando o que se tornar necessário, com a finalidade de manter a unidade de ação;
- c) tomar conhecimento de quaisquer dúvidas suscitadas pelos Conselhos Regionais de Biblioteconomia, promovendo as providências que se fizerem necessárias, tendentes a favorecer a homogeneidade de orientação dos serviços de biblioteconomia;
- d) julgar, em última instância os recursos das deliberações dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia;
- e) publicar o relatório anual dos seus trabalhos e, periodicamente, a relação de todos os profissionais registrados;
- f) expedir as resoluções que se tornem necessárias para a fiel interpretação e execução da presente Lei;
- g) propôr ao Governo Federal as modificações que se tornarem convenientes para melhorar a regulamentação do exercício da profissão de Bibliotecário;
- h) deliberar sobre questões oriundas do exercício de atividades afins à especialidade do bibliotecário;
- i) convocar e realizar, periodicamente, congressos de conselheiros federais para estudar, debater e orientar assuntos referentes a profissão.

Parágrafo único. As questões referentes às atividades afins com as de outras profissões serão resolvidas através de entendimentos com as entidades reguladoras dessas profissões.

Art. 16. O Conselho Federal de Biblioteconomia só deliberará com a presença mínima de metade mais um de seus membros.



Parágrafo único. As resoluções a que se refere a alínea f do art. 15, só serão válidas quando aprovadas pela maioria dos membros do Conselho Federal de Biblioteconomia.

Art. 17. Ao Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia compete, até julgamento da direção do Conselho, a suspensão de decisão que o mesmo tome e lhe pareça inconveniente.

Parágrafo único. O ato de suspensão vigorará até o novo julgamento do Conselho, caso para o qual o presidente convocará segunda reunião no prazo de 30 (trinta dias) contados do seu ato. Se no segundo julgamento o Conselho mantiver por dois terços de seus membros a decisão suspensa, esta entrará em vigor imediatamente.

Art. 18. O Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia é o responsável administrativo pelo Conselho Federal de Biblioteconomia inclusive pela prestação de contas, perante o órgão competente.

Art. 19. O Conselho Federal de Biblioteconomia fixará a composição dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia, procurando organizá-los à sua semelhança: promoverá a instalação de tantos órgãos quantos forem julgados necessários fixando as suas sedes e zonas de jurisdição.

Art. 20. As atribuições dos Conselhos Regionais de Biblioteconomias são as seguintes:

- a) registrar os profissionais de acordo com a presente Lei e expedir carteira profissional;
- b) examinar reclamações e representações escritas acerca dos serviços de registro e das infrações desta Lei e decidir, com recurso, para o Conselho Federal de Biblioteconomia.
- c) fiscalizar o exercício da profissão, impedindo e punindo as infrações à Lei, bem como enviando as autoridades competentes, relatórios documentados sobre fatos que apurarem e cuja solução não seja de sua alçada;
- d) publicar relatórios anuais dos seus trabalhos, e periodicamente, relação dos profissionais registrados.
- e) organizar o regimento interno, submetendo-o à aprovação do Conselho Federal de Biblioteconomia.
- f) apresentar sugestões ao Conselho Federal de Biblioteconomia;
- g) admitir a colaboração das Associações de Bibliotecários, nos casos das matérias das letras anteriores;
- h) eleger um delegado-eleitor para a Assembléia, referida na letra b do art. 11.

Art. 21. A escolha dos conselheiros regionais efetuar-se-á em assembleias realizadas nos Conselhos Regionais, separadamente por delegados das Escolas de Biblioteconomia e por delegados eleitos pelas Associações de Bibliotecários, devidamente registrados no Conselho Regional respectivo.

Parágrafo único. Os diretores de Escolas de Biblioteconomia e os Presidentes das Associações de Bibliotecários são membros natos dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia.

Art. 22. Todas as atribuições referentes ao registro, à fiscalização e à imposição de penalidades, quanto ao exercício da profissão de Bibliotecários, passam a ser da competência dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia.

Art. 23. Os Conselhos Regionais de Biblioteconomia poderão, por procuradores seus, promover perante o Juiz da Fazenda Pública e mediante o processo de executivo fiscal, a cobrança das penalidades ou anuidades previstas para a execução da presente Lei.

Art. 24. A responsabilidade administrativa de cada Conselho Regional cabe ao respectivo presidente, inclusive a prestação de contas perante o órgão federal competente.

Art. 25. O Conselho federal ou regional que, durante um ano faltar, sem licença prévia dos respectivos Conselhos, a seis (6) sessões consecutivas ou não, embora com justificção, perderão, automaticamente, o mandato que passará a ser exercido, em caráter efetivo, pelo respectivo suplente.

## AS ANUIDADES E TAXAS

Art. 26. O Bacharel em Biblioteconomia, para o exercício de sua profissão é obrigatório ao registro no Conselho Regional de Biblioteconomia a cuja jurisdição estiver sujeito, ficando obrigado ao pagamento de uma anuidade ao respectivo Conselho Regional de Biblioteconomia até o dia 31 de março de cada ano, acrescida de 20% (vinte por cento) de mora, quando for dêste prazo.

Art. 27. Os Conselhos Regionais de Biblioteconomia cobrarão taxas pela expedição ou substituição de carteiras profissionais e pela certidão referente à anotação de função técnica.

Art. 28. O Poder Executivo proverá em decreto, a fixação das anuidades e taxas a que se referem os artigos 26, 29 e 30 e sua alteração só poderá ter lugar com intervalos não inferiores a três anos, mediante proposta do Conselho Federal de Biblioteconomia.

Art. 29. Constitui renda do Conselho Federal de Biblioteconomia o seguinte:

- a) 1/4 da taxa de expedição da carteira profissional;
- b) 1/4 da anuidade de revogação do registro;
- c) 1/4 das multas aplicadas de acordo com a presente Lei;
- d) doações;
- e) subvenções dos governos;
- f) 1/4 da renda de certidões.

Art. 30. A renda de cada Conselho Regional de Biblioteconomia será constituída do seguinte:

- a) 3/4 da renda proveniente da expedição de carteiras profissionais;



- b) 3/4 da anuidade de renovação de registro;
- c) 3/4 das multas aplicadas de acordo com a presente lei;
- d) doações;
- e) subvenções dos governos;
- f) 3/4 da renda das certidões.

## DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 31. Os presidentes dos Conselhos Federal e Regionais de Biblioteconomia prestarão anualmente suas contas perante o Tribunal de Contas da União.

§ 1º A prestação de contas do presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia será feita diretamente ao referido Tribunal, após aprovação do Conselho.

§ 2º A prestação de contas dos presidentes dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia, será feita ao referido Tribunal por intermédio do Conselho Federal de Biblioteconomia.

§ 3º Cabe aos presidentes de cada Conselho a responsabilidade pela prestação de contas.

Art. 32. Os casos omissos verificados nesta lei serão resolvidos pelo Conselho Federal de Biblioteconomia.

## DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 33. A Assembléia que se realizar para a escolha dos seis (6) primeiros conselheiros efetivos e dos três (3) primeiros conselheiros suplentes do Conselho Federal de Biblioteconomia, previsto na conformidade da letra b do art. 11 desta Lei, será presidida pelo consultor técnico do Ministério do Trabalho e Previdência Social e se constituirá dos delegados eleitores, dos representantes das Associações de classe, das Escolas de Biblioteconomia, eleitos em assembleias das respectivas instituições por voto secreto e segundo às formalidades estabelecidas para a escolha de suas Diretorias ou órgãos dirigentes.

§ 1º Cada Associação de Bibliotecários indicará um único delegado eleitor que deverá ser, obrigatoriamente, sócio efetivo e no pleno gozo de seus direitos sociais, e profissional de biblioteconomia possuidor de diploma de bibliotecário.

§ 2º Cada Escola ou Curso de Biblioteconomia se fará representar por um único delegado-eleitor, professor em exercício, eleito pela respectiva congregação.

§ 3º Só poderá ser eleito na assembleia a que se refere este artigo, para exercer o mandato de conselheiro federal de biblioteconomia o profissional que preencha as condições estabelecidas no art. 13 da presente Lei.

§ 4º As Associações de Bibliotecários, para obterem seus direitos de representação na assembleia a que se refere este artigo, deverão proceder dentro do prazo de noventa (90) dias, a partir da data desta Lei, ao seu registro prévio perante o consultor técnico do Ministério do Trabalho e Previdência Social, mediante a apresentação de seus estatutos e mais documentos julgados necessários.

§ 5º Os seis conselheiros referidos na letra c) do art. 11 da presente lei, serão credenciados pelas respectivas Escolas, junto ao consultor técnico do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Art. 34. O Conselho Federal de Biblioteconomia procederá na sua primeira sessão ao sorteio dos conselheiros federais de que trata a letra c do art. 11 desta Lei e que deverão exercer o mandato por três (3) anos.

Art. 35. Em assembléia dos conselheiros federais efetivos eleitos na forma do art. 11, presidida pelo Consultor Técnico do Ministério do Trabalho e Previdência Social, serão votados os tríplexes a que se refere a letra a do art. 11, da presente Lei para escolha do primeiro presidente do Conselho

Federal de Biblioteconomia.

Art. 36. Durante o período da organização do Conselho Federal de Biblioteconomia, o Ministro do Trabalho e Previdência Social designará um local para sua sede, e, à requisição do presidente deste Conselho fornecerá o material e pessoal necessários ao serviço.

Art. 37. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de junho de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

## ANEXO D

Decreto nº 56.725, de 16 de agosto de 1965.

*Regulamenta a Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962, que dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, DECRETA:

### TÍTULO I

Da profissão de Bibliotecário

### CAPÍTULO I

Do Bibliotecário

Art. 1º A Biblioteconomia, em qualquer de seus ramos, constitui o objeto da profissão liberal de Bibliotecário, da natureza técnica de nível superior.

Art. 2º A designação profissional de Bibliotecário passa a ser incluída no Quadro das profissões liberais, grupo 19, anexo ao Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), sendo privativa dos bacharéis em Biblioteconomia de conformidade com as leis em vigor.

Art. 3º A profissão de Bibliotecário será exercida, exclusivamente, pelos:

I - bacharéis em Biblioteconomia, possuidores de diplomas expedidos por Escolas de Biblioteconomia de nível superior, oficiais, equiparadas ou oficialmente reconhecidas;

II - bibliotecários diplomados por escolas estrangeiras, reconhecidas pelas Leis do país de origem cujos diplomas tenham sido revalidados no Brasil, de conformidade com a legislação em vigor.

Parágrafo único. Não poderão exercer a profissão de Bibliotecário os diplomados por escolas ou cursos cujos estudos hajam sido feitos através de correspondência, cursos intensivos, cursos de férias, seminários, etc.

Art. 4º Os profissionais de que trata o artigo anterior somente poderão exercer a profissão após satisfazerem os seguintes requisitos:

I - registro dos diplomas ou títulos na Diretoria do Ensino Superior, do Ministério da Educação e Cultura;

II - registro no Conselho Regional de Biblioteconomia e cuja jurisdição estiverem sujeitos;

III - pagamento da anuidade ao Conselho Regional de Biblioteconomia, na forma estabelecida neste Regulamento.

## CAPÍTULO II

### Da atividade profissional

Art. 5º A profissão de Bibliotecário, observadas as condições previstas neste Regulamento, se exercer na órbita pública e na órbita privada por meio de estudos, pesquisas, análises, relatórios, pareceres sinopses, resumos, bibliografias sobre assuntos compreendidos no seu campo, profissional, inclusive por meio de planejamento, implantação, orientação, supervisão, direção, execução, ou assistência nos trabalhos relativos às atividades biblioteconômicas, bibliográficas e documentológicas, em empreendimentos públicos, privados ou mistos, ou por outros meios que objetivarem, tecnicamente, o desenvolvimento das bibliotecas e centros de documentação.

Art. 6º Os documentos referentes ao campo de ação profissional de que trata o artigo anterior só terão validade quando assinados por Bibliotecários devidamente registrados na forma deste Regulamento.

Art. 7º É obrigatória a citação do número de registro de Bibliotecário no competente Conselho Regional de Biblioteconomia, após a assinatura de qualquer trabalho relacionado com as atividades a que se refere o artigo 5º.

Art. 8º São atribuições do Bibliotecário a organização, direção e execução dos serviços técnicos de repartições públicas federais estaduais, municipais e autárquicas, bem como de empresas particulares, concernentes às matérias e atividades seguintes:

I - o ensino das disciplinas específicas de Biblioteconomia;

II - a fiscalização de estabelecimento de ensino de Biblioteconomia reconhecidos, equiparados ou em via de equiparação;

III - administração e direção de bibliotecas;

IV - organização e direção dos serviços de documentação;

V - execução dos serviços de classificação e catalogação de manuscritos e de livros raros ou preciosos, de mapotecas, de publicações oficiais e seriadas, de bibliografia e referência.

Art. 9º O Bibliotecário terá preferência, quanto à parte relacionada com sua especialidade, no desempenho das atividades concernentes a:

I - demonstrações práticas e teóricas da técnica biblioteconômica em estabelecimentos federais, estaduais ou municipais;

II - padronização dos serviços técnicos de biblioteconomia;

III - inspeção, sob o ponto de vista de incentivar e orientar os trabalhos de recenseamento, estatística e cadastro das bibliotecas;

IV - publicidade sobre material bibliográfico e atividades da biblioteca;

V - planejamento de difusão cultural, na parte que se refere a serviços de biblioteca;

VI - organização de congressos, seminários, concursos e exposições nacionais e estrangeiras, relativas a Biblioteconomia e a Documentação ou representação oficiais em tais certames.

Art. 10. O provimento e exercício de cargos técnicos ou de magistério de Biblioteconomia, em qualquer de seus ramos, na forma especificada no artigo 5º, na administração pública federal, estadual ou municipal, autárquica, paraestatal, nas empresas sob intervenção governamental, nas concessionárias de serviços públicos, são privativos dos profissionais de que trata o artigo 3º.

§ 1º O disposto neste artigo não prejudica direitos dos atuais ocupantes efetivos dos cargos e que alude este artigo, os quais ficam obrigados às exigências constantes dos itens II e III do artigo 4º.

§ 2º A apresentação do comprovante de habilitação profissional não dispensa a prestação do respectivo concurso, quando este for exigido para o provimento dos cargos a que se refere este artigo.

Art. 11. As autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como as empresas particulares, deverão exigir os documentos mencionados no artigo 4º para assinatura de contratos, termos de posse, inscrição em concursos, pagamento de licença ou imposto para o exercício da profissão de Bibliotecário e desempenho de quaisquer funções a esta inerentes.

## TÍTULO II

Dos Conselhos de Biblioteconomia

### CAPÍTULO I

Parte Geral



Art. 12. A fiscalização do exercício da profissão de Bibliotecário será exercida pelos Conselhos Regionais de Biblioteconomia (C.R.B.), sob a supervisão do Conselho Federal de Biblioteconomia (C.F.B.).

Art. 13. O C.F.B. e os C.R.B. são dotados de personalidade jurídica de direito público e de autonomias administrativa e patrimonial.

Art. 14. O Poder Executivo fixará, mediante decreto, as anuidades e taxas previstas neste Regulamento, as quais somente poderão ser alteradas com intervalo não inferior a três anos.

Parágrafo único. As medidas de que trata este artigo serão propostas pelo C.F.B.

## CAPÍTULO II

### Do Conselho Federal de Biblioteconomia

Art. 15. O C.F.B. tem por finalidade orientar, supervisionar e disciplinar o exercício da profissão de Bibliotecário, em todo o território nacional, na forma deste Regulamento, bem como contribuir para o desenvolvimento biblioteconômico no País.

Art. 16. A sede do C.F.B. será no Distrito Federal.

Art. 17. O C.F.B. será constituído de bibliotecários, brasileiros natos ou naturalizados, e obedecerá à seguinte composição:

I) um presidente, nomeado pelo Presidente da República, e escolhido dentre os Conselheiros federais efetivos, indicados em lista tríplice organizada pelos membros do C.F.B.;

II) seis (6) Conselheiros federais efetivos e três (3) suplentes escolhidos em assembléia constituída por delegados-eleitores dos C.R.B.;

III) seis (6) Conselheiros federais efetivos, representantes da Congregação das Escolas Superiores de Biblioteconomia do Distrito Federal e de todo o Brasil, cujos nomes serão encaminhados pelas Escolas, em listas tríplices, ao C.F.B.

§ 1º O número de Conselheiros federais poderá ser ampliado de mais três, mediante resolução do C.F.B., conforme necessidades futuras.

§ 2º O Presidente e demais Conselheiros do C.F.B. tomarão posse perante o Ministro do Trabalho e Previdência Social.

Art. 18. Dentre os seis (6) Conselheiros federais efetivos, de que trata o item II do artigo anterior, quatro (4) devem satisfazer as exigências dos itens I e II do artigo 3º e os dois (2) restantes poderão ser escolhidos entre os que preenchem o requisito do artigo 4º, item I.

Parágrafo único. Na escolha dos dois Conselheiros federais efetivos de que trata a parte final deste artigo, terão preferência os que forem titulares de cargos ou funções de chefia ou direção.

Art. 19. Os três (3) suplentes indicados no item II do artigo 17 só poderão ser escolhidos entre os que se enquadrem nos itens I e II do artigo 3º.

Art. 20. O mandato dos membros efetivos e suplentes do C.F.B. será de três anos, podendo ser renovado.

Parágrafo único. O mandato do Presidente se extinguirá juntamente com o dos demais Conselheiros.

Art. 21. As eleições para escolha dos membros do C.F.B, efetivos e suplentes, de que trata o item II do artigo 17, serão realizadas, na sede do C.F.B., trienalmente, no último trimestre dos mandatos vigentes, pelos delegados - eleitores representantes de cada C.R.B.

Parágrafo único. Eleitos os Conselheiros a que se refere este artigo, será realizado perante eles o sorteio dos Conselhos de que trata o item III do artigo 17, dentre os nomes constantes das listas tríplices mencionadas nesse artigo.

Art. 22. A assembléia de Delegados-eleitores, para os fins previstos no artigo anterior, serão realizadas, em primeira convocação, com a presença mínima de 2/3 (dois terços) e, em segunda, com qualquer número de representantes, sendo instaladas pelo Presidente do C.F.B. e presididas por um de seus membros.

§ 1º O C.F.B. baixará e publicará normas para as eleições.

§ 2º As entidades que não credenciarem seus representantes para o fim previsto no artigo 17, dentro do prazo fixado pelo C.F.B., perderão o direito de se fazerem representar.

§ 3º Cada C.F.B terá um delegado-eleitor.

Art. 23. Os membros do C.F.B. serão substituídos, nos casos de faltas, impedimentos ou vacância, pelos suplentes na ordem de votos por estes obtidos e, em caso de número igual de votos, por aquele que fôr escolhido em escrutínio secreto do Plenário.

Art. 24. O membro do C.F.B que faltar, sem prévia licença, embora com posterior justificação, a seis (6) sessões ordinárias, consecutivas ou não, no período de um ano, perderá automaticamente o mandato, que passará a ser exercido na forma do artigo anterior.

Parágrafo único. O membro do C.F.B. que tiver necessidade de ausentar-se da sede, por prazo superior a trinta (30) dias, poderá ser licenciado a pedido, por deliberação do Plenário.

Art. 25. O C.F.B. terá como órgão deliberativo o plenário, cabendo à respectiva Presidência as atividades executivas de administração.

Parágrafo único. Haverá no C.F.B. uma secretaria executiva, com organização e atribuições definidas no Regimento Interno.

Art. 26. O C.F.B. poderá organizar Comissões ou Grupos de Trabalho para execução de determinadas tarefas.

Art. 27. Compete ao C.F.B.:

I - elaborar e expedir o seu regimento interno;

II - promover estudos e campanhas em prol do desenvolvimento bibliotecônômico do País;

III - elaborar anualmente o programa das atividades definidas neste Regulamento;

IV - aprovar a proposta orçamentária;

V - organizar os C.R.B., fixando-lhes a composição, a jurisdição e a forma de eleição de seus membros, adaptadas às normas constantes deste Regulamento,

VI - examinar e aprovar os regimentos internos dos C.R.B., podendo modificá-los no que se tornar necessário, a fim de manter-se a respectiva unidade de ação;

VII - julgar, em última instância os recursos das deliberações dos C.R.B.;

VIII - tomar conhecimento de quaisquer dúvidas suscitadas pelos C.R.B. e dirimi-las;

IX - adotar as providências que julgar necessárias para manter uniformemente em todo o País, a devida orientação dos C.R.B.;

X - publicar o relatório anual de seus trabalhos e, periodicamente, a relação de todos os profissionais registrados;

XI - expedir resoluções visando à fiel execução do presente Regulamento;

XII - propor o Governo Federal as modificações que se tornarem convenientes para melhorar a legislação referente ao exercício da profissão de Bibliotecário;

XIII - deliberar sobre questões oriundas do exercício de atividades afins à especialidade do bibliotecário;

XIV - convocar e realizar, periodicamente, congressos de Conselheiros federais, para estudar, debater e orientar assuntos referentes à profissão;

XV - orientar e supervisionar o exercício da profissão de Bibliotecário, em qualquer de seus ramos; e

XVI - propor as anuidades e taxas a serem fixadas pelo Poder Executivo no termos do artigo 14.

§ 1º As questões referentes às atividades com as de Bibliotecário que guardem afinidades com as de outras profissões serão resolvidas através de entendimentos com as entidades reguladoras dessas profissões.

Art. 28. Ao Presidente da C.F.B. compete, até julgamento do Plenário do Conselho suspender a decisão que o mesmo tome e lhe pareça inconveniente.

Parágrafo único. O ato de suspensão a que se refere este artigo vigorará até novo julgamento do C.F.B., mediante convocação do Presidente, dentro do prazo de trinta (30) dias, contado a partir de seu ato. Caso a decisão do C.F.B. seja mantida, por 2/3 (dois terços) de seus membros, a decisão suspensa entrará em vigor imediatamente.

Art. 29. O C.F.B. deliberará com a presença mínima de metade mais um de seus membros.

Parágrafo único. As resoluções a que se refere o item XI do artigo 27 só serão válidas quando aprovadas pela maioria absoluta dos membros do C.F.B.

Art. 30. Constitui renda do C.F.B.:

I - 1/4 (um quarto) da taxa de expedição da carteira profissional,

II - 1/4 (um quarto) da anuidade de renovação do registro;

III - 1/4 (um quarto) das multas aplicadas na forma deste Regulamento;

IV - doações;

V - subvenções dos governos;

VI - 1/4 (um quarto) da renda das certidões.

### CAPÍTULO III

Dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia

Art. 31. A composição e organização dos C.R.B. serão estabelecidas pelo C.F.B., à sua semelhança.

Parágrafo único. O C.F.B. promoverá a instalação de tantos C.R.B. que forem julgados necessários, fixando as suas sedes e zonas de jurisdição.

Art. 32. A escolha dos Conselheiros regionais efetuar-se-á em assembleias realizadas, nas sedes dos C.R.B., separadamente por Delegados das Escolas de Biblioteconomia e por delegados eleitos pelas Associações de Bibliotecários, devidamente registrados no C.R. respectivo.

Parágrafo único. Os diretores de Escolas de Biblioteconomia e os Presidentes das Associações de Bibliotecários são membros natos do C.R.B.

Art. 33. Os C.R.B., poderão, por procuradores seus, promover a cobrança judicial das anuidades e multas previstas neste Regulamento.

Art. 34. O Conselheiro regional que, no período de uma ano, faltar a seis (6) sessões, consecutivas ou não, sem licença prévia do respectivo C.R.B., embora com posterior justificação, perderá, automaticamente, o mandato que passará a ser exercido, até o seu término, por um suplente.

Art. 35. Compete aos C.R.B.:

I - registrar os profissionais de que trata o presente Regulamento e expedir a carteira profissional, após a cobrança da respectiva taxa;

II - fiscalizar o exercício da profissão de Bibliotecário, punindo as infrações a este Regulamento, bem como enviando às autoridades componentes relatórios documentados sobre fatos que apurarem e cuja solução não seja de sua alçada;

III - realizar o programa anual de atividades elaborado pelo C.F.B., a que se refere o item III do artigo 27;

IV - elaborar o seu regimento interno, submetendo-o ao exame e aprovação do C.F.B.;

V - arrecadar as anuidades, taxas multas e demais rendimentos, bem como promover a distribuição das cotas, na forma prevista neste Regulamento;

VI - examinar e decidir reclamações e representações escritas acêrca dos serviços de registro e das infrações dêste Regulamento, cabendo de suas decisões recurso ao C.F.B.;

VII - publicar relatórios anuais de seus trabalhos, dos quais deverá constar a relação dos profissionais registrados;

VIII - apresentar sugestões ao C.F.B.;

IX - admitir a colaboração das Associações de Bibliotecários, sôbre as matérias de sua competência;

X - eleger um delegado-eleitor para a assembléia referida no item II do artigo 17;

XI - registrar os documentos a que se refere o artigo 6º dêste Regulamento.

Art. 36. Constituem rendas do C.R.B.:

I - 3/4 (três quartos) da renda proveniente da expedição de carteiras profissionais;

II - 3/4 (três quartos) da anuidade de renovação de registro;

III - 3/4 (três quartos) das multas aplicadas;

IV - doações;

V - subvenções governamentais;

VI - 3/4 (três quartos) da renda das certidões.

## CAPÍTULO IV

### Das Prestações de Contas

Art. 37. A responsabilidade administrativa do C.F.B. e de cada C.R.B. caberá aos respectivos Presidentes inclusive a prestação de contas perante o órgão federal competente.

Art. 38. Os Presidentes do C.F.B. e dos C.R.B. prestarão, anualmente, suas contas perante o Tribunal de Contas da União.

§ 1º A prestação de contas do Presidente do C.F.B. será feita, diretamente ao referido Tribunal após a aprovação do Plenário.

§ 2º A prestação de contas dos Presidentes do C.R.B., após a sua aprovação pelo Plenário, será feita ao referido Tribunal, por intermédio do C.F.B.

## CAPÍTULO V

### Do Registro e da Carteira de Identidade Profissional

Art. 39. Os profissionais a que se refere êste Regulamento só poderão exercer legalmente a profissão após prévio registro de seus títulos ou diplomas na Diretoria do Ensino Superior, do Ministério da Educação e Cultura, e quando portador da carteira de identidade profissional, expedida pelo respectivo C.R.B., sob cuja jurisdição se achar o local de sua atividade.

Art. 10. Ao profissional devidamente registrado será fornecida, pelo C.R.B. respectivo, uma carteira de identidade profissional, da qual constarão:

- I - nome por extenso do profissional;
- II - filiação;
- III - nacionalidade;
- IV - data do nascimento;
- V - estado civil;
- VI - denominação da Escola em que se diplomou ou declaração de habilitação, na forma dêste Regulamento;
- VII - número do registro do diploma na Diretoria do Ensino Superior;
- VIII - número de registro no C.R.B. respectivo;
- IX - fotografia de frente;
- X - impressão dactiloscopia;
- XI - assinaturas do Presidente do C.R.B. respectivo e do profissional.

Parágrafo único. A expedição da carteira de identidade profissional é sujeita ao pagamento da taxa fixada em decreto.

Art. 41. A carteira profissional servirá de prova para o exercício da profissão de Bibliotecário, de carteira de identidade e terá fé pública.

Art. 42. O profissional referido neste Regulamento ficará obrigado a pagar uma anuidade ao respectivo C.R.B.

Parágrafo único. A anuidade de que trata êste artigo deverá ser paga na sede do C.R.B., a que estiver sujeito o profissional, até 31 de março de cada ano, salvo a primeira, que será paga no alto da inscrição ou do registro.

## CAPÍTULO VI

### Das Penalidades

Art. 43. A falta do competente registro no C.R.B. torna ilegal o exercício da profissão de Bibliotecário e punível o infrator.

Art. 44. Os C.R.B. aplicarão as seguintes penalidades aos infratores dos dispositivos do presente Regulamento:

I- multa de valor variável entre 1/10 (um décimo) do maior salário-mínimo vigente no País e o total dêsse salário;

II- suspensão, de um a dois anos, do exercício da profissão de Bibliotecário que no âmbito de sua atuação, fôr responsável, na parte técnica, por falsidade de documentos ou por pareceres dolorosos que assinar;



III- suspensão, de seis meses a um ano, ao profissional que demonstrar, comprovadamente, incapacidade técnica no exercício da profissão, facultando-lhe ampla defesa;

IV- suspensão, até um ano, do exercício da profissão a Bibliotecário que agir sem decôro ou ferir a ética profissional.

Parágrafo único. No caso de reincidência da mesma infração, verificada no prazo de dois anos, a penalidade aplicável será elevada ao dôbro.

Art. 45. O C.F.B. estabelecerá normas disciplinadoras dos processos de infração, prazos e interposições de recursos, a serem observados pelos C.R.B.

## TÍTULO III

### CAPÍTULO ÚNICO

#### Das Disposições Transitórias

Art. 46. A assembléia para a escolha dos seis (6) primeiros Conselheiros efetivos e dos três (3) primeiros Conselheiros suplentes do C.F.B., prevista no item II do artigo 17, será presidida pelo Consultor Técnico do Ministério do Trabalho e Previdência Social ou, na sua falta, por funcionário designado pelo Titular daquela Secretaria de Estado e realizar-se-á de acôrdo com as instruções que forem expedidas pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social, no prazo de sessenta (60) dias, contado da publicação dêste Regulamento.

§ 1º A assembléia de que trata êste artigo será constituída de delegados eleitores, representantes das associações de classe, das Escolas Superiores de Biblioteconomia, eleitos, em assembléias das respectivas instituições, por voto secreto e segundo as formalidades estabelecidas para a escolha de suas Diretorias ou órgãos dirigentes.

§ 2º Cada associação de Bibliotecário indicará um delegado-eleitor, que deverá ser, obrigatôriamente, sócio efetivo e no pleno gôzo de seus direitos sociais, assim como possuidor de diploma de bibliotecário.

§ 3º Cada Escola ao Curso superior de Biblioteconomia se fará representar por um delegado-eleitor, professor em exercício, eleito pela respectiva congregação.

§ 4º Só poderá ser eleito, na assembléia a que se refere êste artigo, para exercer o mandato de Conselheiro federal do C.F.B., o profissional que preencha a condição estabelecida no item I ou II do artigo 3º do presente Regulamento.

§ 5º As Associações de Bibliotecários, para obterem o direito de representação na assembléia a que se refere êste artigo, deverão, dentro do prazo de noventa (90) dias, contado da publicação do presente Regulamento, providenciar o seu registro prévio perante a autoridade do Ministério do Trabalho e Previdência Social, mencionada neste artigo, mediante a apresentação de seus Estatutos e demais documentos julgados necessários.

Art. 47. Os seis (6) Conselheiros federais do C.F.B., a que se refere o item III do artigo 17, serão credenciados pelas Escolas Superiores de Biblioteconomia respectivas, junto à autoridade do Ministério do Trabalho e Previdência Social, referida no artigo anterior.

Parágrafo único. O C.F.B. realizará, em sua primeira sessão, o sorteio dos Conselheiros federais de que trata o item III do artigo 17 e que deverão exercer o mandato por três (3) anos.

Art. 48. Os Conselheiros federais efetivos do C.F.B., feitos na forma dos artigos 46 e 47, em sessão presidida pela autoridade do Ministério do Trabalho e Previdência Social, mencionada no artigo 46, escolherão, dentre eles, os três nomes que constituirão a lista tríplice a ser submetida ao Presidente da República, para nomeação do primeiro Presidente da C.F.B.

Art. 49. Até que se efetive a mudança de todo o Ministério do Trabalho e Previdência Social para o Distrito Federal, a sede Provisória do C.F.B. será determinada mediante portaria do Titular daquele Pasta.

Parágrafo único. Caberá ao Ministro do Trabalho e Previdência Social, mediante requisição do Presidente do C.F.B., ordenar o fornecimento de pessoal e material necessário à implantação dos respectivos serviços.

Art. 50. Dentro do prazo de cento e vinte (120) dias, após a sua instalação, o C.F.B. expedirá os atos de composição e organização dos CRB., a que se refere o artigo 31 deste Regulamento, e tomará as providências indispensáveis à eleição dos Conselheiros Regionais.

Art. 51 Na execução deste Regulamento, os casos omissos serão resolvidos pelo C.F.B.

Art. 52. O presente Regulamento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de agosto de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

FLÁVIO LACERDA

ARNALDO SUSSEKIND

## ANEXO E

Ministro de Estado dos Negócios do Trabalho e Previdência Social  
Gabinete do Ministro

### Portaria MTPS nº 585 de 10 de novembro de 1965

O Ministro de Estado dos Negócios do Trabalho e Previdência Social, tendo em vista o que dispõe o artigo 68, do Decreto n.º 56.725, de 16 de agosto de 1965, resolve:

N.º 585 — Constituir um Grupo de Trabalho, integrado pelo Diretor da Divisão de Mão de Obra do Departamento Nacional de Emprêgo e Salário, Péricles de Faria Melo Carvalho, como representante deste Ministério; Nair Fortes Adu-Mehri e Francisco Figueiredo Luna de Albuquerque, como representantes do Ministério da Educação e Cultura; Antonio Caetano Dias, como representante dos Cursos da Biblioteca Nacional; Laura Garcia Moreno Russo e Maria Alice Toledo Leite como



representantes da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários para, sob a presidência do primeiro coordenar os trabalhos para eleição da primeira Diretoria do Conselho Federal de Biblioteconomia.

Publicada no D.O.U de 10 de novembro de 1965 - Seção I - Parte I - pág. 11548

## ANEXO F

Ministério do Trabalho e Previdência Social - MTPS  
Portaria 761, de 3/12/1965 - (D.O.U. 12.1.66)

O Ministro de Estado dos Negócios do Trabalho e Previdência Social, usando das atribuições que lhe confere o art. 46 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 56.725, de 16 de agosto de 1965, e tendo em vista as demais disposições do mesmo regulamento, resolve:

Nº 767 - Expedir as seguintes instruções para a eleição da primeira Diretoria do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB):

Art. 1º A eleição será realizada no dia 16 de dezembro de 1965, às 15 horas, no Palácio do Trabalho, sexto andar, auditório, em Assembléia constituída por Delegados-Eleitores, como representantes credenciados das Associações de Bibliotecários e Escolas de Biblioteconomia em funcionamento, anteriormente, a 16 de agosto de 1965.

Art. 2º Cada Associação e Escola poderá credenciar um Delegado-Eleitor, eleito em Assembleia, por voto secreto e seguindo as formalidades estabelecidas para escolha de suas Diretoria. A prova deve encontrar-se nas condições referidas no artigo anterior será feita por parte de cada Associação ou Escola, mediante os seguintes documentos: Estatutos registrados e Ata registrada da reunião ou Assembléia na qual foi escolhido o Delegado-Eleitor.

Art. 3º A eleição do CFB far-se-á por escrutínio secreto, presentes pelo menos 2/3 (dois terços) dos Delegados credenciados, em primeira convocação e com qualquer número, uma hora depois.

Art. 4º Qualquer impugnação às eleições realizadas deverá ser apresentada ao Grupo de Trabalho referido na Portaria nº 585, de 22 de outubro de 1965, até 48 (quarenta e oito) horas após a assinatura da Ata da Eleição, para apreciação e encaminhamento a decisão final do Ministro de Trabalho e Previdência Social.

Art. 5º Caberá ao Grupo de Trabalho constituído pela Portaria nº 585, de 22 de outubro do corrente ano, o seguinte:

- I - coordenar a realização da eleição a que se refere o art. 46 do Decreto 56.725, de 16 de agosto do corrente ano;
- II - Apreciar a documentação mencionada no §5º do art. 46 do citado Decreto;
- III - Proceder à apuração da eleição;
- IV - Opinar sôbre as impugnações das eleições, porventura ocorridas;

V - Submeter a ata das eleições à homologação do Ministro do Trabalho e Previdência Social;

VI - Resolver as dúvidas porventura suscitadas sobre a matéria da eleição.

Art. 6º A eleição de que trata o art. 1º será presidida pelo Presidente do Grupo de Trabalho a que se refere esse artigo.

Art. 7º A Diretoria do CFB, eleita de acordo com estas instruções, tomará posse até 15 dias após a homologação da eleição pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social - Arnaldo Lopes Sussekind.

## ANEXO G

Ministro de Estado dos Negócios do Trabalho e Previdência Social  
Gabinete do Ministro

Portaria MTPS nº 675 de 13 de dezembro de 1965

O Ministro de Estado dos Negócios do Trabalho e Previdência Social, no uso de suas atribuições e a fim de dar cumprimento ao disposto nos arts. 33 e 36 da Lei 4.084 de 30 de junho de 1962 e nos arts. 40 e 49 do Decreto 56.725, de 16 de agosto de 1965, e ainda atendendo ao que foi solicitado pelas entidades interessadas, resolve:

N.º 675 — a) Marcar para o dia 16 de dezembro do corrente ano, às 15 (quinze) horas, a data para a realização da eleição do Conselho Federal de Biblioteconomia, designando o auditório do Ministério do Trabalho para os trabalhos dessa eleição;

b) Determinar que a sede provisória para o funcionamento do Conselho seja na Capital do Estado de São Paulo, até ulterior deliberação, na forma do que determina a legislação mencionado.l

Publicada no D.O.U de 14 de dezembro de 1965 - Seção I - Parte I - pág. 12871

## ANEXO H

Ministério do Trabalho e Previdência Social - MTPS  
Decretos de 28 de fevereiro de 1966

O Presidente da República resolve

NOMEAR:

De acordo com os arts. 11 e 14 da Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962,

A Bibliotecária Laura Garcia Moreno Russo, Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia.

Brasília, 28 de fevereiro de 1966:

145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

WALTER PERACCHI BARCELLOS

## ANEXO I

### Resolução nº 6, de 13 de Julho de 1966

O Conselho Federal de Biblioteconomia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 4.084, de 30 de Junho de 1962 e Decreto 56.725, de 16 de agosto de 1965,

Resolve:

Art. 1o - Aprovar o texto do Juramento Profissional: “Prometo tudo fazer para preservar o cunho liberal e humanista da profissão de Bibliotecário, fundamentado na liberdade de investigação científica e na dignidade da pessoa humana”.

Art. 2o - Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Paulo, 13 de Julho de 1966

LAURA GARCIA MORENO RUSSO. PRESIDENTE

ALICE CAMARGO GUARNIERI 1o SECRETÁRIO

Publicada no Diário Oficial – Seção I - de 17/08/66 – p. 2361

## ANEXO J

### Decreto-lei nº 900, de 29 de Setembro de 1969.

Altera disposições do Decreto-lei número 200, de 25 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.

OS MINISTROS DA MARINHA DE GUERRA, DO EXÉRCITO E DA AERONÁUTICA MILITAR, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional número 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968,

DECRETAM:

Art.. 1º Os dispositivos do Decreto-lei número 200, de 25 de fevereiro de 1967, adiante indicados, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Respeitada a competência constitucional do Poder Legislativo estabelecida no artigo 46, inciso II e IV, da Constituição, o Poder Executivo regulará a estruturação, as atribuições e funcionamento dos órgãos da Administração Federal”.

...

Art.. 9º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

*Augusto Hamann Rademaker Grunewald*

*Aurélio de Lyra Tavares*

*Márcio de Souza E Mello*

*Luis Antonio da Gama E Silva*

*José de Magalhães Pinto*

*Antônio Delfim Netto*

*Mário David Andreazza*

*Ivo Arzua Pereira*

*Tarso Dutra*

*Jarbas G. Passarinho*

*Leonel Miranda*

*Edmundo de Macedo Soares*

*Antônio Dias Leite Júnior*

*Hélio Beltrão*

*José Costa Cavalcanti*

*Carlos F. de Simas*

## ANEXO K

Decreto-lei nº 968, de 13 de outubro de 1969.

Dispõe sobre o Exercício da Supervisão Ministerial relativamente às Entidades Incumbidas da Fiscalização do Exercício de Profissões Liberais.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o artigo 2º, § 1º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968,

DECRETAM:

Art. 1º - As entidades criadas por lei com atribuições de fiscalização do exercício de profissões liberais que sejam mantidas com recursos próprios e não recebam subvenções ou transferências à conta do orçamento da União, regular-se-ão pela respectiva legislação específica, não se lhes aplicando as normas legais sobre pessoal e demais disposições de caráter-geral, relativas à administração interna das autarquias federais.

Parágrafo único. (Revogado pelo Decreto nº 2.299, de 21.11.1986).

Art. 2º - Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MARCIO DE SOUZA E MELLO



## ANEXO L

Decreto nº 74.000, de 1 de Maio de 1974.

Dispõe sobre a vinculação de entidades e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

Decreta:

Art. 1º As entidades abaixo relacionadas passam a vincular-se, para os fins dos artigos 19 e 26 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e 3º do Decreto-lei nº 900, de 29 de dezembro de 1969, aos seguintes Ministérios:

### I - Ministério da Previdência e Assistência Social:

1. Instituto Nacional de Previdência Social (INPS);
2. Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL);
3. Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE);
4. Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economiários (SASSE);
5. Legião Brasileira de Assistência (LBA);
6. Fundação de Assistência aos Garimpeiros (FAG);
7. Fundação Abrigo Cristo Redentor (FACR);
8. Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM);
9. Central de Medicamentos (CEME);

### II - Ministério do Trabalho:

1. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI);
2. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC);
3. Serviço Social da Indústria (SESI);
4. Serviço Social do Comércio (SESC);
5. Fundação Centro de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho (FUNDACENTRO);
6. Conselho Federal e Conselhos Regionais de Assistentes Sociais;
7. Conselho Federal e Conselhos Regionais de Biblioteconomia;
8. Conselho Federal e Conselhos Regionais de Contabilidade;
9. Conselho Federal e Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis;
10. Conselho Federal e Conselhos Regionais de Economistas Profissionais;
11. Conselho Federal e Conselhos Regionais de Enfermagem;
12. Conselho Federal e Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia;
13. Conselho Federal e Conselhos Regionais de Estatística;

14. Conselho Federal e Conselhos Regionais de Farmácia;
15. Conselho Federal e Conselhos Regionais de Medicina;
16. Conselho Federal e Conselhos Regionais de Medicina Veterinária;
17. Conselho Federal e Conselhos Regionais de Odontologia,
18. Conselho Federal e Conselhos Regionais de Profissionais de Relações Públicas;
19. Conselho Federal e Conselhos Regionais Psicologia;
20. Conselho Federal e Conselhos Regionais de Química;
21. Conselho Federal e Conselhos Regionais de Técnicos de Administração;
22. Conselho Federal e Conselhos Regionais de Representantes Comerciais;
23. Conselho Federal e Conselhos Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil;
24. Ordem dos Músicos do Brasil;

III - Ministério das Comunicações: Fundação Rádio Mauá.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, salvo quanto ao disposto no item I do artigo 1º, cuja vigência se dará a partir da instalação do Ministério da Previdência e Assistência Social.

Brasília, 1 de maio de 1974; 153º da Independência e 86º da República.

*Ernesto Geisel*

*Armando Falcão*

*Arnaldo Prieto*

*Euclides Quandt de Oliveira*

#### DECRETO Nº 74.000, DE 1 DE MAIO DE 1974.

Dispõe sobre a vinculação de entidades e dá outras providências.

(Publicado no Diário Oficial de 2 de maio de 1974)

Retificação

Na página 5.037, na 3ª coluna, no art. 1.º,

ONDE SE LÊ:

10. Conselho Federal e Conselhos Regionais de Economistas Profissionais;

LEIA-SE:

10. Conselho Federal e Conselhos Regionais de Economia;

## ANEXO M

Ministério do Trabalho  
Decreto de 13 de agosto de 1975

O Presidente da República, de acordo com os artigos 11, letra a e 14 da Lei nº 4084, de 30 de junho de 1962, resolve

NOMEAR

O Bacharel Murilo Bastos da Cunha para exercer a função de Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia, com mandato de três anos.

Brasília, 13 de agosto de 1975;

154º da Independência e 87º da República.

ERNESTO GEISEL

ARNALDO PRIETO

## ANEXO N

Decreto nº 81.663, de 16 de Maio de 1978

Dispõe sobre a Estrutura Básica do Ministério do Trabalho e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º O Ministério do Trabalho (MTb), criado pelo Decreto nº 19.433, de 26 de novembro de 1930, tem como área de competência, de acordo com o disposto no artigo 2º da Lei nº 6.036, de 1º de maio de 1974:

I - Trabalho; organização profissional e sindical; fiscalização.

II - Mercado de Trabalho, política de emprego.

III - Política salarial.

IV - Política de imigração.

V - Colaboração com o Ministério Público junto à Justiça do Trabalho.

Art. 2º Constituem a Estrutura Básica do Ministério do Trabalho os seguintes órgãos:

I - Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Ministro de Estado:

a) Gabinete do Ministro (GM)

b) Consultoria Jurídica (CJ)

c) Divisão de Segurança e Informações (DSI)

d) Coordenadoria de Comunicação Social (CCS)

II - Órgãos Colegiados

- a) Conselho Nacional de Política Salarial (CNPS)
- b) Conselho Federal de Mão-de-Obra (CFMO)
- c) Conselho Superior do Trabalho Marítimo (CSTM)
- d) Comissão de Direito do Trabalho (CDT)
- f) Conselho Nacional de Política de Emprego (CNPE)
- g) Comissão Consultiva do Artesanato (CCA)

III - Órgãos Centrais de Planejamento, Coordenação e Controle Financeiro

- a) Secretaria-Geral (SG)
- b) Inspeção Geral de Finanças (IGF)

IV - Órgãos Centrais de Direção Superior

- a) Secretaria de Mão-de-Obra (SMO)
- b) Secretaria de Emprego e Salário (SES)
- c) Secretaria de Relações do Trabalho (SRT)
- d) Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho (SSMT)
- f) Secretaria de Promoção Social (SEPS)
- g) Secretaria de Imigração (SIMIG)
- h) Departamento do Pessoal (DP)
- i) Departamento de Administração (DA)

V - Órgãos Regionais

- a) Delegacias Regionais do Trabalho (DRT)
- b) Delegacias do Trabalho Marítimo (DTM)

VI - Órgãos Autônomos

- a) Serviço Especial de Bolsas de Estudo (PEBE)
- b) Serviço Nacional de Formação Profissional Rural (SENAR)

Art. 3º São vinculadas ao Ministério do Trabalho as seguintes Entidades:

I - Entidades incumbidas da fiscalização do exercício de profissões liberais Decreto-lei nº 968, de 13 de outubro de 1969.

II - Entidades com personalidade jurídica de Direito Privado - Art. 183, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967:

- a) Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial Industrial - SENAI.
- b) Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC.
- c) Serviço Social da Indústria - SESI.
- d) Serviço Social do Comércio - SESC. III Entidades incumbidas dos assuntos relacionados com a Segurança e Medicina do Trabalho



Art. 3º do Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969 e Lei número 5.161, de 21 de outubro de 1966: - Fundação Centro Nacional de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho-FUNDACENTRO.

Art. 4º O Gabinete do Ministro (GM) tem por finalidade assistir o Ministério de Estado em sua representação política e social, bem como incumbir-se do preparo e encaminhamento, de seu expediente pessoal.

Art. 5º A Consultoria Jurídica (CJ) tem por finalidade assessorar o Ministro de Estado em assuntos jurídicos e colaborar com o Ministério Público nos feitos judiciais de interesse do Ministério do Trabalho.

Art. 6º A Divisão de Segurança e Informações (DSI), órgão integrante do Sistema Nacional de Informações e Contra-Informações (SISNI), tem por finalidade assessorar o Ministro de Estado em todos os assuntos pertinentes à Segurança Nacional à Mobilização e às Informações, estando sujeita à orientação normativa, à supervisão técnica e à fiscalização específica do Serviço Nacional de Informações (SNI).

Art. 7º A Coordenadoria de Comunicação Social (CCS) tem por finalidade planejar, coordenar e executar a política de Comunicação Social do Ministério, observando as diretrizes estabelecidas na legislação específica.

Art. 8º O Conselho Nacional de Política Salarial (CNPS) tem por finalidade assessorar o Poder Executivo na formulação e execução da política salarial.

Art. 9º O Conselho Federal de Mão-de-Obra tem por finalidade estabelecer normas e diretrizes sobre política nacional de formação profissional, propor medidas de estímulos e desenvolvimento que visem à promoção profissional dos trabalhadores e aprovar os projetos de formação profissional realizados por pessoas jurídicas beneficiárias de leis específicas.

Art. 10. O Conselho Superior do Trabalho Marítimo (CSTM) tem por finalidade julgar, em última e definitiva instância, os recursos interpostos das decisões dos Conselhos Regionais do Trabalho Marítimo (CRTM), bem como expedir instruções regulamentares da aplicação da legislação de proteção ao trabalho nos portos, na navegação e na pesca e de funcionamento dos serviços de inspeção, disciplina e policiamento do trabalho.

Parágrafo único. Os Conselhos Regionais do Trabalho Marítimo cumprirão e farão cumprir as decisões do Conselho Superior do Trabalho Marítimo e as normas de serviço que forem expedidas.

Art. 11. A Comissão de Direito do Trabalho (CDT) tem por finalidade estudar e propor teses relacionadas com a legislação do trabalho, com a participação do Brasil em programas cooperativos de assistência técnica e as relações com organismo internacionais.

Art. 12. O Conselho Nacional de Política de Emprego (CNPE), órgão integrante do Sistema Nacional de Emprego (SINE), tem por finalidade assessorar o Ministro de Estado no estabelecimento de diretrizes e medidas para aperfeiçoar os mecanismos, de equilíbrio do mercado de trabalho, com vistas à política nacional de emprego, avaliar as repercussões, na área de emprego, das medidas econômicas e financeiras adotadas ou previstas, encaminhar sugestões de

projetos capazes de absorver o máximo de mão-de-obra, bem como propor medidas de assistência ao sub-empregado.

Art. 13. A Comissão Consultiva do Artesanato (CCA) tem por finalidade orientar o Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato, estudando e propondo normas e diretrizes necessárias ao desenvolvimento da política nacional de artesanato.

Art. 14. A Secretaria-Geral (SG), órgão setorial do Sistema de Planejamento Federal e do Sistema de Programação Financeira, tem por finalidade desenvolver as atividades de, planejamento, orçamento, modernização administrativa, informática e Programação financeira, bem como supervisionar, coordenar e controlar todas as atividades na área de competência do Ministério do Trabalho.

Art. 15. A Inspeção Geral, de Finanças (IGF), órgão, setorial dos Sistemas de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria, tem por finalidade desempenhar as atividades estabelecidas nos atos que dispõem sobre a estrutura e funcionamento desses Sistemas.

Art. 16. A Secretaria de Mão-de-Obra (SMO) tem por finalidade promover a execução de programas de formação profissional, bem como estudar, analisar, orientar, coordenar, controlar e supervisionar as atividades relacionadas com a preparação de mão-de-obra para o mercado de trabalho.

Art. 17. A Secretaria de Emprego e Salário (SES) órgão central do Sistema Nacional de Emprego - SINE - tem por finalidade orientar, coordenar, controlar e supervisionar as atividades relacionadas com a política de emprego e salário; a análise do mercado de trabalho, a identificação e o registro profissional, bem como a colaboração com o Ministério Público junto à Justiça do Trabalho.

Art. 18. A Secretaria de Relações do Trabalho (SRT) tem por finalidade orientar, coordenar, controlar e supervisionar as atividades relacionadas com a proteção do trabalho, a inspeção do trabalho, a organização sindical, e os assuntos de interesse das entidades sindicais.

Art. 19. A Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho (SSMT) tem por finalidade orientar, coordenar, controlar e supervisionar as atividades relacionadas com a segurança, a higiene, a medicina e a prevenção de acidentes do trabalho.

Art. 20. A Secretaria de Promoção Social (SEPS) tem por finalidade orientar, coordenar, controlar e supervisionar as atividades relacionadas com a melhoria dos níveis de bem-estar do trabalhador nos diferentes aspectos que implicam em elevação dos padrões de acesso a bens, serviços, recursos e equipamentos sociais.

Art. 21. A Secretaria de Imigração (SIMIG) tem por finalidade orientar, coordenar, controlar e supervisionar as atividades relacionadas com a política de imigração do País, de acordo com a legislação vigente, bem como manter intercâmbio com órgãos envolvidos em assuntos de imigração.





Art. 22. O Departamento do Pessoal (DP), órgão setorial do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC), tem por finalidade a gestão, a execução e o estudo de assuntos relacionados com a Administração de Pessoal.

Art. 23. O Departamento de Administração (DA) órgão setorial do Sistema de Serviços Gerais - SISG - tem por finalidade a gestão e a execução das atividades referentes ao Sistema de Serviços Gerais, bem como as de administração patrimonial.

Art. 24. Às Delegacias Regionais do Trabalho (DRT) tem por finalidade executar, nas áreas de suas jurisdições, as normas emanadas dos Órgãos Centrais de Direção Superior, bem como fiscalizar a execução das leis e regulamentos que regem a política trabalhista e a sindical, orientando, coordenando e controlando as respectivas atividades.

Art. 25. As Delegacias do Trabalho Marítimo (DTM) tem por finalidade a orientação e fiscalização do trabalho marítimo, incumbindo-lhes os serviços de inspeção e disciplina do trabalho nos portos, na navegação e na pesca, bem como fiscalizar a aplicação das leis de proteção ao trabalho nos serviços portuários, marítimos e de pesca e opinar sobre matéria relativa ao trabalho portuário, de navegação e de pesca.

Art. 26. O Serviço Especial de Bolsas de Estudo (PEBE) tem por finalidade propiciar ensino a trabalhadores sindicalizados, empregados de entidades sindicais de todos os graus e categorias, seus filhos e dependentes.

Art. 27. O Serviço Nacional de Formação Profissional Rural - SENAR - tem por finalidade organizar e administrar em todo o território nacional programas e atividades de formação profissional rural.

Art. 28. O Gabinete do Ministro será dirigido por Chefe; a Consultoria Jurídica, por Consultor Jurídico; a Divisão de Segurança e Informações, por Diretor; a Coordenadoria de Comunicação Social, por Coordenador; a Secretaria-Geral, por Secretário-Geral; a Inspeção Geral de Finanças, por Inspetor-Geral de Finanças; as Secretarias, por Secretários; os Departamentos e o Serviço Nacional de Formação Profissional, por Diretores-Gerais; as Delegacias Regionais do Trabalho, por Delegados Regionais do Trabalho; as Delegacias do Trabalho Marítimo, por Delegados do Trabalho Marítimo e o Serviço Especial de Bolsas de Estudo, por Diretor-Executivo, cujos cargos serão providos na forma da legislação pertinente.

Art. 29. A organização e a competência dos órgãos mencionados no artigo 2º, bem como as atribuições do pessoal, serão fixadas em Regimento Interno a ser aprovado por Portaria do Ministro de Estado do Trabalho, nos termos da legislação em vigor.

Parágrafo único. Observados os artigos 145 e 146 do Decreto-lei 200, de 25 de fevereiro de 1967, e até que sejam baixados os atos de que trata este artigo, permanecerão em vigor as disposições referentes à organização, competência e funcionamento dos diversos órgãos integrantes da estrutura básica do Ministério do Trabalho.

Art. 30. Os cargos de Direção e Assessoramento Superiores-DAS e as funções de Direção e Assistência Intermediárias -DAI - Parte Permanente, ficam mantidos na situação atual até que sejam adaptados à nova estrutura.

Art. 31. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 32. Fica revogado o Decreto nº 76.386, de 2 de outubro de 1975 e demais disposições em contrário.

Brasília, em 16 de maio de 1978; 157º da Independência e 90º da República.

ERNESTO GEISEL

Arnaldo Prieto

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 de 17/05/1978

## ANEXO O

Decreto Nº 79.137, de 18 de Janeiro de 1977

(Revogado pelo Decreto de 10 de maio de 1991)

*Inclui na classificação de órgãos de deliberação coletiva, aprovada pelo Decreto nº 69.907, de 7 de janeiro de 1972, as Entidades de Fiscalização do Exercício das profissões liberais.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 5.708, de 4 de outubro de 1971, e o que consta do Processo DASP número 22.425, de 1976

DECRETA:

Art. 1º Ficam incluídos na classificação dos órgãos de deliberação coletiva da área do Ministério do Trabalho, aprovada pelo Decreto nº 69.907, de 7 de janeiro de 1972, como órgãos de 3º grau (letra c do artigo 1º do Decreto nº 69.382, de 19 de outubro de 1971), os Conselhos Federais e Regionais de:

Assistentes Sociais (Lei nº 3.252, de 1957),

Biblioteconomia (Lei nº 4.084, de 1962);

Contabilidade (Decreto-lei nº 9.295, de 1946),

Corretores e Imóveis (Lei nº 4.116, de 1962),

Economia (Lei nº 1.411, de 1951),

Enfermagem (Lei nº 5.905, de 1973),

Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Lei nº 5.194, de 1966),

Farmácia (Lei nº 3.820, de 1960),

Fisioterapia e Terapia Ocupacional (Lei nº 6.316, de 1975),

Medicina (Lei nº 3.268, de 1957),

Medicina Veterinária (Lei número 5.517, de 1968),

Músicos do Brasil (Lei n 3.857, de 1960),  
Odontologia (Lei nº 4.324, de 1964),  
Psicologia (Lei nº 5.766, de 1971),  
Química (Lei nº 2.800, de 1956),  
Representantes Comerciais (Lei nº 4.886, de 1965).

Parágrafo único – O número de reuniões mensais remuneradas é o fixado no Regimento Interno e não poderá ultrapassar o limite previsto no artigo 2º, § 3º, do Decreto nº 69.382, de 19 de outubro de 1971.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de janeiro de 1977; 156º da Independência e 89º da República.

ERNESTO GEISEL

ARNALDO PRIETO

## ANEXO P

Decreto nº 86.593, de 17 de Novembro de 1981

Revogado pelo Decreto de 10 de maio de 1991

Delega competência ao Ministro do Trabalho para nomear os Presidentes dos Conselhos Federais de Biblioteconomia e de Química.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, parágrafo único, da Constituição, nos termos do artigo 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e de acordo com as diretrizes estabelecidas no Decreto nº 83.785, de 30 de julho de 1979,

DECRETA:

Art. 1º É delegada competência ao Ministro do Trabalho para, de conformidade com os artigos 11, letra a, da Lei nº 4.084 de 30 de junho de 1962, e 4º, letra a, da Lei nº 2.800 de 18 de junho de 1956, observadas as exigências legais aplicáveis, nomear os Presidentes dos Conselhos Federais de Biblioteconomia e de Química.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, de 17 de novembro de 1981; 160º da Independência e 93º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

MURILO MACÊDO

HÉLIO BELTRÃO

## ANEXO Q

Ministério do Trabalho

Gabinete do Ministro

Portarias de 20 de setembro de 1984

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO, no uso da delegação de competência que lhe foi concedida pelo Decreto nº 74.143, de 4 de junho de 1974, e de acordo com o contido no Processo MTb nº 24560 001 231/84, resolve:

Nº 1.394 - Nomear EDSON MIGUEL DE JESUS, Bibliotecário, para exercer a função de Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia.

Publicada no Diário Oficial da União do dia 21 de setembro de 1984, Sexta-feira, Seção II página 5131

## ANEXO R

Lei nº 7.504, de 2 de Julho de 1986

Dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962, que dispõe sobre a Profissão de Bibliotecário, e dá outras Providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O art. 3º da Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962, que dispõe sobre a profissão de Bibliotecário e regula seu exercício, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º. Para o provimento e o exercício de cargos técnicos de Bibliotecários, Documentalistas e Técnicos de Documentação, na administração pública federal, estadual ou municipal, autárquica, paraestatal, nas empresas de economia mista ou nas concessionárias de serviços públicos, é obrigatória a apresentação de diploma de Bacharel em Biblioteconomia, respeitados os direitos dos atuais ocupantes.”

Art. 2º - As pessoas que tenham exercido, até 30 de junho de 1962, cargo ou função de Técnico de Documentação só poderão exercer a profissão de Bibliotecário após satisfazerem aos seguintes requisitos:

I - registro no Conselho Regional de Biblioteconomia, a cuja jurisdição estiverem sujeitos;

II - pagamento da anuidade do Conselho Regional de Biblioteconomia, na forma estabelecida pelo Decreto nº 56.725, de 16 de agosto de 1965, que regulamenta a Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962.

Parágrafo único. Os Técnicos de Documentação dispõem de 180 (cento e oitenta) dias para se habilitarem, conforme o estabelecido nesta Lei.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.



Brasília, 12 de julho de 1986; 165º da Independência e 98º da República.

*JOSÉ SARNEY*

*Almir Pazzianotto Pinto*

## ANEXO S

### Decreto-lei nº 2.299, de 21 de Novembro de 1986

Altera o Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Os dispositivos adiante indicados do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º.....

1º.....

2º As fundações instituídas em virtude de lei federal ou de cujos recursos participe a União integram também a Administração Federal indireta, para os efeitos de:

- a) subordinação aos mecanismos e normas de fiscalização, controle e gestão financeira;
- b) inclusão de seus cargos, empregos, funções e respectivos titulares no Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970.

§ 3º Excetua-se do disposto na alínea b do parágrafo anterior as fundações universitárias e as destinadas à pesquisa, ao ensino e às atividades culturais.”

“Art. 178. As autarquias, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, integrantes da Administração Federal Indireta, bem assim as fundações criadas pela União ou mantidas com recursos federais, sob supervisão ministerial, e as demais sociedades sob o controle direto ou indireto da União, que acusem a ocorrência de prejuízos, estejam inativas, desenvolvam atividades já atendidas satisfatoriamente pela iniciativa privada ou não previstas no objeto social, poderão ser dissolvidas ou incorporadas a outras entidades, a critério e por ato do Poder Executivo, resguardados os direitos assegurados, aos eventuais acionistas minoritários, nas leis e atos constitutivos de cada entidade.”

Art. 2º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em particular o artigo 3º do Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969 e o parágrafo único do artigo 1º do Decreto-lei nº 968, de 13 de outubro de 1969.

Brasília, 21 de novembro de 1986; 165º da Independência e 98º da República.

*JOSÉ SARNEY*

*Dilson Domingos Funaro*

*João Sayad*

*Aluizio Alves*

## ANEXO T

Decreto nº 93.617, de 21 de novembro de 1986

(Revogado pelo Decreto de 10 de maio de 1991)

Exime de supervisão ministerial as entidades incumbidas da fiscalização do exercício de profissões liberais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens I, III e V, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 3º, do Decreto-lei nº 2.299, de 21 de novembro de 1986,

DECRETA:

Art. 1º. Não será exercida supervisão ministerial sobre as entidades incumbidas da fiscalização do exercício de profissões liberais, a que se refere o Decreto-lei nº 968, de 13 de outubro de 1969.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o artigo 1º, item II, nºs 6 a 24, do Decreto nº 74.000, de 1º de maio de 1974, e o artigo 3º, item I, do Decreto nº 81.663, de 16 de maio de 1978.

Brasília, 21 de novembro de 1986; 165º da Independência e 98º da República.

*JOSÉ SARNEY*

*Almir Pazzianotto Pinto*

## ANEXO U

Lei nº 9.674, de 25 de Junho de 1998

Mensagem de Veto

Dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário e determina outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

### CAPÍTULO I

Da Profissão de Bibliotecário





Art. 1º O exercício da profissão de Bibliotecário, em todo o território nacional, somente é permitido quando atendidas as qualificações estabelecidas nesta Lei.

Parágrafo único. A designação “Bibliotecário”, incluída no Quadro das Profissões Liberais, Grupo 19, da Consolidação das Leis do Trabalho, é privativa dos Bacharéis em Biblioteconomia.

Art. 2º (VETADO)

Art. 3º O exercício da profissão de Bibliotecário é privativo:

I - dos portadores de diploma de Bacharel em Biblioteconomia, expedido por instituições de ensino superior oficialmente reconhecidas, registradas nos órgãos competentes, de acordo com a legislação em vigor;

II - dos portadores de diploma de graduação em Biblioteconomia, conferido por instituições estrangeiras de ensino superior, reconhecidas pelas leis do país de origem, e revalidados no Brasil, de acordo com a legislação vigente;

III - dos amparados pela Lei no 7.504, de 2 de julho de 1986.

## CAPÍTULO II

Das Atividades Profissionais

Art. 4º O exercício da profissão de Bibliotecário, no âmbito das pessoas jurídicas de direito público e privado, é privativo dos Bacharéis em Biblioteconomia.

Art. 5º (VETADO)

## CAPÍTULO III

Dos Conselhos de Biblioteconomia

Art. 6º (VETADO)

Art. 7º (VETADO)

Art. 8º (VETADO)

Art. 9º (VETADO)

Art. 10. (VETADO)

Art. 11. ((VETADO)

Art. 12. (VETADO)

Art. 13. (VETADO)

Art. 14. (VETADO)

Art. 15. (VETADO)

Art. 16. (VETADO)

Art. 17. (VETADO)

Art. 18. (VETADO)

Art. 19. (VETADO)

Art. 20. (VETADO)

Art. 21. (VETADO)

Art. 22. (VETADO)

Art. 23. (VETADO)

## CAPÍTULO IV

Da Finalidade e Competência do Conselho Federal de Biblioteconomia

Art. 24. (VETADO)

Art. 25. (VETADO)

## CAPÍTULO V

Da Finalidade e Competência dos Conselhos Regionais De Biblioteconomia

Art. 26. (VETADO)

Art. 27. (VETADO)

Art. 28. (VETADO)

## CAPÍTULO VI

Do Registro de Bibliotecários

Art. 29. O exercício da função de Bibliotecário é privativo dos bibliotecários inscritos nos quadros do Conselho Regional da respectiva jurisdição, nos termos desta Lei.

§ 1º É obrigatória a citação do número de registros no Conselho Regional, em todos os documentos de responsabilidade profissional.

§ 2º (VETADO)

Art. 30. Ao profissional devidamente registrado no Conselho Regional serão fornecidas a carteira de identidade profissional e a cédula de identidade de Bibliotecário, que terão fé pública, nos termos da Lei.

## CAPÍTULO VII

Do Registro das Pessoas Jurídicas

Art. 31. (VETADO)

Art. 32. (VETADO)

## CAPÍTULO VIII

Do Cadastro das Pessoas Jurídicas



Art. 33. (VETADO)

§ 1º (VETADO)

§ 2º (VETADO)

§ 3º As Bibliotecas Públicas localizadas em Municípios com até dez mil habitantes e cujo acervo não ultrapasse a duzentos exemplares catalogados poderão funcionar sob a supervisão de um Técnico em Biblioteconomia, devidamente registrado perante o Conselho e, neste caso, deverão comunicar ao respectivo Conselho Regional de Biblioteconomia a criação, o funcionamento e a responsabilidade técnica da Biblioteca, para fins de anotação e controle, sendo isentas de qualquer taxa ou contribuição.

Art. 34. (VETADO)

## CAPÍTULO IX

Das Anuidades, Taxas, Emolumentos, Multas e Renda

Art. 35. (VETADO)

Art. 36. (VETADO)

Art. 37. (VETADO)

## CAPÍTULO X

Das Infrações, Penalidades e Recursos

Art. 38. A falta do competente registro, bem como do pagamento da anuidade, caracterizará o exercício ilegal da profissão de Bibliotecário.

Art. 39. Constituem infrações disciplinares:

I - exercer a profissão quando impedido de fazê-lo ou facilitar, por qualquer modo, o seu exercício a não registrados;

II - praticar, no exercício profissional, ato que a lei defina como crime ou contravenção penal;

III - não cumprir, no prazo estipulado, determinação emanada do Conselho Regional em matéria de competência deste, após regularmente notificado;

IV - deixar de pagar ao Conselho Regional, nos prazos previstos, as contribuições a que está obrigado;

V - faltar a qualquer dever profissional previsto nesta Lei;

VI - transgredir preceitos do Código de Ética Profissional.

Parágrafo único. As infrações serão apuradas levando-se em conta a natureza do ato e as circunstâncias de cada caso.

Art. 40. As penas disciplinares, consideradas a gravidade da infração cometida e a reincidência das mesmas, consistem em:

I - multa de um a cinquenta vezes o valor atualizado da anuidade;

II - advertência reservada;

III - censura pública;

IV - suspensão do exercício profissional de até três anos;

V - cassação do exercício profissional com a apreensão da carteira profissional.

§ 1º A pena de multa poderá ser combinada com qualquer das penalidades enumeradas neste artigo, podendo ser aplicada em dobro em caso de reincidência da mesma infração.

§ 2º A falta de pagamento da multa prevista neste Capítulo no prazo estipulado determinará a suspensão do exercício profissional, sem prejuízo da cobrança por via executiva.

§ 3º A suspensão por falta de pagamento de anuidades, taxas e multas somente cessará com o recolhimento da dívida, podendo estender-se a até três anos, decorridos os quais o profissional terá, automaticamente, cancelado seu registro, se não resgatar o débito, sem prejuízo da cobrança executiva.

§ 4º A pena de cassação do exercício profissional acarretará ao infrator a perda do direito de exercer a profissão, em todo o território nacional, com apreensão da carteira de identidade profissional.

§ 5º Ao infrator suspenso por débitos será admitida a reabilitação profissional mediante novo registro, satisfeitos, além das anuidades em débito, as multas e demais emolumentos e taxas cabíveis.

Art. 41. (VETADO)

Art. 42. Nenhuma penalidade será aplicada sem que tenha sido assegurado ao infrator amplo direito de defesa.

Art. 43. (VETADO)

Art. 44. Não caberá ao infrator outro recurso por via administrativa.

Art. 45. As denúncias só serão recebidas quando assinadas com a qualificação do denunciante e acompanhadas dos elementos comprobatórios do alegado, tramitando em caráter reservado, vedada a divulgação do nome do denunciante.

Art. 46. As pessoas não habilitadas que exercerem a profissão regulamentada nesta Lei estão sujeitas às penalidades previstas na Lei de Contravenções Penais e ao pagamento de multa, a ser definida pelo Conselho Federal.

## CAPÍTULO XI

### Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 47. São equivalentes, para todos os efeitos, os diplomas de Bibliotecário, de Bacharel em Biblioteconomia e de Bacharel em Biblioteconomia e Documentação, expedidos até a data desta Lei por escolas oficialmente reconhecidas e registradas nos órgãos competentes, de acordo com a legislação em vigor.

Art. 48. As pessoas não portadoras de diploma, que tenham exercido a atividade até 30 de janeiro de 1987, e que já estão devidamente registradas nos



quadros dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia, estão habilitadas no exercício da profissão.

Art. 49. (VETADO)

Art. 50. (VETADO)

Art. 51. (VETADO)

Art. 52. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 53. (VETADO)

Brasília, 25 de junho de 1998; 177o da Independência e 110o da República.

*FERNANDO HENRIQUE CARDOSO*

*Renan Calheiros*

*Edward Amadeo*

## MENSAGEM DE VETO

Mensagem Nº 749, de 25 de Junho De 1998.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1o do artigo 66 da Constituição Federal, decidi vetar parcialmente o Projeto de Lei no 10, de 1992 (no 3.493/93 na Câmara dos Deputados), que “Dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário e determina outras providências”.

O projeto divide-se, basicamente, em 2 grandes blocos: o da regulamentação da profissão (arts. 1o a 5o e 38 a 53) e o dos conselhos de fiscalização do exercício da profissão (arts. 6o a 37). Ora, o projeto de lei é de 1992, sendo que a recente Lei no 9.649, de 27 de maio de 1998, veio a dispor sobre a organização, estrutura e funcionamento dos conselhos de fiscalização das profissões regulamentadas. Assim, não se pode dar tratamento diferenciado aos conselhos de biblioteconomia, sob pena de se quebrar o sistema uniformizado obtido pela Lei no 9.649/98.

Já em relação à regulamentação da profissão, a Lei no 4.084/62, que disciplina atualmente a matéria, estaria sendo substituída pela presente Lei. Ora, o projeto, ao incluir entre as atribuições próprias do Bibliotecário não apenas a Biblioteconomia, mas também a Documentação e Informação registrada, elastece a reserva de mercado do Bibliotecário, de forma a abranger atividades próprias de outras profissões: Arquivologia, Informática, Museologia, Administração e Comunicação, todas elas tendo a Documentação e Informação registrada como matéria-prima de trabalho. Assim, seriam contrários ao interesse público todos os dispositivos do projeto que ampliam a reserva de mercado do Bibliotecário, em detrimento de outras profissões.

Tendo em vista essas duas circunstâncias, os dispositivos a seguir transcritos, que constituem a quase totalidade do projeto, são vetados, pelas razões que se transcrevem dos pareceres dos Ministérios da Justiça e do Trabalho:

Art. 2o

“Art. 2º A Biblioteconomia, a Documentação e a Informação registrada constituem as atribuições do Bibliotecário.

§ 1º A Biblioteconomia é o conjunto de conhecimentos teóricos, técnicos e científicos relativos à administração e execução de serviços e processos de tratamento da informação documental e a sua adequação a serviços de atendimento a usuários.

§ 2º A Documentação é o processo de reunir, ordenar e disseminar documentos, bem como os resultados da atividade intelectual em todos os campos do conhecimento.

§ 3º A Informação registrada é o conjunto de dados acerca de fatos, pessoas ou objetos de qualquer natureza, emitidos ou recebidos sob múltiplas formas e registrados em diferentes suportes.”

#### Razões do veto

“Trata-se de questão que enseja aumento significativo de reserva de mercado, principalmente no que diz respeito à expressão “Informação registrada”, elemento este presente em praticamente toda profissão, não sendo apropriado que seja considerada atribuição de determinada profissão, inclusive por ser assunto diretamente ligado à área de informática, que, como se sabe, não é uma profissão regulamentada, e nem tem razão de o ser, pois não é do interesse público restringir o acesso ao mercado de trabalho.”

#### Art. 5º

“Art. 5º São atividades privativas do Bibliotecário:

I - ensino das disciplinas específicas e supervisão de estágios de Biblioteconomia, Documentação e Informação registrada;

II - organização, direção, chefia, coordenação ou qualquer atividade que caracterize responsabilidade por curso de Biblioteconomia;

III - consultoria, assessoramento, vistoria, perícia, parecer, laudo e relatório técnico concernente a Biblioteconomia, Documentação e Informação registrada;

IV - planejamento, pesquisa, organização, implantação, gerenciamento, administração, chefia, coordenação, supervisão e execução de serviços de Biblioteconomia, Documentação e Informação registrada, atividades culturais e serviços técnico-científicos relativos às atribuições definidas no art. 2º;

V - planejamento, organização, implantação, gerenciamento, administração, direção, chefia, coordenação, supervisão e execução de serviços de normalização documental nas pessoas jurídicas citadas no art. 4º;

VI - elaboração de normas técnicas aplicadas às áreas de Biblioteconomia, Documentação e Informação registrada;

VII - assessoramento na elaboração de instrumentos de coleta de dados estatísticos, recenseamento e cadastro, referente a serviços e acervos relativos às pessoas jurídicas citadas no art. 4º;

VIII - elaboração de programas e provas específicas na área de Biblioteconomia, Documentação e Informação registrada, em concursos públicos, testes



de seleção e participação nas respectivas bancas examinadoras para o provimento de cargos, funções e empregos;

IX - representação oficial da classe nos eventos da área de Biblioteconomia, Documentação e Informação registrada, no Brasil e no Exterior.

Parágrafo único. Ao Bibliotecário compete, ainda, o exercício de qualquer outra atividade que, por sua natureza, inclua-se no âmbito de sua profissão, direta ou indiretamente, inclusive assessoramento e participação em projetos para construção de bibliotecas, centros de documentação e informação.”

Razões do veto

“Ao referir-se à documentação e informação registrada, torna exclusiva do exercício profissional da Biblioteconomia atividades de informação e documentação atinentes, também, aos arquivistas e museólogos, profissões igualmente regulamentadas. E isso porque o vocábulo “registrada” tem o sentido de consignar por escrito, inscrever.

Assim agindo, representa um verdadeiro retrocesso no salutar movimento de integração, respeito e abertura entre os chamados Modernos Profissionais de Informação (MPIs), uma vez que, no momento atual, o tema “Informação” e “Documentação” está sendo discutido em todos os níveis, em relação às suas funções: preservação, gestão e acesso; campos de atuação: cultura, memória, ciência e tecnologia, entre outros; e áreas de competência: Arquivologia, Informática, Biblioteconomia, Museologia, Administração, Comunicação, etc.”

Arts 6º a 28

“Art. 6º O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Biblioteconomia constituem-se em um serviço público não governamental de personalidade jurídica de direito público interno, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

§ 1º O Conselho Federal tem sede e foro no Distrito Federal e jurisdição em todo o território nacional.

§ 2º Os Conselhos Regionais terão sua jurisdição fixada pelo Conselho Federal, com sede e foro em Capital, nos Estados e no Distrito Federal.

§ 3º Os funcionários dos Conselhos Federal e Regionais serão regidos pelo regime CLT.

Art. 7º A fiscalização do exercício profissional de que trata esta Lei será exercida pelo Conselho Regional, sob a orientação do Conselho Federal.

§ 1º As questões referentes às atividades afins com as de outras profissões serão resolvidas conjuntamente entre os Conselhos Federal e Regionais dessas profissões, em suas respectivas áreas de competência.

§ 2º Quando o fato ocorrer entre Conselhos Regionais, este deverá ser comunicado ao Conselho Federal.

Art. 8º O Conselho Federal será constituído de tantos membros efetivos eleitos quantos forem os Conselhos Regionais existentes no País.

Parágrafo único. A cada membro efetivo do Conselho Federal correspondem dois suplentes da mesma região.

Art. 9º Os Conselhos Regionais serão constituídos de quatorze membros efetivos, no mínimo, a dezoito, no máximo, e suplentes, cabendo ao Conselho Federal fixar-lhes o número, de acordo com a proporcionalidade de seus registrados.

Parágrafo único. Os Conselhos Regionais terão um terço de seus suplentes do total de membros efetivos, que serão eleitos pela ordem de votação recebida.

Art. 10. O mandato dos membros efetivos e suplentes do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais será de três anos, podendo ser reeleitos por mais de um período consecutivo.

Parágrafo único. Aos membros efetivos dos Conselhos Federal e Regionais de Biblioteconomia é garantida a licença do ponto para participação em reuniões do seu respectivo Conselho, desde que comprovada a convocação, com antecedência de, no mínimo, quarenta e oito horas.

Art. 11. A habilitação ao cargo de Conselheiro Federal e Regional, na condição de membro efetivo ou suplente, é subordinada ao preenchimento dos seguintes requisitos:

- I - ser brasileiro nato ou naturalizado;
- II - ser Bacharel em Biblioteconomia;
- III - ter registro e ser portador de carteira de identidade profissional de Bibliotecário;
- IV - estar em pleno gozo de seus direitos profissionais e políticos.

Art. 12. As eleições serão processadas nos Conselhos Regionais pelo voto pessoal, secreto e obrigatório dos Bibliotecários registrados em cada região, vedado o voto por procuração, durante a segunda quinzena de novembro do último ano de mandato dos Conselheiros em exercício.

Parágrafo único. Cada Conselho Regional promoverá, na mesma data, eleição para um Conselheiro Federal e dois suplentes para composição do Conselho Federal e para Conselheiros Regionais e respectivos suplentes na composição dos Conselhos Regionais, de acordo com o número fixado no art. 9º.

Art. 13. O não comparecimento às eleições, sem justificativas, implicará multa fixada por Resolução do Conselho Federal.

Art. 14. A posse dos Conselheiros Federais e Regionais, efetivos e suplentes, dar-se-á no quinto dia útil de janeiro do ano subsequente, competindo aos Presidentes dos Conselhos Federal e Regionais que terminaram seus mandatos procederem às respectivas investiduras.

Art. 15. A extinção ou perda do mandato de Conselheiro Federal ou Regional ocorrerá automaticamente:

- I - por morte ou invalidez permanente;
- II - por renúncia, apresentada por escrito ao respectivo Conselho;
- III - por perda ou suspensão dos direitos profissionais ou políticos;
- IV - por condenação em face de sentença penal transitada em julgado;
- V - por ausência, com justificativa ou não, no triênio:

- a) no Conselho Federal, a três reuniões consecutivas ou intercaladas;
  - b) no Conselho Regional, a três reuniões consecutivas ou seis intercaladas;
- VI - por afastamento do cargo de Conselheiro por mais de cento e oitenta dias consecutivos ou intercalados, no triênio.

Art. 16. As Diretorias do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais serão constituídas de Presidente, Vice-Presidente, Primeiro e Segundo Secretários e Tesoureiro.

Parágrafo único. Imediatamente após a posse, os membros efetivos elegerão, por maioria absoluta, os membros da Diretoria.

Art. 17. O Conselho Federal e os Conselhos Regionais só deliberarão com a presença mínima de mais da metade de seus membros.

Art. 18. Nas decisões do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais existirá o voto de qualidade, de responsabilidade do Presidente, para casos de empate.

Art. 19. Aos Presidentes do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais compete a administração e representação legal dos mesmos, inclusive a prestação de contas perante o Tribunal de Contas da União, e foro perante a Justiça Federal.

Art. 20. Os Presidentes do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais responderão por crime de responsabilidade, de acordo com a legislação pertinente, estando sujeitos a impedimento.

Art. 21. O Conselho Federal e os Conselhos Regionais terão como órgão deliberativo o Plenário, cabendo às respectivas Presidências a responsabilidade das atividades executivas de administração.

Art. 22. O Conselho Federal e os Conselhos Regionais poderão criar Comissões ou Grupos de Trabalho para a consecução de objetivos específicos que visem à defesa do interesse da Classe.

Art. 23. Havendo ausência, impedimento, renúncia ou vacância de qualquer dos membros da Diretoria, este será substituído imediatamente, obedecendo aos seguintes critérios:

- I - o Presidente pelo Vice-Presidente;
- II - o Vice-Presidente pelo Primeiro Secretário;
- III - o Primeiro Secretário pelo Segundo Secretário;
- IV - o Segundo Secretário pelo Tesoureiro, que acumulará as funções;
- V - o Tesoureiro pelo Segundo Secretário, que acumulará as funções.

§ 1º A ausência é caracterizada pela falta de presença do membro da Diretoria.

§ 2º O impedimento deverá ser declarado, nos casos de licença e afastamento temporários requeridos.

§ 3º A renúncia é a manifestação da vontade unilateral do renunciante e surtirá efeito na hora em que for apresentada.

§ 4º A vacância deve ser declarada pelo Plenário do respectivo Conselho.

§ 5º Nos casos de renúncia ou vacância caberá ao substituto concluir o mandato, na qualidade de titular.

## CAPÍTULO IV

### Da Finalidade e Competência do Conselho Federal de Biblioteconomia

Art. 24. O Conselho Federal tem por finalidade orientar, disciplinar e supervisionar a fiscalização do exercício da profissão de Bibliotecário e contribuir para o desenvolvimento profissional, na forma desta Lei.

Art. 25. Compete ao Conselho Federal:

I - eleger a sua Diretoria;

II - zelar pela dignidade e independência profissional do Bibliotecário e pelo livre exercício de suas prerrogativas e direitos profissionais, em todo o País;

III - exercer função normativa para fiel interpretação e execução da legislação vigente;

IV - instalar, orientar e supervisionar os Conselhos Regionais, intervindo ou extinguindo-os, quando necessário, com a aprovação de dois terços de seu Plenário, convocado no prazo máximo de trinta dias, garantindo o princípio de hierarquia institucional;

V - deliberar com os Conselhos Regionais sobre o Código de Ética Profissional e funcionar como Tribunal Superior de Ética Profissional;

VI - julgar e decidir, em última instância, os recursos das deliberações dos Conselhos Regionais;

VII - julgar e decidir, em única instância, os processos de infração em que seja acusado Conselheiro Federal;

VIII - elaborar, aprovar e alterar o seu Regimento Interno;

IX - examinar e aprovar os Regimentos Internos dos Conselhos Regionais e suas deliberações;

X - instituir modelos de carteira e cédula de identidade profissional;

XI - homologar os resultados das eleições para o Conselho Federal e os Conselhos Regionais;

XII - fixar os valores das anuidades, taxas, emolumentos e multas devidas pelos profissionais e pessoas jurídicas;

XIII - aprovar e publicar sua proposta orçamentária e a dos Conselhos Regionais, bem como reformulações, aberturas de créditos adicionais e mutações patrimoniais;

XIV - examinar e aprovar o balanço, a prestação de contas e o relatório das atividades próprias e dos Conselhos Regionais, encaminhando-os aos órgãos competentes, nos prazos legais;

XV - autorizar a aquisição e alienação de seus bens móveis e imóveis e dos bens imóveis dos Conselhos Regionais;



- XVI - divulgar o relatório anual de suas atividades, balanço e contas para os Conselhos Regionais;
- XVII - organizar, disciplinar e manter atualizado o cadastro nacional dos profissionais e pessoas jurídicas registrados nos Conselhos Regionais;
- XVIII - organizar, disciplinar e manter atualizado o cadastro nacional das instituições de ensino, de todos os graus, que ministrem disciplinas específicas da área de Biblioteconomia, Documentação e Informação registrada;
- XIX - conhecer e dirimir dúvidas e problemas suscitados pelos Conselhos Regionais e prestar-lhes assessoramento permanente;
- XX - incentivar a colaboração mútua das entidades de classe das áreas de Biblioteconomia, Documentação e Informação registrada, em matéria de sua competência que venha contribuir para o aprimoramento profissional;
- XXI - fiscalizar o cumprimento desta Lei e demais legislações afins;
- XXII - propor ao Poder competente as modificações necessárias ao aperfeiçoamento da regulamentação do exercício profissional previsto nesta Lei, ouvidos os Conselhos Regionais;
- XXIII - resolver os casos omissos na legislação profissional vigente.

## CAPÍTULO V

### Da Finalidade e Competência ds Conselhos Regionais de Biblioteconomia

Art. 26. Os Conselhos Regionais têm por finalidade fiscalizar o exercício da profissão de Bibliotecário e contribuir para o desenvolvimento profissional, na área de sua jurisdição, na forma da Lei.

Art. 27. Compete aos Conselhos Regionais:

- I - eleger sua Diretoria;
- II - zelar pela dignidade e independência profissional do Bibliotecário e pelo livre exercício de suas prerrogativas e direitos profissionais em sua jurisdição;
- III - fiscalizar o exercício profissional em sua jurisdição e representar às autoridades competentes sobre fatos que apurarem cuja solução não seja de sua alçada;
- IV - propor ao Conselho Federal medidas necessárias ao aprimoramento da fiscalização do exercício profissional;
- V - fiscalizar, cumprir e fazer cumprir as disposições desta Lei e de atos baixados pelo Conselho Federal;
- VI - registrar os profissionais de acordo com esta Lei e expedir carteiras e cédulas de identidade profissional;
- VII - registrar as pessoas jurídicas que exerçam atividades em Biblioteconomia, Documentação e Informação registrada e expedir o respectivo certificado;
- VIII - funcionar como Tribunal Regional de Ética Profissional;

IX - julgar e decidir as reclamações e representações escritas acerca dos serviços de registro profissional e das infrações a esta Lei, cabendo recurso ao Conselho Federal;

X - julgar os processos por infração e aplicar as penalidades previstas no Capítulo X desta Lei;

XI - elaborar, aprovar em sua instância e alterar seu Regimento Interno, submetendo-o à aprovação do Conselho Federal;

XII - baixar atos necessários à fiel execução da legislação vigente, encaminhando cópia ao Conselho Federal;

XIII - encaminhar ao Conselho Federal, para fins de homologação, o processo de suas eleições;

XIV - arrecadar anuidades, taxas, emolumentos e multas, de acordo com a legislação vigente, repassando ao Conselho Federal, no prazo de quinze dias, sua participação legal;

XV - examinar e aprovar sua proposta orçamentária, reformulações, aberturas de créditos adicionais e mutações patrimoniais, balanço, prestação de contas e relatórios de atividades, encaminhando-os ao Conselho Federal, nos prazos por este fixados;

XVI - autorizar a aquisição e alienação de bens móveis, observadas as normas legais vigentes;

XVII - propor a aquisição e alienação de bens imóveis, observadas as normas legais vigentes, submetendo-as à autorização do Conselho Federal;

XVIII - organizar e manter atualizado o cadastro regional dos profissionais e pessoas jurídicas registrados em sua jurisdição, remetendo cópias ao Conselho Federal;

XIX - organizar e manter atualizado o cadastro regional das instituições de ensino, de todos os graus, que ministrem disciplinas específicas das áreas de Biblioteconomia, Documentação e Informação registrada, em sua jurisdição, remetendo cópia ao Conselho Federal;

XX - publicar relação dos registros dos profissionais e pessoas jurídicas, das licenças e dos cancelamentos ocorridos na região, nos prazos estipulados pelo Conselho Federal;

XXI - incentivar a colaboração mútua das entidades de classe das áreas de Biblioteconomia, Documentação e Informação registrada, em matéria de sua competência, que venham a contribuir para o aprimoramento profissional;

XXII - resolver os casos omissos, acatando recurso necessário para o Conselho Federal.

Art. 28. Os Conselhos Regionais poderão promover, através de advogado, processos administrativos e judiciais perante os Juízos competentes, de acordo com os dispositivos desta Lei.”

Razões do veto





“A recente Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que “Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências”, estatuiu, em seu art. 58, caput, que os serviços de fiscalização de profissões regulamentadas são exercidos em caráter privado, por delegação do poder público, mediante autorização legislativa, sendo que sua organização, estrutura e funcionamento serão disciplinadas mediante decisão do plenário do conselho federal da respectiva profissão, garantindo-se que na composição deste estejam representados todos seus conselhos regionais (§ 1º). Previu, ainda, que os conselhos de fiscalização de profissões já regulamentadas adaptem seus estatutos e regimentos ao preceituado neste dispositivo, até o dia 30 de junho do corrente ano (§ 7º).

Essa norma, de cunho geral, afasta a necessidade da regulação, por meio de lei, de matéria legada à definição dos próprios conselhos, incluída em seus estatutos e regimentos.

Impõe-se, portanto, o veto aos arts. 6º a 28, por contrários ao interesse público.”

§ 2º do art. 29

“Art. 29.....  
.....

§ 2º A inscrição nos quadros dos Conselhos Regionais far-se-á mediante apresentação de:

- I - diploma devidamente autenticado;
- II - carteira de identidade;
- III - cadastro de pessoa física;
- IV - título de eleitor;
- V - certificado militar;
- VI - prova de residência.”

Razões do veto

“A matéria deve ser tratada pelo estatuto e regimento de cada conselho, já que ínsita a seu funcionamento, aplicando-se, assim, o disposto no acima citado art. 58, §§ 1º e 7º, da Lei nº 9.649/98.

Impõe-se, portanto, o veto ao artigo, por contrário ao interesse público.”

Arts. 31, 32 e 33, caput e §§ 1º e 2º

“Art. 31. Estão obrigadas ao registro prévio, no Conselho Regional a que estiverem jurisdicionadas, as pessoas jurídicas que explorem a prestação de serviços, sob qualquer forma, nas áreas de Biblioteconomia, Documentação e Informação registrada, para os quais sejam necessárias atividades de Bibliotecário, nos termos desta Lei.

§ 1º As pessoas jurídicas a que alude este artigo só poderão atuar depois de comprovar que os responsáveis pelas referidas atividades, suas chefias e seus substitutos, são Bibliotecários registrados na região e no pleno gozo de seus direitos profissionais, sendo obrigadas a comunicar ao Conselho Regional alterações posteriores.

§ 2º A inscrição das pessoas jurídicas nos quadros dos Conselhos Regionais far-se-á mediante apresentação de:

I - contrato social devidamente registrado na Junta Comercial do respectivo Estado, constando a finalidade e as atividades relacionadas com a Biblioteconomia, Documentação e Informação registrada;

II - relação dos Bibliotecários e seus respectivos cargos, constando os números do Conselho Regional de Biblioteconomia da respectiva região;

III - documentação pessoal dos responsáveis legais da requerente;

IV - cartão do Cadastro Geral dos Contribuintes (CGC), Imposto sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal, por Qualquer Via, de Pessoas, Bens, Mercadorias ou Valores (ISS), Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

Art. 32. À pessoa jurídica devidamente registrada no Conselho Regional será fornecido o certificado de registro fixado pelo Conselho Federal.”

Art. 33. As pessoas jurídicas que atuem, prestem ou executem serviços ou qualquer atividade na área de Biblioteconomia, Documentação e Informação registrada são obrigadas a se cadastrar no Conselho Regional de sua jurisdição, inclusive as pessoas jurídicas de direito público, quer da administração direta, indireta, fundacional ou economia mista.

§ 1º As pessoas jurídicas só poderão atuar depois de comprovar que os responsáveis pelas referidas atividades, suas chefias e seus substitutos são Bibliotecários registrados na região e no pleno gozo de seus direitos profissionais, sendo obrigados a comunicar ao Conselho Regional alterações posteriores.

§ 2º As entidades ou instituições referidas neste artigo são obrigadas a comunicar, no prazo de trinta dias, quaisquer alterações posteriores que modifiquem seus atos constitutivos ou quadros funcionais na área de Biblioteconomia, Documentação e Informação registrada e, igualmente, obrigadas a se cadastrar no Conselho Regional de sua jurisdição.

.....”

Razões do veto

“Os dispositivos tratam do registro e do cadastro das pessoas jurídicas que exploram a prestação de serviço, sob qualquer forma, nas áreas de documentação e informação registrada, nos conselhos regionais de fiscalização da profissão de Bibliotecário.

Como já se demonstrou no veto ao art. 5º, a simples referência à informação registrada inviabiliza a adoção desses dispositivos, pela sua excessiva amplitude, razão pela qual devem ser vetados, por contrários ao interesse público.”

Art. 34

“Art. 34. As instituições de ensino, de todos os graus, que ministrem disciplinas específicas das áreas de Biblioteconomia, Documentação e Informação registrada são obrigadas a se cadastrar no Conselho Regional de sua jurisdição.”

Razões do veto

“Cria obrigatoriedade para as pessoas jurídicas se cadastrarem no conselho, aumentando o “Custo Brasil” e a burocracia, inclusive quanto ao princípio geral da atividade econômica, previsto no art. 170 da Constituição Federal, onde assegura a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independente da autORIZAÇÃO de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.”

Arts. 35 a 37

“Art. 35. Os profissionais e pessoas jurídicas de direito privado, registrados de conformidade com esta Lei, são obrigados ao pagamento da respectiva anuidade ao Conselho Regional de sua jurisdição.

§ 1º O valor da anuidade em jurisdição secundária corresponderá à metade da anuidade da jurisdição principal.

§ 2º Os Conselhos Regionais, além da anuidade, cobrarão taxas, emolumentos e multas.

Art. 36. Constituem rendas do Conselho Federal:

I - vinte por cento do produto da arrecadação de anuidades, taxas, emolumentos e multas de cada Conselho Regional;

II - vinte por cento da renda líquida sobre prestação de serviços dos Conselhos Regionais;

III - legados, doações e subvenções;

IV - rendas patrimoniais e de prestação de serviços.

Art. 37. Constituem rendas dos Conselhos Regionais:

I - oitenta por cento do produto da arrecadação de anuidades, taxas, emolumentos e multas;

II - oitenta por cento da renda líquida sobre prestação de serviços por eles realizados;

III - legados, doações e subvenções;

IV - rendas patrimoniais.”

Razões do veto

“A Lei nº 9.649/98, em seu art. 58, § 4º, autoriza os conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas a fixar, cobrar e executar as contribuições anuais devidas pelas pessoas físicas ou jurídicas, bem como preços de serviços e multas, que constituirão receitas próprias, razão pela qual inconvenientes essas disposições, que se afastam da regra geral já editada.

Impõe-se, portanto, o veto aos artigos acima referidos, por contrários ao interesse público.”

Arts. 41 e 43

“Art. 41. O poder de punir disciplinarmente compete ao Conselho Regional ao qual o infrator estiver jurisdicionado, ao tempo do fato punível em que incorrer.

Parágrafo único. A jurisdição disciplinar estabelecida nesta Lei não derroga a jurisdição comum quando o fato constitua crime ou contravenção punida em lei.

.....  
Art. 43. Da imposição de qualquer penalidade caberá recurso ao Conselho Federal, com efeito suspensivo, no prazo de trinta dias contado da ciência da decisão.

Parágrafo único. Das decisões dos Conselhos Regionais que aplicarem pena de suspensão e cassação do registro profissional caberá recurso ex officio ao Conselho Federal, com efeito suspensivo.”

Razões do veto

“A matéria versada nesses artigos pode ser tratada pelo estatuto e regimento dos conselhos, nos termos do art. 58, §§ 1º e 7º, da Lei no 9.649/98, não havendo por que estarem sediadas em lei, afastada, assim, a regra geral.

Impõe-se o veto aos artigos, por contrários ao interesse público.”

Art. 49

“Art. 49. Ao ser promulgada esta Lei, os Conselheiros Federais e Regionais e os respectivos suplentes completarão seus mandatos.

§ 1º O mandato dos Conselheiros Federais é prorrogado para coincidir com a data de realização das eleições, nos termos desta Lei.

§ 2º Compete ao Presidente do Conselho Federal convocar eleições gerais previstas nesta Lei.”

Razões do veto

“Impõe-se o veto, em decorrência do veto aos arts. 6º a 28.”

Art. 50

“Art. 50. As pessoas jurídicas já estabelecidas para exploração e prestação de serviços bibliotecários, previstas no art. 31, terão o prazo de cento e oitenta dias, a contar da data de publicação desta Lei, para a devida habilitação junto ao Conselho Regional de sua jurisdição.”

Razões do veto

“Impõe-se o veto, em decorrência do veto ao art. 31, referido neste dispositivo.”

Art. 51

“Art. 51. Cabe ao Conselho Federal resolver os casos omissos na execução desta Lei.”

Razões do veto

“A disposição deve estar contida no estatuto e regimento do conselho, observada a norma do art. 58, §§ 1º e 7º, da Lei nº9.649/98, portanto, contrário ao interesse público.”

Art. 53

“Art. 53. São revogadas as disposições em contrário e, em especial, a Lei no 4.084, de 30 de junho de 1962.”

Razões do veto

“Impõe-se, por contrariar o interesse público, o veto ao dispositivo, uma vez que se torna necessária a manutenção da Lei nº4.084, de 30 de junho de 1962, na parte não regulada pela propositura ao transformar-se em lei, caso, por exemplo, das atribuições dos bibliotecários, que continuarão sendo regidas pelo diploma legal de 1962.”

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar em parte o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 25 de junho de 1998.

## ANEXO V

Conselho Federal de Biblioteconomia  
Resolução Cfb N.º 034, De 30 Abril De 2001

Dispõe sobre os símbolos emblemáticos do anel de grau do Bacharel em Biblioteconomia.

O Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia - CFB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 4.084/62, e pelo Decreto nº 56.725/65, apoiado em decisão anterior da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB).

Considerando, ainda, decisão Plenária de 22 a 25 de março de 2001,

Resolve:

Art. 1 – O anel de grau do Bacharel de Biblioteconomia deverá ter as seguintes características: Pedra – ametista, originária do grego Amethystos, de cor violeta; Emblemas – lâmpada de Aladim simboliza a perene vigília, a atividade intelectual de um lado do anel; livro aberto, do outro lado, simbolizando a informação.

Art. 2º - Os emblemas e a cor da pedra ametista, violeta, passarão a ser considerados os símbolos da Biblioteconomia.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se em especial a Resolução CFB n.º 19/2000.

JOSÉ FERNANDO MODESTO DA SILVA

CRB-8/3191

Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia

## ANEXO X

Lei nº 12.244, de 24 de Maio de 2010

Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País contarão com bibliotecas, nos termos desta Lei.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se biblioteca escolar a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura.

Parágrafo único. Será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme sua realidade, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares.

Art. 3º Os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada num prazo máximo de dez anos, respeitada a profissão de Bibliotecário, disciplinada pelas Leis nos 4.084, de 30 de junho de 1962, e 9.674, de 25 de junho de 1998.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de maio de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

*Fernando Haddad*

*Carlos Lupi*

## ANEXO Y

### Lei nº 12.514, de 28 de Outubro de 2011

Conversão da Medida Provisória nº 536, de 2011

Dá nova redação ao art. 4º da Lei no 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico-residente; e trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 4º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º Ao médico-residente é assegurado bolsa no valor de R\$ 2.384,82 (dois mil, trezentos e oitenta e quatro reais e oitenta e dois centavos), em regime especial de treinamento em serviço de 60 (sessenta) horas semanais.

§ 1º O médico-residente é filiado ao regime Geral de Previdência Social - RGPS como contribuinte individual.

§ 2º O médico-residente tem direito, conforme o caso, à licença-paternidade de 5 (cinco) dias ou à licença-maternidade de 120 (cento e vinte) dias.

§ 3º A instituição de saúde responsável por programas de residência médica poderá prorrogar, nos termos da Lei no 11.770, de 9 de setembro de 2008, quando requerido pela médica-residente, o período de licença-maternidade em até 60 (sessenta) dias.



§ 4º O tempo de residência médica será prorrogado por prazo equivalente à duração do afastamento do médico-residente por motivo de saúde ou nas hipóteses dos §§ 2º e 3º.

§ 5º A instituição de saúde responsável por programas de residência médica oferecerá ao médico-residente, durante todo o período de residência:

- I - condições adequadas para repouso e higiene pessoal durante os plantões;
- II - alimentação; e
- III - moradia, conforme estabelecido em regulamento.

§ 6º O valor da bolsa do médico-residente poderá ser objeto de revisão anual.” (NR)

Art. 2º O art. 26 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 26.....

Parágrafo único. Não caracterizam contraprestação de serviços nem vantagem para o doador, para efeito da isenção referida no caput, as bolsas de estudo recebidas pelos médicos-residentes.” (NR)

Art. 3º As disposições aplicáveis para valores devidos a conselhos profissionais, quando não existir disposição a respeito em lei específica, são as constantes desta Lei.

Parágrafo único. Aplica-se esta Lei também aos conselhos profissionais quando lei específica:

- I - estabelecer a cobrança de valores expressos em moeda ou unidade de referência não mais existente;
- II - não especificar valores, mas delegar a fixação para o próprio conselho.

Art. 4º Os Conselhos cobrarão:

- I - multas por violação da ética, conforme disposto na legislação;
- II - anuidades; e
- III - outras obrigações definidas em lei especial.

Art. 5º O fato gerador das anuidades é a existência de inscrição no conselho, ainda que por tempo limitado, ao longo do exercício.

Art. 6º As anuidades cobradas pelo conselho serão no valor de:

- I - para profissionais de nível superior: até R\$ 500,00 (quinhentos reais);
- II - para profissionais de nível técnico: até R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais); e
- III - para pessoas jurídicas, conforme o capital social, os seguintes valores máximos:

- a) até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais): R\$ 500,00 (quinhentos reais);
- b) acima de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais): R\$ 1.000,00 (mil reais);

- c) acima de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais): R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais);
- d) acima de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais): R\$ 2.000,00 (dois mil reais);
- e) acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e até R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais): R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais);
- f) acima de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais): R\$ 3.000,00 (três mil reais);
- g) acima de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais): R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

§ 1º Os valores das anuidades serão reajustados de acordo com a variação integral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou pelo índice oficial que venha a substituí-lo.

§ 2º O valor exato da anuidade, o desconto para profissionais recém-inscritos, os critérios de isenção para profissionais, as regras de recuperação de créditos, as regras de parcelamento, garantido o mínimo de 5 (cinco) vezes, e a concessão de descontos para pagamento antecipado ou à vista, serão estabelecidos pelos respectivos conselhos federais.

Art. 7º Os Conselhos poderão deixar de promover a cobrança judicial de valores inferiores a 10 (dez) vezes o valor de que trata o inciso I do art. 6º.

Art. 8º Os Conselhos não executarão judicialmente dívidas referentes a anuidades inferiores a 4 (quatro) vezes o valor cobrado anualmente da pessoa física ou jurídica inadimplente.

Parágrafo único. O disposto no *caput* não limitará a realização de medidas administrativas de cobrança, a aplicação de sanções por violação da ética ou a suspensão do exercício profissional.

Art. 9º A existência de valores em atraso não obsta o cancelamento ou a suspensão do registro a pedido.

Art. 10. O percentual da arrecadação destinado ao conselho regional e ao conselho federal respectivo é o constante da legislação específica.

Art. 11. O valor da Taxa de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, prevista na Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977, não poderá ultrapassar R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

Parágrafo único. O valor referido no *caput* será atualizado, anualmente, de acordo com a variação integral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou índice oficial que venha a substituí-lo.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de outubro de 2011; 190o da Independência e 123o da República.  
Abatti, Rosana Chaves, 97, 163  
Abbruzzini, Lilia P., 137

# ÍNDICE

Abraão, Liane dos Anjos, 142  
Abreu, Maria Hilzanir Cals de, 109,110  
Abreu, Rosa Maria de, 100  
Abreu, Serafina de Araújo, 147  
Abu-Mehry, Nair Fortes, 37  
ação política, 54, 58  
Adão, Sheila Margareth Teixeira, 128  
Affonso, Ricardo Maus, 148  
Afonso, Almino, Deputado Federal,36  
Agenor, Joicely Moreira, 128  
Agnes, Lourdes Maria, 149  
Agra, Maria José de Melo, 115  
Aguiar, Francisco Lopes de, 139, 140  
Aguiar, Glaucia Calmon de, 157  
Aguiar, Marilis Martins de, 151  
Aguiar, Neide Terezinha, 161  
Aguiar, Solange Maria Coutinho, 107  
Aguiar, Wanderleia Silva, 153  
Aguida, Jane Lucia Palmeira, 99  
Aires, Francisca Leal, 99, 100  
Aita, Marcelo Ferreti, 149  
Aita, Marcelo Ferretti, 150  
Alagoas, 73  
Albertino, Maria Iolanda Rocha, 152, 153  
Albuquerque, Edilene Carneiro de, 116  
Albuquerque, Francisco  
Figueiredo Luna de, 37, 93  
Albuquerque, Luba do Socorro Diniz, 114  
Albuquerque, Maria de  
Jesus de S. Leão, 116  
Albuquerque, Maria Elizabeth  
Baltar Carneiro de, 61, 95, 96  
Albuquerque, Marlene Menezes de, 109  
Albuquerque, Nádia Maria Cals de, 105  
Albuquerque, Regina Cavalcanti de, 98  
Albuquerque, Solange Oliveira, 119  
Albuquerque, Walquiria  
Araújo de, 106, 107  
Alcaide, Gabriel dos Santos, 139  
Aleixo, Élson Tembra, 107  
Alencar, Célia Apolinário de, 99  
Alencar, Maria da Glória  
Serra Pinto de, 158  
Alencar, Rita de Cassia, 113, 114  
Alencar, Rita Maria de, 113  
Alexandre, Maria Aparecida, 161  
Alfaia, Ione Sena, 151  
Alle Son Deusdedet, 156  
Almeida Júnior, Oswaldo Francisco de, 95  
Almeida, Adalice Menezes de, 119, 121  
Almeida, Aline Alves de, 128  
Almeida, Almira Pereira de Sousa, 102  
Almeida, Alzira Rosa Farias de, 106  
Almeida, Amy Silva de, 116, 117  
Almeida, Ana Angelica Alves do  
Carmo Rodrigues de, 134  
Almeida, Andréa Remião de, 102  
Almeida, Andrelle Cristina da Paz, 116  
Almeida, Antônio Carlos de, 155  
Almeida, Aurora da Graça, 157  
Almeida, Célia Maria de, 101  
Almeida, Celina Maria do Carmo, 106  
Almeida, Deusimar Frutuoso de, 113, 114  
Almeida, Eloisa Helena Pinto de, 133, 134  
Almeida, Erotíde Bandeira de, 116  
Almeida, Fernanda Gomes, 128  
Almeida, George Cunha de, 93, 129  
Almeida, Ihelma Maria de Souza, 94  
Almeida, Jane Cordeiro de, 132  
Almeida, Jucimar Jesus de, 153  
Almeida, Lair Rebello de, 132  
Almeida, Lúcia dos Anjos S. N. de, 138  
Almeida, Marcio Henrique  
de Jesus, 159, 160  
Almeida, Margarida Maria  
Fernandes de, 115  
Almeida, Margarida, 114  
Almeida, Maria Cristina A. de, 133  
Almeida, Maria do Perpetuo  
Socorro Gomes de, 133

Almeida, Maria do Rosário Guimarães, 159  
Almeida, Maria Eugênia Salles Branco de, 157  
Almeida, Maria Jose Gazolla de, 124  
Almeida, Maria Lúcia Pacheco de, 47, 48, 53, 94, 95, 103, 104  
Almeida, Mary de S., 137  
Almeida, Nilce da, 129  
Almeida, Nisa Sucena Fontes Arantes de, 136  
Almeida, Norma Helena Pinheiro de, 113  
Almeida, Orlando de, 130, 131  
Almeida, Vera Maria Gomes de, 111  
Almeida, Vera Regina Valente de, 148  
Almeida, Waldinéia Ribeiro de, 103  
Almeida, Maria Jose Gazolla de, 125  
Alvarenga, Ana Maria Marquesini, 142, 143  
Alvarenga, Thais Castro C. de, 133  
Alves, Aluizio, Ministro, 54  
Alves, Ana Lúcia de Souza, 107  
Alves, Eliete da Luz, 118  
Alves, Lúgia de Araújo, 115  
Alves, Maria da Silva Moreira, 166  
Alves, Marília Amaral Mendes, 133  
Alves, Ricardo da Costa e Siva Camilo, 166  
Alves, Selma Crespo, 133  
Alves, Sindier Antônia, 128  
Alves, Terezinha das Graças, 98, 101  
Alves, Virginia Barbara de Aguiar, 121  
Alves, Felipe Lopes, 129  
Amadeo, Dea S. de A. Coutinho, 129  
Amapá, 57  
Amaral, Gilcea Freire do, 154  
Amaral, Angélica Gorges do, 161  
Amaral, Gladis Wiebbelling do, 144, 145  
Amaral, Maria Bernadete da Cunha, 118  
Amarante, Nylma Thereza de Salles Velloso, 130  
Amaro, Regina Keiko Obata Ferreira, 61, 96  
Amaro, Sônia Maria Bahia, 107  
Amboni, Narcisa de Fátima, 160  
Ambros, Vivian Schuch, 147, 148  
Amereno, Marisa Gaino, 137  
América do Sul, 26  
América Latina, 59  
Amorim Neto, Miguel Romeu, 134  
Amorim, Ana Augusta, 104  
Amorim, Edilene Socorro Bonifácio, 108  
Amorim, Kássia Fontenele Barros, 159  
Amorim, Maika Rodrigues, 159  
Amorim, Marcela Lopes Mendonça Coelho de, 156  
Amorim, Maria Inês de, 161  
Amorim, Maria José Tereza de, 94, 140  
Amorim, Rosineide Lima de, 153  
Amorim, Rozineide de Lima, 152,  
Amormino Junior, Mauricio, 128  
ampliação física do CFB, 66  
Andrada, Bonifácio, Deputado Federal, 68  
Andrade, Ana Lúcia de, 94, 95, 160  
Andrade, Ana Maria Cardoso de, 124  
Andrade, Anna Vera de, 138, 139  
Andrade, Araci Isaltina de, 161  
Andrade, Eunice Nogueira, 125  
Andrade, Julio Cesar Oliveira, 127  
Andrade, Magda Maria Guimaraes de, 119  
Andrade, Maria de Lourdes D'ávila de, 151  
Andrade, Maria do Carmo, 111  
Andrade, Maria Eugenia Albino, 125  
Andrade, Marinha de, 117, 120  
Andrade, Oneide Barbosa de, 153  
Andrade, Silvia Rodrigues de, 157  
Andretti, Cristiane Regina, 162  
Andriolli, Volneti Pedrinha, 161  
anel de formatura, 167  
Angst, Tânia Leopoldina, 147, 149  
Anjos, Elson Andrey Souza dos, 108  
Anselmo, Joidi Anselmo de, 148, 149  
Antoniazzi, Nelcir, 100, 102  
Antonio Filho, Olimpico, 103

Carvalho, Antônio Maximo de, 128  
Antonio, Irati, 137  
Antonio, Marcos, 135  
Antunes, Andreza Aparecida Borges, 156  
anuidade docente, 52  
anuidade, 33  
Anzolin, Heloisa Helena, 143  
Aoyagi, Maria Juvita Rangel, 153  
Apóstolo, Maria das Mercês  
Pereira, 138, 139  
Aquino, Aida Nery de, 114  
Aquino, Ana Claudia M. Tomaz de, 133  
Aquino, Prudência Yolita de, 94, 130  
aquisição de imóveis, 69  
aquisição nova sede, 46  
Aragão, Adalgisa Moniz de, 117, 118  
Aragão, Esmeralda Maria de, 94, 117, 120  
Aragon, Claudia Costa, 133, 134  
Aranha, Paulo Roberto Camargo, 166  
Aratangy, Maria Helena Freire, 134  
Araújo Júnior, Rogério Henrique de, 101  
Araújo, Ana Nazinha Barbosa, 111  
Araújo, Clidenôr Rodrigues de, 165  
Araujo, Cremilde Affonso, 130  
Araujo, Esther de, 131  
Araújo, Francisca Áurea de, 109  
Araujo, Isabel Marques Chagas de, 118  
Araújo, Iza Antunes de, 49, 100  
Araújo, Lenice Correia de, 116  
Araújo, Luzia Labanca Neves de, 151  
Araujo, Maria Cristina Urbano de, 157  
Araujo, Maria Izabel Pimentel, 100  
Araujo, Maria Madalena Teixeira, 153  
Araújo, Maria Paula Garcia Campos de, 102  
Araújo, Maria Tereza de Carvalho, 99  
Araújo, Mariana Claudia Teixeira, 108  
Araújo, Marta Maria Duboc de, 126  
Araújo, Nelma Camelo de, 126  
Araujo, Nelma Camêlo de, 61, 68, 95, 127  
Araújo, Samantha Andrade de, 109  
Araujo, Sandra Maria de Oliveira, 99  
Araújo, Sílvia Helena Montenegro  
Fernandes, 113  
Araújo, Valmira Rodrigues  
Lima de, 105, 106  
Araújo, Valter Antonio de, 128  
Araujo, Zilda Galhardo de, 93, 129  
Arcello, Etelvina Nunes, 155  
área do conhecimento, 26  
Arend, Clarisse Olga, 150  
Arenillas, Esteban Carlos, 154  
Ares, Amanda Medeiros Lopez, 132  
Arisawa, Elisângela Dourado, 102  
Armentano, Cecilia Ernestina  
D’Otaviano, 135, 136  
Arnoldi, Maria Eli, 94  
arquivista, 46  
Arraché, Eduardo Martins, 148  
Arrivabeni, Aucéia, 154  
Arruda, Luciana Silva de, 114  
Arruda, Maria da Conceicao Calmom, 134  
Arruda, Paula Ângela Maria Nery, 111  
Arruda, Renata Maria Silva de, 113, 114  
Artioli, Maria da Graça, 148  
As, Adriana Ravizzini C. de, 133  
assessor Contábil, 61  
Assessor de Imprensa, 49  
assessoria jurídica, 49, 61  
assessoria parlamentar, 53, 56  
Assis, Jéssica Mara Pongelupe, 129  
Assis, Liliane Rodrigues de, 117  
Assis, Thelma Terezinha Stresses, 143  
Associação Bibliotecária do  
Paraná (ABPr), 32  
Associação Brasileira das Escolas de  
Biblioteconomia e Documentação  
(Abebd), 28, 33, 172  
Associação Brasileira de Educação em  
Ciência da Informação (Abecin), 28, 73



Associação Brasileira de Ensino em Biblioteconomia (Abebd), 56  
 Associação Comercial do Distrito Federal (ACDF), 47  
 Associação de Bibliotecários Graduados da República da Argentina, 59  
 Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal (ABDF), 32, 36  
 Associação dos Conselhos Profissionais – (ASCOP), 77  
 Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), 73  
 Associação Paulista de Bibliotecários, 26  
 Associação Riograndense de Bibliotecários (ARB), 32  
 Association of Special Librerie and Information Bureaux (ASLIB), 26  
 Assunção, Adriano Lopes, 144  
 Assunção, Fátima do Brasil Santos, 126  
 Assunção, Ilnete dos Santos, 157, 158  
 Assunção, Jandira Batista de, 38,39, 93, 124  
 Atienzza, Cecília Andreotti, 43, 93, 136  
 atividades profissionais, 171  
 Ato Institucional -5, 36.  
 Atti, Alessandra, 140  
 Auditório Machado de Assis, 26  
 Auxiliar de Biblioteca, 43, 44  
 Ayres, Josefina Palazzo, 95, 97, 144  
 Ayres, Maria Tereza Lima, 112, 113  
 Azeredo, Iara Breda de, 150  
 Azeredo, Rosany, 157  
 Azevedo, Kelly Rita de, 157  
 Azevedo, Fabiana Gomes de, 102  
 Azevedo, Hozana Maria Oliveira Campos dev  
 Azevedo, Ilka Ocirema Fernandes, 158  
 Azevedo, Janete Carvalho de, 155  
 Azevedo, Nelma Maria Motta de, 107  
 Azevedo, Rosane Machado de, 151  
 Azevedo, Sônia Maria Ramos, 105  
 Azevedo, Violeta de Jesus Pinheiro de, 158  
 Azevedo, Violeta de Jesus Pinheiro de, 158  
 Azevedo, Mercedes Araújo de, 157  
 Bacelar, Maria Célia Biscaia, 141  
 Bahia, Eliana Maria, 161  
 Baia, Ivo Funghi, 128  
 Balby, Claudia Negrão, 137  
 Baldez, Eline Rosa, 158  
 Baldini, Maria do Carmo Colli, 137  
 Balduino, Regina Elizabeth Ferreira, 99  
 Balthazar, Rachel Viana de Souza, 163, 164  
 Bandeira, Maria Letícia da Cunha, 115  
 Bandeira, Marilúcia Basileu, 158  
 Bandeira, Suelena Pinto, 98  
 Bandeira, Telma Ferreira Freitas, 100  
 Baptista, Maria Elisa Pimenta, 130  
 Baptista, Ruth Araújo de, 140  
 Bär, Maria da Graça Graciosa, 161  
 Barata, Norma Soares, 94  
 Barbalho, Célia Regina Simonetti, 96, 154  
 Barbosa, Alice Príncipe, 129  
 Barbosa, Antonia Lucila Almeida, 154  
 Barbosa, Claudete Augusto Dias, 153  
 Barbosa, Eliana Terra, 157  
 Barbosa, Fábio Lima, 156  
 Barbosa, Jean Carvalho, 152, 153  
 Barbosa, Josefa Pereira, 115  
 Barbosa, Maria de Fátima Matos, 159  
 Barbosa, Maria do Rosário de Fátima Matos, 159  
 Barbosa, Maria Dorothea, 93, 140  
 Barbosa, Marilene Lobo Abreu, 118  
 Barbosa, Marta Regina Sales, 113  
 Barbosa, Miriam Moreira Puga, 151  
 Barbosa, Rosaly Isabel Senra, 126  
 Barcelos, Maria Elisa Americano do Sul, 126  
 Barcelos, Maria Vera de Oliveira Rocha e, 124  
 Bari, Valeria Aparecida, 123

Barlem, Rejane Aguiar, 147  
Barneche, Carmen Enilda de Souza, 162  
Barreira, Eliane de Arruda, 111, 112  
Barreto, João Maia, 159  
Barreto, Marialice Lima, 119  
Barreto, Roseni Ferreira, 120, 121  
Barros Júnior, Gilvan Oliveira, 159  
Barros, Aneti Maria de, 154  
Barros, Arthur Manoel Santana de, 121, 122  
Barros, Dirlene Santos, 160  
Barros, Ellys Regina Gallindo Lima de, 116  
Barros, Érica Filomena Araújo, 113  
Barros, Francisca Inês da Rocha, 151  
Barros, Lucivaldo Vasconcelos, 107  
Barros, Maria Nazareth M. de, 38, 93  
Barros, Raimunda Assunção Silva, 108  
Barros, Suely Moraes, 153  
Barros, Tereza Cristina, 139  
Barros, Terezinha Ongaro Monteiro de, 137  
Barros, Vânia Lúcia Hounsell de, 153  
Barroso, Elaine Cristina, 116  
Barroso, Maria Áurea, 111  
Barroso, Ofélia Maria Landim, 111  
Barroso, Raimunda Eneida Oliveira, 152, 153  
Barschak, Ana Catarina, 145  
Bastos, Isabela Vollstedt, 100  
Bastos, Maria Vilma Ferreira, 115  
Bastos, Zilda da Silva, 118  
Batista, Carla Erler Mattos, 157  
Batista, Dionísia Claudete Bonfim Lopes, 112, 113  
Batista, Lúcia, 106  
Batista, Marcia Cibelle Pontes, 154  
Batista, Maria Lucia dos Santos, 105  
Batista, Verônica Lima, 111, 112  
Batista, Yuri Guimarães Barquete, 103  
Becker, Caroline da Rosa Ferreira, 163  
Beheregaray, Ligia Silva, 148, 149  
Bejes, Nylzamira Cunha, 141  
Belchior, Rogeria Gomes, 156  
Belessi, Lia Marques, 105, 107  
Belo Horizonte, 39, 41  
Bem, Maria Salete Perido de, 142, 143  
Bemvenuto, Leylady de Matos, 123  
Beneduzi, Andréa Campello, 150  
Benigno, Sandra Rocha Suzano, 134  
Benites, Eva da Rosa, 141, 142  
Bentes, Maria Clara da Gama, 151  
Bento, Elaine Melim, 137  
Bento, Layse Gomes, 160  
Beretta, Rosa Maria Andrade Grillo, 138  
Bernardes, Jacira Gil, 146  
Bernardes, Magda Rouede, 97  
Bernardi, Marilucia, 138, 139  
Bernardino, Rosangela Maria Costa, 126  
Bernardo, Alayde Julia, 129  
Bernardo, Maria da Conceição Gomes, 138, 139  
Bertassi, Marilucia Bernardi, 137  
Berto, Zuleika, 145  
Bertoldo, Karen Letícia Trindade, 159, 160  
Bertonazzi, Sonia Regina Ceu, 137  
Besen, Eni, 161  
Bessa, Amanda de Queiroz, 154  
Bet, Isaura, 160  
Bettiol, Osmar, 45, 93  
Bezerra, Erilene Pedrosa, 153  
Bezerra, Fátima Maria Alencar Araripe, 110, 111, 112  
Bezerra, José Patrício, 114  
Bezerra, Maria Antonieta Figueiredo, 109, 110  
Bezerra, Maria Irene Peixoto, 109  
Bezerra, Maria Lúcia Chagas, 113  
Bezerra, May Flower, 98  
Bezerra, Mirlene Alencar, 154  
Biancardi, Alzinete Maria Rocon, 61, 95  
Bianco, Roberto da Costa, 151, 152

Biasotti, Miriam Mara Dantur  
De La Rocha, 145  
biblioteca escolar, 78  
Biblioteca Nacional, 26, 28, 40, 43  
biblioteca pública, 79  
bibliotecas escolares, 34  
bibliotecas públicas, 34  
bibliotecas universitárias, 34, 81  
Biblioteconomia, 26  
Bicalho, Leda Amélia, 140  
Bill, Roseli, 95, 142, 143  
Binotto, Sibila Francine Tengaten, 151  
Biruel, Dolores Augusta, 139  
Bisaggio, Catia de Lara Donato, 132  
Bispo, Maria Edite de Souza, 139  
Bispo, Reinaldo Correa, 129  
Bitencourt, Aracy Maria Borges, 146  
Bitencourt, Catiane Santos  
de Almeida, 122, 123  
Bitencourt, Maria Rita Webster de, 145  
Bittencour, Rosalina, 143  
Bittencourt, Maria Rita Webster, 146  
Bizarria, Luiza Maria Timbó Magalhães, 111  
Blanes, Francisca Barros Penna Firme, 130  
Blaskovski, Ana Paula, 143  
Blattmann, Úrsula, 163  
Bleyer, Maísa de Amorim, 164  
Blum, Mônica Cyrillo, 139  
Boas, Maria Cristina de Aquino Villas, 139  
Boccatelli, Philomena, 135, 136  
Bohn, Marlene Gaia, 134  
Boletim da Febab, 38  
Bonato, Ana Lucia Maia, 94  
Bonfim, Ione Moura, 124, 125  
Bonfim, Patrícia Vieira do, 117  
Borba, Vanessa Christiane  
Alves de Souza, 164  
Borba, Mirna Ferreira de Oliveira, 133  
Borges, Cristiany Ferreira, 103  
Borges, Fernanda Samora Dias, 157  
Borges, Maria Alice Guimarães, 98  
Borges, Maria Lucia Amorim, 125  
Borges, Monica Araujo Nardari, 95  
Borges, Monica Erichsen Nassif, 126  
Borges, Raimunda Maria Barbosa, 120  
Borges, Stela Maris, 94, 124  
Borgneth, Fernanda Cristina Ribeiro, 158  
Borini, Marly, 136  
Borrvalho, Angela Maria Vergueiro, 130  
Boso, Augiza Karla, 163  
Botelho, Cristian do Nascimento, 117  
Botelho, Dayse Enne, 94  
Botelho, Heraldo José Evangelista, 103  
Botelho, Ivete Castro, 107  
Botelho, Maria Antonia Gaviolli  
Mendes, 138, 139  
Botelho, Tania Mara Guedes, 130  
Botero, Marcelo Ramos, 151  
Bottentuit, Aldinar Martins, 96, 160  
Braga, Maria de Jesus Martins, 157  
Braga, Aurineide Alves, 152  
Braga, Eveline de Almeida, 111  
Braga, Hélia Carolina Nadler de Freitas, 165  
Braga, Hilda Soares, 99  
Braga, Ida Maria Soares, 154, 155  
Braga, Maria de Fátima Almeida, 97, 159  
Braga, Maricy Fàvero, 136  
Bragança, Sonia Maria de Oliveira, 156  
Branco, Alex Martins, 134  
Branco, Licia Maria Freire, 118  
Branco, Raquel Matos Brito Castelo, 111  
Branco, Regina Castello, 137  
Brandão, Chirlene dos Santos, 100  
Brandão, Lídia Maria Batista, 94, 95, 119  
Brasil, 26, 32, 43, 171  
Brasil, Aliria Maia, 106  
Brasil, Eliete Mari Doncato, 149  
Brasil, Marlene de Crignis, 154, 156  
Brasil, Sabrina Rodrigues Sanches, 128

Brasileiro, Gilka Maria Mendonça, 94  
Brasileiro, Maria Luiza da Silva, 117  
Brasileiro, Moema Figueiredo, 93, 94, 118, 120  
Brasília, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 46, 47, 49, 57  
Bráz, Léa Marcia Chagas, 156  
Breda, Sonia Maria, 141, 142  
Brites, Élia Mara Magalhães, 163  
Brito, Edna Maria Torreão, 115  
Brito, Jorgivania Lopes, 114  
Brito, Maria do Socorro de Oliveira, 127  
Brito, Marluce Maria Moraes de, 120  
Brito, Marly Jorge, 107, 108  
Brito, Roseni Ferreira, 120  
Brito, Yeda Gappo Vianna de, 130  
Britto, Maria Miranda Carvalho, 93, 117, 118  
Britto, Marluce Moraes, 118  
Britto, Yeda Gappo V. de, 130  
Brizida, Dirce Silva, 133  
Broseguini, Eugênia Magna, 156  
Brum, Adolpho Roberto, 130  
Brunetti, Maria Isabel Santoro, 93, 94  
Brustolin, Sonia Souza, 141  
Buarque, Cristovam Buarque, Senador da República, 81  
Buccini, Ana Maria, 123  
Bueno, Leonardo Pimentel, 166  
Bueno, Cunha, Deputado Federal, 55  
Buenos Aires, 59  
Bufrem, Leilah Santiago, 141  
Buna, Aurora Maria Santos, 113  
Burg, Josete de Almeida, 163, 164  
Burstein, Sara, 141, 142  
Buttelli, Jaqueline, 148  
Buzzi, Amércia Izabel, 162  
Caberlon, Vera Isabel, 147  
Cabizuca, Carmen Lúcia, 127  
Cabral, Sandra Maria Dantas, 60, 95, 96, 97, 112, 113  
Cabral, Waldete Moura de Oliveira, 151  
Cabrelon, Mauro, 138  
Cacciari, Anacoeli, 156  
Cadastro Geral de Bibliotecários, 48  
Cadastro Geral dos Bibliotecários Brasileiros, 45, 47  
Cadillo, Martin David Burneo, 103  
Caixa Econômica Federal, 48  
Calazans, Geni Maria Pereira Campos, 126  
Caldas, Maria Aparecida, 114  
Caldas, Nydia da Silveira, 37, 97  
Caldeira, Paulo da Terra, 124, 125  
Califfa, Vera Maria da Costa, 132  
Calvacante, Ilce Gonçalves Milet, 96  
Camacho, Paulo Roberto, 132  
Câmara dos Deputados, 55, 68  
Câmara Legislativa do Distrito Federal, 57  
Câmara, Maria Tereza, 109  
Câmara, Rildenor Barbosa, 147  
Câmara, Rosana Silva, 152  
Câmara, Tereza Cristina de S., 132  
Camargo, Emília da Conceição, 138  
Camargo, Maria de Lourdes Sampaio Cintra de, 136  
Camillo, Rosana Aparecida Ribeiro, 139, 140  
Camilo, Daurecy, 161, 162, 163, 164  
Camizão, Corina Gomes, 139  
Campagnac, Rita de Cássia Oliveira, 103  
Campanha de Fiscalização Profissional, 47  
campanha do Ano I da Biblioteca Infantil Brasileira, 46  
Campos, Ana Christina Caldeira, 119, 120  
Campos, Aparecida de Fátima Castro, 127  
Campos, Astério, 37  
Campos, Edilene Ribeiro, 160  
Campos, Júlia Maria Sodrê, 157  
Campos, Liene, 160  
Campos, Lucidea Trindade, 106

Campos, Maria Cláudia  
Albuquerque, 110, 111

Campos, Maria do Socorro Oliveira, 120

Campos, Nadia Alcuri, 156

Campos, Neyze Maria de Andrade, 143

Campos, Regina Maria C. de, 133

Canamary, Tereza Kátia Acioli, 113

Candela, Maria Helena Davi, 148

Cantarino, Helena Pessoa, 99

Canto, Maria Margarida do, 146

capacitação para leigos, 34

captação de recursos financeiros, 43

caráter técnico da profissão, 56

Cardeal, Silvia Regina, 160

Cardenuto, Raquel Matys, 163

Cardoso, Marco Antônio Alves, 165

Cardoso, Maria Aparecida  
Sell Andrade, 61, 95

Cardoso, Maria Aparecida, 106

Cardoso, Maria da Graça Barcellos, 102

Cardoso, Maria Ismênia Bezerra, 109, 110

Cardoso, Maria José Araújo, 159

Cardoso, Roberto Barros, 166

Cardoso, Solange Maria, 126

Carneiro, Luciana Dorea Martinez, 122

Carneiro, Micaelle Alves, 165

Carpes, Gyance, 163, 164

Carrá, Gabrielita Albuquerque, 110

Carreiro, Luciana Dorea Martinez, 122

Carvalho, Adir Alves de, 157

Carvalho, Alzira Eeko Furuya de, 135

Carvalho, Ana Maria Sá de, 109, 113

Carvalho, Augusto, Deputado Federal, 55

Carvalho, Cid Sabóia, Senador, 55

Carvalho, Clara Balbina Costa, 153

Carvalho, Ediane Toscano Galdino de, 164

Carvalho, Felisbela Liberato de Matos, 117

Carvalho, Flávia Menezes de, 151

Carvalho, Gabriella Monteiro de, 135, 136

Carvalho, Isabel Cristina Louzada, 155, 156

Carvalho, Isabel Maria de  
Castro Ferreira, 94

Carvalho, Lais Fernandes de, 135

Carvalho, Lidiane dos Santos, 134

Carvalho, Ligia Brambilla de Bona, 140

Carvalho, Maria da Conceição, 154

Carvalho, Maria da Graça Amorim, 105

Carvalho, Maria de Lourdes Borges de, 124

Carvalho, Maria Isabel Diniz de, 99

Carvalho, Maria Martha de, 94, 123, 124

Carvalho, Maria Paula de, 102

Carvalho, Maria Valdete Bezerra de, 115

Carvalho, Nara Maldonado de, 98, 124

Carvalho, Paulo Olail de, 94, 135, 136, 151

Carvalho, Telma Karla Gonçalves, 107, 108

Carvalho, Vania Lando de, 136

Carvalho, Vera Lúcia dos Santos, 105

Carvalho, Vera Maria de Aguiar, 151

Casarin, Maria Emília, 147

Cassendé, Ana Sofia de Melo, 116

Cassini, Ana Eugenia Gallo, 98, 104

Casta, Marília Maria Damiani, 95

Castilho, Suzana Guimarães, 140

Castro, Almerinda Guedes de, 163

Castro, Denise Geralda Perdigão de, 127

Castro, Filomena Eliza  
Buenão Jesus de, 107

Castro, Ida Maria Green Caiado de, 146

Castro, Júlio Vitor Rodrigues, 128

Castro, Maria das Graças  
Domingues de, 114, 115

Castro, Maura Iclea Cardoso de, 121

Castro, Railda Maria Gomes de, 126

Castro, Suzana Vitória de, 116

Cataldo, Myriam Martins, 130, 131

Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, 216

Cattelan, Paulo Cesar, 150

Cavalcante, Leonardo de Oliveira, 164

Cavalcante, Lúcia de Fátima Imbiriba, 106

Cavalcante, Vanessa da Silva, 117

Cavalcanti, Cordélia Robalinho de Oliveira, 37, 46, 93, 94, 97  
Cavalcanti, Ilce Gonçalves Millet, 132  
Cavalcanti, Maria das Neves Niederauer Tavares, 94, 129  
Cavalcanti, Maria do Rosário Mota, 115  
Cavalcanti, Vera Cabral, 117  
Cavalin, Denise Gomara, 142  
Cavassin, Margarida, 144  
Cavichioli, Edina Mari, 162  
Ceará, 60  
Cechinatto, Patrícia Leal, 149  
Cedraz, Magnólia Maria da Mota, 118  
Celestino, Ana Maria Fernandes, 148  
Cella, Ana Maria Juliano, 160  
Centro de Desenvolvimento de Sistemas, 45  
Centros de Processamento Técnico, 34  
Cerqueira, Aldeziene de Oliveira, 130  
Cerqueira, Edna Maria Brayner, 120, 121  
Cerquinho, Hilda Gomes, 151  
Cezar, Ângela Maria Monteiro, 111  
Chagas, Eliezer, 156  
Chagas, Vera Lúcia Belo, 142  
Chalaça, Anderson Moraes, 134  
Chalala, Ruth Condurú, 104  
Chamarelli, Marilúcia, 99  
Chaves, Sônia Maria Pires, 106  
Chaves, Vera Maria, 151  
Chaves, Heros Leite, 129  
Chiapetta, Maria Ângela Monteiro, 102  
Chittó, Marisa Victória, 147  
Christ, Virginia da Silva, 149  
Cid, Neusa Ferraz, 136  
Cinque, Orange Ribeiro, 151  
Cisne, Caroline Santos de, 164  
código de ética profissional, 32, 43, 50  
Coelho, Adélia Leite, 32, 49, 93, 94, 97, 100  
Coelho, Aníbal Rodrigues, 45, 46, 47  
Coelho, Eline Flaura Alves, 108  
Coelho, Fernanda Nery, 109  
Coelho, Fernando, deputado federal, 49  
Coelho, Glacy Rabêlo, 158  
Coelho, Guilherme de Seabra, 165  
Coelho, Irene Borgert, 160  
Coelho, Márcia Regina, 162  
Coelho, Marcionila Martins, 104  
Coelho, Maria Cândida Aragão, 111  
Coelho, Maria Clotilde Henrique, 127  
Coelho, Maria do Perpétuo Socorro Lima Verde, 152, 153  
Coelho, Maria Lúcia Vasconcelos, 56, 94, 95, 104  
Coelho, Mariza Martins, 128, 129, 134  
Coelho, Paulo Py, 94  
Coelho, Raimundo Omar, 165  
Coelho, Rita Maria de Aguiar, 99, 100  
Coelho, Sílvia Regina dos Santos, 102, 103  
Coelho, Sizaltina dos Santos, 119  
Cogo, Domingos Sávio, 157  
Cohen, Nizette Lázara, 94, 130, 131  
Coimbra Neto, João, 108, 123  
Coimbra, Waida Maria Penteado, 138  
Colaço, Tania Maria Walger, 141, 143  
Colares, Maria Gedalva da Silva, 151  
Comin, Angela Barcelos Vale, 99  
Comissão de Constituição e Justiça, 27  
Comissão de Educação no Senado, 55  
Comissão de Educação, Cultura e Esportes do Senado Federal, 78  
Comissão de Legislação Social, 27  
Comissão de Obras e Reforma de Infraestrutura do CFB, 68  
Comissão Integrada de Entidades de Profissionais Bibliotecários do Mercosul (CIBIM), 59  
Comissão Memória, 74  
Conceicao, Aidil Silva, 122, 123  
Conceição, Lindalva Maria Cardoso, 157  
Conceição, Maria de Lourdes, 117  
Conceição, Rosa Cristina da, 117



Condurú, Ruth Pinheiro, 103  
Confederação Nacional das Profissões Liberais, 27  
conforto ambiental para arquivos, bibliotecas e museus, 54  
Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 5, 27, 41  
Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, 172  
Congresso Integrar, 66  
Congresso Nacional, 43, 47, 49  
Conrado, Rosilene Quirino, 126  
Conselho de Biblioteconomia, Arquivística e Museologia, 44  
Conselho de Educação Alimentar, 54  
Conselho de Educação do Distrito Federal, 32  
Conselho Federal de Biblioteconomia e Arquivologia, 46  
Conselho Federal de Biblioteconomia, instalação, 28  
Conselho Federal de Educação, 28  
Conselho Federal de Museologia, criação 35  
conselhos de fiscalização profissional, 33  
conselhos de fiscalização, 171  
Conselhos Regionais de Biblioteconomia, instalação, 28  
consolidação das Resoluções do CFB, 43  
Conto, Magda de, 150  
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 74  
Copetti, Magda Nereide, 161  
Coppo, Marli Rodrigues, 156  
Cordeiro, Ana Maria Pirá, 104  
Cordeiro, Carli Cilene Rodrigues, 139, 140  
Cordeiro, Ivanilde de Jesus, 159  
Cordeiro, Josete de Almeida Burg, 162  
Cordeiro, Paulo Py, 93, 130  
Cordeiro, Rosa Inês de Novais, 95  
Cordeiro, Vilma Andrade de Lemos, 129  
Corrêa, Ana Cristina Bandeira, 152, 153  
Correa, Andressa Cardoso, 154  
Correa, Elenir Angela, 143  
Correa, Elisa Cristina Delfini, 96  
Correa, Lucia Helena Miranda, 155  
Correa, Maria da Graça Lima, 149  
Corrêa, Maria das Graças Fernandes Brasil, 151  
Corrêa, Maria de Jesus Reis, 108  
Correa, Maria de Nazaré dos Santos, 105  
Correa, Miriam Tavares, 99  
Correa, Nancy Westphalen, 38, 45, 93, 94, 140, 141  
Corrêa, Patrícia Cristina Rodrigues, 108  
Corrêa, Sonia Custódio, 134  
Correa, Vania Maria, 125  
Correia, Sara, 136  
Correia, Cibele Butenas Martines, 144  
Correia, Cristiana Lima, 122, 123  
Correia, Raquel Pinto, 143, 144  
Correia, Vasco Robson Soares, 114  
Côrte, Adelaide Ramos e, 97, 101  
Corujeira, Lindaura Alban, 93, 117, 118, 119, 120  
Cosmo, Marlene M., 137  
Cosmo, Tatiana Neves, 134  
Costa, Ana Lourdes dos Anjos, 160  
Costa, Ana Lúcia Martins Barbosa, 111  
Costa, Ana Lúcia Zaia, 163, 164  
Costa, Ana Maria Lopes da, 152  
Costa, Anita da Conceição, 119  
Costa, Aracy Fiuza, 109  
Costa, Carmem Cortez, 113  
Costa, Celeste Pereira, 119  
Costa, Celia Maria da, 121  
Costa, Cidalva Peixoto Lima da, 121  
Costa, Cintia Mara Machado Ferreira da, 103  
Costa, Cosme Guimarães da, 61, 95  
Costa, Darcy Barroso da, 107  
Costa, Eliene Pereira, 122

Costa, Gleide Catarina de Carvalho, 99  
Costa, Ivanilda Fernandes da, 93  
Costa, Janaína Moraes, 160  
Costa, Jane Maria Fonseca, 120, 121  
Costa, Janise Silva Borges da, 150  
Costa, Lidia Santos, 122, 123  
Costa, Ludmila Popow  
Mayrink da, 131, 132  
Costa, Magnólia Everton, 158, 159  
Costa, Marcia Valeria da Silva de Brito, 134  
Costa, Maria Cecília Souza, 106  
Costa, Maria do Carmo Aquino, 113  
Costa, Maria Elisabeth Oliveira da, 96, 127  
Costa, Maria Herbenia Gurgel, 113, 114  
Costa, Maria Idalina Araújo da, 152  
Costa, Maria Luiza de Marilac Duarte, 126  
Costa, Maria Tereza M. da, 137  
Costa, Marília Maria Roslindo Damiani, 160  
Costa, Marina Castilhos da, 105  
Costa, Marly Barros, 151  
Costa, Michelle Ferreira, 114  
Costa, Michelle Karina Assunção, 128  
Costa, Nathalia Lima da, 109  
Costa, Neida Maria Araujo de Castro, 156  
Costa, Pacífica Gonçalves da, 153  
Costa, Rosana Nascimento, 156  
Costa, Rosemar Bonifácio, 166  
Costa, Shirley Maria Perdiz Querroz da, 151  
Costa, Sônia Regina, 156  
Costa, Walteiza Chaves, 107  
Costin, Aurea Maria, 141  
Cota, Ubiracy Lyrio Silva, 156  
Cotrim, Rosangela Aguiar  
Salles Flavita Rabelo, 133  
Cotrim, Flavita Rabello, 133  
Coutinho, Elcinete de Jesus, 158  
Coutinho, Vera Regina, 147  
Coutinho, Helenyr, 130  
Crespo, Isabel Merlo, 149, 150  
Criação do CRB-15, 73  
Crisóstomo, Gláucia Rejane Vieira, 113  
Crisóstomo, Silvia Amélia, 111, 114  
Cruz, Ana Maria Moraes da, 113  
Cruz, Ana Maria Pereira Gomes da, 105  
Cruz, Carmelinda do Socorro  
Barbosa da, 108  
Cruz, Heloisa Helena Santos da, 106  
Cruz, Maria Aparecida França, 159  
Cruz, Maria Nair Sodré Monteiro da, 148  
Cruz, Maria Nancy da, 100, 109  
Cruz, Maria Aparecida França, 157  
Csiszer, Fernando Almeida, 144  
Cuartas, Enriqueta Graciela  
Dorfman de, 61, 95, 148, 150  
Cunha, Alda Maria das Mercês  
Moreira da, 103, 104  
Cunha, Ana Maria Siano da, 132  
Cunha, Ângela Maria Garcia  
Carneiro da, 126, 127  
Cunha, Daniel de Souza, 150, 151  
Cunha, Isabella Nunes de Magalhães, 101  
Cunha, Josiane Fonseca da, 150  
Cunha, Julieta Maria de Miranda, 103  
Cunha, Jussara Pansardi da, 144  
Cunha, Luciana Cardoso  
Lucila G. Duarte,, 143  
Cunha, Maria Alzemira de Araujo, 130  
Cunha, Maria Cristina Cassol da, 150  
Cunha, Maria dos Remédios  
Marques da, 157  
Cunha, Maria Ivonete de Faria, 97  
Cunha, Maria Luisa Monteiro da, 135  
Cunha, Maria Yvonne de Faria, 37  
Cunha, Murilo Bastos da, 36,  
41, 42, 45, 47, 93, 97  
Cunha, Vanda Angelica da, 118  
currículo mínimo para o ensino  
da biblioteconomia, 28  
currículo mínimo, 174  
curso de bacharelado em Biblioteconomia  
na modalidade a distância, 74  
curso de Biblioteconomia, 26

curso de gerenciamento de conselhos, 56  
Curso Médio de Assistente de  
Biblioteca e Arquivo, 32  
Cury, Helena, 125  
D'Ávila, Janio Celio Matos, 153  
Dacechem, Maria, 141  
Daha's, Nacime Sassim, 105  
Daher, Angela Borges, 155  
Damiano, Lea Maria Barbosa, 132  
Damico, Eliana Ferreira, 136  
Danos, Vera Regina Lionello, 147  
Dantas, Esdras Renan Farias, 164  
Dantas, Jefferson Higino, 102  
Dantas, Laila de Moura, 102  
Dantas, Lourdes Mary França, 111  
Dantas, Marcelina, 32, 93, 141  
Dantas, Maria de Lourdes, 97  
Dantas, Marília de Araújo, 103  
Dantas, Mary França, 111  
Dardes, Cláudia Lúcia, 137  
Darol, Maria Helena Almeida, 148  
Davi, Raimunda Alves, 113  
Del Rio, Maria Ghisoni, 161  
Delathre, Dulcinéia Gomes, 141  
Della Fuente, Mercedes, 51, 94, 136  
democracia, 36  
Departamento Administrativo  
do Serviço Público, 44  
Departamento de Biblioteconomia  
e Documentação, 42  
Departamento de Biblioteconomia, 41, 46  
Departamento de Cultura da  
Cidade de São Paulo, 26  
Deputado Aurélio Viana, 27  
Derzi, Ellen Conceição de Moraes, 151  
Deslandes, Ana Maria Costa, 131, 132  
Dias, Ana Paula Ourem Costa Leite, 116  
Dias, Ângela Marina Esteves, 105, 106  
Dias, Antonio Caetano, 37, 129, 130  
Dias, Caio Benjamin, 39  
Dias, Carlos Augusto, 156  
Dias, Célia do Carmo, 136  
Dias, Edith, 142  
Dias, Eduardo Jose Wense, 125  
Dias, Eduardo José Wense, 95  
Dias, Elizete da Silva, 154  
Dias, Helena Fátima Mota, 111  
Dias, Iracema Rodrigues, 105, 106  
Dias, Isnaia Santana, 118  
Dias, Lia Selma Pontes, 105  
Dias, Maria do Socorro Sousa, 157, 158  
Dias, Maria Luiza Veloso, 126  
Dias, Marly Schaffer, 141, 142  
Dias, Nair Ramos, 157  
Dias, Nilceia Giestas, 157  
Dias, Rita Conceição, 147, 148, 149  
Dias, Tania Mara, 143  
Dias, Vanda Fatori, 144  
Dias, Nair Ramos, 157  
Diaz, Ana Paula Ourem Costa Leite, 116  
Diederichs, Marilda da Cruz, 147  
Diniz, Edileuza Soares, 116  
Diniz, Emilce Maria, 127, 128  
Diniz, Lea Maria Monteiro, 103, 104  
Diniz, Marcelo, 159  
Diniz, Maria Aurene Nogueira, 111  
Diniz, Emilce Maria, 126  
Diogenes, Maria Lineia de  
Oliveira Muniz, 113, 114  
direitos autorias, 81  
Distrito Federal, 32, 35, 36, 42, 57  
Divisão de Segurança e Informações, 41  
Dobbin, Cláudia Coimbra Diniz, 101  
Domingos, Gelsa Santana Penha, 155  
Domingues, Guaraciaba Aparecida  
de Almeida, 138, 139  
Domingues, Márcia Regina, 162  
Domingues, Regis Maria,  
145, 148, 149, 150

Domingues, Sandra Maria de Mendonça, 133

Domingues, Sônia Maria, 137

Dores, Claudia Moreira das, 165

Duarte, Luciano Soares, 162

Duarte, Lucília de Godoy Garcia, 94

Duarte, Maria Cristina Montenegro, 104

Duarte, Rosilei Vilas Boas, 143

Dudziak, Elizabeth Adriana, 138

Dumont, Sônia Cerqueira, 98

Dupont, Fabiana, 149, 151

Duro, Ivete Zietlow, 145

Durões, Ademar Ornelas, 165

Dutra, Maria Riza Baptista, 97

École de Chartre, 26

Edifício Brasília Rádio Center, 48

Educação à Distância, 214

Eirado, Licia Maria Vita do, 120, 121

Elias, Ignês, 151

empresa MTPM, 50

Encontro Nacional da Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 73

Endler, Berenice Apes, 145

Engel, Gilca Rosane Hohne, 147

Ensino a Distância, 202

Ensino da Ética Profissional nas Escolas e Cursos de Biblioteconomia, 54

ensino de Biblioteconomia no Brasil, 171, 172-190

entrosamento CFB/CRB, 42

Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais, 26

Escola de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal da Bahia, 26

Escola de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 26

Escola de Biblioteconomia, 26, 171

Escola de Sociologia e Política, 26

Escola Nacional de Administração Pública, 55

Espindula, Maria Nazaret Loos, 155

Espinheira, Gilka Luiza Bandeira, 119

Espírito Santo, 73

Estabel, Lizandra Brasil, 214-217

estágio curricular, 50

estágio extracurricular, 50

Estevão, Rosane Figueiredo, 162

Esteves, Thereza Maria Sotto Maior, 125

Estrela, Sylvia Gonçalves, 132

Eterovik, Maria Helena Marinho, 126

Eulálio, Verbena, 109

Evangelista, Silvelene da Silva, 159, 160

exercício profissional, 167

Eyng, Maria Inês, 161

Fabião, Marilea Pinheiro, 146, 149

Fabri, Maria Madalena Hirata, 141

Faculdade de Biblioteconomia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 26

Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, 214

Faculdade de Biblioteconomia e Informação Científica, 39, 42

Fantinato, Cleide Roseli, 137

Faqueti, Marouva Fallgatter, 162

Faraco, Miguel Augusto Forbeck, 160

Faria, Elaine Marinho, 53, 54, 57, 95

Faria, Jamile S. R., 137

Faria, Maria Amelia Santos de, 125

Faria, Claudia Grossi de, 126

Farias, Manoel Nazareno Negrão, 108

Farias, Marina das Graças Matos, 105

Farias, Vânia de Holanda, 109, 110

Farsetti, Eduardo, 137

Favila, Joyce, 149

Fazioli, Regina dos Anjos, 138

fechamento do CRB-12, 73

Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (Febab), 32, 33, 50

Federação Brasileira de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições, 73

Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro, 27

Federação das Escolas Isoladas do Estado da Guanabara, 27

Federação Internacional de Documentação, 26

Feitosa, Antônio César Araújo, 155

Feitosa, Claudia Oliveira Barros, 155

Feitosa, Maria Lenir Oran Fonseca, 151

Felistoffa, Atenéa, 147

Fernandes, Ana Maria, 162

Fernandes, Antonia Régia Mendonça, 99

Fernandes, Dea Botelho, 129

Fernandes, José Henrique Paim, 74

Fernandes, Ozéa Botelho, 129

Fernandes, Paolo Ricardo Dias, 165

Fernandes, Patricia Verônica Nascimento Dias, 122, 123

Fernandes, Sílvia Helena Montenegro, 110

Fernandes, Sonia Glaucia de Freitas, 118

Fernandes, Tatiana Brandão, 154

Fernandes, Vanessa Christina Alves, 101

Fernandes, Wesley Rodrigo, 128

Ferracin, Ana Maria, 61, 68, 95, 96

Ferrari, Alderica Sampaio, 119

Ferraz, Maria Antonieta, 134

Ferraz, Martha Mouro, 124

Ferreira, Lourdes Badke, 155

Ferreira, Adriane Dias, 165

Ferreira, Adriane Dias, 61, 68

Ferreira, Carminda Nogueira de Castro, 135, 136

Ferreira, Caroline da Rosa, 163

Ferreira, Elna Fatima, 104

Ferreira, Emmanoella Patrocínio, 123

Ferreira, Eunice Gomes, 155

Ferreira, Fernando Braga, 96, 113, 114

Ferreira, Flavia Catarino Conceição, 123

Ferreira, Gilda Pires, 118, 120

Ferreira, Gilvane Carvalho, 160

Ferreira, Glória Isabel Sattamini, 96

Ferreira, Havilah Cunha Pinto, 130, 131

Ferreira, Hilda Maria de Melo, 120

Ferreira, Iracy Oliveira, 104

Ferreira, Jose Cupertino de Souza, 121

Ferreira, Lino Madureira, 116

Ferreira, Lourdes Badke, 155, 156

Ferreira, Lucia Helena Maroto, 155

Ferreira, Maria Carmen Teixeira, 119, 120

Ferreira, Maria do Carmo Cordeiro, 119, 120

Ferreira, Maria Ignez Maranhão Gomes, 132

Ferreira, Maria Ivana, 102, 103

Ferreira, Maria Jose Gazolla, 124

Ferreira, Maria José, 103

Ferreira, Maria Luiza Alphonsus de G., 124

Ferreira, Maria Madalena Costa, 126

Ferreira, Maria Mary, 158, 159

Ferreira, Marta Guimarães, 100

Ferreira, Marta Nosé, 137

Ferreira, Osmar Carmo Arouck, 103

Ferreira, Regina de Marco, 147

Ferreira, Regina Otília Figueira Maciel de Marco, 147, 148

Ferreira, Rita Gonçalves Marques Portella, 96, 110, 157

Ferreira, Roseana do Carmo Silva, 158

Ferreira, Sandre de Souza, 116

Ferreira, Sylvania de S., 132

Ferreira, Tereza Cristina Cardoso, 106

Ferreira, Verônica dos Santos, 163, 164

Ferreira, Sylvania de Souza, 133

Ferreira, Maria Luiza Alphonsus de G, 124

Ferro, Ilza, 155

Ferrucci, Cremildo Lêda, 114

Fett, Isabela Salum, 161

Fidalgo, Lucia Maria da Cruz, 133

Fiedler, Maria Alva Amorim, 155, 156

Figueira, Maria Dolores de Almeida, 104

Figueiredo, Eva Tereza de, 137  
Figueiredo, Julia Eliana Taborda de, 132  
Figueiredo, Madalena Maria Monteiro, 113  
Figueiredo, Maria Cândida de Assis, 137, 139  
Figueiredo, Nice Menezes de, 46, 94  
Figueiredo, Silvia Teresa Santiago de, 158  
Filho, Saul Rodrigues de Melo, 153  
Fillizola, Maria de Nazareth Souto Maior, 123  
fiscalização do exercício profissional, 27, 43  
fiscalização profissional, 46  
Fiuza, Maria Arminda Rodrigues, 155  
Fiuza, Marysia Malheiros, 94  
Flôres, Ilma, 163  
Fonseca, Ana Lucia Reis, 121  
Fonseca, Edna Maria Cardoso, 119  
Fonseca, Edson Nery da, 37, 97  
Fonseca, Margarita Torres, 128  
Fonseca, Maria Augusta da, 136  
Fonseca, Maria das Graças da, 116, 117  
Fonseca, Maria Isabel Smith, 157, 158  
Fonteles, Maria Elzanira Barros, 109, 110  
Fontenele, Efigênia Maria, 113  
Fontenele, Maria Aurinete, 112  
Fontenele, Maria de Fátima Silva, 114  
Fontenele, Maria Luzinete, 114  
Fontenele, Maria Tereza Bezerra de Menezes, 109, 112  
Fontenelle, Maria Lígia Vidal, 110  
Fontes, Lucy Goncalves, 124  
Fontoura, Maria Tereza Wiltgen Tavares da Costa, 94  
Força Sindical, 64  
formação profissional, 41, 208  
formação técnica do bibliotecário, 28  
Fortes, Janny Linhares, 133  
Forti, Mercedes de Jesus Thome, 93, 134, 135  
Fórum das Entidades de Biblioteconomia, 73  
Fórum de Conselhos de Fiscalização Profissional, 54  
Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, 72, 78  
Fraga, Sandra Azevedo, 120  
Fragoso, Ilza da Silva, 164  
Frajdenberg, Sara P., 131  
França, Agnes Freitas dos Santos, 154  
França, Doris Day Eliano, 113  
França, Jemima Rodrigues Januário, 116  
Franca, Maria Aparecida Conceição F., 121  
França, Maria de Jesus Câmara, 158, 159  
Franca, Maria Isabel Cabral da, 132  
França, Neide Huldinea, 138  
França, Suely Nazaré Furtado, 107  
França, Tarcísio José, 100  
Francisco, Neuza, 142  
Franco, Arlete, 156  
Franco, Lúcia Helena C., 116  
Franco, Maria da Conceicao, 125  
Franco, Tereza Cristina Ferreira da Silveira, 100  
Franzen, Liana, 147  
Frazão, Gezane Leitão, 159  
Frazão, Luzane das Graças Leite, 160  
Freire, Tatiana Cotrim Serra, 159, 160  
Freitas Neta, Antônia de, 114  
Freitas, Adda Drugg de 93, 144  
Freitas, Edda Drumond de, 151  
Freitas, Georgete Lopes, 96  
Freitas, Gizelle, 163  
Freitas, Karen Ribeiro de, 151  
Freitas, Livia Santos de, 122, 123  
Freitas, Lúcia Maria de Paula, 61, 68  
Freitas, Marcílio Alves de, 116  
Freitas, Maria das Graças Lima de, 103  
Freitas, Maria José dos Santos, 129  
Freitas, Maria Teresinha Neves, 141  
Freitas, Marilane Pacheco Rebello, 154  
Freitas, Marilene José de, 137



Freitas, Marília Guimarães Lima, 124  
Freitas, Maristela Rangel de, 122  
Freitas, Nolka Nascimento de, 129  
Freitas, Rosimeire de, 128  
Freitas, Sonia Marli Barbosa de, 149  
Freitas, Terezinha Neves, 140  
Freitas, Vera Regina Azevedo de, 99  
Freitas, Rosemeire de, 128  
Frente Parlamentar em  
Defesa da Biblioteca, 80  
Friedrich, João Antonio, 150  
Frota, Maria Tereza Pinheiro da, 113  
Funaro, Vânia Martins Bueno  
de Oliveira, 139  
Fundação Escola de Sociologia e  
Política de São Paulo, 26, 38  
Fundo de Apoio aos Conselhos  
Regionais, 43  
Furtado, Cássia Cordeiro, 159  
Furtado, Heloísa Maria, 110, 111  
Futagami, Nancy Bragato, 142  
futuro da biblioteconomia, 231  
Gabellini, Maria Glaci Maia, 147  
Gabriel, Aurea Eliete, 155  
Galetti, Flávia Edith Veiga B., 100  
Galhardi, Maria A. D., 137  
Gallo, Maria Helena S. C. Fernandes, 137  
Galvão Neto, Sebastião Lopes, 164  
Galvão, Clara Maria, 93, 103, 104  
Galvão, Gilberto Martins, 162  
Gama, Maria das Graças Barbosa, 105  
Gama, Maria Luiza Lima, 132  
Gantuss, Vitória Auxiliadora, 105  
Garcia Neto, João, 139  
Garcia, Alice Soria, 143  
Garcia, Camila Rodrigues, 139  
Garcia, Wander Lúcio Silveira, 129  
Garrido Neto, José, 152  
Gaspar, Anaísa Caminha, 157  
Gaspar, Maria Aguiar, 157  
Gaspar, Rosália Maria Aguiar, 157  
Gaspar, Sonia Raimunda  
de Freitas, 152, 153  
Gasperin, Inês Maria de, 147  
Gatti, Maria Regina Bueno  
de Oliveira, 143, 144  
Gava, Roberto Júlio, 139  
Gave, Arilaine da Silva, 157  
Geiss, Leonora Bernd, 147  
Geribello, Maria Salete de Almeida, 93  
Gerlin, Meri Nádia Marques, 156  
Germano, Maria Carmen de Paula, 125  
Giglio, Ester, 141  
Gil, Adélia Lúcia Arruda Santos, 99  
Girão, Maria Siméia Alê, 152  
Gléria, Célia Regina Z., 143  
Godin, Maria Hilda de Medeiros, 104  
Godói, Magda Lúcia Martins de, 101  
Godoy, Luz Magali de Andrade, 149  
Góes, Namir de Cristo, 132  
Goiás, 57  
Góis, Maria Josineide Silva, 112  
golpe de 1964, 38  
Gomes, Amanda de Melo, 103  
Gomes, Fabio Andrade, 122, 123  
Gomes, Gabriel Severo Pereira, 166  
Gomes, Henriette Ferreira, 96, 120  
Gomes, Lidiane Marques, 151  
Gomes, Lilian Pimentel, 109  
Gomes, Maria José da Silva, 101  
Gomes, Marly Jobim, 130, 131, 132  
Gomes, Neide Aparecida, 96  
Gomes, Neusa Maria, 126  
Gomes, Nilzete Ferreira, 108  
Gomes, Rosa Pazo, 101  
Gomes, Vanessa Alexandra  
Sousa, 159, 160  
Gonçalves, Amélia Maria Jorge, 155  
Gonçalves, Eliane Maria Severo, 150  
Gonçalves, Elisabete Rodrigues, 107

Gonçalves, Eveline Filgueiras, 164  
Gonçalves, Fabíola Gomes Terenzi, 129  
Gonçalves, Izar Maria de Freitas, 161  
Gonçalves, Lucila Claudia  
Brandão, 151, 152  
Gonçalves, Marcos Rogério Maria  
Edite de Souza Bispo,, 139  
Gonçalves, Marcos Vinicius Borba, 122  
Gonçalves, Maria Maeder, 93, 140  
Gonçalves, Marilena Franco, 153  
Gonçalves, Osenira Silva, 159  
Goncalves, Maria Ines, 125  
Gonçalves, Sylvina da Cunha, 129  
Gontijo, Silvia do Couto, 99  
Gonzalez, Andrea, 123  
Gorges, Angélica, 163  
Gorges, Elenice Regina, 162, 163  
Goulart, Claudenice Monteiro, 160  
Goulart, João, 35, 36  
governabilidade, 46  
Goyanna, Laura Amélia Lopes, 114  
Gracindo, Flávia Meneleu Brandão, 165  
Graduação em Biblioteconomia  
na modalidade a distância, 74  
Grandi, Cleci Marlene Machado, 149  
Gratificação de Atividade  
Técnico-Administrativa, 50  
Graziottin, Vanessa, Deputada Federal, 68  
Greló, Maria do Rosário de  
Fátima Holanda, 105  
Griebler, Ana Cristina de Freitas, 150  
Groisman, Minda, 144  
Groque, Sandra Regina, 138  
Gross, Lidiamara Alves da Rosa, 144  
Grossi, Esther, Deputada federal, 68  
Grupo Especial de Trabalhos para  
Assuntos do Mercosul (GETAM), 59  
Guarnieri, Alice Camargo, 39, 93  
Guedes, Edvânia Aparecida de Souza, 129  
Guedes, Esmeralda Cristina da Silveira, 120  
Guedes, Maria Angela Ferreira, 118  
Guedes, Maria das Graças Leite  
Targino Moreira, 111, 112  
Guedes, Marina Zeni, 140  
Guedes, Olga Maria Ribeiro, 111  
Guerra, Maristela de Fátima Cabral, 116  
Guerreiro, José Francisco Nunes, 139, 140  
Guesser, Luzia, 161  
Guilhon, Vera Lucia de Carvalho, 133, 134  
Guimaraes, Ana, 124  
Guimarães, Anarcila Maria Cavalcante, 151  
Guimarães, Augusta de  
Cassia Silva Santos, 122  
Guimaraes, Cleonice Diva, 118  
Guimarães, Irene, 147  
Guimaraes, Magda de Oliveira, 125, 150  
Guimarães, Maria Eunice Coelho, 128  
Guimarães, Maria Ferreira, 154  
Guimarães, Mísia de Nazaré Fonseca, 105  
Guimarães, Morgana Bruno Henrique, 103  
Guimarães, Raquel Cristiane da Silva, 151  
Guimarães, Raquel Maria de  
Almeida Prado Foo, 135  
Guimarães, Solange Maria  
Bittencourt Chastinet, 118  
Guimarães, Tatiara Paranhos, 103  
Guimarães, Valquíria de Carvalho, 101  
Gurgel, Lúcia Maria Alves, 113  
Gurgel, Nadsa Maria Cid, 113  
Gusmão, Maria Belarmino, 156  
Gusmão, Myriam, 45  
Gusmão, Nina Lacera, 142, 143  
Haddad, Laila, 134, 135, 136  
Hamar, Alfredo Americo, 134, 135, 136  
Hansen, Eugênio Carlos Gallicchio, 150  
Haro, Beatriz Bastos, 149  
Harrokian, Maria Arlete de Jesus, 151  
Hashimoto, Zenaide Gonçalves Duvra, 137  
Haum, Haieska, 128  
Heller, Laudelina Maria  
Gasparini Barbosa, 127

Henrique, Ivonir Terezinha, 160, 161  
Henriques, Ana Eulalia G., 130  
Henriques, Ida Maria Guilhon, 130  
Hermida, Raquel Del Carmen Hermida, 120  
Heunning, Carmelita Correa, 97  
Higashi, Nazária, 105  
Hingel, Murilo, 55  
Hoinascki, Angela Schmidt, 163  
Holanda, Mirian Elizabeth  
Albuquerque de, 109, 110  
Holanda, Regina Lucia Freitas, 113  
Homem, Mari Stela, 161  
Homero, Maria Noelci Teixeira, 147, 148  
Honório, Maria Regina Sbalquero, 143  
Horylka, Cláury Costa, 130  
Hosken, Neyze Maria De  
Andrade Campos, 141  
Hubner, Marcos Leandro Freitas, 149  
Humig, Luciana Lopes, 102  
Ibrahim, Maria Isabel Gomide  
Ribeiro, 135, 136  
Igami, Mery Piedade Zamudio, 137  
impeachment, Presidente  
Collor de Melo, 54  
Inês Gemelli, 142  
Informação Documental na  
Administração Pública, 54  
insalubridade, 54  
instabilidade política, 35  
Instituto Brasileiro de Bibliografia  
e Documentação, 43  
Instituto Federal do Rio Grande do  
Sul-Câmpus Porto Alegre, 214  
Instituto Nacional de Estudos e  
Pesquisas Educacionais, 81  
Instituto Nacional do Livro, 43  
Irizaga, Karen Ribeiro de Freitas, 151  
Iserhard, Marion, 145  
Isfran, Angela A. de, 133  
Isidoro, Rosemeri Espindola, 162  
Ítala, Sonia Maria B., 132  
Jaeger, Leyla Maria Gama, 147  
Jakobson, Sara Rotiman, 145  
Janino, Laura Raquel Dutra, 102  
Jardim, Débora Jardim, 150  
Jay, Laíse Maria Beserra, 100  
Jesus, Alvarina Maria de, 124  
Jesus, Edson Miguel de, 49, 94  
Jesus, Ivania Aparecida Morche, 162  
Jesus, Leila dos Santos de, 153  
Jinkings, Yolanda Ferreira, 132, 133  
João Goulart, 36  
João Pessoa, 73  
Job, Ivone, 61, 68, 95, 96, 148  
Jorge, Elizabeth Ione Ramos, 104  
Jorge, Pablo Diego Silva de Souza, 129  
José Sarney, presidente, 54  
Junglubb, Silvia Maria, 149  
Junqueira, Uyara A. S., 131  
junta militar, 38  
juramento, 33, 167  
jurisdição conselhos regionais, 33  
Kammers, Nilto Rogério, 161  
Kampfert, Mariza, 141, 142  
Karan, Ana Maria Siqueira, 145  
Karim, Michel de Lima, 165  
Kaufman, Frida Enk, 145  
Kawara, Elza I., 138  
Kawashita, Kazuo, 39  
Keidann, Eliane Miguel, 146  
Keller, Tania Maria Silva, 146  
Kendler, Bertha, 124  
Kern, Lucas Martins, 151  
Kern, Selma, 144  
Kerznowsky, Maria do Carmo Cardoso, 138  
Kessin, Mirian Margô, 161  
Khler, Relinga, 140  
Kinchescki, Mirian Betti de Oliveira, 161  
Kintopp, Luzia Glinski, 144  
Klaes, Rejane Raffo, 147

Klein, Rosinei Elizabeti Miozzo, 148  
Kohler, Relinda, 140  
Kokay, Érica, Deputada Federal, 81  
Kós, Adriana Ferreira, 160  
Koschewitz, Rosane, 149  
Kozminsky, Bella, 130  
Kraemer, Ligia Lindorf Bartz, 142  
Kremer, Jeannette Marguerite, 124  
Kruehl, Ines Rosito Pinto, 94  
Kruger, Maria Helena, 160, 161  
Krzyzanowski, Rosaly Favero, 136  
Kubitschek, Juscelino, 35  
Kuplich, Aline, 156  
Laboriou, Leda Câmara, 97  
Lacerda, Bergo de, 130  
Lacerda, Celia Maria Peres, 141  
Lacerda, Flavia de Melo, 129  
Lacerda, Maria Auxiliadora Saldanha, 156  
Lacerda, Naurican Ludovico Pinheiro, 98  
Lacerda, Nereida Salazar Bergo de, 130, 131  
Lachini, Marise Terra, 156  
Ladislau, Francisco Ferreira, 151  
Lamb, Leonel Oscar, 147, 148  
lâmpada de Aladim, 167  
Lanna, Rosa Maria de Sousa, 125  
Lara, Consuelo, 127, 128  
Lara, Humberto, 127  
Latini, Celso Lima, 134  
Lauande, Maria Elizabethte D'Oliveira, 93, 104  
Laureane, Laís Galvão Cavalcanti, 115  
Lauria, Edgard, 129  
Lavor, Maria Aparecida de, 114  
Layber, Karla Andrea Musiero, 155  
Leães, Maria da Graça Lubisco, 146  
Leal, Maria de Fátima Falcão, 111  
Leal, Maria Nelcy de Mendonça, 118, 120  
Leandro, Maria Zuleide Lopes, 112, 113  
Leão, Jaise da Costa, 115, 116  
Leão, Joana D'arc, 115  
Leão, Luiza Maria Alcântara e Saraiva, 109  
Leão, Maria de Fátima Ramos, 127  
Leão, Maria Ruth Martins, 104  
Leão, Meissane Andresa da Costa, 128  
legislação do bibliotecário, 43, 69  
Lehnen, Helena Osorio, 145  
Lei do Bibliotecário, 28, 53  
Lei do Livro, 81  
Leila Resende, 126  
Leitão, Débora Sampaio, 123  
Leite, Anagelica Lacerda, 120  
Leite, Claudia Féres, 159  
Leite, Maria Alice de Toledo, 37  
Leite, Maria das Graças, 153  
Leite, Maria de Fátima, 137  
Leite, Maria de Lourdes, 136  
Leite, Maria Piedade Fernandes Ribeiro, 125, 126  
Leite, Maria Stela Santos Pita, 117, 118  
Leite, Rita da Silva, 164  
Leite, Ruth Helena Linhares, 111, 114  
Lemos, Antonio Agenor Briquet de, 35, 37, 47, 93, 97  
Lemos, Joseana Costa, 160  
Lemos, Maria Darcília Monteiro, 110  
Lemos, Maria Genoveva, 161, 162  
Lemos, Maria Ignez Azambuja de, 94  
Lemos, Maria Lúcia Vilar de, 97  
Leonardi, Bruno José, 144  
Lessa, Zelia Tavares, 125, 126  
Letieri, Francisca Helena Correa, 156  
Liberato, Francisco Jose, 117  
Licas, Maria Ludmilla Oviedo, 139  
Liechti, Elaine Olinda, 147  
Lima, Almery Cordeiro, 109  
Lima, Angela Maria Soares de, 140  
Lima, Arlan Moraes de, 103  
Lima, Aurora Rubenita Loura, 107  
Lima, Bartira Dyacuí de Souza, 102, 103

Lima, Cidalva Peixoto, 121  
Lima, Dinora Mendonça, 117  
Lima, Ely Basto de, 151  
Lima, Emilia Santana de, 117  
Lima, Etelvina Viana, 93  
Lima, Etelvina, 26, 41, 93, 124  
Lima, Etiene Silva de Souza, 115  
Lima, Fabio Oliveira, 123  
Lima, Francisca Dantas, 94, 151  
Lima, Georgina Martins Moreira, 157  
Lima, Iara de, 138  
Lima, Ida Maria Cardoso, 130  
Lima, Iracema Almeida, 98  
Lima, Isa Ribeiro de Souza, 142  
Lima, Isavalda Maria Ferreira, 114, 116  
Lima, Lucia Helena Pimenta, 95, 125  
Lima, Lúcia Pêgas de, 147  
Lima, Lucileide Andrade de, 156  
Lima, Margaret de Lucena Martins, 112  
Lima, Margareth Araujo, 99, 100  
Lima, Margarida Maria de Andrade Matheos de, 93, 94  
Lima, Maria Aparecida de, 100, 101  
Lima, Maria Cecília Rizzi, 137  
Lima, Maria da Luz Lopes, 105  
Lima, Maria das Graças Lima e, 107  
Lima, Maria de Fátima Pereira, 159  
Lima, Maria de Lourdes, 113  
Lima, Maria do Carmo Carvalho, 101  
Lima, Maria do Carmo César de Menezes, 114  
Lima, Maria do Perpétuo Socorro, 153  
Lima, Maria do Socorro Meira, 94  
Lima, Maria Leticia de Andrade, 38, 93, 114  
Lima, Maria Luiza de Souza e, 137, 138  
Lima, Maria Luiza Pereira de Souza, 139  
Lima, Marta Dolabela de, 99  
Lima, Myria Mácia de Figueiredo, 126  
Lima, Natalina Melo, 105  
Lima, Normélia de Fátima Araújo de, 107  
Lima, Raimunda Nonato de, 116  
Lima, Raimundo Martins de, 61, 67, 96, 97, 151  
Lima, Ricardo Arcanjo de, 134  
Lima, Rosa Maria de Oliveira Freire de, 120  
Lima, Rosa Maria Ferreira, 61, 96, 158  
Lima, Roseli Gemael de Oliveira, 141  
Lima, Sásghala Maciel da Silva, 154  
Lima, Sigrid Barbosa de, 138  
Lima, Sílvia Helena Vale de, 107, 108  
Lima, Silvina Maria Martins, 106  
Lima, Sonia Iracy, 151  
Lima, Valquiria Nunes de, 117  
Linhares, Júlio Ricardo B. Linhares, 78  
Linhares, Norma de Carvalho, 113  
Lino, Fernandina Fernandes, 109  
Lino, Lucia Alves da Silva, 134  
Lins, Vera Lucia Costa, 120  
Lion, Maria Laura da Cunha, 93, 97  
Lira, Celia Alexandre, 153  
Lira, Katia de Araujo, 153  
Lira, Raquel Alexandre, 153  
Lisboa, Maria Miranda Costa, 107  
Lissa, Sonia Regina Locatelli, 142  
lista tríplice, 37, 38, 41  
Liston, Rose Cristiane Franco Seco, 103  
Littiere, Lucia, 143  
livro de registro de presença, 34  
Lobão, Porfíria Melo Gomes, 157, 158, 159  
Lobato, Adna Soares, 160  
Lobato, Silvia Penna Chaves, 128  
Lobato, Tereza de Jesus da Costa, 103  
lobista, 47, 49  
Lobo, Elza Maria da Costa, 106, 107  
Lobo, Évilson Gilbens de Siqueira, 99  
Lobo, Flávia da Silveira, 137, 138, 139  
Lobo, Perla Rodrigues, 156  
Locatelli, Sonia Regina, 143, 144

Lofreto, Paulo Rubens Reginato, 166  
Lohmann, Heloisa Constant, 131  
Lomando, Naila Touguinha, 148  
Lopes, Ana Suely Pinho, 113  
Lopes, Anna de Souza Ayres, 100  
Lopes, Carla Filomena Santos, 102  
Lopes, Cleir Maria, 155  
Lopes, Denise C. Cordeiro, 133  
Lopes, Dionísia Claudete Bonfim, 113  
Lopes, Graciema Fibger, 130  
Lopes, Julieta Carteado Monteiro, 118, 119  
Lopes, Julieta Carteado Monteiro, 119  
Lopes, Sydow, 134  
Lorena, Carmen de Arruda Botelho, 135  
Lorenzon, Maria Helena, 161  
Lorusso, Marise Miglioli, 94, 137  
Loureiro, Leda Wiebbelling, 145  
Loureiro, Marcia Rodrigues, 133  
Lourencetti Jr., Virgilio, 132  
Lourenço, Geni Cassemiro, 98  
Lubisco, Cleonice Sperling, 148, 150  
Lucas, Janete Cristina, 128  
Lucca, Cândida Otilia de, 140  
Lucena, Diva Seixas de, 120  
Luna, Therezinha Correia de Melo, 120  
Lunardelli, Rosane Suely Álvares, 96  
Lustosa, Iolanda de Sousa, 111, 114  
Luz, Mário Ferreira de, 93, 129  
Macedo, Eni Rios de, 126  
Macedo, Francisca Malviniêr, 112, 113  
Macedo, Iara Ferreira de, 147  
Macedo, Marcus Vinícius Rios de, 138  
Macêdo, Maria de Fátima, 113  
Macedo, Marilda Rodrigues de, 115  
Macedo, Mônica Valéria Nogueira, 102  
Macedo, Neusa Dias, 37,  
39, 93, 97, 135, 136  
Macedo, Vera Amália Amarante, 45, 93  
Machado Filho, Orlando Pereira, 107  
Machado, Cristiane Salvan, 164  
Machado, Iara Conceição Neves, 94  
Machado, Iraceli Rodrigues, 110  
Machado, Maria Teresa Ferlini, 103  
Machado, Marli, 163  
Machado, Raymundo das Neves, 122  
Machado, Sol Abtibol, 151  
Machado, Sonia de Menezes  
Lyra Nobre, 102  
Machado, Terezinha Costa, 120  
Machado, Rejane Ramos, 133  
Macieira, Maria Helena  
Souza Leão, 112, 113  
Macieira, Simone Lucília Andrade, 158  
Maciel, Adelly Mendonça, 114  
Maciel, Christiane Alves Costa, 108  
Maciel, Clarlete de Souza, 151  
Maciel, Erika Miranda, 153  
Maciel, Ivone Cavalcante, 139  
Maciel, Marco, Senador, 55, 59  
Maciel, Maria Celina de Aquino, 103, 104  
Maciel, Raquel dos Santos, 154  
Maciel, Rejane Maria Gomes, 112  
Maciel, Terezinha de Oliveira, 111  
Madureira, Maria Júlia Felchar, 137  
Magalhães, Leila Maria Bueno, 141  
Magalhães, Maria Creuza de Sales, 113  
Magalhães, Martildes Gregória Castro, 157  
Magalhães, Rodrigo Oliveira, 166  
Magliocco, Vitor, 144  
Magnani, Eunice Mendes Campos, 124  
Magnato, Maria do Carmo, 115  
Magrisso, Maria Olinda Cozza, 146  
Maia Junior, Waldemar de Souza, 126  
Maia, Alice Barros, 129, 131  
Maia, Cristiane de Almeida, 102  
Maia, Joana Lucila Obando, 107  
Maia, Joana Lucila, 106  
Maia, Liliane Carneiro, 156



Maia, Maria Herbene  
Barbosa Lima, 109, 111

Maia, Maria Olivia, 154

Maia, Odicéia Wanghon, 105

Maia, Selma Maria, 113

Maia, Tereza Cristina Mota, 95, 151

Maior, Jane Souto, 115

Malaquias, Enisete da Silva, 138

Maleronka, Ariadne Grion, 136

Maneschy, Alice Paiva, 105

Manifesto Nacional em Defesa  
das Bibliotecas, 77

Mansi, Jasmira de Oliveira, 136

Manta, Luciana Demetrio, 133

Manual de Fiscalização, 56

Manual de Procedimentos para a  
Fiscalização Profissional, 48

Manual de Serviço, 45

Manual Estruturante, 72

Manzi, Suely Maria Silva, 115

Maranhão, Maria Ignez, 132

Marcantonio, Antonia Terezinha, 138

Marcelino, Aguinaldo, 144

Marchesan, Cleci, 160, 161

Marchiori, Patrícia Zeni, 95

Marcial, Cristine Coutinho, 102

Marcom, Morgana, 148, 149

Margalho, Francisco Bahia, 98

Maria, Ana Lúcia, 116

Marian, Roseli Olga da Silva, 162

Maricato, Nisete, 120

Marinho, Creseunir Miranda, 155

Marinho, Darcia Francisca da Costa, 153

Marinho, Erik Janson Vieira Monteiro, 166

Marinho, Jandaia Iracema Mendes, 126

Maroclo, Luiz Carlos, 98, 99

Marques, Ana Rosa Montenegro, 120

Marques, Anderson Matias, 139, 140

Marques, Eliana Maria, 137

Marques, Elieser Elias dos Santos, 148, 149

Marques, Maeve Liz, 141

Marques, Maria Consuelene, 99, 100

Marques, Maria das Graças  
Carvalho, 99, 100, 101

Marques, Maurício Mendes, 102

Marques, Rogério da Silva, 128

Marques, Silvia Augusta, 114

Márquez, Zenaira Garcia, 145, 146

Martha, Maria Olivia Bandeira, 145

Martignago, Deisi, 163

Martins Filha, Anisia Baptista, 99, 100

Martins, Ana Cláudia, 140

Martins, Carina Rejane, 129

Martins, Elza Maria Santos, 158, 159

Martins, Guaracy Araújo Santiago, 113

Martins, Hermelinda Peixoto Pereira, 157

Martins, Isabel Gallindo, 114

Martins, Jean Charles Racena  
dos Santos, 154

Martins, Kátia Luciane Macedo, 108

Martins, Kelly Cristiane de Freitas, 102

Martins, Leoneide Maria Brito, 160

Martins, Maralyza Pinheiro, 114

Martins, Maria Brígida  
Salgado de Souza, 111

Martins, Maurina Basilio de Souza, 156

Martins, Monique da Costa, 144

Martins, Myriam Gusmão de, 93

Martins, Norma Peclat da S., 132

Martins, Robson Dias, 134

Martins, Suely Maria Pastor Almeida, 158

Martins, Tatiana de Paula, 61, 166

Martins, Walquiria Braun, 142, 143

Martins, Zilda Cruz Leal, 130, 131

Martins, Elza Maria Santos, 157

Martins, Sonia Acosta, 157

Martucci, Elisabeth M., 137

Masioli, Joana D'Arc, 156

Massafera, Ramona Soulimá Vieira, 102

Mastri, Rosemeire Marino, 95

Mata, Maria de Fatima Teles da, 120  
Mata, Maria Margarete Sell da, 160  
Mato Grosso do Sul, 57  
Mato Grosso, 57  
Matos, Celia Maria de Almeida, 121  
matriz curricular, 217  
Matte, Rose Mari, 143  
Mattos, Aurea Gomes Liberato de, 119  
Mattos, Célia Maria de Almeida, 120, 121  
Mattos, Diana Maria Rocha, 99  
Mattos, Erotildes de Lima, 133  
Mattos, Maria Antonia Ribas Pinke Belfort, 134, 135  
Mattos, Maria das Graças Fonteles, 111  
Mattos, Maria Ibiapina Cavaleiro de Macedo, 104  
Mattos, Maria Lucas, 118  
Mattos, Rosana Rita, 162  
Maurício, Maria José, 164  
May, Maria Ephigênia Ramos, 140, 141  
Medeiro, Ana Claudia, 164  
Medeiros, Ana Ligia Silva de, 132, 134  
Medeiros, Claudia, 126  
Medeiros, João Bosco de, 164  
Medeiros, Leina Francisca de Moraes, 153  
Medeiros, Paz Therezinha Ribeiro de, 101  
Medeiros, Regina Barauna Duarte, 143  
Medeiros, Vilmar Augusto de, 61  
Meguins, Maria Stella de Carvalho, 107  
Mehl, Regina Rosa, 140, 141  
Mehlan, Viviane, 163  
Meira, Adriane Maria da Silva, 165  
Meira, Luciana da Silva, 139  
Meireles, Rosângela Galvão, 157  
Meirelles, Lucilena Velleda, 149  
melhoria do processo de gestão, 56  
Mello, Eneida, 141  
Mello, Ligia Maria Oliveira, 155  
Mello, Marcia das Neves, 132  
Mello, Myriam Gurjão de, 97  
Mello, Paula Maria Abrantes Cotta de, 132  
Mello, Regina Helena Azevedo de, 101  
Mello, Silvia Barbosa de, 116  
Mello, Marcia das Neves, 133  
Melo, Iridéa Simonette de, 151  
Melo, Ana Virgínia de Queiroz, 116  
Melo, Elisete de Sousa, 134  
Melo, Elizete de, 133  
Melo, Eneida, 140  
Melo, Fabiana Abreu, 113  
Melo, Lizete Alves de, 144  
Melo, Magnólia Souza Bandeira de, 110, 111, 159  
Melo, Maria das Graças de Lima, 93, 115  
Melo, Maria do Socorro Castro, 109, 110  
Melo, Maria Lúcia Mendonça, 115  
Melo, Marilene Vasconcelos de, 126  
Melo, Milton, 114  
Melo, Neuza Tinoco, 121  
Melo, Rosa Maria de Paiva, 104  
Melo, Silvia Barbosa de, 115  
Melo, Thelma Marylanda Silva de, 113  
Melo, Ubirajara Dias de, 138  
Melo, Maria da Luz Oliveira de, 97  
membro nato, 33  
Mendes, Amir Melo, 116, 117  
Mendes, Ana Lúcia Dal Pozzo, 144  
Mendes, Benedita de Loyola Vale, 158  
Mendes, Izabel Cristina de Carvalho, 108  
Mendes, Jacira Almeida, 120, 121  
Mendes, Lisane Marcela Teixeira Laborda, 154  
Mendes, Maria do Carmo, 125  
Mendes, Maria Edite, 98  
Mendonça Júnior, Gilberto de Sousa, 160  
Mendonça, Elba Carvalho de Araújo, 152, 153  
Mendonça, Lourdes Bomtempo, 100, 101  
Mendonça, Lucimar Silva Cunha, 122  
Mendonca, Maria de Lourdes Azevedo, 146



Meneses, Raquel da Veiga Araújo de, 102  
Menezes, Estera Muskat, 95  
Mengarda, Marlene, 142  
mercado de trabalho do bibliotecário, 34  
MERCOSUL, 28, 45,55, 59  
Meskell, Lucia de Barros Neiva, 98  
Mesquita, Edila Risuenho de, 105  
Mesquita, Lincoln Morais de, 167  
Mesquita, Maria Celeste, 109  
Mesquita, Maria Lilian Moreira, 105  
Messeder, Mônica Machado, 129, 162, 163  
Metchko, Dulce Maria Bastos, 141  
Meurer, Ligia Beatriz, 146, 147  
Michaelis, Moema da Silva, 142  
Michieli, Luiza Celeste, 148, 149  
Mielniczuk, Jussara Pellin, 147  
Milach, Marilene Zicarelli, 142  
Milano, Manoelle Cristine Dalri, 163  
Milarch, Marilene Zicarelli, 96, 140, 141, 143  
Milleo, Rosemary Brambilla, 143  
Ministério da Cultura, 64  
Ministério da Educação e Cultura, 34, 43, 45  
Ministério da Educação, 216  
Ministério da Justiça, 57  
Ministério do Planejamento, 48  
Ministério do Trabalho e Previdência Social, 27,28, 34, 36, 43  
Ministério do Trabalho, 41,44, 46, 48,51, 64  
Ministério Público, 78  
Minozzo, Neiva, 144  
Minssen, Lucília, 144  
Miranda, Angélica Conceição Dias, 149, 150  
Miranda, Irene da Costa, 105, 106  
Miranda, Marcos Luiz Cavalcanti de, 134  
Miranda, Maria Eunice Alves de, 115  
Miranda, Maria José Guimarães, 99  
Miranda, Maria Lindinalva Barcelos, 156  
Miranda, Maria Lindinalva Barcelos, 155  
Miranda, Normanda dos Santos, 98  
Miranda, Rita Moreira dos Santos, 126  
Miranda, Terezinha de Jesus, 141  
Miranda, Zelia Bastos Guimarães Carneiro de, 131  
Miranda, Luciene, 126  
Misturini, Maria de Fátima Morelli, 162  
Mizzetti, Maria do Carmo Ferreira, 148, 149  
Modesto, Jose Aurelino, 119  
Monero, Ana Maríse Rocha, 147  
Monjardim, Cleusa Zanetti, 155  
Montagnoli, Sandra F. de, 137  
Montalvão, Natianne Polinelli Gomes, 117  
Montanino, Cláudia, 94, 95, 141, 142  
Monte, Flavia Helena da Silva, 149, 150  
Monteiro, Edvaldo Wellington da Cunha, 108  
Monteiro, Katia, 157  
Monteiro, Liana Lima Nogueira, 111  
Monteiro, Marcelino Geraldo Menezes, 153  
Monteiro, Maria das Graças, 121  
Monteiro, Maria Edna, 102  
Monteiro, Rosinete Pires, 107, 108  
Monteiro, Rutinéia Amaral, 160  
Montello, Josué, 28  
Montenegro, Zilma Antonia Lapa, 120  
Monturil, Sérgio Roberto Silva, 166  
Moraes, Ediza Maria dos Santos, 106  
Moraes, Edmea Gorga de, 134  
Moraes, Lourdes de Souza, 138  
Moraes, Margareth Lopes de, 133  
Moraes, Maria Luzinete Fontenele, 113  
Moraes, Rubens Borba de, 26  
Moraes, Silvana Cristina Gusmão, 160  
Moraes, Sonia de Souza Brustolim, 141  
Moraes, Sueli Oliveira, 96, 153, 154

Moraes, Suzana Binato de, 146  
Moraes, Vera Alice Ferreira de, 136, 137  
Moraes, Ediza Maria dos Santos, 106  
Morais, Jenner Jalner de, 166  
Morais, Maria da Conceição, 115  
Morales, Carolina Bazzi, 166  
Morato, Romulo Baptista, 130, 131, 132  
Morch, Canísio Miguel, 143  
Moreira, Amélia Maria, 137  
Moreira, Carlinda Caldas P., 130  
Moreira, Cybele Maria, 155  
Moreira, Elaine Cristina de Brito, 164  
Moreira, Elizabeth Helena Braga, 161  
Moreira, Germana, 140  
Moreira, Jacy Pietra Vasconcelos, 125  
Moreira, Joana Leonor Hardman Araujo, 99  
Moreira, Jonniery dos Santos, 103  
Moreira, José Albuquerque, 94, 99  
Moreira, Larissa Verônica, 160  
Moreira, Maria Eliane Silva, 114  
Moreira, Valdenira Maria de Jesus, 105  
Moreira, Waldete Brant, 127  
Moreira, Washington José de Almeida, 97  
Moreira, Jacy Pietra Vasconcelos, 124  
Moreira, Juliana Alves, 128  
Morena, Ruth Versiani, 93  
Moreno, Denaura Barbosa, 114  
Moreto, Eutália Cristina Nascimento, 142  
Moro, Eliane Lourdes da Silva, 97, 214-217  
Moschen, Maridalva Del Fiume, 156  
Moscovits, Maria do Carmo Estrela, 120  
Moser, Evanilde Maria, 162  
Mota, Amanda Susane Gomes, 154  
Mota, Francisca Rosaline Leite, 97, 128  
Mota, Paulo Celestino de Carvalho, 165  
Mota, Regina Ruth Pinto, 103, 104  
Motta, Lílian Rose Cunha, 149  
Motta, Maria Eleonora Freire, 101, 102  
Motta, Marilene Alves, 164  
Mottinha, Zilah Ferreira, 97  
Moura Filho, Geraldo Batista de, 110  
Moura, Ana Claudia da Silva, 153  
Moura, Angela Maria Saraiva de, 94, 115  
Moura, Beatriz Trevisan de, 141  
Moura, Carlos Eduardo Silveira de, 151  
Moura, Graziella da Silva, 117  
Moura, Hugo Ferreira de, 165  
Moura, Maria Auxiliadora Carneiro de, 124, 127  
Moura, Maria da Graça de Faria, 157  
Moura, Maria Ednazilda Menezes de, 111, 113  
Moura, Maria Lúcia, 116  
Moura, Norma Lúcia, 110  
Moura, Washington de Almeida, 37  
Mourão, Maria Carmolinda Marques da Silveira, 151  
Movimento associativo, 220-241  
Movimento da Cidadania contra a Miséria, a Fome e pela Vida, 54  
Movimento pela Ética na Política, 54  
Mulholland, Elda Aparecida S., 133  
Muller, Joceli, 149  
Müller, Luciana Kramer Pereira, 151  
Muller, Maria Inês Gonçalves de Oliveira, 98  
Muller, Ory Terezinha Lisboa, 161  
Muniz, Iade Maria de Jesus, 157  
Murta, Vera Fulgêncio, 126  
Mutti, Neide Camargo, 142, 143, 144  
Nahra, Tânia Maria Dias, 150  
Nahuz, Cecília dos Santos, 157  
Nahuz, Fernanda dos Santos, 102  
Napoleone, Luciana Maria, 138, 139  
Nardino, Anelise Tolotti Dias, 150  
Naruse, Clara Akiko, 105  
Nascimento, Albertina Rosa Carmo, 155  
Nascimento, Alcione Maria do, 116  
Nascimento, Alfredo, Senador da República, 81

Nascimento, Aline Carvalho do, 158, 159  
 Nascimento, Domitila Umbelino do, 100  
 Nascimento, Ester Aires do, 142  
 Nascimento, Graciléa Moreto Patrocínio, 155  
 Nascimento, Heloisa, 161  
 Nascimento, Jose Antonio Santana do, 123  
 Nascimento, Lindinalva Souza do, 114, 115  
 Nascimento, Lucyana da Silva, 122  
 Nascimento, Maria de Fátima Prado do, 152, 153  
 Nascimento, Maria de Fátima Santos do, 107  
 Nascimento, Maria de Jesus, 96  
 Nascimento, Mirian Salvadore, 136  
 Nascimento, Nairon Carvalho do, 154  
 Nascimento, Patrícia Barroso, 122  
 Nascimento, Tatiana Sousa, 123  
 Nascimento, Vilma Aparecida Gural do, 144  
 Nassar, Nazira Leite, 104  
 Nasser, Janne Cury, 103  
 Navegantes, Maria das Graças Freitas, 104  
 Nebel, Luciana Franke, 147, 148  
 Nemmen, Nariman Marisa, 147, 150  
 Neubhauher, Berenice, 138  
 Neves, Angela Maria Crespo Queiroz, 98  
 Neves, Barbara Coelho, 123  
 Neves, Bernadete Sinay, 26  
 Neves, Fernanda Ivo, 50, 94, 95, 116  
 Neves, Iara Conceição Bitencourt, 146  
 Neves, Luciana Batista, 127, 128  
 Neves, Maria Celina Maciel, 107  
 Neves, Rogério Xavier, 138  
 Niaradi, Ana Valquíria, 138  
 Nicklas, Ursula, 146  
 Ninov, Tania Maria, 148  
 Nobre, Zenídia de Paula Moreira, 114  
 Nóbrega, Paula Pinheiro da, 113  
 Nogas, Livia Maria, 144  
 Nogueira, Alcinéa Fernandes, 151  
 Nogueira, Ana Maria de Andrade Rodrigues, 130, 131  
 Nogueira, Maria Christina de Almeida, 94  
 Nogueira, Raimunda Nonata, 158, 159, 160  
 Nogueira, Sonia de Fatima, 113, 114  
 Nogueira, Tatiana Eliza, 101  
 Norões, Ida Maria Freire de, 111  
 nova sede, 48  
 Novack, Marieta Pestana, 135, 136  
 Novaes, Guido José, 127  
 Novaes, Maria da Conceição Melo, 115  
 Novo, Hildenise Ferreira, 121  
 Nunes, Ana Maria de Oliveira Telles, 136  
 Nunes, Arlete Sodre, 121  
 Nunes, Carlos Antonio Caldeiras, 165  
 Nunes, Cybelle Macedo, 164  
 Nunes, Dirce Terezinha, 161  
 Nunes, Jornildes Castro Pereira, 121  
 Nunes, Maria Aldenir dos Santos, 159  
 Nunes, Maria das Graças Rocha, 120  
 Nunes, Maria Elisa Hecht, 99  
 Nunes, Maria José Valentim, 157  
 Nunes, Sylvia Cavalcanti Pereira, 130  
 Ohira, Maria Lourdes Blatt, 161, 162, 164,  
 Okawachi, Massayuki Franco, 103  
 Oliveira, Adozinha Ewerton, 157  
 Oliveira, Agnubia Pereira de, 121  
 Oliveira, Alzira Conceicao Passos de, 117  
 Oliveira, Ana Maria Miranda, 127  
 Oliveira, Andrea Alves dos Santos, 155  
 Oliveira, Aristeu Antunes de, 162  
 Oliveira, Bernadete Trzeciak de, 144  
 Oliveira, Clecy Saiter Araújo, 154, 155  
 Oliveira, Dalgiza Andrade, 96, 127  
 Oliveira, Diva Malucelli de, 141  
 Oliveira, Elaine Ricevich Bastos de, 102  
 Oliveira, Elma Aparecida de, 128  
 Oliveira, Elmir Machado de, 142, 143  
 Oliveira, Euler Sinoir de, 156

Oliveira, Fatima Marinho de, 133  
Oliveira, Fernando Antônio de, 117  
Oliveira, Gilka Maria Mendonça brasileiro de, 115  
Oliveira, Glacy Pereira Martins de, 157  
Oliveira, Graziela de, 102, 162  
Oliveira, Guacyra César de, 53  
Oliveira, Hamilton Vieira de, 96, 108  
Oliveira, Heloisa Maria de, 161  
Oliveira, Ieda Maria Souza de, 161  
Oliveira, Ionice Prado de, 147, 148  
Oliveira, João Bosco Rodrigues de, 95, 137  
Oliveira, Josemir Barbosa de, 114  
Oliveira, Katia Aparecida Teixeira de, 134  
Oliveira, Laura Correa, 144  
Oliveira, Leila Barros Cardoso, 102  
Oliveira, Leila Rabello de, 138  
Oliveira, Leonardo Cavalcanti de, 117  
Oliveira, Leonardo Silva, 102  
Oliveira, Leticia Pedroni de, 156  
Oliveira, Lizette Pinheiro de, 154, 155  
Oliveira, Lucia Beatriz Paranhos de, 133  
Oliveira, Luzineide Araujo de, 123  
Oliveira, Margarida Pinto, 117  
Oliveira, Maria Auxiliadora de Castilho, 126, 127  
Oliveira, Maria Cecília Filogônio de, 126  
Oliveira, Maria Cristina Guimarães de, 115  
Oliveira, Maria das Graças de, 155  
Oliveira, Maria das Graças Vidal de Negreiros, 116, 117  
Oliveira, Maria de Fátima da Silva, 110  
Oliveira, Maria de Lourdes C. B. de, 115, 116  
Oliveira, Maria de Lourdes Tito de, 123, 124  
Oliveira, Maria José da Luz Marques de, 97, 98  
Oliveira, Maria Marlene de, 156  
Oliveira, Maria Odaisa Espinheiro de, 94, 96, 104, 105  
Oliveira, Maria Zélia Sousa, 109  
Oliveira, Maria Zilmar de, 111  
Oliveira, Marilene de, 100, 102  
Oliveira, Marlene Aparecida, 138  
Oliveira, Marlene Aparecida de Castro, 138, 159  
Oliveira, Marlene Fontenelle, 151  
Oliveira, Miriam Alves de, 109  
Oliveira, Nascimento, Daise Maria de, 103  
Oliveira, Neide Maria Melo de, 115, 116  
Oliveira, Nilse Terezinha Pires de, 147  
Oliveira, Odete Conceição, 118  
Oliveira, Otávio Alexandre Jeremias de, 102  
Oliveira, Sandra Diniz de, 166  
Oliveira, Severina Sueli da Silva, 164  
Oliveira, Simone Rosa de, 116  
Oliveira, Sonia Miranda de, 128  
Oliveira, Tânia Cristina de, 128  
Oliveira, Vânia Martins Bueno de, 137  
Oliveira, Vânia Natal de, 129  
Oliveira, Vantuil Corrêa de, 126, 127, 128  
Veiga, Adelaide Soares de Oliveira, 100  
Oliveira, Venauria Batista de, 100  
Oliveira, Victor Barroso, 156  
Oliveira, Zuleick dos Santos, 151  
Oliveira, Ana Maria Miranda, 126  
Oliveira, Glacy Pereira Martins de, 157  
Oliveira, Katia Aparecida Teixeira de, 133  
Ordem dos Advogados do Brasil, 36  
Oreco, Angela, 137  
Orland, Orlando Francisco Bellagamba, 135, 136  
Orlandi, Ivete Lúcia, 154, 155  
Ortiz, Solange Padilha, 149  
Oyesayna, Regina Simão Paulino, 126  
Ozolins, Lucia Lanari, 99, 100  
Pacheco, Ana Maria Ramos, 156  
Pacheco, Ângela Maria Martins, 105  
Pacheco, Kátia Lúcia Pacheco, 97, 127, 128, 208-212



Pacheco, Kilvia Nazaré Martins, 105  
Pacônio, Maria Teresa, 114  
padrões mínimos para as bibliotecas brasileiras, 43  
Pagliari, Albert Avelar, 127  
Paim, Alba Lileana R. da Silva, 119  
Paim, Paulo, senador, 78  
Paiva, Juliana da Silva, 164  
Paixão, Edma Maria L. Meireles, 116  
Paixão, Leonor Moraes Mendes da, 120  
Paixão, Ligia Scrivano, 95, 132, 133  
Paixão, Marcos Antônio da Silva, 108  
Paixão, Regina Batista, 157  
Palhares, Dilke Maria Benedita de Faria Salgado, 98  
Palmeira, Paula Carolina de Freitas, 128  
Palmiquist, Ruth, 142  
Pamplona, Maria Lílian Mesquita, 106, 107  
Pamplona, Mônica Leite Barbosa, 111  
Pandolfi, Maria Hedy Lubisco, 145  
Pantoja, Zeneide de Souza, 57, 95, 106, 107  
Paola, Marco Aurélio Borges de, 100  
Pará, 57  
Paraíba, 73  
Paranhos, Wanda Maria Maia Rocha, 141, 142  
Parente, Sheila Maria Andrade, 100  
Parreiras, Vania Maria Bittencourt, 132, 133  
Parto, Odimar José Ferreira, 153  
Passarinho, Eleonora, 49  
Passos, Jeane dos Reis, 138  
Pastore, Vera Leny Silva, 140  
Patrício, Zuleide Figueiredo, 161  
Paula, Cássio Jose de, 128  
Paula, Cleidivânia Janaína de, 128  
Paula, Eufelia Camargo Pupo de, 135  
Paula, Lenice Moura Araújo de, 115  
Paula, Maria Lucia Correa de, 135  
Paula, Maria Solange Alves de Souza, 119, 120, 121  
Paula, Rosalba Elisabeth de, 162  
Paula, Rosalia Paraiso Matta de, 125, 126  
Paula, Sônia Nalva de, 116  
Paulino, Evanda Aparecida Verri, 136, 139  
Paulsen, Denise Frank, 148  
Pavan, Ana Paula de Moura Souza, 140  
Paz, Calíope Maria Melo, 102  
Paz, Josenita Farias de Araújo, 113  
Pazin, Regina Alice Albina Prueter, 140  
Pecegueiro, Cláudia Maria Pinho de Abreu, 158, 160  
Pedreira, Michele Irigaray Moises, 151  
Pedreira, Rosa Edite Lemos Alves, 98  
Pedrosa, Pedro Roberto, 156  
Pedroso, Carmen Silvia Amazonas, 104, 105  
Pegoraro, Carmen Salete das Graças, 142  
Pegoraro, Regina Maria Lamas, 140, 141  
Peixoto, Rosy Bleggi, 129, 130  
Pelicano, Elizabet Aparecida, 100  
Pena, André de Souza, 128  
Pena, Patricia Maria Pires, 125  
Penido, Vera Lucia da Silva, 126  
Penna, Eunice da Costa, 104  
Penna, Francisca Barros, 129  
Penna, Maria das Graças da Silva, 108  
Perea, Anibal Araujo, 103  
Pereira Junior, Antônio Afonso, 128  
Pereira, Adriana Rangel, 164  
Pereira, Aline da Conceição Pinheiro, 108  
Pereira, Angela Mara Machay de Assis, 99  
Pereira, Carlos Magno Belo, 160  
Pereira, Cleide Ancilon de Alencar, 109, 110  
Pereira, Cristina Volz, 149, 150  
Pereira, Dalva Estela Moreira, 130  
Pereira, Daniele Martins de Oliveira, 154  
Pereira, Débora Maria Russiano, 163  
Pereira, Donatila de Fátima C., 99

Pereira, Elcy Guimarães Ferreira, 97  
Pereira, Elsy Guimarães Ferreira, 37, 129  
Pereira, Giovanna Marcia Valfre, 156  
Pereira, Gleice, 156  
Pereira, Irailda Brito, 119  
Pereira, Isanira Coutinho  
Vaz, 106, 107, 108  
Pereira, Joanicy Leandra, 157  
Pereira, Jovirene Joaquim, 164  
Pereira, Maria Cristina Moraes, 101  
Pereira, Maria de Fatima Raposo, 132  
Pereira, Maria de Nazaré Freitas, 104  
Pereira, Maria Helena Almeida, 97  
Pereira, Maria José Calado, 158  
Pereira, Maria Rosivalda da Silva, 159  
Pereira, Nalzei Alves, 108  
Pereira, Rosângela de Oliveira do Valle, 161  
Pereira, Roseana do Carmo Silva, 157  
Pereira, Selma de Jesus  
Pinon, 105, 106, 107  
Pereira, Sílvia Regina Giordani, 100  
Pereira, Vera Lelia Abramo, 120  
Pereira, Vilma, 98, 99  
Peres, Luiz Carlos, 163  
Perez, Dolores Rodriguez, 133  
perfil do bibliotecário, 26  
Perin, Tatiana Dohl, 151  
Pernambuco, 59, 73  
Perota, Maria Luiza Loures Rocha, 155  
Pessanha, Myrthes Maciel Maria, 95, 132  
Pessoa, Clarice Negreiros  
de Vasconcelos, 130  
Pessoa, Edilice de Santana, 114  
Pessoa, Fabíola Nazareth Lavinias, 102, 103  
Pessoa, Ida Brandão de Sá, 93  
Pessoa, Maria Lúcia Cavalcante  
de Moura da Veiga, 115  
Pessoa, Maria Lúcia de  
Moura da Veiga, 61, 95  
Pessoa, Nilmary Passos, 121  
Peterle, Inês, 147  
Petrolli, Simone Sessegolo, 150  
Petroni, Mirdes Marcilli, 138  
Petry, Zahyra de Albuquerque, 145  
Petrycarbente, Isabel, 141  
Petzhold, Eleonora Liberato, 150  
Philippi, Ana Claudia, 162  
Piauí, 60  
Piccoli, Celia Ignez, 145  
Piedade, Maria Antonieta Requião, 129  
Piedade, Tereza Falcao, 119  
Pimenta, Marcia Teresa da Rocha, 157  
Pimentel, Ceres Maria Soares, 119, 120  
Pimentel, Deivisson Lopes, 123  
Pimentel, Edna Maria Sitônio, 95, 115  
Pimentel, Osvalney Ramos, 153  
Pingarilho, Maria de Nazaré F., 130  
Pingarillho, Maria Nazare, 131  
Pinha, Stelina Maria Martins, 101  
Pinheiro, Álamo Chaves de  
Oliveira, 128, 129  
Pinheiro, Cybelle Maria Moreira, 155  
Pinheiro, Edna Gomes, 111  
Pinheiro, Glaucia Regina G., 151  
Pinheiro, Hermelinda Ricoy Fentanes, 126  
Pinheiro, Ivana de Jesus, 151  
Pinheiro, Leandro, 164  
Pinheiro, Lena Vania Ribeiro, 104  
Pinheiro, Lina Celeste Valente, 104  
Pinheiro, Maria Aline Paixao  
Neves, 121, 122, 123  
Pinheiro, Maria Aparecida Barros, 121  
Pinheiro, Maria Cecília Pimenta, 136  
Pinheiro, Maria de Fátima  
Oliveira Costa, 158  
Pinheiro, Maria de Nazaré Moraes, 153  
Pinheiro, Marilucia Ribeiro, 133  
Pinheiro, Williams Jorge  
Corrêa, 97, 171- 201  
Pinho, Alcina Maria Geiger de, 118

Pinho, Hermano José, 113  
Pino, Arnaldo Paiva de, 130  
Pinto, Adélia de Moraes, 107  
Pinto, Adriana Rafael, 139, 140  
Pinto, Cássia Queiroz, 127  
Pinto, Elizabeth Heitor, 151  
Pinto, Fernanda Machado, 130  
Pinto, Jeanne Braga de Alencar, 109  
Pinto, Maria Aparecida Monteiro de Castro, 98  
Pinto, Marisa Signorelli Teixeira, 135  
Pinto, Michele Silva, 160  
Pinto, Nelita Manoelina Alves, 137  
Pinto, Valdir Batista, 117  
Pinto, Yacy Damiani, 145  
Pinudo, Renilda Costa, 154  
Pires, Ana da Glória, 132  
Pires, Ana Maria de Moura Serra, 159  
Pires, Elisa Campos M. Rodrigues, 137  
Pires, Erik André de Nazaré, 108  
Pires, Eva Sylvania S., 115  
Pires, Jorge Humberto Souza, 147  
Pires, Maria das Dores Rodrigues, 125  
Pires, Patrícia Arlene Regis, 102  
piso salarial do bibliotecário, 55  
Pitangueiras, Helena Andrade, 121  
Pittella, Monica Cardoso, 95  
Piza, Gerson Edson Toledo, 136  
Placer, Xavier, 94, 129  
Plano de Classificação de Cargos do Serviço Público Federal, 44  
Plano de Trabalho, 43  
Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), 77  
Plenário do CFB, 44  
Polimeno, Therezinha Maria Chaves de Carvalho, 134  
política de integração CFB/CRB, 58  
Polke, Ana Maria Athayde de, 123  
Ponte, Moema Malheiros, 99  
Pontelo, Anália das Graças Gandini, 127, 128  
Pontes Júnior, João de, 140  
Pontes, Carla de Santana, 116  
Pontes, Germana Tabosa Braga, 110  
Pontes, Gláucia Rejane Crisóstomo, 113  
Porath, Rosi Slaviero, 141  
Portal Saúde Baseada em Evidências, 77  
Portella, Nídia Maria Lubisco, 94  
Porto, Edith, 97  
Pôrto, Teresinha de Lourdes, 124  
pós-graduado, 44, 46, 50  
Povoa, Neyde Pedrosa, 135  
Prado, Renata Coutinho, 161  
Prado, Heloisa de Almeida, 34, 38, 39, 93  
Prado, Noêmia Schoffen, 162  
Prado, Zilmara Quirino d, 142  
Praga, Fábila Marques, 166  
Prata, Diana Maria Bessa, 110  
Prates Junior, Israel Rodrigues, 103  
Prates, Rossania Maria Pereira, 156  
Pressotto, Vera Lúcia, 149  
Preussler, Zaida Maria Moraes, 145  
primeira Assembleia dos Conselhos Federal e Regionais, 33  
Prince, Samira Maria Rossy, 105  
processo eleitoral, homologação, 28  
profissão de bibliotecário, 36  
profissional liberal, 27  
profissões liberais, 51  
Programa “Uma biblioteca em cada município”, 64  
Programa de Treinamento Intensivo para Auxiliar de Biblioteca (PROTIAB), 43  
Programa Sociedade da Informação (SOCINFO), 65  
Programas de Doutorado, 28  
Programas de Mestrado, 28  
Projeto mobilizador biblioteca escolar, 75  
Promester, Peter, 116

Prorrogação de mandato, 53  
provisionados, 34  
Puerari, Dely Bezerra de Miranda, 132  
Quadros, Jânio, 35  
Quaresma, Dinorá Luna de Assis, 93, 94, 95  
Quaresma, Leonor Salles, 162, 163  
Queiroz, Antonia Maria Carvalho de, 121  
Queiroz, Claudiney Carrijo de, 100  
Queiroz, Flaviano Lima de, 152  
Queiroz, Flaviano Lima de, 153  
Queiroz, Ismênia Maria Pinto Villar de, 111, 113, 114  
Queiroz, Marcelle da Silva Coelho, 157  
Queiroz, Maria Luiza Almeida de Souza, 135  
Queiroz, Maria Madalena Batista, 156  
Queiroz, Maria Suely Lima de, 114  
Queiroz, Marlene de Oliveira, 152  
Queiroz, Raimunda Augusta de, 155  
Quiroz, Flaviano Lima de, 152  
Quinhões, Maura Esandola Tavares de, 133  
Quintal, Igor Rezende, 129  
Quintanilha, Maria da Conceição P., 133  
Quirino, Genilda Maria, 156  
Quitês, Maria Zulmira Porto, 161  
Rabelo, Branca Tamm, 97  
Rabelo, Kátia Simone Góes, 164  
Rabelo, Leiliane Sodré, 107, 108  
Rabelo, Liliâne Menezes, 108  
Ramalho, Márcia Teresinha de Borja, 162  
Ramirez, Neide Maria Rossi, 98  
Ramos, Cleriston Ribeiro, 150  
Ramos, Denise Aparecida Teixeira, 126, 127, 128, 129  
Ramos, Márcia de Araujo, 95, 99  
Ramos, Márcia de Araujo, 99  
Ramos, Maria Esther, 136  
Ramos, Nize Marinho, 102  
Ramos, Sandra Maria Muniz, 113  
Ramos, Vera Lúcia da Cunha, 105  
Rangel, Marcelly Bento, 95  
Raposo, Maria de Fatima Pereira, 131, 132  
Raulino, Pérola Cardoso, 36, 37, 97  
Ravaschio, Maria Alves de Paula, 135  
Rayol, Wilbert Santos, 160  
Rebello, Ana Luiza Belem, 151  
Rebouças, Rodrigo Leite, 114  
Reche, Mariza Prado Muller, 102  
Recife, 27, 50  
Reclassificação de Cargos e Salários do Bibliotecário no Serviço Público brasileiro, 49  
recomendação CBB, 174  
reconhecimento do profissional bibliotecário, 58  
reformulação da Lei 4.084/62, 43, 46  
regime militar, 36  
Regimento do CFB, 32, 43  
Regis, Edina Nami, 161  
registro de bibliotecas, 43  
registro profissional, 40  
registro secundário, 44, 57  
Rego, Neomisia Maria de Macedo, 130  
regulamentação da profissão, 171  
Reichmann, Déa Catharina, 141  
Reinaldo, Maria do Socorro Campos, 113  
Reinhardt, Rosemarie Margit, 140  
Reis, Alda Angelica Ribeiro dos, 119, 120  
Reis, Cacilda Basilio de Sousa, 134, 135  
Reis, Dinah Viana, 120, 121  
Reis, Eliomar de Jesus Franco, 157  
Reis, Lucia de Moura, 125  
Reis, Raimunda Ivete Moraes, 106  
Reis, Silva de Oliveira, 151  
Reis, Tania Lucy Tavares dos, 143, 144  
Remigio, Leonardo Gomes, 154  
renúncia conselheiros, 46  
Resende, Delma Maria dos Reis, 126  
Resende, Denise Benchimol de, 94  
Resende, Olga Emídio Rosa, 101

resoluções funcionamento CFB, 168, 169  
resoluções, exercício profissional, 167, 168  
Retiro São Francisco, 50  
revisão da Lei de Regulamentação Profissional, 62  
Revista de Biblioteconomia da UFMG, 56  
Revista de Biblioteconomia de Brasília, 45  
Rezende, Luzia Penido de, 123  
Rezende, Olga Emídio Rosa, 100, 101  
Rheinheimer, Rosemary, 146  
Ribas, Aymara Feuerschuette, 141  
Ribas, Tania Zimmermann, 145  
Ribeiro, Alexsander Borges, 150, 151  
Ribeiro, Ana Maria Buccini, 124  
Ribeiro, Angela Lage, 125  
Ribeiro, Antonia Mota de Castro Memória, 98  
Ribeiro, Beckmann, Clodoaldo Fernando, 103  
Ribeiro, Cristina V., 137  
Ribeiro, Deusia Maria de Sousa, 107  
Ribeiro, Fernanda Leite, 37, 97  
Ribeiro, Ionice de Paula, 101, 102  
Ribeiro, João Carlos Gomes, 130, 131  
Ribeiro, Marciana Leite, 138  
Ribeiro, Maria Cristina de Paiva, 134  
Ribeiro, Maria de Lourdes, 114  
Ribeiro, Maria Salete, 151  
Ribeiro, Marianna Zattar Barra, 134  
Ribeiro, Marilúcia Pinheiro, 134  
Ribeiro, Marli Elizabeth, 98  
Ribeiro, Mary Caroline Santos, 108  
Ribeiro, Nurimar Alice Gomes, 100  
Ribeiro, Raimunda de Jesus Araújo, 158, 159  
Ribeiro, Regina Coeli Araújo, 107  
Ribeiro, Rejane Maria Rosa, 123  
Ribeiro, Sheyla Gabriela Alves, 109  
Ricken, Aulicéia do Carmo Goes, 143  
Rimá, Jacqueline de Castro, 164  
Rio Branco, Dione Sousa, 159  
Rio de Janeiro, 37, 40  
Rio Grande do Norte, 73  
Rio, Daria Mattos do, 118  
Rios, Conceição de Maria Silva, 158, 159  
Rios, Francisco Welton da Silva, 114  
Riscala, Esphie Rosy, 140  
Riter, Juliana, 144  
Rivera, Dilza da Silva, 118  
Roberti, Marta, 148, 149  
Rocha, Ailtom Moreira da, 61, 166  
Rocha, Elizete Terezinha Caser, 155, 156  
Rocha, Hortencia Vieira, 118  
Rocha, Jaqueline Pereira, 165  
Rocha, José Lincoln Araújo, 111  
Rocha, Lenara Saraiva da, 146  
Rocha, Marisa Perrone Campos, 101  
Rocha, Nanci Simao da, 134  
Rocha, Sonia Correa da, 136  
Rocha, Sonia Correa da, 137  
Rocha, Valeria Mello, 132  
Rodarte, Maria de Lourdes, 125  
Röder, Paulo Henrique, 142  
Rodrigues, Ana Marly de Melo, 98, 103  
Rodrigues, Ana Rosa dos Santos, 104  
Rodrigues, Angela Pereira, 143  
Rodrigues, Eliana Pereira, 155  
Rodrigues, Elisangela da Silva, 151  
Rodrigues, Francisca Lucia Manhães, 155, 156  
Rodrigues, Hivellyse, 163  
Rodrigues, Iracema Stancati, 141, 142  
Rodrigues, Iraci da Silva, 98  
Rodrigues, Leny Helena Brunel, 161  
Rodrigues, Lucia Marina Boiteux de F., 132  
Rodrigues, Maria da Conceição Luna, 115  
Rodrigues, Maria Margarethe Vieira Pacheco, 134  
Rodrigues, Maria Solange Pereira, 143  
Rodrigues, Marisa Gadotti, 162

Rodrigues, Marlene Silva, 154  
Rodrigues, Nêmore Arlindo,  
71, 72, 96, 148, 149  
Rodrigues, Regina Alves, 105  
Rodrigues, Silvia Pinheiro, 151  
Rodrigues, Thais dos Santos, 160  
Rodrigues, Vera Violeta Calazans, 120  
Rodrigues, Virginia de Castro, 141  
Rogê Ferreira, Deputado Federal, 36  
Rokicki, Cristiane Camizão, 138, 139, 140  
Rolim, Ivanilda Fernandes da Costa, 94  
Rolim, Maria Lúcia de Borba, 138, 139  
Roll, Clarice Mattos, 99  
Romanelli, Maria de Lourdes Cortes, 124  
Rosa, Juliana Vianna, 144  
Rosa, Maria Auxiliadora  
Freitas da Costa, 107  
Rosa, Maria Simone de Oliveira, 134  
Rosa, Renata Weingartner, 162  
Rosa, Sandra Alves Martins da, 139  
Rosa, Verônica Maria Santos da, 147  
Rosemberg, Dulcinea Sarmento, 155  
Rosetto, Marcia, 218  
Rossi, Maria Luiza Amaral, 127  
Rozados, Helen Beatriz Frota  
Rozados, 96, 97, 146, 202- 207  
Rubim, Maria Rosane Canelas, 122  
Ruiz, Mary Luiza Zunino, 147  
Ruppenthal, Alaíde Caletti, 147  
Russo, Kátya Araújo, 151  
Russo, Laura Garcia Moreno, 27,  
28, 32, 37, 38, 39, 41, 93, 94  
Russo, Mariza, 133  
S. Filho, Jose Tavares da, 130, 131,  
Sá, Andréia Lúcia de, 140  
Sá, Nysia Oliveira de, 96, 133  
Saar, Regina Coeli, 126  
Sacchi Júnior, Nerio, 137  
Sacramento, Denilze Alencar, 123  
Saenger, José Carlos, 99  
salário mínimo do bibliotecário, 34  
Salasário, Maria Guilhermina  
da Cunha, 163  
Salazar, Nereida, 130  
Saldanha, Tania Maria Brito, 142  
Sales, Maria Creuza de, 113, 114  
Sales, Raimunda Sueli Almeida, 108  
Sales, Silvia Mota, 106, 107  
Sales, Simone Reis Santana de, 123  
Salgado, Denise Mancera, 138  
Salles, Rosangela Aguiar, 133  
Salvador, 50  
Sambaqui, Lydia de Queiróz, 27, 93, 136  
Sampaio, Elza Celeste Figueiredo, 119  
Sampaio, Eneida Cardoso, 136  
Sampaio, Márcia Muniz Proença, 126  
Sampaio, Maria Augusta  
Bastos de, 111, 112, 113  
Sampaio, Maria das Graças  
Campos, 104, 105  
Sampaio, Maria Raimunda  
de Sousa, 97, 107  
Sanches, Ana Maria Valente, 106, 107  
Sanchez, Daniela Cussi, 102  
Sannazzaro, Ana Teresa Vianna  
de Figueiredo, 139  
Sans, Maria Alice Vaccari, 143  
Sanswais, Ione, 140  
Sant'anna, Eurydice Pires de, 93  
Sant'Anna, Silvana dos Santos, 151  
Santa Catarina, 50  
Santana, Alessandra Jacome de, 117  
Santana, Amandina Angélica  
Ribeiro de, 121  
Santana, Ismenia Pinheiro, 119  
Santana, José Manoel de, 117  
Santana, José Nazareno, 49  
Santana, Lindaura Carvalho, 120, 122  
Santana, Marília Áurea Cruz de, 117  
Santana, Rosangela Rangel, 154  
Santanna, Rutionio Jorge F. de, 132



Santiago, Antonio Edilberto  
Costa, 121, 122, 123

Santiago, Cristian Mara, 143

Santiago, Sônia Margareth, 106, 107

Santini, Luciane Alves, 151

Santos, Aderilson de Oliveira e, 116, 117

Santos, Alaíde Ferreira, 138

Santos, Andréa de Fátima  
Rodrigues Fernandes dos, 108

Santos, Andréia Alcântara dos, 116

Santos, Ariete Pinto dos, 146

Santos, Bernardo F. dos, 153

Santos, Bruna Bomfim Lessa dos, 123

Santos, Carlos Antonio dos, 165

Santos, Cecilde Miranda Teixeira dos, 157

Santos, Celia Maria dos, 120

Santos, Claudia Cilene Rocha dos, 107

Santos, Cristian José Oliveira, 103

Santos, Eliana Oliveira, 158

Santos, Elmano Paiva dos, 130

Santos, Emerson Teixeira, 165

Santos, Evandro Ramos dos, 121

Santos, Felipe Pereira Alexandrino dos, 140

Santos, Florisvalda Rodrigues dos, 115

Santos, Gerlane da Silva, 116

Santos, Gilca Maria de Oliveira, 149

Santos, Gilda Almeida dos, 102

Santos, Girlaine da Silva, 116

Santos, Helena Maia Souza dos, 121

Santos, Inácia Rodrigues dos, 98

Santos, Iris Maria Carvalho B., 133

Santos, Jahyra Correa, 93

Santos, Joaquim Fonseca dos, 165

Santos, Joefisson Saldanha dos, 128

Santos, Jussara Pereira, 148

Santos, Lélia Edwirges Gomes, 111, 157

Santos, Levi Ala Neves dos, 123

Santos, Libânia Maria Ferreira dos, 116,117

Santos, Luzia Siqueira dos, 153

Santos, Marcelo Nair dos, 156

Santos, Maria Ângela Dias dos, 128

Santos, Maria Cíntia Gomes dos, 116

Santos, Maria Consuelo  
Pinheiro dos,95, 118, 122

Santos, Maria de Fátima Dias dos, 151

Santos, Maria de Fátima Ribeiro, 158

Santos, Maria do Rosário Farias dos, 102

Santos, Maria do Socorro  
Meira Lima dos, 115

Santos, Maria dos Remédios  
Ribeiro dos, 157

Santos, Maria Goulart, 126

Santos, Maria José Souza dos, 108

Santos, Maria Muniz, 120

Santos, Maria Raimunda, 158

Santos, Maria Raimunda Vieira dos, 158

Santos, Maria Virginia Ruas, 130, 131

Santos, Marilene Mendes dos, 102

Santos, Mariza da Silva, 136

Santos, Marly Cálice, 138

Santos, Maurina do Carmo dos, 156

Santos, Maurinete dos, 101

Santos, Milta de Azeve dos, 118

Santos, Miraildes Regino, 101

Santos, Pithagoras Ferreira dos, 115

Santos, Raimundo Pereira, 121

Santos, Raquel Cristina  
Campos dos, 107, 108

Santos, Regina Helena, 137

Santos, Rita de Cassia Rebelo dos, 155

Santos, Roseana Fonseca dos, 107

Santos, Rosemary Ramos, 157

Santos, Rosina Bahia Alice  
Carvalho dos, 120

Santos, Ruth Selma Vasconcellos dos, 108

Santos, Sandra de Fátima, 144

Santos, Simone Aparecida dos, 127

Santos, Solange Hiller Herthz, 114

Santos, Sonia A. dos, 138

Santos, Sonia Lopes Gribel dos, 133

Santos, Stela Marisa Coelho  
Thives dos, 162

Santos, Sueni Juraci de Mello dos, 161

Santos, Tereza Norma Barros dos, 112

Santos, Virgínia Astrid de Sá e, 94

Santos, Viviane Pereira dos, 128

Santos, Ycaro Verçosa dos, 153

Sanvezzo, Tania Maria, 137

São Paulo, 32, 36, 37, 39, 41, 44, 66

Saraiva, Marcelo Wernek de Sousa, 160

Sardenberg, Regina Ribas C., 133

Sarmento, Lucelena Barcellos, 156

Sartortt, Rosalvio José, 161, 162

Sasaki, Tiana Yury Faria, 107

Savio, Lucila Teresinha, 142

Saviski, Eliete Luana, 143

Scalabrini, Maria Lucia Coimbra, 127

Scalabrini, Mirian da Conceição  
Rezende e, 129

Scapechi, Wanderson, 139

Schambeck, Maria Inês, 160

Scharf, Regina, 161

Scheidt, Eloísa Alves, 163

Schiavon, Maria Isabel, 141, 142

Schimer, Élide Fagundes, 109

Schimidt, Susana, 114, 115

Schirmer, Élide Fagundes, 109, 110, 111

Schlickmann, Miriam, 161

Schlögel, Elayne Margareth, 142

Schmitt, Agnes Maria Albert, 146

Schönel, Lyrissy de Braga, 147

Schreiber, Marli Elizabeth, 98

Schröer, Michele Beck, 163

Schult, Maria da Luz Falce, 140

Schutel, Marina, 161

Schutz, Hedi, 145

Schveitzer, Rosaura Schmitz, 163

Schwab, Maria do Carmo Silva, 154

Scirea, Maria de Lourdes Fortes, 161

Seabra, Vera Heloysa da Silva Otero, 166

Secretarias Estaduais de Educação, 34  
sede, conselhos regionais, 33

Sell, Maria Aparecida, 161, 162

Semensatto, Simone, 151

Seminário de Fiscalização, 56

seminário para os contadores, 54

Seminário sobre Fiscalização  
Profissional, 48

seminário sobre fiscalização, 54

Seminário sobre o Ensino da  
Biblioteconomia, 50

Sequinel, Mauri Antonio, 143

Serafini, Loiva Teresinha, 150

Serra, Lucélia Mara de Souza, 114

Serrão, Olga Maria, 152

Serviço de Assistência Didática ao  
Ensino Comercial (SADEC), 32

Serviço Nacional de Informação, 38, 41

Serzanink, Eni Maria de Araujo, 99

Setenareski, Ligia Eliana, 142

Sgarbosa, Ana Caroline  
Gomes de Lima, 103

Siano, Ana Maria, 132

Siebert, Sergio Luiz, 161

Sienna, Maria Marta, 144

sigla, conselhos regionais, 33

Silva Sobrinho, Telma Socorro, 107

Silva, Alba Lígia de A., 164

Silva, Alcimar Matta da, 152

Silva, Alda Lima da, 121, 122

Silva, Algenir Ferraz Suano da, 94, 151

Silva, Alzira Karla Araújo da, 164

Silva, Ana Cristina Prates, 150

Silva, Ana Estela Codato e, 142

Silva, Ana Lúcia Maria e, 116

Silva, Ana Maria Castro, 110

Silva, Ana Maria da, 102

Silva, Ana Maria Santos e, 115, 117

Silva, Anedora Lina Mog da, 145

Silva, Angela Maria da, 116

Silva, Angêla, 116  
Silva, Anita Magalhães da, 99, 100  
Silva, Antônia Angêla da, 116  
Silva, Antonio José Oliveira, 103  
Silva, Antonio Nunes da, 114  
Silva, Antonio Valentim da, 94  
Silva, Antonio Vieira da, 117  
Silva, Berenice Gomes da, 159  
Silva, Carlos Luiz da, 146, 147  
Silva, Celeste Amancia Aranha e, 157  
Silva, Célia Maria da Silva Galeão da, 104  
Silva, Christiane Coêlho da, 101  
Silva, Cinárrio Carvalho da, 116  
Silva, Claudete Marlene Schaff, 99  
Silva, Clea Cerqueira Cesar Roque da, 97  
Silva, Corita Aguiar da, 94  
Silva, Cristiane Maria, 115  
Silva, Cristiane Menezes da, 117  
Silva, Cristiane Piasecki Pires da, 144  
Silva, Daniel Franceschi, 167  
Silva, Darcy de Jesus Moraes, 158  
Silva, Delce, 130  
Silva, Dione Corrêa da, 100  
Silva, Divina Aparecida da, 98  
Silva, Dora Aparecida da, 127  
Silva, Dorotéia Andrade, 114  
Silva, Edgar Abreu Faria da, 94  
Silva, Edgard Abreu Farias da, 111  
Silva, Edileuza Maria da, 107  
Silva, Edvânia Cosmo da, 117  
Silva, Elaine Cristina Lavor, 113  
Silva, Eneida Lucia Batista da, 154  
Silva, Esni Soares da, 164  
Silva, Esteares Rosa da, 119  
Silva, Eudes Garcêz de Sousa, 159  
Silva, Fabiano Couto Correa da, 150  
Silva, Francisca Liêda e, 109, 110  
Silva, Francisca Soares da, 109, 110  
Silva, Gabriela de Souza da, 121  
Silva, Giane da Paz Ferreira, 116  
Silva, Gláucia Virginia Boltecha da, 154  
Silva, Glória Maria Martins da, 136  
Silva, Hugo Oliveira Pinto e, 128  
Silva, Iara Lane Araújo da, 153  
Silva, Ilza Peixoto Claudino da, 100  
Silva, Ivonete Liberato da, 151  
Silva, Ivonete Rodrigues da, 95, 126  
Silva, Jacileide Maria de Oliveira, 117  
Silva, Jacy dos Santos, 120  
Silva, Janaina Julinda da, 165  
Silva, Janildo Lopes da, 116  
Silva, Jeane de Lucia Barros da, 151  
Silva, Jeannette de Albuquerque, 97  
Silva, José Fernando Modesto da, 61, 95, 137  
Silva, Katia Cristina R., 153  
Silva, Katia Maria de Carvalho, 94, 118, 119  
Silva, Kélia Rachel Alves da, 158  
Silva, Kelly Lemos da, 103  
Silva, Kenia Mendes, 127  
Silva, Kleiton Luiz Predo da, 117  
Silva, Leila Aparecida Arantes, 102  
Silva, Lourdes Catharina Josephina Gregol Fagundes da, 32, 93, 144, 145, 147  
Silva, Lúcia de Fátima Moreira Serra e, 158  
Silva, Lúcia de Fátima Vieira da, 128  
Silva, Lúcia Neíza Pereira da, 138  
Silva, Lucia Vera da, 123  
Silva, Luciana Cândida da, 102, 103  
Silva, Luciana Marques da, 139  
Silva, Luciane de Jesus Silva e, 160  
Silva, Lucimar Oliveira, 97, 122  
Silva, Lucinéia da, 142  
Silva, Luiz Alberto Rezende da, 132  
Silva, Luiz Otavio Maciel da Silva, 107, 208-212  
Silva, Luzia Bernardo da, 164  
Silva, Manuel Cícero Peregrino da, 26  
Silva, Marcelo de Souza, 151

Silva, Marcelo Ladislau da, 163  
Silva, Márcia Regina da, 140  
Silva, Marcílio Bagatin, 164  
Silva, Marcio Nunes, 114  
Silva, Maria Amélia Almeida da, 110  
Silva, Maria Aparecida, 137  
Silva, Maria Catarina da Maia da, 149  
Silva, Maria Célia Santana da, 107  
Silva, Maria da Graça, 148  
Silva, Maria de Fátima Costa da, 108  
Silva, Maria de Fatima Gomes da, 153  
Silva, Maria de Lourdes Vasques da, 130, 131  
Silva, Maria do Carmo Costa e, 125  
Silva, Maria Emília Tostes Regis da, 97  
Silva, Maria Fausta Morais da, 114  
Silva, Maria Francisca Lima da, 159  
Silva, Maria Ivonilde da, 110,111  
Silva, Maria José Pereira da, 156  
Silva, Maria José Pinheiro e, 159  
Silva, Maria José Rodrigues, 116  
Silva, Maria Lourdes Vasques da, 131  
Silva, Maria Tereza Alves da, 103  
Silva, Marinete Costa da, 138  
Silva, Marlene Barbosa da, 115  
Silva, Marlene Pereira da, 151  
Silva, Marluce Martins da, 107, 108  
Silva, Marta Ferreira, 165  
Silva, Mary Andrade, 126  
Silva, Maurila Bentes de Mello e, 105  
Silva, Moisés da Costa, 158, 159  
Silva, Mônica Cordulina da, 113, 114  
Silva, Nelson Cândido da, 99, 100  
Silva, Nelson Oliveira da, 150, 151  
Silva, Neuza Arantes, 100  
Silva, Oneide Ventura da, 103  
Silva, Orion Gonçalves da, 98  
Silva, Paula Sanhudo da, 163  
Silva, Paulo Jorge Ferreira da, 165  
Silva, Raquel Cristina Campos da, 108  
Silva, Regina Santos, 118  
Silva, Rita de Cássia Seabra da, 151  
Silva, Roberta Pereira da, 134  
Silva, Roberto Mário Vieira da, 96, 102, 103  
Silva, Rosana Martins da, 126  
Silva, Roseane Almeida da, 115  
Silva, Rosiany Amaral da, 109  
Silva, Rosilda Miranda da, 115  
Silva, Ruth Sant'helena da, 149  
Silva, Sandra Maria da, 106  
Silva, Sandra Soller Dias da, 96, 138  
Silva, Selma Soares, 128  
Silva, Simeir Nascimento da, 108  
Silva, Simone Costa da, 150  
Silva, Sonia Theresinha Gonçalves Dias da, 136, 137  
Silva, Tatiana de Fatima Cavalcante, 164  
Silva, Teresa Carvalho, 126, 127  
Silva, Terezinha de Jesus Amaral da, 157, 158  
Silva, Uiara de Oliveira, 115  
Silva, Verônica Maria Sobral da, 111  
Silva, Viviane Ellen da, 117  
Silva, Wanda Coelho e, 94, 130  
Silva, Washington Soares da, 166  
Silva, Washington, 39  
Silva, Williana Carla da, 117  
Silva, Wilma da, 101  
Silva, Wilma Remédios Greijal, 151  
Silva, Zuleide Paiva da, 122  
Silva,Edson Sousa da, 134  
Silva,Ivonete Rodrigues da, 126  
Silveira, Amélia, 160, 161  
Silveira, Itália Maria Falceta da, 61, 68, 94, 95, 146  
Silveira, Janice de Oliveira e Silva, 101  
Silveira, Luhilda Ribeiro, 159  
Silveira, Maria Cecília Fontes da, 150  
Silveira,Leda Cristina Souza da, 133

Silveira, Valeria Lisboa da, 156  
Simas, Ana Maria Caldas, 117  
símbolos da Biblioteconomia, 167  
Simões, Cecília Maria Braide  
Ribeiros, 110, 157, 158  
Simões, Edlene, 156  
Simões, Luiza Lamas, 155  
Simões, Maria da Conceição  
Andrade, 151, 152, 153  
Simões, Samira Elias, 142  
Simor, Vanderlan, 145  
Siqueira, Lourdes Mesquita, 136  
Siqueira, Márcia Lopes, 141, 142  
Siqueira, Maria das Graças da Costa, 105  
Siqueira, Silvana Carla Alves, 117  
Siqueira, Thiago Giordano de Souza, 154  
Sistema CFB/CRB, 29, 72, 76, 85, 171, 208  
Sistema Financeiro de Habitação, 46, 48  
Sistema Nacional de Arquivos, 35  
sistema nacional de cadastramento  
dos bibliotecários, 50  
Sitônio, Berta Margaret Góis, 115  
Sntos, Luzia Siqueira dos, 153  
Soares, Alexandre Domingues, 167  
Soares, Claudete Azize, 151  
Soares, Cleide Cristina, 101  
Soares, Débora Dornsbach, 150  
Soares, Helena de Felippo, 141, 142  
Soares, Isaura Lima Maciel, 97, 133  
Soares, Luiza Vieira, 121  
Soares, Maria Cecilia Lindemberg  
Coelho, 154, 155  
Soares, Nadja Maria de Moraes, 113  
Soares, Talita de Almeida  
Telemberg, 162, 163  
Soares, Valci Rodrigues, 166  
Sobrinho, Heliomar Cavati, 156  
Soeiro, Maria de Nazaré Ferreira, 107, 108  
Sombrio, Eunice Maria, 100  
Soprani, Celina Busato, 156  
Sorensen, Arlette Meireles, 111  
Sousa, Almerita Rodrigues de, 134  
Sousa, Berenice Aparecida Ferreira de, 99  
Sousa, Daniela Pereira de, 139  
Sousa, Denise Helena Farias de, 104  
Sousa, Deusa Maria de, 107  
Sousa, Elidinalva Silva de, 159  
Sousa, Eulina Silva de, 158, 159  
Sousa, Geni França de Castro, 113  
Sousa, Joseane Maria de, 159  
Sousa, Jourglade de Brito Benvindo, 125  
Sousa, Kleber Trajano de, 164  
Sousa, Liliane Braga Rolin H de, 164  
Sousa, Marcelo Almeida Gomes de, 103  
Sousa, Maria Antônia de, 164  
Sousa, Maria da Conceição Pereira de, 159  
Sousa, Maria Gorete de, 113  
Sousa, Maria Isabel de Jesus, 95  
Sousa, Maria Nascimento Fonseca de, 158  
Sousa, Maria Rita Mendes de, 111, 113  
Sousa, Regina Céli de, 76, 96, 97, 138, 139  
Sousa, Rosemary Ferreira de Andrade, 108  
Sousa, Rosimere de Carvalho, 102  
Sousa, Teresinha Maria de, 125  
Souto, Berta Margaret Sitônio, 115  
Souto, Sônia Miranda de Oliveira, 96  
Souza Filho, Maria das Graças Freitas, 104  
Souza Filho, Tereza Ione, 104  
Souza Junior, Edson Félix de, 129  
Souza, Andréa Batista de, 116  
Souza, Antônia Veras de, 103  
Souza, Benedita Maria de, 100  
Souza, Célia Regina Moraes de, 161  
Souza, Celmy Pinheiro de, 97  
Souza, Clarice Muhlethaler  
de, 94, 131, 132, 133  
Souza, Denise Helena Farias de, 93  
Souza, Denise Mari de Andrade, 148  
Souza, Djair Rodrigues de, 139

Souza, Eliane Marinalva de, 125  
 Souza, Elizabeth Olcese de, 132, 133  
 Souza, Fabiola Barbosa da Silva, 122, 123  
 Souza, Fernando Antônio Ferreira de, 113  
 Souza, Francisco das Chagas de, 172-190  
 Souza, Gladys O. Alves de, 130  
 Souza, Helena de Miranda Rosa e, 94, 130, 131  
 Souza, Heloisa Helena Cruz e, 154  
 Souza, Herbert de, 54  
 Souza, Hernandes Ribeiro de, 165  
 Souza, Ione, 131  
 Souza, Izabel Cristina de, 143  
 Souza, Jesuita Ferreira, 123  
 Souza, Jorge Hayder Araújo de, 154  
 Souza, Joseane Maria de, 158  
 Souza, Julita Valentim de, 115  
 Souza, Kassandra Kallyna Nunes de, 117  
 Souza, Katiane de Abreu, 160  
 Souza, Lair Rabello de Almeida, 130, 132  
 Souza, Luiz Antônio de, 134  
 Souza, Marco Aurélio Alves de, 61, 165  
 Souza, Maria Antonia Nascimento de, 153  
 Souza, Maria Augusta Fadigas de, 120  
 Souza, Maria da Conceição, 109  
 Souza, Maria Joana de, 154, 155, 156  
 Souza, Marta Alves de, 137  
 Souza, Nailor Marcondes de, 103  
 Souza, Regilene Alves de, 154  
 Souza, Renato Caetano de, 119  
 Souza, Rita de Cássia Alves de, 142  
 Souza, Rosana Matias de, 126  
 Souza, Salete Cecilia de, 162  
 Souza, Sebastião de, 95  
 Souza, Selma Maria Pinheiro de Oliveira, 111  
 Souza, Vera Lúcia Veiga de, 161  
 Souza, Yeda Video de, 151  
 Souza, Yvonne Coelho de, 101  
 Souza, Ziná Paulina Bittencourt de, 141  
 Spener, Maria Gilda, 151  
 Spinelli, Laila Gebara, 136  
 Spinelli, Vanda Costa, 130  
 Stédile, José, Deputado Federal, 80  
 Stenzel, Almerinda Cavalcante, 133  
 Stocker, Zenilda Chiniski, 143  
 Stolaruck, Suzana Beatriz, 146  
 Stumpf, Ida Regina Chitto, 95  
 Suaiden, Emir José, 98  
 Suaiden, Vanda, 41, 42, 93  
 Suano, Farides Lucas Camilo, 94, 95  
 Sugette, Maria do Socorro Lima, 110  
 supervisão do CFB, 44  
 supervisão ministerial, 47, 51  
 Suplicy, Marta, Ministra da Cultura, 79  
 Sydney, Joyce Maria L., 142  
 Taborda, Clarice Hain, 141, 142  
 Takemyia, Sizuko, 143  
 Talamo, Ivone, 94  
 Tanajura, Eugenia Rodrigues Lima, 119  
 Tanscheit, Alice Elma, 146  
 Tarauhn, Rosana, 136, 137  
 Targino, Maria das Graças Leite, 94, 110, 111  
 Targuetta, Maria Angélica Lucchese, 102  
 Tarilonte, Osany Lobo, 156  
 Tavares, Anderson Alberto Saldanha, 108  
 Tavares, Denise Fernandes, 118  
 Tavares, Graça Regina Fernandes, 158  
 Tavares, Maria Auxiliadora, 98, 99, 100  
 Tavares, Maria de Lourdes, 140  
 Tavares, Maria Edith Dias, 118  
 Tavares, Maria Tereza, 146  
 Tavares, Rivane Carneiro, 116  
 Tavares, Ruth Versiani, 124  
 Taveira, Zilda Machado, 134, 135  
 Técnico de Arquivo, 46  
 Técnico de Biblioteca, 46  
 Técnico em Biblioteconomia, 81, 214



Tedesco, Fatima Campana, 155  
Tedesco, Maria Stela Marques, 137  
Teixeira, Alcídia Mendes, 98  
Teixeira, Cenidalva Miranda de Sousa, 159  
Teixeira, Davina Mota, 99  
Teixeira, Edêmia da Silva, 107  
Teixeira, Eliane Maria Sousa, 158  
Teixeira, Isabel Maria, 144  
Teixeira, Jose Carlos Abreu, 130  
Teixeira, Josenice Moraes Coelho, 119, 120  
Teixeira, Lygia Conceição Leitão, 113, 114  
Teixeira, Marcelo Votto, 151  
Teixeira, Maria do Rocio Fontoura, 147  
Teixeira, Marli da Silva, 126  
Teixeira, Raimunda Nonata Araújo, 158  
Teixeira, Ruth Netto, 155  
Teixeira, Vagna Alves, 113  
Teodósio, Concília, 139  
Teofano, Romilda Aparecida, 149  
Teófilo, Salete Sampaio, 112, 113  
Terra, Guilhermina de Melo, 153  
Terra, Maria Auxiliadora de Lima, 127  
Terço, Iole Costa, 122  
Tessari, Mauro, 160  
Theodoro, Rossana D'Carlos A., 101  
Thofehrn Neto, Jorge, 145  
Thomé, Raimunda Lucy, 157  
Tiburcio Filho, Gildete, 118  
Tocantins, 57  
Toledo, Nanci de Oliveira, 115  
Tomaz, Ana Claudia Meirelles, 133  
Tonini, Regina Santos Silvav  
Toop, Linda, 132  
Torres, Leci Maria Caldas, 130  
Torres, Leila da Cruz, 143  
Torres, Phamela Lima, 154  
Touma, Wardie, 133  
Tourinho, Ivanise Azevedo, 96, 119, 121  
Trajano, Carmem, 113  
transferência CFB, 36  
Tratado de Assunção, 59  
Trindade, Michelle, 144  
Trindade, Thais Lima, 154  
Trzeciak, Bernadeth, 141, 142  
Tschiedel, Heloisa do Valle, 146  
Tubbs, Vanderlúcia Toscano, 102  
Tuma, Josephina, 135, 136  
Turmina, Eliana Paula, 163  
Tymburiba, Marina Camargos, 124, 125  
Ubirajara, Zeneida Cavalcanti de Queiroz, 97  
Uchoa, Miriam Vidal de Lima, 116  
Uehara, Benir, 136  
Uema, Ioaia Pinheiro, 99  
Umezaki, Mariza Akemi Kikuti, 143  
Unger, Roberto Jose G., 133  
universalização das bibliotecas escolares, 68  
universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País, 68  
Universidade Aberta do Brasil, 74, 79, 202  
Universidade de Brasília, 36, 37, 39, 42, 46  
Universidade do Rio de Janeiro, 27  
Universidade Federal de Minas Gerais, 38  
Universidade Federal de Pernambuco, 38  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 27  
Universidade Federal do Pará, 38  
Universidade Federal do Paraná, 26  
Universidade Federal do Paraná, 38  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, 79  
Ursulino, Ana Cristina Azevedo, 111, 112  
Ushikubo, Emilia, 142  
Vale, Audrey Caroline Marcelo do, 113  
Vale, Joseliza Lazara Freitas Rezende do, 151  
Vale, Maria Cecilia Malta, 131  
Valentim, Francisca Helena Teixeira, 113  
Valério, Denise Hausen, 141

Valle, Barbara Izabel Marques, 154  
 Valle, Ilza Carreiro do, 132, 133  
 Valle, Maria Cecilia Malta,, 130  
 Valois, Eliana Candeira, 113  
 Van Der Laan, Regina Helena, 147  
 Vargas, Lilia Maria, 146, 147  
 Vasconcellos, Adma Meschiatti, 156  
 Vasconcellos, Marineide Sousa, 108  
 Vasconcelos, Décio Pereira de, 123, 124  
 Vasconcelos, Glória Maria de Sá, 102  
 Vasconcelos, Heraldo, 137  
 Vasconcelos, Maria das Graças Coelho, 115  
 Vasconcelos, Maria Lucia Chagas R. de, 126  
 Vasconcelos, Martha Lôbo Cabral de, 114  
 Vasconcelos, Heraldo, 137  
 Vasques, Carina Marcolla, 163  
 Vasques, Célia Regina Pinheiro, 144  
 Veiga, Adelaide Soares de Oliveira, 100, 101, 102  
 Veiga, Delmar Soares, 148  
 Veiga, Evangelina de Azevedo, 145  
 Veiga, Regina Célia, 159  
 Veiga, Yara Soeli Bassani, 141, 142  
 Velasque, Elza Itsuko Kawara, 139  
 Velho, Maria Eduarda, 146, 147  
 Velho, Sergio da Costa, 130, 131  
 Velloso, Margarida Martins, 104  
 Veloso, Ledany Marinho, 159  
 Venâncio, José Roberto, 165  
 Veras, Demerval Lobão, 127  
 Veras, Eurijader de Oliveira, 152  
 Veras, Marcia Pereira, 160, 161  
 Veras, Márcia Pereira, 94  
 Vergolino, Magali Renata van Dijk, 104  
 Vergueiro, Waldomiro de Castro F., 137  
 Veríssimo, Maria Amélia Elizabeth Carneiro, 100, 101  
 Verri, Gilda, 114  
 Vetter, Silvana Maria de Jesus, 159, 160  
 Vial, Annaiz Maria Pereira, 39, 93, 123, 124  
 Viana, Arabela Maria Lyrio, 127  
 Viana, Aurélio, Deputado Federal, 27, 36  
 Viana, Marcos Paulo, 122, 123  
 Vianna, Bárbara Ieger, 150  
 Vianna, Marcia Milton, 125  
 Vianna, Maria Jose Gomes Monteiro, 132, 133  
 Vicari, Sabrina Rosa, 150  
 Vicentini, Abner Lellis Corrêa, 37, 41, 42, 43, 93, 97  
 Vicentini, Luiz Atílio, 138  
 Vidal, Enide Maria Chaves, 111, 112, 113  
 Viégas, Susane Maria Pinto, 158  
 Vieira, Ana Cristina, 116  
 Vieira, Anna da Soledade, 93  
 Vieira, Diana Maria Paiva de Pontes, 104  
 Vieira, Dulcileni Pereira, 108  
 Vieira, Eliane Espíndola, 163, 164  
 Vieira, Fernando Augusto Alves, 164  
 Vieira, Hélio Letti, 165  
 Vieira, Kelly Cristhiany, 163  
 Vieira, Lucilia Maria Lima, 121, 122  
 Vieira, Lucivania de Arruda, 153  
 Vieira, Maria do Carmo, 114  
 Vieira, Maria Terezinha Rocha, 102  
 Vieira, Mauricio Antônio, 127  
 Vieira, Rita Cintia Pinto, 154  
 Vieira, Silvânia Garcêz, 160  
 Vieira, Sonia Chagas, 119  
 Vieira, Telma Regina Abreu, 111  
 Vieira, Vera Heloysa Seabra Lotti, 166  
 Vieira, Gereuza Maria de Souza, 131  
 Vilhena, Maria Auda Maués de, 104  
 Villaça, Magali França, 134  
 Villela, Julia Maria, 125  
 Vinha, Diana Curty, 130, 131  
 visitas de supervisão, 58  
 Vita, Helena Maria de Oliveira, 141  
 Vitor, Maria Cecília, 116  
 Vitória, 50

Viveiros, Antonieta Santos de, 121  
Volpini, Elton Eugênio, 37, 123  
Von Hoonholtz, Carmem Maria Lapolli, 147  
Voss, Gisele, 142  
Wallau, Maria Alice, 145  
Waltrick, Soraya Arruda, 161, 162  
Waltz, Otto, 94, 95, 130, 131, 132  
Wanderley, Elizabeth Villaça, 130  
Wehmeier, Ulrike Gertrud Gefa, 130  
Weis, Hilcke Frederica, 94, 146  
Weismann, Ieda, 147  
Werneck, Rosane Maria Filisola, 142  
Westmor-Nuffield, Roberta  
Ribeiro Newman, 156  
Westrupp, Rosangela, 162  
Willig, Vera Regina Cândido, 145  
Wizenffat, Keteli, 143  
Wolf, Liane Maria, 145  
Wolff, Célia, 94, 136  
Xavier, Andrea Santos, 126  
Xavier, Vania Pinheiro, 125  
Ximenes, Marina Terezinha Lara, 126  
Yamada, Maria das Graças Souza, 151  
Yamaguti, Lina Akiyo Nemoto, 99  
Yanai, Angela Emi, 154  
Yankous, Leila Resende, 126  
Young, Claudia Koch, 148  
Yurgel, Regina Iankilevich, 147  
Ywatsugu, Alice, 142, 143  
Zaidan, Regina Buffara,, 140  
Zambel, Miriam Mari, 136  
Zanatta, Marisa Marques, 94  
Zanelato, Aparecida, 138  
Zaninelli, Neide Maria Jardimete, 143  
Zanotto, Sonia Regina, 150  
Zaruch, Marilene, 141  
Zazá, Maria de Fátima Braga Ribeiro, 126  
Zeschotko, Ana, 143  
Zílio, Amélia, 161  
Zimmermann, Ana Virginia, 71  
Zimmermann, Juliano Ricardo, 163, 164  
Zimmermann, Virgínia Ana, 96, 162  
Zobiak, Regina Célia Santos, 120  
Zucatelli, Rodenir do Carmo, 155  
Zuric, Marco Tulio Azevedo, 133

DIAGRAMAÇÃO, IMPRESSÃO E ACABAMENTO:



Assis - SP  
Fone: (18) 3322-5775  
Fone/Fax: (18) 3324-3614  
vendas@graficatriunfal.com.br  
www.graficatriunfal.com.br



